

XXX SEMANA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**AS FACES DE CLIO E OS DESAFIOS DA
HISTÓRIA**

18 A 22 DE NOVEMBRO DE 2013 – UFJF

ANAIS DO EVENTO

Aline Abranches
Álvaro Saluan
Arthur Lanzoni
Diego Rodolfo
Eduardo Barbosa
Fábio Duque
Gabriela Fazolato
Iano Oliveira
Inajá Reis
Jeniffer Azevedo
João Victor
Mariana Oliveira
Mariane Alves
Paloma Silva
Rafael Dias
Renato Ulhôa
Samara Vitral
Vitória Bergo
(Organizadores)

**XXX SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH

**CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA – GESTÃO
“Movimentação”**

Ficha Técnica

Anais da XXX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “As Faces de Clio e os Desafios da História.”. Juiz de Fora, 2014. ISSN: 2317-0468.
448 p.

1. Teoria – 2. História da Historiografia – 3. Metodologia

Comissão Organizadora:

Aline Abranches
Álvaro Saluan
Arthur Lanzoni
Diego Rodolfo
Eduardo Barbosa
Fábio Duque
Gabriela Fazolato
Iano Oliveira
Inajá Reis
Jeniffer Azevedo
João Victor
Mariana Oliveira
Mariane Alves
Paloma Silva
Rafael Dias
Renato Ulhôa
Samara Vitral
Vitória Bergo

Sumário

TEXTO ESPECIAL:	6
O Apelo Integralista do pós-guerra à união de uma liga pan-latina. Nuno Simão Ferreira	6
SIMPÓSIOS TEMÁTICOS:	18
01. A Monarquia Pluricontinental Portuguesa: Elites, práticas sociais e economia. Séculos XVI – XVIII.	18
Refletindo sobre relações de poder em uma sociedade sertaneja: o termo de Pitangui-MG na primeira metade do século XVIII. Izabella Fátima Oliveira de Sales	18
Os Juízes Ordinários de Vila do Carmo: perfil e atuação. Mariane Alves Simões	34
02. Cinema, História e Política.	46
Germinal: cinema como fonte documental. Dirceu Ferreira Barbuto	46
03. Cultura Associativa e a Formação do Espaço Público no Brasil, século XIX e XX: Problemas, desafios e abordagens.	62
A formação, legitimação e ação do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora/MG na primeira metade do século XX. Luisa de Mello Correard Pereira	62
Troca de saberes nas associações de artesãos do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais. Juliana Pereira Ramalho.	73
Revisando a “esfera pública”: Uma proposta de pesquisa a partir da história conceitual. Renato de Ulhôa Canto Reis	83
Opinião e espaço público na França e no Brasil: um estudo comparativo. Dievani Lopes Vital	97
04. Direita, Autoritarismo e Memória.	111
Construção de identidades a partir da luta pela Anistia: testemunhos e história oral. Esther Itaborahy Costa	111
24 de agosto de 1954: A morte de Getúlio Vargas e a sua repercussão na mídia jornalística. Geovane Batista Costa.	124
Nazismo em Juiz de Fora na década de 30 e 40. Roberto Gouvêa	139
A formação da intelectualidade antiliberal na segunda década da Primeira República. Allony Rezende de Carvalho Macedo	149

A batalha da Praça da Sé: o Brasil em verde e vermelho. Vinícius da Silva Ramos	164
O Golpe civil-militar de 1964 e a imprensa juizforana: uma análise do “Diário Mercantil” e do “Diário da Tarde”. Carolina Martins Saporetti	180
<i>Ação Integralista Brasileira</i> : um partido revolucionário militarizado de direita no Brasil entreguerras. Pedro Ivo Dias Tanagino	191
O Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial: uma análise da conjuntura política interna e externa. Wesley Venâncio	204
05. O Catolicismo em Minas Gerais: Novas Perspectivas sobre a História da Igreja.	219
O morrer na Juiz de Fora oitocentista. Leandro Gracioso de Almeida e Silva	219
06. Por uma História Social da Política.	227
Perfil da diplomacia portuguesa na virada do século XVIII para o XIX. Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho	227
Da Igreja à Constituinte: a religião e a formação da estrutura política do Brasil Imperial. Eliene da Silva Nogueira	238
<i>Phenix dramática</i> , o teatro da moda. Raquel Barroso Silva	250
07. Possibilidades de pesquisa em fontes manuscritas: o documento histórico como testemunha do passado.	264
Os registros de batismo e as redes de parentesco espiritual dos livres de cor para São João del-Rei (1790-1799). Sirleia Maria Arantes	264
A História contada e escrita por quem vive a história. Claudia Carvalho Gaspar Cimino	275
Justificações: um olhar sobre o cotidiano. Edriana Aparecida Nolasco	284
08. Trajetórias e Instituições Políticas no Brasil Republicano (1889-1845). ...	300
Estratégias e articulações do Partido Comunista Brasileiro/PCB com o movimento operário em Minas Gerais (1955-1970). Camila Gonçalves Figueiredo	300
A Comissão de Verificação de Poderes no Parlamento Brasileiro (1898-1930). Vítor Fonseca Figueiredo	310
O passado como narrativa: anos 1930, no Rio Grande do Norte, <i>História de uma campanha</i> . Helicarla Morais	321
A relação do empresariado com o Estado no contexto do Estado Novo brasileiro e português –1930-1945. Priscila Musquim Alcântara de Oliveira	339

COMUNICAÇÃO LIVRE:	348
Um mestre da arte da gravura: Adalberto Pinto de Mattos. João Victor Rosseti Brancato	348
Más notícias: uma pintura de gênero de Rodolfo Amoêdo em meio às mudanças do final do século XIX. Amanda Tostes Capichoni	363
Representações de poder no Império: analisando o trono de D. Pedro II. Bárbara Ferreira Fernandes e Vanessa Luiz de Oliveira	376
A arte funerária no Museu Mariano Procópio: uma discussão acerca da tradição arqueológica Marajoara. Bruno Rezende Guedes	391
Iconografia de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Rio Pomba. Jayne de Fátima Costa Santos	405
Narrativa teratológica: implicações de “O Narrador” de Benjamin sobre o Imaginário Fantástico. Guilherme Jacinto Schneider	417
Economia do dom: dádivas, reciprocidades e trocas. Fabiano Gomes da Silva ...	429
Imposto único sobre transações: a proposta da FIEMG. Maedison de Souza	438

TEXTO ESPECIAL

O apelo integralista do pós-guerra à união de uma liga pan-latina.

Nuno Simão Ferreira

Resumo:

Os acontecimentos da segunda metade de 1921 começaram a modificar sensivelmente a situação. Com a crescente atividade dos republicanos radicais, a província conservadora despertava e a Causa Monárquica via crescer as suas fileiras.

Dado o novo alento que soava, no mínimo, uma aparência de crescimento, o Integralismo Lusitano chegou a propor, através de um documento emanado pela sua Junta Central, em 1 de Setembro de 1921, a união dos povos latinos no combate a travar contra o demoliberalismo republicano, a maçonaria, o internacionalismo e o cosmopolitismo.

Estes intentos ambicionados seriam conseguidos através do ressurgimento da glória romana, da implantação da monarquia tradicionalista, orgânica e corporativa.

Palavras-Chave: Integralismo Lusitano, Monarquia e União dos Povos Latinos ou Pan-Latinismo.

Abstract

The events of the second half of 1921 the situation began to change dramatically. With the increasing activity of the radical republicans, the conservative province awoke and saw Royalist Cause grow their ranks.

Given the new breath that sounded at least a semblance of growth Integralismo Lusitano arrived to propose, through a document, issued by a Central Board in September 1, 1921, the union of the Latin peoples to wage the fight against demoliberalism republican, freemasonry, internationalism and cosmopolitanism.

These coveted attempts would be achieved through the resurgence of Roman glory, the deployment of traditionalist, organic and corporate monarchy.

Key-words: Integralismo Lusitano, Monarchy and Union of Latin Peoples or Pan-Latinism.

1. PORTUGAL E O PÓS-GUERRA

A guerra produziu um novo contexto internacional, cujos reflexos não podiam deixar de se fazer sentir em Portugal. A entrada de Portugal na guerra deu o sinal para um novo período de agitação social, que duraria até ao fim da República.

As consequências do envolvimento de Portugal na guerra reflectiram-se rapidamente na vida interna do país com a escassez de géneros de primeira necessidade e de até de segunda necessidade, ocasionando o aparecimento de fome entre as classes urbanas menos favorecidas; o crescimento do número de contingentes militares que partiam para a frente de combate e o elevado número de baixas, geraram rapidamente o descontentamento entre o povo que era, no fundo, quem sustentava o esforço de guerra português; a intensificação da agitação social, nos últimos meses de 1917, obrigando o governo a adoptar medidas severas que aumentaram a sua impopularidade.

Relativamente à política interna, o governo republicano, embora prestigiado no seio dos aliados, era contestado em Portugal, enquanto que as divisões no seio dos republicanos se acentuavam. As forças conservadoras (alguns republicanos, católicos e monárquicos) aproveitaram o descontentamento geral e afastaram revolucionariamente os Democráticos do poder. Iniciava-se, então, o período sidonista ou da República Nova.

Quanto à política externa, destaca-se o triunfo da revolução russa em 1917, que provocou uma vaga revolucionária, sucedendo-se tentativas de tomadas de poder por parte dos partidos operários. Os regimes demoliberaes revelavam-se excessivamente vulneráveis, criando por isso condições para a emergência de movimentos apostados na construção de uma ordem forte e autoritária.

Monsaraz considerava que o Comunismo poderia espreitar no horizonte, enquanto a crise económica, financeira e social grassava por toda a Europa, com a inflação disparada, o desemprego a subir, a violência e a agitação incontroláveis.

De facto, capitalistas e vastos sectores da direita conservadora, assustados pelo exemplo da Revolução Russa, receavam que Portugal pudesse enveredar também por um processo revolucionário. Por isso, não só foram estimular a formação de grupos

armados de direita como procuraram o apoio dos militares com vista à formação de um governo forte que defendesse melhor os seus interesses.

Portugal, país de economia dependente e atrasada, sofreu ainda mais os efeitos da crise internacional. Todavia, a participação na guerra assegurou a preservação do Império colonial, alargado com a restituição de Quionga (pequeno território que a Alemanha ocupava desde 1894), e era agora restituída por decisão do Conselho Supremo das Nações Aliadas, de 25 de Setembro de 1919, e o aniquilamento das pretensões, tanto da África do Sul, bem como dos demais países relativamente às colónias portuguesas.

Apesar deste aparente cenário de descompressão internacional à volta dos territórios portugueses, mais uma vez Monsaraz hasteava a bandeira da inquietação e do temor contra uma possível investida imperialista espanhola:

(...) Receio imenso a intervenção estrangeira. Não concordo contigo sobre intimidades políticas e morais com a Espanha. O Leão de Castela é o inimigo tradicional do nosso Pelicano, símbolo da grei. Uma vez fortalecidos internamente, poderemos viver ao lado uns dos outros, como vizinhos que se consideram e respeitam.

Por agora não, não e não! A ameaça da conquista paira sobre nós. Castela esboça uma política evidente de avante-guerra e o pior é que a Inglaterra não se opõe. Lembra-te que a nossa obra é uma obra nacional e a primeira condição do nosso nacionalismo é o ódio à Espanha, a melhor virtude que nos legaram os nossos avôs mortos em Aljubarrota e Montes-Claros. Fecha os olhos e vive os melhores séculos da nossa História. Por fim concordarás que tenho razão¹ (MONSARAZ, Alberto de, 1919).

Monsaraz entendia que, uma vez a Monarquia restaurada e Portugal fortalecido, a geo-estratégia da sua política externa seria impulsionada pela atlantização, procurando buscar apoios relevantes em territórios extra-Península Ibérica e até Europa, de forma a colmatar a exiguidade continental dos recursos lusos.

Depois de restaurada a pátria, é no Brasil que a Pátria deverá procurar o seu natural ponto de apoio contra a ganância multi-secular dos vizinhos e dos aliados. Seria a maneira de saírmos da órbita diplomática da

¹ Espólio António Sardinha (EAS), Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, Carta n.º 78, Hospital de São José, Lisboa, 16 de Agosto de 1919.

Inglaterra sem caírmos na da Espanha, ainda mais trabalhosa e humilhante para nós². (MONSARAZ, Alberto de, 1919).

Apesar de Afonso Costa, que chefiara a segunda delegação lusa ao Tratado de Paz, ter conseguido obter dos Aliados a concordância para o pagamento por parte da Alemanha de reparações de guerra, numa percentagem apreciável, esse pagamento foi sempre protelado. O descalabro económico facilitou manobras do capital financeiro, num país em que a circulação fiduciária aumentava a todo o momento e a dívida flutuante triplicara depois da guerra. Principal vítima da inflação era a classe média, em que o regime republicano se apoiara. O poder de compra do funcionalismo público baixara consideravelmente, em consequência das crónicas dificuldades orçamentais, agravadas entretanto com as despesas da guerra. As reivindicações salariais dos sindicatos contribuíram, por seu lado, para a espiral dos preços num ciclo imparável. Eis o testemunho de Alberto de Monsaraz:

O atual momento político é de sobressaltos e de angústia. Saímos da guerra vitoriosos, é certo, mas tristes e prostrados, com a consciência do dever patriótico rigorosamente cumprido até ao fim, reconfortados sob o ponto de vista moral, mas sob o aspecto material, o aspecto económico e financeiro, mais pobres do que dantes. Seria necessário trabalhar muito, trabalhar constantemente, numa faina incansável, dia a dia, para ganharmos de novo, com o suor do nosso rosto, pelo esforço próprio que nobilita e engrandece, aquela gloriosa situação entre os povos da terra, que já tivemos e deixámos perder. Não parece compreendê-lo assim o operariado português. Em país nenhum do mundo o espírito sectário, anti-patriótico e anti-nacional, está mais fundamente radicado na alma das massas proletárias³. (Conde de Monsaraz, 1919: 1).

Monsaraz esteve completamente ausente da actividade e propaganda políticas ativas devido a estar há nove meses hospitalizado. Mas não deixava de advertir que, em caso de

² EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, Carta n.º 78, Hospital de São José, 16 de Agosto de 1919.

³ Conde de Monsaraz, “Na hora incerta...”, in *A Monarquia*, Ano III, N.º 572, 11 de Outubro de 1919, p. 1.

(...) desnorteamento e os maus conselhos, (...) conduzirem os operários portugueses a uma tentativa hedionda de subversão nacional e social, pode contar o governo desta terra com o nosso esforço patriótico, com aquele espírito de sacrifício que já tantas vezes temos revelado na defesa dos nossos ideais, para que todos juntos, monárquicos e republicanos, possamos proteger a Pátria contra os sem Pátria e a civilização latina contra os novos bárbaros que a ameaçam»⁴. (Conde de Monsaraz, 1919: 1).

O governo revelava-se incapaz de travar o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade e de evitar a deterioração das condições de sobrevivência. O operariado agitava-se e os movimentos grevistas, determinados quase exclusivamente pela necessidade de elevar os vencimentos, agravavam a instabilidade política. As greves sucediam-se, e nos períodos mais difíceis, desencadeando mesmos confrontos violentos e assaltos colectivos a lojas e a armazéns de produtos de primeira necessidade. Alguns grupos sobretudo anarquistas recorriam frequentemente a atentados que lançavam o pânico na população.

É, ainda, oportuno acrescentar que a vaga de reivindicações que se vinham assistindo, juntamente com a atitude benévola do Estado no pós-guerra, fez com que vários patrões sentissem a necessidade de se organizarem para melhor lhes resistir. Um dos maiores estímulos neste processo foi a aprovação da lei das 8 horas de trabalho em 1919, que estaria na origem dos primeiros confrontos de envergadura. O resultado imediato da reacção patronal, ainda que meramente defensiva, foi o nascimento da Confederação Patronal em Novembro de 1919, como uma tentativa de organização nacional e geral do patronato. A Confederação patronal estava claramente orientada contra o movimento operário.

Nestas condições, não se estranhará que se começasse a assistir a um progressivo fraccionamento no campo dos defensores de um regime demoliberal e ao reforço dos extremos do leque político, de um lado, o movimento anarco-sindicalista e a Confederação Geral do Trabalho, formada em 1919 e do outro, os católicos conservadores do Centro Católico e os monárquicos do Integralismo Lusitano. Alberto de Monsaraz deixa-nos entrever na correspondência com António Sardinha, que tinha esperança de vir a influenciar decisivamente os ventos que sopravam conturbadamente, “(...) creio bem que o operariado português, desiludido da questão revolucionária, virá

⁴ Idem, “Na hora incerta...”, *Ibidem*, p. 1.

francamente colocar-se ao nosso lado. É só possível que triunfemos muito mais depressa do que seria para supor e até mesmo para desejar”⁵. (MONSARAZ, Alberto de, 1920).

2. O APELO INTEGRALISTA DO PÓS-GUERRA À UNIÃO DE UMA LIGA PAN-LATINA

O ano decisivo de 1921

Foi após a 1.ª Guerra Mundial que o Integralismo Lusitano publicou as suas instruções de organização, definindo-se como “(...) o sistema de princípios filosófico-políticos que se destinam a restaurar a Nação Portuguesa pela autoridade do Rei e pela intervenção nos órgãos do Estado dos legítimos representantes dos Municípios, das Províncias, e das corporações da Inteligência e do Trabalho”⁶ (*A Monarquia*, 1921) e, como expressão perfeita das aspirações nacionais, se considerava “(...) nacionalista por princípio, sindicalista (corporativista) por meio, monárquico por conclusão”⁷ (*A Monarquia*, 1921). A sua meta seria, em nome do interesse nacional, proclamar a defesa da “legitimidade histórica das instituições monárquicas e Rei legítimo” e contra as “ficções liberalistas”, pugnar pela “monarquia orgânica, anti-parlamentar, e descentralizada”⁸ (*A Monarquia*, 1921). Na sua actuação, o Integralismo Lusitano rejeitava liminarmente a designação de partido, própria das facções republicanas:

não é um novo partido que se prepara para assumir poder, pelo contrário, é uma corrente de opinião que procura libertar a Nação das clientelas partidárias, entregando a defesa dos diversos interesses aos seus órgãos próprios: a Junta de freguesia, a Câmara Municipal, a Junta (ou assembleia provincial), a Assembleia Nacional (Cortes), na ordem administrativa; o Sindicato patronal, o Sindicato misto, as uniões locais e regionais de sindicatos, as federações nacionais de Sindicatos de produção, na ordem económica; as escolas, a igreja, as associações profissionais, os institutos científicos, na ordem espiritual⁹. (*A Monarquia*, 1921)

⁵ EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, Carta n.º 86, Victoria Palace-Hotel, Paris, 24 de Agosto de 1920.

⁶ “Integralismo Lusitano/ Instruções de organização/ Aprovadas pela Junta Central”, in *A Monarquia*, Ano V, N.º 896, 20 de Abril de 1921.

⁷ “Integralismo Lusitano/ Instruções de organização/ Aprovadas pela Junta Central”, in *A Monarquia*, Ano V, N.º 896, 20 de Abril de 1921.

⁸ “Integralismo Lusitano/ Instruções de organização/ Aprovadas pela Junta Central”, *Ibidem*.

⁹ “Integralismo Lusitano/ Instruções de organização/ Aprovadas pela Junta Central”, *Ibidem*.

Para o projecto de organização da Nação procurou dotar-se o Integralismo Lusitano de organização própria, com uma Junta Central, juntas provinciais, juntas municipais, núcleos paroquiais, juntas escolares, conselhos técnicos centrais, conselhos técnicos provinciais e sindicatos profissionais¹⁰.

O Integralismo Lusitano publicou também, em 1921, *A Questão Dinástica/ Documentos para a História*¹¹ (*A Questão Dinástica/ Documentos para a História/ Mandados coligir e publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, 1921), pretendendo elaborar uma síntese elucidativa e documentada das várias diligências que a Junta Central encetara, após as intentonas monárquicas de 1919, primeiro para com D. Manuel II, culminando com a desvinculação política dos integralistas ao Rei exilado e, logo a seguir, a abordagem do período de interregno, que durou cerca de dois anos de negociações travadas entre integralistas, legitimistas e miguelistas, culminando na divulgação da proclamação de princípios, emanada por D. Aldegundes, que em nome do Príncipe Real estabeleceu os fundamentos da Monarquia nova.

As eleições de Julho de 1921, em que os monárquicos participaram, foram uma decepção. Apesar de todos os esforços desenvolvidos e da vitória conservadora nestas eleições, os monárquicos só conseguiram eleger quatro deputados, o que era manifestamente frustrante para quem teve 37 deputados no sidonismo.

As eleições provaram que a principal força mobilizadora dos monárquicos estava na província e no Norte, em que predominavam importantes sectores do campesinato, classe que, no entanto, não pesava muito nas eleições. Em Lisboa, só as juventudes monárquicas se revelavam activas, e, apesar dos avultados fundos à sua disposição, a sua força era reduzida.

O Partido Democrático, juntamente com a sua máquina eleitoral bem organizada e com o seu leal núcleo de burocratas, perdia as eleições, numa época em que estas estavam cada vez mais desacreditadas. Em vez de darem ao eleitorado, já por si restrito,

¹⁰ A organização integralista seguia o modelo das ligas do período precedente da I Guerra Mundial, com uma direcção inamovível e um conjunto de organismos locais e provinciais sob o estrito controlo da direcção e sem mecanismos electivos. É de realçar que os dirigentes da primeira geração integralista nunca esconderam a desconfiança perante as massas e o populismo e, por isso, não cederam em termos organizativos às pressões fascizantes de alguns sectores mais jovens dos anos 20.

¹¹ *A Questão Dinástica/ Documentos para a História/ Mandados coligir e publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, 1921.

a oportunidade de escolher entre os diversos grupos políticos, a maioria das eleições servia apenas para consolidar o poder do partido que já o tinha, tendência que se tornou prática comum com o rotativismo partidário na monarquia constitucional e liberal.

Os acontecimentos da segunda metade de 1921 começaram a modificar sensivelmente a situação. Com a crescente atividade dos republicanos radicais, a província conservadora despertava e a Causa Monárquica via crescer as suas fileiras. O mau ano agrícola de 1921 e a crise mais geral só viriam contribuir para acentuar ainda mais a tendência.

A tão esperada amnistia de 1921, que se deveria principalmente à tática adoptada por D. Manuel II, veio permitir que Alberto de Monsaraz e outros dirigentes integralistas, ainda no exílio, voltassem a Portugal. A organização integralista, que já conseguira refazer no essencial a sua rede de 1917, surgia como uma das maiores forças conservadoras, com ramificações em praticamente todos os sectores do exército, nos jornais e nas organizações patronais. Consequentemente, a maior parte dos monárquicos começava a sentir que, uma vez obtida a amnistia e consolidada a organização, tinha chegado o momento de passar a actividade eleitoral para segundo plano e procurar criar as condições que permitissem a restauração, como resposta à crescente força dos republicanos radicais.

Dados estes novos alentos que conferiam, no mínimo, uma aparência de crescimento, de influência política e de um novo recrudescimento da esperança monárquica, o Integralismo Lusitano chegou a propor, através de um documento emanado pela sua Junta Central, em 1 de Setembro de 1921, a união dos povos latinos no combate a travar contra o demoliberalismo republicano, a maçonaria, o internacionalismo e o cosmopolitismo.

Estes intentos ambicionados seriam conseguidos através do ressurgimento da glória romana, da implantação da monarquia tradicionalista, orgânica e corporativa:

o Integralismo Lusitano que no nosso país representa, em teoria e com efeito, o nacionalismo integral português, estima que a hora histórica veio exprimir o desejo que um esforço comum seja tentado pelas nações herdeiras de Roma para restaurar, ao mesmo tempo que a ordem romana, monárquica e católica, o antigo esplendor da inteligência latina. (...) Este triste privilégio (as consequências derivadas do aniquilamento das velhas instituições históricas portuguesas, operadas pelo demoliberalismo republicano) dá uma significação e uma autoridade particulares ao nosso

apelo tradicionalista e nós queremos esperar que será entendido e cumprido por todos os povos que, apesar de tantas amarguras, têm ainda fé nos seus destinos nacionais¹² (“Integralismo Lusitano/ Pour l’ordre traditionnel latin”, 1921).

A sugestão da Junta Geral legitimar-se-ia pelo glorioso passado lusitano: “Portugal cuja epopeia famosa das navegações e das conquistas – esta cruzada de cinco séculos para o brilho da civilização ocidental – é o melhor título de glória, actualmente súbito, mais que nenhuma outra das suas irmãs latinas...”¹³ (“Integralismo Lusitano/ Pour l’ordre traditionnel latin”, 1921).

Para a conservação do apelo aos povos latinos, a Junta Central, assemelhando-se à fórmula do *Enquête sur la Monarchie* de Charles Maurras, elaborou um inquérito destinado aos líderes dos grupos reacionários dos países latinos dispersos pela Europa e pela América. Através de sucessivas questões, a Junta Central demonstrava a necessidade imperiosa de proceder à renovação total da sociedade.

As questões visavam realçar a reconstrução nacionalista, monárquica tradicionalista da Europa, sob a égide do pan-latinismo europeu e americano e, combater, obviamente, os arqui-inimigos dos meios reaccionários: maçonaria, socialismo, comunismo, capitalismo, repúblicas demoliberais e democráticas e o cosmopolitismo:

1.º - A ideia política que se traduz por estas palavras Nacionalismo Integral, isto é a Monarquia orgânica, tradicionalista, antiparlamentar e descentralizada é ela, sim ou não, a única superação de um perfeito nacionalismo?

4.º - Os princípios do Internacionalismo Socialista que pretendem negar a função eterna e essencial do organismo da nação, devem eles, sim ou não, ser considerados como contrários aos interesses da civilização?

6.º - O Nacionalismo Integral deve, sim ou não, reconhecer a Igreja Católica como o mais alto poder internacional e o único coordenador possível dos diferentes nacionalismos, por vezes divergentes?

7.º - Deve-se, sim ou não, condenar, ao mesmo tempo, a acção nefasta da internacional maçónica?

8.º - Haverá vantagem, na luta contra as democracias estrangeiras, a que as organizações nacionalistas de todos os países latinos, se unissem numa forte

¹² Espólio Alberto de Monsaraz (EAM), “Integralismo Lusitano/ Pour l’ordre traditionnel latin”, Junta Central do Integralismo Lusitano, Lisboa, Rua Serpa Pinto 38, 1 de Setembro de 1921. Documento traduzido do original em Francês.

¹³ EAM, “Integralismo Lusitano/ Pour l’ordre traditionnel latin”, Junta Central do Integralismo Lusitano, 1 de Setembro de 1921.

aliança de apoio e de solidariedade mútua?¹⁴ (“Integralismo Lusitano/ Pour l’ordre traditionnel latin”, 1921).

Acerca da ideia de união das forças nacionalistas latinas contra as democracias, restavam dúvidas sobre a sua orgânica:

- a) Por um órgão central que mantém unidas, através de uma correspondência regular, todas as organizações nacionalistas?
- b) Por um acordo jornalístico? Por uma agência comum de informações? Por uma revista internacional pan-latina?
- c) Pela convocação de Congresso e a nomeação de missões de embaixadores políticos?¹⁵ (“Integralismo Lusitano/ Pour l’ordre traditionnel latin”, 1921).

Para efectivar este propósito, Alberto de Monsaraz parece encaminhar-se para a constituição de agência comum de informações, referindo o seguinte a António Sardinha, então director da Nação Portuguesa:

ainda não pude escrever para a Nação Portuguesa, atarefado como ando, com a constituição da nova sociedade FAST e criação dos diversos departamentos, alguns dos quais te hão-de certamente interessar. Havemos de pensar numa federação de livrarias e muitos poderás, por certo, auxiliar-nos em Madrid»¹⁶ (MONSARAZ, Alberto de, 1922).

A agência Fast, situar-se-ia em Paris, na Rue Royale, número 13. Da agência estava dependente o *Comoedia/ Journal Quotidien Illustré/ La Vie Artistique et Intellectuelle-Etrangère*. Os seus directores eram: o português, Francisco Homem Cristo

¹⁴ EAM, “Integralismo Lusitano/ Pour l’ordre traditionnel latin”, Junta Central do Integralismo Lusitano, 1 de Setembro de 1921.

¹⁵ EAM, “Integralismo Lusitano/ Pour l’ordre traditionnel latin”, Junta Central do Integralismo Lusitano, 1 de Setembro de 1921.

¹⁶ EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta N.º 149, Carta n.º 102, Paris, 28 de Novembro de 1922.

Filho¹⁷ e o espanhol Garcia-Calderon. Monsaraz comunicava a Sardinha acerca da divulgação da obra poética neste jornal:

os teus sonetos são admiráveis, dos mais belos que tens feito. Destaco a Madre Hispânia, que prefiro a todos os outros.

Não quis escrever-te sem te mandar o número de Comoedia o grande jornal literário e artístico de Paris, onde anunciei o aparecimento do teu livro na página semanal que o Homem Cristo dirige, em colaboração com o escritor Garcia-Calderon. Tive muito gosto em poder falar nos teus sonetos e não o fiz latamente, porque o Homem Cristo Filho, sendo português, não deseja, no primeiro número da página, falar demasiado nos escritores seus compatriotas, e eu não quis esperar mais tempo para dar a notícia sobre o teu livro»¹⁸ (MONSARAZ, Alberto de, 1923).

A Junta Central do Integralismo Lusitano parecia querer dar o primeiro passo, na vanguarda da tão desejada união das forças nacionalistas latinas, ao anunciar unilateralmente uma futura reunião a ser realizada em Paris, de Charles Maurras e da sua Action Française, ou em Roma, do meteórico Mussolini. Seria um Congresso político reaccionário, o primeiro evento concreto que deveria conduzir, segundo a Junta Central integralista, ao “triunfo das verdades que nós defendemos, para a vida e saúde da nossa Raça e de nossas Pátrias”¹⁹ (“Integralismo Lusitano/ Pour l’ordre traditionnel latin”, 1921).

Hipólito Raposo confirmaria, na sua obra *Dois Nacionalismos: L’Action Française e o Integralismo Lusitano*, a pretensão do Integralismo Lusitano, chegando a propor à Action Française a realização de um Congresso Internacional de organizações congêneres para debater a criação de uma liga internacional latina contra as “influências maçónicas” e a “escravidão democrática”. Além disso, Hipólito Raposo adianta que tal pretensão seria mal recebida por Maurras, sempre numa postura chauvinista e de desconfiança em face de qualquer de qualquer internacionalismo: “ao Nacionalismo Francês, demasiadamente preocupado consigo mesmo, não mereceu esse documento

¹⁷ Homem Cristo Filho, refugiado novamente em Paris, foi aí nomeado por Sidónio Pais director dos serviços de informação de Portugal nos países amigos e aliados, colocando ao serviço do apoio a sidonismo a agência noticiosa Chez Fast, que dirigia na capital francesa.

¹⁸ EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta N.º 149, Carta N.º 103, Chez Fast-Paris, 13 de Fevereiro de 1923.

¹⁹ EAM, “Integralismo Lusitano/ Pour l’ordre traditionnel latin”, Junta Central do Integralismo Lusitano, 1 de Setembro de 1921.

outro interesse que não fossem as boas palavras de Maurras ao nosso amigo que lho entregou”²⁰. (RAPOSO, Hipólito, 1929: 143).

Em 1923, Monsaraz acrescentava um elemento novo à união internacionalizada das forças nacionalistas latinas: “guardo, porém, a volta de Roma do Homem Cristo, que vai conferenciar com ele acerca da criação da “Federação Transnacional Pan-Latina...”²¹. (MONSARAZ, Alberto de, 1921).

. FONTES MANUSCRITAS:

- . Espólio António Sardinha.
- . Espólio Alberto de Monsaraz.

. FONTES IMPRESSAS:

- . *A Monarquia*, Ano III, N.º 572, 11 de Outubro de 1919.
- . *A Questão Dinástica/ Documentos para a História/ Mandados coligir e publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, 1921.
- . “Integralismo Lusitano/ Instruções de organização/ Aprovadas pela Junta Central”, in *A Monarquia*, Ano V, N.º 896, 20 de Abril de 1921.
- . RAPOSO, Hipólito, *Dois Nacionalismos: L’Action Française e o Integralismo Lusitano. Conferência feita na Liga Naval Portuguesa*, em 23 de Março de 1925, Lisboa, Livraria Ferin, 1929

²⁰ RAPOSO, Hipólito, *Dois Nacionalismos: L’Action Française e o Integralismo Lusitano. Conferência feita na Liga Naval Portuguesa*, em 23 de Março de 1925, Lisboa, Livraria Ferin, 1929, p. 143.

²¹ EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta N.º 149, Carta N.º 104, 15 de Fevereiro de 1923. Com o advento do fascismo em Itália, Homem Cristo Filho tornou-se, nos anos 20, um partidário entusiasta de Mussolini. Alberto de Monsaraz informava Sardinha acerca de um eventual agrupamento político encabeçado por Homem Cristo Filho. «(...) *As informações que me chegam do País são das mais animadoras. Ainda há dias tive a confirmação por pessoas bem informadas, vindas de Portugal, que as tentativas de aliciamiento de monárquicos para o novo partido de Homem Cristo Filho, tentativas a que os talassas correspondem cheios de satisfação, têm deixado os nossos amigos, sem excepção, indiferentes, firmes no seu posto de disciplina monárquica e nas convicções. Estou convencido, em vista disso, que a organização dessa chefia partidária, apesar da protecção evidente do estrangeiro, nenhum inconveniente nos poderá trazer. Vejo-lhe, pelo contrário, uma vantagem imediata e evidentíssima – dissociar os talassismo, atraindo os dúbios e atirando para nós os mais intransigentes realistas*». EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta N.º 149, Carta N.º 95, Cayré’ s Hotel – 4. Boulevard Raspail – Paris, de 25 de Fevereiro de 1921.

Homem Cristo Filho escreveria, em favor de Mussolini, a obra intitulada *Mussolini Batisseur d’Avenir*. A 18 de Agosto de 1926, após o afastamento de Gomes da Costa, foi mais uma vez exilado por ordem ministerial, e passou a retomar em Madrid, Paris e Roma, o projeto caro a Mussolini, de quem se tornou amigo pessoal, de convocar um congresso pan-latino das nações do Ocidente.

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST 01. A Monarquia Pluricontinental Portuguesa: Elites, práticas sociais e economia. Séculos XVI – XVIII.

Refletindo sobre relações de poder em uma sociedade sertaneja: o termo de Pitangui-MG na primeira metade do século XVIII.

Izabella Fátima Oliveira de Sales

Universidade Federal de Juiz de Fora
Universidade do Estado de Minas Gerais

RESUMO

O presente trabalho pretende realizar alguns apontamentos sobre o processo de constituição de elites em regiões de fronteira, tomando como foco o contexto do termo de Pitangui-MG, na primeira metade do século XVIII. Tal proposta nos remete ao problema relativo à natureza do poder que se estabelecia entre metrópole e colônia, na medida em que a distinção do indivíduo na sociedade dependia da sua condição de constituir espaços de barganha com a Coroa, o que- na América Portuguesa- se fazia especialmente através da ocupação de postos militares e do exercício de cargos no governo da municipalidade. Sendo assim, o conceito de *Monarquia Pluricontinental* se faz essencial para compreendermos a dinâmica de hierarquização da sociedade pitanguense, especialmente porque contribui para relativizarmos a dicotomia entre sertão e litoral, bárbaro e civilizado.

PALAVRAS CHAVE: armas, elite, poder

ABSTRACT

This work intends to make some notes on the process of elites formation in border regions, taking as its focus the context of the “Termo de Pitangui” (Minas Gerais/Brazil) in the first half of the eighteenth century. This proposal leads us to the problem concerning the power established between metropolis and colony, to the extent that the distinction of the individual in society depended on their chance to constitute

bargain spaces with the Crown, which in Portuguese America was especially through the occupation of military posts and government posts in the municipality. Thus, the concept of "Monarquia Pluricontinental" becomes essential to understand the hierarchy of this society, especially because it contributes to rethink the dichotomy between backwoods and coast, barbarous and civilized

KEYWORDS: weapons, elite, power

INTRODUÇÃO

O esforço de tentar compreender a formação da elite em uma região de fronteira, onde a distância com relação às esferas administrativas do poder metropolitano provocava o desrespeito às regras definidas pela Coroa, a propagação da violência e fortalecia a ação de potentados locais, como era o caso do termo de Pitangui, nos leva a realizar uma breve análise sobre o contexto de ocupação e povoamento daquela região, assim como as características da relação que se estabeleceu entre seus moradores- especialmente os membros da elite – e o poder metropolitano.²²

A história da Vila de Pitangui está ligada ao processo de desbravamento e ocupação do sertão do oeste mineiro “dimensionado pelas nascentes do São Francisco e do rio da Prata.” (ANDRADE, 2011: 280). A exploração desse território teve início ainda no século XVII, devido às atividades agropastoris, ao aprisionamento de índios e à exploração aurífera, onde se destacam paulistas, fazendeiros e vaqueiros de gado oriundos dos caminhos da Bahia, como principais agentes dessa empreitada. Na medida em que os povoadores estabeleceram os primeiros arraiais na região de Pitangui, iniciou-se um esforço de intensificar a exploração do sertão oeste e expandir as fronteiras agropastoris, verificando-se assim, o avanço das terras municipais em direção ao referido espaço geográfico. (Idem)

Segundo Carrara (2007), a região de Pitangui se diferenciaria dos primeiros núcleos mineradores- Mariana, Ouro, Preto, Sabará e Caeté- na medida em que a exploração aurífera naquelas paragens teria se extinguido muito precocemente, sendo substituída pelas atividades agropastoris. Neste sentido, a Vila de Pitangui representaria um núcleo urbano típico da região dos Currais Del'Rei.

²² As informações e análises apresentadas neste artigo são, em sua maior parte, fruto da pesquisa de doutorado desenvolvida por Izabella Fátima Oliveira de Sales no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, sobre a orientação da professora Monica Ribeiro de Oliveira.

Os denominados Currais Del'Rei eram compostos por vilas e arraiais onde ainda nos primeiros anos de conquista e ocupação do território mineiro, teriam sido descobertos veios auríferos, o que provocou um rápido processo de ocupação. Tais núcleos populacionais se localizavam próximos à região das Minas, onde a extração de ouro era bem mais intensa e aos afluentes do Rio São Francisco, como o Rio Paraopeba e Pará. Este último fator, somado à existência de bons pastos, levou a Coroa a estabelecer Registros nestes locais para taxar as mercadorias que circulavam naquela região - especialmente os rebanhos oriundos dos Currais da Bahia- o que acabou estimulando o desenvolvimento da pecuária voltada para o abastecimento das regiões mineradoras (Idem).

Alguns aspectos aproximam os Currais Del'Rei e seu entorno do contexto característico das Minas, como a presença de instituições representativas do poder reinol, o estabelecimento de relações com os principais núcleos mineradores, a saber, Sabará, Vila Rica e a Vila do Ribeirão do Carmo, além do envolvimento de alguns grupos nos motins provocados pela cobrança do quinto. Entretanto, essas paragens também apresentavam características comuns às regiões dos Currais, como a baixa densidade demográfica, os conflitos pela posse da terra e a grande importância que a atividade agropecuária representava para as economias locais (Idem).

Os motins relacionados à cobrança de tributos por parte da Coroa e a atuação de potentados locais que frequentemente impunham regras muitas vezes contrárias aos desígnios metropolitanos, foram elementos frequentes no termo de Pitangui e essas práticas podem ser associadas à ideia de sertão como região marcada pela fragilidade da ação das autoridades representativas do poder reinol (Idem). Entretanto, isso não significa que o conceito de sertão se reduza à dicotomia entre bárbaro e civilizado, que muitas vezes marcou o discurso das autoridades representativas do poder reinol durante o período colonial e permeia muitas análises historiográficas dedicadas ao estudo das regiões de fronteira.

O trabalho de Gruzinski (2001) sobre a formação das sociedades coloniais no Novo Mundo é importante para refletirmos sobre o conceito de sertão. Isso porque, em sua análise, durante o processo de colonização, a relação que se estabeleceu entre as culturas se baseava na hibridação, ou seja, os grupos conquistados encontravam brechas para fortalecer e transmitir seus símbolos sociais, ao mesmo tempo em que a cultura ocidental dava abertura para elementos culturais diferentes (Idem). Dessa forma,

contraposições rígidas entre grupos tidos como civilizados e incivilizados, ordenado e desordenado, mostram-se insuficientes para compreender as dinâmicas de relações que marcaram a conformação dos sertões.

No caso do Brasil, o termo sertão era utilizado desde o período colonial para definir regiões de povoações escassas, distantes do litoral; onde predominavam o estabelecimento de uma ordem privada, cujas relações sociais e políticas tinham como base o direito costumeiro. Dessa maneira, devido às dificuldades enfrentadas pelas autoridades locais para estabelecer a ordem pública em tais paragens, as populações locais passaram a ser consideradas como insubordinadas e violentas (JESUS, 2006).

Entretanto, é preciso salientar que, as representações sobre o universo sertanejo têm raízes em contextos de conflitos, neste sentido, os atributos de insubordinação e violência não podem ser considerados apenas para as populações fronteiriças (Idem).

Essa perspectiva reducionista marcou a trajetória do sertão oeste mineiro, o que poderia explicar porque as autoridades metropolitanas definiam a região do termo de Pitangui como terra de *gente intratável*. Salientamos que nossa pesquisa se dedica ao momento de ocupação da região, onde realmente a definição dos lugares de mando e o estabelecimento das instituições representativas do poder reinol ocorreram de forma bastante conturbada, caracterizando assim, um ambiente de destacada violência. Contudo, partimos do pressuposto de que as estratégias dos homens do sertão para ocupar espaços privilegiados numa sociedade hierarquizada não se reduzem apenas ao enfrentamento, na medida em que havia significativos espaços para negociações tanto com as autoridades metropolitanas quanto com os diversos grupos sociais.

Não é possível precisar o momento em que ocorreram os primeiros achados auríferos no termo de Pitangui, mas, provavelmente o processo teria se iniciado ainda na primeira década de 1700 e seria fruto da prática de mineração clandestina comum entre pobres, forros, escravos e jornaleiros que buscavam explorar montanhas e encostas independentemente da exclusividade senhorial na extração aluvial. Neste sentido, a atuação de homens pobres teria ocorrido anos antes das negociações dos paulistas pelas lavras da região (ANDRADE, 2005).

A Vila de Pitangui foi erigida em 09/06/1715 e seu termo, além de inicialmente constituir um importante foco de mineração, estava localizado em uma região bastante estratégica, na medida em que era porta de entrada para o sertão oeste, constituindo passagem obrigatória para aqueles que se deslocavam às Minas de Goiás e como rota

dos rebanhos que saíam dos Currais da Bahia para abastecer os principais núcleos mineradores (CATÃO, 2011).

REFLEXÕES SOBRE A CONFORMAÇÃO DA ELITE EM UMA SOCIEDADE DE ANTIGO REGIME

As análises acerca da constituição da elite no termo de Pitangui tem como parâmetro estudos que se dedicam à compreensão dos processos de “diferenciação” dos grupos que compunham as esferas mais altas da pirâmide social em uma sociedade de Antigo Regime, especialmente no que diz respeito ao contexto lusitano e de suas possessões ultramarinas.

Nuno Gonçalo Monteiro (2003), ao analisar a natureza do poder e a conformação das elites em Portugal durante a Dinastia Bragança (1640-1832), afirma que em Portugal não se pode perceber a existência de um Governo- onde o poder tivesse centralizado nas mãos do monarca- até meados do século XVIII, entretanto, tal constatação não excluía a existência de um centro identificado com a figura do monarca ou com as instituições representativas do poder reinol. (Idem, p.20)

O mesmo autor argumenta que no decurso do século XV para o XVI, ocorre o fortalecimento das unidades políticas europeias, entretanto, na maioria desses Reinos prevalecerá o modelo dos Estados Dinásticos, onde a monarquia atuava não no sentido de garantir a centralização do poder pelo Rei, mas, a fim de perpetuar sua existência e adquirir recursos financeiros (Idem, p.24).

Nesse processo, muitos Estados Europeus teriam constituído “monarquias compósitas”, onde alguns territórios dominados por uma mesma dinastia mantinham estruturas políticas próprias. Por sua vez, Portugal representava uma exceção, pois, em seus domínios prevalecia uma significativa homogeneidade institucional e a inexistência de corpos políticos intermediários (Idem).

As considerações acima nos trazem indícios muito significativos para entendermos o contexto em que se conformavam as elites locais no âmbito do Império Português. Neste sentido, é importante salientar que a existência de um *modelo corporativo de sociedade* (HESPANHA, 2001: p.172) - onde se destacava a vitalidade desempenhada pelos poderes periféricos- conferia as possibilidades através das quais os indivíduos poderiam se destacar diante de seu grupo, ou até mesmo para além dessa esfera, especialmente aqueles que não pertenciam à nobreza de sangue.

Antonio Manuel Hespanha (2001) questiona a ideia de centralização do poder pelo Estado, apontando para a existência de relações recíprocas ou simbióticas entre os poderes locais e a Coroa, através das quais se baseava a economia política dos privilégios. No que tange à uniformidade jurídica do Império, que representaria o poder central do monarca, o autor afirma que, considerando-se a distância das colônias em relação à metrópole e a realidade de cada região conquistada, o direito colonial se ajustava aos contextos locais e os nativos atuavam no estabelecimento de suas próprias práticas legislativas. Tais princípios representariam os fundamentos básicos de uma monarquia corporativa.

Observando as possessões ultramarinas portuguesas, Hespanha defende a existência de uma estrutura administrativa centrífuga, onde os representantes da Coroa e as instituições locais gozavam de um significativo espaço de autonomia. Podemos mencionar aqui, o caso dos vice-reis e governadores que respaldados pela doutrina jurídica vigente, dispunham de poderes extraordinários; sendo assim os mesmos tinham condições de desobedecer ou adaptar as regras estabelecidas pela metrópole de acordo com as circunstâncias da região em que atuavam, desde que essas mudanças favorecessem sempre os interesses reais. Além disso, como estavam em terras distantes do centro do poder, muitas vezes precisavam tomar decisões sem antes consultar a posição do monarca e seus conselheiros sobre o assunto (Idem, pp. 174-175).

Outro fator que também contribuía para reforçar a autonomia dos poderes locais era a ausência de hierarquia administrativa que marcava a forma de organização política do Estado Português. É o caso, por exemplo, da atuação de donatários, governadores locais e juízes.

A partir da segunda metade do século XVII, os governadores-gerais passam a ter supremacia sobre os donatários e posteriormente os governadores das capitanias, contudo, esses últimos também deviam se submeter às ordens dos secretários de Estado em Lisboa. Tal fato acabava propiciando uma situação *de incerteza hierárquica*, o que permitia uma ação bastante autônoma por parte dos governadores locais, que tinham como uma de suas principais atribuições a concessão de sesmarias, de acordo com seu livre arbítrio. Ademais, tais funcionários régios também exerciam *plena jurisdição criminal e vasta jurisdição cível*, fatores estes que demonstram claramente o fortalecimento dos poderes locais (Idem, pp. 178-179).

Hespanha (2001) salienta ainda que as Câmaras municipais eram um espaço privilegiado para a ação das elites locais, através do qual encontravam a possibilidade de barganhar com a Coroa. O autor aponta para a especificidade brasileira, onde apesar da proibição relacionada à venalidade dos cargos, a partir do início do século XVIII os ofícios eram dados àqueles que tivessem oferecido um donativo à fazenda, que na realidade significava a prestação de um serviço que deveria ser recompensado (Idem, pp.185-187).

Monteiro (2003) faz uma análise mais complexa sobre a importância da ocupação de cargos no governo da municipalidade para a conformação da elite portuguesa no final do Antigo Regime, observando que o exercício de ofícios camarários era fundamental no processo de nobilitação dos indivíduos.

Os poderes municipais apresentavam uma grande vitalidade e eram responsáveis pela formação de um grupo caracterizado como a *gente nobre da governança da terra*, categoria social diferente da fidalguia (Idem, p.38).

Em Portugal, havia uma maior tutela da Coroa sobre a composição das câmaras, fato que poderia ser explicado por uma estrutura política marcada pela uniformidade institucional, o que permitiria a definição de regras gerais para direcionar o funcionamento de tais instituições. Entretanto, elas apresentavam significativos espaços de autonomia, especialmente no que se refere à justiça (Idem).

No que diz respeito à questão da mobilidade social, Monteiro se baseia na perspectiva de um alargamento da nobreza durante o Antigo Regime, onde o enfraquecimento do furor bélico acabou por impulsionar a valorização de ofícios e cargos civis, conferindo-lhes a devida honra. Nestes casos, os indivíduos não pertenciam aos grupos tradicionais da aristocracia, formados por Cavaleiros e Fidalgos, mas usufruíam praticamente dos mesmos privilégios (Idem).

O mesmo autor chama também atenção para outro aspecto de relevância, ou seja, o fato da legislação portuguesa seiscentista reconhecer que a liderança da terra deveria ficar sob a responsabilidade dos principais, apesar de os juristas debaterem se essa regra se aplicaria apenas às cidades e vilas com maior desenvolvimento social e econômico ou a todas as câmaras do país. Sendo assim, a condição de nobreza estava diretamente relacionada à indicação do nome de um indivíduo na lista dos elegíveis (Idem).

A distinção conferida pela ocupação de cargos no governo da municipalidade era incompatível com a prática de ofícios mecânicos e a especificidade portuguesa consistia no fato de que ser nobre significava viver à lei da nobreza, condição relacionada com a não dependência do trabalho do corpo para garantir a própria sobrevivência (Idem).

Desde os fins da Idade Média, ocorreu na Europa uma crescente valorização das funções desempenhadas por grupos sociais não ligados ao universo rural de *raiz medieval*. Sendo assim, o estatuto da nobreza se torna variável de acordo com a região, não sendo possível, portanto, pensar em *categorias uniformemente hierarquizáveis para todos os territórios do Reino* (Idem, p.49).

Neste sentido, os cargos camarários não eram considerados como a melhor estratégia para reconhecimento da nobreza, pelo fato de ser proibida a sua venalidade, dos mesmos dependerem dos contextos locais e representarem um efeito, de certa forma, restrito ao âmbito da localidade (Idem).

Para o seu estudo Nuno Monteiro utiliza como fonte as “Listas dos homens elegíveis” para o governo de cada municipalidade, documentos que segundo o autor permitem radiografar o perfil das elites locais. Infelizmente ter acesso a esse tipo de dado não é privilégio dos historiadores de uma forma geral. No caso da Capitania de Minas Gerais, por exemplo, ainda não foram encontrados esses tipos de registros, o que obriga o pesquisador a se esforçar para compreender a conformação das elites locais e o papel das Câmaras nesse processo a partir dos nomes daqueles que ocuparam cargos.

No caso das câmaras com perfis mais aristocráticos constatou-se a presença de fidalgos da Casa Real e com relação aos postos nas ordenanças eram considerados elegíveis somente Capitães-Mores e os Sargentos-Mores. Já nas municipalidades menos seletas ou periféricas, predominavam os oficiais de ordenanças (inclusive capitães e alferes), bacharéis, funcionários, boticários e lavradores. A análise dos arrolamentos leva à relativização da categoria geral de oligarquias municipais, visto que, a sua base de recrutamento era muito diversa.

Nos conselhos periféricos havia uma resistência das elites locais em ocupar os postos disponíveis, isso se explicaria pelo fato de que predominava a dúvida em relação ao status conferido para o trabalho desempenhado em pequenas câmaras, ademais, geralmente nesses municípios os recursos eram escassos, o que muitas vezes obrigava os juízes ou vereadores a arcarem com os impostos das terças que deveriam ser pagos à Coroa. (Idem)

Nota-se ainda que as câmaras mais antigas e mais ricas não eram compostas apenas por indivíduos pertencentes à fidalguia muito antiga, mas pela confluência entre fidalguia tradicional e homens ricos, especialmente homens de negócio.

Para Monteiro, as vereações representavam um espaço de reconhecimento da existência de mobilidade social em escala local. Já os cargos de almotacés e os postos nas ordenanças constituíam vias institucionais para a mobilidade social.

FORJANDO UMA IDENTIDADE NOBRE

No que diz respeito à conformação da elite no termo de Pitanqui, ainda não temos a possibilidade de apresentar dados conclusivos, entretanto, podemos discutir alguns indícios que podem nos indicar caminhos de investigação. Partimos do pressuposto de que fazia parte das estratégias de nobilitação de alguns membros do referido grupo os processos de negociação e barganha com a Coroa.

Obviamente que a ação dos indivíduos não é homogênea, onde muitos potentados locais optaram por arrefecer suas indiferenças com as autoridades metropolitanas, ação que se tornava viável na medida em que os mesmos possuíam recursos financeiros e poderio bélico consideráveis para defender sua posição. Neste caso, é conveniente destacar que entre os anos de 1718-1724 o principal líder dos motins na região Domingos Rodrigues do Prado não foi citado entre os que contribuíram com os quintos reais²³, apesar de ter sido um dos primeiros cobradores desse imposto na região. Já seu companheiro Suplício Pedroso Xavier contribuiu entre os nos anos de 1718, 1719 e 1722, momento em que provavelmente deixa a região devido às punições da Coroa aos líderes dos motins.

O caso de Antônio Rodrigues Velho também merece nossa atenção. Natural da região de São Paulo foi tradicionalmente considerado como descendente dos bandeirantes; filho de Garcia Rodrigues Velho e Izabel Bicudo. Casou-se em Itu, com Margarida de Campos, filha de José de Campos Bicudo. Juntamente com seu sogro, Rodrigues Velho penetrou o sertão do São Francisco e foi responsável pela criação de

²³ Arquivo Público Mineiro. Quintos, capitação a cargo do cobrador João Henrique de Alvarenga. 1718-1724. Microfilme 006(5/5) 007 (1/10) / CC.

arraiais da região, como por exemplo, o de São Joanico, atualmente conhecido como cidade de Maravilhas.²⁴

Ocupou o posto de Capitão- Mor da Vila de Pitangui, além de ser juiz ordinário da Câmara durante o ano de 1718 (Idem). Esses cargos, provavelmente, foram conquistados não só pelo mérito de sua família- tradicional na Capitania de São Paulomas, também através dos serviços que o mesmo prestou à Coroa, utilizando dos recursos oriundos de sua própria fazenda.

Se observarmos a lista relativa à cobrança dos quintos reais na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui entre os anos de 1718-1724²⁵, verificamos que Antonio Rodrigues Velho contribuiu durante todos os anos, apresentando um número total de escravos que variava entre 24 e 41. Fazendo menção ao trabalho de Luna (1980), onde consta que na Capitania de Minas Gerais, a maioria dos proprietários não possuía mais do que 5 cativos, é possível concluir que o seu cabedal era bastante considerável, o que lhe garantia uma maior possibilidade de prestar serviços à Coroa.

Neste sentido, podemos mencionar que Antonio Rodrigues Velho estava entre as pessoas que apoiaram o Conde de Assumar durante a resistência de alguns moradores liderados por Domingos Rodrigues do Prado e Suplício Pedroso Xavier diante da entrada do Brigadeiro João Lobo de Macedo, que estaria encarregado da regência e governo dos moradores (CUNHA, 2009). A postura do Capitão-Mor nos faz inferir que o mesmo deveria possuir um significativo poderio bélico, já que a situação era de conflito; ademais, a posse de armas era prerrogativa para ocupação de postos de maior destaque nas Ordenanças. Destacamos ainda que Rodrigues Velho foi citado na lista dos homens mais ricos da Capitania de Minas Gerais residentes no termo de Pitangui, comarca do Rio das Velhas²⁶ e ocupou cargos no governo da municipalidade.

O já citado trabalho de Monteiro (2003) sobre a conformação da elite portuguesa no final do Antigo Regime nos faz refletir sobre as estratégias seguidas por Antonio Rodrigues Velho, considerando os postos nas Ordenanças como meios através do qual o

²⁴ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica. Título: Garcias Velhos. Editora Itatiaia, 5ª ed, 1980.

²⁵ Arquivo Público Mineiro. Quintos, capitação a cargo do cobrador João Henrique de Alvarenga. 1718-1724. Microfilme 006(5/5) 007 (1/10) / CC.

²⁶ Cf. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial*. Editora FAPEMIG, 2010.

indivíduo conseguia atingir possibilidade de mobilidade social e os postos na Câmara como o reconhecimento dessa ascensão em escala local.

No ano de 1728, o governador da Capitania de Minas Gerais envia um requerimento ao Conselho Ultramarino contendo o pedido de confirmação do posto de Capitão Mor da Vila de Nossa da Piedade do Pitangui ocupado por Miguel de Araújo Velho e esse documento nos traz indícios sobre a importância da ocupação de ofícios na Ordenança para os moradores da região.²⁷

O suplicante justifica que é merecedor do referido privilégio porque serviu com destacado zelo no posto de Capitão Mor das Entradas de Vila Real do Sabará, *executando pontualmente todas as ordens que lhe foram dadas pelos governadores*. Com a mesma presteza e competência teria se dedicado ao posto de Capitão de uma Companhia de Cavalaria da Ordenança do distrito de [Paraopeba]. Também acompanhou o Sargento Mor João de Souto Maior, tesoureiro da Fazenda Real, na condução dos quintos daquela comarca para a Vila do Carmo, levando para essa jornada seus [escravos] armados e portando-se com *grande vigilância, cuidado e zelo*²⁸. Todos esses serviços realizados em benefício do interesse régio demonstravam sua fidelidade enquanto vassalo e conseqüentemente o habilita como alguém que merece ser agraciado com mercês e privilégios.

De acordo com Ana Paula Pereira Costa (2006), no Brasil colonial os postos militares constituíam um importante meio de distinção social e a organização do exército português a partir de 1640 passou a se dar da seguinte maneira:

- Corpos regulares: força paga pela Fazenda Real, onde os oficiais eram ligados permanentemente à função militar.
- Milícias ou Corpos de Auxiliares: os oficiais não eram remunerados e o serviço era obrigatório para os civis. Esta força prestava auxílio às tropas pagas, mas não ficava permanentemente ligada à função militar.
- Ordenanças ou Corpos Irregulares: nesta força os oficiais não recebiam soldos, podiam continuar exercendo suas atividades e só se afastavam delas em caso de grave perturbação da ordem. Eram recrutados os indivíduos que se encontravam na faixa dos 18 aos 60 e todos eram obrigados a possuir armamentos de acordo com sua condição.

²⁷ AHU- ACL- N. MG. Catálogo 1066. Projeto Resgate UNB.

²⁸ Idem

Observando a composição social do corpo dos oficiais que integravam as Ordenanças na Comarca de Vila Rica durante o período colonial, a historiadora conclui que, ao contrário do que ocorria em Portugal, onde o nascimento contava significativamente para a ocupação de altas patentes, em Vila Rica o preenchimento dos principais postos da Ordenança dependia do exercício de cargos públicos, da posse de cabedal considerável, do oferecimento de serviços pecuniários à Coroa e da atuação na conquista de territórios coloniais (Idem).

A trajetória de Manuel Jorge Azere também demonstra as possibilidades encontradas pelos indivíduos que viviam no termo de Pitangui para se distinguir socialmente. Na carta patente passada pelo Conde de Galveas no ano de 1732 - onde lhe confere o posto de Sargento-Mor do terço dos Auxiliares da Vila e do distrito de Pitangui- consta que esse indivíduo teria servido em Portugal, em Praça de soldados de Infantaria durante alguns anos, atuando em Companhias na luta contra Castela. Posteriormente, migrou para o Rio de Janeiro, *onde [sentar] Praça de Soldado Infante em um daqueles terços*. Por fim, deslocou-se para as Minas e ocupou o posto de Furriel do Terço Pago que o governador Antonio de Albuquerque Coelho organizou para defender o Rio de Janeiro das invasões francesas.²⁹

O referido Sargento-Mor também ocupou os cargos de vereador e almotacé no governo da municipalidade, portando-se sempre com bom procedimento no exercício das ditas funções. Trabalhou na condução dos quintos reais para a provedoria a Real Fazenda, enfrentado os perigos de caminhos que trilhavam os sertões; tudo à custa de suas fazendas e com graves riscos para sua própria vida, levando consigo cavalos e escravos armados para garantir a segurança dos recursos reais. Ademais, manteve a fidelidade durante o levantamento dos paulistas, dando alojamento às pessoas que foram castigar os rebeldes de Pitangui a mando do Conde de Assumar.³⁰

No ano de 1760, Manuel Jorge Azere ocupa o cargo de Comissário Intendente dos reais quintos da Vila de Pitangui e solicita à Coroa a mercê do pagamento do referido ordenado. No processo o suplicante salienta mais uma vez as suas contribuições para o benefício da Fazenda Real e argumenta que apesar do seu cargo ter sido concedido sem constar o pagamento de ordenado, requer que a Coroa reveja a sua

²⁹ AHU. Cx:09/Doc:03/Cd:10

³⁰ Idem

situação, já que o comissário do recém-criado termo de Paracatú, Rafael da Silva e Souza tinha o direito de receber ajuda de custo.

As informações levantadas até o momento sobre a trajetória de Azere nos permitem verificar que a ascensão social deste indivíduo se pautou especialmente em uma atuação militar desempenhada em Portugal e no Brasil- especificamente nas Capitânicas do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tais serviços provavelmente possibilitaram que o mesmo conquistasse cargos no governo da municipalidade, elemento indispensável à sua estratégia de projeção social. Podemos notar ainda, que esse indivíduo, apesar de viver em uma região de fronteira, distante das principais instituições representativas do poder reinol, provavelmente, participava de uma ampla rede de informações, na medida em que tomou conhecimento (incluindo o requerimento ao seu processo) da concessão de soldos à Rafael da Silva e Souza, comissário de Paracatú.

Podemos então perceber que, Antonio Rodrigues Velho e Manuel Jorge Azere seguiram as estratégias comumente traçadas pelos indivíduos para se distinguir socialmente em uma sociedade de Antigo Regime. No entanto, é preciso levar em consideração que cada uma dessas variáveis deve ser entendida a partir do contexto em que os mesmos estão inseridos.

Citando como exemplo a Câmara de Goa, estudada por Ângela Barreto Xavier (2008), o mérito dos oficiais naquelas paragens não se justificava através da atuação na conquista de territórios, ao contrário do ocorre na maior parte das capitânicas da América Portuguesa, entre elas Pernambuco e Minas Gerais.

Em seu estudo sobre a destacada família de Maximiliano de Oliveria Leite, estabelecida na região da Vila do Carmo - MG ainda no alvorecer do século XVIII, Carla Almeida (2007) defende que a posição de nobreza da terra dependia da ocupação de cargos concelhios; da atuação na conquista e na soberania da coroa portuguesa na colônia; de fazer parte das ordenanças e de apresentar alto nível de riqueza. A legitimação da condição de nobreza da terra se relacionava à posição de conquistadores e primeiros povoadores da região.

Em se tratando da *casa* de Maximiano, a condição de nobreza já consolidada ao longo do tempo permitiu que o referido grupo estabelecesse um projeto de distinção social mais ampliado, ou seja, que ultrapassava os limites da localidade. Fazia parte das estratégias de distinção dessa família as atividades de conquista, a defesa do território

colonial em caso de invasões estrangeiras, a ocupação de postos nas Ordenanças e no governo da municipalidade. Práticas endogâmicas e assimilação de indivíduos endinheirados vindos do Reino pela família, também contribuíram para manutenção do capital simbólico adquirido e a preservação ou crescimento dos bens materiais. Acrescenta-se ainda o fato de que alguns membros dessa família eram enviados para Portugal para adquirir formação e ali estabeleciam laços de reciprocidade com a administração, representando os interesses dos seus familiares no âmbito do além-mar (Idem).

Notamos que no caso de Pitangui, apesar dos serviços prestados por Azere em outras paragens, existe uma ênfase na questão do esforço para garantir a cobrança e a transferência segura dos recursos recolhidos através da cobrança de impostos para os cofres da Provedoria da Real Fazenda. Neste caso, podemos supor que tal serviço era uma das principais prerrogativas para se justificar distinção do indivíduo, pelo menos a nível local, já que em uma região de fronteira a resistência em relação às regras do jogo colonial, os conflitos de jurisdição e a violência eram sempre constantes.

CONCLUSÃO

As reflexões acerca da conformação da elite em uma sociedade de Antigo Regime e a construção de apontamentos iniciais sobre a constituição desse grupo no termo de Pitangui ainda não nos permite chegar a conclusões, mas, já nos cabe colocar algumas inferências.

Durante o Antigo Regime, o Império Português foi marcado por uma cultura política que permeava tanto a Corte quanto suas conquistas, onde a ocupação de ofícios no governo da municipalidade e de postos nas Ordenanças constituíam elementos centrais nos projetos de ascensão social. A lógica das estratégias de nobilitação era compartilhada pelos vassallos, estivessem eles em terras lusitanas ou no além mar. Contudo, é preciso salientar que o significado da projeção que tais cargos lhes conferiam variava de acordo com contexto de cada localidade.

Neste sentido, passamos a nos questionar o que representava para um indivíduo ser oficial de uma câmara periférica como a da Vila de Pitangui ou ocupar postos nas Companhias de Ordenança? A distinção social conferida por tais privilégios podia lhes dar a possibilidade de alçar sua condição de nobreza para além da localidade em que estavam inseridos? Os sujeitos que viviam em um ambiente marcado pela rusticidade

alimentavam tal ambição, ou bastava ser reconhecido como homem nobre diante de sua comunidade? Como já foi dito, este trabalho nos direcionou mais no sentido dos questionamentos do que das conclusões.

FONTES MANUSCRITAS:

- Arquivo Histórico Ultramarino:

AHU- ACL- N. MG. Catálogo 1066. Projeto Resgate UNB.

AHU. CX: 73, DOC: 73, CD:21

AHU. Cx:09/Doc:03/Cd:10

- Arquivo Público Mineiro

Quintos, capitação a cargo do cobrador João Henrique de Alvarenga. 1718-1724. Microfilme 006(5/5) 007 (1/10) / CC.

FONTES IMPRESSAS

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Título: Garcias Velhos. Editora Itatiaia, 5ª ed, 1980.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial*. Editora FAPEMIG, 2010.

_____. Uma nobreza da terra com projeto Imperial; Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. 1 ed, vol1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Conservação e organização do Arquivo Judicial da Câmara Municipal de Pitangui* (século XVIII e XIX): Projeto. [Impresso], 2005.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. “Fronteira e Instituição de Capelas nas Minas: América Portuguesa”. In: *América Latina en la historia económica*, nº 35. México, Janeiro/ Junho de 2011.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais (1674-1807)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

- CATÃO, Leandro Pena. “Apresentando o Arquivo Histórico de Pitangui”. In: _____. (org). *Pitangui Colonial: história e memória*. BH: Crisálida, 2011.
- COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenança e de suas estratégias na construção de sua autoridade, Vila Rica (1735- 1777)*. UFRJ. 2006. Dissertação de mestrado
- CUNHA, Vagner da Silva. A “*Rochela*” das Minas do Ouro? Paulistas na Vila de Pitangui (1709- 1721). Dissertação de mestrado. UFMG, 2009.
- GRUZINSKY, Serge. *O pensamento mestiço*. SP: Companhia das Letras, 2001.
- HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVEA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)* (orgs). RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- JESUS, Alyson Luiz Freitas. O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – séculos XVIII e XIX. In: *Revista História e Perspectivas*. Uberlândia, Jul. Dez, 2006.
- LUNA, Francisco Vidal . *Minas Gerais - Escravos e Senhores*. Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Núcleos Mineratórios (1718-1804). 1. ed. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, Tese de doutorado, 1980. v. 1. 224 p.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e Poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- XAVIER, Angela Barreto. *A Invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: ICS, 2008.

Os juizes ordinários de Vila do Carmo: perfil e atuação

Mariane Alves Simões³¹

RESUMO:

O objetivo geral do trabalho é refletir sobre a justiça em primeira instância na região Vila do Carmo, Minas Gerais, durante a primeira metade do século XVIII. Mais detidamente no período de 1711 a 1731, anos em que os juizes ordinários atuaram nessa região e período em que a região sofre um significativo aumento demográfico devido à descoberta aurífera nos anos anteriores. A proposta foi fazer algumas reflexões sobre o perfil e a atuação dos juizes ordinários dessa região.

Palavras-chave: juizes, justiça, Minas.

ABSTRACT:

The overall objective is to reflect on justice in the first instance in Vila do Carmo region, Minas Gerais, during the first half of the eighteenth century. More closely in the period from 1711 to 1731, years in which the ordinary judges acted in this region and period in which the region is a significant population increase due to gold mining discovery in previous years. The proposal was to make some reflections on the profile and activities of judges ordinary of this region.

Key- words: judges, justice, Minas

INTRODUÇÃO

A instituição da justiça ordinária remete-se diretamente à antiga tradição de justiça local ou justiça comum, surgida nos concelhos portugueses medievais³². Destarte, essa justiça teve um papel longo nessa sociedade e os juizes ordinários foram responsáveis pela aplicação da justiça na maior parte das localidades dotadas de câmaras municipais em todo o território português, até o início do século XIX.

Nesse período os juizes podiam ser oficiais honorários, não letrados e não remunerados ou oficiais de carreira, letrados, de carreira e nomeação régia. Em Portugal a nomeação dos juizes de fora teve início no reinado de D. Dinis. O juiz de fora era um magistrado nomeado pelo rei de Portugal, para atuar em lugares onde era necessária a atuação de um juiz isento e imparcial. Além de serem de “fora da localidade”, esses

³¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email:marianehist@gmail.com

³² Segundo Luis Miguel Duarte muito pouco se sabe sobre a preparação dos juizes concelhios no período medieval. Para o autor se pedia, sobretudo, preeminência social, desafogo econômico, bom senso e conhecimento dos costumes da terra; o saber jurídico era secundarizado e muitas vezes inexistente.

juízes eram especialistas em leis, o que compensaria o ônus salarial com que o Concelho teria que arcar³³.

Porém, o processo apenas adquiriu maior impulso com o reforço centralizador pombalino e que os Concelhos com juiz de nomeação régia, sendo, embora os mais importantes e populosos pouco teriam ultrapassado os 20% do total em Portugal³⁴. Segundo Antônio Manuel Hespanha as justiças de uma esmagadora maioria dos concelhos eram justiças honorárias.

Na colônia o cargo de juiz de fora foi criado em 1696 na Bahia e em 1703 no Rio de Janeiro. Na nossa região de estudo, a Vila do Ribeirão do Carmo, esse cargo vai ser criado em 24 de março de 1730³⁵, porém, o primeiro juiz de fora assume o cargo no ano de 1732. No entanto, os juízes ordinários ocuparam lugar na maioria das Câmaras até o início do século XIX³⁶.

Entender como funcionava essa justiça ordinária torna-se fundamental para um melhor entendimento da administração e da justiça colonial, assim como da relação centro e periferia, incidindo sobre a relação entre as autoridades locais e centrais.

No período delimitado para análise o sistema judiciário colonial se apresentava em três instâncias. A primeira instância se baseava em três juízes: o juiz de vintena, o juiz ordinário e o juiz de fora. A segunda era dividida em um tribunal recursal: a Relação da Bahia³⁷. Já a terceira era dividida em três instâncias superiores: a Casa da Suplicação, Mesa da Consciência e Ordens e o Desembargo do Paço.

O objetivo desse trabalho é refletir sobre o processo de institucionalização e sobre a execução da justiça em primeira instância, realizado nos quadros da Câmara na região de Vila do Ribeirão do Carmo durante a primeira metade do século XVIII, mais especificamente no período de 1711 a 1731, anos em que os juízes ordinários atuaram na região.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO E A JUSTIÇA LOCAL EM VILA DO CARMO

Na última década do século XVII a descoberta do ouro nos sertões da América portuguesa gerou um rápido crescimento demográfico e o reforço do sistema escravista

³³ FONSECA, Tereza. Absolutismo e Municipalismo, Évora 1750-1820. Coimbra: Colibri, 2002.

³⁴ FONSECA, Tereza. Absolutismo e Municipalismo, Évora 1750-1820. Coimbra: Colibri, 2002.

³⁵ PIRES, Maria do Carmo. Câmara Municipal de Mariana no século XVIII: formação, cargos e funções.

³⁶ Em Vila Rica, por exemplo, o juiz ordinário que vai atuar até o século XIX.

³⁷ Em 1751 vai ser criado um novo Tribunal de Segunda Instância: a Relação do Rio de Janeiro.

colonial. Muitos portugueses e estrangeiros deixaram seu país de origem para se aventurar pelo caminho das Minas, confirmando uma tendência migratória já suficientemente explorada pela historiografia e que era oriunda principalmente da região Norte de Portugal³⁸.

De acordo com Claudia Damasceno, logo que a notícia do descobrimento aurífero se espalhou a região passou a receber um grande afluxo de pessoas e, em pouco tempo, já contava com uma população muito numerosa. Esse rápido crescimento demográfico fez com que as autoridades régias iniciassem um processo de institucionalização nas regiões mineradoras.

Após o final da Guerra dos Emboabas, Dom Antônio de Albuquerque criou as primeiras vilas com o intuito de conseguir um maior controle da região mineradora. Foi nesse momento que foi instituída a Vila de Ribeirão do Carmo, em janeiro de 1711, criação estritamente vinculada ao desejo de uma melhor administração da justiça na região³⁹. As palavras do rei Dom João V expressam claramente esse escopo:

Erigir em Vila o arraial de Nossa Senhora do Carmo e enviar na mesma, lugar de juiz de fora por assim ser conveniente ao meu real serviço e para boa administração da justiça⁴⁰.

Conseqüentemente, nesse mesmo ano foi instituída a Câmara de Vila do Carmo, instituição que tinham o poder de decidir diversas questões referentes aos cuidados e medidas dirigidas na região.

Segundo Fernanda Bicalho⁴¹ as elites das conquistas buscavam distinção e privilégios através do controle das instituições locais, assim os cargos camarários eram alvo de disputas entre diferentes grupos das localidades, sendo espaço de distinção dos colonos e de negociação com a Coroa.

³⁸ Iraci del Nero, ao levantar dados sobre a população portuguesa radicada em Vila Rica, constatou que 68,1% provinha do Norte de Portugal. Carla Almeida ao analisar a população inventariada em Minas entre 1750 e 1779, descobriu que 89% dos homens portugueses eram naturais das províncias do norte.

³⁹ Nesse ano também foram criadas Vila Rica e Vila do Sabará. De acordo com Joaquim Romero Magalhães as autoridades portuguesas consideravam indispensável à instituição de municípios para a ordenação da vida coletiva da população e para o exercício da justiça no Brasil colonial.

⁴⁰ AHU_ACL_CU_011, CX. 1, D 23: Provisão de Dom João V, em 24 de janeiro de 1711.

⁴¹ BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro”. In: Revista Brasileira de História, vol. 18, nº 36. São Paulo: ANPUH / FAPESP / Humanitas, 1998.

Como estrutura jurídica, a Câmara atuava em primeira instância, através do desempenho do juiz ordinário ou do juiz de fora, que delegavam funções aos juízes de vintena⁴², estando sujeita a apelação à Ouvidoria e o Tribunal da Relação mais próximo.

Os juízes ordinários se diferenciavam dos juízes de fora principalmente pelo fato de serem designados para o cargo através do processo de eleição. Os primeiros eram eleitos pelos homens bons, através dos processos de pelouros, enquanto os últimos eram nomeados pelo rei dentre bacharéis letrados, com o intuito de ser o suporte do rei nas localidades.

Apesar das alegações do rei para que se criasse o cargo de juiz de fora na Vila acontecerem desde 1711, foram os juízes ordinários que ocuparam lugar na Câmara até 1731, no qual eram eleitos dois por ano, totalizando 31 juízes nesse período⁴³.

OS JUIZES ORDINÁRIOS DE VILA DO CARMO

As Ordenações Filipinas determinavam que a duração do cargo de juiz ordinário seria de um ano. Diziam as Ordenações:

E mandamos, que o que em um ano for juiz, (...) não possa haver em esse Concelho nenhum dos ditos ofícios, que já houve e serviu até três anos, contados do dia que deixou de servir. Porém, isto não haverá lugar nos lugares pequenos, onde se puderem achar tantas e tais pessoas, que sejam para servir os ditos ofícios: porque neste caso poderão ser oficiais um ano e outro não⁴⁴.

Em Vila do Carmo apenas os juízes Pedro Frasão de Brito e Salvador Fernandes Furtado assumiram o cargo por dois anos consecutivos e poucos foram os juízes que assumiram o cargo mais de uma vez⁴⁵.

⁴² Juiz para lugares com mais de vinte famílias, decidindo verbalmente pequenas causas cíveis, sem direito a apelação ou agravo, eleito pela Câmara Municipal.

⁴³ É importante lembrar aqui o trabalho de pesquisa realizado pelas historiadoras Cláudia Chaves, Maria do Carmo Pires e Sônia Maria de Magalhães, no qual levantaram a composição de todas as vereanças da câmara de Mariana desde sua fundação até os dias atuais. Este mapeamento nominal é extremamente útil, relevante e facilitador para a identificação e cruzamento de dados relativos aos grupos de elite da região. CHAVES, Cláudia Maria das Graças, PIRES, Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal de Mariana*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008.

⁴⁴ ALMEIDA. Ordenações Filipinas, p. 156.

⁴⁵ Apenas cinco juízes assumiram o cargo mais de uma vez, são eles: Rafael da Silva e Souza, Pedro Frasão de Brito, Salvador Fernandes Furtado, Francisco Ferreira de Sá e Paulo Rodrigues Durão.

Em relação à origem desses homens, percebemos que a maioria era de origem reinol e paulista, apenas um juiz tinha origem fluminense. Outra característica comum é o fato desses homens estarem entre os primeiros e principais povoadores da região.

Vários dos juízes ordinários foram importantes para o povoamento dessa região mineradora. O coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, por exemplo, saiu de Taubaté em destino ao interior, ainda no século XVII. O coronel chegou primeiramente em Itaverava, onde descobriu o ouro, sendo agraciado pelo feito com o cargo de capitão mor de Taubaté. Posteriormente, deixou suas lavras em Bom Sucesso se deslocando para o local inicialmente chamado de Morro Grande, depois São Caetano, se instalando no arraial chamado “o de cima” na Vila do Carmo, onde inclusive fez a primeira capela da região. Salvador Fernandes Furtado tinha um importante cabedal econômico e político, ganhando várias mercês, por exemplo, em 1711 ganhou uma sesmaria do governador Antônio Coelho de Albuquerque, que se localizava nas cabeceiras de seu sítio no Moro Grande, para a parte do Brumado, com uma légua de sertão para Guarapiranga⁴⁶.

O capitão mor Manoel Cardoso Cruz, último juiz ordinário da região também foi um dos primeiros moradores da região. Natural de Lisboa, Cardoso Cruz tinha prestígio entre as autoridades locais e centrais, se tornando um dos principais potentados da região⁴⁷. Também foi cobrador do quinto nas regiões mineradas. O inventário do português, que era casado com Antônia Josefa de Almeida, demonstra que ele alcançou considerável riqueza com a mineração. O português também se tornou Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, apesar de ter alguns impedimentos mecânicos. O processo descreve:

Parece o que V Majestade dispense o suplicante dando o donativo três mil cruzados para as despesas [...] Manoel Cardoso da Cruz, foi S Majestade servido dispensar para receber o Hábito da Ordem de Cristo [...] ⁴⁸.

⁴⁶ PIRES, Maria do Carmo. “Em testemunho da verdade” juízes de vintena e o poder local na Comarca de Vila Rica (1736-1808). Belo Horizonte: UFMG, 2005.

⁴⁷ Manoel Cardoso Cruz foi listado por Ana Paula da Costa como um dos principais potentados das Minas. In: COSTA, Ana Paula Pereira. Armas escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

⁴⁸ ANTT. Processo de HOC: Letra M, maço 40, doc 11- PG 9.

Outra característica comum entre os juízes ordinários eram as patentes militares. Carmem Silvia Lemos já havia demonstrado essa particularidade entre os juízes ordinários de Vila Rica⁴⁹, o que constatamos também em Vila do Carmo. Entre os julgadores de Vila do Carmo encontramos mestre de campo, guarda mor, capitão, capitão mor e sargento mor.

Jose Rebelo Perdigão, que junto com Pedro Frasão de Brito, foram os primeiros a assumirem o cargo de juiz ordinário na região de Vila do Carmo, assume, por exemplo, cargo de mestre de campo durante muitos anos.

Diz José Rebelo Perdigão [...] que lhe tem servido a Vossa Majestade na Capitania do Rio de Janeiro e seus distritos por espaço de 25 anos 5 meses e 11 dias contados de 5 de abril de 1677 até 14 de outubro de 1722 em praça de soldado em cargo de daquele governo e ultimamente no posto de Mestre de Campo [...] Vila do Carmo de Ribeirão⁵⁰.

O requerimento acima nos indica que Perdigão teve uma atuação importante no Império Português, com prestígio entre as autoridades centrais e “gozava de todas as honras privilégios, liberdades, isenções e fraquezas que em razão do dito posto lhe são concedidas; pelo que mando a todos os oficiais e soldados do dito terço conheçam ao dito José Rebelo Perdigão por seu Mestre de Campo e lhe obedeçam”⁵¹.

Aproximadamente 90% dos juízes de Vila do Carmo possuíam patentes militares. A documentação contemplada nesse trabalho nos indica que esses homens conquistaram prestígio entre as autoridades centrais e locais, conquistando importantes patentes e mercês, assim como cartas de sesmaria.

A carta de sesmaria, na qual foram doadas terras aos juízes ordinários Caetano Álvares Rodrigues e Maximiniano de Oliveira⁵², demonstra que os mesmos lograram prestígio entre as autoridades locais e centrais.

Faço saber aos q esta minha carta de Sesmaria, vivem que tendo respeito a me representarem por sua petição o Guarda Mayor

⁴⁹ LEMOS, Carmem Silvia. A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2003. PG 135.

⁵⁰ AHU_ACL_CU_011, Cx. 22, D. 1799.

⁵¹ AHU_ACL_CU_011, Cx. 2, D. 97.

⁵² Caetano Álvares Rodrigues assumiu o cargo no ano de 1721 e Maximiano de Oliveira Leite no ano de 1726.

Maximiniano de Oliveira Leite, e seu sócio Caetano Alvares Rodrigues, que eles suplicantes caro senhores [...] Hey por bem fazer mercê como por esta faço de conceder em nome de S Majestade aos ditos guarda [mayor] Maximiniano de Oliveira Leite, e seu sócio o coronel Caetano Alvares Rodrigues, [meya] légua de terra⁵³.

Para Antonio Manuel Hespanha o direito oficial, quer a lei nacional, quer a doutrina do direito comum, introduziram significativas exceções favoráveis a esses juízes locais. E segundo o autor “os régulos e notáveis eram legitimados pelo colonizador” (HESPANHA, 2001: 442). Foi o que parece ter acontecido com esses juízes ordinários de Vila do Carmo.

A ATUAÇÃO DOS JUÍZES ORDINÁRIOS DE VILA DO CARMO

A historiografia pouco se debruçou sobre a atuação dos juízes ordinários e do aparato judicial em primeira instância. Mas, no geral, se perpetuou uma imagem dos juízes ordinários como leigos e incapazes de atuarem na justiça, pois esses se deixavam levar por paixões e interesses, defendendo os potentados locais⁵⁴.

No entanto, nos últimos anos a historiografia vem recuperando a importância da justiça ordinária no Império Português e dando nova voz a esses atores. Destaco o trabalho de Carmem Silvia Lemos e o de Joacir Navarro Borges.

Ao fazer uma análise das devassas e da carreira dos oficiais ordinários de Vila Rica (1750-1808), Lemos demonstra o funcionamento da justiça nessa sociedade⁵⁵. Para a autora a atuação dos juízes ordinários de Vila Rica se dava num ambiente letrado, composto por doutores em Direito, onde circulavam conhecimentos e noções sobre Justiça e legislação. E, ao contrário da historiografia que aponta a atuação dos leigos como foco de excessos, ignorância e demandas locais, esses oficiais agiram em Vila Rica em consonância com as determinações régias locais.

Joacir Borges⁵⁶ também demonstra que o funcionamento do Juízo Ordinário de Curitiba no século XVIII, enquadrava-se, em geral, dentro do disposto nas Ordenações Filipinas, apesar de possuir margem de manobra, adaptabilidade que encontrava

⁵³ AHU_ACL_CU_011, Cx. 55, D. 4599.

⁵⁴ VIANNA. Oliveira, VASCONCELLOS, Diogo de.

⁵⁵ LEMOS. Carmem Silva. A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2003.

⁵⁶ BORGES, Joacir Navarro. Das justiças e dos litígios: a ação judiciária da Câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1745). Curitiba: UFPr, 2009.

fundamento no pluralismo político característico da estrutura do Direito português. Segundo Borges, o juízo local era palco privilegiado de litígios, negociações, diálogos e acordos judiciais.

Em relação à atuação desses juízes ordinários de Vila do Carmo precisamos destacar que suas funções não se limitaram a execução judicial. As Ordenações Filipinas listavam um conjunto de funções para esses juízes que iam desde proceder contra os que cometeram crimes no termo (município) de sua jurisdição; como participar das sessões da Câmara; ter alçada nos bens móveis e de raiz; participar da escolha do juiz de vintena; entre muitas outras funções⁵⁷.

Para Antônio Manuel Hespanha⁵⁸ as funções desses juízes ultrapassavam em algo aquilo que hoje se entende ser a função jurisdicional. Para além das funções administrativas da justiça, possuía uma variada gama de atribuições, na manutenção da ordem pública, da defesa da jurisdição real, da contenção dos abusos dos poderosos, etc.

Para Arno e Maria Wehling⁵⁹ os juízes ordinários que presidiam na Casa absorviam as funções jurisdicionais, cabia a eles a função propícia de julgar, mas às vezes também possuíam funções administrativas e fiscais. Segundo Maria do Carmo Pires⁶⁰ nesse período justiça e administração se mesclavam indistintamente.

Mesmo sabendo que a atuação desses juízes está ligada também a uma tradição oral alguns documentos nos indicam aspectos importantes sobre o desempenho dos mesmos, entre eles os processos-crime, os autos de notificações e os inventários existentes no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, fontes privilegiadas nesse momento.

Em um primeiro momento percebemos que nos primeiros anos de atuação dos juízes ordinários na região de Vila do Carmo, os julgadores conciliaram essa função com a de juiz dos órfãos, como previsto pelas Ordenações, que diziam: “E onde não

⁵⁷ Ordenações Filipinas - Título LXV: Dos Juízes Ordinários e de Fora, Livro I. Disponível em <<http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/>>.

⁵⁸ HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal*. séc. XVIII. Coimbra: Almedina, 1994.

⁵⁹ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

⁶⁰ PIRES, Maria do Carmo. “Em testemunho da verdade” juízes de vintena e o poder local na Comarca de Vila Rica (1736-1808). Belo Horizonte: UFMG, 2005.

houver Juízes dos Orphãos, os ordinários guardarão e cumprirão em todo o Regimento, o que especialmente eh dado ao Juiz dos Orphãos”⁶¹.

Em muitos momentos os juízes eram referenciados das duas formas, por exemplo, o inventário do juiz ordinário Francisco Ribeiro de Andrade do ano de 1722, diz:

[...] falou o inventariante do capitão Francisco Ribeiro de Andrade eu e o diante nomeado fui vindo com o juiz ordinário e dos orphãos o capitão mor Raphael da Silva e Souza⁶².

Em relação aos processos crimes é preciso ressaltar seu número reduzido na região, lacuna está que já foi explorada pela historiografia. Nuno Gonçalo Monteiro afirma:

É geralmente difícil encontrar, por exemplo, sentenças, em primeira instância produzidas por juízes locais, mesmo em câmaras razoavelmente importantes. Desde logo, essa situação impõe limitações evidentes, que se espelham na bibliografia disponível. Por isso, é muitas vezes através de testemunhos indiretos que se procura conhecer a atividades das câmaras enquanto tribunais (MONTEIRO, 1999: 315).

Mesmo em numero reduzido, junto com as notificações e os inventários essa documentação pode contribuir para um melhor entendimento da atuação desses juízes ordinários na região de Vila do Carmo, fundamental para melhor entendermos a justiça ordinária e esse cargo que continuou a ocupar lugar nas principais Câmaras até o início do século XIX⁶³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o perfil dos juízes ordinários de Vila do Carmo encontramos uma imagem diferente da apresentada pela historiografia, ao contrario de leigos atuando

⁶¹ Na região o cargo de juiz dos órfãos começou a ser ocupado em 1718 e foi dado inicialmente ao Doutor Gonçalo da Silva Mendanha. Ver mais em: Juizado de Orfãos em Minas colonial, século XVIII. Antes desse período eram os juízes ordinários que assumiam esse cargo e o segundo juiz dos órfãos vai ser o juiz ordinário Rafael da Silva e Souza.

⁶² Inventário post mortem e testamento – Arquivo da Casa Setecentista de Mariana: Cartório do Primeiro Ofício. Códice: 088 Auto: 1854.

⁶³ Ainda existem as Ações Cíveis disponíveis na Casa Setecentista, mas essas não serão exploradas na dissertação de Mestrado devido à falta de tempo.

em favor dos interesses locais, estamos nos deparando com homens que assumiram diversos papéis nessa sociedade. Esses julgadores assumiram cargos militares, postos como o de cobradores de quinto, o papel de potentados e alguns chegaram a atingir altas redes com as autoridades reais, se tornando Cavalheiros Professo na Ordem de Cristo e Familiares do Santo Ofício.

Em relação à atuação dos mesmos na região, acredito eles tenham enfrentado dificuldades devido o recente e ainda precário aparato judicial. O juiz de vintena, juiz encarregados de impor leis e fazer diligências nos arraiais e freguesias para os quais foram nomeados por ordem do juiz ordinário ou de fora, por exemplo, só vai surgir na região de Vila do Carmo em 1722 e só a partir de 1736 passa a ser eleito anualmente para todas as freguesias⁶⁴.

Nesse sentido, muito estudo ainda precisa ser feito para um melhor entendimento dessa justiça ordinária na região. Desse modo, acredito que o funcionamento dessa justiça em primeira instância torna-se fundamental para um melhor entendimento da sociedade colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fontes Primárias:

Ordenações Filipinas - Título LXV: Dos Juizes Ordinários e de Fora, Livro I. Disponível em <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>>

AHU_ACL_CU_011, Cx. 1, D. 23. PROVISÃO do rei D. João V ao governador das Minas Gerais, D. Lourenço de Almeida, informando que decidira erigir em Vila o arraial de Nossa Senhora do Carmo e criar na mesma o lugar de juiz de fora.

REQUERIMENTO do mestre-de-campo [do Terço Auxiliar da Vila do Carmo], José Rebelo Perdigão, ao rei [D. João V], solicitando o traslado da sua patente. AHU_ACL_CU_011, Cx. 2, D. 97.

REQUERIMENTO de José Rebelo Perdigão, solicitando a mercê de uma comenda de duzentos mil réis, com o Hábito de Cristo e a Alcaidaria-mor de Vila Rica. AHU_ACL_CU_011, Cx. 22, D. 1799.

REQUERIMENTO de Maximiano de Oliveira Leite, guarda-mor e seu sócio Caetano Alves Rodrigues, coronel, solicitando a D. João V a mercê de lhes confirmar a doação, em sesmaria, de meia légua de terra em quadra, na freguesia do Sumidouro e Furquim. AHU_ACL_CU_011, Cx. 55, D. 4599.

⁶⁴ PIRES, Maria do Carmo. “Em testemunho da verdade” juízes de vintena e o poder local na Comarca de Vila Rica (1736-1808). Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Inventário post mortem e testamento –Arquivo da Casa Setecentista de Mariana: Cartório do Primeiro Ofício. Códice: 088 Auto: 1854.

Processo de Habilitação da Ordem de Cristo: ANTT. Processo de HOC: Letra M, maço 40, doc 11.

Bibliográficas:

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João Luiz R, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa- séculos XVI- XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAVES, Maria das Graças, PIRES, Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria. Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008.

DAMASCENO, Claudia. O espaço Urbano de Mariana: sua Formação e suas Representações. Revista LPH, nº 17, 2003.

FONSECA, Tereza. Absolutismo e Municipalismo, Évora 1750-1820. Coimbra: Colibri, 2002.

HESPANHA. Antônio Manuel. História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna. Coimbra: Almedina, 1982.

HESPANHA. Antonio Manuel. As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal. séc. XVIII. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João Luiz R, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa- séculos XVI- XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEMOS. Carmem Silva. A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2003.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Documentos sobre “juízes ordinários” nos territórios brasileiros no século XVIII. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 172 (452): 547-614, jul./set. 2011.

PIRES, Maria do Carmo. “Em testemunho da verdade” juízes de vintena e o poder local na Comarca de Vila Rica (1736-1808). Belo Horizonte: UFMG, 2005.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Direito e justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

WOOD, Russel J. Centro e Periferia no mundo luso brasileiro, 1500-1808. Revista Brasileira de História, vol 18, nº 36, 1998.

ST 02. Cinema, História e Política

Germinal: cinema como fonte documental

Dirceu Ferreira Barbuto⁶⁵

Resumo: O presente artigo tem como objetivo delinear as possíveis relações que podem ser estabelecidas entre História e Cinema. Nosso objeto será o filme *Germinal* de Claude Berri (Bélgica/França/Itália, 1993), por apresentar um debate importante sobre as condições sociais dos trabalhadores franceses em plena consolidação do capitalismo industrial na Europa e o processo de alienação e exploração do trabalho. Buscamos também fazer um paralelo entre a Revolução Industrial na Inglaterra com a ocorrida na França, mostrando as especificidades do caso francês.

Palavras-chave: cinema; história; revolução industrial; França; século XIX; greve; burguesia; proletariado.

Abstract: This article aims to outline the possible relations that can be established between History and Cinema. Our object is the film *Germinal* of Claude Berri (Belgium/ France / Italy, 1993) by presenting an important debate about the social conditions of the french workers in full consolidation of industrial capitalism in Europe and the alienation and exploitation of the working process. We also seek to draw a parallel between the Industrial Revolution occurred in England with France, showing the specificity of the french case.

Keywords: film, history, industrial revolution, France; the nineteenth century; strike; bourgeoisie, the proletariat.

Introdução

Os avanços técnico-científicos, além de trazerem inúmeros benefícios à vida cotidiana, promovem alterações em nosso modo de ver o mundo. Essas alterações irão se refletir também nas artes. O cinema veio apresentar aos espectadores um mundo

⁶⁵ Bacharel em Direito (Instituto “Vianna Júnior”), Bacharel e Licenciado em História (UFJF), Especialização em História Econômica (UFJF).

diferente daquele que estávamos habituados a viver e acabou se transformando numa das mais importantes formas de entretenimento de massa do século XX, aumentando cada vez mais seu contato com o público (RAMOS, 2002: 15).

Segundo Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad, a proposta de se trabalhar com fontes históricas não-verbais não é fato recente:

É claro que o que está permeando esta nova perspectiva documental é uma total transformação da história. Não mais uma história individual, das singularidades de uma época, sintetizada na idéia de uma narrativa dos grandes fatos e dos grandes vultos. O que está em questão, a partir de então, é o desvendamento das especificidades de épocas históricas, compreendidas a partir de seu caráter transindividual.

De lá para cá, tanto a noção de documento quanto a de texto continuaram a ampliar-se. Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador. Desta forma, novos textos, tais como a pintura, o cinema, a fotografia etc., foram incluídos no elenco de fontes dignas de fazer parte da história e passíveis de leitura por parte do historiador.

Tal tendência está promovendo uma aproximação da história com outras disciplinas das ciências humanas, no sentido de desenvolver uma metodologia adequada aos novos tipos de textos. (CARDOSO & VAINFAS, 1997: 401-402).

Neste sentido, este artigo tem como objetivo delinear as possíveis relações que podem ser estabelecidas entre História e Cinema. O objeto do nosso trabalho será o filme *Germinal* de Claude Berri (Bélgica/França/Itália, 1993), por apresentar um debate importante sobre as condições sociais dos trabalhadores franceses em plena consolidação do capitalismo industrial na Europa e o processo de alienação e exploração do trabalho. Buscamos também fazer um paralelo entre a Revolução Industrial na Inglaterra com a ocorrida na França, mostrando as especificidades do caso francês.

Nossa proposta é o tratamento do filme como documento histórico, buscando desvelar os diversos aspectos que envolvem o contexto de sua produção. Para atingir nossos objetivos utilizaremos a metodologia do historiador francês Marc Ferro sobre cinema⁶⁶, além de fazermos uma análise econômica do século XIX, dialogando assim com o filme de Claude Berri.

⁶⁶ Ferro se distancia metodologicamente das visões semióticas do cinema. Para ele, “é preciso considerar a história a partir das imagens.” Não procurar nelas apenas a confirmação ou a negação de um outro saber, o da tradição escrita. Para considerá-las tal qual, ainda que seja para evocar outros saberes, ou captá-los melhor, faz-se necessário associar o produto cinematográfico ao mundo que o

Sabemos que o Modo de Produção Capitalista é caracterizado pela introdução da maquinofatura, que, por sua vez, determina as relações sociais. Tais relações são do tipo assalariado, já que os operários não possuem mais os meios de produção, veem-se virtualmente transformados em uma mercadoria, a força de trabalho, cuja remuneração é o salário pago pelo industrial. Hierarquizados, disciplinados, submetidos a uma divisão de trabalho intensa, os trabalhadores se alienam devido às próprias relações de produção: a divisão social do trabalho e a apropriação individual dos meios coletivos de produção provocam uma situação sub-humana em que o homem é explorado pelo homem (ALVES, 2006: 15-18).

Indiscutivelmente, a Revolução Industrial acelerou o mundo: máquinas trabalhando mais rápido que os homens; muitas atividades foram agilizadas, entre elas, uma vital – a capacidade de deslocamento. A vida cotidiana passou a conviver não só com a hora certa, mas também com a disciplina (LANDES, 2005: 02).

Como nos mostra Karl Polanyi,

A Revolução Industrial foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical quanto as que sempre inflamavam as mentes dos sectários, porém o novo credo era totalmente materialista, e acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais (POLANYI, 2000: 58).

Porém, esse credo totalmente materialista criou enormes desigualdades na sociedade do século XIX, gerando uma total desarticulação nas vidas das pessoas comuns: o problema da pobreza era somente um dado desta nova realidade (POLANYI, 2000: 108).

O filme *Germinal* é uma representação de como se desenvolveu as relações de trabalho na sociedade capitalista e as consequências produzidas por estas. Como veremos nos parágrafos seguintes, com a Revolução Industrial surge um novo período marcado pela ascensão do capitalismo, alterando a natureza contingente da classe social com as transformações do metabolismo social do capital (ALVES, 2006: 14).

produz. A hipótese da qual se parte é que o cinema é história, imagem ou não da realidade, documentário ou ficção. O postulado que a forma é o de que as crenças, as intenções, ou seja, o imaginário humano, tudo faz parte da história (LE GOFF & NORA, 1988:203).

1. A Revolução Industrial

A Revolução Industrial é um processo tão marcante na história humana, que já motivou uma abundante literatura a respeito. Para Hobsbawm,

Chamar este processo de revolução industrial é lógico e está em conformidade bem estabelecida, embora tenha sido moda entre os historiadores conservadores – talvez devido a uma certa timidez face aos conceitos incendiários – negar sua existência e substituí-la por termos banais como evolução acelerada. (...)

Mas a revolução mesma, o ponto de partida, pode provavelmente ser situada, com a precisão possível em tais assuntos, em certa altura dentre dos vinte anos que vão de 1780 a 1800: contemporânea da Revolução Francesa, embora um pouco anterior a ela. (HOBBSAWM, 2002: 17-18)

Para David Landes, a expressão Revolução Industrial quando grafada com letras maiúsculas, tem outro sentido:

Denota o primeiro exemplo histórico do avanço de uma economia agrária e artesanal para uma economia dominada pela indústria e pela manufatura mecanizada. A Revolução Industrial começou na Inglaterra no século XVIII e expandiu-se de forma distinta nos países da Europa continental e em algumas áreas do ultramar. Em um espaço de menos de duas gerações, transformou a vida do homem ocidental, a natureza de sua sociedade e seu relacionamento com outros povos do mundo. (LANDES, 2005: 1-3)

Sendo assim, poderíamos dizer que a Revolução Industrial expressou a arrancada do capitalismo industrial, ou seja, da produção capitalista. Segundo Landes, o cerne da Revolução Industrial está ligado a uma sucessão de mudanças tecnológicas. Para ele, os progressos materiais realizaram-se em três áreas, a saber: a substituição das habilidades humanas por dispositivos mecânicos; a substituição da força humana e animal pela energia inanimada e o aperfeiçoamento dos métodos de extração e transformação das matérias-primas. E juntamente com estas transformações, surgiram novas formas de organização industrial (LANDES, 2005: 02).

Como nos mostra Hobsbawm, apesar das crises vivenciadas nesse período, econômicas e sociais, que inclusive trouxeram consigo alterações demográficas e de comportamento de mercado, o sistema sobreviveu e cravou as raízes capitalistas que, mesmo se demonstrando cruel e excludente, é ainda nosso contemporâneo (HOBBSAWM, 2002: 43-69).

O filme *Germinal* mostra a importância do carvão como fonte de energia primária no século XIX e a operação da máquina a vapor usada para bombear a água das galerias das minas. Em uma época marcada pelo liberalismo econômico, não existiam quaisquer normas de proteção aos direitos dos trabalhadores e por isso estes eram submetidos a condições desumanas. A Revolução Industrial corroborou para que esta situação de miséria se agravasse e com isto surgisse uma revolta por parte dos mineiros que resolveram se unir e reivindicar por melhores condições de vida e trabalho.

2. A Revolução Industrial na França

Germinal aborda basicamente o conflito das relações sociais no mundo do trabalho, bem como o reflexo das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais na Europa do século XIX, oriundas da Revolução Industrial que se expandiam em solo francês.

Para entendermos as consequências dessas transformações, torna-se necessário compreendermos como ocorreu o processo de industrialização na França. Veremos que ele é marcado por uma ordem de fatos, oferecendo alguns pontos bastante interessantes ao historiador, principalmente em termos de comparação com a industrialização na Inglaterra.

Podemos buscar as origens da industrialização na França no século XVIII antes da Revolução: prosperavam nas cidades os produtos artesanais tradicionais e existiam zonas rurais que poderiam ser descritas como áreas de “proto-industrialização”, ou seja, estabelecimentos industriais ou agrários em grande escala auxiliados pelo Estado. Porém, não havia uma produção para um mercado de massas, devido ao fato dos métodos de produção serem arcaicos e os indícios de uma indústria mecanizada ou de avanços técnicos serem espalhados. O crescimento que se constatava não era seguido de uma modificação de estrutura homogênea. Mas para os padrões do século XVIII, a França era um país adiantado, relativamente rico e em desenvolvimento. Havia um domínio total da cultura francesa para toda a classe dominante européia e o país tinha um bom ritmo de crescimento (KEMP, 1985: 70-71).

No que diz respeito à industrialização, poderíamos ainda acrescentar que

A industrialização na França foi relativamente morosa e em larga medida manual. A existência de uma mão-de-obra abundante e barata limitava o recurso às máquinas, investimento caro que praticamente não constituía uma tentação para um patronato de pequena escala e administração diária. À exceção de alguns pioneiros, muitas vezes de origem estrangeira, e apesar de uma tecnocracia muito favorável à mecanização (Chaptal, Dupin, Costaz, Christian, Bergery etc.) esse patronato não tem um projeto mecanizador (...) (PERROT, 1988: 20)

A conservação do tipo de agricultura, a permanência da propriedade da terra continuar basicamente feudal, a manutenção da relação senhor da terra-camponês, trouxeram resultados contrários na transformação econômica: a família camponesa produzia uma grande parte do que consumia e pouco comprava no mercado; já o poder de compra era passado para a nobreza e era usado em grande parte no consumo de artigos de luxo e de serviços. Sem contar que os rendimentos que enchiam os cofres do Estado seguiam os mesmos caminhos – a Igreja e a nobreza interessavam-se pela construção, estabelecendo dessa forma em um consumidor de bens e serviços do tipo tradicional (KEMP, 1985: 71-72).

Na França do século XVIII não existia uma rede de crédito organizado, nem um sistema bancário do tipo “embrionário”. Na economia interna, o capital e o crédito eram raros e não existiam bancos. Diferentemente, na Inglaterra havia acontecido uma mudança estrutural antes da Revolução Industrial: o sistema de divisão de trabalho e a economia de mercado já faziam parte da vida cotidiana; na França, tal processo estava em um patamar muito inferior de desenvolvimento, tendo um grande enclave – as já citadas relações agrárias tradicionais – mostrando que uma grande parcela da população era composta por famílias camponesas “auto-suficientes”. Foi essa soma de fatores descritos acima, que impossibilitou a França de se lançar numa Revolução Industrial idêntica que estava se iniciando na Inglaterra (KEMP, 1985: 75).

Tom Kemp cita os fatores que influenciaram o trajeto e a extensão da industrialização francesa:

(...) A Revolução de 1789 e as suas sequelas tinham canalizado recursos para escoamentos não produtivos, provocado a desindustrialização de algumas regiões e reduzido as relações comerciais com o mundo ultramarino. O sistema agrário do período revolucionário, fossem quais fossem as suas virtudes sociais, tendia a atrasar o crescimento de um mercado interno, a criação de uma força

de trabalho industrial e a transferência de recursos da terra para a indústria (...) (KEMP, 1985: 70)

Em outras palavras, a partir de 1789, quando a Inglaterra toma um grande impulso, a França se retarda em função de suas dificuldades internas e externas. O capitalismo tropeça nos problemas econômicos oriundos das agitações revolucionárias. Somente a partir do II Império – especialmente nos anos 1860 – é que ocorre um grande surto industrial e que os industrialistas começaram a ser de fato objeto de integral reconhecimento público (KEMP, 1985: 84).

Tom Kemp salienta que seja possível que a industrialização francesa tenha ocorrido como um fator de menor ruptura social, mais humano, ou mesmo a manifestação de uma escolha por um equilíbrio entre a vida rural e a vida urbana. Segundo o mesmo, o que é essencial é sua aceleração e a aquisição de caráter auto-sustentado (KEMP, 1985: 99).

Observamos que o processo de industrialização francês foi mais lento e menos mecanizado do que o inglês. Consequentemente, seu movimento operário demorou muito mais que o inglês para se constituir e formar uma plataforma de reivindicações e oposição aos patrões. Como veremos em *Germinal*, é na segunda metade do século XIX que encontraremos os primeiros passos para uma organização bem estruturada e uma maior contestação por parte do operariado francês face aos donos dos meios de produção.

3. *Germinal* de Claude Berri, 1993

Germinal é uma adaptação para o cinema do clássico do escritor francês Émile Zola⁶⁷, que denunciou as condições desumanas em que viviam os mineiros – homens, mulheres e crianças – do norte da França em meados do século XIX, no final do Segundo Império (1852/71), sob o reinado de Napoleão III (1803/73).

Como a película procurou ser fiel aos acontecimentos do período, a perspectiva para os operários não é das melhores: a história ambientada em um vilarejo cuja economia gira em torno da exploração das minas de carvão, acompanha a trajetória

⁶⁷ Émile Zola (1840-1902) foi o fundador do naturalismo, movimento literário de inspiração darwinista que enfatiza os condicionamentos biológicos e sociais na formação do ser humano. Este aspecto permeia a história que vincula a organização dos mineiros ao ambiente absolutamente controverso que o circundava. Sobre este assunto ver (HOBBSAWM, 1996: 349-382).

da família Maheu, que vive espremida num casebre próximo às minas. Sua vida resume-se ao trabalho quase escravo, pois, o dinheiro ganho não permite sequer que eles deixem o vilarejo. Em paralelo, vemos também a vida dos burgueses – proprietários das minas – que possuem grandes residências, uma mesa sempre farta de brioques e grandes refeições, desfrutando de todo o luxo e conforto que a civilização daquela época permitia e também do total descaso em relação ao mundo que existia além de seus portões.

O título do filme faz relação com o processo de desenvolvimento e de amadurecimento dos movimentos grevistas – a obra literária é do período que marca o surgimento da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ou Internacional Comunista em Londres, por isso existem menções a Marx e Engels e também ao anarquismo – e de uma atitude mais ofensiva por parte dos trabalhadores das minas de carvão em relação à exploração de seus patrões: a gota que faz a revolta transbordar é a redução dos valores pagos pelas cargas de carvão recolhidas no subterrâneo, dando início à greve.

Segundo Berri, “*Germinal é um filme do povo. Para mim, os mineiros são um símbolo da classe trabalhadora. A sensação que eu tenho para com os trabalhadores vem do meu pai, a quem o filme é dedicado.*”⁶⁸ A luta de classes é abordada no filme por meio da ideologia marxista presente no romance entre o contraste de proletários e burgueses, mostrando que o diretor quer chamar a atenção para a causa dos trabalhadores.

Partindo do pressuposto que não existe documento politicamente neutro ou objetivo, percebemos que o contexto de produção de *Germinal* em início dos anos 1990, foi marcado por uma série de greves operárias ocorridas na Europa – como em 1992 com os servidores públicos na Alemanha; em 1993 com os empregados do transporte aéreo na França (*Air Inter*), entre outras, – devido a medidas neoliberais que tinham por

⁶⁸ O historiador e crítico de cinema Ronald Bergan escreve uma matéria sobre a vida e obra de Berri para o jornal britânico *The Guardian*, intitulada “Claude Berri: diretor e produtor francês mais conhecido por sua adaptação de *Jean de Florette*” em 14/01/2009. Disponível em: www.theguardian.com/film/2009/jan/14/obituary-claude-berri-jean-florette. Consultado em: 08/12/2013.

objetivo diminuir os direitos trabalhistas conquistados pelos proletários por meio de penosas lutas e reivindicações.⁶⁹

As transformações ocorridas no universo do trabalho vêm afetando de modo intenso as sociedades industriais em todo o mundo. O processo de reestruturação das atividades produtivas – como as inovações tecnológicas e as novas formas de gestão da força de trabalho – tem trazido graves problemas sociais quanto ao nível de emprego e à garantia dos direitos conquistados pelos trabalhadores no decorrer do século XX. A exigência de maior competitividade vem introduzindo estratégias de racionalização e redução de custos, com sérias consequências para os níveis de emprego (RAMALHO & SANTANA, 2004: 8-9)

Dessa forma, trabalhamos com a metodologia utilizada por Ferro, pois segundo o mesmo, o filme fala mais do período de sua produção do que propriamente do recorte histórico que está sendo abordado, sendo por isso um “agente conscientizador” ou “denunciador” de sua realidade temporal. Para Ferro o filme é “(...) *um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele vale por aquilo que testemunha. (...)*” (LE GOFF & NORA, 1988: 203).

Germinal na perspectiva acima denunciaria o que aconteceu com os trabalhadores franceses no século XIX – a exploração dos mineiros, o baixo salário, a incerteza de continuar no trabalho. E denunciaria também o que está acontecendo com os mesmos na última década do século XX – a desvalorização do trabalho e do trabalhador, sua alienação e o que significa a perda de direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do tempo.

Segundo Tomás Valero Martínez durante as filmagens de *Germinal*, Berri utiliza-se dos “(...) *próprios esquemas do cinema soviético, mas não do grande Eisenstein, Pudovkin, mas dos servidores ortodoxos, o chamado realismo socialista.*”⁷⁰

Na verdade, o diretor quer mostrar as dificuldades e a aspereza do mundo operário do século XIX:

⁶⁹ LETÍZIA, Vito. *Conquistas sociais x neoliberalismo: o povo francês trava a primeira grande batalha*. Disponível em: www.oohodahistoria.ufba.br/02vito.html. Consultado em: 05/12/2013.

⁷⁰ MARTÍNEZ, Tomás Valero. *Germinal* (Claude Berri, 1993). Disponível em: www.cinehistoria.com/germinal.pdf. Consultado em: 04/12/2013.

Vilipendiado, roubado, esgotado, trabalhando em condições totalmente impróprias, inseguro, sujeito a acidentes que podem ceifar-lhe a vida ou decepar-lhe um braço ou uma perna, assim nos é mostrado o proletariado francês nas telas. Inserido na escuridão das minas de carvão, sujo, cumprindo jornadas de trabalho de 14, 15 ou 16 horas, recebendo salários baixíssimos e tendo que ver sua família toda se encaminhar para o mesmo tipo de trabalho e péssimas condições, pouco resta aos trabalhadores senão a luta àqueles que os oprimem.⁷¹

As imagens do filme são duras, a fotografia é propositadamente escura, causando no espectador uma angustiante claustrofobia:

(...) o filme se desenrola sob o signo da noite, tão bem em exteriores quanto em interiores – de onde a importância das lâmpadas de acetileno na composição da imagem. Os tons da narração nos aparecem sombrios, com uma dominância de negros – a noite, a poeira do carvão sobre os rostos e os corpos – e de marrom escuro, sobre os quais cortam as cores vivas dos uniformes militares (azuis e vermelhos) (...).⁷²

Por mais incrível que possa parecer, nos países do Velho Mundo a classe média achava que os trabalhadores deveriam ser pobres, não somente porque tinham sido, mas também devido ao fato de que a inferioridade econômica era uma característica adequada de inferioridade de classe. O máximo adequado para a classe trabalhadora era uma quantidade necessária de comida boa e decente – de preferência sem muita bebida – , uma habitação modesta e lotada, vestimenta apropriada para proteger a moral, saúde e conforto, sem arriscar imitar, de qualquer forma que fosse, seus superiores (HOBSBAWM, 1996: 304).

O trabalhador do século XIX estava a uma distância mínima do miserável, e via a insegurança como constante e real: eles não tinham idéia de quanto iriam levar para casa no final de semana; não sabiam quanto tempo iria durar o emprego atual ou, se porventura viessem a perdê-lo, quando voltariam a encontrar outro e em que condições. O caminho normal, ou mesmo inevitável da vida do trabalhador passava basicamente por três etapas: o nascimento de crianças, a velhice e a impossibilidade de

⁷¹MACHADO A., João Luis. *Trabalhadores despertos – Germinal*. Disponível em: <http://entrevista.imdb.com/Title?017002>. Consultado em 29/11/2004.

⁷²ESTÈVE, Michel. *Le français dans le monde*. Disponível em: <http://renaudsechan.ifrance.com/germinal.html>. Consultado em 29/11/2004.

continuar o trabalho (HOBSBAWM, 1996: 306). Podemos constatar tal situação em *Germinal*.

Estamos falando de uma época em que a obrigação do trabalho industrial e a empresa estavam no cerne dos problemas sociais: o “regulamento de segurança” era claramente previsto nos regulamentos das manufaturas colbertianas e era comum que cada manufatura tivesse o seu. A “pancarte”, cartaz que era pregado nas portas das fábricas, continha textos bastante curtos, prevendo com um certo rigor os horários, os intervalos, os feriados, a forma de demissão e a natureza das penalidades previstas: demissões, multas, mas também prisões e incriminações. A disciplina industrial era moldada nos dispositivos da sociedade do Antigo Regime (PERROT, 1988: 59). Vale lembrar que no filme aparece a pancarte afixada nas portas das minas em várias ocasiões.

De acordo com Michele Perrot, na Grã-Bretanha, os trabalhos de E. Hobsbawm, S. Pollard, E. P. Thompson, entre outros, já exploraram um amplo terreno no estudo da formação da classe operária e sua cultura. A historiografia francesa é mais carente: o estudo do movimento operário por um bom tempo “polarizou” os historiadores, escondendo assim outros problemas – como a própria formação da classe operária ou a sua cultura (PERROT, 1988: 50).

Entre os anos 1883/1890 existia no norte da França uma série de jornais operários: *Le Forçat*, *le Cri du Forçat*, *la Revanche du Forçat*, entre outros, muitas vezes compostas de cartas de trabalhadores, denunciando de modo específico os horários abusivos, as multas essencialmente pesadas e, sobretudo os contramestres, que eram chamados de tirânicos, intrigantes e lúbricos. Na verdade, era uma forma de resistência à fábrica. O recrutamento de mão-de-obra era difícil em certos setores, como nas minas, onde as pessoas só ficavam quando não existia outra saída (PERROT, 1988: 73). Isso é mostrado de forma clara no filme, além da presença tirânica do contramestre.

No último quartel do século XIX, existia uma predominância de hostilidade dos operários em relação aos seus patrões. Não podemos esquecer que havia outros tipos de relações, de representações, de linguagem – como o paternalismo que foi por muito tempo e às vezes continua a ser, um dos sistemas mais significativos de relações sociais do trabalho. Porém, os senhores dos trilhos, minas e siderúrgicas não podiam ficar olhando paternalmente por cima dos ombros de seus empregados todo o tempo. Sabemos que a formação dos operários em uma classe supõe a ruptura desses laços, ou

seja, os patrões passaram a ser identificados como inimigos. Essa hostilidade explodia em tempo de greve no gesto e na palavra, como podemos presenciar no filme:

Gritos, insultos, slogans, discursos, canções e às vezes imagens formam uma documentação sincopada e díspar, e no entanto relativamente unitária. Repetições e estereótipos escandem esse discurso estruturado por uma visão dicotômica: as duplas senhor/escravo, exploradores/explorados, produtores/fruidores, desperdício dos ricos/miséria dos pobres formam sua trama, simples e eficaz. (...). (PERROT, 1988: 84-85)

Os patrões eram senhores por “perpetuarem” a antiga feudalidade – principalmente nos anos 1880, na qual a idéia de continuidade se torna bastante forte e por “fundarem” uma nova feudalidade, muitas vezes pior do que a antiga. Seus “castelos” – palavra comum para designar as residências dos patrões mesmo burguesas – , personificam tanto sua opulência como seu poderio e arrogância. Essa visão de um poder econômico concentrado reforça ao mesmo tempo o sentimento de injustiça, de arbitrariedade e de fragilidade. “*Não se percebe o capitalismo como um sistema que rodeia, mas como um poder pessoal, epifenomênico e supérfluo.*” (PERROT, 1988: 86-90).

No século XIX a reivindicação operária francesa se referia ao aluguel, não à moradia. Desta, falava-se em termos de custo, de peso no orçamento, não de conforto ou espaço. Não surpreende que nas greves nada era dito a respeito, pois, não era esse seu objeto (PERROT, 1988: 102). Fato também ocorrido no filme.

Portanto, em *Germinal* podemos constatar indícios de que a França estava se tornando um país industrial moderno, mesmo que esse processo tenha sido lento e demorado: “*na região do carvão do norte da França, ganhou forma a paisagem habitualmente feia de qualquer sociedade industrial.*” (KEMP, 1985: 89) E apesar do insucesso de uma greve, o diretor nos mostra a “germinação” das idéias socialistas, a tomada de consciência pelos trabalhadores de seus direitos. Entretanto, nas descrições das condições de trabalho no fundo da fossa, Berri “*não promove o lirismo do romance, e nem sugere a perspectiva visionária de Zola para que a corrida da matilha de mineiros em greve evocasse a imagem da revolução em marcha.*”⁷³

⁷³ ESTÈVE, M. op. cit.

Vale ressaltar, que o embate entre operários e patrões retratado no filme, poderia parecer datado. No entanto, “o filme de Claude Berri não corre esse risco, talvez pela fidelidade à obra original de Zola.”⁷⁴

Considerações Finais

Claude Berri (1934-2009) foi um titã do cinema francês: atuou, escreveu, dirigiu e produziu filmes em uma carreira de 50 anos, que começou modestamente e acabou por provar que a Europa podia fazer grandes produções para rivalizar com Hollywood. Numa produção estimada em US\$ 30 milhões, *Germinal* trouxe os valores de apoio financeiro e de produção de estilo americano para assuntos decididamente franceses. Vencedor do César Awards (1993, França) na categoria de melhor fotografia e de melhor figurino, junto com outras dez indicações, o filme foi um grande sucesso de bilheteria na França.

Como pontua Tomás Valero Martínez, o diretor Claude Berri discerniu em Zola um “campeão” do movimento operário.⁷⁵ O filme é uma contundente denúncia das condições de vida do operariado francês em meados do século XIX: exploração da mão-de-obra, o trabalho de crianças e mulheres nas minas de carvão, mortalidade infantil, doenças infecto-contagiosas, jornadas de trabalho excessivas, alcoolismo, a exploração da mulher como moeda de troca, insalubridade, o pouco caso dos patrões em relação à segurança e à saúde dos trabalhadores, bem como a formação de organizações sindicais para reivindicação de direitos e melhores condições de trabalho e dignidade.

No filme abordado, a descrição da rotina extenuante, do tratamento desumano dado aos mineiros e da degradante condição de vida deles, evidencia a relevância da questão social dentro de qualquer concepção político-econômica da sociedade, não importando o local ou época em que se observa. Percebemos que muitas das situações ocorridas no filme ainda acontecem no Brasil e em outros países – como por exemplo, com os mineiros de diamantes da África do Sul⁷⁶ – evidenciando assim seu caráter atemporal.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ MARTÍNEZ, Tomás Valero. op. cit.

⁷⁶ Recomenda-se assistir *Diamante de Sangue* (Edward Zwich, 2007), um filme sobre a exploração humana ligada ao comércio mundial de diamantes.

O filme *Germinal* é um representante do cinema militante que tem como característica a preocupação em se fazer sentir mais como forma de intervenção social ou política do que como forma de expressão artística, o que geralmente confere aos filmes assim designados mais uma validade histórica do que estética.⁷⁷ Aqui sua proposta é bem clara, pois aborda basicamente a luta de uma classe contra outra classe – a luta de classes dos trabalhadores, contra a classe dominante, a burguesia.

De acordo com a perspectiva de Marc Ferro, *Germinal* pode ser tratado como um documento histórico, convidando o espectador a fazer uma reflexão crítica sobre o contexto sócio-histórico do século XIX, bem como o panorama político, econômico e sócio-cultural da sociedade globalizada em fins do século XX e início deste século.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e Cinema: o mundo do trabalho através do cinema*. Londrina: Praxis, 2006.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- ESTÈVE, Michel. Le français dans le monde. Disponível [Online] <http://renaudsechan.ifrance.com/germinal.html>. Novembro, 2004.
- FERRO, Marc. O Filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- HOBBSBAWM, Eric. J. *A Era do Capital*. 1848-1875. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____, *A Era das Revoluções*. 1789-1848. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- KEMP, Tom. *A revolução industrial da Europa do século XIX*. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1985.
- LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até os dias de hoje*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

⁷⁷SILVA, Michel. *Um novo cinema militante*. Disponível em: www.oohodahistoria.org/artigos/IMAGEM-cinema%20militante-michel%20silva.pdf. Consultado em: 12/12/2013.

LETÍZIA, Vito. *Conquistas sociais x neoliberalismo: o povo francês trava a primeira grande batalha*. Disponível [Online] www.oohodahistoria.ufba.br/02vito.html. Dezembro, 2013.

MACHADO A., João Luis. *Trabalhadores despertos – Germinal*. Disponível [Online] <http://entrevista.imdb.com/Title?017002>. Novembro, 2004.

MARTÍNEZ, Tomás Valero. *Germinal* (Claude Berri, 1993). Disponível [Online] www.cinehistoria.com/germinal.pdf. Dezembro, 2013.

PERROT, Michele. *Os excluídos da História: operários, mulheres e crianças*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 (Oficinas da História).

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. As origens da nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RAMALHO, J. R. e SANTANA, M. A. *Sociologia do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahara Ed., 2004.

RAMOS, Alcides Freire. *Canibalismo dos fracos*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

SILVA, Michel. *Um novo cinema militante*. Disponível [Online] www.oohodahistoria.org/artigos/IMAGEM-cinema%20militante-michel%20silva.pdf. Dezembro, 2013.

FILME

Germinal (1993, Claude Berri)

FICHA TÉCNICA: *Germinal*. Bélgica/França/Itália, 2 hs e 40 min. Diretor: Claude Berri. Argumento: inspirado na obra de Émile Zola. Fotografia: Yves Angelo. Música: Jean-Louis Roques. Produtor: Claude Berri. Distribuidora: Cannes Home Vídeo. Gênero: drama. Elenco: Gerard Depardieu (Maheu), Miou-Miou (Maheude), Judith Henri (Catherine), Jean-Roger Milo (Chaval), Jean-Pierre Bisson (Rasseneur), Laurent Terzieff (Souvarine), Renaud (Étienne Lantier), Anny Duperey (Mme Hennebeau).

Sites Pesquisados

www.webartigos.com/artigos/germinal-exploracao-consciencia-e-luta/22544/

www.oohodahistoria.ufba.br/02vito.html

www.oohodahistoria.org/artigos/IMAGEM-cinema%20militante-michel%20silva.pdf

www.cinehistoria.com/germinal.pdf

<http://entrevista.imdb.com/Title?017002>

<http://renaudsechan.ifrance.com/germinal.html>

http://www.publicacions.ub.es/bibliotecadigital/cinema/filmhistoria/2003/germinal1_in dex.html

<http://www.theguardian.com/film/2009/jan/14/obituary-claude-berri-jean-florette>

**ST 03. Cultura Associativa e a Formação do Espaço Público no Brasil, século XIX
e XX: Problemas, desafios e abordagens.**

**A formação, legitimação e ação do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora/MG
na primeira metade do século XX**

*Luisa de Mello Correard Pereira*⁷⁸

Resumo

O objetivo do artigo é estudar a formação e ação do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora/MG na primeira metade do século XX – tentando assim entender o contexto local de transformação industrial; e o contexto nacional de instauração do sindicalismo corporativo e a resposta dos trabalhadores a ele. Para tanto, o trabalho se vale da documentação própria do Sindicato, que remonta à sua formação até o ano de 1955; além de bibliografia pertinente e pequenas notas sobre a legislação sindical do período.

Palavras chave: Sindicato dos Metalúrgicos, movimento operário, sindicalismo corporativo, Juiz de Fora/MG.

Abstract

The point of this article is study the creation and action of the Sindicato dos Metalúrgicos (*Union of Metalworkers*) de Juiz de Fora- Minas Gerais -Brazil in the XX century first half – seeking the understanding about local context of industrial reform; and the nation context of enterprise unionism, and the workers reaction about it. For this, is used the Unions documents, since his formation until 1955; besides the bibliography and notes about the syndical law.

Keywords: Sindicato dos Metalúrgicos (Union of the Metalworkers), labor movement, enterprise unionism, Juiz de Fora - Minas Gerais - Brazil.

A trajetória dos trabalhadores metalúrgicos se destaca no processo da formação da classe operária no Brasil, sendo um dos setores principais que conduziram a história sindical brasileira no século XX. A categoria esteve presente nos principais eventos

⁷⁸ Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS/UFJF) na linha “Poder, Mercado e Trabalho”, e bolsista de Monitoria (PROPG/UFJF).

políticos e assumiu papel decisivo no movimento operário, sobrevivendo e fortalecendo sua identidade mesmo nas mais adversas situações político-econômicas (RAMALHO, SANTANA, 2001:8).

Na década de 30, houve um processo de oficialização de sindicatos, agregando as instituições dentro do regime corporativo do Governo Vargas (GOMES, 2008:221). Mas os trabalhadores não ficaram alheios à oficialização do movimento sindical - estes convergiram com esse processo, mas não de forma acrítica. Assim, esses atores assumiam os limites e responsabilidades dessa transformação, mas também recriaram suas possibilidades e arenas (RAMALHO, SANTANA, 2001:13) – o que teria contribuído para a construção da identidade trabalhadora e metalúrgica.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora/MG foi institucionalizado como um sindicato oficial junto ao governo federal em 1932. A criação do sindicato foi em decorrência do crescimento do setor metalúrgico na cidade, que estava em processo de reestruturação industrial, e também pelo crescimento dos trabalhadores dessa categoria e sua participação política na cidade e no país. Embora o sindicato esbarrasse nas barreiras do sindicalismo corporativo, seus trabalhadores tiveram papel ativo nas reivindicações oficiais – através das reclamações à Justiça do Trabalho – e não oficiais – através de greves e manifestações.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é estudar a formação do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora/MG, com especial atenção para seu processo de legitimação dentro do contexto do Estado corporativo em construção; e para sua ação política e social, dentro e/ou fora dos limites impostos pelo sindicalismo corporativo.

Economia, política e movimento operário em Juiz de Fora entre 1930 e 1960

O período compreendido entre 1930 e 1939 foi de intensa industrialização em Juiz de Fora, aonde as fábricas multiplicaram-se, e conseqüentemente o número de trabalhadores empregados. A partir desse período, o parque industrial da cidade passou a ser composto principalmente pelos ramos têxtil e de alimentos e bebidas (PACHECO, 1996:175).

Mas, concomitantemente, assistiu-se a um movimento de redução da evolução da mão de obra ocupada, o que pode ser explicada por um crescente processo de mecanização das fábricas, dispensoras de mão-de-obra (BARBOSA, 2008:31). Não

obstante, foi um período de grande crescimento do setor moderno, sobretudo a metalúrgica, não só na cidade como em todo o país.

Embora pareça claro que o setor dominante ainda era o têxtil, as indústrias metalúrgicas já surgiam como um importante novo investimento à industrialização estagnada da cidade, em um contexto de diversificação do parque industrial. Denílson Barbosa, em sua tese de mestrado defendida em 2008, já enxergava esse crescimento do setor a partir da análise de processos trabalhistas, aonde os empregados das metalúrgicas aparecem em números e em dados significativos (BARBOSA, 2008:31).

Cabe aqui esclarecer que os setor moderno, nesse período, estava em vias de desenvolvimento em todo o país, em um contexto de estímulo do governo ao crescimento das indústrias de base e de bens de consumo duráveis (NETO, 2006:41); em contrapartida, o setor tradicional estava no início de um processo de declínio. As indústrias do setor dinâmico, sobretudo a metalúrgica, absorvia a mão-de-obra dispensada no processo de mecanização das indústrias tradicionais (PACHECO, 1996: 175); mas não havia absorção suficiente para a demanda de dispensados, uma vez que os setores modernos necessitavam de mão-de-obra qualificada. Todas essas características tinham impactos diretos na classe trabalhadora.

Com a redemocratização política em 1945, os sindicatos e os movimentos sociais tiveram efetivo retorno em suas lutas. Mas isso não significa que ficaram neutros durante o período do Estado Novo. Apesar de toda a repressão, há notícias de paralisações, greves e outras movimentações de caráter reivindicatório - em Juiz de Fora, houve greves em 1940 e 1943 (PACHECO, 1980:175). Por conta da censura a imprensa na época, são esses os dados efetivamente levantados; são poucos, mas indicam que o movimento operário não se calou diante do sistema fechado e da censura por parte do Estado.

Tão logo a democracia floresceu, a cidade assistiu a uma nova onda de greves, em composição com o contexto nacional. Entre março de 1945 e junho de 1946, Jairo Pacheco observou a presença de pelo menos quatro greves na cidade (PACHECO, 1996:177). Em dezembro de 1946, houve greve iniciada pelos trabalhadores têxteis, mas que logo englobou outras categorias e só teve fim em janeiro de 1947. Em 1948, todas as fábricas de tecelagem em JF paralisaram por alguns dias, sofrendo inclusive repressão policial e prisões de “subversivos” (PACHECO, 1980:179-180).

O governo de Dutra ainda enfrentou outras reviravoltas e desconfiança por parte dos trabalhadores da cidade, como relatado por um operário na época:

Naquela época, havia uma oposição aqui no sindicato contra a diretoria. Porque, com o governo de Dutra, foi criado o tal peleguismo, porque não houve eleição no período dele, eleição para o sindicato. (...) Então, qualquer um elemento que discordasse da diretoria era tachado de agitador e comunista. (In: LOYOLA, 1980:65)

Com o retorno de Vargas em 1950 e seus discursos de aproximação com a classe operária, os trabalhadores ganharam novo fôlego para dar voz às suas reivindicações. Em todo o país, a década de 50 é caracterizado por uma grande efervescência política dos trabalhadores, e Juiz de Fora não ficou alheia à esse contexto.

Um grande exemplo do papel ativo dos trabalhadores juiz-foranos na mobilização nacional foi o aumento de 100% do salário mínimo em todo o país, decretado pelo governo federal em 1951. Um sindicalista da cidade estava na composição da representação mineira que, junto com representantes de outros estados, integrou a comissão de revisão de salário mínimo proposto pelo Ministro do Trabalho João Goulart. Em 1954, foi decretado que o salário mínimo em Juiz de Fora subisse de Cr\$ 900 para Cr\$ 2.200 (LOYOLA, 1980:68) - um aumento de 110,5%, um nível acima do estipulado nacionalmente, o que atesta a grande mobilização dos trabalhadores da cidade e a importância destes no movimento sindical.

O acordo do aumento do salário mínimo previa um prazo de 60 dias para que as empresas se adequassem ao novo valor. Mas os industriais não respeitaram, o que levou os trabalhadores têxteis a uma greve geral, junto com Belo Horizonte. Na capital, a greve durou apenas um dia, mas em Juiz de Fora durou cinco, com adesão de outras categorias, para pressionar o patronato a respeitar o aumento previsto em lei. Esses últimos cederam à pressão social, e o aumento salarial foi aderido finalmente na cidade.

Uma constatação importante a ser feita aqui é que o aumento salarial não foi visto como uma mera concessão do governo Vargas e do ministro Goulart, e sim uma

conquista dos próprios trabalhadores - que souberam aproveitar a conjuntura do governo favorável a seus interesses, e não a depender dele⁷⁹.

Esses casos, entre outros, comprovam o que a historiografia recente vem defendendo: que os trabalhadores de Juiz de Fora e de todo o Brasil não aceitaram passivamente a tentativa de controle do Estado. Pelo contrário, os mesmos reagem à ela, seja em forma de reivindicação direta; seja em forma de apropriação e adaptação das políticas trabalhistas, reivindicando junto ao patronato os seus direitos defendidos pela lei, e até mesmo a criação de novos direitos.

Nesse sentido, não foi coincidência, portanto, o que o estudo de Denilson Barbosa constatou: em 1949, houve um pico nas reclamações trabalhistas devido a criação da lei de descanso semanal remunerado. Tão logo a lei foi homologada, a resposta na Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora foi imediata.

Algo semelhante ocorreu em 1943, quando os trabalhadores menores de idade na cidade reivindicaram diferença de salário em relação ao mínimo, alegando que não eram aprendizes. Na CLT, os menores de idade reconhecidos como aprendizes recebiam metade do salário mínimo; mas os que entraram com processo alegaram que, apesar de serem menores de idade, não eram oficialmente aprendizes, de modo que tinham direito ao salário integral. A ação foi considerada procedente pela junta local, e confirmada em instâncias regional e nacional, o que causou repercussão na imprensa local e até no resto do país. E, o mais importante: por ser um dissídio coletivo considerado procedente em um processo legal, foi decretado lei nacional (BARBOSA, 2008:85-88).

O processo acima citado repercutiu nacionalmente e regulamentou uma nova lei sobre o salário do menor. É um grande exemplo de como a Justiça do Trabalho foi apropriada pela luta operária para defesa e regulamentação de velhos e novos direitos.

Apesar das limitações apresentadas pelo Estado, o movimento sindical em Juiz de Fora foi ativo a tal ponto que se destacou nacionalmente. Os operários juiz-foranos mostraram-se combativos, independentes de suas origens e capacidades (LOYOLA, 1980:12.) – ao contrário do que fora defendido por décadas pelos estudos tradicionais

Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora: Formação, legitimação e ação

⁷⁹ De acordo com relato do trabalhador que foi relator na comissão mineira do salário mínimo em 1951. Esse depoimento encontra-se em LOYOLA, 1980: 68-71.

Denominado “Syndicato dos Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora”, o órgão foi oficializado em 24 de novembro de 1932, em uma reunião na sede social da União Trabalhista Sindical Mineira⁸⁰. Essa reunião contou com “um número regular de interessados”, e foi presidida pelo Secretário Geral da União, José Soares; e consistiu em uma assembleia prévia, anunciando a abertura oficial do sindicato, as questões para serem decididas em próximas assembleias e a importância do sindicato para a causa operária.

Em tempo, apesar de esta ser a data oficial da abertura do órgão classista, os trabalhadores metalúrgicos já estavam previamente organizados e ativos, como a própria ata parece indicar nas falas sobre a “vida normal dentro da lei” e sobre reivindicações anteriores à reunião oficial:

[...] falou companheiro Marcilho pedindo aos companheiros presentes para fazer a maior propaganda possível no Sindicato que agora entra na sua vida normal dentro da lei [...] o companheiro Soares que em nome da união constaria ata de metalurgicos de Juiz de Fora, que se congregasse no seu sindicato, depois analisou longamente sobre a lei de férias, sobre o salario minimo, terminando sobre a higiene das casas de aluguel.⁸¹

Em contrapartida, nesta ata também encontram-se características de um novo sindicato procurando legitimar-se dentro da lei do Estado corporativo em construção, e assim obter os benefícios assegurados por essa legislação também em construção – mas sem esquecer sua identificação com a classe e com a categoria em que está inserida:

[...] consitando, para que todo o metalurgico saiba cumprir com o seu dever, fazendo parte no seu Sindicato. Ainda com a palavra o companheiro Soares, disse que todo o associado com. a carteira da união [...] sera um carteira util atodos, os associados serviria de carteira social [...]. Helio que em breves palavras explicou o protesto do companheiro Luiz Pereira, desse que este grupo redusido de desordeiro [...] tera que desaparecer por que estamos dentro da lei e portanto somos garantido pela mesma.⁸²

⁸⁰ As informações sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora e as citações diretas aqui contidas foram retiradas de documentos produzidos pela instituição, em suas próprias ações e atividades. Os documentos estão conservados e arquivados, acessíveis na própria sede do atualmente chamado Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora.

⁸¹ ARQUIVO HISTÓRICO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Acta de instalação do Sindicato de Operarios Metalurgicos de Juiz de Fora. 24 de novembro de 1932. P. 1-3. Caixa 01. P.1.

⁸² Idem, p1.

Mas apesar disso, os membros presentes pareciam comprometidos com a causa operária. Há discursos sobre a escravidão – que só havia sido abolida há 44 anos, sendo ainda uma memória incômoda na sociedade – sobre reivindicações e solidariedade entre os operários e os outros sindicatos da região.

[...]mais para conseguirmos isto precisamos estar todos unidos dentro dos Sindicatos, falou depois na formação do Sindicato dos Trabalhadores em transportes [...] convidou os metalúrgicos para emcorporarem uma caravana, da uniao para irem Domingo dia 4 [de dezembro] a chapéu de uvas para formar o Sindicato camponez [...].Marcilho agradeceu a [construção] civil e analizou qual sera o dever do Sindicato [...] fez um pequena confronto da escravidao antiga e da, Escravidao atual.⁸³

Mais tarde, José Gomes Soares, antes Secretário Geral da União Trabalhista Sindical Mineira, se tornou presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. O lugar da mesma União também se tornou a sede da instituição Dessa forma, é a relação entre a união operária mineira e os trabalhadores metalúrgicos parecia próxima, mais uma vez evidenciando a história de lutas dessa categoria antes mesmo da oficialização de seu sindicato, e o forte apelo à identidade da categoria dentro de um órgão classista que, teoricamente, seria generalizado para os trabalhadores de todos os setores.

Em 1940, o Sindicato tem decretado o Estatuto⁸⁴ que regulou a instituição até a década de 50. Nesse período, muitas leis trabalhistas estavam em vigência, embora a própria CLT ainda não tivesse sido decretada. Também nesse período o Estado já estava regulando a vida dos trabalhadores e dos sindicatos, de modo que influenciou o Estatuto e o cumprimento do mesmo.

As leis de 1940 regulavam várias instancias do sindicato: as assembleias, os direitos e deveres dos associados, as assistências que deveriam ser oferecidas etc. Mas principalmente enfatizam as eleições sindicais – o modo com ela deveria ser procedida, quem podia se candidatar e quem podia votar; os cargos elegíveis; e obrigava as eleições sindicais a estarem subordinadas ao Tribunal da Justiça Eleitoral e ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

⁸³ Idem, p. 2-3.

⁸⁴ Não há como comprovar que é o primeiro estatuto da história do Sindicato, mas é o mais antigo encontrado em seu Arquivo.

Nesse sentido, muitas das atividades estavam subordinadas ao Ministério. As Assembleias Gerais Ordinárias precisavam das autorizações do mesmo para se realizarem e as atividades do Sindicato deveriam ser anualmente registradas e enviadas para a instância regional deste órgão do governo.

Nessa data, o presidente em exercício era Thiago Alves dos Santos, eleito em janeiro do mesmo ano. O mesmo anuncia em assembleia que o sindicato foi regularizado pelo decreto-lei n. 1402 de 05 de julho de 1939⁸⁵ como legítimo representante de sua classe, e portanto muda o nome para Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos. O presidente argumenta assim que foi necessário adequar seus quadros de atividades e profissões às exigências oficiais, por isso a mudança de nome. Mas mesmo que fosse uma adequação necessária, e até mesmo exigida pelo Ministério, o novo nome passou por uma votação aberta, e foi unanimemente aprovada.

Em 1943, foi decretada as Consolidações das Leis Trabalhistas (CLT), composta por leis sociais já existentes, com algumas modificações, e por novas leis que regulamentavam o cotidiano trabalhista do processo industrial brasileiro. Nesse sentido, a partir de 1945, as assembleias do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora passaram a ter o conteúdo mais específico em relação às leis e a reivindicação de seu cumprimento.

A partir da década de 50, o Sindicato tem suas atividades e novas pautas são introduzidas em suas Assembleias. Mesmo com a regulamentação do governo de que todas as reuniões deveriam ser autorizadas, há registros de assembleias sem estarem veiculadas a registros de pedidos de autorização.

Em 22 de novembro de 1955 teve lugar uma Assembleia Geral Extraordinária. Nesse momento, o denominado Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Juiz de Fora, já tinha sede própria e um novo Estatuto regulamentado⁸⁶, o que ressalva o poder do Sindicato enquanto representante classista da região, inclusive não se atendo somente a uma categoria.

Uma das pautas desta assembleia foi a questão salarial, partindo não da diretoria, mas de um associado: “[...] pedindo a palavra o associado Sebastião José Regué Netto, fez ver

⁸⁵ Lei que regula a associação em sindicato, sancionado pelo presidente Getúlio Vargas em 05 de julho de 1939. Ver: Justiça Brasileira. <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126734/decreto-lei-1402-39>>. Acesso em: 14 de set. de 2013.

⁸⁶ O novo “Estatuto do Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora” foi criado e aprovado na década de 1950. O documento não indica o ano exato.

aos companheiros presentes a necessidade de um aumento salarial visto a elevação assustadora do atual custo de vida [...]”⁸⁷. Mas primeiro, optam por fazer os processos “dentro da lei”: antes de entrar com Dissídio Coletivo, decidiram mandar cartas para as empresas, tentando negociar o aumento, “num gesto conciliatório”. E então, no caso de recusa dos empregadores, partir para o Dissídio Coletivo. O presidente propõe uma fórmula conciliatória de 70% de aumento sobre o salário então vigente. A proposta vai para votação e é unanimemente aprovada.

Apesar de seguir a legislação, o fato de a iniciativa do aumento salarial ter vindo dos próprios associados, e não da diretoria, demonstra a grande participação dos membros em geral da instituição. E a proposta de um aumento de 70% - um índice alto para começar negociações – revela que o Sindicato tem um alto poder de barganha com as empresas e com o Ministério, demonstrando o real papel do sindicato na sociedade industrial da região.

Além disso, o reconhecimento do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora como a única representante classista da categoria metalúrgica da região – no contexto de oficialização dos Sindicatos dentro da perspectiva setorial emposta pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – e a pronta aceitação de seus membros da condição para que esse reconhecimento se estabelecesse, demonstra uma série de características significativas, a saber: a) a forte influência dessa identidade metalúrgica para os trabalhadores e a influência disto em suas lutas; b) a força de legitimação desta instituição dentro da sociedade juiz-forana, a ponto de ganhar esse status de representante setorial, e ainda ter poder de barganha frente aos patrões e apresentar características reivindicatórias em suas ordens do dia; c) o reconhecimento por parte do Estado desse poder e influência exercida pelo sindicato em um contexto de crescimento do setor e de efervescência social.

Considerações finais

O presente trabalho é baseado em grande parte a partir de pesquisas no Arquivo Histórico do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora. Nesse arquivo, há documentos que remontam à formação do sindicato, e registros de

⁸⁷ ARQUIVO HISTÓRICO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária do dia 22 de novembro de 1955. Caixa 01. P. 1-2. P. 1.

suas atividades até a década de 90, divididos entre os departamentos Administrativo, Jurídico, Cultural e Financeiro.

A análise cuidadosa desta valiosa fonte primária, aliada à uma bibliografia pertinente, nos permitiu essa tentativa de compreender o papel deste sindicato para a formação da indústria e da sociedade juiz-forana, e também abrir a perspectiva para se compreender a formação do sindicalismo brasileiro e a importância deste para a construção da cidadania brasileira. A preservação desse material, portanto, é de grande importância para a memória do Sindicato, sua vasta história de lutas e o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento industrial e social de Juiz de Fora e do Brasil.

FONTES

Fontes Primárias

ARQUIVO HISTÓRICO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Acta de instalação do Sindicato de Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora. 24 de novembro de 1932. P. 1-3. Caixa 01.

ARQUIVO HISTÓRICO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Acta de assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Operários Metalúrgicos para eleição do delegado eleitor. 1939. Caixa 01

ARQUIVO HISTÓRICO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 22 de junho de 1955 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Juiz de Fora. Caixa 01

ARQUIVO HISTÓRICO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Ata de Assembleia Geral Extraordinária do dia 22 de novembro de 1955. Caixa 01. P. 1-2.

ARQUIVO HISTÓRICO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Cópia Autêntica da Ata da sessão da Assembléia. 1940. Caixa 01.

ARQUIVO HISTÓRICO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Estatuto do Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora. Década de 1950. Caixa 10. P. 01-16.

BRASIL Decreto-lei n. 1402 de 05 de julho de 1939. Lei que regula a associação em sindicato, sancionado pelo presidente Getúlio Vargas em 05 de julho de 1939. Justiça Brasileira. <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126734/decreto-lei-1402-39>>. Acesso em: 14 de set. de 2013.

Fontes Bibliográficas

BARBOSA, Denílson Gomes. *Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho*. Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2008.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

LOYOLA, Maria Andréa. *Os sindicatos e o PTB*. Estudo de um caso em Minas Gerais. Petrópolis: Vozes Ltda. em co-edição com CEBRAP, 1980.

NETO, Murilo Leal Pereira. *A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”*; Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2006.

RAMALHO, José Ricardo. SANTANA, Marco Aurélio. (Orgs). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Editora DP&A, 2001.

PACHECO, Jairo. *Guerra na Fábrica: Cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra – O caso de Juiz de Fora-MG*. Tese (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

Troca de saberes nas associações de artesãos do Vale do Jequitinhonha – minas gerais.

Juliana Pereira Ramalho*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de desenvolvimento do artesanato do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, especialmente seus aspectos de transmissão do saber artesanal. Este estudo é, portanto, fruto das discussões sobre políticas culturais para o meio rural e visa problematizar a temática para melhor atuação dos mediadores sociais no meio rural.

Palavras-chave: Artesanato - políticas culturais - Vale do Jequitinhonha.

Résumé: Le présent travail a comme objectif examiner le processus du développement de l'artisanat du Valley du Jequitinhonha, Minas Gerais, spécialement leurs aspects de transmission du savoir artisanal. Cet étude c'est le résultat des discussion sur la politique culturelle pour le milieu rural a comme objectif une meilleure atuation des médiateurs sociaux dans le milieu rural.

Mots-clés: artisanat -politique culturel -Valley du Jequitinhonha

Introdução

Bonecas de cerâmica à beira da estrada, colheres de pau ao lado do São Francisco, que tranquilamente semeia a paz aos transeuntes, e a sertaneja de joelhos aos pés da Nossa Senhora Aparecida compõem o cenário da pesquisa deste trabalho que apresentamos neste artigo. Este cenário é, portanto, uma das facetas da vida artesanal do Vale do Jequitinhonha, região nordeste de Minas Gerais, que ora se apresenta nas feiras locais que ocorrem aos sábados nas pequenas cidades da região, ora encontra-se nas simples barracas situadas à beira das estradas que cortam o Jequitinhonha, assim como também está presente em feiras internacionais de artesanato e em galerias de arte das grandes cidades como Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Em meio a este cenário realizamos nossa pesquisa sobre o desenvolvimento do artesanato em madeira e em

*Doutoranda - Programa de Pós-Graduação em História – Departamento de História – UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, Campus de Mariana, CEP: 35420-000, Mariana, Minas Gerais – Brasil. Bolsista FAPEMIG. Email: julianap.ramalho@yahoo.com.br.

argila, através de trabalho de campo e de entrevistas com vinte e dois artesãos ceramistas e entalhadores do alto, baixo e médio Jequitinhonha.

Para analisarmos a cerâmica do Jequitinhonha é necessário, antes de mais nada, procurarmos contextualizar a produção artesanal da cerâmica para além de uma perspectiva técnica. As peças de barro e o modo como elas são modeladas, bem como seus significados, estão dentro de um modo de viver, de uma experiência coletiva. Como afirma Mattos, “no mundo da arte do barro, não se entra de imediato” (MATTOS, 2007, p. 187). A porta, no caso do Jequitinhonha, é sempre aberta a partir de uma matriz cultural local, que faz do barro um elemento do cotidiano possibilitando que todos, desde a infância, adquiram a experiência, a intimidade e o sentido estético que a modelagem pode assumir. A aprendizagem começa ainda muito cedo, nas brincadeiras infantis com a confecção de peças para sua própria distração, o que se faz a partir da observação de alguém da família ou da comunidade.

É a partir desta matriz cultural local que alguns indivíduos seguindo a tradição tornam-se artesãos. Nesse momento, a expressão da individualidade artística pode levar o artesão a dois caminhos: confeccionar peças cerâmicas que reproduzam uma visão de mundo que interpreta e valoriza a história e a realidade locais ou uma visão de mundo que abarca ou mesmo valoriza a cultura do “outro” hegemônica, sendo que neste último caso, o artesão pode estar mais direcionado à atender as pressões do consumidor dos grandes centros urbanos do país e mesmo do exterior. Nesta perspectiva, a análise do processo de transmissão do saber entre os artesãos do Jequitinhonha é de fundamental importância, especialmente para realização de políticas públicas e atuação dos mediadores sociais na região em estudo.

A maioria dos artesãos ceramistas e entalhadores entrevistados declararam estar empenhados em transmitir os saberes do ofício para as novas gerações. Os aprendizes destes artesãos, tanto dos ceramistas quanto dos entalhadores, são pessoas da própria comunidade ou da família. É comum dentro das associações a que pertencem, os artesãos atuarem como instrutores para os novos associados. Também, algumas vezes, são convidados pelas associações vizinhas a ministrarem oficinas em seus espaços de aprendizagem, promovendo desta forma um intercâmbio de saberes. As associações locais, nesse sentido, constitui-se em um espaço primordial no processo de transmissão do saber tradicional.

É interessante notar que alguns artesãos estão encontrando no movimento de transmissão do conhecimento uma fonte de geração de renda, como se pode observar no caso dos entalhadores e ceramistas, que oferecem oficinas em associações externas à sua comunidade ou em programas sociais como é o caso do Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ou em instituições públicas como o Conselho Municipal da Criança, em uma parceria entre associação local e prefeitura local. Para os artesãos envolvidos nesse tipo de situação, a transmissão do saber se transforma também em uma fonte de renda, além do papel social que é desempenhado na comunidade, construindo alternativas de ocupação profissional, especialmente entre a juventude. E, que poderia ser potencializado em muitas comunidades ceramistas, caso houvesse um engajamento maior do poder público no setor artesanal no Jequitinhonha. Aliado às motivações financeiras, encontramos também o interesse com a manutenção não apenas do ofício, mas também do que ele representa, como esclarece uma entrevistada⁸⁸:

Eu acho que o valor do nosso lugar é a arte. Então, não pode deixar acabar. Aquilo é uma identidade que a gente tem lá no Vale. Então a gente não pode deixar acabar (Ceramista A do município de Turmalina. Pesquisa de campo na 20ª Feira Nacional de Artesanato, Belo Horizonte, novembro de 2009).

A transmissão do conhecimento realizada na própria localidade do artesão, seja entre a família ou entre a comunidade artesã, constitui por si mesma uma tradição. Os entrevistados, ao transmitir seu saber, estão dando continuidade a um hábito que seus antepassados tiveram. Ou seja, a aprendizagem do ofício destes artesãos, que hoje estão no mercado, atuando em suas comunidades, é fruto do conhecimento acumulado na comunidade local. No entanto, há que se ressaltar que esta é uma tendência entre os ceramistas.

Os entalhadores apresentam um caráter mais solitário no ofício. Dentre eles, há um discurso de que a arte⁸⁹ é “um dom divino”, “foi Deus quem deu”, o artista necessita apenas aprimorar esse dom.

Esta tendência em argumentar que o fazer artesanal com a madeira seja um dom, isto é, não é algo que se conquista na aprendizagem, mas uma característica inata ao

⁸⁸ Os informantes serão identificados a partir de letras do alfabeto.

⁸⁹ Neste artigo não fizemos uma diferenciação entre arte e artesanato, uma vez que para os próprios artesãos não há uma distinção do que seja arte e artesanato.

artesão, tem influência no processo de transmissão para as gerações futuras. Isso fica evidente no discurso de um informante entalhador:

mas para você passar uma coisa que nasce de uma inspiração sua para outras pessoas é muito difícil. Que às vezes é uma coisa daquela ali (*mostrou para uma de suas peças*), eu vou passar para uma pessoa. Ele vai decorar aquilo que eu passei para ela, mas ela não tem sua inspiração. A não ser que eu descubra que aquela pessoa tem um dom diferente. Simplesmente ele não quer aprender. Ele quer botar em prática aquilo que está dentro dele, né? Aí eu dou uma mãozinha, um empurrãozinho, né? E depois só solto as rédeas pra ele poder voar (Entalhador B, do município de Santo Antônio do Jacinto. Pesquisa de campo na feira de artesanato “Tião Artesão”, durante o 27º Festival, Grão-Mogol, julho de 2009).

Os entalhadores também se diferenciam dos ceramistas no que diz respeito ao período de ocorrência da aprendizagem. Dentre os ceramistas, por haver uma concentração maior de artesãos que tiveram como fonte de conhecimentos os familiares, a aprendizagem se dá ainda quando criança, o que por sua vez não ocorre com os entalhadores que geralmente se inserem no ofício já na fase adulta.

Outras instituições que se constituem como espaços fundamentais para o processo de transmissão e até mesmo de transformação do fazer artesanal são as associações locais e instituições “especializadas” no mercado de arte e artesanato, como o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas), Centrocape (Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor) e outros. No entanto, as associações locais se sobressaem nesse processo de ensino e aprendizagem do saber local no Jequitinhonha. É quase unanimidade entre os artesãos a participação em associações. Há que se ressaltar, no entanto, que esta pesquisa foi feita principalmente nas feiras de artesanato. Entre os organizadores destas feiras, há um critério de aceitar apenas associados para expor suas peças, o que não significa que nas comunidades locais não existam artesãos não-associados.

Os motivos que levam um artesão a se associar são os mais diversos: a necessidade de aquisição de matéria-prima, vontade de aprender o ofício, influência de familiares, amigos associados, necessidade de ter alguém para mediação com as instituições locais (prefeitura), oportunidade de divulgar o trabalho, e até mesmo a possibilidade de através da associação participar dos eventos e ter acesso às políticas públicas. Isso leva à busca pela revitalização das associações que ficaram por vários

anos desativadas e endividadas. A revitalização da associação pode ser feita pela iniciativa do grupo ou até mesmo por um único indivíduo ou instituição que tenha interesse em fazer uso dos benefícios que a associação possa proporcionar. Um dos associados entrevistados esclarece:

A nossa Associação foi abandonada por um outro presidente que teve. Deixou ela em péssimas condições. Aí, eu preciso da associação. Aí, eu fui lá, já era de dentro da associação, reuni com as pessoas e a gente chegou em um consenso que naquele momento a pessoa indicada pra tá melhorando a associação seria eu. Talvez seria até outras pessoas, porém eles não queriam o cargo. E como eu preciso da Associação, eu sou o mais beneficiado pela associação. **Que benefícios?**⁹⁰ Que em eventos tem os recursos que só chegam ... Por exemplo, a feira da UFMG que acontece uma vez por ano na integração Polo Jequitinhonha. Então a gente só entra lá com associação. O Festivale também é associação, né? [...] e hoje tudo só se chega em grupos. Uma pessoa só pra chegar é difícil, né? (Entalhador C do município de Almenara. Pesquisa de campo na feira de artesanato “Tião Artesão”, durante o 27º Festivale, Grão-Mogol, julho de 2009).

Estas associações também servem como mediadoras entre os artesãos e as demais instituições, como o Sebrae que tem interferência direta no trabalho dos artesãos, seja no processo de divulgação através de seus catálogos, seja por meio dos cursos oferecidos nas comunidades artesãs. Dentre as instituições externas à comunidade artesã, o Sebrae é o mediador que mais se destaca entre os artesãos. Isso é decorrente da atuação desta entidade como instrutora e organizadora da atividade artesanal no sentido de inseri-la no mercado consumidor, ainda que o Sebrae não seja o único instrutor externo que atua no aperfeiçoamento do artesanato na região do Vale do Jequitinhonha.

Apesar de haver alguns artesãos declararem que os cursos oferecidos pelo Sebrae não trazem benefícios por apresentarem técnicas que são difíceis de serem aplicadas e devido ao elevado custo das matérias-primas a serem utilizadas, grande parte dos artesãos participam destes cursos e assumem adquirir conhecimentos benéficos para o cotidiano artesão.

Entre os entalhadores, todos afirmam que a participação nestes cursos traz melhoria para o trabalho artístico; já dentre os ceramistas a aceitação dos cursos de aperfeiçoamento não é unânime. Aqueles que declaram que os cursos não contribuem

⁹⁰ As intervenções da autora durante os depoimentos dos informantes estão destacadas em negrito.

para o trabalho artesanal justificam a falta de conhecimento da realidade local por parte dos instrutores, como declara o artesão D:

o professor que foi dar um curso de fazer o forno, nós que terminamos de fazer o forno pra ele. Porque ele ficou perdido, sem saber o que fazia. Ele saiu de lá comprando peça de todo mundo depois de pronta (Artesão ceramista D. Pesquisa de campo na feira de artesanato “Tião Artesão” durante o 27º Festivale, Grão-Mogol, julho de 2009).

Outra fala que comunga da mesma experiência do artesão D é o artesão E:

teve um curso que eu tinha feito lá. Tava assim: nós lá e o professor chegou e tudo e nós olhando. O professor dando aula de argila lá e a gente tá olhando lá e só calado. Ele pegou e fez uma peça e queria que nós fizesse igual. Quando eu mais F (outro artesão citado) fizemos a peça, saiu muito superior que a dele. E ele falou assim: uai, mas em vez de eu dar aula pra vocês é vocês quem tá dando aula pra gente. (Artesão ceramista E. Pesquisa de campo na feira de artesanato “Tião Artesão” durante o 27º Festivale, Grão-Mogol, julho de 2009).

Oberva-se, portanto, que dentre os entalhadores a tendência em aceitar o saber externo à comunidade é maior que dentre os ceramistas. Uma possível explicação para este fator é sinalizada na fala da artesã ceramista F, a qual analisa que os cursos de aperfeiçoamento não avançam em relação ao conhecimento que a própria comunidade já detém:

O curso é bom demais. Todos eu participo. Eu adoro. Curso é bom. Quanto mais a gente vai, mais a gente aprende. [...] elas ensinou, só que nós não trabalhou com isso não. Com tinta, sabe? Teve um curso que ensinou nós a trabalhar com tinta, até que é possível se fazer, dá saída, mas pra gente comprar, assim... Aí a gente trabalha natural mesmo, né? (Artesã ceramista F. Pesquisa de campo na feira de artesanato “Tião Artesão”, durante o 27º Festivale, Grão-Mogol, julho de 2009).

Nesta análise, outro ponto que merece destaque é o papel do mestre artesão. O mestre-artesão geralmente é um artesão mais idoso e mais experiente na arte do barro na comunidade. É comum entre os artesãos as confidências em relação à influência de alguns mestres-artesãos no sentido de os ajudarem no aprimoramento da técnica de confecção das peças ceramistas.

A figura do mestre-artesão, diferentemente do que ocorre com os ceramistas, não aparece no discurso dos entalhadores. Entre os entalhadores, o refinamento da arte está mais relacionado à uma habilidade individual e à uma busca pessoal que ocorre a partir de cursos de aperfeiçoamento oferecidos por entidades extra-locais. A fala do artesão G, quando interrogado sobre sua aprendizagem e aperfeiçoamento, é exemplar desta concepção:

com quem o senhor aprendeu essa arte? Comigo mesmo, do dom. Não tive nenhum instrutor não. [...] e a gente participando desses eventos aí, a gente acaba criando mais, né? Buscando mais coisas. E crescendo mais o conhecimento. (Artesão entalhador G do município de Taiobeiras. Pesquisa de campo, 27º Festivale, Grão-Mogol, julho de 2009).

Se dentre os entalhadores a receptividade da interferência externa é maior, dentre os ceramistas o apego ao mestre continua evidente. O artesão H, ceramista do município de Itinga, ao relatar a experiência vivenciada em um curso ministrado por uma Organização Não-Governamental na comunidade, evidencia esta importância desempenhada pelo mestre, bem como o fracasso de algumas intervenções devido ao não conhecimento da realidade local, que por sinal, o mestre detém por excelência.

Ele [o professor] veio de uma ONG. Me fugiu o nome aqui no momento. **E esse curso foi de quanto tempo?** Foram 20 dias. Ensinou por exemplo a vidraçar as panelas. Passava um produto lá depois dela queimada igual ela tá ali que cês viu na feira. Aí passa um produto e volta pro forno de novo, aí ela fica tipo uma camada de vidro. Só que tem que queimar uma por uma. E aqui não existe um forno assim. **E lá eles faziam o quê? Panela tipo a sua ou não?** Eles faz panela, eles faz essas peças assim de enfeite né. Mas de certa forma foi bom também. Que é sempre bom ver coisas novas. [...] Aí a gente achava que se a gente conseguisse um curso com o mestre Ulisses⁹¹ ia ser melhor, né? Como ele já é lá de perto. Então vamos ver se consegue (Artesão ceramista H, município de Itinga. Pesquisa de campo, 27º Festivale, Grão-Mogol, julho de 2009).

Outros elementos importantes para se destacar no fazer artesanal são as trocas e a cooperação estabelecida entre os artesãos. Este movimento de troca e cooperação entre os artesãos se traduz em troca de experiências, de matéria-prima e técnicas. Mesmo os artesãos geograficamente distantes entre si apresentam um intercâmbio muito

⁹¹ É importante esclarecer que o Mestre Ulisses destacado na fala acima é um conhecido artesão ceramista da cidade de Itinga e que atua desde a década de 80 no movimento cultural da região.

estreito, o que é possibilitado pelos encontros nas feiras. É relevante destacar que a participação nestas feiras, como já ficou evidente em outro momento neste texto, só é possível através das associações locais, o que reforça o seu papel na comunidade artesã.

A feira de artesanato na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e o Festivale (Festival da Cultural Popular do Vale do Jequitinhonha) são espaços fundamentais neste sentido. Como o evento acontece todos os anos e a maioria dos artesãos participa através de suas associações, é muito comum que ocorram encomendas de argila de determinada região por parte de um artesão que terá sua encomenda atendida no próximo ano. Um exemplo disso é o relato do artesão I:

inclusive eu tava conversando com um menino ali, porque lá em Felisburgo, lá tem um barro branco. Ele é branquinho da cor de uma neve. E quando cê queima, ele fica branquinho. A peça fica, só cê vendo ... parecendo uma louça. Aí ele pediu pra entrar em contato com a dona que mora lá pra poder arrumar pra ele um pouco. Eu vou levar o ano que vem pra ele. Vou levar lá pra ele em Belo Horizonte que ele vai tá lá na feira na UFMG. A gente já combina, né? (Artesão ceramista I do município de Jequitinhonha. Pesquisa de campo, 27º Festivale, Grão-Mogol, julho de 2009).

Neste sentido, uma peça, por exemplo, que é produzida em Taiobeiras, no alto Jequitinhonha, possui argila coletada em regiões do baixo Jequitinhonha. Como nos explica a artesã J, é aconselhável a mistura de argilas de diferentes localidades para a maior resistência das peças:

eu faço boneca com três qualidades de barro pra ela ficar forte. Eu ponho de três lugares. Aí ela fica forte. Que um sendo fraco e o outro forte, aí fica tudo forte. Em Belo Horizonte mesmo, a gente vende boneca num ano, aí no outro ano chega lá, as meninas fala: *ah, eu não vou comprar hoje não. Aquela que comprei tá do mesmo jeito.* Conserva porque o barro é bom. (Artesã ceramista J do município de Minas Novas. Pesquisa de campo na feira de artesanato “Tião Artesão”, durante o 27º Festivale, Grão-Mogol, julho de 2009).

Estas argilas intercambiadas nas feiras, além de serem usadas nesse processo de resistência das peças, também servem para adorná-las. São trocas que possibilitam a preservação do belo. E aqui entendam preservação do belo não apenas no sentido de preservação do saber artesanal, mas da cultura material que deste saber provém, neste caso, as peças em cerâmica. Há que ressaltar que no Jequitinhonha, nem todas as localidades produzem os tipos de barro utilizados na coloração das peças de cerâmica,

daí a importância destas trocas entre os artesãos de diferentes localidades, como nos conta a artesã L:

às vezes, a gente pede uma pessoa informação, a cor do barro. Que muitas pessoas não têm a cor do barro. Eles pede a tinta da gente lá, pra gente mandar. É até bom demais, né? Fazer tipo assim uma troca. A troca das tinta. [...] É um barro vermelho que a gente cava ele no chão, ele é um barro vermelho. Aí a gente coloca ele pra cozinhar, deixa ele uns três dias cozinhando, aí tira aquela nata por cima e a gente vai despejando em outra vasilhinha pra pintar as peças. **Como é o nome dessa tinta?** Toá vermelho. (Artesã ceramista L do município de Caraií. Pesquisa de campo na feira de artesanato “Tião Artesão”, durante o 27º Festivale, Grão-Mogol, julho de 2009).

Além da troca de matéria-prima, ocorrem também as trocas de saberes relacionados à técnica e aqui o mestre artesão de que falávamos em outro momento ocupa papel fundamental. Por ser um artesão mais experiente, que agregado ao seu saber há também o saber daqueles que se foram, constitui-se em um conselheiro a quem os demais artesãos recorrem, não apenas os artesãos da comunidade local, mas da comunidade ceramista da região, como denota o depoimento do artesão M:

teve uma época que meu trabalho tava estragando no queimar. Então, um colega meu de Itinga: Ulisses, ele me ensinou forrar o forno com tijolo né. Forrar mais pra o fogo não passar muito. E não pôr as peças diretamente nos crivos porque quando eu colocava diretamente elas estragavam e manchavam. E agora não mancha mais depois que eu fiz isso que ele me deu a ideia. Então, trocar de ideia com artesão, isso é muito bom, muito importante né, que uma ideia ajuda a outra né. Como se diz uma mão lava a outra. (Artesão ceramista M do município de Taiobeiras, Pesquisa de campo na feira de artesanato “Tião Artesão”, durante o 27º Festivale, Grão-Mogol, julho de 2009).

As trocas ou, melhor dizendo, o espaço em que se dão estas trocas, servem também como um *locus* de reflexão sobre o seu próprio trabalho. É como se as feiras constituíssem para os artesãos não apenas em um espaço de comercialização de suas peças, mas também um espaço de partilha dos conhecimentos, em que se expõem para a comunidade artesã as descobertas das pesquisas. São nestes encontros que se divulgam as localidades detentoras de diferentes argilas, ou de minérios, que, se agregados ao barro, podem resultar em uma cor ou em uma durabilidade maior. Poderíamos até dizer, se fizermos uma analogia com o mundo acadêmico, que as feiras são os congressos artesãos.

Esse senso de cooperação e aprendizagem entre os artesãos nos remete ao fator de que são justamente essas trocas de saberes que possibilita o matizado das cores da cerâmica e das peças entalhadas do Jequitinhonha. Não se pode estudar um grupo artesão desvinculado das relações que mantém com a comunidade local. E aqui utilizamos o local no sentido da comunidade pertencente a um município, como também local no âmbito da comunidade regional. O colorido das peças de cerâmica nos revela o colorido das diversidades locais que se trocam, se intercambiam e constituem o Jequitinhonha: a diversidade na identidade, ou a identidade na diversidade.

Uma questão que neste momento podemos levantar é a seguinte: se existe esse senso de cooperação entre os artesãos, especialmente entre os ceramistas, por que entidades de cooperação, como as associações, em muitas localidades não conseguem construir a autonomia destas comunidades artesãs? A resposta não é simples e esta seria uma das questões para uma nova pesquisa. No entanto, um elemento sinaliza para a busca da resposta a esta questão. Os órgãos de intervenção mais próximos destes artesãos e que incentivam a criação destas entidades de cooperação local, em muitos casos, não consideram as sutilezas das especificidades locais. Ou não conseguem lidar com essa diversidade que compõe a unidade.

Homogeneizar para se fortalecer não parece ser a melhor solução, como tem feito alguns órgãos de mediação em suas ações desempenhadas junto aos artesãos. Mas também partir do pressuposto de que o artesanato é uma produção artística e por isso não deve ter interferência na comunidade produtora, pode ser também outra postura equivocada. Eis então um dos desafios da extensão rural e da mediação social, uma vez que o artesanato do Jequitinhonha pode constituir-se em uma forma de geração de renda e sobrevivência material tanto quanto a agricultura familiar. E isto não só no meio rural como também nas pequenas localidades urbanas em que encontramos o homem rural em transição para a condição urbana.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MATTOS, Sônia Missagia. **Artefatos de Gênero na Arte do Barro**. Vitória: EDUFES, 2001.

Revisando a “esfera pública”: Uma proposta de pesquisa a partir da história conceitual

Renato de Ulhôa Canto Reis⁹²

Resumo: O conceito de “público” é uma categoria fundamental dentro da linguagem política. Este conceito perpassa diversos períodos históricos e está relacionado aos aspectos políticos e culturais de uma dada sociedade. Ao mesmo tempo, possui uma carga semântica plural, cuja historicidade muitas vezes não é levada em conta. Nossa proposta é realizar um estudo comparado sobre os principais autores que se dedicaram a pensar a *esfera pública* a partir de uma perspectiva histórica. Após essa explanação esperamos ser possível propor uma abordagem para o conceito de “público” que leve em conta a sua articulação contingente, a sua historicidade, tentando captar através das contribuições da história dos conceitos a semântica plural e, como aponta Elías J. Palti, essencialmente incompleta de um sistema conceitual.

Palavras-chave: esfera pública, público, conceito

Abstract: The concept of "public" is a key category within the policy language. This concept permeates several historical periods and is related to the political and cultural aspects of a given society. At the same time, has a plural semantic load, whose historicity is often not taken into account. Our proposal is to conduct a comparative study on the major authors who have dedicated themselves to think of the public sphere from a historical perspective. After this explanation will hopefully be possible to propose an approach to the concept of "public" that takes into account its contingent articulation, its historicity, trying to get through the contributions of the history of concepts the semantic plural and, as pointed out by Elias J. Palti, essentially incomplete of a conceptual system.

Keywords: public sphere, public, concept

⁹² Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Em efeito, seu uso é tão comum e tão central nas análises da vida política e cultural da época de transição à modernidade que se esquece muitas vezes de sua polissemia e historicidade. Público, equivalente culto de povo, a palavra evoca a coisa pública dos romanos, a república; mas também a publicação e a publicidade; como adjetivo, serve tanto para qualificar a opinião como para falar dos poderes públicos. Público nos remete sempre a política: a concepções da comunidade como associação natural ou voluntária, ao governo, a legitimidade das autoridades. Longe de ser somente o qualificativo neutro e cômodo de um “espaço” ou de uma “esfera” que se opõe sempre, implícita ou explicitamente, ao campo do privado, a esfera dos indivíduos e das famílias, das consciências e das propriedades, o público é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto da política: seja a do Antigo Regime (o bem comum, os cargos públicos, a “felicidade pública” dos ilustrados) ou a revolucionária (a *salut public* dos jacobinos) ou a do constitucionalismo liberal (os poderes públicos legitimados pela soberania do povo) (GUERRA e LEMPÉRIÈRE, 1988: 7)⁹³.

Como fica claro na passagem de François-Xavier Guerra, o conceito de *público* é uma categoria fundamental dentro da linguagem política. Este conceito perpassa diversos períodos históricos e está relacionado aos aspectos políticos e culturais de uma dada sociedade. Ao mesmo tempo, possui uma carga semântica plural, cuja historicidade muitas vezes não é levada em conta. Nossa proposta é realizar um estudo comparado sobre os principais autores que se dedicaram a pensar a esfera pública a partir de uma perspectiva histórica.

Num primeiro momento, pretendemos apontar as principais contribuições de dois autores em especial: Jürgen Habermas e François-Xavier Guerra. Num segundo momento, destacaremos as principais críticas relacionadas a estes autores e os limites impostos por suas análises, buscando complementar as discussões que envolvem a definição da concepção de *esfera pública* a partir de seus comentadores. Após essa explanação esperamos ser possível propor, num terceiro momento, uma abordagem para o conceito de público que leve em conta a sua articulação contingente, a sua

⁹³ [Tradução livre do autor]

historicidade, tentando captar através das contribuições da história dos conceitos a semântica plural e, como aponta Elías J. Palti, essencialmente incompleta de um sistema conceitual (2007: 55).

Existe uma vasta produção sobre o surgimento da *esfera pública*. A maioria delas é tributária da obra de Jürgen Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, publicada pela primeira vez em 1962. Desde sua publicação até hoje, diversas críticas surgiram e foram reformulando o conceito ao longo do tempo. O próprio autor já reviu grande parte de suas premissas. Grosso modo, a esfera pública habermasiana, inicialmente, diz respeito a um conjunto de pessoas privadas que se reúnem em um público para discutir coisas do interesse comum. Estas pessoas, ao mesmo tempo em que precisam da regulamentação desta esfera pela autoridade, utilizam-na para lutar diretamente contra ela, reivindicando as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social, bem como a manutenção de suas propriedades privadas. Esse interesse comum é que daria unidade à esfera pública. É, portanto, uma esfera burguesa. Essa discussão política é travada a partir de um recurso que será uma característica da esfera pública: a racionalidade. O sujeito integrante desta esfera é o sujeito que possui uma *opinião pública*, invariavelmente, racional (HABERMAS, 2003a).

A concepção de esfera pública de Habermas depende, em grande medida, da possibilidade de contrapor Estado e Sociedade. Esta esfera pública funcionaria como uma mediadora entre os dois, sendo que a elite letrada dessa sociedade, durante a “gênese da esfera pública burguesa”, passou a ver a si mesma enquanto o público das comunicações feitas pela autoridade *ao* público. Esta esfera intermediária é apropriada por um público que através da crítica e do discurso racional se opõe fundamentalmente ao Estado. Daí a relevância da imprensa como órgão de formação dessa opinião pública e dos espaços de sociabilidade como *lócus* de desenvolvimento das relações na esfera pública. Dessas relações surge outra característica do modelo de Habermas: a igualdade dentro da esfera pública. O sentido desta igualdade está relacionado à composição burguesa da esfera pública. O interesse comum das pessoas privadas (burgueses) era a manutenção e reprodução de suas propriedades privadas e esse interesse é quem unificava os indivíduos para formarem uma esfera pública que mediava, através da opinião pública racional, as disputas com o poder público, ou então, o Estado. Assim, na concepção de Habermas existiam duas esferas públicas. A primeira, a literária, era o espaço no qual se desenvolviam as discussões públicas e a formação de uma opinião

pública. A segunda, política, era originária da primeira e servia como mediadora entre sociedade civil e Estado.

O *público* para Habermas refere-se sempre a noção de julgamento. Através do julgamento é que determinados temas ganhariam *publicidade*. O surgimento da esfera pública remete à emergência de um espaço no qual assuntos de interesses gerais seriam publicizados, debatidos e criticados, para dar lugar à um julgamento síntese. Na formulação deste julgamento, quanto maior for o grau de racionalização da argumentação, mais será qualificada a opinião pública. Além disso, grupos ou indivíduos podem ter maior influência dentro dessa esfera pública. No entanto, para que a opinião pública tenha eficácia política, é preciso que o público leigo também participe. Mesmo aqueles que não fazem parte de grupos consolidados e nem são especialistas em determinados assuntos, também fazem parte da esfera pública e possuem uma opinião, que muitas vezes deriva do entrecruzamento das formulações discursivas dos especialistas com suas experiências concretas desse público (LOSEKANN, 2009).

Nota-se, portanto, que não há uma distinção muito clara entre a esfera pública e a esfera privada. Os problemas privados são apropriados e debatidos, ganhando notoriedade pública. A esfera privada, posteriormente, incorpora esses problemas a partir de uma nova significação derivada dos debates públicos, influenciando na vida cotidiana das pessoas. Assim, tanto a esfera pública é nutrida por experiências e questões privadas, como a esfera privada sofre alterações a partir da incorporação posterior dessas experiências. Assim, quanto mais temas forem estimulados para a discussão pública, mais concepções acerca da realidade social existirão e, conseqüentemente, mais forte a democracia será.

Nesse sentido é que o conceito de esfera pública teve uma importante participação na teoria crítica e na sua relação com a democracia. Como bem apontam Leonardo Avritzer e Sérgio Costa, Habermas estabeleceu uma “relação argumentativa crítica com a organização política”, que transcendia as análises elitistas e de participação direta, propondo uma concepção de democracia que articulava uma nova relação entre participação e racionalidade, através dos discursos e da ação comunicativa enquanto legitimadores dessa democracia (2004: 705 – 706).

Este modelo de Habermas ainda é utilizado em grande medida. De fato, sua contribuição é muito mais extensa do que aqui foi apontada. No entanto, diversas críticas já surgiram ao modelo. Grande parte delas foi sistematizada no livro “Habermas

and the Public Sphere”, editado por Craig Calhoun (1992), no qual autores de diferentes áreas do conhecimento procuraram apontar as contribuições e os problemas na concepção de esfera pública de Habermas.

Neste livro, Nancy Fraser argumenta que o modelo de esfera pública proposto pelo autor, enquanto uma “categoria da sociedade burguesa” é historicamente específico e limitado. O que o autor chama de “modelo liberal de esfera pública” é mais uma idealização desta esfera do que propriamente uma categoria histórica compreensível. Para ela, durante a formação da esfera pública, existiam outros modelos e projetos não necessariamente liberais e burgueses que, devido às relações assimétricas de poder, foram silenciados. A constituição da esfera pública proposta por Habermas aceitaria uma distinção ideológica da burguesia enquanto o público, não levando em conta os conflitos entre os *counterpublics*, incluindo o público nacionalista, o público camponês popular, o público da elite feminina e o público trabalhador (FRASER, 1992).

Michael Schudson (1992) e David Zaret (1992), por sua vez, procuram demonstrar os limites da racionalidade da esfera pública, respectivamente, nos Estados Unidos e na Inglaterra durante os séculos XVIII e XIX. Schudson argumenta que em geral, não há como caracterizar as discussões políticas na América colonial como críticas e racionais. Neste período, as atividades e discussões políticas são orientadas mais pelas formas familiares do que por princípios políticos. Também no século XIX o discurso político não pode ser caracterizado como crítico e racional, salvo algumas exceções. Já David Zaret ressalta a importância do puritanismo dentro do debate supostamente crítico e racional proposto por Habermas.

Como dissemos, existem inúmeras críticas ao modelo de Habermas, a principal delas para nossa proposta foi feita por Keith Michael Baker (1992). Esta crítica refere-se à ambiguidade do conceito de esfera pública de Habermas, que, se por um lado pode ser entendido como uma “categoria discursiva expressando um ideal normativo” (1992: 183), através das discussões públicas racionais de uma formação social burguesa da sociedade civil, por outro, pode ser visto como uma realidade social existente de fato. Baker sugere que a noção de *público* é altamente contestável e foi recuperada de diferentes formas de acordo com diferentes propósitos e construções. Para ele, a categoria *público* é muito mais abstrata do que sociológica e que, devido a essa característica, estava sempre a serviço de uma grande variedade de interesses políticos e sociais (1992: 192). Em seu trabalho o autor entende *público* como um conceito em que

os atores que vivenciavam a crise do absolutismo apelaram para redefinir uma linguagem política tradicional que já não dava mais conta.

As críticas de Baker nos levam as propostas de François-Xavier Guerra. As principais delas referem-se ao caráter normativo das teses de Habermas. Guerra e Lempérière elencam cinco críticas ao modelo habermasiano. A primeira refere-se a sua visão teleológica. Segundo os autores, ao procurar o corte liberal e progressivo da esfera pública, Habermas acaba buscando em um passado “pré-moderno” os “gérmenes, fuentes y orígenes de nuestra modernidad cultural y política”. A segunda crítica direciona-se a sua restrição quanto às formas mais novas de comunicação das elites, sem levar em consideração outros modos de circulação mais antigos, como os pasquins, libelos e rumores. Em terceiro lugar, Habermas não teria dado muita importância para as formas propriamente políticas, como as práticas representativas, por exemplo. Em quarto lugar, mesmo que com um enfoque sociológico, na maioria das vezes, o conceito de “sociedade burguesa” é inadequado. O caso se torna mais sério quando se trata da Iberoamérica, já que esta desconheceu por muito tempo em seu léxico político e ideológico este conceito. A partir destes quatro pontos surge um quinto, o mais problemático: a aplicação do modelo habermasiano de esfera pública se limita a França, Inglaterra e Alemanha, dizendo muito pouco sobre a Itália e o mundo Ibérico (1988: 9).

Guerra e Lempérière propõem como alternativa à ideia de “esfera pública” a pluralidade dos “espaços públicos”. Segundo os autores, enquanto “esfera pública” remete a uma noção abstrata e imaterial de espaço, a história cultural já teria demonstrado que estes seriam mais palpáveis do que se imagina, podendo ser perscrutados nas recepções e difusões dos impressos e nas práticas de leitura. Já as praças, as ruas, os cafés, as associações, o palácio, seriam espaços públicos, lugares de congregação, comunicação e ação dos homens (1988: 10).

Em relação à proposta de Guerra de tratar por *espacio* e não *esfera*, na edição recente da revista *History & Theory*, alguns apontamentos feitos por Beat Kümin e Cornélie Usborne sobre a concepção de *espacio* podem nos servir de guia. Uma das concepções de *espacio* na historiografia, chamada de “essencialista”, é de pensar que as interações históricas se desenvolvem *em* um espaço, concebido como um quadro ou um contexto estrutural que alerta os atores históricos para tomar decisões apenas em referência a parâmetros como distância e terreno. Trata-se de dotar o ambiente físico de determinadas características e efeitos que ditam as ações dos homens. Segundo os

autores, apenas na década de 80 que os historiadores começaram a olhar mais reflexivamente para a noção de espaço. Alguns fatores, tais como a introdução metodológica do “giro-linguístico” e sua influência na história cultural, as discussões mais recorrentes sobre a globalização em termos políticos e econômicos e o aumento da importância da mídia e da tecnologia, são elencados como responsáveis por estas alterações na percepção do “espaço”. Além disso, a “história cultural”, através da reorientação das narrativas lineares dos fatos para uma percepção mais complexa da identidade, das representações, também exigiu redefinições nos instrumentos metódicos. O “giro-espacial” para os autores refere-se a uma nova concepção acerca da noção de espaço, que agora passa a ser visto não como um dado natural, mas sim como o resultado de inúmeras interações e estratégias estabelecidas pelos indivíduos, nas quais as relações de força formam o produto social (2013: 307 – 310).

Ainda para Kūmin e Usborne, a contribuição do “giro-espacial” é tanto sincrônica quanto diacrônica. Sincrônica, pois os métodos espaciais nos permitem captar a simultaneidade de experiências e expectativas. De uma só vez, podemos olhar para as posses, as redes de contatos, as imaginações e as atividades de determinados membros de uma sociedade e como suas próprias visões de mundo sobrepunham-se. Diacronicamente, pois podemos focalizar na relação entre espaço e tempo. Aqui, os autores citam Habermas.

Whereas Habermas distinguished a traditional “representational” public sphere associated with the ceremonial of absolutist rulers from the critical reasoning of the emerging bourgeoisie informed by the new periodical press (thus prioritizing abstract and discursive developments among social elites), Susanne Rau and Gerd Schwerhoff have recently called for greater attention to political exchange in concrete “public space” which involved common people and evolved from the Middle Ages. (KŪMIN e USBORNE, 2013: 317)

Tanto para Guerra quanto para Kūmin e Usborne, a historia cultural teria demonstrado que os *espaços públicos* são mais concretos do que a noção de *esfera pública* de Habermas. No entanto, Keith Baker parece interpretar a obra de Habermas a

partir de uma perspectiva oposta. Como nos referimos acima, para Baker a *esfera pública* habermasiana é muito sociológica e sua proposta é vê-la como algo mais filosófico, abstrato. Tratam-se de duas concepções opostas da obra de Habermas que revelam o quanto as formulações deste autor são complexas e ao mesmo tempo abertas.

Mais recentemente, Habermas (2003b) lidou com este problema da seguinte maneira: para ele, tanto podemos tratar de uma esfera pública, quanto de um espaço público, desde que tenhamos em consideração que esta jamais será uma instituição, uma organização ou qualquer estrutura normativa. Não sendo uma organização, a esfera pública não seria um espaço, com fronteiras e limites. Mas da mesma forma que uma organização ou estrutura espacial pode ter uma dimensão abstrata, a esfera pública também poderia ter alguma estrutura concreta. Para citar a complexidade de determinar espacialmente a esfera pública, Habermas cita a presença virtual de leitores e espectadores distantes que são postos diante das mídias. Para ele, existe uma “abstração que acompanha a passagem das estruturas espaciais das interações simples para a generalização da esfera pública” (HABERMAS, 2003b: 93).

Geoff Eley (1992) é outro autor que chama atenção para essa ambiguidade do conceito de *esfera pública*. O autor cita Hohendahl, para o qual a esfera pública de Habermas teria uma dupla função. De um lado proviria um paradigma para analisar as mudanças históricas, mas por outro também serviria como uma categoria normativa da teoria política.

De forma geral, estas são algumas características básicas acerca do conceito de esfera pública. O que pretendemos destacar é a crítica de alguns autores em relação à existência concreta desta categoria. O conceito de esfera pública de Habermas é utilizado como categoria que sintetiza uma experiência social de fato, também é utilizado como uma categoria analítica e, por último, como um conceito da teoria política. Acreditamos que uma análise que leve em conta a historicidade do conceito de *público* pode ajudar a formular algumas hipóteses de cunho teórico acerca destas questões.

É importante atentar para o fato de que os conceitos de *público* e *privado* são categorias historicamente cambiantes e não estáveis. Não devemos defini-las *a priori*, mas sim levar em consideração o contexto em que apareceram, percebendo sua articulação contingente. Assim, a compreensão do conceito de público, através de sua

semântica e do seu contexto de utilização, permite identificar a historicidade desta categoria fundamental.

“El lenguaje no es una realidad separable de las realidades sociales” (GUERRA e LEMPÉRIÈRE, 1988: 8). Assim Guerra define a importância de se atentar para os conceitos. Para a compreensão da linguagem política é preciso recorrer tanto para a metodologia da história dos conceitos alemã (*begriffsgeschichte*), cuja principal referência é o historiador Reinhart Koselleck, quanto para a perspectiva da chamada Escola de Cambridge, cujos principais expoentes são Quentin Skinner e J. G. A. Pocock.

A união destas duas metodologias está sendo feita pelo projeto *Iberconceptos* (SEBASTIÁN, 2009). Um dos maiores projetos de história conceitual atualmente em andamento, o projeto *Iberconceptos* é dirigido pelo historiador Javier Fernandez Sebastián. Na sua primeira fase o projeto reuniu uma equipe de 75 investigadores, para trabalhar com dez conceitos em nove países diferentes⁹⁴. O estudo desenvolvido no projeto, segundo Sebastián, pretende comparar a “transformação dos conceitos políticos básicos nos países de fala espanhola e portuguesa em ambos os lados do Atlântico entre, aproximadamente, 1750 e 1850” (2009: 25). Para este objetivo, optou-se por uma metodologia híbrida, que mesclasse os elementos característicos da história conceitual alemã e também das propostas metodológicas de Quentin Skinner.

O procedimento da *Begriffsgeschichte* advém da história da terminologia filosófica, da gramática e da filologia históricas, da semasiologia e da onomasiologia. Diz respeito a um trabalho de exegese textual que visa compreender como propor e responder questões pertinentes à história social (KOSELLECK, 2006). Os conflitos políticos e sociais precisam ser compreendidos a partir do horizonte conceitual empregado pelos atores que participaram desses conflitos (JASMIN e JÚNIOR, 2006). Além do mais, deve-se atentar para os sinônimos, antônimos e palavras semanticamente parecidas, para o surgimento ou desaparecimento do conceito e sua inflação ou deflação semântica. Na medida em que devemos por em relação os conceitos políticos e sociais com as discontinuidades e continuidades das estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais, é importante se ater para momentos de mudanças rápidas.

⁹⁴ Os conceitos trabalhados foram: *América/Americano; Ciudadano/Vecino; Constitución; Federación/Federalismo; Historia; Liberal/Liberalismo; Nación; Opinión Pública; Pueblo/Pueblos; República/Republicano*. E os países do projeto são: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México, Peru, Portugal e Venezuela.

A Escola de Cambridge, por sua vez, tem Quentin Skinner como principal expoente (SKINNER, 1969). Seu objetivo era combater as *mitologias* que assolavam os estudos da história do pensamento político. A “mitologia das doutrinas” seria o erro de interpretar um autor clássico como representante ou enunciador de uma determinada doutrina que na sua época ainda não existia ou não havia sido sistematizada. A “mitologia da coerência” é a tentativa de reconstruir ideias de autores do passado, dando-lhes uma coerência que pode simplesmente não existir. Outra, a “mitologia da prolepse”, refere-se à atribuição indevida de valor histórico às contribuições de um determinado autor, como por exemplo, Rousseau como pai da doutrina do totalitarismo ou Locke como um teórico político liberal. Além disso, Skinner pretendia dar uma alternativa para estas mitologias, que seria feita a partir da teoria dos “atos de fala” advindas da filosofia da linguagem.

No caso da Escola de Cambridge, depois rebatizada por Skinner como enfoque *collingwoodiano*, trata-se de entender a força ilocucionária. Ou seja, não basta entender o significado de um proferimento, mas sim a intenção do autor de dizer e ao dizer. A compreensão da força ilocucionária é fundamental para o intérprete, pois esta pode mudar o campo semântico do conceito. A busca por entender exatamente aquilo o que o autor queria dizer, leva Skinner a se preocupar com as condições de possibilidades da linguagem, em outras palavras, ao contexto no qual o autor está inserido, que determinaria um rol de significados possíveis de um texto (SKINNER, 1969).

Pocock, também da tradição inglesa de Skinner, preocupa-se especialmente com o contextualismo linguístico historicista. Apropriando-se da terminologia de Ferdinand Saussure, Pocock demonstra a existência de características da língua como um todo (*langue*) e especificidades empreendidas por indivíduos particulares (*parole*). Para o autor, a *langue* só pode ser reconstruída através das *paroles*; enquanto estas só podem ser entendidas no interior das *langues* (JASMIN e JÚNIOR, 2006). De maneira geral, as proposições de Pocock não fogem às perspectivas de Skinner. Trata-se de entender um determinado texto da maneira como este fazia sentido para seu autor original ou para um contemporâneo, preocupando-se com o contexto linguístico.

Nossa proposta de pesquisa para o conceito de *público*, portanto, possui um enfoque na análise diacrônica do conceito, procurando perceber sua relação com as estruturas sociais, políticas e econômicas e, ao mesmo tempo, atentando para os

contextos em que está sendo elaborado, pelos autores e pela “força ilocucionária” contida neste.

O conceito de público deriva do latim *poplicus*, do povo, e depois se alterou para *publicus*, supostamente sob a influência do termo *pubes*, homens adultos (FRASER, 1992). Desde o início a ideia de público parece já não designar a totalidade das pessoas, no caso, só os de sexo masculino. Na verdade, esta parece ser uma característica comum ao longo da história do conceito. De um lado sua pretensão de totalidade, uma noção geral e abstrata de acesso e participação total, e do outro, aqueles que de fato podem ser intitulados o público.

No Antigo Regime, outras utilizações eram dadas para o termo. Na Inglaterra o Rei era visto como tendo “dois corpos”, o primeiro era a pessoa *privada* do Rei e o segundo era sua parte *pública*, enquanto soberano (KANTOROWICZ, 1998). Já no caso da América Hispânica, era muito comum o uso do termo *Público* neste período. Em uma sociedade corporativa, o termo era frequentemente associado a palavras como *utilidade*, *serviço* e *benefício*. Compunha também uma trilogia sagrada: Deus, Rei e o Público. As ideias de *polícia*, *buen gobierno* e *bien común* faziam partes da carga semântica do conceito. Lempèriere define o conceito no Antigo Regime de duas maneiras. Primeiro, *público* significava povo. Não o povo abstrato, soberano, mas sim o conjunto de habitantes de uma cidade sujeitos ao regime jurídico de um governo próprio. E segundo, *público* era tudo o que se fazia ou dizia à vista de todos. Para a autora, semântica e culturalmente, tratava-se da mesma coisa: “la comunidad política como un sistema de reciprocidad moral en la cual lo ‘individual’ y lo ‘particular’ estaban subordinados al ‘bien común’” (GUERRA e LEMPÉRIÈRE, 1988: 55).

É importante que voltemos nosso olhar para a utilização do conceito de *público* no Antigo Regime, pois através dele podemos tentar perceber as nuances envolvidas na construção do conceito “moderno” de público, que em linhas gerais, vai se desligando de uma noção vinculada à sociedade corporativa, para associar-se a outros conceitos também em processo de ressignificações semânticas, como é o caso de povo e nação. Tanto Noemí Goldman quanto Lúcia Neves apontam que no caso da América Hispânica, o conceito de *público* era identificado como povo/povos, e já na América Portuguesa, prevaleceu a associação deste com a ideia de nação (GOLDMAN, 2009; NEVES, 2009). No entanto, em ambos havia uma distinção entre “opinião pública” e “opinião popular”, o primeiro referindo-se ao público leitor, a elite intelectual, e o

segundo a opinião do povo, “ignorante”. A distinção era estabelecida para demonstrar que os primeiros eram responsáveis por guiar a opinião dos segundos. Este caso mostra como o conceito de público podia ser instrumentalizado, desligando-se da ideia de povo e se afastando das pretensões de totalidade para referir-se a um grupo em particular.

Apenas como forma de ilustrar o que viemos explicando, podemos citar a decisão nº 61 de 20 de setembro de 1821, publicada pelo Conde de Louzã, D. Diogo de Meneses de Ferreira de Eça, a qual “Manda que o Erário Régio se denomine Tesouro Público do Rio de Janeiro”.

Sua Alteza Real o Príncipe Regente, querendo promover no Reino do Brasil a adoção de todas as fórmulas do sistema constitucional, há por bem que de hoje em diante o Real Erário se denomine Tesouro Público do Rio de Janeiro, substituindo-se à frase da Fazenda Real a de Fazenda Pública, o que participo a V. S. para que tenha a devida execução.⁹⁵

Esta decisão reveladora das mudanças político-sociais em curso no Brasil no início dos oitocentos. De fato, desde o final do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX, se processavam profundas alterações no universo linguístico que refletia diretamente nas instituições e nas práticas políticas. Afinal, qual seria o intuito de mudar o nome de “Fazenda Real” pelo nome de “Fazenda Pública”? A adesão às “formulas do sistema constitucional” implicavam em alterações no plano linguístico-conceitual, cujo objetivo era sintetizar estas novas experiências.

Por fim, o que pretendemos é nos inserir no debate relativo ao surgimento da *esfera pública* ou dos espaços públicos, contudo, nossa proposta é de uma abordagem que prioriza a análise do conceito de *público*. Este conceito faz parte da linguagem política moderna e investigar sua utilização nos permite, por um lado, contribuir para superar as análises teleológicas, evitando assim os anacronismos e, por outro, desvelar as camadas de significados do conceito que se entrecruzam até hoje ou que já foram abandonadas, revelando as raízes da nossa linguagem política atual.

Referências Bibliográficas:

⁹⁵ BRASIL, Coleção das decisões do governo do Brasil de 1821. *Decisão nº 61 – Fazenda – Em 20 de Setembro de 1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

AVRITZER, Leonardo e COSTA, Sérgio. *Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 4, 2004, pp. 703 a 728.

BAKER, Keith Michael. *Defining the public sphere in eighteenth-century France: Variations on a theme by Habermas*. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press. 1992.

CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press. 1992.

ELEY, Geoff. *Nations, Publics, and Political Cultures: Placing Habermas in the Nineteenth-Century*. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press. 1992.

FRASER, Nancy. *Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy*. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press. 1992.

GOLDMAN, Noemí. *Legitimidad y deliberación: el concepto de Opinión Pública en Iberoamérica, 1750-1850. Introducción*. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). *Diccionario Político y Social Del Mundo Iberoamericano*. Madrid: Ministério da Cultura, 2009.

GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick et al. . *Los espacios públicos en Iberoamerica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio R. Kothe. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol II. 2º Ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003b.

JASMIN, Marcelo Gantus e JÚNIOR, João Feres (Org). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio; Loyola. IUPERJ, 2006.

KANTOROWICZ, Ernst. H. *Os dois Corpos do Rei: Um estudo sobre Teologia Política Medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos históricos*; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

KÜMIN, Beat; USBORNE, Cornelie. *At home and in the workplace: a historical introduction to the “spatial turn”*. In: *History and Theory* 52 (October 2013), 305-318.

LOSEKANN, Cristiana. *A esfera pública Habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro*. *Pensamento Plural*. Pelotas [04]: 37 - 57, janeiro/junho 2009.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Opinião Pública*. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). *Diccionario Político y Social Del Mundo Iberoamericano*. Madrid: Ministério da Cultura, 2009.

PALTI, Elías J. *El Tiempo de La Política: El siglo XIX reconsiderado*. 1ª Ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

SCHUDSON, Michael. *Was there ever a public sphere? If so, when? Reflections on the American case*. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press. 1992.

SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir.). *Diccionario Político y Social Del Mundo Iberoamericano*. Madrid: Ministério da Cultura, 2009.

SKINNER, Quentin. *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. In: *History and Theory*, Vol 8, Nº 1, 1969. p. 3-53.

ZARET, David. *Religion, science, and printing in the public sphere in seventeenth-century England*. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press. 1992.

Opinião e espaço público na França e no Brasil: um estudo comparativo

Dievani Lopes Vital⁹⁶

Resumo: Este artigo analisa a expansão do espaço público na França, no processo de derrocada do Antigo Regime, e no Brasil, na crise do Império. Ressalta-se em ambos os contextos o papel desempenhado pela imprensa periódica, pelas formas de sociabilidade intelectual e pelos intelectuais marginalizados no que diz respeito à formação e à mobilização da opinião pública. A noção de “esfera pública” e os conceitos operatórios de “sociabilidade” e “opinião pública” são levados em consideração nessa análise.

Palavras-chaves: esfera pública, opinião pública, intelectuais.

Abstract: This paper analyze the expansion public space in France Old Regime decline process and in Brazil in the Brazilians Empire crises. Its takes into consideration the role performed by periodic press, by expansion forms intellectual sociability and by marginalized intellectuals, in both contexts, as regards the formation and the mobilization of the public opinion. The notions of “public sphere” as well as the concepts of “public opinion” and “sociability” were taken into consideration in that analyze.

Keywords: public sphere, public opinion, intellectuals.

Qual a contribuição da esfera pública nos processos de transformação das estruturas sociais e políticas das sociedades? É em torno desse questionamento que este artigo desenvolve um conjunto de reflexões acerca do conceito de opinião, estritamente articulado com a idéia de esfera pública, noção esta proposta pelo o filósofo alemão Jürgen Habermas. Como bem salienta Roger Chartier, a obra clássica de Habermas *Mudança estrutural da esfera pública* “(...) nos oferece um guia inicial de como a noção de opinião pública foi construída no século XVIII” (CHARTIER, 1990: 49). No coração do Setecentos, surgiu uma “esfera pública política” que ele [Habermas] também a denominou de esfera pública no campo político ou “esfera pública burguesa” (CHARTIER, 1990: 49). No próprio dizer do filósofo alemão

⁹⁶ Mestrando em História pelo programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Orientador (a): Prof. Dr^o Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF). Bolsista Capes. E-mail: dievanilopesvital@yahoo.com.br.

A esfera pública burguesa⁹⁷ [grifo meu] pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada. (...). O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública (HABERMAS, 2003: 42).

Vários princípios organizacionais regem a esfera pública política, que derivava diretamente da esfera pública literária, que por sua vez “(...) estava baseada nos salões e cafés e numa literatura de periódicos” (CHARTIER, 1990: 50). Também estavam incluídos nesse conjunto os clubes, as lojas maçônicas. Esta esfera pública literária não era essencialmente burguesa, pois preservava uma continuidade com a representatividade pública da Corte (HABERMAS, 2003: 44).

Como casos exemplificativos do fenômeno estudado por Habermas, este artigo toma em uma abordagem comparativa a expansão do espaço público na França do século XVIII, mormente nas décadas finais, em relação com aquela verificada em fins do Império no Brasil. Apesar da distância espaço-temporal, pretendo demonstrar como nessas duas realidades ocorreu a politização da sociabilidade intelectual, ou seja, como se deu o processo de “refuncionalização” da esfera (espaço) pública literária chegando à sua eficácia política, no desenrolar da crise do Antigo Regime na França e do processo de desestruturação do sistema político-imperial brasileiro.

Antes de tudo, ressalto alguns fatores que possibilitam um estudo comparado envolvendo tanto os autores do Baixo Iluminismo quanto os membros da Geração 1870 brasileira, tomados aqui como casos exemplificativos dentro do processo de expansão

⁹⁷ Em sua obra intitulada *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*, Maria de Mello afirma ter se valido sobremaneira da tese de Habermas (1986) sobre a construção da esfera pública. Ela defende que, se por um lado, se observa um grupo lutando pela publicização do debate na crise da Monarquia brasileira, por outro, é difícil entendê-lo constituindo uma ordem, contratual, burguesa e capitalista. Desse modo a autora ressalta que usa com reserva os princípios de Habermas, dando preferência à expressão ‘espaço público’, de sentido mais restrito, em vez de esfera pública (MELLO, 2007: 19). Por sua vez, o sociólogo Felipe C. Silva faz a distinção entre as noções de “espaço público” e “esfera pública”, originadas do mesmo termo em alemão, Öffentlichkeit. Na primeira noção, “o ideal normativo de uma discussão racional, dialógica e face-a-face é a substância teórica”. Já a de “espaço público” designa uma realidade sociológica em que os meios de comunicação social (os mídias) se apresentam enquanto elemento estruturante e constitutivo (SILVA, 2001: 136). Atendo a essas ressalvas, neste artigo faço uso do termo “esfera pública” mais para a análise do caso francês, e me baseando não só em Mello (2007), mas também em Alonso (2002), uso o termo “espaço público” para tratar do caso brasileiro visto que, como mostra Felipe Silva, essa diferenciação só é levada em consideração para fins de rigor conceitual (SILVA, 2001: 136). Além disso, o próprio Habermas afirma que a esfera pública literária não era essencialmente burguesa uma vez que preservava uma continuidade com a representatividade pública da Corte (HABERMAS, 2003: 44).

da esfera pública e, conseqüentemente, do processo de formação da opinião pública mobilizada por intelectuais. Assim sendo, a marginalidade⁹⁸ dos seus membros frente ao quadro social e político de suas respectivas épocas e em seus respectivos países constitui o primeiro fator. Os homens de letras de ambos os movimentos políticos-intelectuais, na perspectiva de ascender verticalmente na escala social, encontravam um obstáculo típico do Antigo Regime: o privilégio. No caso brasileiro, isto pode explicar o porquê dos intelectuais da Geração de 1870 associarem a Monarquia constitucional ao Antigo Regime. Outro caso análogo muito peculiar diz respeito à adoção do credo republicano de tipo jacobino por parte desses letrados de 1870 (PAMPLONA, 2003: 119-121).

Outro aspecto que aproxima esses dois movimentos está no fato de seus representantes terem usado a literatura filosófica como instrumento na busca por alterar o *status quo*. Assim como o Iluminismo havia contribuído para a irrupção revolucionária na França em 1789, a Geração de 1870 também auxiliaria em 1889, há exatos cem anos depois, nas comemorações do Centenário da “Grande Revolução”, na queda do regime imperial brasileiro.

Em ambos os contextos mencionados é possível observar o envolvimento dos intelectuais marginalizados com os espaços de sociabilidade não institucionalizados, os quais serão detalhados na sequência, e, conseqüentemente com o processo de formação e de mobilização da opinião pública, no bojo daquelas transformações políticas que marcaram indelevelmente a trajetória daquelas sociedades.

O caso francês

No que diz respeito à França, os intelectuais marginalizados aos quais me refiro são os sublitteratos do Baixo Iluminismo, denominação esta utilizada por Robert Darnton (1987) para definir os sublitteratos iluministas alijados dos centros de expressão artística e intelectual da França. Essa “boemia literária” era composta por grupos de provincianos nascidos entre os anos de 1720 e 1730 que haviam invadido Paris nas

⁹⁸ Neste ponto vale a pena ressaltar que em relação à marginalização política e intelectual compartilhada pelos sublitteratos do Baixo Iluminismo na França setecentista, os intelectuais brasileiros da década de 1870 estavam relativamente excluídos, pois “(...) tinham acesso aos recursos sociais para adquirir visibilidade, organizar associações, escrever em jornais, publicar livros” (ALONSO, 2002: 332). Isso porque viviam num regime constitucional, que sob a influência dos movimentos liberais e constitucionalistas da passagem do século XVIII para o XIX, adotara como princípio a liberdade de expressão no quarto parágrafo do 179º artigo da sua Carta outorgada em 1824 (NOGUEIRA, 2001: 103)

últimas décadas do século XVIII (1770-1780) em busca de prestígio e de ascensão social através das letras, num período no qual era crescente o prestígio social que a profissão de escritor ganhava na França (DARNTON, 1987: 27-32).

Esses provincianos vinham de encontro ao ideal da igualitária *República das Letras* defendida pelos grandes filósofos do Alto Iluminismo, representado nas figuras de Voltaire, Montesquieu, Condorcet, Rousseau, Diderot, Mably, só para citar alguns nomes. Estes eram seus predecessores. Entre aqueles escritores da baixa literatura estavam Brissot, Carra, Desmoulins, Louvet, Prudhomme, Hebert, Marat, entre muitos outros. Muito deles exerciam a atividade de jornalistas. Outros, para além desse ofício também eram advogados, como é o caso de Robespierre. O fato a ressaltar é que os homens de letras da França daquele período estavam profundamente envolvidos com o empreendimento jornalístico e com as demais instituições do espaço público literário, que forneciam a sociabilidade intelectual típica do século XVIII, como os clubes, os cafés, os salões, as sociedades, as lojas (CHARTIER, 1990: 235).

Segundo Darnton, a organização corporativa e arcaica da cultura francesa, caracterizada pelo privilégio, empurrava esses jovens para a miséria, restando a eles viver da literatura clandestina dos *libelles*, através da qual difamavam com um escandaloso sensacionalismo sexual a Corte, a Igreja e a aristocracia francesas. Mostravam a incapacidade desta aristocracia em gerir a Igreja e o Exército, além de mostrá-la como grupo social degenerado moral e fisicamente. É dessas obras do “proletariado” literário que brotou o ódio contra os aristocratas literários do Alto Iluminismo que haviam elidido a igualitária *República das Letras*. É nesse submundo intelectual que os subliteratos iluministas se tornaram revolucionários. Ali nasceu o ímpeto jacobino de elidir a aristocracia intelectual do pensamento (DARNTON, 1987: 31).

A eclosão da Revolução com a Tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789 levou ao estabelecimento na França das instituições que até então faltavam para o público politizado, o que surpreendentemente havia tardado mais de um século para ocorrer na Inglaterra. Com a Revolução, a institucionalização da esfera pública política veio acompanhada de sua regulamentação jurídica. Dessa forma, de codificações da Constituição estabelecida pela Revolução, as funções políticas da esfera pública passaram a palavras de ordem, se espalhando pelo continente (HABERMAS, 2003: 89).

Acompanhando um movimento que vinha desde o último terço do século, os clubes políticos surgiram por toda a parte. A imprensa política então formada tornou-se diária. A leitura e a discussão dos seus jornais nos cafés se transformaram em parte central da vida política revolucionária (POPKIN, 1996: 198). Formalizando a função dos cafés, os clubes constituíram os espaços de atuação dos subliteratos iluministas (DARNTON, 1987:34). A maçonaria já havia alcançado o número de 50 mil lojas às vésperas da Revolução.

O nascimento da opinião pública ocorreu na metade do século XVIII. É o que indica Baker (1990) ao afirmar que a cultura política dentro da qual o discurso revolucionário foi criado emergira entre os decênios de 1750-1760, tomando a forma de opinião pública (BAKER, 1990: 24-25). A identificação dessa “nova instância de legitimidade política” com a imprensa periódica foi consolidada ao longo da Revolução de 1789 (MOREL, 2009: 157-158). A liberdade de imprensa decorrente da abolição dos privilégios e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão faz parte desse processo uma vez que correspondeu à dramática expansão da imprensa periódica e de publicações efêmeras (HESSE, 1996: 27), possibilitando o advento do jornalismo político revolucionário. Este foi expresso, sobretudo, através dos jornais-panfletos como o *L’Ami Du Roi*, o *Le Père Duchesne* de Hébert, o *L’Ami Du Peuple* de Marat, *La Gazette Nationale* ou *Le Moniteur Universel* de Panckouke, *o Révolution de Paris*, *Le Patriote* de François de Brissot, *Les Actes des Apôtres*, entre outros. O *L’Ami Du Peuple* de Jeal-Paul Marat e o *Père Duchesne* de Jacques Hébert foram os jornais mais lidos e mais radicais da Revolução (DARNTON, 1987: 261).

A Convocação dos Estados Gerais (1788) em *Versailles* para 1º de maio de 1789 havia sido o estopim para a proliferação dos clubes na França. Naquele ano de 1788, naquela cidade ocorrera a reunião dos deputados do Clube Bretão, cujo coordenador foi *Chapelier de Remmes*. Segundo Michel Vovelle (1999), eles [os clubes] agiam como as outras sociedades de pensamento (*sociétés des pensées*) ou as lojas maçônicas, os suportes no espaço francês de toda a sociabilidade das Luzes que se politizou sobre a pressão dos eventos (VOVELLE, 1999: 13). Não em vão, aquela reunião daria origem ao clube de maior êxito e influência da Revolução, o Clube dos Jacobinos, chamado também de Clube Republicano e, mais tarde, de Sociedade dos Amigos da Constituição. O Clube mudou para Paris com o retorno do rei Luís XVI à capital, em outubro de 1789. O regulamento promulgado por *Bernave* em 1790 sintetizava o seu objetivo:

discutir as questões a ser debatidas na Assembleia Nacional (VOVELLE, 1999: 13). Tendo recebido esse nome por ter se instalado no refeitório do convento dos dominicanos (Saint-Jacques daí *Jacobins*) na *Rue Saint-Honoré*, o clube chegou a ter mais de duas mil filiais espalhadas pelo país em 1790 (DARNTON, 1987: 243).

Jacques Solé (1989) afirma que o Clube dos Jacobinos trazia a herança das lojas maçônicas, das sociedades filantrópicas e mesmeritas e das câmaras literárias da época pré-revolucionária. Refletindo a crescente politização da França, os jacobinos adotaram um tom agressivo frente à aristocracia, tornando a sociedade estabelecida em Paris a matriz dos afiliados em todo o país. Eram esses clubes os maiores interessados pela difusão da imprensa revolucionária, o poderoso meio de propaganda para submeter toda a nação à influência da capital (SOLÉ, 1989: 108).

Das obras pré-revolucionárias de homens como *Marrat, Brissot, Carrat*, brotou o ímpeto jacobino de eliminar a aristocracia do pensamento como indica Darnton (1987). Foram esses subliteratos iluministas, e outros como *Robespierre, Mercier, Hébert, Desmoulins, Saint-Just, Danton*, que ensinaram a sociabilidade revolucionária jacobina. Através de sua propaganda impressa nos libelos, esses panfletistas na qualidade de apoiadores ou de membros do Clube Jacobino “(...) introjetavam a crua versão jacobina do roussauísmo na *sans-culotterie* parisiense” (DARNTON, 1987: 31, 39,47-49). Em contrapartida, esses antigos subliteratos, agora revolucionários, foram os leitores de seus predecessores do Alto Iluminismo (*Condillac, Mably, Rousseau, Buffon, Montesquieu...*). (DARNTON, 1996: 31, 39, 47-49). Eles se constituíram em porta-vozes da opinião pública durante a Revolução. Aí se encontra sua conexão com o espaço público.

O caso brasileiro

Nas décadas finais do século XIX, no Brasil os intelectuais “marginalizados” eram os representantes da chamada “Geração 1870”. Ela era composta por grupos sociais bastante heterogêneos, que incluíam intelectuais, políticos, jornalistas e literatos. Entre os principais representantes dessa geração de homens de letras destacaram-se Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Lauro Sodré, Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Saldanha Marinho, Silva Jardim, entre outros.

Não por coincidência, Roque S. M. Barros a intitulou de *Ilustração brasileira* (BARROS, 1986). Esse período foi assim denominado em sua tese não pelo fato de

termos tido, com um século de atraso, a nossa ‘ilustração’, nos mesmos moldes do século XVIII. O autor sustenta que sob a influência dos autores do Oitocentos, no Brasil criou-se um movimento que teria desempenhado um papel semelhante ao do Iluminismo europeu do décimo oitavo século, se diferenciando desse pela dimensão histórica. A Ilustração brasileira teria recebido como herança do Iluminismo “a crença absoluta no poder das idéias; a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para melhorar os homens, para dar-lhes inclusive um destino moral” (BARROS, 1986: 9). Assim, a essa herança vinha acrescida uma visão da história, específica do século XIX romântico, fundamental para a nossa visão de mundo (BARROS, 1986: 9).

No que se refere ao epíteto “geração de setenta”, Ângela Alonso (2000) assevera que o movimento da nova geração formada em finais do Império foi “(...) assim automeado numa referência à juventude de seus membros”. Foram os seus intérpretes posteriores que passaram a identificá-la como ‘movimento intelectual da geração 1870 (ALONSO, 2000: 35). Conforme ressalta Adalmir Leonídeo, o uso desse epíteto, apesar da sua imprecisão, se difundiu entre os historiadores e críticos literários no Brasil. Ele faz alusão analógica ao grupo de intelectuais lusitanos (Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga, entre outros) que aspiravam à introdução em Portugal das idéias modernas tais como o realismo, o positivismo, o republicanismo e o socialismo (LEONÍDEO, 2007: 196-213). Na verdade, como bem mostra Ângela Alonso, o caso brasileiro fazia parte de um todo mais amplo uma vez que “o movimento intelectual da geração 1870 foi um fenômeno internacional”, compartilhando um elitismo científico que teve expressão também no México, no Chile e na Argentina (ALONSO, 2002: 331).

No tocante ao conceito de “geração”, Jean François Sirinelli indica que apesar de suas ‘restrições’ e ‘obstáculos’, ele é um elemento incontestável para a análise histórica. Esse “(...) conceito contribui para reabilitar o acontecimento, na medida em que a investigação de um acontecimento inaugurador pode revelar traços que marcam indelevelmente a trajetória dos atores sociais (...)”. Isso possibilita uma maior nitidez daquilo que o autor denomina de ‘respirações do tempo’ (SIRINELLI, 2011: 78). Especificamente no caso da geração de intelectuais brasileiros que emerge nos anos 70 do século XIX, não se trata bem de um evento inaugurador de curta duração, mas de uma situação histórica concreta, determinada por dois processos fundamentais: a

modernização conservadora incompleta, levada a cabo pelo Gabinete Rio Branco (1871-1875); e a crise do arcabouço político-institucional do Império brasileiro.

A cidade do Rio de Janeiro que era o centro cosmopolita do país, permitindo seu contato com a produção material e espiritual da Europa e das Américas, tinha na Rua do Ouvidor o local dos seus homens de letras, a boemia literária da época. Frequentadores dos cafés, das confeitarias e dos bares, os intelectuais se viam favorecidos pela expansão da imprensa e pelo crescimento das camadas letradas da população, que constituíam os pilares do espaço público em expansão propiciado pelas reformas do gabinete Rio Branco. É nesse espaço que esses intelectuais iriam atuar na busca por interpretar a realidade do país em seu tempo, através da apropriação das correntes científicas do século XIX, o evolucionismo, o anticlericalismo, o ateísmo, o republicanismo (MELLO, 2007: 68, 93, 97-103), enfim, idéias essas que guardavam uma relação de continuidade com o Iluminismo, porém repensadas ao longo do Oitocentos sob novas bases, marcadamente evolucionistas

Os membros dessa Geração frequentemente desempenhavam a função de jornalistas dentro desse incipiente espaço público que se constituía na década de 1870, não só na Corte, como também em outras regiões do país. Fora do controle direto exercido pelo Estado, este espaço não-estamental e apartidário era representado, sobretudo, pela imprensa periódica e pelas diversas modalidades de formas associativas, que se expressavam através dos clubes, das confederações e das sociedades (ALONSO, 2002: 276-283).

Um fenômeno análogo a aquele que ocorrera na década revolucionária na França setecentista se verificou no país nas décadas finais do Império: vários jornais foram abertos na Corte e pelo país, muitos tiveram vida efêmera. A *Gazeta de Notícias* (1874), por exemplo, atraía os literatos e a literatura para suas folhas. Quintino Bocaiúva foi o redator-chefe de *O País*, fundado em 1884. A folha chegou a publicar os escritos de Joaquim Nabuco, Aristides Lobos, Silva Jardim. Em 1888, José do Patrocínio fundou *A Cidade do Rio*, onde pôde continuar sua campanha antiescravista. O *Diário de Notícias* (1885), dirigido por Rui Barbosa a partir de 1889, deflagrou ataques arrasadores às mazelas dos governos imperiais (MELLO, 2007: 74-76).

Muitos dos membros dessa geração pugnavam contra as instituições da Monarquia e o seu fulcro econômico: a escravidão. Defendiam a abolição, o federalismo, a secularização e a expansão da instrução pública. A república era o ideário

político de grande parte desses intelectuais, salvo alguns como Joaquim Nabuco e Eduardo Prado. Em suas produções esses intelectuais atacavam a monarquia bragantina, entendida como mesquinha. Eles julgavam-se talentos desperdiçados. Assim como os literatos do Baixo Iluminismo na França setecentista, eles aspiravam a viver das letras, algo impossível na época. Eles eram sensíveis à indiferença do trono para com o talento (MELLO, 2007: 63-67). De acordo com Ângela Alonso, esta geração acabou por construir uma crítica coletiva às instituições e aos modos de pensar cristalizados como tradição político-intelectual do II Reinado: o liberalismo estamental, o indianismo romântico, e o catolicismo hierárquico (ALONSO, 2007: 170). Com isso, o movimento buscou deslegitimar simbólica e teoricamente o regime imperial, ao atacar os seus suportes, forjando com as novas idéias um solo republicano.

Os membros da geração 1870 tomaram como estratégia falar diretamente à população urbana e letrada. Eles foram os porta-vozes daquilo que podemos chamar de opinião pública⁹⁹ da época. Buscaram os meios legais para exprimir suas demandas frente à ordem saquarema, publicando obras de interpretação da conjuntura, redigindo panfletos e publicando manifestos. A nova imprensa e as associações foram o palco de expressão da opinião desses intelectuais fora da coerção do Estado (ALONSO, 2002: 246, 264, 276).

Esfera pública, opinião pública e sociabilidade: os conceitos chaves

Como já foi demonstrado, tanto ação e a mobilização dos autores do Baixo Iluminismo na crise do Antigo Regime francês, em fins do século XVIII, quanto da Geração de 1870, no ocaso do regime monárquico brasileiro, podem ser verificadas nos respectivos contextos, sobretudo através da produção impressa, tendo em vista a

⁹⁹ A difusão do conceito de opinião pública enquanto novo princípio de legitimidade, no conjunto do Atlântico luso-hispânico, se deu durante a grave crise gerada pelas invasões francesas. Dentro dessa ótica, a construção desse conceito em sua acepção moderna esteve relacionada aos espaços públicos de sociabilidade, surgidos em paralelo às Luzes. A vinda da Corte Real foi decisiva nesse processo ao permitir mesmo que tardiamente a introdução da imprensa na América Portuguesa, em 1808 (NEVES, 2009: 1012). Tanto na América Hispânica quanto no Brasil, a identificação dos homens de letras como os verdadeiros porta-vozes da opinião pública ocorria já desde a primeira metade do Oitocentos (GOLDMAN, 2009: 981, 997). Contudo, no país, este sintagma só entrou para a semântica histórica a partir da oitava edição do dicionário de Moraes e Silva, do ano de 1890, isto é o que afirma Lúcia Neves (2009). No dicionário Moraes e Silva, o conceito é definido como “o que o povo pensa; o que se diz ou o que se julga em geral a respeito de uma questão social, política econômica patriótica ou de interesse nacional ou sobre os pontos de religião de honra ou de moralidade” (SILVA *apud* NEVES, 2009: 1012). Citando Gadamer, a autora salienta que mesmo a expressão não constando nos dicionários até 1890, isso não quer dizer que ela não integrasse anteriormente a ‘língua em sua sabedoria’.

sensibilização pública (as camadas letradas) a respeito da desestabilização dos regimes nos quais estavam inseridos, com a publicização de temas políticos antes restritos ao espaço parlamentar, bem como daqueles atinentes aos mistérios da religião oficial. Habermas caracteriza esse fenômeno, ocorrido tanto na sociedade francesa quanto na brasileira nos períodos mencionados, como processo de formação do *espaço público político*, sucessor do espaço público literário oriundo do Iluminismo do século XVIII.

O processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado realiza-se como refuncionalização (Umfunktionierung) [grifo meu] da esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataforma de discussão. (...) A dimensão polêmica, dentro da qual a esfera pública chega, durante o século XVIII, à eficácia política, já havia sido, durante os dois séculos precedentes, desenvolvida na controvérsia do Direito Público em torno do princípio da soberania absoluta (HABERMAS, 2003: 68-69).

Marcada pela crítica para além da mera publicação noticiosa, a imprensa de opinião enquanto instituição por excelência da esfera pública foi uma criação desse século. Segundo Habermas, é neste espaço público político que emerge o debate racional entre os indivíduos sobre a comunidade política, ao nível mais abstrato e universal (HABERMAS *apud* SILVA, 2001: 121-123). Assim como o teórico da Escola de Frankfurt, Tocqueville também destaca o papel da imprensa no processo formativo da opinião pública (TOCQUEVILLE, 2000: 138-146).

Como já foi constatado pelos estudos que tratam do Iluminismo e da Geração 1870, a mobilização da opinião pelos intelectuais marginalizados que compuseram esses movimentos, em suas respectivas sociedades, teve papel profícuo para o descrédito das autoridades tradicionais (o clero e a monarquia), formando assim, em ambos os casos, ambientes politizados de contestação e de crítica ao *status quo* vigente. Aliás, Berrington Moore observa que a “(...) a tarefa cultural básica que se coloca para qualquer grupo oprimido é a de solapar ou de destruir a justificação do estrato dominante” (MOORE, 1987: 127).

Como já havia apontado durante a descrição de cada um dos casos, para além da imprensa periódica, os homens de letras do Iluminismo francês e da Geração “Setenta” brasileira estiveram envolvidos com outras instituições também representantes da esfera pública. Trata-se da sociabilidade intelectual de suas respectivas épocas e contextos

nacionais. A paternidade da noção de sociabilidade foi dada a Maurice de Agullhon. Na verdade, ele foi o responsável por torná-la uma noção de uso corrente no vocabulário historiográfico (QUIRÓS, 2008: não paginado). No tocante à historiografia latino-americana, a “sociabilidade” só se apresentou como um atrativo para a história política a partir dos trabalhos de François-Xavier Guerra, que viu neste novo objeto uma possibilidade de renovar as problemáticas da repudiada “história batalha”. Em razão disso foi somente com o clássico *Modernidad e independencias* que esta proposta alcançou de fato uma grande difusão entre os especialistas de história política latino-americana (QUIRÓS, 2008: não paginado).

Nessa obra, Guerra, ao analisar a pedagogia política na imprensa revolucionária espanhola (1808-1810), aponta que foi na proliferação dos impressos, sobretudo da imprensa, e na expansão das formas de sociabilidade do século XVIII que nasceu a opinião pública moderna e o que se pode designar, com Habermas, de espaço público político. A República das Letras (espaço público literário) deu origem ao espaço público político através dos dois fenômenos apontados acima (GUERRA, 1993: 227-228).

Pilar de Quirós afirma que o termo sociabilidade nos obriga a retornar ao século XVIII, no qual houve uma expansão do campo semântico e conceitual. A autora aponta que a noção de sociabilidade surgiu da reflexão feita pelos teóricos do absolutismo sobre a natureza do homem. Ao longo do século XVIII, ela foi difundida pelo Iluminismo como “(...) peça da teoria do estado pré-social do homem/indivíduo” (QUIRÓS, 2008: não paginado). É precisamente no decorrer daquele século que se verifica o processo de politização das formas de sociabilidade intelectual, expressas sobre tudo nos cafés, nos clubes, nas sociedades literárias e nas lojas maçônicas (CHARTIER, 1990: 42-43). No que diz respeito ao século XIX, uma releitura atenta das fontes desta centúria revela a importância que tem esta noção para a linguagem política da época (QUIRÓS, 2008: não paginado).

Considerações finais

A temática abordada nesse artigo decorre de uma pesquisa mais ampla, que investiga a influência do ideário francês iluminista e revolucionário sobre as idéias da chamada Geração 1870 brasileira. Ela tem por objetivo entender como as idéias da filosofia Luzes e os princípios decorrentes de 1789 foram apropriados em solo brasileiro

pelos nossos intelectuais, no contexto da crise do Império. Como sustentei até aqui, é possível estabelecer conexões analógicas concernentes à situação social e intelectual de marginalização dos membros que compuseram ambos os movimentos, e ao uso político de suas idéias, mesmo em se tratando de contextos nacionais distantes no tempo e no espaço.

As considerações da fundamentação historiográfica da pesquisa foram amplamente destacadas nesse artigo. Com efeito, argumento que a relação da Geração 1870 brasileira com o Iluminismo e com a experiência revolucionária francesa de fins do Setecentos não se limita a apenas ao universo das idéias, mas também alcança o mundo da prática. Os estudos recentes têm demonstrado que a forma das produções impressas da geração de 1870 brasileira guardava traços advindos da experiência revolucionária francesa, amparada na tradição nacional.

O estilo de seus opúsculos se inspirava em parte “(...) no tom jacobino e na retórica clássica do panfletismo político do Primeiro Reinado e da Regência” (ALONSO, 2000: 48). Inclusive, o movimento foi buscar suas estratégias de ação e de mobilização coletiva nas formas de ação políticas surgidas em meio aos movimentos de fins do Século XVIII e que forneceram aos movimentos sociais desde então, os meios de manifestação pública de suas reivindicações. Dentro desse âmbito, o republicanismo francês está entre as formas contenciosas inspiradoras do movimento intelectual brasileiro (ALONSO, 2000: 50-51). Comícios, grandes manifestações populares, formação de clubes republicanos, todas essas formas de mobilização tiveram na República de 1792, na França, o seu primeiro grande exemplo na história. Elas caracterizaram a Primeira República Francesa (CARVALHO, 1998: 86).

Como ressaltai no início do artigo, foi em torno da questão acerca da contribuição da esfera (espaço) pública nas transformações sociais e políticas das sociedades que busquei desenvolver as reflexões presentes nesse artigo, tomando para isso como exemplos o Iluminismo francês e a Geração 1870 brasileira. Para ambos os casos é possível afirmar que o relacionamento imbricado dos intelectuais com o espaço público e com a opinião pública teve como consequência a deslegitimação teórica e simbólica dos regimes monárquicos sob os quais viviam, em seus respectivos viés absolutista e constitucionalista, favorecendo dessa forma o advento da idéia republicana de governo.

Referencias bibliográficas

- ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15 n. 44, 2000. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4146.pdf.
- _____. **Idéias em Movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império**. SP: Paz e Terra, 2002.
- BAKER, M. Keith. **Inventing the French Revolution**. Cambridge: University Press, 1990.
- BARROS, Roque S. M. **A Ilustração brasileira e a idéia de universidade**. SP: Convívio, 1986.
- CARVALHO, José Murilo. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. BH: editora UFMG, 1998.
- CHARTIER, Roger. **Origens culturais da Revolução Francesa**. Trad. George Schilensinger. SP: Editora Unesp, 1990.
- DARTON, Robert. **Boemia literária e revolução: submundo das letras no Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e Independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. México, DF: Editorial Mapfre, 1993.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Trad. Flávio R. Kothe. 2. ed. RJ: Tempo Brasileiro, 2003.
- LEONÍDEO, Aldamir. O “republicanismo Social” no Brasil na passagem do Império à República. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 11, n.1/n. 2, p.193-213, 2007. Disponível em: www.uem.br > [Capa](#) > [Vol. 11, No 1 e 2 \(2007\)](#).
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: Cultura democrática e científica no final do Império**. RJ: Editora FGV: Editora EDUR, 2007.
- MOORE JR, Berrington. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. Trad. João Roberto Martins Filho. [S. I.]: Editora Brasiliense, 1987.
- MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In.: NEVES, Lúcia Maria Pereira das (org.). **Livros impressos: retratos do setecentos e do oitocentos**. RJ: Ed. UERJ, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião pública: Brasil. IN.: SEBASTIÁN, Javier Fernández. **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina, 2009.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições Brasileiras: 1824**. Brasília: Senado federal e Ministério da Ciência e tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001, 122p.

POPKIN, Jeremy D. Jornais: A nova das notícias. IN.: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). **Revolução Impressa: a Imprensa na França 1775-1800**. [tradução de Marcos Maffei Jordan]. SP: editora da USP, 1996.

QUIRÓS, Pilar Gonzáles Bernaldo de. La “sociabilidad” y la historia política. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, BAC - Biblioteca de Autores del Centro, 2008. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/24082> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.24082. acesso em: 10 agosto 2013.

SILVA, Filipe Carreira da. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma idéia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, [S.I.], n.º 35, 2001, pp. 117-138. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdfspn35n35a05.pdf>>. Acesso em: 13 junho 2012.

SIRINELLI, Jean François. Geração. In.: ARAÚJO, Valdei Lopes de; Silva, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a Sentinela do Serro e o sentido da republicanização (1830-1832). **Varia história**, Belo horizonte, v. 27, n. 45, June, 2011, p.78. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n45/v27n45a04.pdf>. Acesso em: 10 agosto 2013.

SOLÉ, Jacques. **Revolução Francesa em questão**. RJ: J. Zahar Editora, 1989.

TOQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América: Sentimentos e opiniões**. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2000.

VOVELLE, Michel. **Les Jacobins: de Robespierre à Chevenement**. Paris: La Découverte, 1999.

ST 04. Direita, Autoritarismo e Memória.

Construção de identidades a partir da luta pela Anistia: testemunhos e história oral.

*Esther Itaborahy Costa**

Introdução

No mundo contemporâneo, desde os anos 1980 diversos países viveram períodos de transição política. Contudo, marcas dos anos de repressão ainda não foram totalmente vencidas e várias questões são colocadas para o Estado e para a sociedade visando consolidar a democracia: O que fazer com os resquícios deste autoritarismo? Como vencer os traumas e violências de um passado para vivermos o presente? Anistiar crimes políticos? Reparar os atingidos pela repressão? Todas essas questões fazem parte do processo de transição democrática, onde Estado e sociedade lidam com o passado marcado por violências, prisões, buscando a 'justiça de transição'¹⁰⁰. Ou seja, de acordo com sua realidade, países estabelecem critérios a partir de sua cultura, sua história; assim, a justiça de transição busca o direito à memória dos atingidos pelo regime de exceção, a reparação das vítimas (financeira e moralmente a partir da responsabilização dos culpados) e a reconciliação nacional.

Mas, mesmo esses países apresentando realidades opostas, um elemento unifica todos eles em busca da justiça: a palavra. O testemunho é elemento vital nesse processo.

Revelar os fatos, tornar pública as violações, denunciar as arbitrariedades, nomear responsáveis, resgatar a memória de lutas e resistência, tudo isso tem tido enorme papel simbólico e político na construção de um novo pacto das sociedades pós-conflitos¹⁰¹.

Nesse sentido, pensamos a história oral - através de depoimentos - como ferramenta que nos permite articular as memórias e diversas visões da realidade, visando a construção de identidades. Ao mesmo tempo em que pensamos ser possível

* Mestranda pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Bolsista de Monitoria pela mesma Universidade.

¹⁰⁰ ARAÚJO, Maria Paula. *Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil*. Dossiê História Oral, vol. 15, nº 2, jul-dez, 2012.

¹⁰¹ ARAÚJO, *Op. cit.*, p. 13.

construir uma narrativa sobre a ditadura militar no Brasil a partir da temática da Anistia, tendo como base as histórias de vida de pessoas que foram atingidas pela repressão e que até hoje lutam contra ela.

Assim, neste artigo, busco apresentar de forma sucinta, questões que serão tratadas em minha dissertação¹⁰², que tem como objeto de análise o GEUAr - *Associação dos Anistiados Políticos Militares da Aeronáutica*¹⁰³ - visando apresentar uma parte da história do Golpe que ficou esquecida e que, neste contexto democrático, merece destaque.

Os integrantes do GEUAr buscam direitos políticos por terem perdido suas funções militares na instituição que serviram, perda esta que se deu a partir de uma portaria de 12 de outubro de 1964, editada pelo Ministério da Aeronáutica, com intuito de reduzir o número de cabos.¹⁰⁴ Esses ex-militares alegam em seus processos, enviados à Comissão de Anistia¹⁰⁵, que essa portaria teve caráter *exclusivamente* político, já que com dez anos de serviço o militar alcançaria estabilidade e poderia progredir na carreira, chegando a postos superiores.

Em razão desse posicionamento político, não só os membros da ACAFAB como TODOS OS CABOS DAQUELA ÉPOCA, foram atingidos pela Portaria 1104/64, findando a possibilidade de continuidade na carreira que a legislação anterior à Portaria permitia.¹⁰⁶

Já FAB alega que essa portaria teve cunho administrativo, já que agia sobre um cargo público e impessoal. A Portaria 570/54, vigente em abril de 1964, permitia o engajamento de cabos por três anos e reengajamentos sucessivos, também por três anos, cada. Vale ressaltar, que nessa portaria, não havia nenhum impedimento quanto ao

¹⁰² Intitulada 'Do banimento à luta pela anistia: história e memória da *Associação dos Anistiados Políticos Militares da Aeronáutica – GEUAr (1994-2002)*'.

¹⁰³ A sigla GEUAr é uma homenagem ao Grêmio Esportivo Unidos do Ar, fundado em 1948 em Lagoa Santa (MG), dentro da própria Aeronáutica. Juridicamente o GEUAr é de 1997, mas a luta envolvendo a associação e os militares da FAB se inicia nos anos 1990 sob a liderança de Fernando Diniz e Silva (ex-cabo da Aeronáutica expulso em março de 1972). Diniz, como é chamado, foi diretor-presidente do GEUAr durante os anos de 1994-2004.

¹⁰⁴ A Portaria 1104/64 não menciona que ela foi o resultado de um estudo feito pela Aeronáutica em setembro de 1964 apresentado como Ofício Reservado 04, que propunha a revisão e atualização da Portaria 570/54. Em seu tópico IV, item nº15, o estudo apresenta os cabos como um ‘problema’, pois estes se apresentavam em grande número: eram 7 cabos para cada oficial e 4 cabos para cada sargento.

¹⁰⁵ Trataremos melhor desta no último tópico deste artigo.

¹⁰⁶ Disponível em <www.fotolog.terra.com.br/asane:57>. Acesso em 21 de maio de 2009.

número de reengajamentos e, de acordo com a Lei do Serviço Militar vigente (desde 1946), cabos com mais de nove anos de serviço teriam estabilidade e poderiam continuar na ativa até a idade limite.

Após o Golpe, foi editada a Portaria 1104/64 que alterou esses critérios, reduzindo os prazos de engajamentos e reengajamentos para dois anos cada e limitando o número de reengajamentos para ao máximo de três, o que resultou no estabelecimento do limite de oito anos de permanência na patente de cabo. Completado o período, caso o cabo não houvesse conseguido a promoção – através de concurso público à patente de sargento - era obrigado a dar baixa na corporação. Contudo, mesmo apresentando essa possibilidade, a promoção não dependia somente da aprovação, ficando sujeita ainda, à aprovação pessoal do comandante da base. Assim, a Aeronáutica entendeu que, em busca de melhorias os cabos se organizaram, e acabaram a mercê de agitadores – no caso, os comunistas – que só pretendiam dividir as Forças Armadas objetivando o poder. Contudo, entende-se que estas revisões, em última instância, tinham uma única meta: impedir o surgimento de novos movimentos reivindicatórios.

Antes de discorrermos mais sobre as lutas do GEUAr pela Anistia, faremos uma breve discussão teórica e metodológica sobre conceitos como memória, identidades e testemunhos, sempre tentando explicar como esses se relacionam com o fazer da história oral.

Memória e identidades¹⁰⁷: a importância do testemunho na história oral.

No século XX os historiadores, cada vez mais, deixam de pensar a história apenas como a sucessão de grandes feitos políticos e militares, destacando os grandes heróis e se apoiando em datas chaves. Ganha maior interesse como campo de estudo as classes marginalizadas, a família, a mulher. Além disso, percebe-se também a possibilidade de trabalhar a história em um passado mais recente, utilizando-se de narrativas coletadas¹⁰⁸ no próprio presente.

É nesse contexto que devemos pensar em uma história oral, pois à medida que a história se abre para novos campos - principalmente o econômico e o social - também se

¹⁰⁷ Utilizamos o termo no plural para dar conta da diversidade, pois existe uma identidade forjada dentro do GEUAr, mas ao mesmo tempo, várias identidades particulares o compõe.

¹⁰⁸ São o material a ser lido e interpretado, a partir das experiências narradas. Aqui, serão tratadas como ponto de partida para a análise.

abre para novas fontes deixando de se trabalhar apenas com documentos escritos e dando espaço às fontes, tanto materiais e visuais, quanto as orais. Estas últimas desenvolvem-se no pós Segunda Guerra Mundial, influenciadas pelas facilidades impostas pelos avanços tecnológicos e também pela importância de se colher relatos de ex-combatentes e de seus familiares. Trata-se, neste caso, de redesenhar identidades e ‘acertar contas’ com o passado. Daí também a valorização daqueles que viveram diretamente tais situações e ainda podem testemunhar acerca delas.

[...] nos últimos 40 anos, pesquisadores passam a questionar a forma, de certo modo arbitrária, pela qual a história trabalha e ordena os fatos e eventos passados. Representações ou memórias coletivas tornam-se parte do conjunto histórico, como uma nova alternativa para compreender o passado. Com isso, os fatos são examinados de outra forma, analisando e avaliando os envolvidos naquele contexto¹⁰⁹

A metodologia da História Oral não resolve todas as questões dentro do estudo histórico, mas nos permite entender como determinados grupos e pessoas tomaram o passado, ou seja, questionar as interpretações homogêneas de acontecimentos. Ao mesmo tempo, permite que um grande número de ‘histórias dentro da história’ se mostre capaz de contestar as “generalizações sobre o passado, pois, a percepção histórica permite a mudança de perspectiva”¹¹⁰.

Assim, nos termos de Verena Alberti, a História Oral pode ser definida como

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam¹¹¹.

¹⁰⁹ SALGADO, Suzana Ribeiro Lopes. *Tramas e Traumas: histórias de vida e identidades em marcha*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2007, p. 191.

¹¹⁰ PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p.166.

¹¹¹ ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. RJ: Editora FGV, 1990, p.18.

Neste sentido, a principal contribuição da História Oral seria a sua capacidade de fazer conexões entre esferas distintas da vida, principalmente no que diz respeito à história dos indivíduos, como ao permitir entrecruzar a história familiar com a história do meio de trabalho, possibilitando uma abordagem mais ampla da existência. Portanto, é um campo onde é possível conhecer os diversos desenhos que se dá à vida, às relações e às escolhas dos diferentes grupos sociais em todas as camadas da sociedade.

Assim, o depoente, ao lembrar-se de algo, reconstitui imagens, fatos que experimentou e os reconstrói a partir de vivências do presente, a partir dessas relações que a história oral permite desvendar. Podemos então pensar a memória como o resultado de experiências vivenciadas que, mesmo deixando poucos traços de si em nós, podemos transformar e narrar.

A matéria-prima para a constituição da narrativa é a experiência memorizada, que pode ser reinterpretada, reinventada e contada. A narrativa é a forma pela qual se tem acesso às memórias pessoais. [Dessa forma], os conceitos de memória e narrativa são inseparáveis¹¹².

Neste sentido, a memória, entendida como um fenômeno construído e seletivo é resultado dessas conexões. Até meados do século XX, o estudo da memória era renegado, pois, os relatos não eram fontes confiáveis, já que a memória pode sofrer distorções e está carregada de subjetividade Mas hoje, essas distorções são vistas como mais uma forma de se compreender as ações de determinados grupos, pois “é de acordo com o que se pensa que ocorreu no passado que se tomarão determinadas decisões no presente”¹¹³.

Segundo Pollak, a memória está em constante negociação sendo essencial à constituição de nossa identidade, tanto individual quanto coletiva¹¹⁴. Para Thomson, essa memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências relembradas, ou seja, ela varia de acordo com as alterações sofridas em nossa identidade pessoal. Assim, afirma o

¹¹² SALGADO, *Op. cit.*, p.199.

¹¹³ PINSKY, *Op. cit.*, p.166.

¹¹⁴ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, nº. 10, 1992, p. 204.

autor, “situações dramáticas podem provocar o rompimento de tabus ou prejudicar a compreensão pessoal, provocando uma identidade fragmentada”¹¹⁵.

A memória foi tratada de forma polarizada: ‘memória oficial’ *versus* ‘memória dominada’, mas hoje se admite a disputa de memórias. Pollak fala da “existência, numa sociedade, de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade”¹¹⁶. Alessandro Portelli incorpora o conceito de ‘memória dividida’ de Giovani Contini, em que não há uma disputa entre as memórias, mas sim a existência de múltiplas memórias fragmentadas e divididas¹¹⁷. Segundo Alberti, “o reconhecimento da diversidade constitui, portanto, a melhor alternativa para evitarmos a polaridade simplificadora entre ‘memória oficial’ e ‘memória dominada’ e realizarmos uma análise mais rica dos testemunhos [...]”¹¹⁸. Acredito que a memória, através de relatos, vá além de ‘significar’ o passado, ela permite que transformemos as investigações, as representações em fatos.

Assim, o testemunho oral gera novas histórias, e a criação de novas histórias, por sua vez, pode contribuir para o processo de dar voz a experiências vividas por indivíduos que foram excluídos das narrativas históricas anteriores, ou foram marginalizados. Segundo Seligmann-Silva, as narrativas de experiências traumáticas não visam só afastar a dor, mas também um tratamento formal histórico e jurídico, ou seja,

[...] o testemunho deve ser compreendido tanto no seu sentido jurídico e de testemunho histórico - ao qual o testimonio tradicionalmente se remete nos estudos literários - como também no sentido de 'sobreviver', de ter-se passado por um evento limite, radical, passagem essa que foi também um 'atravessar' a 'morte', que problematiza a relação entre a linguagem e o 'real'. De modo mais sutil - e talvez difícil de compreender - falamos também de um teor testemunhal da literatura de modo geral: que se torna mais ou menos explícito nas obras nascidas de ou que tem por tema eventos-limite¹¹⁹.

¹¹⁵ THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. Projeto História: São Paulo, (15), 1997, p. 57-58.

¹¹⁶ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, n.º. 3, 1989, p. 12.

¹¹⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª edição, 2008, p. 127.

¹¹⁸ PINSKY, *Op. cit.*, p. 168.

¹¹⁹ SALGADO, *Op. cit.*, p. 248.

Utilizando as narrativas, podemos então recuperar, através de histórias singulares, aspectos além daquilo que a bibliografia aborda, aspectos que o registro escrito não consegue transmitir com a mesma intensidade resgatando vozes que podem contribuir para que elas ganhem espaço no discurso público. “Agindo assim, além de transformar a memória em história, [o historiador] estará contribuindo para democratizá-la”¹²⁰.

GEUAR e as lutas pela Anistia

Anistia, teu nome é perdão. Mas como perdoar a quem não cometeu falta ou delito, e, não os cometendo, foi castigado? Se teu nome é perdão, deve ser este pedido às vítimas da injustiça e o arbítrio? [...]. Anistia, teu outro nome é esquecimento [...] . Se a anistia é um processo de esquecimento, que será da História? E que será dos esquecidos, se eles mereciam ser lembrados, vivos ou mortos que estejam, por que a injustiça os marcou? [...] Anistia, começo a não compreender teu sentido¹²¹

Como afirmamos algumas páginas acima, nosso objetivo nesse artigo era narrar a história do Brasil a partir de uma história oral da Anistia e para tanto, faremos agora uma discussão sobre a origem das lutas iniciada ainda sob a égide da ditadura, bem como analisaremos as narrativas de dois integrantes do GEUAR para em seguida apresentarmos algumas conclusões.¹²²

Pode-se pensar a anistia como um ato de autoridade, onde se concede perdão por crimes de natureza política, mas, na verdade, trata-se de ato conciliatório¹²³, ou seja, um ‘pacto de sociedade’, o que não significa unanimidade¹²⁴. “A anistia é um ato reparatório aplicado a situações de confronto político, decorrentes de quebra da normalidade instituída no Estado de

¹²⁰ VASCONCELOS, Claudio. *As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, 2009, p.81.

¹²¹ Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/anistia-nao-vens-como-te-imaginava>>. Acesso em 25 de março de 2013.

¹²² Vale ressaltar que, como a pesquisa ainda se encontra em andamento, são conclusões parciais que podem vir a sofrer modificações ao longo da escrita da dissertação.

¹²³ Para Paulo Ribeiro Cunha, as 48 anistias brasileiras formam uma ‘categoria de conciliação’, onde prevalece uma ‘mentalidade conservadora’ devido ao reflexo da fase mercantil e da conciliação do liberalismo econômico com a escravidão no Império (TELES; SAFATLE: 2010, 16).

¹²⁴ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, Anistia e reconciliação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 23, nº 45, 2010, p.172.

Direito”¹²⁵. É sempre coletiva, não se estende somente às penas, igualmente aos fatos que a determinaram, “como se o anistiado jamais tivesse sido condenado”¹²⁶. Paul Ricoeur afirma que a anistia finaliza todos os processos em andamento, tratando dessa forma, “[...] de um esquecimento jurídico limitado, embora de vasto alcance, na medida em que a cassação dos processos equivale a apagar a memória em sua expressão de atestação e a dizer que nada ocorreu”¹²⁷.

"Falar, lembrar, sofrer, refletir, sonhar, chorar, parece que foi ontem que a ansiedade de mais de três décadas tomava conta de nossos dias. Vinte e nove de outubro de 2003, finalmente vimos em parte nosso sonho realizar-se, parte do pesadelo foi dissipado, só uma parte porque as sequelas jamais se apagarão de nossa memória, porém muito ainda teria e ainda terá de ser feito. Já se foram cinco anos de anistia, cinco anos de sofrida vitória. Nossas lágrimas de sofrimento ainda não foram suficientes para irrigar os campos da felicidade. Pequenas, humildes e simples flores ornamentam nosso espinhoso caminho de lutas que algum dia será reconhecido".¹²⁸

Ao ser instalada no Brasil a Anistia pressupunha a ‘pacificação da família brasileira’, pois conciliaria interesses entre vencidos e vencedores, entre ‘revolucionários’ e ‘não revolucionários’. Apesar de se apresentar como necessária, a Anistia não encontrava meios para ser reivindicada frente à força da censura e da repressão, assim, passou a ser relacionada à luta pelos direitos humanos, pelo fim das prisões arbitrárias, das mortes e desaparecimentos¹²⁹. É somente nos anos 1970, com o surgimento de movimentos civis organizados (Comitês Brasileiros pela Anistia, Movimento Feminino pela Anistia), que a Anistia passa a ser tratada como objetivo central das lutas.

¹²⁵ PEREIRA, Valter; MARVILLA, Miguel (Org.) *Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 64, no Espírito Santo*. Textos de Ana Gabrecht; Valter Pires Pereira, Uber José de Oliveira. Vitória: Flor&Cultura. Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 2005, p.102.

¹²⁶ MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas conseqüências – um estudo do caso brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2003, p.1.

¹²⁷ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Editora da UNICAMP, Campinas: 2007, p. 462.

¹²⁸ Trecho extraído de um texto escrito por Diniz - fundador e presidente do GEUAR entre 1994 a 2004 - no dia em que fora anistiado em 29/03/2003 e a mim cedido em entrevista realizada sua residência no município de Contagem/MG, ao dia 18 de agosto de 2009.

¹²⁹ MACHADO, Flavia. *As Forças Armadas e o processo de Anistia no Brasil (1979-2002)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, p.7.

Contudo, a Lei 6683/79 - a Lei de Anistia, se apresentava como

[...] por um lado, uma conquista parcial da sociedade e dos grupos que lutavam pela 'anistia geral e irrestrita' (e que viram a anistia como resultado, ainda que imperfeito, dessa luta); mas, por outro lado, representou também a vitória parcial dos militares e da classe dirigente, que aprovou uma anistia limitada e se desobrigou da apuração das responsabilidades e dos crimes cometidos pelo regime¹³⁰.

A partir dessa vitória parcial dos movimentos que lutavam pela anistia, o ano de 1979 é marcado pela volta dos exilados, mas a questão da luta pela anistia não se encerra aí. Dessa forma, assim como Mezarobba, penso a Anistia como um processo de longa duração, iniciado em 1979 com a aprovação da Lei 6683 e que perdura até os dias de hoje. Neste sentido, GEUAr pode ser visto como o *lócus* onde essas lutas não se apagam, pois seus integrantes buscam, desde a fundação do grupo em 1994, “todo e qualquer documento que diz respeito à Anistia.” Segundo Fernando Diniz, os primeiros encontros aconteciam em bares, com intuito de amigos dos tempos da Aeronáutica se encontrar e conversar. Por isso, afirma que sua procura por documentos era solitária, pois o pessoal de reunia mais pra beber e jogar conversa fora do que para traçar planos de luta.

“Naquela época, por volta de 94, eu comecei a desgostar com a turma. Por quê? Primeiro: a gente chegava começava a conversar, aí chegava um e pedia uma cerveja, daí a pouco vinha o whisky, vinha a cachaça e aí o assunto desvirtuava”.¹³¹

Nesse mesmo período Diniz se afastou do grupo, pois acreditava que em mesa de bar não se conseguia conversar sério. Com seu afastamento, o grupo se sentiu prejudicado, não porque Diniz “seria melhor ou mais inteligente que ninguém”, mas porque ele estava envolvido nessa “luta” desde 1972, quando foi expulso da Aeronáutica. Após ser procurado pelo grupo e de ter ‘imposto’ algumas condições para que voltasse, no ano mesmo de 1994, o GEUAr começa a atuar.

¹³⁰ ARAUJO, *Op. cit.*, p. 14.

¹³¹ Entrevista realizada pela autora, em Contagem, no dia 18/08/2009.

“Eu posso voltar, mas da seguinte forma: nós vamos procurar um lugar, um local pra reunir, nós vamos formar um estatuto, formar uma associação. Porque o GEUAr não existia juridicamente, só existia assim, de conversa, de história, aquela coisa toda, mas juridicamente não existia.”¹³²

Diniz fica na presidência no período de 1994–2004: nos anos iniciais extraoficialmente, mas a partir de 1997, com a oficialização da pessoa jurídica do GEUAr, como presidente oficial. Contudo, o ‘escritório’ funcionaria em sua casa até 2005.¹³³

Paralelamente às lutas de Diniz (até a fundação do GEUAr) e a partir de 1994 da luta de ex-militares que se associaram ao grupo, a anistia foi alvo de nova legislação federal - 1985, 1988, 1992, 1995, 2001, 2002¹³⁴. Visando reparar e reconhecer os direitos dos atingidos pelo regime, essa legislação objetivava ampliar os benefícios e o número de beneficiados, por isso, o termo anistia foi se equiparando à 'reparação'¹³⁵.

Dessa forma, o governo de FHC cria, em agosto de 2001, junto ao Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia que tinha por função "reparar, indenizar, conduzir a postos públicos e a antigos cargos, enfim, exercer o papel de restaurar e compensar os danos provocados pela ditadura militar a perseguidos políticos"¹³⁶.

Em 2002, a Comissão de Anistia¹³⁷ analisou e considerou a portaria 1104/64 ‘um ato de exceção por si só’¹³⁸ e com isso, a partir de 2003, passou a anistiar somente os cabos que ingressaram na FAB antes da edição da portaria. A Comissão ainda alega que aqueles que ingressaram depois de outubro de 1964 sabiam que completados oito anos de serviço seriam desligados da instituição e que por isso não cabe entrar com processos

¹³² *Idem.*

¹³³ Com a criação do Estatuto do GEUAr, o grupo passa a ter dois endereços: a Sede continuaria funcionando na casa de Diniz em Contagem; e o escritório é instalado em Belo Horizonte.

¹³⁴ *Op. cit.*, p. 15.

¹³⁵ *Idem.*

¹³⁶ *Idem.*

¹³⁷ Com intuito de rever os atos de anistia e aperfeiçoá-los. Em 2002 foi ratificada a Lei 10559, que regulamenta o artigo 8º do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias) que passou a reparar economicamente todos aqueles que foram atingidos por processos administrativos baseados na legislação de exceção, dando a eles o direito à reintegração aos cargos ocupados antes do afastamento. Explicita ainda todos os tipos de punição, inclusive aquelas em que os sujeitos foram impedidos de realizar suas atividades em virtude de pressões ou de *expedientes oficiais sigilosos*.

¹³⁸ “Os requerimentos protocolados pelos cabos passaram a ser analisados pela Comissão de Anistia. Inicialmente, em 2002, a Comissão entendeu que a Portaria, por si só, tratava-se de ato de exceção.” Disponível em: < www.mj.gov.br/anistia >. Acessado em 21 de maio de 2009.

para serem avaliados pela mesma, já que com dez anos de serviço, o militar alcançava a estabilidade¹³⁹.

Para Diniz, os cabos estão continuam sendo perseguidos, pois a Lei 10559 lhes concede os direitos, mas a atual Comissão de Anistia se nega a cumpri-la, ignorando o regulamento da Comissão e a própria Constituição em seu artigo 8º do ADCT¹⁴⁰. A Comissão de Anistia afirma que é soberana para decidir sobre os pedidos de Anistia e que não haverá nenhuma interferência.

Desde o início, o GEUAr busca trabalhar e amparar militares atingidos pela Revolução de 1964 a fim de lhes garantir seus direitos e de reintegrá-los à Aeronáutica, já que o ex-militar é anistiado recebendo o benefício de acordo com a patente que teria se tivesse seguido na Força.¹⁴¹ Vale ressaltar aqui que esses homens não buscam só ressarcimento financeiro, eles querem que a sociedade reconheça-os como indivíduos que, assim como muitos, também foram atingidos pelo regime.

“[...] voltei-me única e exclusivamente para os fins que me propunha, ou seja, levar adiante o propósito de conseguir a tão almeja justiça para todos nós. Levar adiante os processos de reabilitação judicial ou administrativa junto a Aeronáutica e porque não dizer junto à sociedade, pois que esta nos vê como aproveitadores e inimigos da Pátria, pois desconhecem o drama vivido por todos nós ao longo destas décadas”¹⁴².

Algumas Conclusões

Ao pensarmos o atual contexto da América Latina pós regimes autoritários acreditamos que historiadores que trabalham com a história oral tem grandes responsabilidades. Ao realizar as entrevistas, ouvir narrativas sobre fatos obscuros, eles ajudam a reconstruir e a recompor a história e memória dos regimes autoritários. Ou seja, " a história oral está tendo um papel efetivo na transição democrática vivida na América Latina"¹⁴³.

¹³⁹ De acordo com a Portaria 570/54.

¹⁴⁰ O Ofício Reservado 04 que possibilitou o desligamento desses militares, foi considerado um *expediente oficial sigiloso*, como descrito na nota 15. Por isso, Diniz afirma que a Comissão de Anistia ainda persegue os cabos da Aeronáutica.

¹⁴¹ Eles elaboram processos, tanto de militares da Aeronáutica como da Polícia Militar, a fim de encaminhá-los à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, onde lhes é conferido o diploma de Anistiado Político e a reintegração à força militar que servia com todos os direitos legais previstos.

¹⁴² Entrevista realizada pela autora em 18/08/2009.

¹⁴³ ARAUJO, *Op. cit.*, p. 29.

E mais, nessa pesquisa, a história oral nos permitiu - através desses olhares, dessas lembranças - afirmar que o Golpe chegou às diversas camadas sociais de várias formas e temos o dever de revelar essa diversidade nos estudos sobre a ditadura militar para enfim consolidarmos a transição democrática.

Podemos ainda inferir algumas conclusões sobre as lutas do GEUAr em prol da anistia. A abordagem possível até aqui indicou que os indivíduos que atuaram na Ditadura Militar foram de alguma forma prejudicados pelo regime. Com isso, pretendemos acrescentar à chamada história ‘oficial’ contada pelo Exército – em que os militares tentam legitimar o golpe através de justificativas e conclusões muitas vezes adaptadas ao interesse da instituição – que há outras ‘histórias’ a serem contadas sobre o período ditatorial mesmo em instituições governamentais e neste sentido, investimos minhas análises no grupo formado por ex-militares da Aeronáutica.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. RJ: Editora FGV, 1990.
- _____. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- _____. *Narrativas na história oral*. In: __ Simpósio Nacional de História Oral. Anais Eletrônicos. João Pessoa, PB: ANPUH-PB, 2003.
- ARAÚJO, Maria Paula. *Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil*. Dossiê História Oral, vol. 15, nº 2, jul-dez, 2012.
- D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. (Org.) *A volta dos quartéis: a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª edição, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- MACHADO, Flavia. *As Forças Armadas e o processo de Anistia no Brasil (1979-2002)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas conseqüências – um estudo do caso brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2003.
- PEREIRA, Valter; MARVILLA, Miguel (Org.) *Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 64, no Espírito Santo*. Textos de Ana Gabrecht; Valter Pires Pereira, Uber José de Oliveira. Vitória: Flor&Cultura. Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 2005.
- PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, nº. 10, 1992.

_____. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, nº. 3, 1989.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, Anistia e reconciliação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 23, nº 45, 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Editora da UNICAMP, Campinas: 2007.

SALGADO, Suzana Ribeiro Lopes. *Tramas e Traumas: histórias de vida e identidades em marcha*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2007.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. Projeto História: São Paulo, (15), 1997.

VASCONCELOS, Claudio. *As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, 2009.

_____. *A política repressiva contra militares no Brasil após o Golpe de 1964*. Lócus: Revista de História, Juiz de Fora, vol.12, nº 2, 2006.

24 DE AGOSTO DE 1954: A MORTE DE GETÚLIO VARGAS E A SUA REPERCUSSÃO NA MÍDIA JORNALÍSTICA*

Geovane Batista Costa¹⁴⁴

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a morte de Getúlio Vargas, que ocorreu no dia 24 de agosto de 1954, tentando observar como a mídia jornalística da época divulgou a notícia. Dentre os jornais escolhidos do Rio de Janeiro, temos o Jornal do Brasil, Diário Carioca, Última Hora, O Dia, A Noite e Correio da Manhã.

Palavras-chave: Getúlio Vargas - Jornais do Rio de Janeiro - morte de Vargas

Abstract

This article aims to analyze the death of Getúlio Vargas, which occurred on August 24, 1954, trying to see how the news media at period reported the news. Among the selected newspapers of Rio de Janeiro, we have the Jornal do Brasil, Diário Carioca, Última Hora, O Dia, A Noite end Correio da Manhã .

Keywords: Getúlio Vargas - Newspapers Rio de Janeiro - death of Vargas

1- INTRODUÇÃO

No ano de 1930, é lançada a candidatura de Getúlio Vargas às eleições presidenciais acompanhada da candidatura do paraibano João Pessoa à vice-presidência. As eleições do 1º de março foram realizadas com muitas fraudes e a vitória acabou sendo do candidato da oposição, Júlio Prestes. Em 1º de junho, Vargas lançou um manifesto à nação, condenando a depuração das bancadas mineira e paraibana, e, anunciando a “necessária retificação do regime”. A revolução começou em Porto Alegre no dia 3 de outubro, e já na metade, se sabia da vitória por quase todo o país. No dia 24

* Trabalho de conclusão de curso apresentado a disciplina Brasil República II do curso de História Noturno da Universidade Federal de Juiz de Fora

144 Discente do Curso de História na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

de outubro, já se exigia a renúncia de Washington Luís e sua substituição por uma junta provisória. Em 3 de novembro de 1930, Vargas, tomou posse como chefe do Governo Provisório da República.

Segundo alguns historiadores, Vargas, foi o homem que pôs fim a Primeira República, e deu início a um novo período da história política brasileira, que foi denominado República Nova para alguns autores e Segunda República para outros. Vargas também deu início ao período que conhecemos como a Era Vargas, que se divide em dois períodos de governo, de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954. O primeiro período, de 15 anos, de 1930 a 1945, se dividiu em 3 fases: de 1930 a 1934, como chefe do "Governo Provisório"; de 1934 a 1937, Getúlio comandou o país como presidente da república, do Governo Constitucional, tendo sido eleito presidente da república pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934, e, de 1937 a 1945, que foi o período do Estado Novo implantado após um golpe de estado. Já o segundo período, em que foi eleito por voto direto, Getúlio governou o Brasil como presidente da república, por 3 anos e meio: de 31 de janeiro de 1951 até 24 de agosto de 1954, quando se matou com um tiro no coração, em seu quarto, no Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro.

Getúlio, era um homem que deixava intrigado e estarecido os liberais, a população apaixonada que o seguia, e o mundo internacional, que expressava a dificuldade de compreender a sua personalidade e sua incontestável liderança. Getúlio era uma pessoa que reunia em si mesmo, sentimentos de amor, medo, ódio, simpatia. Era enfim, uma personalidade que não comportava unanimidade, ou amava-o ou o odiava, e, por isso, em sua vida, adquiriu muitos adversários e inimigos. Vargas se suicidou e como pai da nação brasileira, deixou milhares de órfãos. Contudo, cabe-nos algumas perguntas: Por que ele se suicidou? Como os jornais abordaram tal ato? Como será que as pessoas reagiram? Bem, são algumas questões que pretendo refletir a partir de agora, tomando como fonte os principais jornais da época.

A mídia, quase que por unanimidade, não gostava do seu governo, e, este trabalho tem como objetivo tentar observar como a morte do presidente Getúlio Vargas, que ocorreu na madrugada do dia 24 de agosto do ano de 1954, foi repercutida e propagada na mídia jornalística deste mesmo ano já que nessa época eles eram (e ainda são) fontes de informação e também formadores da opinião pública.

Este artigo surgiu da idéia de observar como a morte do presidente Getúlio Vargas foi repercutida e propagada na mídia jornalística, pois muito se sabe sobre o tiro que matou Getúlio, mas pouco se publicou e se pensou sobre a mídia que noticiou tal acontecimento. A metodologia usada neste trabalho é de tentar observar, de uma maneira geral, através das notícias e manchetes, como a morte de Vargas, a persona Vargas e a população foi vista pelos jornais assim que ele se suicidou. Fora escolhido seis jornais cariocas, já que nessa época, o Rio de Janeiro ainda era a capital federal brasileira, sendo estes escolhidos devido ao fato de que normalmente se pretende estudar a mídia com maior divulgação e expressividade, calculada pelo número de tiragem de exemplares, deixando por fora, as pequenas e médias publicações jornalísticas. Sabendo da importância de todas elas, então ficou resolvido que para ter um equilíbrio, que seria selecionado dois grandes jornais com expressiva distribuição – o Diário Carioca e o *Correio da Manhã* – e quatro jornais que não tinham tanta expressividade assim: o *Jornal do Brasil*, a *Última Hora*, *O Dia* e *A Noite*.

O objetivo deste artigo, é tentar observar como é que a morte de Vargas foi noticiada na época. Este artigo é direcionado a todos que se interessam por este acontecimento que marcou a história do Brasil.

2- O DIA 24 DE AGOSTO DE 1954 NOS JORNAIS

A História, de forma geral, tem tido grandes problemas quanto ao tratamento da vida social e ou política que representa o mito Getúlio Vargas. Talvez, tal dificuldade esteja no fato dele ter sido uma grande e controversa figura pública do século XX. Getúlio, era um homem que deixava intrigado e estarrecido os liberais, a população apaixonada que o seguia, e o mundo internacional, que expressava a dificuldade de compreender a sua personalidade e sua incontestável liderança. Getúlio era uma pessoa que reunia em si mesmo, sentimentos de amor, medo, ódio, simpatia. Era enfim, uma personalidade que não comportava unanimidade, ou amava-o ou o odiava, e, por isso, em sua vida, adquiriu muitos adversários e inimigos, principalmente na mídia.

A mídia, quase que por unanimidade, não gostava do seu governo. E nesse texto, se pretende refletir um pouco sobre essa mídia e sua posição frente a Vargas, já que nessa época os jornais eram (e ainda são) fontes de informação e também formadores da opinião pública. Contudo, teremos uma análise, particularmente, de como tais jornais do

Rio de Janeiro, noticiaram a morte de Vargas, pois segundo um ditado popular “depois de morto, todo mundo vira santo”. Será? Convido-os a acompanharem essa reflexão, e para isto, fora escolhidos os seguintes jornais: o *Jornal do Brasil*, *Diário Carioca*, *Última Hora*, *O Dia*, *A Noite* e *Correio da Manhã*.

O único jornal no Rio de Janeiro que era getulista era o *Última Hora*, e, os demais jornais, faziam oposição constante ao seu governo e à sua persona, e, em 1954, a campanha contra o governo de Vargas havia crescido e segundo Ferreira (2005):

Se Vargas, no Estado Novo, monopolizou a produção de bens simbólicos com fins de legitimação política, em seu segundo governo, seus adversários conseguiram propagar simbologias que paralisaram a capacidade do poder estatal de apresentar-se como legítimo. Com espaço na imprensa, a oposição difundiu imagens que desqualificavam o governo (FERREIRA; 2005: 169).

Entretanto, no dia 24 de agosto de 1954, as coisas se inverteriam “com a entrada da multidão no cenário político, que por eles estarem revoltados e enfurecidos reforçou de maneira determinante o recuo dos golpistas questionando, assustando e ameaçando-os.” (ibidem; p.167). Ferreira também diz que a população dirige o seu sentimento de revolta para os jornais oposicionistas, querendo os invadir para destruí-los, e em alguns casos, até conseguem concluir tais atos.

Feita tais considerações, a partir daqui, é válido destacar como os jornais cariocas destacaram a notícia da morte de Vargas em suas manchetes e como noticiaram tal fato.

2.1- AS MANCHETES

Sabe-se que há uma convenção ética em que os jornais optam por não noticiar suicídios sob a fundamentação de não induzir os leitores a cometerem este tipo de ato. Contudo, há autoras como Grando, que defendem o noticiamento do suicídio e se justifica pelos argumentos de que está divulgando o conhecimento das causas que levam as pessoas a cometerem-no e também sobre a prevenção do mesmo. Já a Organização Mundial da Saúde, OMS, no seu Manual para Profissionais da Mídia, criado no ano de 2000, argumenta que a mídia desempenha um papel significativo na sociedade por

influenciar as atitudes, crenças e comportamentos das pessoas, e, que devido a esta influência, também podem desempenhar um papel na prevenção do suicídio. Porém a OMS sai na defesa de que a notícia do suicídio não deve servir como um exemplo para que as pessoas possam resolver os seus problemas pessoais, e, também recomenda que a imprensa minimize os relatos de como aconteceu “relatando de uma maneira apropriada, acurada e cuidadosa”, e, que não publique o fato, em nenhuma circunstância, como manchete de jornal. Enfim, podemos perceber que o suicídio é um tema bastante polêmico para os jornalistas. Segundo Grandó (2010):

(...) é um tema polêmico pois há uma dificuldade de cada profissional em compreender o suicídio. Assim, defendo que quando a temática estiver presente nos jornais, ela deve ser abordada com clareza, segurança e competência. (GRANDÓ, 2010 a:14-15)

Vale ressaltar que no manual da OMS, há alguns pontos que os jornalistas deveriam considerar para poderem noticiar casos específicos de suicídio, como: evitar a cobertura sensacionalista de um suicídio, particularmente, quando tiver uma celebridade envolvida, evitando fotografias do falecido, da cena do suicídio etc; nunca colocar o suicídio nas manchetes de primeira página; evitar de mostrar o suicídio como algo inexplicável ou de uma maneira simplista reconhecendo que uma variedade de fatores contribuíram para o suicídio; o suicídio não deve ser mostrado como um método de lidar com problemas pessoais; as reportagens devem levar em consideração o impacto do suicídio em termos de estigma e sofrimento familiar; não glorificar as vítimas de suicídio como mártires e objetos de adoração pública pois pode sugerir às pessoas que a sociedade honra o comportamento suicida etc (Manual para profissionais da mídia, 2000: 7, 8).

Os jornais publicaram edições extremamente importantes e relevantes sobre a morte de Vargas, sendo assim, um dos principais, se não o principal, veículo de comunicação a divulgar e repercutir a morte de do presidente para a nação. Aqui nesta parte, estão as manchetes dos seis jornais. Percebamos que todas elas são compostas por grandes enunciados e chamam a atenção para Vargas como sendo um político que teve um fim dramático e trágico, que comoveu grande parte da população brasileira.

É importante destacar que os jornais da época não seguiam o manual da OMS, já que este foi inventado no ano 2000. Mas se fossemos seguir as suas indicações,

perceberemos que os jornais não obedeceram algumas das indicações nem nas manchetes e nem para noticiarem sobre o suicídio como: não evitaram a cobertura sensacionalista do suicídio, tirando inclusive fotografias do falecido e da cena do suicídio; colocaram o suicídio nas manchetes de primeira página, e, de certa forma, acabaram glorificando Vargas como mártir ao representarem como sendo um político que teve um fim dramático e trágico, como um herói que sem saída só viu esta forma de perpetuar a sua vida na memória do povo.

Abaixo se encontra as manchetes e os jornais das quais pertencem, se encontram identificados entre parênteses:

- Desfecho tremendamente dramático: matou-se Vargas! Um tiro no coração! A resolução extrema executado pelo presidente que caia (*A Noite*)
- Lamenta o país a morte do presidente Vargas - enorme massa popular, numa fila interminável, na visitação do corpo do presidente da república, exposto, em câmara ardente, no palácio do Catete (*O Dia*)
- A multidão desfilou a chorar ante Vargas - O presidente morreu impressionantes os aspectos do velório no Catete (*Diário Carioca*)
- Dramático desfecho (*Jornal do Brasil*)
- Última hora havia adiantado, ontem, o trágico propósito - Matou-se Vargas o presidente cumpriu a palavra! "Só morto sairei do Catete!" (*Última Hora*)

2.2- O NOTICIAMENTO DA MORTE DE VARGAS NOS JORNAIS

Aqui, estão as notícias publicadas nos seis jornais cariocas. De um modo geral, percebemos que todos eles falam que Getúlio teve um fim dramático e trágico, e que a população estava estarrecida com a morte de seu presidente. Os jornais também apresentam Vargas como um grande político que soube, sobretudo, propiciar o desenvolvimento nacional. Retirando o fato de que a população colocou uma grande pressão sobre os jornais oposicionistas a Vargas, parece que eles seguiram o que Grandó disse ser necessário para se noticiar o suicídio, que é atentar para a clareza, segurança e competência da instituição que está se propondo a repercutir tal ato. (GRANDO, 2010: 15)

As notícias da morte de Vargas se encontra dessa forma nos jornais:

- Jornal do Brasil, 25 de agosto de 1954.

"Sobre a Nação desce a sombra de uma tragédia. O gesto do Presidente Vargas pondo fim ao seu governo e aos seus dias, estendeu um crepe à consciência dos brasileiros, aos que o assistiram com compreensão, como aos que o combateram até o último momento. É a primeira vez que a história republicana descreve páginas tão trágicas, pois o homem forte e acostumado às lutas políticas não pôde suportar a agressividade da circunstância e sucumbiu ao peso do desalento. Todo o drama que o Presidente viveu nesta derradeira fase do governo quebrou sua tempera e, no silêncio de seu gabinete, se pudessem fazer ao morto uma parte da justiça que o povo reclamou. (...) Todos clamavam por justiça, mas o clima propício à justiça cada vez se tornava mais conturbado. Tragedia atrai tragédia e, nesta hora melancólica que soa para o seu destino, o povo, sem forças para opinar, subjugado pela surpresa do último lance, desfila diante do Chefe morto e, sem se recuperar do espanto, curva-se frente à mágoa que o atingiu nos últimos dias e que fez estalar o seu coração no sacrifício supremo. (...)"

- Diário Carioca, 25 de agosto de 1954

"Com a cabeça voltada para o quadro que representa o juramento da Constituição de 1891 e os pés para o quadro "Pátria", à cuja frente se acha um crucifixo, o corpo do presidente Getúlio Vargas recebe, desde às 17,30 horas de ontem, no salão do Gabinete da Casa Militar da Presidência da República, no Palácio do Catete, as despedidas de milhares de populares que lhe vão fazer a última visita. O embarque do corpo do Sr. Getúlio Vargas para São Borja, onde será enterrado, está marcado para as 9 horas de hoje, por via aérea. Tudo faz crer, entretanto, que será adiado, diante do grande número de populares que desfila ininterruptamente ante o caixão que contém os despojos de S. Exa. Imediatamente após a comunicação do falecimento do presidente, populares acorreram às proximidades do Catete, no afã de saber pormenores da trágica ocorrência. Soldados do Exército e da Polícia Militar, no entanto, isolavam o Palácio, desde a Rua Pedro Américo até a Correia Dutra, permitindo o acesso apenas aos jornalistas e altas autoridades. Antes das 13 horas, só estas podiam entrar no Palácio, ficando os representantes da imprensa defronte à entrada do Catete. Enquanto isso, registravam-se alguns casos de exaltação no meio da multidão, sendo frequente o encontro de homens e mulheres em lágrimas. Às 13 horas a entrada do Palácio foi

franqueada à imprensa e, logo em seguida, ao público, que entrava lentamente e em fila. O suicídio do presidente Getúlio Vargas, precisamente às 8,30 da manhã, foi precedido de momentos em que se mostrava ele absolutamente tranquilo. Nada fazia crer fosse o Presidente se matar - disseram-nos o general Caiado de Castro e Jango Goulart, com os quais ele conversara minutos antes de se recolher. O Sr. Getúlio Vargas se recolheu ao quarto, sem mais uma palavra. Passados uns minutos - o tempo normal para a troca de roupa, ouvia-se um disparo. Acudiu, incontinenti, o Sr. N. Sarmanho, que se encontrava na janela da sala contígua (a do elevador privativo do presidente). Já o Sr. Getúlio Vargas agonizava. Da janela, o Sr. Sarmanho fez um sinal para um oficial, pedindo fosse o general Caiado avisado de que o sr. Getúlio Vargas se havia matado. Logo em seguida, o general Caiado chegava ao quarto, onde, não resistindo ao impacto da tragédia, foi acometido de forte crise de nervos, sofrendo uma síncope. A seguir, correndo escada acima, o Sr. Benjamin Vargas gritava: Getúlio se matou! O palácio ficou em pânico, a família do presidente acorreu, entre gritos e lágrimas. Também o Sr. Osvaldo Aranha logo chegou. Chegou junto à cama e, chorando, exclamou: Abusaram demais da bondade desse homem!"

- Última Hora, 24 de agosto de 1954

"Neste nefasto Dia de São Bartolomeu, precisamente às 8, 35 horas, praticou o suicídio o Presidente Getúlio Vargas, com um tiro de revólver no coração, quando se encontrava em seu quarto particular, no 3º andar do Palácio do Catete. O general Caiado de Castro, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, correu para os aposentos presidenciais, ao ouvir o disparo, e ainda encontrou o Presidente Vargas agonizante. Chamou às pressas a assistência pública, que dentro de cinco minutos já se encontrava no Palácio do Catete. Mas o grande Presidente Vargas já estava morto. Não pode ser descrito o ambiente no Palácio Presidencial. Tudo é consternação. Membros da família do Presidente, serviçais, militares que guarnecem o Palácio choram a morte do insigne brasileiro. O povo em massa acorre para o Palácio do Catete, estando repletas as ruas que dão acesso à casa em que se matou, vítima da ignomínia e das campanhas infamantes de adversários rasteiros, o maior estadista que o Brasil teve, neste século. Cenas de profunda dor estão sendo assistidas na rua. Lê-se o pesar no rosto

do povo. O povo brasileiro chora a perda do seu Presidente, por ele escolhido, por ele eleito e que - na crise gerada por seus inimigos - só saiu do Catete morto."

- O Dia, 25 de agosto de 1954

"Com a morte trágica de Getúlio Vargas perde o Brasil, sem dúvida nenhuma, um de seus maiores vultos políticos de todos os tempos. Nesta hora em que os acontecimentos se sucedem vertiginosamente, quando a situação caminhava para um desfecho constitucional previsto e que teria de afastar do poder o presidente, o seu desaparecimento pela forma por que se verificou enche de tristeza a Nação, suspensa os espíritos diante do irremediável.

Cobre-se de luto a alma brasileira diante do esquife que guarda o corpo de alguém que a história não esquecerá, sejam quais forem os ângulos em que se coloque o observador sereno da vida do país em quase meio século, tanto foi o período em que atuou com a sua presença o estadista de múltiplas facetas, empenhado, realmente, em realizar algo de útil e permanente para o bem da sua terra. Inteligência formada na escola que deu ao Rio Grande uma personalidade da estatura de Julio de Castilhos no alvorecer da República, Getúlio Vargas pertence à geração nova que abriu os olhos para as atividades fecundas do regime depois dos primeiros embates que sucederam à queda do Império, e tomou a si as tarefas construtoras do sistema que deu ao Brasil o máximo de seu progresso. Deputado Estadual em mil novecentos e nove, com projeção na Assembléia dos Representantes do Rio Grande durante vários anos, a sua carreira se assinalou brilhantemente até ao movimento de renovação de valores operado no Estado em mil novecentos e vinte e três, época em que o elegeram para a Câmara Federal, cujos Anais guardam páginas vigorosas de seu mandato, na liderança de uma bancada. Nesse posto o encontrou o Governo de Washington Luis a que serviu na pasta da Fazenda, e daí ainda o chamaram os seus coestadoanos para a suprema magistratura estadual de onde ascendeu à Presidência da República em mil novecentos e trinta. A sua projeção no cenário nacional, de então para cá, é tamanha e tão pontilhada de incidentes impressionantes, que não cabe senão em esboço nas linhas de um perfil traçado em momento dramático como o que atravessamos. Mas a consideração que lhe devem os brasileiros impõe, mesmo que se recordem no tumulto dos fatos destes dias, aspectos inapagáveis de iniciativas que traziam em si as sementes das suas altas e nobres

preocupações do bem público, principalmente no terreno econômico e no campo social, cujos problemas ele sentiu e compreendeu com sinceridade e com sinceridade procurou resolver. A História não recusará a Getúlio Vargas o reconhecimento devido aos seus méritos indiscutíveis, que ele os teve em proporção acima da média dos nossos condutores. Ele encheu com a sua situação enérgica e os seus propósitos de dar-se inteiro a determinadas empresas de finalidade patriótica, uma longa fase da existência do Brasil contemporâneo, e manda a Justiça, que adversários lhe devem, se não esconda de um registro rápido como este, em que a emoção produzida pelo epílogo de um drama, não é obstáculo a que a verdade ilumine a nossa imensa tristeza. Esse que encerrou de forma inesperada o seu trânsito pelo mundo, era um autêntico estadista, dotado de espírito público invulgar, com a cultura política necessária ao exercício da sua missão. A seu modo, e enfrentando embaraços que as circunstâncias opõem constantemente aos que nos países novos tentam forjar uma obra original que conduza os seus compatriotas a um destino menos atribulado e os liberte de preconceitos, Getúlio Vargas fez o máximo que as contingências permitiriam a um homem do seu temperamento e da sua formação. Desaparecido subitamente, nem por isso, e nem por ter preferido a morte a uma luta funesta, o seu nome será esquecido. O futuro dirá melhor da sua obra. O presente lastima a sua perda. Reverenciemos o seu túmulo."

- A Noite, 24 de agosto de 1954

"Pouco antes das 9 horas a reportagem de A Noite junto ao Palácio do Catete transmitia-nos uma informação extremamente dramática: o Sr. Getúlio Vargas acabava de suicidar-se. Com um tiro no coração, executara a decisão extrema. Foi chamada com urgência uma ambulância. Getúlio Vargas exalava já o último suspiro. A primeira pessoa a informar sobre o suicídio de Getúlio Vargas foi o seu sobrinho, capitão Dorneles. Ouvira um tiro. Acorrera aos aposentos presidenciais. E de lá saía logo com a notícia impressionante: matara-se Getúlio Vargas. A ambulância do Pronto Socorro que foi ao Palácio era chefiada pelo Dr. Rodolfo Perricê. Esse médico informou, ao regressar, que já encontrara o presidente morto, na cama, em seus aposentos particulares, cercado de membros da família. Vestia pijama e apresentava uma perfuração no coração. Estava com as vestes empapadas de sangue. (...) Durante toda a noite se desenrolaram os episódios que viriam a culminar com o suicídio de

Getúlio Vargas. Às três horas o Palácio do Catete era cenário de uma reunião que marcará um dos episódios mais dramáticos da história do Brasil atual. Convidado a renunciar, Getúlio Vargas recusou-se a atender ao apelo. A crise se prolongou e se acentuava. Veio finalmente a sugestão que foi redigida sem demora e com a qual parecia ter se conformado o ex-presidente: a licença, ao invés da renúncia. Mas a verdade é que Getúlio Vargas ia cumprir a promessa que fizera de só morto deixar o Catete. (...) Após os primeiros instantes de estupefação, dentro do Palácio do Catete, o general Caiado de Castro conseguiu entrar no aposento em que se encontrava o Presidente Getúlio Vargas caído com uma marca de sangue à altura do coração. No mesmo momento, dona Darcy Vargas que seguia atrás do general Caiado, atirava-se para frente e segurando as pernas do extinto, puxava-as exclamando: Getúlio, por que fizeste isso?? Logo depois entrava no quarto o Sr. Lutero Vargas e sentava-se ao lado do corpo, em prantos. Às 9 horas surgia a notícia emocionante. Estavam terminados os dias do ex-chefe da Nação."

- Correio da Manhã, 24 de agosto de 1954

"A nação inteira foi abalada na manhã de ontem com a notícia da morte do Sr. Getúlio Vargas, ocorrida em circunstâncias patéticas. Cerca de três horas após a histórica reunião da madrugada de ontem, encerrada com a decisão de licença, o presidente da República se suicida, com um tiro no coração. Pouco depois das oito horas, o Sr. Getúlio Vargas encontrava-se no seu quarto de dormir, no terceiro andar do Palácio. De pijama, fisionomia tranquila, ali foi surpreendido pelo seu velho camareiro Barbosa, que entrava no aposento presidencial, conforme fazia todas as manhãs, para o serviço de arrumação. Disse-lhe, então, o Sr. Getúlio Vargas, em voz serena: Sai Barbosa, eu quero descansar ainda um pouco. Foram estas as suas últimas palavras. Instantes depois, deitando-se no leito, o Sr. Getúlio Vargas comprimia, com a mão direita uma pistola contra o peito, exatamente sobre o coração, e com a outra acionava o gatilho desferido o tiro, não teve mais que uns poucos minutos de vida. A cidade viveu ontem horas de profunda tensão nervosa, em consequência do suicídio do presidente Getúlio Vargas. Às 8,45 quando maior era o movimento de automóveis nos bairros para o centro da cidade foi a informação do falecimento divulgado pelo rádio. Na praia do Flamengo carros particulares, táxis e coletivos paravam em plena Avenida e seus

passageiros estupefatos dirigiam-se aos passageiros dos outros carros, procurando pormenores informações como se não quisessem dar crédito ao que ouviam nas rádios dos automóveis. (...) Uma verdadeira multidão acorreu ao Palácio do Catete, onde permaneceu de pé à espera do momento que lhe permitissem ver o corpo do sr. Getúlio Vargas. E muitos choravam."

2.3- ANÁLISE DAS MANCHETES E DAS NOTÍCIAS

Desconsiderando as indicações do Manual da OMS, e centrando apenas na análise mesmo das notícias publicadas nos jornais, poderemos observar que a morte de Vargas nos jornais e em suas manchetes, aparece como sendo: trágica, como sacrifício ao povo, planejada para superar a crise gerada pelos seus inimigos, e, como emocionante.

A persona Vargas, é vista como sendo um homem forte, magoado e violentado pela agressividade de seus inimigos; bondoso ao extremo e por isso abusaram dele; como uma vítima da ignomínia e das campanhas infamantes de seus adversários; como inteligente e construtor do progresso brasileiro; ainda aparece como sendo preocupado com o bem público; como um autêntico estadista, dotado de espírito público invulgar, com a cultura política necessária ao exercício da sua missão.

E a população, como é vista? A população aparece como estupefata, não acreditando no que aconteceu; como comovida e emocionada por terem perdido o seu “pai”; como sem forças para opinar pela surpresa e espanto da morte e com pesar e dor pela morte.

Todos os jornais analisados tentam apresentar a morte de Vargas como realmente ocorreu, isto é, tendo o próprio Getúlio dado um tiro no seu coração e resultando assim no seu suicídio. Todos os jornais também tentam exaltar Vargas como um grande político, e particularmente, o jornal *Última Hora* faz isto com grande maestria. Segundo Douglas Attila Marcelino (2007):

o momento de morte de uma grande figura histórica, virou um marco em que a memória deste, se torna um campo de lutas, já que ele entra para a história do país para explicar sua importância na construção da nação. Sendo assim, os jornais, após a morte de um presidente, por exemplo, publicavam sua biografia e seus feitos em favor da nação (MARCELINO, 2007: 8).

E o suicídio, o que tem a nos dizer? Segundo Elizabeth Cancelli (1994):

a solução do suicídio foi um grande artifício político usado por Vargas, pois para se ter um ato heróico, apaixonado e mágico, o presidente não poderia ser deposto e nem renunciar pois significaria desfazer o casamento da nação com a figura do pai que ele mesmo havia construído, assim, quando optou pelo suicídio, a ilusão de que sua atitude era a mais corajosa de todas, era de reação, de dignidade, pois, por seu ato de matar a si mesmo, incorporava a destruição de seus opositores e continuaria a sobreviver no imaginário nacional (CANCELLI, 1994:105).

Enfim, Vargas, mais uma vez, demonstrou uma capacidade de avançar e de causar um impacto ao transformar o seu último ato, o suicídio, que segundo o mundo cristão é uma vergonha, uma fraqueza, em uma espécie de potência transformadora da sociedade, que revoltada vai as ruas pedir justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para algumas pessoas, inconsciente ou conscientemente, a morte significa e se apresenta como uma válvula de escape para deixar para trás todos os ressentimentos de um passado não tão glorioso. Estas pessoas, saem do plano estritamente humano para caírem no místico, no mitológico, alcançando um sucesso e um reconhecimento até mesmo maior do que quando pulsava a vitalidade em seu ser. E Getúlio Vargas, é um bom exemplo disso. Vale ressaltar que não estou retirando o mérito de sua trajetória como político carismático e de pai dos pobres, pois tenho absoluta certeza que isto também lhe deu prestígio, mas, também tenho a convicção de que tal prestígio se tornou inabalável depois que saiu da vida para entrar na História.

Enfim, neste trabalho, ressaltamos, como os jornais cariocas da época se posicionaram na forma de informar a população sobre a morte de Vargas que ocorreu no dia 24 de agosto de 1954, no dia de São Bartolomeu. Vale destacar que a morte de Vargas, continua sendo ainda um assunto bastante polêmico, complexo e cheio de contradições. Vale também lembrar que Vargas não era uma pessoa que gostava muito de unanimidades, queria ser odiado por uns e amado por outros, enfim, não temos como pintar unicamente Vargas, pois um só retrato não totalizaria uma vida que foi tão extensa e tão rica. Enfim, para terminar, citarei a fala de Lucília Neves (2005):

Getúlio que é visto como o pai da legislação trabalhista, mas nunca a estendeu aos trabalhadores rurais. Vargas que foi nacionalista, ditador, antiliberal, realizador, positivista, caudilho e também estadista. Getúlio que foi o 'pai dos pobres' e (...) a 'mãe dos ricos'. Getúlio que semeou amores extremos e ódios profundos. Getúlio que fez da morte um trágico, mas, eficiente troféu. (...) Getúlio Vargas, homem, político e mito (NEVES, 2005: 211).

REFERÊNCIAS

CANCELLI, Elizabeth. **Vargas, a paixão de um suicídio: o irracional e a magia do ato.** Textos de História, 1994, v.2, nº4, p.100-110. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/5761/4768> Acesso em 28 de agosto de 2013

FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005, p. 164-209.

GRANDO, Carolina. **O Suicídio na Pauta Jornalística.** Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-suicidio-na-pauta-jornalistica> Acesso em 28 de agosto de 2013

MARCELINO, Douglas Attila. **Um novo objeto para os estudos sobre memória: mortes e funerais de presidentes republicanos.** Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Leopoldo, 2007, p. 1-8.

NEVES, Lucília de Almeida. **Getúlio: mito, história e ficção.** Artcultura, Uberlândia, v.7, n.10, p.207-211, jan-jul, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia.** Genebra, 2000. Disponível em: http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_media_port.pdf Acesso em 28 de agosto de 2013

Jornais

Jornal do Brasil, 25 de agosto de 1954.

Diário Carioca, 25 de agosto de 1954.

Última Hora, 24 de agosto de 1954.

O Dia, 25 de agosto de 1954.

A Noite, 24 de agosto de 1954.

Correio da Manhã, 24 de agosto de 1954.

Nazismo em Juiz de Fora na década de 30 e 40

Roberto Gouvêa¹⁴⁵

Resumo: Este artigo procura mostrar a existência de uma célula do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães em Juiz de Fora, a sua abrangência, seus membros, e uma reflexão do porquê o mesmo não teve repercussão na cidade. Para isso, utilizo como base um processo de crime contra a existência da república brasileira por Viktor Schwaner e sua mulher, por propaganda contra o interesse nacional e o analiso através da tese de Ana Maria Dietrich

Palavras-chave: Nazismo; Juiz de Fora; Alemães;

Abstract: This article shows the existence of a National Socialist German Workers' Party cell in Juiz de Fora, its coverage, its members and a reflection of the reason why it did not had an impact on the city. For this, I use as the basis of this article a case of crime against the Brazilian republic by Viktor Schwaner and his wife, for propaganda against the national interest and I compare it with Ana Maria Dietrich's thesis.

Keywords: Nazism; Juiz de Fora; Germans;

Introdução

Quase um século separa o fim da Segunda Guerra Mundial e a imigração de alemães para Juiz de Fora.

Na década de 50 no século XIX, diversos imigrantes alemães, contratados pelo cafeicultor Mariano Procópio, para ser a mão de obra especializada da Cia União e Indústria em Juiz de Fora, cujo cargo era de diretor. Além de tudo, havia o desejo de “embranquecer” a região.

¹⁴⁵ Graduando no curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos, foi o começo do declínio da instituição da escravidão e, enquanto isso, o imigrante de raça branca, foi ganhando espaço e fama de bom trabalhador (GASPARETTO JUNIOR, 2011: 3). O número de imigrantes foi tão grande a época que, segundo STEHLING (1979: 185), o número de habitantes de Juiz de Fora que era de 600 habitantes saltou de repente para 1762. Ainda assim, o número de imigrantes aportados foi abaixo do prometido por Mariano Procópio.

Os alemães aqui instalados formaram então a Colônia D. Pedro II, que foi dividida em duas partes: a agrária, chamada de “Colônia de Cima”, que é onde hoje fica o bairro São Pedro; a parte industrial, “Villagem”, ou mesmo “Colônia de Baixo”, onde fica hoje o bairro Fábrica e, mais tarde, por conta de povoamento, foi ainda constituída a “Colônia do Meio”, domiciliar, onde hoje é localizado o bairro Borboleta.

Estes alemães, trazendo consigo sua força de trabalho especializada e também seu capital humano, foram em grande parte responsáveis pelo desenvolvimento do setor secundário e da industrialização da cidade, junto da privilegiada localização geográfica da cidade, perto da capital do Império e na rota do Caminho Novo. Para poder ter condições mínimas de vida, os alemães com o tempo, desenvolvem entidades de socorro mútuo, escolas, igrejas e clubes, como a Sociedade Alemã de Beneficência, o Clube Ginástico Turnerchaft, a Escola Alemã, o Kegel Club e a Igreja Evangélica Alemã (STEHLING, 1979: 330-336). Juiz de Fora, então, a partir desta década, começa a ascender e se torna a principal referência da Zona da Mata Mineira.

Após a crise de 1929 e a crise dos ideais liberais, idéias políticas totalitárias encontraram espaço e cativaram corações e mentes ao redor do globo. No Brasil, com a ditadura de Getúlio Vargas e suas políticas de estado forte e presente, além das simpatias para com o regime alemão, permitiram surgir diversas idéias fascistas, ao mesmo tempo em que também surgiram opositores ferozes a estas ideologias. Em Juiz de Fora, não seria diferente.

Juiz de Fora na década de 30, apesar de estar em decadência devido à crise econômica mundial e a concorrência com a capital Belo Horizonte, ainda era um centro industrial e econômico importante, contando com um grande número de fábricas e operários. Uma grossa parte da população juizforana era composta de imigrantes italianos, mas também principalmente alemães. Estes imigrantes, por sua vez, traziam junto com sua bagagem cultural as suas convicções políticas. É natural então, que Juiz de Fora, estando

ligada ao Rio de Janeiro e sendo uma cidade cosmopolita (CHRISTO, 1994), possuísse sindicatos ativos, um partido comunista, um partido integralista e a ANL, o que, de fato, se tinha. Havia também simpatias ao fascismo, como no Hotel Renascença, onde se tinha uma imagem de Mussolini a cavalo¹⁴⁶ e a Casa D'Itália, de arquitetura fascista e que contou com colaboração financeira do Duce (GUIA DOS BENS TOMBADOS DE JUIZ DE FORA, 2002: 63).

O Partido Nazista no Brasil

O Partido Nazista possuía uma extensa rede de filiais em 83 países do mundo, comandadas pela Organização do Partido Nazista no Exterior, com sede em Berlim. Contudo, foi no Brasil onde se desenvolveu a maior rede nazista do mundo fora da Alemanha, com aproximadamente 2900 membros filiados obedecendo diretrizes da *Auslandorganisation der NSDAP* (Organização do Partido Nazista no Exterior), vindas diretamente do III Reich (DIETRICH, 2007: 107). A maior parte destes nazistas se localizava no sul do país, onde a colônia alemã era mais forte. Minas Gerais, em comparação a outros estados do Sudeste como Rio de Janeiro e São Paulo, foi o estado que menos possuía partidários, com 66 membros, a frente apenas do Espírito Santo, com 41 membros (DIETRICH, 2007: 158). Entretanto, mesmo diante disso, teria em Juiz de Fora, cidade esta grandiosamente colonizada por alemães na metade do século XIX, alguma célula do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães? Por que então nunca ouvimos falar de um Partido Nazista em Juiz de Fora? Se houve, quais foram seus membros? Como eles agiam?

O partido nazista em Juiz de Fora

Havia sim um pequeno partido nazista, que funcionou entre 1934 e 1937, fechado após decreto-lei nº37 do Governo Federal de 02 de Dezembro de 1937 onde previa a extinção de todo e qualquer partidos e movimentos políticos. Teve como membros ou

¹⁴⁶ CRIMES CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL, 10-03-1942. **Processo Crime contra AMERICO REPETTO**. Processo crime da República, Documentos relativos á II Guerra Mundial- Caixa 01. PJF/AH-1940/1942.

auxiliares os alemães: Hermann Luipold, Hermann Zahn, Luiz Köppler, Carlos Hugo Becker, Viktor Schwaner e Alfredo Möller.

Alois Köpl (também conhecido por seu nome “abrasileirado”, Luiz Köppler), era técnico de cervejaria em Juiz de Fora e sua casa, próximo à Cervejaria Americana (agora falida devido a enorme concorrência de cervejarias maiores) serviu como sede da célula do Partido em Juiz de Fora. Em 1936, Köppler se muda para Pernambuco para trabalhar na Cervejaria Antarctica.¹⁴⁷

Hermann Luipold¹⁴⁸, o primeiro líder do Partido Nazista em Juiz de Fora, foi contratado pela Cia Pantaleone Arcuri para construção do Teatro Central. Foi também o primeiro técnico de concreto armado de Juiz de Fora. Segundo STEHLING (1979: 428) Hermann era conhecido carinhosamente como “Seu Leopoldo” por pessoas mais próximas. Em 1936, se retirou do partido para ir à Alemanha, deixando o cargo para Viktor Schwaner. Morreu em um bombardeio aliado.

Hermann Zahn, último dirigente do partido nazista, veio a Juiz de Fora em 1921, trabalhar como litógrafo na Sociedade Anônima Litográfica e também pela Mecânica União Industrial, de acordo com que o mesmo depõe no processo contra Viktor Schwaner. Foi veterano da Primeira Guerra Mundial como Segundo Sargento e era casado.¹⁴⁹

Carlos Hugo Becker, vice-cônsul da Alemanha em Juiz de Fora, veio com a missão de trabalhar na Cervejaria Germânia (que mais tarde se tornou Cervejaria Americana) e mais tarde, contraiu matrimônio com Gabriela Weiss¹⁵⁰, uma das primeiras tenistas de Juiz de Fora. Foi também um dos membros fundadores do Clube Ginástico Turnerschaft e do Clube de Tênis D. Pedro II (PROCÓPIO FILHO, 1979: 74). Foi acusado de participar da distribuição da cartilha ideológica do Partido por Alfredo Möller. Por conta da guerra e possivelmente por conta da acusação feita contra Becker, o Consulado em Juiz de Fora foi fechado e não mais foi aberto novamente.

¹⁴⁷ CRIMES CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL, 12-02-1942. **Processo Crime contra VIKTOR SCHWANER.** Processo crime da República, Documentos relativos á II Guerra Mundial- Caixa 01. PJF/AH-1940/1942. Fls. 76

¹⁴⁸ Hermann Luipold é curiosamente mencionado no livro *Struggle to Survive* de Donald F. Megnin na página 205. O autor é filho de imigrantes alemães da Segunda Guerra Mundial e esse livro conta a história da adaptação da família alemã “Malin” nos Estados Unidos. Na cena, Hermann conta a sua sobrinha sobre sua experiência no Brasil.

¹⁴⁹ CRIMES CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL, 12-02-1942. **Processo Crime contra VIKTOR SCHWANER.** Processo crime da República, Documentos relativos á II Guerra Mundial- Caixa 01. PJF/AH-1940/1942. fl.7

¹⁵⁰ Gabriella Weiss é neta do cervejeiro José Weiss, dono da cervejaria de mesmo nome.

Alfredo Möller, mecânico e funcionário da Santa Casa de Misericórdia. Frequentou o partido por apenas quatro meses, mas, de acordo com o mesmo, deixou não por diferenças ideológicas e sim, por incompatibilidade de horários. O mesmo inclusive permitiu que Viktor Schwaner levasse seu filho para Alemanha para “aprender um ofício”, onde de membro, acabou se tornando uma vítima do Partido. Por isso, acabou sendo um dos principais depoentes de acusação contra Schwaner.¹⁵¹

Viktor Schwaner é o nome mais notável dentro do partido. Nascido em 21 de Janeiro de 1906 em Kunzendorf (atual Kończyce, Polônia), vêm para o Brasil em 1929, em Blumenau, onde é possível que tenha tido contato com diversos nazistas já instalados no país (NASCIMENTO, 2010: 129). Muda-se para Juiz de Fora em 1932, com a missão de chefiar a comunidade alemã evangélica de orientação luterana na cidade. No mesmo ano, desenvolveu também a comunidade evangélica de Belo Horizonte, inclusive escrevendo um livro sobre: *Die evangelische Gemeinde in Belo Horizonte*. Foi diretor da escola alemã em Juiz de Fora e segundo líder do Partido após a ida de Hermann Luipold para a Alemanha. De todos, foi o único processado, preso e condenado a pagar uma quantia de 500 mil réis por propaganda contra a existência da República. Após cumprida a sentença de três meses, Viktor se transfere para Belo Horizonte¹⁵². As ações de Viktor são também expressas no depoimento do carioca Walkirio Seixas de Faria, sobre o contato que o mesmo teve com Karl Meyer, alemão anti-nazista, professor de línguas migrante do Sul:

“[...] que o referido alemão, por este motivo, mostrou desejoso de sair de Santa Catarina e o depoente então indicou-lhe Juiz de Fora como uma cidade que possuía vários colégios e onde ele poderia viver bem;que isto se passou em janeiro de mil novecentos e trinta e oito e neste mesmo mês, Kal Meyer veio a Juiz de Fora;que não conseguindo colocação nesta cidade, depois de uns quinze dias voltou ele a Joinville;que depois da volta de Karl Mayer, o depoente perguntou-lhe como tinha achado Juiz de Fora, ao que o mesmo respondeu que era uma cidade muito bonita e muito adeantada;que retrucando, o depoente observou que não havia nos alemães daqui o mesmo espírito de resistencia à nacionalização que havia nos de Santa Catarina, os quais já estavam bem identificados com os brasileiros;que a isto, Karl Meyer respondeu que isto era verdade, mas que não obstante, havia aqui um grupo de propagandistas nazistas exaltados e que o chefe desse grupo

¹⁵¹ CRIMES CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL, 12-02-1942. **Processo Crime contra VIKTOR SCHWANER**. Processo crime da República, Documentos relativos á II Guerra Mundial- Caixa 01. PJF/AH-1940/1942. fl.8

¹⁵² CRIMES CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL, 12-02-1942. **Processo Crime contra VIKTOR SCHWANER**. Processo crime da República, Documentos relativos á II Guerra Mundial- Caixa 01. PJF/AH-1940/1942. Fls. 3, 4 e 74.

era um pastor luterano, que era ainda mais exaltado; que Karl Meyer não mencionou o nome desse pastor ou se mencionou, o depoente não se recorda; que o depoente está convencido de que a propaganda nazista visava exclusivamente os filhos e descendentes de alemães nascidos no Brasil, procurando manter os sentimentos e a mentalidade germânica por todos os meios possíveis de propaganda”¹⁵³

O Partido não tinha finalidade eleitoral e, por isso, se mantinha neutro nos acontecimentos políticos dentro do Brasil, realizando no máximo, eventos e festividades, como em comemoração ao Dia do Trabalho. Assim sendo, o Partido tinha a finalidade de manter as colônias alemãs fechadas ao contato com os estrangeiros, difundir e reforçar os ideais nazistas nos alemães das colônias e atrair a simpatia dos brasileiros para com o governo alemão e as políticas do Partido. Portanto, o principal recurso do Partido era se utilizar de propaganda para conseguir a aprovação dos alemães. Além disso, uma das instruções da *Auslandorganisation* era de manter lado a lado um “patriotismo” brasileiro com o nacionalismo alemão (DIETRICH, 2007: 311-328).

Uma das tentativas de fechamento entre o governo nazista e os alemães no estrangeiro pode ser percebida pela aproximação de Viktor Schwaner com Alfredo Möller, para que seu filho, Paulo Edmundo, fizesse um intercâmbio para a Alemanha com a finalidade de aprender e desenvolver um ofício na Frente de Trabalho Alemã, em 1937. Obviamente, não era a total intenção de Viktor de que Paulo Edmundo virasse um profissional competente, mas também um nazista fervoroso. O intercâmbio acaba sendo um flagelo para Alfredo uma vez que seu filho não volta no tempo combinado, devido a Segunda Guerra Mundial, e acaba culpando o Pastor por este evento.

Contudo, esse evento é de suma importância para perceber o patriotismo brasileiro e o nacionalismo alemão, através das cartas de Paulo Edmundo a seu pai. São enviadas sete cartas, entre 1939 (período em que deveria voltar) à 1941. Em todas as cartas para a família ele afirma estar bem e narra seu cotidiano, sempre lembrando que todo o conhecimento adquirido na Alemanha é para a construção de um Brasil melhor. O mesmo, inclusive, chega a dizer que sua pátria verdadeira é o Brasil e que Getulio seria a melhor opção para o país, chegando também a dizer “*Nao desanime, eu chego cedo ou mais tarde, o que eu aprendo e pelo Brasil, quando alguém falar mal do Brasil, entao diga-lhe*

¹⁵³ Id. Fls.18 e 19.

que procure um lugar melhor”¹⁵⁴ Ao mesmo tempo, em outra carta, não esconde que sente admiração por “Adolfo Hitler” e pela nação alemã.

Ha Papae admiro o seu amor Patrio porque agora tambem percebo. Quando Adolfo Hitler tambem admiro muito e tambem a Habilidade com o nosso Paiz e guiado por Dr. Vargas porque nos podemos dizer que temos uma vida mais favoravel de que em parte alguma primeiramente como: Imposto e Liberdade que Deus nos proteje e nos ajude a guardar a Integridade do Brasil com a forca propria baseada no povo sem diferenca.¹⁵⁵

A Federação 25 de Julho

Contudo, uma política específica do Partido Nazista no exterior fez com que o Partido não tivesse expressão: a filiação apenas de alemães natos, o que implica na recusa de filiações de filhos de alemães nascidos em solo estrangeiro (DIETRICH, 2007: 127). E em Juiz de Fora, a grande massa de alemães-natos já não existia, pois havia se passado 80 anos, estando os alemães existentes aqui em sua segunda ou terceira geração. Portanto, além da dificuldade de aproximar os alemães aqui residentes, que se sentiam muito mais ligados aos brasileiros que aos alemães, houve uma limitação maior ainda vinda da própria política nazista.

Entretanto, para assegurar a permanência da tradição alemã, além de aproximá-la dos brasileiros, teuto-brasileiros fundam então a **Federação 25 de Julho** no Rio de Janeiro, uma associação de difusão da cultura alemã e suas tradições, sem objetivos políticos ou religiosos (STEHLLING, 1979: 365). Por ser uma instituição brasileira, era vista com melhores olhos não só pela população brasileira, mas também por desconfiados da ideologia alemã.

Como uns dos objetivos da Federação era o estreitamento de laços de amizade entre Brasil e Alemanha, além da difusão da cultura germânica pelo território nacional, o Partido acaba por “adotar” a Federação, onde os teuto-brasileiros poderiam ter

¹⁵⁴ MÖLLER, Paulo Edmundo. [Carta] 06 Out. 1940, Grogahartnanzdorf, [para] MÖLLER, Alfredo. Juiz de Fora. 1f. Quarta carta de Paulo Edmundo Möller para os parentes, contida no processo de Viktor Schwaner.

¹⁵⁵ MÖLLER, Paulo Edmundo. [Carta] 29 Ago. 1940, Grogahartnanzdorf [para] MÖLLER, Alfredo. Juiz de Fora. 1f. Terceira carta de Paulo Edmundo Möller para os parentes, contida no processo de Viktor Schwaner.

participação e voz. Sendo assim, a Federação acabou traindo o seu objetivo inicial e desempenhou um papel aproximador dos teuto-brasileiros com o Regime Nazista, procurando evitar o deslocamento destes para outras ideologias e agremiações (DIETRICH, 2007: 207). Inclusive, a Federação chegou a rascunhar uma incorporação da Juventude Hitlerista dentro da mesma (RAHMEIER, 2008: 198), mas que não obteve sucesso.

Todavia, mesmo a tentativa de aproximação com os teuto-brasileiros não foi bem sucedida, devido à proibição dos partidos no Brasil e o status inferior que os alemães nascidos no estrangeiro tinham. Ademais, descendentes de alemães com tendências fascistas viam no Partido Integralista uma opção muito mais atrativa, mesmo com a proibição explícita da Organização do Partido Nazista do Exterior dos alemães participarem da cena política do país de hospedagem (DIETRICH, 2007: 206). As marchas, uniformes, o conteúdo ideológico semelhante ao do Partido Nazista e a incorporação dos teuto-brasileiros como membros legítimos foram sedutores para os mesmos, que viam o Integralismo como a adaptação ideal.

Conclusão

O partido não foi bem sucedido em arrebanhar membros para o Partido e em conseguir manter a comunidade alemã de Juiz de Fora alinhada com o mesmo, resultando em uma ação pífia do Partido Nazista. Em parte, como já exposto acima, porque os membros da própria colônia alemã eram nascidos no Brasil ou acostumados aos brasileiros e simpatizavam com seu povo. Havia pouca ligação com o governo alemão e por mais que a comunidade fosse mais fechada tradicionalmente, o contato com os locais era inevitável.

Outro ponto crucial para o fracasso da experiência nazista em Juiz de Fora se deu por conta da própria política do nazismo para países estrangeiros, de não permitir que alemães nascidos no estrangeiro militassem no Partido Nazista e que se submetessem a ordem destes. Sendo assim, alguns teuto-brasileiros que já dispunham de um sentimento mais radical procuraram se integrar ao movimento integralista, o que foi visto como problema pelo governo alemão. Teuto-brasileiros, costumeiramente mais velhos do que os alemães natos que aqui estavam, se sentiam incomodados de obedecerem as ordens dos

mais jovens (que se sentiam superiores pela cidadania diferenciada que o governo lhes dava e pela missão de desenvolver o partido no estrangeiro) o que gerou inclusive um conflito entre os dois lados (DIETRICH, 2007: 227)

A política de “propaganda para alemães”, mesmo não sendo seguida a risca pelos nazistas juizforanos¹⁵⁶ e sendo distribuída a cartilha para pessoas nas ruas, não causou impacto na sociedade, gerando apenas um efeito negativo: a condenação de Viktor Schwaner pela distribuição que sua esposa, Annelise, fez a seu vizinho brasileiro, Severino, após a supracitada lei de 1937. Curioso notar que a condenação se deu apenas para Viktor, enquanto sua esposa foi absolvida no processo por ser “ignorante” ao conteúdo do panfleto.

De qualquer forma, é impossível precisar exatamente o número de alemães e seus descendentes que possuíam afinidades com o regime, uma vez que não é necessário ser associado a um partido ou agremiação para que se adote uma postura fascista. Principalmente da parte dos alemães, que adotaram uma postura mais discreta em relação aos brasileiros depois de serem hostilizados após a Primeira Guerra Mundial. Diversos alemães na cidade tiveram suas casas e estabelecimentos comerciais incendiados e depredados, como foi a Casa Surerus, cujas pedras atiradas contra a fábrica foram guardadas pela família como uma relíquia até os dias atuais (TRIBUNA DE MINAS, 2000: 14). Por isso, diversos alemães procuraram destruir sua memória e qualquer outra ligação com seu país de origem que pudesse levar a uma perseguição à sua família.

É possível que, por causa deste evento, a família Surerus, juntamente com a família Meurer e Bolívar Guimarães Duque, tenham sido solidários com Viktor Schwaner, servindo de testemunha de defesa para o mesmo em seu processo.

Mesmo a imensa parte dos alemães juizforanos e brasileiros não sendo adeptos da doutrina nazista, ainda que trazendo sua contribuição tecnológica e cultural para a cidade, nada disto impediu que os mesmos sofressem o preconceito e o ódio dos brasileiros mesmo com o fim da Segunda Guerra Mundial e o declínio do nazismo.

Referências bibliográficas

¹⁵⁶ Cartilha recolhida intitulada “I – As Origens”, contida no Processo Crime contra Viktor Schwaner, é escrita em português e não em alemão, o que leva a crer que o alvo do panfleto não era apenas os alemães. Além disso, Alfredo Möller conta que Viktor Schwaner (ou Carlos Hugo Becker) recomendava “ler e dar aos amigos”, não explicitando que teriam que ser estes necessariamente alemães.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A "Europa dos pobres": a belle-époque mineira.** Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil.** Tese (Doutorado em História Oral). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GASPARETTO JUNIOR, Antônio. **Mutualismo Alemão em Juiz de Fora: o reforço da identidade em perspectiva.** Juiz de Fora: Revista de Artes e Humanidades, nº8, 2011.

GUIA dos bens tombados de Juiz de Fora. Divisão de Patrimônio Histórico. Expressão e Cultura: Rio de Janeiro, 2002.

NASCIMENTO, Sabrina Munck do. **Juiz de Fora: 1937-1942 palco de uma história nazista.** IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo. Juiz de Fora, 2010.

PROCÓPIO FILHO, José. **Salvo erro ou omissão: gente juiz-forana.** Edição: o autor: Juiz de Fora, 1979.

RAHMEIER, Andréa Helena Petry. **Relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil – dezembro de 1937 a julho de 1939.** In: TEXTOS DE HISTÓRIA, vol.16, nº2, 2008.

STEHLLING, José Luiz. **Juiz de Fora e a Companhia União Indústria e os alemães.** Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 1997.

TRIBUNA DE MINAS. **Imigrantes Juiz de Fora: 150 Anos.** Ed. Tribuna de Minas: Juiz de Fora, 2000.

A formação da intelectualidade antiliberal na segunda década da Primeira República

Allony Rezende de Carvalho Macedo*

Resumo: Este texto surgiu da necessidade de responder às inúmeras perguntas feitas por colegas historiadores a mim em eventos ao longo do ano de 2013, nos quais apresentei meu projeto de mestrado. Todas elas podem ser reunidas em torno de uma central: o que era um intelectual autoritário no início do século XX brasileiro?

Palavras-chave: Primeira República; Autoritarismo; Intelectuais

Abstract: This text has arisen from necessity of answer fellow historians's questions made to me in events during 2013, when I presented my master's project. All these questions can be gathered around a main: what was an authoritarian intellectual in the early of twentieth century in Brazil?

Key-words: First Republic; Authoritarianism; Intellectuals

Apresentação

Esta comunicação faz parte das reflexões teórico-metodológicas necessárias à execução do projeto de mestrado que está sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS-UFJF).

Para localizar os ouvintes/leitores no tema: trata-se de um trabalho de pesquisa que tem o objetivo de investigar as culturas políticas em disputa e transformação durante a chamada “crise da república oligarca-liberal”. Mais especificamente, o que se procura é pesquisar eventuais relações entre diagnósticos e propostas de intelectuais civis

“autoritários” e militares, envolvidos no Movimento Tenentista, nas disputas que antecederam a Revolução de 1930¹⁵⁷.

O texto que segue tem focos bem específicos, anseia responder questões apresentadas por colegas durante apresentações anteriores, em eventos ao longo de 2013. Estas que podem ser sintetizadas em torno de uma pergunta axial: o que é um intelectual “autoritário” no Brasil no início do século XX?

Durante a resposta, outras colocações apareceram como a descrição do contexto histórico pesquisado, que pode ser enfadonho, mas que está em estreita ligação com o raciocínio desenvolvido aqui, que propõe uma nomenclatura alternativa àquela dos “autoritários” ou “antiliberais” -- algo também questionado pelos pares deste autor.

Portanto, nestas páginas não estão discriminados resultados de análise de fontes, mas -- se assim se pode dizer -- são discutidas estratégias de abordagem do objeto em questão. A finalidade da apresentação é simples e circunscrita, o que não a destitui de importância, diante da oportunidade de trazer à apreciação de outros historiadores, familiarizados com os estudos das direitas e dos autoritarismos, formas diferentes de abordar um tema comum.

Intelectuais no século XX: os homens e a categoria

Essencialmente, deve-se aos franceses o conceito e a palavra “intelectual”, como conhecemos hoje. Com a laicização da vida cultural no final da Idade Média, despontaram os clérigos leigos eruditos, substituindo os clérigos católicos na sua função de “homens da cultura”, de garantidores das tradições. No Iluminismo, o “homem da cultura” se transformou em devoto da razão, se empenhando na defesa desta ao denunciar os despotismos, as mentiras e as injustiças (SILVA, 2002: 14).

* Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹⁵⁷ O projeto apresentado no PPGHIS-UFJF tem o título provisório de *Presente, passado e futuro: o Movimento Tenentista e a intelligentsia antiliberal na crise da Primeira República*. Uma apresentação mais geral sobre o mesmo e seus aspectos teórico-metodológicos pode ser encontrados em MACEDO, Allony R. de C. *Culturas Políticas e a História dos Conceitos Alemã (Begriffsgeschichte): O Tenentismo e a intelectualidade antiliberal na crise da Primeira República*. In: VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: CULTURAS E IDENTIDADES, 6, 2013, Goiânia. **Anais eletrônicos**. Goiânia: Anpuh-GO, 2013. 1 CD-ROM.

Todavia foi no final do XIX, durante o caso Dreyfus, que o substantivo “intelectual” apareceu de maneira inédita – como é conhecido atualmente. Em um primeiro momento, surgiu para designar de forma pejorativa aqueles que, exercendo sua função de notórios pensadores, se posicionavam a favor de Dreyfus e, portanto, contrários à razão do Estado. O posicionamento político desses indivíduos, que se levantavam em nome de princípios universais como “justiça” e “verdade”, reforçava suas posições ideológicas diante de seus adversários nacionalistas, que estavam no poder (SILVA, 2002: 15-16). Já se instalavam então dois pólos de valores que estariam circunscritos no pensamento intelectual e político ao longo do próximo século: o universalista, à esquerda, o nacionalista, à direita. O termo, mesmo com o fim do caso continuou relacionado a uma posição política, a uma maneira de se colocar diante do mundo.

A ligação entre o intelectual e a política foi marcante até o final do século XX na França, embora tenha sofrido transformações promovidas pelas duas Guerras Mundiais. A submissão de muitos desses personagens a um partido ou a uma ideia política criou então o intelectual engajado, um sujeito constante até os anos 80 (SILVA, 2002: 17). Nessa década, ocorreu uma transformação que distanciou esse “substantivo” desse “adjetivo”, a partir da crise dos grandes paradigmas explicativos orientadores da visão política de mundo desses sujeitos.

Devido ao caráter polissêmico e polimorfo do conceito, em virtude das transformações sofridas pelo significado e pelos seus contornos sociais múltiplos, os historiadores franceses do século XX encontraram dificuldades em criar uma definição, uma categoria, com as quais pudessem operar. Na visão de Jean-François Sirinelli, isso fez necessário estabelecer uma acepção de contornos variáveis, mas que fosse marcada por invariantes, permitindo estudos com períodos mais alargados (SIRINELLI, 2003: 242). Esta situação teria então desembocado em duas definições do termo. A primeira, mais ampla e sociocultural, englobando “criadores” e “mediadores” culturais, em geral jornalistas, escritores, professores secundários, etc. A segunda, mais restritiva, baseada no engajamento político destes sujeitos. Uma definição que não exclui a primeira. Isso porque o intelectual engajado coloca a serviço da causa que defende dois elementos socioculturais, como sua notoriedade eventual e/ou sua “especialização” (SIRINELLI, 2003: 243).

Sirinelli chamou atenção que essa relação entre as duas acepções permite que as mesmas não se confrontem, mas que trabalhem em conjunto na análise da realidade. Em outras palavras, o historiador deveria ter as duas em mente, adaptando o uso da categoria à realidade do momento (SIRINELLI, 2003: 244). Algo que é fundamental e apropriado quando se analisa a intelectualidade brasileira do século XIX e da primeira metade do XX.

O Brasil e seus intelectuais no início do século XX

Fazendo uso declarado dessa percepção, Ângela de Castro Gomes definiu o que são os intelectuais brasileiros durante a primeira metade do século XX. Para a historiadora, tratava-se de um grupo sócio-profissional de contornos fluidos, composto por produtores e mediadores de interpretações da realidade social com grande peso político. O próprio surgimento do termo no final do XIX, na França, colocou os intelectuais como produtores de bens simbólicos essenciais à legitimação do Estado moderno, cada vez menos afeito à violência. Uma necessidade que traçaria relações complexas entre poder e saber, entre política e cultura (GOMES, 2009: 26).

Essa categorização permite avaliar o uso político das ideias desses intelectuais, por eles mesmos, e por outros personagens, no caso dos militares, no debate candente das décadas de 1910 e 1920. Além de possibilitar perceber que visões de mundo, que tradições, que leituras de passado e projetos para o futuro, aproximam e/ou afastam tais atores. Afinal, o momento é de imbricação dos campos político e intelectual, algo que pode ser verificado empírica e teoricamente¹⁵⁸. Em outros termos, trata-se de um contexto no qual a politização dos intelectuais pode ser verificada tanto pela trajetória das figuras que serão aqui posteriormente elencadas, quanto pela temática e função que os mesmos atribuem explicitamente às suas obras.

A experiência da crise república liberal-oligarca

Nos anos 10 e 20 do século XX, o Brasil vivia uma situação específica que influenciou fortemente a posição dos seus principais atores políticos -- intelectuais,

¹⁵⁸ O leitor entenda aqui “campo” segundo a definição de Bourdieu. Que, resumidamente implica em um espaço social no qual há disputas para o estabelecimento e controle das fronteiras e das regras que regem este mesmo espaço.

políticos e militares. Após presenciar certa estabilidade política trazida pela “Política dos Estados”, o país foi abalado por uma primeira disputa eleitoral que trouxe sérios questionamentos ao funcionamento oligarca do sistema liberal-democrático, em 1910. Na esfera econômica, havia também relativa calma desde 1903, com a estabilização do papel moeda, a valorização da taxa de câmbio e o equilíbrio no orçamento do governo federal. Todavia, em 1908, o que se presenciou foi uma crise internacional que abalou seriamente os níveis globais do comércio exterior, somada ao agravamento da situação promovida pelos empréstimos externos feitos pelo país; quadro que seria potencializado com a proximidade da Primeira Guerra (BORGES, 2011: 136). Enquanto isso, no aspecto social e cultural, envolvia-se o Brasil numa atmosfera de modernidade, na confiança no progresso e nas ciências, algo que se chocava com uma realidade bastante dura e excludente, dotada de permanências em relação ao período imperial, rejeitadas pelos republicanos. No Rio de Janeiro, centro cultural e político do país, as reformas urbanas de Pereira Passos (1902-1906) chamavam a atenção para as piores heranças deixadas pela escravidão

A maneira informal como a política era tratada, promovendo a exclusão de inúmeros setores e atravancando a almejada racionalização da máquina estatal, começava a incomodar. Trata-se de um debate que se mostrou nas eleições de 1910. Esta que foi primeira eleição na qual a cultura política brasileira foi trazida à tona e discutida numa efetiva disputa entre dois candidatos: o civil Rui Barbosa e o militar Marechal Hermes da Fonseca (BORGES, 2011; CARVALHO, 2003; VISCARDI, 2012). Temas como a representatividade dos governos constituídos, os poderes das oligarquias, o republicanismo, a nação eram amplamente discutidos, envolvendo a participação de civis e militares.

No cenário internacional, a Primeira Guerra Mundial colocava em questão o ideário liberal e suas pretensas qualidades, sobre as quais se articularam os propagandistas republicanos. Constructos político-culturais estabelecidos desde o XVIII eram abalados e se mostravam insuficientes na resposta a novas demandas trazidas pela realidade.

Havia uma contradição a ser resolvida, uma República esperada como chave capaz de abrir o sistema político a novos atores e às desejadas reformas chocava-se com a realidade da institucionalização do poder das oligarquias agrárias e com a fragilidade da política econômica. Não demorou para que os republicanos começassem a perceber a

dissonância entre aquilo que haviam planejado na sua propaganda e aquilo que o regime tinha se tornado.

Entre os intelectuais, havia um sentimento de desencanto em relação às instituições, somado a uma percepção de que seriam os únicos capazes de diagnosticar esse quadro e propor transformações de forma lúcida e técnica (MARTINS, 1987). Afinal, se percebiam em meio a uma nação ainda débil, até mesmo inexistente, sem instrução, destituída de qualquer consciência cívica.

Essas preocupações, ainda na década de 1910 chegavam a outros setores civis e militares. Para alguns desses homens, era hora de repensar o Brasil a partir de sua própria perspectiva, deixando em segundo plano elaborações surgidas em um continente em crise. O momento era de crítica: tanto aos rumos políticos do Brasil, quanto à francofilia e ao bacharelismo da elite intelectual (OLIVEIRA, 1990: 147). Tratou-se de um cenário que contribuiu para a gestação inúmeros grupos e organizações que se articulavam buscando, no primeiro momento, uma leitura sobre o que acontecia e, no segundo, a ação política para a reversão do quadro.

Para ilustrar o que se fala aqui chama-se atenção para a fundação da revista militar *A Defesa Nacional*, em 1913, e para a criação da entidade *Liga de Defesa Nacional*, em 1916. A revista foi fundada por um grupo de oficiais treinados na Alemanha, conhecidos como *jovens turcos*, com o objetivo de discutir aspectos profissionais do Exército; mas adentrava com destreza no campo das discussões políticas¹⁵⁹. Afirmou a historiadora Leila Maria Corrêa Capella que nas páginas do periódico, argumentava-se, de maneira geral, sobre a existência de um país letárgico, que não conseguia adentrar na modernidade, afundando na delinquência moral da má política. A causa disso, para os editores, era ausência de uma mínima organização social que fizesse do país uma nação (CAPELLA, 1985: 79). Advogava-se então que o Exército, estando bem equipado para tal, seria uma entidade nacional capaz de dar a disciplina e o civismo necessários para que aquele corpo amorfo ganhasse uma forma de nação. Temas e conceitos como pátria/patriotismo, nação/nacionalidade, politicagem/política e república/republicanismo tinham grande importância nessas reflexões.

¹⁵⁹ *Jovens turcos* era um termo pejorativo dado ao grupo de militares reformistas que fizeram estágio no Exército alemão e que havia retornado ao Brasil em 1910. Para o oficial Bertoldo Klinger, um dos fundadores da revista, o termo soava como elogio, uma vez que os militares turcos, também treinados pelos alemães, haviam promovido reformas importantes no Exército do Império Otomano. (CAPELLA, 1985, p.53).

O major José de Assis Brasil, embora não contribuísse para a revista, sintetizou bem uma explicação geral que este periódico dava para as questões vividas pelo país. Para eles, o problema estava no idealismo que orientou a construção do Estado republicano:

Proclamada a República, em pequeno espaço de tempo foram decretadas todas as liberdades, tanto teóricas como práticas, tanto objetivas como subjetivas; quase em um só dia foram lançadas as bases de todas as reformas sociais, esboçadas pela Revolução Francesa [...]; quando foi preciso fazer efetivamente a república é que a *exequidade do problema apresentou-se a todos os legisladores e até mesmo aos mais eminentes propagandistas e doutrinadores como o verdadeiro caráter do desconhecido, ignorado.* (BRASIL apud CAPELLA, 1985: 79, grifo nosso).

Quanto à *Liga de Defesa Nacional*, cujo nome fez menção proposital ao da revista, foi idealizada por Pedro Lessa e Milguel Calmon, tendo grande destaque nela a atuação de Olavo Bilac, de militares e de vários outros elementos de peso da elite civil brasileira. Sua criação foi um desdobramento da campanha pelo serviço militar obrigatório empunhada pelos *jovens turcos* na mencionada revista. Algo que representaria uma aproximação de civis e militares em torno dos planos de “defesa nacional” (CAPELLA, 1985: 232).

Para Sérgio Lamarão (LAMARÃO, 2010), a movimentação em nome do serviço militar obrigatório fazia parte de um quadro nacionalista ainda maior, centrado no patriotismo e no culto às tradições brasileiras. O que teria inspirado também a fundação da Liga Nacionalista de São Paulo em dezembro de 1916.

Essa liga paulista é outro exemplo importante. A formação da entidade teve início a partir de um discurso de Olavo Bilac em torno da defesa dos “interesses nacionais”, ainda em 1915 (STEMY, 2010: 2-3). Formada por acadêmicos da faculdade de Direito e contando com a ajuda de professores de outras áreas como engenharia e medicina, esta adiantava uma série de temas questionados pelo Tenentismo e pelos antiliberais na próxima década: como a defesa uma educação cívica para o povo brasileiro; a bandeira da necessidade de técnicos para avaliar e solucionar os problemas nacionais; bem como a defesa do estabelecimento do voto secreto. A liga foi fechada em 1924, após colaborar com a revolta tenentista do 5 de julho em São Paulo.¹⁶⁰

¹⁶⁰ A escolha destes três exemplos se deu por três motivos. Primeiro, pelas relações diretas ou indiretas que acabaram estabelecendo entre militares e civis. Segundo, pelo volume de informações que tivemos contato

Nos anos vinte, as leituras do quadro político brasileiro se multiplicaram e caminharam cada vez mais na direção de um pessimismo em relação ao que o regime tinha se tornado. Ficava claro tanto para intelectuais quanto para militares que era necessário “republicanizar a república”, o que só ocorreria pela “organização nacional”, segundo o pensamento geral.

O cientista político Luciano Martins (1983) afirmou que se viveu nessa década o processo de crise da república que culminaria no levante armado de 1930. Segundo sua afirmação, as causas eram essencialmente políticas. Estas corresponderam à incapacidade do sistema oligárquico em assegurar as representações dos estados coadjuvantes no processo político, bem como de atender às demandas das novas elites urbanas e dos militares, que dentre outras coisas, reclamavam o monopólio da violência, frente às milícias estaduais.

Foi dentro desse contexto amplo que ocorreu a disputa eleitoral de 1922 para a sucessão de Epitácio Pessoa, na qual concorreram Artur Bernardes, o candidato das oligarquias centrais, com Nilo Peçanha e J.J. Seabra, estes com o apoio de oligarquias dissidentes e dos militares -- que se restringiu mais tarde à jovem oficialidade, que compôs o movimento tenentista. Este momento, conhecido como *Reação Republicana*, foi também marcado pelo debate e exposição das mazelas do sistema político brasileiro no espaço público, como as fraudes eleitorais e a pouca representatividade dos estados menos poderosos. Militares e civis se articulavam novamente a fim de eleger o seu candidato, desta vez um civil, na segunda efetiva disputa eleitoral no Brasil republicano¹⁶¹. Tratou-se de um momento coberto pela agitação de comícios, *meetings* e debates na imprensa. Anita Prestes (1993) afirmou ser esta ocasião, de uma mobilização política sem precedentes, o berço do movimento tenentista que se gestava anos antes.

até então. Sabe-se de outras organizações muito parecidas como a *Propaganda Nativista, de 1919, e a Ação Social Nacionalista, de 1920*, porém foram poucas as informações que se viu a respeito. Terceiro, pela escolha em não extrapolar aos objetivos propostos nesse artigo.

¹⁶¹ Anita Prestes afirmou que nestas eleições havia surgido um novo tipo de organização espontânea, os comitês eleitorais. Estes combinavam militares e civis dispostos a apoiar a Reação Republicana (PRESTES, 1993: 60). Todavia, Vera Lúcia B. Borges, estudando a também disputada eleição de 1910, percebeu nos jornais notícias sobre a formação de juntas com o mesmo objetivo (BORGES, 2011: 173). Em uma consulta rápida a um desses jornais, o *Jornal do Brasil* de 26 de jul. de 1909 (ano que começou a campanha), pode-se perceber que um dentre outros integrantes da Junta Central pró-Hermes da capital federal era um militar, o capitão Eurico Teixeira como secretário interino. O que, se não confirma, pelo menos sugere, uma atuação conjunta, anterior à década de 20, de civis e militares.

À essa eleição movimentada, seguiu-se a vitória de Artur Bernardes e as diversas ações do movimento tenentista que ressoaram em todo o Brasil, dentre as principais: Os dezoito do Forte, em 1922; o Segundo 5 de Julho em São Paulo, em 1924; A Coluna Prestes, de 1925 a 1927 e a Revolução de 1930 -- que contou com a participação de alguns “tenentes”¹⁶².

O clima que se gestou nos anos 10 e se agravou nos anos 20 inspirou boa parte da produção dos intelectuais do período. A busca por uma análise acurada da realidade brasileira com o objetivo de entender os problemas do país e propor soluções agrupou de alguma forma esses sujeitos sob uma experiência compartilhada. Como lembrou Marly Silva da Motta, no seminário sobre os 70 anos da Coluna Prestes, a intelectualidade convergia no entendimento de que era um momento chave para a discussão de tais questões, de articular presente/passado/futuro, afim de construir modelos para uma nação moderna (MOTTA, 1994: 3). O que, ao fim e ao cabo, significa repensar a cultura política brasileira. Disse a historiadora:

O grande desafio era, sem dúvida, romper com o passado recente, encarnado, por um lado, numa **Belle Époque** falida após a I Guerra; e, por outro, numa República que se revelou bem distante dos sonhos dos primeiros republicanos. Ou seja, de qualquer maneira era preciso buscar novos parâmetros para definir uma nação moderna, já que o modelo até então consagrado parecia esgotado (MOTTA, 1994: 4).

A fala de Mário de Andrade em 1932 tentou mostrar que esse cenário atingia, inclusive os artistas de sua época, o que era, na sua visão uma imposição, uma “ordem do dia”, que acabava por sufocá-los em sua criatividade. O fragmento dá uma ideia do peso do político nesse momento entre os letrados:

O fenômeno realmente importante e decisivo de nosso realismo foi a fixação consistente do conceito de *intelectual*... Nós hoje nos debatemos sofridamente ante os problemas do homem e da sociedade, com uma

¹⁶² Apesar de a década de 20 se inaugurar sob a presidência de Epitácio Pessoa e posteriormente de Artur Bernardes, que governaram ambos com mãos de ferro, a instabilidade política não deixava de permitir que aparecessem outros atores, entidades e movimentos que expressassem sua oposição ou angústia em relação ao momento vivido. Só em 1922, por exemplo, observou-se a criação do Partido Comunista Brasileiro, representando uma busca a outras diretrizes além do anarco-sindicalismo, pelos intelectuais progressistas e pelos trabalhadores urbanos. A Semana de Arte Moderna, que extrapolou a esfera cultural pela contestação dos padrões culturais, refundando as formas de ver e representar o Brasil e sua identidade. E, por último o Centro Dom Vital, que correspondia a uma articulação da Igreja Católica a fim de arrefecer os ânimos -- temendo convulsões sociais tinha na apologia à ordem uma questão central (PRESTES, 1990: 70).

consciência, com um desejo de solucionar, de conquistar finalidade, com um desespero pela posição de fora-da-lei inerente ao intelectual de verdade, que jamais os artistas do passado brasileiro não tiveram. (ANDRADE apud LAHUERTA, 1997: 97).

Obviamente, não havia uma visão homogênea em relação aos diagnósticos das dificuldades do país em modernizar suas instituições e sua sociedade, muito menos no que se refere às soluções propostas. O que ligava os sujeitos engajados na política nesse tempo era o esforço coletivo em repensar o Brasil e isso ocorreu de diversas formas. Geralmente, a bibliografia referente ao período separa políticos e intelectuais em duas frentes de pensamento e leituras que fazem sobre o país: liberais e autoritários (FORJAZ, 1988; LAMOUNIER, 1978; PRESTES, 1990).

“Autoritários” ou “realistas”?

Como já explicitado ao longo do texto, interessa para o projeto a investigação dessa intelectualidade “autoritária” ou “antiliberal” e eventuais relações de suas percepções de mundo com aquelas apresentadas pelos militares sediciosos. Essa “tradição de pensamento político”, como apontou o cientista político Bolívar Lamounier em texto clássico sobre o assunto, surgiu tendo em vista a ação política e se configurou na obra de seus representantes mais notáveis, sendo eles Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos (LAMOUNIER, 1978: 345). O objetivo de persuadir as elites políticas e culturais é explícito na estrutura narrativa dos ensaios histórico-sociológicos que serão objetos dessa investigação, como já se observa nas primeiras análises. Sob o clima de agitação exaustivamente debatido aqui, dizia Alberto Torres na obra *A organização nacional*, de 1914:

[...] dedico este apelo [o conteúdo do livro] aos meus patrícios, em prol da reorganização da nossa vida política e social, sob inspiração das nossas tradições de honra e de bom senso, e com os progressos sólidos de humanos próprios de nossa índole (TORRES, 2002: 5).

Esses autores, já anunciava Lamounier em 1978, buscavam legitimar suas afirmações e seus projetos a partir da apresentação histórico-sociológica que faziam do passado. O que

está em consonância com o peso que o argumento científico tinha naquela época entre a elite intelectual.

Não cabe aqui neste texto, cujo objetivo é apenas esclarecer sobre os recortes teórico-metodológicos, estender observações sobre o conteúdo das discussões apresentadas tanto por liberais quanto por autoritários. Mas alguns esclarecimentos são necessários para duas últimas advertências que visam fechar este texto.

Primeiramente, o citado texto de Bolívar Lamounier é um clássico, quando se fala em pensamento autoritário, citado por muitos autores que analisam o período de crise da Primeira República. Seu mérito está em chamar atenção para o que esses intelectuais diziam, no momento em que suas ideias eram desqualificadas *a priori* por trabalhos preocupados em identificar as bases sociais de produção das mesmas. Tentando identificar neles uma consciência pré-determinada, o diagnóstico, em geral, caminhava para uma desqualificação e para um apontamento da incipiência dos autores.

O problema, contudo, para este projeto, está na formulação do conceito de “autoritário”, este atrelado a outro de “Ideologia de Estado”, que corresponde às ideias divulgadas pelos críticos em suas obras e à prática institucional adotada inspirada neles no pós-30. Trata-se de uma percepção que em certa medida não é compatível com aquilo que se quer captar nos anos 10 e 20: as diferentes culturas políticas em debate e em construção. Isso porque esta pesquisa não trabalha com a descrição de projeto político fechado, com uma ideia que se formou e corporificou no Estado. O que se objetiva é atentar para o debate, para os valores, as tradições, as visões de passado/presente/futuro, que são questionadas e postas em questão no momento de uma disputa candente pelos destinos da República brasileira.

Nesse sentido acha-se por bem trabalhar com a noção proposta pela cientista política Cristina Buarque de Hollanda (2009). Estudando o debate sobre “representação” política nos 40 anos da Primeira República, a autora identificou o mesmo quadro de insatisfação generalizada entre os republicanos apresentado aqui. Dentre posicionamentos que convergiam e divergiam, pontuou um edificado e reforçado por Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. A estes ela chamou de “realistas”. Foram segundo ela, os “locutores das mais graves expressões do desencanto com a República” (HOLLANDA, 2009: 133).

Essencialmente a autora percebeu três eixos de pensamento que ligavam esses intelectuais citados acima -- isso dentro de uma análise que os inseria no contexto de debate e/ou enfrentamento com outros grupos de descontentes com a república: os liberais e os positivistas. O primeiro é o diagnóstico da ausência de uma nação, de um povo organizado -- o que era compartilhado com liberais e positivistas. O segundo era a crítica aberta a um artificialismo das instituições liberais, que para esses autores, seria responsável pela incapacidade do Estado brasileiro organizar a sociedade amorfa existente. Terceiro era a centralidade atribuída à necessidade de uma atuação verticalizada do aparelho Estatal na construção de um povo republicano (HOLLANDA, 2009). Essa formulação permite que se desenvolva um estudo mais atrelado aos debates políticos da época e que se leve em conta a relação com outros grupos como os liberais e os positivistas.

A partir dessa visão oferecida por Hollanda, achou-se por bem privilegiar, a partir de agora, o termo “realistas” em relação a “autoritário” ou “antiliberal”. Uma escolha reforçada pela também presente necessidade de diferenciá-los dos positivistas, porque de forma parecida, estes se posicionavam igualmente contrários a algumas das perspectivas liberais. Segundo diz a autora e outros como o próprio Lamounier (1978), Oliveira Vianna, Alberto Torres e Azevedo Amaral beberam nas fontes do positivismo, porém divergiam em aspectos importantes. A título de exemplo, enquanto os positivistas advogavam pela transformação do país em nome da inserção do Brasil em uma evolução conjunta da humanidade, os realistas só se preocupavam em voltar os olhos para a realidade nacional, para resolver os problemas que eram próprios do Brasil.

A última observação refere-se a uma justificativa da escolha de centralizar o estudo em intelectuais específicos. Escolheu-se privilegiar os trabalhos de Alberto Torres e Oliveira Vianna, com um espaço menor para Azevedo Amaral. O que é algo relativamente simples, explicado pelo volume da produção dos dois primeiros autores durante o período que abrange essa pesquisa e o impacto que elas tiveram nesse momento. Torres, lançou seus livros nos anos 10, tendo uma absorção maior nos anos 20; sendo lido inclusive por Oliveira Vianna, o qual produziu durante todos os anos 20 diversos livros.

Para se ter uma ideia, em 1924, no prefácio da coletânea *À margem da história da República*, o organizador Vicente Licínio Cardoso dizia que os colaboradores da obra, inspirados “pelo grande Alberto Torres”, estavam cientes da gravidade do momento e se

mobilizavam ali para promover uma reação frente ao cenário conturbado vivido pelo país, propondo soluções. Este livro seria então o preâmbulo de uma obra maior, exigido pelo ambiente de um país que ainda carecia de nacionalidade (CARDOSO, 1990: 12-14). Sob este intuito, compartilhando um “ascendente espiritual comum”, ainda nas palavras de seu organizador, neste livro reuniram-se intelectuais de grande nome nesta e na próxima década como o próprio Oliveira Vianna, Gilberto Amado, Tristão de Athayde e Pontes de Miranda. Diferente de Azevedo Amaral, que publicou seu primeiro somente em 1930, tendo se tornado mais atuante durante os anos 30. Valendo o mesmo para Francisco Campos, que apesar de já ter produzido em décadas anteriores, ganhou importância no cenário político tão somente no pós-30 (SANTOS, 2007).

Bibliografia

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de Aço no Tecido Social: A Revista “A defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório**. Niterói: 1985. Dissertação em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. **Revista USP**. São Paulo, n.59, p.96-115, set./nov.2003.

FORJAZ, Maria Cecília Sipna. **Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Modos da representação política: o experimento da Primeira República Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Peres da (org). **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. Editora Unesp, 1997.

LAMARÃO, Sérgio. Liga da Defesa Nacional (LDN). In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro: CPODC/FGV, 2010. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20\(LDN\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20(LDN).pdf)> . Acesso em jan. 2013.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil: 1920 a 1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 2, n. 4. fev. 1987.

_____. A Revolução de 1930 e seu significado político. In: **A Revolução de 30**: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Setembro de 1980. Brasília: Ed. UNB, 1983.

MOTTA, Marly Silva. **1922**: em busca da cabeça do Brasil moderno. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994. Disponível em : <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4133>>. Acesso em ago. 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRESTES, Anita Leocádia. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Os militares e a Reação Republicana**: as origens do Tenentismo. Petrópolis, Vozes, 1993.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Francisco Campos: um ideólogo para o Estado Novo. **Locus**: revista de história. Juiz de Fora, v. 13, n.2, .31-48, 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da História Intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas-SP: Papirus, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

STEMY, Adrianna. Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP). In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Rio de Janeiro: CPODC/FGV, 2010. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20\(LDN\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20(LDN).pdf)> . Acesso em jan. 2013.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das Oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Fontes

CANDIDATURAS Presidenciaes. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 de jul. de 1909, p.5.

CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da História da República**. 3ª ed. Recife: Editora Massangana, 1990. (Primeira edição de 1924).

TORRES, Alberto. **A organização Nacional**. [S.l.]: eBooksBrasil.com, 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresc.html>>. Acesso em jan. 2012. (Primeira edição em 1914).

A batalha da praça da sé: o Brasil em verde e vermelho

Vinícius da Silva Ramos¹⁶³

Resumo: este trabalho tem por objetivo discutir as possibilidades de diferentes formas de transmissão de um mesmo acontecimento, dependendo do interesse de cada periódico, e do que cada público alvo espera ler.

Referimo-nos à chamada “Batalha da Praça da Sé”, o confronto entre integralistas e membros da Frente Única Antifascista em São Paulo e de que forma ela foi tratada por *O Globo*, *Correio da Manhã* e *A Pátria*. As partes dos jornais utilizadas foram as páginas policiais que fizeram alguma menção ao fato, principalmente no dia 9 de outubro de 1934; afinal a circulação de jornais às segundas-feiras -8 de outubro- era rara na época.

Como um fato pode ser tratado de forma tão diversa? Como as acusações sobre a autoria de um crime podem variar tanto? Como os fatos parecem distorcidos a cada página que se adentra dos diferentes jornais? Este trabalho busca compreender melhor esse fenômeno e desnudá-lo como possível nos limites desta pesquisa.

Palavras-chave: mídia, integralismo, comunismo.

O período entre as duas Guerras Mundiais (1918-1938) é ímpar na História, pela possibilidade de ascensão de regimes nacionalistas e autoritários em boa parte da Europa. Essa possibilidade deu-se principalmente pela dúvida na fiabilidade das democracias liberais, cujos maiores exemplos eram EUA e Inglaterra, que com a crise de superprodução de 1929 viram-se seriamente abalados em sua economia. Esses efeitos também se fizeram sentir no Brasil.

O golpe de 1930 e a instabilidade do jovem governo de Vargas abriram espaço para grupos radicais buscarem maior acesso ao poder e talvez a própria conquista total dele. Esse fenômeno se deu tanto pela esquerda, com a Aliança Nacional Libertadora, quanto com a direita, com a Ação Integralista Brasileira.

¹⁶³ Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A abertura da possibilidade de tomada do poder por esses grupos não se deu por si só. Uma série de condicionantes históricas permitiu isso, como explica Héglio Trindade em “Nazi-fascismo na América Latina” (Trindade, 2004). Condicionantes como a decadência cafeeira e a expansão industrial, que levaram a uma diversificação dos estratos sociais e uma expansão das camadas médias e operárias, sendo terreno fértil para a tentativa de conquista de militantes para ambos os lados.

Outro elemento fundamental para essa cisão na elite governamental é destacada no livro organizado por Aspásia Camargo, “O golpe silencioso”: a promulgação da constituição de 1934 (Camargo, 1989). A constituição era de cunho liberal e não havia agradado a ninguém. Direita e esquerda, classes alta e baixa, não havia quem visse como possível fazer valer uma carta magna liberal numa época em que o liberalismo estava sob pressão em todo o mundo. Assim, as ideias revolucionárias chamavam para si a responsabilidade da renovação do modelo que estava ruindo. Com a subida ao poder em 1930, de um grupo revolucionário tão heterogêneo não era de se espantar que a constituição não agradasse a todos, nem mesmo aos paulistas, que foram seus principais defensores, chegando ao ponto de promover a revolta constitucionalista de 1932. Assim, o próprio Vargas mostrou-se propenso a revisar a constituição quando viu o poder das oligarquias sendo pouco ameaçado.

No Brasil, assim como na Europa, esses dois movimentos travavam um conflito ideológico constante, em que um buscava a implantação de um regime socialista, o outro tinha como espelho os regimes totalitários da Alemanha e da Itália. Porém, esses conflitos não estiveram apenas no campo das ideias. Muitas vezes a violência chegou às vias de fato, com confrontos públicos e muitas vezes armados.

Um destes conflitos ficou marcado pela violência e pela repercussão que teve na imprensa da época: o de 7 de outubro de 1934, chamado pelos integralistas, de “Batalha da Praça da Sé, e pelos participantes da Frente Única Antifascista, que reunia alguns grupos de esquerda (Castro, 1999), de “Revoada dos galinhas verdes”. Ocorrido em São Paulo, durante a comemoração do segundo aniversário de lançamento do manifesto integralista, foi sem dúvida o episódio mais chamativo e controverso do período no qual as organizações se digladiaram. Estudar mais profundamente seus desdobramentos e repercussão através de alguns órgãos da imprensa é a intenção do trabalho.

O Globo

O Globo, coerente com sua linha editorial, trata do episódio como de inteira responsabilidade dos comunistas e da polícia, pois, segundo o jornal, havia sido autorizado um comício da Frente Única no mesmo dia e local do juramento à bandeira dos integralistas.

Em correspondências telegráficas que enviamos ontem, e que foi publicada pelo GLOBO em sua 3ª edição, dizíamos que São Paulo estava na perspectiva de um choque entre os integralistas e comunistas.

Infelizmente as ocorrências de hoje demonstram que as nossas previsões eram bem fundadas. Aliás não era necessário ser nenhum profeta pra prever que anunciados os dois comícios de hoje, à mesma hora e no mesmo local, comunistas e integralistas, deles fatalmente teria que resultar graves ocorrências que infelizmente se verificaram.

Acentuávamos ainda, no referido despacho telegráfico, que até àquela hora se ignoravam por completo as providências que teria tomado a polícia. Depois da ocorrência em Bauru em que perdeu a vida um pobre operário integralista das oficiais (sic) da E. de F. Noroeste do Brasil, à polícia incumbia tomar as mais radicais medidas para evitar sua repetição. (*O Globo*, 08/10/1934, página 1)

E, embora a polícia houvesse distribuído nota oficial negando a veracidade da informação de que dois comícios haviam sido marcados, o jornal parece ignorar. Essa atitude da polícia, aliás, muito mais condizente com as práticas que vinham sendo adotadas a muito tempo, de repressão intensa dos comunistas e conivência com a violência dos integralistas.

Prosseguindo em sua franca tolerância, *O Globo* dá toda a cobertura da chegada da milícia integralista ao Rio de Janeiro no dia seguinte do evento.

“A chegada dos integralistas do Rio”

Às 11 horas, deu entrada na estação do Norte um trem especial, vindo do Rio de Janeiro conduzindo integralistas que da capital Federal vinham representar as respectivas milícias na parada de hoje.

A estação do Norte estava repleta de partidários do Sr. Plínio Salgado, ali também comparecendo o chefe nacional do integralismo no país, e o Sr. Gustavo Barroso, que hoje comandaria o desfile projetado. Muito entusiasmo, “Anauês”, braços estendidos, etc. Com esses integralistas cariocas e fluminenses, vieram também alguns legionários das cidades paulistas servidas pela E. de F. Central do Brasil. (*O Globo*, 08/10/1934, página 01)

O jornal põe em suas páginas o passo a passo dos correligionários de Plínio Salgado, dando legitimidade e ainda colaborando para a divulgação de sua organização, provavelmente pelo temor do avanço das organizações de esquerda que o integralismo tinha como principais adversários (Caldeira, 1999).

Ainda de acordo com essa linha de apoio, podemos verificar outras partes do jornal que foi veiculado logo no dia seguinte aos fatos, em que é feita a divulgação das práticas militaristas que a AIB possuía, assim tendo a oportunidade de angariar mais simpatizantes que comungassem de uma prática política pautada na força das armas. A descrição que é feita, assemelha-se bastante com qualquer desfile militar, embora a própria Constituição proibisse qualquer organização paramilitar de manter efetivos armados.

Ostentando todos camisas verdes, formados a quatro de fundo, em passo cadenciado ao som de tambores e clarins ofereciam os integralistas avaliados em 8.000 um surpreendente espetáculo de disciplina. É de justiça consignar que aqueles rapazes ao marcharem para o largo da Sé, não davam mostras de que sobre eles pairava uma grande ameaça. (*O Globo*, 08/10/1934, página 1)

Ao observarmos atentamente a transcrição acima, detendo-nos mais friamente na última frase, não escapará a propaganda que se faz da coragem dos jovens integralistas, mesmo sabendo que serão alvo de ataques.

Mais ou menos às 15 e meia horas chegava ao largo a vanguarda dos integralistas, executando a banda de música uma marcha guerreira. Terminada esta, de um dos palacetes do largo parte a primeira rajada de metralhadoras. De outras sacadas partem tiros de fuzil. Indescritível a situação de pânico em que ficou a extensa praça, que abrigava milhares de pessoas. Todos gritaram e corriam. Os integralistas desarmados, ficaram na impossibilidade de defender-se. Mais rajadas de metralhadora. A polícia então toma o ahuitre (sic) de também atirar para as sacadas de onde partem os estampidos. Senhoras desmaiavam. Há correria para todos os lados. (*O Globo*, 08/10/1934, página 1)

A banda executava uma marcha guerreira, ou seja, para os integralistas, o que se iniciava era uma batalha campal, de onde apenas um vencedor poderia sair.

“Chegou reforço”

Ouvidos os tiros, o delegado de plantão da Polícia Central toma providências para enviar ao local os primeiros socorros. Os caminhões que chegam continuamente despejam soldados armados

de fuzis-metralhadoras, que tomam posições nas imediações da praça. (*O Globo*, 08/10/1934, página 1)

Supor que os membros das esquerdas coligadas teriam o mesmo armamento que a tropa de choque da polícia não está de acordo com a baixa adesão que os movimentos comunistas tinham nessa época. A princípio, a questão se a simpatia de *O Globo* é apenas por força da união contra um inimigo comum, os comunistas, ou por pura simpatia à AIB não é possível de ser respondida nos limites desta pesquisa.

A coragem dos milicianos integralistas é exaltada sempre que possível por *O Globo*. O desprendimento da vida e o amor incondicional à causa da revolução integralista são valorizados a todo o momento:

“Uma miliciana destemerosa”

No momento em que tombou o inspetor Ernani Dias, ao seu lado, uma moça uniformizada de integralista, empunhando a bandeira do seu partido, não retrocedeu, continuando animosa e dando vivas ao integralismo. (*O Globo*, 08/10/1934, página 3)

Mesmo vendo cair morto um homem ao seu lado, a valente miliciana permanece empunhando o símbolo máximo de seu partido. Coragem incomum. Este fato não foi narrado por nenhum outro veículo de imprensa consultado. Ou seja, a guerra midiática que *O Globo* dissemina pende para o lado dos integralistas, o que por sinal é muito condizente com seu público alvo, também principal camada atingida pelo discurso da AIB, a classe média (Trindade, 1979).

O jornal não abre espaço para muitas entrevistas em suas páginas, limitando-se a apenas transcrever as notas oficiais de algumas autoridades. Porém, entre essas poucas entrevistas, as únicas que se encontram em sua edição são da direção da AIB, ou como o jornal chama, “Estado Maior Integralista”.

“O Sr. Plínio Salgado fala ao Globo”

O Sr. Plínio Salgado, chefe do integralismo teve ocasião de falar ao Globo, hoje pela manhã. Disse-nos o Sr. Plínio Salgado que já esperava o espetáculo degradante que ofereceu ontem a todo o país, a polícia de São Paulo. Disse mais, que esses acontecimentos revoltantes marcaram tragicamente o desfile tentado pelos integralistas.

O Globo, acentua o Sr. Plínio Salgado, com o desassombro de sempre, em sua 3ª edição de sábado previa os acontecimentos sangrentos estranhando a falta de procedências repressivas da polícia. diz que o Sr.

Saldanha da Gama, delegado da Ordem Política, achava-se a par dos acontecimentos e poderia ter previsto como todo mundo previa, a mortandade desumana do largo da Sé. Acentua o fato de ter essa autoridade impedido o desfile integralista quando ouviu os primeiros tiros.

Termina dizendo que dentro de alguns dias denunciará ao país quais foram os mentores do grave conflito. (*O Globo*, 08/10/1934, página 03)

O jornal recebe seu apoio e simpatia ao dizer que “com o desassombro de sempre, em sua 3ª edição de sábado previa os acontecimentos sangrentos estranhando a falta de procedências repressivas da polícia”.

O Estado Maior Integralista tem franqueada sua participação em *O Globo*, como pode se ver na entrevista dada por Gustavo Barroso na chegada ao Rio de Janeiro após o conflito do dia 7 de outubro.

Pedimos uma opinião sobre o conflito de São Paulo, respondendo-nos textualmente o Sr. Gustavo Barroso:

- Foi uma covardia inominável, que espalha bem os meios de ação dos comunistas. Mal chegávamos ao local do comércio, um tiroteio cerrado partiu do alto das casas que circundavam a praça, estabelecendo um pânico justificável.

- Houve atropelo?

- Não. Contrariou o literato patricio. O único foi só entre o povo. Os integralistas continuaram firmes onde estavam. E aqueles que tinham armas deitaram-se, respondendo ao fogo dos comunistas. E entusiasmado:

- Foi uma epopeia grandiosa, onde mais uma vez os integralistas deram provas de coragem e de fervor.

E conta fatos e cita episódios, terminando por afirmar novamente!

- São todos uns covardes! E como vê, eu viajo sozinho, sem medo algum. Se quiserem me assassinem pelas costas.

E levantando o braço, gritou entusiasticamente:

- Eu sou homem pra dez! (*O Globo*, 09/10/1934, página 1)

Correio da Manhã

O *Correio da Manhã* não parece ter dado a mesma importância que os outros jornais deram ao ocorrido, afinal sua cobertura se resume a uma reportagem no dia 9 de outubro e uma entrevista com o deputado Moraes Andrade no dia 10 de outubro.

Entre o que se pode destacar das reportagens do jornal estão trechos como:

Repercutiram profundamente na capital os graves acontecimentos desenrolados ontem em São Paulo, por ocasião de uma demonstração dos integralistas. Parece apurado terem sido causadores das lamentáveis ocorrências os extremistas, que dias antes em Bauru foram autores de um conflito do mesmo gênero, quando àqueles levavam a efeito uma manifestação, registrando-se então uma morte. Na capital do Estado as mortes foram várias e numerosos feridos, havendo sido o centro urbano da cidade preso de pânico, pois até metralhadoras entraram em ação. (*Correio da Manhã*, 9/10/1934, página 01)

Este trecho deixa clara a dimensão que o conflito tomou, e também o quanto o periódico fez questão de demonstrá-la. A presença de metralhadoras no tiroteio por parte das autoridades traça a gravidade do conflito, e transparece também a forma como o periódico tratou o mesmo. O jornal já explicita quem seriam os responsáveis pela confusão, lembrando aos leitores um outro ocorrido em que ocorreu a morte de uma pessoa. O periódico está completamente em consonância com o “pacto” que faz com seus leitores, ou seja, leva toda a responsabilidade do conflito para os “extremistas”, como são chamados os membros da FUA. Esta atitude continua quando o jornal cita a presença de mulheres e crianças no evento, mais uma vez, como todos os outros jornais voltados para a classe média. Este tipo de informação é deveras importante para a construção e manutenção da ideia do comunismo como o inimigo das famílias, aquele que poderia ameaçar as classes dominantes, que neste caso eram as consumidoras do periódico.

Analisemos agora as declarações do deputado Moraes Andrade:

INTEGRALISMO E POLÍTICA – DECLARAÇÕES DO DEPUTADO PAULISTA MORAES ANDRADE

O deputado Moraes Andrade fez-nos, ontem, as seguintes declarações sobre o conflito do último domingo em São Paulo sobre a atuação política daquele estado.

O conflito feriu-se entre integralistas e comunistas, principiou, restringindo-se exclusivamente aos partidários de uns e outros.

A polícia procurou evitar o choque, mas foi surpreendida pela tática adotada pelos comunistas até hoje não empregada em São Paulo: atiraram nos adversários do alto dos prédios marginais ao local da luta.

A polícia entrou logo em ação, deflagrado que foi o motim, o que explica o número elevado de feridos entre os agentes e os soldados empregados na repressão do encontro sangrento, sendo mortos dois agentes e havendo outros gravemente feridos.

As consequências do conflito entretanto, não atingiram de modo algum a ordem geral do estado, que continua perfeitamente garantida.

E o senhor Moraes Andrade continua: compareci hoje à Câmara, para havendo oportunidade, retificar a afirmação precipitada do deputado Sucupira, que disse ter a polícia de São Paulo auxiliado os comunistas no assalto ao grupo integralista, coisa que absolutamente não se deu nem poderia dar, conhecido como é, o empenho que a polícia de São Paulo tem no reprimir de quaisquer desordens, partam de onde partirem, mantendo a todo custo o sossego público.

O senhor Sucupira foi certamente mal informado, por algum talvez apaixonado, talvez mal apercebido para a boa observação dos fatos como se passaram – o que aliás é natural, dado o profundo abalo que o ataque produziu na tropa integralista.

A culpa do que houve deve ser atribuída em grande parte aos próprios integralistas, que vivem a ameaçar céus e terras apregoando o método político da força, afirmando que logo que possam tomarão conta do poder à força e à força modificarão o regime em que vivemos.

Relativamente ao comunismo, é vulgar ouvir em suas moças integralistas, que o melhor meio de acabar com ele é empregar a força, dissolvendo lhes as organizações, expulsando uns e prendendo outros de seus adeptos.

“Quem semeia ventos colhe tempestade” – é de sabedoria popular disse, sorrindo, o deputado paulista. (*Correio da Manhã*, 10/10/1934, página 6)

O deputado logo defende a polícia de São Paulo, atacada pelo deputado Sucupira, que acusa as autoridades de auxiliar os comunistas na ação contra os integralistas. Apesar da capacidade de reação da polícia ter sido colocada em cheque pelos jornais, além de sua organização, Moraes Andrade deixa claro que a polícia havia feito o que pôde para evitar

maiores problemas com o conflito, e que o deputado Sucupira estaria informado por algum integralista sobre os episódios.

Porém o mais interessante na fala do deputado é o fato de dividir a culpa pelo episódio entre os dois grupos envolvidos, fato inédito entre os jornais pesquisados. Dessa forma é interessante observar não só a fala do deputado, mas o fato do jornal ter aberto espaço para a publicação de entrevista tão controversa. Opinião não explicitada por nenhum jornal que atenda aos interesses das classes privilegiadas.

A Pátria

A Pátria é um periódico completamente diverso. Identificado com as lutas das classes trabalhadoras, é panfletário e tenta fazer um contraponto aos jornais de maior circulação da cidade. Traz a responsabilidade de fazer a descrição dos verdadeiros fatos ocorridos na Praça da Sé.

VAIADOS PELO POVO PAULISTA, OS INTEGRALISTAS PROVOCARAM SANGRENTO CONFLITO!

A VERSÃO EXATA DOS ACONTECIMENTOS DO DOMINGO ÚLTIMO EM SÃO PAULO – O NÚMERO DE MORTOS E FERIDOS – REPORTAGEM DE “A PÁTRIA” FEITA NO LOCAL DAS OCORRÊNCIAS.

São Paulo,⁸ – Já está conhecida a versão verdadeira do grande conflito de ontem provocado pelos integralistas quando receberam ruidosa vaia do povo desta capital por ocasião de sua parada na Praça da Sé.

Os plinistas, ao terminarem o canto hino nacional foram ruidosamente vaiados pelo povo que estacionava no Largo da Sé originando-se então ligeiro conflito sendo esbofeteados vários integralistas.

Cerca de 400 homens do primeiro, segundo e sexto Batalhão da Força Pública que policiavam o local intervieram disparando suas armas para o ar a fim de amedrontar os turbulentos.

Nessa ocasião um integralista em disparada fugindo com um pavilhão foi de encontro a uma metralhadora que estava na esquina do largo com a rua de Santa Tereza conduzida por guardas civis e que estava com o pente de balas na agulha.

Em consequência do esbarro a arma veio a disparar saindo toda a descarga ferindo três homens daquela corporação, falecendo incotinente, o codinome Nogueira Cobra.

Após outros disparos a polícia conseguiu esvaziar o largo.

De súbito surgiu a polícia de choque do “seu Plínio” cantando o hino nacional em marcha para o centro do largo.

O povo que estava aglomerado nas imediações vaiou novamente os “azeitonas” dando gritos de “morra o integralismo! “Abaixo o fascismo!”, etc. (*A Pátria*, 09/10/1934, página 1)

Na reportagem, difere bastante a descrição dos eventos, que teriam sido provocados pelo fato de populares terem vaiado a demonstração dos integralistas. Porém, para os limites desta pesquisa não é interesse saber de quem partiram as vaias e se elas houveram, mas analisar o pacto que cada jornal tinha com seus leitores e observar que suas descrições se tornam condizentes com seu público alvo, no caso de *A Pátria*, a classe operária. Prosseguindo na reportagem, o jornal informa que o início do tiroteio se dá com a fuga de um integralista que vai de encontro a uma metralhadora da Guarda Civil. Com efeito, não interessa muito ao jornal identificar quem havia esbarrado na arma, mas sim mostrar o medo que o integralista estava da reação popular. O jornal funciona assim, como um instrumento de divulgação dos atos da FUA e de depreciação do integralismo. Esta tentativa de depreciação aparece na forma que o jornal trata os integralistas. Seriam os “azeitonas”, em referência à sua camisa verde.

A polícia de choque do senhor Plínio Salgado pôs seus fuzis a funcionar contra os vaiantes estabelecendo-se violento pânico. Finalmente, os provocantes do conflitos, os integralistas, em disparada debandaram para as ruas Barão de Paranapiacaba e Quintino Bocaiúva entrando nas casas de famílias. Muitos deles tiraram as camisas indo para os quintais enquanto outros entravam num convento existente nas proximidades do conflito.

O coronel Arlindo de Oliveira, genro do general João Francisco, atual chefe da Força Pública de São Paulo acompanhado de dois funcionários da polícia civil procedeu na tarde de hoje uma vistoria no edifício Santa Helena, não encontrando vestígios de que o tiroteio tenha partido do referido prédio, ficando assim constatada a improcedência da versão dada ao início dos acontecimentos como tendo partido dali. (*A Pátria*, 09/10/1934, página 1)

O jornal afirma que a versão da polícia de que tiros haviam sido disparados dos prédios vizinhos é infundada, pois não foram encontrados vestígios de armas nos referidos prédios, porém as investigações dos policiais mostram o contrário como foi noticiado em *O País* no dia 11 de outubro de 1934. A guerra midiática prossegue com força entre todos os jornais, modificando fatos e versões a qualquer momento em que se achasse necessário, sendo impossível determinar mesmo para qualquer cidadão da época, que estaria do lado da verdade.

O ataque aos integralistas, somado à confusão de informações é límpido neste trecho:

O NÚMERO EXATO DE MORTOS ATÉ AGORA

São Paulo, 8 – Em consequência do conflito de ontem morreram até este momento, as seguintes pessoas: Ernani Dias de Oliveira, Manoel Bonfim dos Santos Júnior, Osvaldo Nogueira Cobra, Jayme Guimarães, o estudante Décio Pinto de Oliveira e Caetano Spinelli, este último que era integralista foi morto por um soldado quando persistia em atirar contra os atacantes.

OS CAMISAS-VERDES SAÍRAM PERDENDO

São Paulo, 8 – Ao que parece, os integralistas foram os que mais sofreram no conflito da Praça da Sé. A assistência integralista foi tomada de pânico logo no início do tiroteio. (*A Pátria*, 09/10/1934, página 1)

Os integralistas são colocados como os derrotados do confronto, embora a princípio, no início da reportagem do jornal, este negasse versão de conflito aberto, propagandeando um ataque covarde dos integralistas contra a população. O compromisso com a veracidade dos fatos não é levado em conta, servindo o periódico – assim como o outro analisado- como um panfleto das ideias de cada classe social que estava envolvida no conflito. O jornal se volta para a difusão de notícias que representem seu público.

CHOQUES

Mais um conflito, esse agora de proporções ainda mais graves, foi provocado pelo agrupamento integralista.

Dizemos que foi pelo Integralismo provocado, porque a afirmativa se impõe, logicamente a quem acompanha a evolução dessa organização política.

Os adeptos do senhor Plínio Salgado não admitem opiniões em contrário às suas. Mais ainda: querem impor pela força – e disso não fazem segredo – as teorias que defendem, dizem eles, em benefício do país.

Como não consegue adeptos e simpatizantes com facilidade, pretendem com violência compelir a população a acatar e respeitar sua vontade.

Credos políticos não se impõem às massas. As grandes agremiações partidárias, como as grandes ideias, resultam de naturais evoluções que a história registra. A força bruta jamais conseguiu fazer com que prevalecessem doutrinas repudiadas pelos povos. As vitórias dessa origem são falazes e não tardam a se transformar em fragorosas derrotas.

As passeatas carnavalescas do Integralismo provocam a repulsa popular. As manifestações de desgosto se sucedem, e os ânimos, irritados, transformam em verdadeiras batalhas as reuniões da camisa-verde. Incompreensivelmente – porque que a lei proíbe e a polícia é exigente com os inimigos do Integralismo – os adeptos do senhor Salgado vivem armados e bem miliciados. Essa circunstância tem favorecido o desfecho sangrento desses conflitos porque, por qualquer via, os integralistas recorrem a seus revólveres e atacam a torto e direito. (*A Pátria*, 10/10/1934, página 4)

A análise dos editoriais dos jornais é de fundamental importância para esta pesquisa, afinal estes refletem a opinião dos editores do periódico e ajudam a corroborar nossa tentativa de estabelecer uma ligação entre o público alvo e o jornal, como um pacto entre os dois, onde a veiculação de notícias e opiniões reflete aquilo que os leitores esperam encontrar nas suas páginas.

A afirmação do editorial, como era de se esperar pelo público alvo mais popular, é de que o conflito havia sido provocado pelos integralistas, e que esse tipo de violência ocorre pela dificuldade dos camisas verdes conseguirem novos adeptos à sua causa. Do ponto de vista de *A Pátria*, essa informação não está de toda, incorreta, já que é notório o sucesso da Ação Integralista Brasileira entre a classe média (Trindade, 1979) e sua adesão menor entre as classes menos favorecidas economicamente. Dessa forma, para o público do jornal, a AIB realmente teria dificuldade de angariar adeptos, embora o número de associados em números absolutos fosse grande.

A polícia entra em ação, e da confusão resultante difícil se torna posteriormente, averiguar os causadores das mortes e dos ferimentos. Como convém a ambas as facções, polícia e integralistas, a culpa vai para os costados dos comunistas...

No entanto, muita gente contraria aos comunistas e esconde sua indignação e seus protestos quando se verificam passeatas e exibições mais ou menos grotescas do Integralismo.

A polícia ora acusada pelos integralistas e pelos comunistas, conforme se infere do noticiário dos acontecimentos em São Paulo, vem afinal de contas, a ser a maior cúmplice dos provocadores. Servindo a um governo impopular, outra coisa não tem feito senão sufocar a ânsia do povo, para manter, à força de balas, o prestígio das autoridades empoleiradas no governo. Tudo facilita aos integralistas, inclusive a exibição de armas e a impunidade para delas se servir. E agora, solertemente, procura indispor a opinião pública, não contra os comunistas, que eles sabem que nada tem a ver com o caso, mas com outras grandes massas trabalhadoras, contra o proletariado, que trata à pata de cavalo, a fim de impedir que aumente as simpatias que a nação vem manifestando àqueles que combatendo a traição e o ludíbrio, procuram realizar dentro da lei, a consumação de suas justas e inadiáveis reivindicações.

Infelizmente o conflito de domingo não será o últimos. Outros se sucederão e ainda mais graves. Sobre a cabeça do senhor Getúlio Vargas e de seus comparsas recairão as responsabilidades desses atentados, perfeitamente evitáveis se não houvesse a pré-concebida ideia de espoliar e sufocar a ânsia proletária. Mas esta vencerá, porque defende um ideal e por ele se debate com toda alma e toda razão. (*A Pátria*, 10/10/1934, página 4)

O ataque do jornal é direcionado também às autoridades e ao governo de Vargas, que segundo o editorial é responsável por permitir o uso de armas e a intimidação dos trabalhadores por parte dos integralistas. A polícia novamente é alvo dos comentários, criticada por ambos os grupos, como sendo conivente com a violência, embora seja difícil imaginar o controle de dois grupos armados se enfrentando nas ruas das cidades. Dessa forma, o governo Vargas é visto como um instrumento do patronato para espoliar a massa trabalhadora, e a milícia integralista apenas mais um dispositivo dessa rede de repressão. Por fim, é interessante observar a afirmação do editorial de que a simpatia da população aumenta por grupos que estariam “combatendo a traição e o ludíbrio”, porém sem citar qual seria este grupo ou partido político.

Depois de todo o trabalho de análise dos jornais, algumas conclusões podem ser tiradas deste trabalho. Em primeiro lugar, e isso é claro, existe uma diferença notória entre o tratamento dispensado às diferentes organizações que se envolveram no tiroteio.

Acontecimentos simples, como a presença ou não de armamentos em prédios vizinhos, variam de um jornal para outro ou até mesmo dentro do mesmo jornal em dias diferentes. Dessa forma, AIB e FUA são colocadas em categorias diferentes pelos periódicos, ambos recebendo toda a carga de preconceito e simpatia que cada jornal tem por determinada organização.

Para *O Globo*, por exemplo, os membros da AIB são exemplos de coragem e dedicação à sua causa, mulheres lutavam com bravura erguendo o pavilhão nacional contra os inimigos da pátria, no caso, os comunistas. Os chefes integralistas tinham sua participação franqueada nas páginas do jornal, com notas oficiais, entrevistas e opiniões. Em várias partes, o periódico deixa transparecer uma complacência para com as atividades da AIB, mesmo quando estão envolvidos episódios de violência. Já os participantes da Frente Única são considerados extremistas, que atiram na bandeira nacional e atacam mulheres e crianças.

O *Correio da Manhã* trata o episódio de forma bem particular. Resume-se apenas a descrição dos fatos, só em alguns momentos dando a entender que a culpa do episódio era dos “extremistas”, mas sendo bem menos incisivo do que os outros periódicos. Até mesmo o deputado escolhido para ser entrevistado, Moraes Andrade, divide a culpa do episódio entre as duas organizações, mostrando uma postura independente e defendendo as forças policiais que vinham sendo atacadas por deputados, outros jornais, e pelos envolvidos no conflito.

Já para *A Pátria*, os membros da FUA apenas participam de um processo muito mais amplo que seria a rejeição da população aos apelos dos integralistas, nas palavras de *A Pátria*, “os azeitonas”. O periódico também não condena as atividades violentas que foram efetuadas pela Frente Única, uma vez que iniciada a confusão, os participantes da FUA não se furtaram a utilizar armas de fogo contra seus inimigos. Mostra certa antipatia com determinados órgãos policiais, que oprimiam os operários que lutavam para mudar o sistema político-econômico vigente, ou simplesmente buscar melhorias na situação dos trabalhadores. Por fim, apesar de ambos os grupos valerem-se de métodos violentos para atingir seus adversários, cada jornal leva a culpa pela tragédia para um lado.

Outra conclusão é de que cada periódico mantém um pacto com seu leitor, ao escrever aquilo que cada consumidor de seu jornal espera encontrar em suas páginas, enfim, o jornal sabe o que o leitor deseja e o leitor sabe o que o jornal oferece.

Enfim, a guerra midiática é apenas uma das diversas facetas que a luta pelo poder assume, passando pela tentativa de apropriação da verdade, propaganda de métodos e apoio a determinados grupos que tem a simpatia de cada jornal e seus leitores.

Até hoje é possível perceber as diferentes formas de tratamento que determinadas pessoas ou grupos recebem de cada meio de comunicação, levando para a mídia a luta entre as classes sociais inserida no seio do capitalismo.

Fontes pesquisadas

A Pátria

Correio da Manhã

O Globo

O Paíz

Bibliografia

ALVES, Eliane Bisan. *Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alemã sob vigilância do DEOPS*. São Paulo: Associação editorial Humanitas, 2006.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro, *Integralismo e política regional*, São Paulo: Annablume, 1999.

CAMARGO, Aspásia. *O golpe silencioso*, Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CASTRO, Ricardo Figueiredo. *Contra a guerra ou contra o fascismo? As esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. Niterói: 1999.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*, Bauru: EDUSC, 1999.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

HOBSBAWM, Eric, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAFFEI, Eduardo. *A batalha da praça da Sé, Rio de Janeiro*, Philobiblio: 1984.

SANTOS, Marcos Cabral dos e MOTA, André. *São Paulo 1932: memória, mito e identidade*, São Paulo: Alameda, 2010.

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

TRINDADE, Hégio. *O nazi-fascismo na América Latina*, Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

O golpe civil-militar de 1964 e a imprensa juizforana: uma análise do “Diário Mercantil” e do “Diário da Tarde”.

Carolina Martins Saporetti

Resumo: Este artigo se propõe a análise das notícias publicadas sobre o golpe civil-militar de 1964 em dois periódicos que circulavam neste período em Juiz de Fora, o “Diário Mercantil” e o “Diário da Tarde”. Tendo como objetivo observar a posição desses jornais perante a recepção do golpe de 1964 e quais informações os juizforanos tinham acesso pela imprensa.

Palavras chave: Diário Mercantil, Diário da Tarde, 1964.

Abstract: This article aims to analyze the news published on the civil-military coup in 1964 in two journals circulating at this periodic in Juiz de Fora, “Diário Mercantil” and “Diário da Tarde”. Aiming at noting the position of these newspapers before the reception of the 1964 coup and what informations the inhabitants had access through the press.

Keywords: Diário Mercantil, Diário da Tarde, 1964.

Introdução

Este artigo é o primeiro resultado de uma pesquisa em andamento e tem como objetivo analisar a recepção do golpe civil-militar de 1964 em dois periódicos que circulavam nesse período na cidade de Juiz de Fora: o “Diário Mercantil” e o “Diário da Tarde”. Embora esses jornais fizessem parte do conjunto dos “Diários Associados”, eles tinham suas especificidades e alcançavam públicos diferentes.

Analisar os discursos jornalísticos e a censura no período da Ditadura Militar em periódicos juizforanos abre novas vertentes de pesquisa, novos debates na historiografia, visto que esses jornais foram pouco estudados por historiadores, a maioria das pesquisas encontradas foram realizadas por jornalistas, sendo assim, percebe-se a necessidade dessas fontes serem exploradas por historiadores, trazendo novas pesquisas, com olhares diferenciados.

Esses jornais foram escolhidos devido a sua capacidade de circulação e influência, inclusive entre grupos sociais, além de serem produzidos em Juiz de Fora. Além disso, eles foram utilizados como fonte e objeto a fim de compreender sua atitude diante do regime militar, levando em consideração o papel da imprensa na divulgação de informações e como grande veículo de influência sobre sociedade, com potencial para construir consensos, mas, também, para mobilizar a oposição.

Ademais, estes jornais estão disponíveis para consulta em dois acervos da cidade: no Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora e no Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, podendo consultar e digitalizar os periódicos em ambos os lugares sendo o acesso é gratuito.

A imprensa em Juiz de Fora no século XX

Segundo Almir de Oliveira, a imprensa na cidade de Juiz de Fora, na primeira década do século XX, está marcada pela presença de alguns periódicos de pouca expressão. Uma característica que foi se modificando com o passar do tempo (OLIVEIRA, 1981, p. 31).

Na segunda década temos um aumento considerável no número de periódicos passando a circular na cidade aproximadamente trinta destes, alcançando cada vez mais pessoas. No início deste decênio nasceu o “Diário Mercantil”, um dos jornais utilizados para essa pesquisa e que teve grande importância na cidade. Além do mais, circularam grandes jornais como “O Dia”, o “Lar Católico”, e “O Lince” (OLIVEIRA, 1981, p. 31-32).

Na década de 1940 tivemos no município o “Diário da Tarde” que foi transferido de Belo Horizonte para Juiz de Fora, e “Correio da Mata”. Já em 1983, surgiu a “Tribuna de Minas”, um grande jornal que nasceu com uma produção inovadora, e que se mantém em circulação atualmente, sendo o principal jornal de Juiz de Fora.

Durante o decorrer do século a imprensa passou por muitas modificações, marcado por dois períodos de intensa censura o Estado Novo e a Ditadura Militar. O que fazia com que muitas vezes matérias fossem censuradas e tivessem que ser substituídas. Mas, sobre a censura falaremos mais adiante.

Em termos locais um grande momento para o jornalismo juizforano foi à criação da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1961, o que fez com que os jornais da cidade passassem a contratar mão de obra qualificada. Eram poucas pessoas formadas em jornalismo que trabalhavam nos jornais da cidade, muitos jornalistas eram formados em outras áreas, e desenvolviam outras funções, trabalhando no jornal muitas vezes por *hobbie*. Em 1969, os jornais começaram a exigir diploma superior para contratarem seus jornalistas (ANDREOLA, 1995, p. 16).

O Conjunto dos Associados

O conjunto “Diários Associados” surgiu em 1924 quando Assis Chateaubriand adquiriu O Jornal. Com o tempo foram aderidos outros veículos de comunicação, como revistas e outros jornais, agências de notícias, rádios e televisões. Dentre eles: a revista o Cruzeiro, a rádio e a TV Tupi, Rede Clube Brasil de Rádio, os jornais Estado de Minas (MG), Diário Mercantil (MG), Diário da Tarde (MG), Correio Braziliense (DF), O Imparcial (MA), O Norte (PB), Diário de Natal (RN), entre outros (site dos Diários Associados, 2008).

Em seu auge os “Diários Associados” dispunham de 31 jornais diários, 3 revistas, 23 emissoras de rádio, 3 emissoras de televisão e 1 agência de notícias, todos espalhados pelo Brasil. Este foi um grupo que investiu em grandes inovações produzindo os primeiros impressos no Brasil na máquina *off set* (ANDREOLA, 1995, p. 13).

O grupo entrou em crise quando o seu fundador Assis Chateaubriand faleceu em 1968. Segundo Márcia Regina Gonçalves Andreola as más administrações levaram o grupo a assumir dívidas grandiosas, com juros muito altos, afetando inclusive a parcela de Juiz de Fora culminando no fechamento do Diário Mercantil e do Diário da Tarde em 1983 (ANDREOLA, 1995, p. 18).

Após a morte de seu fundador os “Diários Associados” passou a ser dirigido por alguns acionistas que conseguiram reerguer o grupo em 1980, sendo atualmente um grande grupo que possui vários meios de comunicação, presidida por Álvaro Teixeira da Costa.

A censura na imprensa brasileira

Durante o regime militar brasileiro, houve atuação da censura em vários meios de comunicação: na música, no teatro, no cinema, na televisão e no jornal. Mas, não foi apenas na ditadura militar que o Brasil sofreu com a censura.

Pode-se destacar também o Estado Novo, período regido pelo presidente Getúlio Vargas em que ocorreu uma forte ação da censura, principalmente a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, a fim de que os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios, e dos departamentos estabelecimentos da administração pública federal fossem produzidos por esse novo órgão (ARAÚJO, 2009).

Além de centralizar e gerenciar as propagandas relacionadas ao ministério a DIP tinha a função de censurar os meios de comunicação, as funções recreativas e esportivas. Atuando intensamente principalmente no cinema, no teatro, na rádio e na imprensa.

Em relação ao regime militar iniciado em 1964, pode-se dizer que a censura atuou desde o início deste período. Inicialmente os censores eram oficiais das Forças Armadas, mas como não enaltecia em nada aos militares, posteriormente foi delegada essa função a Polícia Federal (MARCONI, 1980, p. 44).

Depois da decretação do Ato Institucional nº 5 foi instalado em alguns jornais uma censura prévia, onde censores trabalhavam diariamente na redação do jornal para censurar as notícias que não podiam ser publicadas antes que o jornal fosse impresso em grande número. Geralmente, isto acontecia com os jornais que haviam desobedecido alguma ordem dos agentes da censura.

Antes de instalarem uma censura prévia, os agentes entregavam uma proibição escrita, constando todos os itens censurados que não poderia ser publicados, este documento era assinado por algum responsável da redação, caso alguma das matérias listadas fosse publicada o responsável era punido e poderia se instalar uma censura prévia, caso considerassem necessário.

A censura neste período se intensificou com a implantação do AI-5. Algumas vezes os jornais chegavam a produzir três edições para conseguir sair uma completa, devido o grande número de cortes da censura. Alguns substituíam os cortes por poesias ou receitas culinárias, outros com o tempo conseguiram autorização para emitirem o jornal com as partes censuradas em branco, devido o cansaço dos jornalistas em produzir em excesso para publicar o mínimo do que foi escrito.

Alguns jornais chegaram a sair quase todo em branco, e alguns jornalistas acreditavam que esta era uma forma de protesto, já que saindo em branco os jornais estavam mostrando onde a censura estava agindo.

No caso dos periódicos estudados, o “Diário Mercantil” e o “Diário da Tarde”, a censura chegou agir na redação desses jornais. No ano de 1974 um jornalista ficou preso por um dia. Pedro Paulo Tauci foi punido por uma matéria sobre um novo tipo de munição produzido em uma fábrica de Juiz de Fora que foi publicada no “Jornal do Brasil”, onde ele também escrevia. Além disso, segundo Márcia Regina Gonçalves Andreola ocorria uma autocensura, os próprios jornalistas desses jornais se preocupavam com o que iriam escrever temendo a censura, embora não concordassem com essa postura que tinham adotado (ANDREOLA, 1995, p. 19-20).

A recepção do golpe civil-militar no “Diário Mercantil” e o “Diário da Tarde”

O “Diário Mercantil” nasceu em 23 de janeiro de 1912, tendo como fundadores Antônio Carlos de Andrada e João Penido Filho, ambos eram políticos de grande influência em Juiz de Fora e em Minas Gerais.

Este periódico buscava manter um caráter político e conservador, visto que foi fundado por dois políticos e era visto como órgão oficial do Partido Republicano Mineiro. O público alvo do Mercantil era a elite produtora e industrial, os intelectuais e os chefes de famílias de grande status na cidade.

Em 1932, o “Diário Mercantil” passou para as mãos de Assis Chateaubriand integrando aos “Diários Associados” sob direção local do jornalista Renato Dias Filho.

Este jornal em 1964, geralmente era formado por 6 a 8 páginas, sendo uma ou duas para propagandas, duas ou três direcionadas a política nacional, uma para coluna social, uma ou duas para esporte e uma para os acontecimentos do município. Este era comercializado por assinaturas e nas bancas.

Além de ter uma preocupação maior com o viés político, em 1964, o Mercantil se voltou para o contexto nacional, publicando muitas matérias sobre o golpe que havia acontecido naquele ano em 31 de março, mas considerando este como uma “Revolução Democrática”.

Durante o período estudado é possível notar o apoio do “Diário Mercantil” ao regime militar. O que é possível observar em algumas matérias publicadas neste jornal no

decorrer do ano de 1964. Como na edição de 1º de abril que saiu na primeira página a seguinte manchete “General Mourão Filho sai em defesa do regime e instala em JF o QG da Fôrça de Defesa da Democracia em Minas Gerais” (DM, 01/04/1964, p. 1).

Nessa matéria o jornal noticiava o acontecimento mostrando o seu apoio a “Revolução” iniciada no dia anterior, orgulhosos pelo movimento ter iniciado em Juiz de Fora, a partir do levante na 4ª Região Militar comandado pelo General Mourão Filho.

Confirmando o golpe e contando alguns detalhes da movimentação das tropas, no dia seguinte saiu a seguinte manchete: “Minas mais uma vez sai em defesa da liberdade restituindo ao Brasil, em 36 hr., a paz e a democracia.”

Nessa publicação o jornal trás os seguintes detalhes: “Era grande a movimentação nas primeiras horas da manhã de ontem nas Salas de Comando da 4º RM. Chega a notícia de que um avião de Belo Horizonte já aguardava, no Aeroporto de JF as ordens para o transporte dos oficiais...”(DM, 02/04/1964, p.1).

Em várias reportagens é possível observar essa conduta favorável a “Revolução Democrática”, além disso, o “Diário Mercantil” sempre se manifestava em nome do povo, por exemplo, quando as tropas voltaram a Juiz de Fora, o jornal publicou a seguinte manchete: “A população de JF veio para a rua confirmar o seu **NÃO** ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade.”

Pode-se tentar entender essa postura do “Diário Mercantil” ao analisar alguns aspectos do jornal, como: a influência da elite mineira, a visão dos intelectuais juizforanos que escreviam no jornal.

Como foi dito anteriormente este periódico era voltado para uma parcela elitizada da população, que algumas vezes chegaram a financiar edições especiais do jornal; algumas intelectuais como Cosette de Alencar, e a professora e diretora do Museu Mariano Procópio Geralda Ferreira Armond Marques que eram colunistas no jornal, tinham uma visão favorável a “Revolução Democrática” e chegaram a escrever em seus respectivos espaços no “Diário Mercantil” sobre o movimento iniciado em 31 de março, assim como outros escritores deste periódico. A primeira questionava os escritores que criticavam o golpe de 1964, a segunda defendia o movimento sempre relacionando a

defesa da democracia com a conservação da moral e dos bons costumes, mas principalmente com a manutenção religiosa.¹⁶⁴

Embora o “Diário Mercantil” criticasse algumas posturas do primeiro presidente militar da ditadura militar, o general Castelo Branco, como a limitação para apenas dois partidos, a prorrogação do seu mandato, no geral o jornal defendia o regime militar, acreditavam que era um regime democrático, que buscava salvar o Brasil do comunismo, como é possível observar nas manchetes citadas anteriormente.

Em relação ao “Diário da Tarde” este foi criado em Belo Horizonte em 1931 foi trazido para Juiz de Fora em 1941, visando a substituição da versão vespertina do “Diário Mercantil”.

Este periódico apresentava um caráter mais popular, buscava alcançar principalmente os operários, sendo vendido pelos pequenos jornaleiros¹⁶⁵ nas portas das fábricas. Este jornal havia maior preocupação em publicar matérias sobre esporte e problemas municipais, do que com o contexto político nacional.

O “Diário da Tarde” era impresso contendo de 4 a 6 páginas, sendo uma ou duas para esporte, uma ou duas para notícias municipais, uma para o contexto nacional (quando se fazia uma página dedicada a esse conteúdo) e uma página para propagandas.

Este jornal era comercializado a partir das 15 horas, horário em que os operários estavam finalizando a jornada diária de serviço podendo comprar um exemplar. Nos feriados, domingos e segundas feiras o “Diário da Tarde” era vendido a partir das 9 horas.

Nesse periódico se destacavam as notícias do município. Era comum serem publicadas reportagens sobre campeonatos em que os times de Juiz de Fora estavam participando, em diversas modalidades. No ano de 1964, de acordo a pesquisa realizada neste periódico, os esportes que mais se destacaram no município foram o futebol masculino e o vôlei feminino.

Sobre o contexto do golpe de 1964, este jornal publicava notícias sobre, acompanhando os acontecimentos posteriores a esse movimento, mas sem dar tanta ênfase

¹⁶⁴A diretora do Museu Mariano Procópio, Sra. Geralda Ferreira Armond Marques chegou a realizar algumas exposições no museu em homenagem ao General Mourão Filho e em comemoração ao aniversário da “Revolução Democrática”, geralmente estas exposições eram divulgadas no Diário Mercantil. Inclusive alguns objetos do General Mourão filho foram doados para o museu, como a espada e a farda e as botas utilizadas no dia do golpe, entre outros pertences que levaram a constituição de uma sala com o nome do general (Relatórios da Geralda Armond, 1960-1980)

¹⁶⁵ Os pequenos jornaleiros eram crianças com dificuldades financeiras que trabalhavam vendendo o “Diário da Tarde” na porta das fábricas.

como o “Diário Mercantil”, embora também visse esse acontecimento como a “Revolução Democrática”.

No dia seguinte ao início do movimento o jornal publicou essa manchete: “Comunicado do comando da 4ª R.M. unidas, já, próximo a Petrópolis tropas da 1ª., 2ª. e 4ª. regiões militares.” De forma clara procuraram informar a população do que estava acontecendo, dos primeiros passos das tropas, seguindo da manchete a notícia abaixo:

As 9 horas de hoje, recebemos boletim informativo da 4ª R.M dando conta do seguinte: Pela madrugada cerca de 2:30 horas, o 1º BC, sediado em Petrópolis e que cumprindo ordens do Ministro da Guerra deixara sua sede com ordens de impedir a progressão da tropa da 4ª RM na altura de Paraibuna, depois de parlamentar seu comandante com o general Murici, que comanda a Fôrça que deixou Juiz de Fora, acabou aderindo, passando para o comando do Gal. Murici.

A atitude do comandante do 1º BC foi recebida com vivas pela tropa da 4ª RM e de seus comandados (DT, 01/04/1964, p. 1).

Como este jornal buscava alcançar as camadas mais populares de Juiz de Fora, suas matérias eram escritas de forma simples, para que todos compreendessem facilmente a mensagem, buscavam aproximar o leitor da notícia que estava sendo passada.

Além disso, publicavam notícias neste período, assim como o “Diário Mercantil” procurando mostrar a participação e a aprovação popular a “Revolução Democrática”, como é possível observar na reportagem publicada no dia 07/04/1964 sobre a chegada das tropas em Juiz de Fora, com a seguinte manchete: “A cidade parou a partir das 15 horas e tributou à tropa da liberdade a acolhida justa”.

Embora o “Diário Mercantil” e o “Diário da Tarde” pertencessem ao mesmo grupo, os “Diários Associados”, e dividissem a mesma redação, eles possuíam características diferentes. Muitas vezes chegavam a competir entre si, para publicar uma notícia inédita sem que o outro ficasse sabendo (ANDREOLA, 1995, p. 15).

Embora ambos mostrem a visão o golpe de 1964 como uma “Revolução Democrática” é possível notar que o “Diário Mercantil” tem uma maior preocupação em abordar os acontecimentos nacionais e, portanto, nesse período teve maior atenção em defender o golpe e publicar notícias sobre o acontecimento, tendo um maior espaço em seus exemplares para noticiar o assunto, já o “Diário da Tarde” se preocupando em atender aos interesses municipais não publicou tantas notícias sobre o assunto se limitando

em dar maior atenção apenas às notícias que se referiam a cidade, como a saída do golpe e a chegada da tropa.

Conclusão

Ao concluir essa pequena parte da pesquisa percebo a importância desses periódicos para a cidade e assim a influência na história de Juiz de Fora, visto que ambos fizeram parte de um grande grupo de veículos de comunicação com referência não somente no município, mas em âmbito nacional.

Além disso, cada um com as suas características específicas buscavam atingir diferentes parcelas da população do município, buscando se adequar ao público específico de leitores. A partir dessas análises pode-se concluir que ambos os jornais se mostraram favoráveis ao golpe de 1964, vendo-o como uma “Revolução Democrática”.

Através das análises das matérias publicadas em 1964 nesses dois periódicos pude perceber que o “Diário Mercantil” tinha uma maior preocupação em informar diariamente o que estava acontecendo em relação aos andamentos da “revolução” do que o outro periódico estudado. Nos exemplares publicados nos primeiros dias após o golpe de 1964, no “Diário Mercantil”, praticamente só se noticiava sobre este fato. Enquanto o “Diário da Tarde” muitas vezes publicava apenas uma pequena nota sobre o que estava acontecendo atribuindo maior importância aos acontecimentos municipais, no âmbito esportivo.

Ademais, no decorrer da pesquisa constatei poucos estudos sobre os periódicos da cidade no período do regime militar, principalmente no viés histórico, destaco assim a importância desses jornais como fonte e objeto para a história de Juiz de Fora e a necessidade de mais pesquisas históricas utilizando este veículo de informação.

Referências Bibliográficas

ANDREOLA, Márcia Regina Gonçalves. Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora. 1º semestre de 1995. Monografia – Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Comunicação Social.

ARAÚJO, Rejane. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 05/11/13 às 19 horas e 28 minutos.

ATASSIO, Aline Prado. *A Batalha pela memória: Os militares e o golpe de 1964*. 2007. 184 folhas. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. 1. *Organização militar (forças armadas)* 2. Militares 3. Brasil – história- revolução, 1964 4. Memória.

CAZAJKA, Rodrigo. “A hora dos intelectuais”: literatura, imprensa e engajamento no Brasil (1964-1967). PósEco – Dossiê Mídia, Intelectuais e Política, v. 16, n. 2, mai./ago. 2013, p. 73-106. Disponível em: www.pos.eco.ufrj.br, acesso em 02/11/2013 às 22 horas e 12 minutos.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia*. Tempo, Niterói, v. 28, p. 123-144, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>.

Diário da Tarde, 1964.

Diário Mercantil, 1964.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERNANDES, Amanda Carneiro. O Diário Mercantil e o golpe militar: os paradoxos da cobertura política da imprensa juizforana em 1964. Julho de 2010. 103 folhas. Monografia – Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Comunicação Social.

FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Record, 2004.

LAPA, Mônica Mourão. *Golpe Militar de 64: Cobertura jornalística do Diário Mercantil*. 2004. Monografia. Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Comunicação Social.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. A cobertura política no contexto de transição da imprensa brasileira. *Jornal da Rede Alcar*, Ano 7, n. 82, 01 de outubro de 2007. Disponível em: http://www2.metodista.br/unesco/rede_alcar/Rede_Alcar_82/serie_imprensa.htm, acesso em 30/10/13 às 10 horas e 46 minutos.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 2ª edição, 1980.

Memória Diários Associados. Disponível em:
http://www.diariosassociados.com.br/home/conteudo.php?co_pagina=44#, acesso em
03/11/2013 às 13:45.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. Revista Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85. Disponível em: www.revistatopoi.org/numeros.../TOPOI26_2013_TOPOI_26_A05.pdf. Acesso em: 01/10/2013 às 07 horas e 49 minutos.

MUSSE, Christina Ferraz. A trajetória do *Diário Mercantil: alter ego* da cidade de Juiz de Fora. In: VIII NUPECOM - Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, 2008, Natal, RN. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0491-1.pdf>, acesso em 10/10/13 às 13 horas e 23 minutos.

MUSSE, Christina Ferraz. Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora. São Paulo: Nankin, 2008.

OLIVEIRA, Almir de. A imprensa em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Imprensa Universitária, 1981.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 2ª edição, 1966, p. 309.

ROSA, Rita de Cássia Vianna. As mulheres de “Paraiburgo”: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/ MG (1964 a 1975). 2009. 247 folhas. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. . Imprensa – Aspecto histórico – Juiz de Fora (MG) – 1964-1975 2. Mulher na imprensa - Juiz de Fora (MG) 3. Gênero 4. Representação.

SOARES, Carolina Guedes & FERNANDES, Fernanda Pires Alvarenga. Uma análise da política do Diário Mercantil na década de 1960. Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora “O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções.” Juiz de Fora, p. 204-218, 2010

SOUZA, Renato João de. *Da informação à representação: o papel do jornal escrito mineiro nos anos de 1963 e 1964*. 2012. 127 folhas. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. 1. Jornalismo – Minas Gerais – 1963-1964 2. Representação 3. Brasil – História – 1963-1964.

Ação Integralista Brasileira: Um partido revolucionário militarizado de direita no Brasil entreguerras

Pedro Ivo Dias Tanagino¹⁶⁶

Resumo

Neste artigo, propomos uma investigação contextualizada das culturas políticas que formaram a Ação Integralista Brasileira (AIB) entre os anos de 1932 e 1937. Para tanto, analisamos o processo de convergência da direita nacionalista com as demais tendências (conservadorismo, espiritualismo, corporativismo, autoritarismo e totalitarismo) que constituíram a AIB. Esta análise será feita à luz das transformações estruturais pelas quais o Brasil e o mundo passaram ao longo do período entre as duas Guerras Mundiais, ao passo em que fazemos uma história dos conceitos políticos e sociais básicos utilizados pelo movimento integralista nos processos de disputas e articulações dos quais emergiu.

Palavras-chave: Integralismo. Direitas. Nacionalismo. Culturas políticas.

Abstract

In this paper, we propose a contextualized investigation of political cultures that formed the Brazilian Integralist Action (AIB) between the years 1932 and 1937. For this, we analyze the convergence of the nationalist right with the other trends (conservatism, spiritualism, corporatism, authoritarianism and totalitarianism) formed the AIB. This analysis will be done in the light of structural transformations in Brazil and the world passed over the period between the two World Wars, while we make a history of basic political and social concepts used by the integralist movement in the processes of disputes and joints which emerged.

Key-words: Integralism. Political Right. Nationalism. Political cultures.

Neste artigo, buscamos trazer a público os resultados parciais de nossas mais recentes pesquisas sobre o integralismo brasileiro, no que tange os debates teóricos e conceituais sobre o tema. Assim, nos debruçamos sobre a ação intelectual na transformação da cultura, inserida na dinâmica das relações de *poder*. Neste particular, nosso trabalho faz

¹⁶⁶ Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

parte do grande grupo de investigações voltadas para a compreensão das *culturas políticas* que informam os indivíduos e os grupos sociais em suas relações de aliança ou disputa, em determinados contextos de experiência e atividade dos atores sociais.

Os contextos de experiência e de atividade são definidos pelo autor como lugares e momentos do mundo da vida cotidiana dos atores, que dão sentido ao que dizem e ao que fazem, a partir dos quais os indivíduos se acomodam aos ambientes naturais, institucionais e organizacionais. São também nestes contextos que os indivíduos entram em relações de coordenação, de cooperação e de conflito, nas quais eles produzem novas formas de compreensão, de interpretação e de representação do mundo (CEFAÏ, 2001, p. 93).

Tais contextos englobam uma variedade de fenômenos individuais e coletivos, entendidos pela rubrica da afetividade, da sensibilidade, do imaginário, das identidades, memórias e projetos, os quais constituem elementos fundamentais das experiências individuais e coletivas nas sociedades, sendo ambas as escalas de experiência igualmente constrangidas pelas “gramáticas da vida pública” (CEFAÏ, 2001, p. 94).

Partindo dessas considerações metodológicas, buscaremos elucidar de forma breve alguns dos principais conceitos políticos e sociais trazidos pelas culturas políticas que confluíram para o nascimento do integralismo brasileiro, com a fundação da AIB no dia 7 de outubro de 1932, pelo jornalista e político paulista Plínio Salgado (1895-1975), após um longo processo de transformações sociais, de lutas e alianças que desaguaram no sonho de uma revolução de direita, perseguida até a morte pelos integralistas na década de 1930.

A Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político e cultural de grande abrangência no Brasil entre os anos de 1932 e 1937, surgiu em um contexto histórico delimitado entre as duas guerras mundiais, quando a América Latina e a Europa tornaram-se palco de uma nova atitude por parte dos intelectuais cada vez mais engajados na ação política, na luta pelo Estado e na transformação cultural das grandes massas.

O contexto em que viveram os “camisas-verdes” (como eram chamados os militantes da AIB) foi marcado pelos impactos dos processos de formação de uma sociedade de mercado cada vez mais globalizada, pela subsequente emergência da “questão social” e da “questão nacional” como tópicos políticos e sociais de primeira ordem na agenda dos governos e pelo crescimento das “esquerdas” com o socialismo, o sindicalismo, o anarquismo e o comunismo.

A reação a estes movimentos contestatórios, formada pelas “direitas” em todo o mundo inspiradas no modelo comunista de *partido revolucionário militarizado* originado na III Internacional de 1919, também conhecida como *Komitern* (PINTO, 2009), ganhou força com a crise do sistema de crenças da democracia liberal após a “Grande Guerra” de 1914 a 1918, a Revolução Russa em 1917 e a Crise de 1929.

Na Europa do início do século XX, a adoção do modelo de *partido revolucionário militarizado* pelas direitas em vários países, deu origem a diversos movimentos políticos formados por correntes nacionalistas, conservadoras e autoritárias, que também trouxeram em seu bojo, na maioria das vezes, o corporativismo e o totalitarismo.

Da Península Ibérica ao Leste Europeu, movimentos como o fascismo italiano, o nazismo alemão, o franquismo espanhol e o salazarismo português imprimiam a nova tendência política que caracterizou o período entreguerras. Assim, de acordo com Pinto, na década de 1930, quase todos os países europeus possuíam partidos com sua própria variante desse modelo – o *partido revolucionário militarizado* - que se estendeu para outros continentes, notadamente na América Latina (PINTO, 2009, p. 218).

Segundo José Luiz Bendicho Beired, o Brasil, assim como outros países da América Latina, fora palco do desenvolvimento de uma “nova direita política” no período entreguerras, a qual sustentou bandeiras *nacionalistas, antiliberais* e cada vez mais *autoritárias*, principalmente após o fim da Primeira Guerra Mundial. Assim, teria sido aberto o caminho para a organização de uma ampla corrente política e intelectual denominada “direita nacionalista”, a qual teve entre seus principais protagonistas a AIB (BEIRED, 1999, p. 17).

Segundo Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro (CARNEIRO, 2006), a doutrina integralista, assim como outras campanhas da época, extraiu seus principais fundamentos da encíclica papal *De rerum novarum*¹⁶⁷ (Das coisas novas), emitida pelo papa Leão XIII, em 1891. Essa carta versava sobre as questões do princípio da sociedade conforme a Igreja: a família e o sacramento do matrimônio; a origem da autoridade civil, bem como a ordem das suas relações com a Igreja; sobre os principais deveres dos fiéis como cidadãos; mas principalmente, se erguia contra os princípios do socialismo e contra as “falsas teorias da liberdade humana” contidas no liberalismo.

¹⁶⁷ Carta encíclica *De rerum novarum*, 1891. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerumnovarum_po.html, visitado em 15 de maio de 2012.

De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva (SILVA, 2003), com a publicação da encíclica papal *De rerum novarum* em 1891, a Igreja assumia um importante papel entre os que buscavam uma alternativa ao liberalismo e ao socialismo, através do *espiritualismo*.

André Vauchez explica que a palavra *spiritualistas* surgiu nos textos filosóficos europeus a partir do século XII, não possuindo conteúdo especificamente religioso, mas sim, designando a qualidade daquilo que é espiritual, ou seja, independente da matéria. Todavia, a *espiritualidade* é um conceito moderno, utilizado somente a partir do século XIX. Desde então, o conceito de “espiritualismo” exprime a “dimensão religiosa da vida interior e implica uma ciência da ascese, que conduz, pela mística, à instauração de relações pessoais com Deus” (VAUCHEZ, 1995, p. 8-9).

O Papa Leão XIII buscou diminuir a rigidez doutrinária ultramontana de seu antecessor, o papa Pio IX, o qual travou em seu papado uma luta sem trégua contra o “materialismo”, o “naturalismo” e a “perversão dos costumes”¹⁶⁸. Em 1864, Pio IX lançou o *Syllabus*, um compêndio de oitenta páginas que condenava veementemente as “ideias modernas”, seguido pela emissão da encíclica *Quanta Cura*, que expressava, nas palavras de Lúcia Lippi Oliveira, um “ideal teocrático”, reforçado pelo Concílio Vaticano I em 1870 (OLIVEIRA, 1990, p. 160).

O pontificado de Leão XIII (1878-1903) foi marcado pela tentativa de “reconciliação com o mundo moderno”, embora mantivesse a condenação ao liberalismo e ao socialismo (OLIVEIRA, 1990, p. 161). Assim, a encíclica *De rerum novarum* se tornou fundamental para a *doutrina social da Igreja*, corrente que influenciou um grande número de governos e partidos políticos (SILVA, 2003, p. 130-131).

Com essa doutrina, a Igreja propôs formas tradicionais de associação, como as corporações, como forma de superar a luta de classes, sugerindo um Estado que mitigasse a opressão dos capitalistas e garantisse maiores direitos aos trabalhadores, para que assim

¹⁶⁸ O *ultramontanismo* foi uma doutrina que defendia a autoridade absoluta do papa nas questões de fé e disciplina, pensamento esse que reformulou completamente a Igreja católica no século XIX, disciplinando e profissionalizando o clero nos moldes de uma formação moral e intelectual. De acordo com essa doutrina, o poder temporal - o Estado - deveria se subordinar ao poder espiritual - a Igreja, e acreditavam que a sociedade deveria se organizar a partir do direito divino, sendo a Igreja seu único “intérprete autorizado”. Entre os principais pontos afirmados, estava a infalibilidade papal, a rejeição ao liberalismo e ao cientificismo, a exigência de coerência doutrinária dos fiéis e a condenação do princípio de “liberdade de consciência”, com o argumento de que a Igreja não poderia admitir a “liberdade do erro” (OLIVEIRA, 1990, p. 159-160).

fosse preservada a “ordem social”. De acordo com o autor, o *corporativismo* seria, assim, “indissolúvelmente ligado à doutrina social da Igreja” (SILVA, 2003, p. 131).

Durkheim foi um dos pioneiros na formulação do conceito moderno de corporativismo, com fundamentos teóricos e estruturais bem diversos de sua versão na época medieval e moderna. Os grupos profissionais, associados em corporações integradas ao Estado, exerceriam um “poder coletivo de caráter moral”, que seria capaz de disciplinar os indivíduos e influenciar as decisões estatais, tornando-se, segundo tal modelo, uma das bases essenciais da organização política (BEIRED, 1999, p. 106).

Conforme o cientista político Phillippe Schmitter, podemos afirmar que, ao menos no período entreguerras, o corporativismo se tornou uma opção muito presente nos programas de muitos governos e movimentos políticos pela Europa e pelo mundo. O ponto central do pensamento corporativista no período entreguerras foi a defesa de se instaurar uma relação institucionalizada entre os sistemas autoritários de tomada de decisão e de representação de interesses (SCHMITTER, 1974, p. 88).

Um traço significativo da maior parte desses governos e movimentos políticos foi, sem sombra de dúvida, o *nacionalismo*, o *autoritarismo* e o *conservadorismo radical*¹⁶⁹. Após a ascensão do fascismo na Itália em 1922 e do nazismo na Alemanha, em 1933, o *totalitarismo* se tornou mais forte, se fazendo sentir também nas arenas políticas da América Latina.

Nas palavras de Milton Lahuerta, os anos 20 são simbólicos por inaugurarem a gênese do “Brasil Moderno”, com “o aparecimento de novos procedimentos, hábitos, ângulos de visão, diagnósticos que orientaram e mobilizaram várias gerações” (LAHUERTA, 1998, p. 93).

Como forma de oposição direta à fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, o Centro Dom Vital foi organizado pelo laicato católico a partir do núcleo que formava a revista *A Ordem*, fundada em 1921. Teve como primeiro líder o jovem intelectual Jackson de Figueiredo, que se baseava no pensamento contrarrevolucionário francês de Bonald e De Maistre. Figueiredo via no catolicismo o elemento fundamental da

¹⁶⁹ Entendemos por conservadorismo radical, as ideias e os movimentos políticos cujas bases de seus pensamentos apresentavam um forte teor religioso. Francisco Carlos Teixeira da Silva nos afirma que o conceito de “conservadorismo” se insere no contexto do pensamento moderno, como uma contraproposta às ideias revolucionárias de 1789, dessa forma, pode ser definida como uma “ideologia reativa”, expressão cunhada pelo francês Chateaubriand, político que buscou definir uma posição militante de reação clerical e política às consequências da Revolução Francesa (SILVA, 2000, p. 13-21).

tradição brasileira, apresentando uma doutrina radicalmente espiritualista, nacionalista e antilusitana. Assim, combatia o cosmopolitismo, o liberalismo, o comunismo e o materialismo de um modo geral, em favor da luta pela espiritualização da nação.

Desde 1922, o Centro Dom Vital era um dos principais órgãos atuantes na formação de intelectuais católicos. A ação de Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima aproximaram homens como Plínio Salgado aos intelectuais do Centro Dom Vital, da década de 1920 em diante. Estes intelectuais tinham o objetivo de criar novas lideranças e intermediar as orientações da Igreja para as classes baixas. Ao mesmo tempo, lutavam uma batalha política e ideológica contra o crescimento do comunismo entre os trabalhadores e a classe média, buscando assim cumprir a dieta das doutrinas de Leão XIII e Pio XI.

Nesse espaço do pensamento político brasileiro, houve uma considerável expansão das culturas políticas nacionalistas, autoritárias e normalmente patriarcalistas. A estes se somaram os conservadores radicais, simpatizantes do totalitarismo e os seguidores cada vez mais numerosos da tendência espiritualista, nicho no qual os católicos exerceram maior influência, ao lado dos intelectuais da AIB, entre 1932 e 1937.

Nos debates políticos, intensificados após a Revolução de 1930, a associação feita entre “atraso”, poder oligárquico e liberalismo constitucional aproximou, gradativamente, o nacionalismo de matriz “organicista e corporativa” das posturas da esquerda, que resultavam da combinação “do jacobinismo da juventude militar com a versão militarizada do comunismo da III Internacional” (LAHUERTA, 1998, p. 98).

É por isso que, segundo Lahuerta, mesmo divergindo quanto ao caminho, havia um “caldo de cultura comum” entre as várias correntes intelectuais, que fez com que, durante muito tempo, as questões relativas a uma ordem política democrática ficassem relegadas a um plano absolutamente secundário (LAHUERTA, 1998, p. 98).

Tais circunstâncias teriam levado os intelectuais dos anos 20 a questionamentos que permaneceram na agenda política por décadas. Na década de 1930, cresceram os debates que davam ênfase às teses que afirmavam a existência das até então irremediáveis contradições entre “Brasil legal” e “Brasil real”. Com isso, crescia também a visão de uma “Velha” República que saía de cena para dar lugar à nova e “moderna” república, após a Revolução de 1930. Muitos intelectuais e militares, nessa fase, buscaram assumir papéis de liderança na arena política nacional, o que refletiu na multiplicação de vários grupos sociais a fazer pressão sobre o Estado.

A criação do primeiro partido de inspiração fascista no Brasil ocorreu em 1922, com o surgimento da Legião do Cruzeiro do Sul. No Rio de Janeiro, em 1930, também existiu a proposta de se criar um Partido Fascista Brasileiro, que pretendia apoiar o governo instalado com a Revolução de 1930.

Em 1931, J. Fabrino fundou em Minas Gerais a Ação Social Brasileira, logo transformada em Partido Nacional Fascista. Em fevereiro do mesmo ano, foi lançado o manifesto de um novo partido de tendência fascista - a Legião 3 de Outubro – no qual tomaram parte nomes como Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari (TRINDADE, 1979, p. 104).

Também em 1931, o tenente Severino Sombra, militar de formação católica de inspiração jacksoniana, fundou em Fortaleza a Legião Cearense do Trabalho. Segundo Sombra afirmou no discurso de lançamento do movimento, a Legião surgia para organizar o operariado, para que, “protegido, educado e coeso”, ele se tornasse um “colaborador honesto e consciente das outras classes” (TRINDADE, 1979, p. 108).

Seu projeto defendia um modelo de sociedade corporativa, com base nos sindicatos. De acordo com Trindade, os documentos do movimento revelam que seu programa propunha uma combinação de aspectos da doutrina social católica com elementos do fascismo. Esse movimento contou com o apoio do padre Hélder Câmara e com os elogios de Alceu Amoroso Lima. Segundo o testemunho do tenente Jeovah Motta, o objetivo da Legião seria “cristianizar a classe operária”, optando pelo fascismo, que segundo o tenente, competia nas bancas com os livros de esquerda, dividindo o tenentismo entre ambas as tendências e aqueles que ficaram em torno de Getúlio (TRINDADE, 1979, p. 109).

Também em 1931, o jornalista mineiro e egresso do Partido Republicano Mineiro, Olbiano de Mello, dava início à elaboração do programa do Partido Nacional Sindicalista. Olbiano de Mello apresentou uma obra que se tornou muito influente entre outros intelectuais e no público em geral, interessados sobre os temas do corporativismo, do sindicalismo, e do fascismo, aplicados à realidade social brasileira e à ação política prática. Entre os principais ensaios publicados por Mello na época, destacam-se *República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil* (1931), *Comunismo ou Fascismo?* (1931) e *Levanta-te Brasil!* (1932) (TRINDADE, 1979, p. 111).

Outro movimento que também apresentou produção e ação intelectual relevantes no período foi o grupo formado pelos monarquistas católicos corporativistas da Ação Imperial

Patrionovista. Esse movimento foi fundado em 1928, com vistas a restaurar a Monarquia de acordo com seus moldes tradicionais, ou seja, enquanto um regime que se apoia na figura do rei, da Igreja católica, e das corporações medievais, em consequência, rejeitava a experiência liberal do Império brasileiro.

Sebastião Pagano, um dos líderes patrionovistas, definiu os limites do Estado segundo seu movimento, com a publicação em 1932 do artigo intitulado “Do conceito de Estado Integral”. Apresentava sua definição de Estado como “um conjunto orgânico, nacional, hierarquizado e harmônico (...) onde o conceito de liberdade é profundamente humano, hierárquico e paternal, atendendo à sociabilidade do homem, a sua finalidade última e ao bem comum geral” (TRINDADE, 1979, p. 115).

Paim Vieira, outro importante teórico do movimento, exaltava a “perfeição moral” das corporações medievais, afirmando não haver corporativismo leigo – “sem Deus não há harmonia, não há disciplina, porque não há autoridade. Sindicalismo sem Deus é absurdo” (TRINDADE, 1979, p. 115).

Com exceção à Legião Cearense do Trabalho, que recebeu grande adesão em sua região, estes outros movimentos foram relativamente pequenos, mas todos se caracterizam por representar a convergência ideológica de líderes militares ou civis mantidos à margem da Revolução de 1930 e, em geral, hostis a esta, embora reconhecessem a oportunidade histórica de mudança representada pelo fim do regime oligárquico (TRINDADE, 1979, p. 103).

Nesse contexto, projetos modernizadores e conservadores se chocavam, as mais contrastantes ideologias circulavam entre o Velho e o Novo Mundo, a questão social e a questão nacional atingiam seus paroxismos, tornando-se fontes de inspiração para a elaboração das ideias de “crise” e “reconstrução”. Ambas estas ideias formaram o principal eixo temático no imaginário político e social desse período, no qual os intelectuais reclamavam para si um papel relevante na construção da cultura nacional e na escolha dos rumos da sociedade. Foi nesse contexto em que emergiu a Ação Integralista Brasileira (TANAGINO, 2013, p. 64).

Inspirando-se fundamentalmente na *doutrina social da Igreja*, do mesmo modo que outras campanhas autoritárias e/ou conservadoras do mesmo período, a proposta dos intelectuais da AIB era resolver a “questão social” no Brasil, através da educação e da ação política dos dirigentes e dos dirigidos (TANAGINO, 2013, p. 12).

Rodrigo Patto Sá Motta afirma que o integralismo representou uma das mais importantes forças do anticomunismo brasileiro, e por isso mesmo, atraiu, juntamente pelo seu aspecto espiritualista, a simpatia das correntes conservadoras no país. Segundo o autor, anticomunistas seriam, a princípio, indivíduos e grupos que apresentam uma “recusa militante” ao comunismo, ideia genérica cujo núcleo encontra-se no marxismo-leninismo que deu origem ao bolchevismo e ao modelo soviético. Todavia, por “anticomunistas” denomina-se uma série de agrupamentos os mais heterogêneos entre si, o que refletiu na adoção de diferentes estratégias de combate ao comunismo (MOTTA, 2002, p. XIX).

No século XX, o “comunista” se tornaria figura indispensável nas narrativas que exploravam a temática do “mito conspirativo”, entre outras mitologias políticas integralistas (TANAGINO, 2013). Neste aspecto, o anticomunismo foi um dos mais fortes sentimentos compartilhados pelos camisas-verdes, razão de uma campanha paralela de policiamento cultural, espionagem e terrorismo.

Enquanto antítese do “Perigo Vermelho”, a AIB foi constituída segundo uma concepção estética que lhe concedesse o aspecto de um movimento cultural revolucionário, que representasse aquilo que havia de mais novo em termos de uma atitude política moderna em face aos problemas sociais, econômicos e da cultura. Com esse intuito, ao lado da formação de secções de estudos voltadas para a publicação de pesquisas e obras, os integralistas aderiram ao uso de um conjunto de símbolos, práticas, rituais, que envolvia um uso criterioso e regulado de uniformes, insígnias, honras, regalias, hinos, eventos esportivos, culturais e políticos.

A AIB possuía todas as características de um partido revolucionário militarizado de direita. Eles adotaram como símbolos a bandeira azul e branca do Cruzeiro do Sul, a camisa-verde, a letra grega Sigma (Σ), a saudação de inspiração tupi *Anauê!*, o gesto de saudação erguendo o braço para o alto e o culto à personalidade do líder carismático na pessoa do fundador e “Chefe Nacional em caráter perpétuo da AIB”¹⁷⁰: Plínio Salgado.

Esse projeto de transformação da cultura se daria a partir de um novo conceito Estado brasileiro (o Estado Integral) cuja tônica seria a centralização do poder, a direção da economia, a adoção do sistema corporativista e a direção da revolução cultural integralista

¹⁷⁰ AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. *Protocolos e Rituais*. Niterói: Núcleo Municipal de Niterói, 1937, p. 6.

sob o lema *Deus, Pátria e Família*¹⁷¹, tendo à frente o Chefe Nacional da AIB Plínio Salgado, seguido pelo chefe do Departamento de Milícia da AIB, Gustavo Barroso (1888-1959), e pelo jovem Miguel Reale (1910-2006), chefe do Departamento Nacional de Doutrina da AIB.

De acordo com Hélgio Trindade, o tipo de estrutura organizativa desenvolvida pelo integralismo (a burocracia organizada através dos órgãos, funções, papéis e comportamentos previstos pelos protocolos e rituais; as relações rígidas entre os órgãos de enquadramento disciplinar dos militantes, incluindo as milícias e a alta hierarquia autoritária) superou a função meramente instrumental de enquadramento autoritário. A AIB incorporou uma nova dimensão de nível de organização que o autor classifica como uma “pré-figuração do Estado Integral”, entre 1932 e 1936, quando teria sido configurada a organização burocrática totalitária da AIB, revelando uma experimentação após 1936 do modelo pré-estatal, “em escala reduzida”, do Estado Integral.

Para Trindade, a burocracia organizada através dos órgãos, funções, papéis e comportamentos previstos pelos protocolos e rituais; assim como as relações rígidas entre os órgãos de enquadramento disciplinar dos militantes, incluindo a alta hierarquia autoritária, conformaram a tendência “totalitária” do movimento (TRINDADE, 1979, p. 161-175).

Ricardo Benzaquen de Araújo entendeu na ideologia elaborada por Salgado, a “afirmação de um projeto de cidadania e soberania popular através de uma modalidade radical de mobilização, que envolve a tudo e a todos, de forma permanente e ilimitada, na defesa de seus ideais” (ARAÚJO, 1988, p. 22). Desse modo, poderíamos entender como *totalitário* o projeto revolucionário de Plínio Salgado, contrastando, mas não de forma de excludente, com a sua postura autoritária e com a visão conservadora que mantinham em face ao processo de modernização do país.

Compartilhamos com Araújo a concepção de Barrington Moore Jr, segundo o qual a *modernização conservadora* normalmente ocorre através de um pacto entre uma nascente, mas ainda incipiente burguesia industrial e as elites terratenentes, por isso o autor também classifica esse processo como “revolução vinda de cima”. Esse processo surge de um pacto intermediado pela ação de um Estado forte, sem rupturas violentas causadas por guerras

¹⁷¹ AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. *Manifesto de Outubro de 1932*. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, p. 1-10.

civis entre classes, ao contrário da maioria dos casos verificados em países aonde a revolução burguesa conduziu a regimes democráticos. Em países como Itália e Alemanha, as elites terratenentes conservadoras teriam conseguido controlar a transição de suas sociedades pré-industriais tradicionais para a modernização sem contrapor-se a ela e sem deixar de estimulá-la, inserindo no mundo capitalista suas sociedades industrialmente atrasadas em relação a outros países, como Inglaterra, França e Estados Unidos, sem tampouco perder o controle do campo, modernizado, embora sem profundas transformações de suas estruturas sociais. Sobre o conceito de “modernização conservadora” ou “revolução vinda de cima” (MOORE JR, 1997).

Por isso, podemos concluir que o discurso integralista se apresentou de forma objetiva como um chamado à negação de muito daquilo que vinha sendo modificado nas estruturas sociais brasileiras. Acreditamos que também pode ser pensada como a reafirmação de valores que vinham sendo superados ou resignificados pelas transformações sociais ocorridas no país e no mundo.

Entre as consequências do desenvolvimento do processo de modernização nacional, damos ênfase ao rearranjo das forças no poder, bem como a modificação dos costumes, operada pelas transformações no mundo do trabalho, entre os processos de industrialização, urbanização e proletarização do campesinato e de setores da pequena burguesia.

Plínio Salgado aludiu ao mito da harmonia social “essencial” ao brasileiro, para mitigar o ímpeto de setores da sociedade que se demonstravam insatisfeitos, especialmente o crescente proletariado. Procurava com isso, tolher-lhes a iniciativa de uma organização capaz de aniquilar completamente a ordem estabelecida. O discurso integralista, embora seja considerado por muitos autores como um discurso de abrangência mais urbana que rural, tocou afetividades e sensibilidades amplamente compartilhadas na sociedade brasileira de então, marcada pela presença ainda forte da influência tradicional do patriarcado rural.

Essas culturas políticas unidas pelo ideal de uma modernização conservadora levada a cabo por uma revolução de direita, se uniram em torno da AIB em nome de um ideal de “ordem” como resposta à “crise” oriunda da “questão nacional” e da “questão social”. Como solução para a “crise” de sua época, os integralistas propunham uma filosofia política profundamente marcada pela visão espiritualista do mundo.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e Revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BEIRED, José Luiz Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola, 1999.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. A Contribuição de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale para a construção de um projeto de Estado-nação. In: *Anais do XII Encontro Regional de História. Usos do Passado*. ANPUH. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006, p. 2-3. Disponível em:

<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Marcia%20Regina%20da%20Silva%20ORamos%20Carneiro.pdf> Acessado em 02 de Fevereiro de 2009.

CEFAÏ, Daniel. *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. Apresentação. In: *A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia*. *Revista Tempo*, n 26, janeiro de 2009. Disponível em:
http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a01.pdf, acessado em 21 de janeiro de 2013.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PINTO, António Costa. Fascism: a “revolutionary right” in interwar Europe. In: ATKIN, Nicholas; BIDDISS, Michael. *Themes in modern European history, 1890-1945*. Nova York: Routledge, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Introdução. Redefinindo a Direita. In: _____; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexandre Martins. (org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000, p. 13-21.

_____. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (orgs.). *O século XX: o tempo das certezas, da formação do capitalismo à primeira grande guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v1, p. 109-164.

SCHMITTER Philippe C. *Still a century of corporatism? In: Review of Politics. 36(1), 1974, p. 85-131. Disponível em:*
http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/09.Schmitter_C_Philippe_Still_the_Century.pdf. Acessado em 30 de outubro de 2011.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. “*É Preciso Crer*”: Contribuição para uma história do conceito de Homem Integral segunda a doutrina de Plínio Salgado (1932-1937). Dissertação de Mestrado (História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental: séculos VIII a XIII*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

Fontes

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. *Manifesto de Outubro de 1932*. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, p. 1-10.

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. *Protocolos e Rituais*. Niterói: Núcleo Municipal de Niterói, 1937.

**O Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial:
Uma análise da conjuntura política interna e externa**

Wesley Venâncio*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo uma análise do processo de transformações da conjuntura política interna que o Estado Novo teve que enfrentar devido ao fato do grave problema externo da Segunda Guerra Mundial, evento que alterou profundamente a estrutura do regime de Getúlio Vargas. Apesar dos avanços na economia e no processo de industrialização o contexto de guerra causou fissuras políticas no interior do regime que culminou com a queda do ditador pelas mãos dos militares em aliança com as oligarquias dissidentes em 1945. O objetivo do presente artigo é realizar uma análise sobre a cena política do período, os discursos de Vargas e também das vozes opositoras.

Palavras-Chave: Segunda Guerra Mundial. Estado Novo. Política.

Abstract: This article aims to analyze the processes of transformation of the national situation that the New State had to face due to the fact of serious external problem of the Second World War, an event that profoundly changed the structure of the Vargas regime. Despite advances in the economy and in the process of industrialization context of war caused political fissures within the regime that led to the fall of the dictator at the hands of the military alliance with the oligarchies dissidents in 1945. The objective of this article is to perform an analysis on the political scene of the period, the speeches of Vargas and also opposing voices.

Keywords: World War II. New State. Policy.

Introdução

Tendo consciência da vasta bibliografia produzida sobre o período aqui em destaque nosso objetivo com o presente artigo é uma análise das ações políticas do líder da nação Getúlio Vargas frente a um quadro tão complexo como o da Segunda Guerra Mundial. No qual teve que se posicionar externamente em relação ao conflito ao lado dos americanos ou alemães, decisão que postergou ao limite em busca de obter vantagens econômicas para o país, e também tendo que lidar com graves dissidências internas dentro

* Graduando do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

de seu governo entre grupos que possuíam posicionamentos divergentes em relação ao conflito e diferentes projetos para o futuro do país no pós-guerra. Além disso, as vozes das ruas através de manifestações como a dos estudantes em 1942 exigiram uma posição mais firme do governo em relação ao conflito. O aumento dos ataques dos grupos opositores ao regime também formou um quadro no qual Getúlio Vargas através de seus discursos e ações governamentais buscou um equilíbrio e negociou entre os interesses divergentes que haviam se acentuado devido à guerra.

Para tal objetivo será utilizado parte da bibliografia disponível sobre o tema, o recurso de algumas fontes primárias como determinados discursos de Getúlio Vargas ao longo do período da guerra, e a análise do Manifesto dos Mineiros, documento que nos mostra que mesmo dentro de um governo ditatorial, determinados grupos opositores se aproveitaram da conjuntura do momento para lançar seu grito de protesto em busca da reabertura democrática. Para a análise dos discursos tanto de Getúlio Vargas como das vozes opositoras utilizaremos da análise sobre o que é política de João Ubaldo Ribeiro (RIBEIRO, 1998:10).

Para trocar em miúdos tudo isso, pode se afirmar que a Política tem a ver com quem manda, por que manda, como manda. Afinal mandar é decidir, é conseguir aquiescência, apoio e até submissão. Mas é também persuadir. Não se trata, como já foi dito, de um processo simples, e ninguém pode alegar compreendê-lo integralmente, apesar dos esforços dos estudiosos, que a milhares de anos vêm tentando dissecá-lo, analisá-lo e categorizá-lo. Em toda a sociedade, desde que o mundo é mundo, existem estruturas de mando. Alguém, de alguma forma, manda em outrem; normalmente uma minoria mandando numa maioria. Este fato está no centro da Política. [...] A Política fica então vista como o estudo e a prática da canalização de interesses, com a finalidade de conseguir decisões.

Trabalhando assim com a ideia de poder emanado da prática política, que envolve jogo de interesses em busca de cooptar e persuadir, tentaremos compreender como Getúlio Vargas quanto seus opositores se utilizaram dos discursos para o controle da cena política no período da Segunda Guerra. Na análise sobre os discursos privilegiamos particularmente os que se voltavam para os trabalhadores, empresários e militares, entendidos aqui como os setores sociais sustentadores do regime de Vargas, cada um com sua força e poder de representatividade.

Discurso de Vargas no dia 7 de Setembro de 1942

Em meio às comemorações do dia da independência Vargas proclamou um discurso no qual demonstrou as razões e circunstâncias que levaram o país a declarar guerra aos países do Eixo. O ataque a navios mercantes brasileiros por submarinos alemães que resultaram na morte de mais de 600 cidadãos, entre os quais civis e militares, é visto como algo intolerável e que precisava de uma resposta enérgica mesmo sendo o Brasil um país pacífico e acolhedor em seu território de todos os povos.

A semana da Pátria, neste ano de 1942, assume um caráter de mobilização geral das forças morais e materiais da nação. Serve para conclamar os brasileiros a obrigações penosas, impostas por situações incontrolláveis, para as quais não concorremos, mas as que temos que fazer frente com todas as energias de que possamos dispor. (ARAÚJO, 2011:450)

Nota-se na fala de Vargas o chamado que ele faz aos brasileiros para o que ficou conhecido como “esforço de guerra”. Para o ditador diante do novo contexto de conflito se fazia necessária à união de todos os setores da nação para a vitória, a partir daí a difusão de jargões como “batalha da produção”, “soldado operário” se tornariam rotineiras no cotidiano da sociedade brasileira. Ao analisarmos a posição dos trabalhadores dentro desse discurso algumas ponderações podem ser feitas. O primeiro governo Vargas marcou o início da atuação direta do Estado sobre a regulamentação do mercado de trabalho, leis foram criadas em benefício dos trabalhadores e a consolidação da CLT em 1942 confirmou a importância que o Estado Novo dava a questão de buscar o apoio das classes trabalhadoras para legitimação do governo e sua permanência no poder.

A questão da promulgação das leis trabalhistas em 1942 é vista por Ângela de Castro Gomes (GOMES, 2008) como a apropriação por parte do Estado Novo de um longo processo de luta das classes trabalhadoras. Desde o início da república grupos de socialistas, comunistas e anarquistas ao longo de décadas deram forma, organização sindical e uma pauta de reivindicações ao movimento operário brasileiro, mesmo apesar das fortes repressões. O que ocorre na visão da autora é que a partir da Revolução de 1930, e com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, chamado por Vargas de “Ministério da Revolução” o governo chamou para si a regulamentação do mercado de trabalho, criando assim o salário mínimo, férias anuais, jornada diárias de 8 horas, carteira de trabalho entre outros benefícios. Pautas que eram reivindicações

históricas da classe trabalhadora e que o Estado tomou para si, consolidando a CLT como fruto da clarividência de Vargas. O ditador se apoiando na legislação trabalhista possuía assim grande respaldo junto aos trabalhadores, mesmo apesar do esforço de guerra que acarretou no aumento da jornada de trabalho em alguns setores industriais como o têxtil e o metalúrgico e suspensão das férias em setores tidos como estratégicos.

Proibido os movimentos grevistas ao longo do Estado Novo e sem direito de voto os trabalhadores são vistos durante esse período por uma vertente da historiografia como vítimas da forte repressão do Estado seja pelo uso da violência policial ou coagidos pela forte propaganda ideológica empreendida pelo Ministério do Trabalho e o DIP. Se posiciona nessa vertente trabalhos como o de Francisco Weffort (WEFFORT, 1980) e Otavio Ianni (IANNI, 1975) por exemplo. De fato o posicionamento dos trabalhadores durante o período de guerra leva a algumas indagações. O aumento do custo de vida, a suspensão de alguns direitos recém adquiridos nos leva a pensar que mesmo apesar da possibilidade de repressão violenta por parte do Estado os trabalhadores mesmos desarticulados poderiam recorrer a movimentos grevistas para a reivindicação de seus direitos, mas durante o período aqui analisado nenhum levante de grande relevo foi organizado por parte desse grupo.

Jorge Ferreira (FERREIRA, 1997) nos permite algumas reflexões sobre o posicionamento dos trabalhadores durante o período de maior controle do Estado Novo. O autor se utilizou da História Cultural para analisar a relação entre o proletariado e Vargas, rechaça a ideia de uma “ideologia dominante” imposta de cima para baixo por parte do Estado, defende assim a circularidade de ideias entre os grupos e adota o conceito de Resistência Cultural para analisar as ações dos trabalhadores. Ferreira não nega a forte propaganda doutrinária por parte do governo e a repressão que os trabalhadores estavam submetidos, porém descarta análises que buscam comparar o regime de Vargas ao totalitarismo do nazismo ou fascismo por exemplo. Segundo o autor os trabalhadores apropriaram a ideologia da classe dominante, mas as revestiram com seus próprios significados e valores, pensando assim podemos relacionar o pensamento de Ferreira com a atitude dos trabalhadores durante a Segunda Guerra, impossibilitados do direito de greve e afetados pela conjuntura do esforço de guerra os trabalhadores canalizaram suas reivindicações para a Justiça do Trabalho criada em 1943.

Podemos concluir que Vargas ao se dirigir aos trabalhadores sempre adequava seus discursos e suas ações as situações do momento. As datas comemorativas sempre eram ocasiões para o anúncio de novos benefícios, ou aumento salariais, política que Ângela de Castro Gomes classificou como uma linha de “mão-dupla” entre Estado e classe trabalhadora. Voltando a João Ubaldo novamente, “mandar” é conseguir aquiescência (adesão, aprovação), foi exatamente esse apoio dos trabalhadores que Vargas buscava através de suas ações e discursos.

Agora vamos utilizar novamente o discurso do dia 7 de Setembro de 1942 e retirar dele uma passagem na qual Vargas se refere à situação do conflito externo,

Cultivando as boas relações com os demais povos, praticando uma política de aproximação e concórdia, fomos, entretanto, surpreendidos com uma agressão brutal e inesperada, por parte de Estados que haviam, desde tempos, perdido o respeito de si próprios e não podiam, conseqüentemente, manter o respeito devido aos outros.

Como todos vós sabeis, em Agosto ultimo navios da marinha mercante brasileira foram torpedeados, à vista das nossas costas, por uma ação deliberada e perversa de corsários sob a bandeira das nações de presa que lançaram o mundo no mais sangrento conflito deste século. (ARAÚJO, 2011:450)

Ao falar da surpresa em relação ao ataque a navios brasileiros o líder da nação se esquivava de sua parcela de responsabilidade frente aos ataques. Segundo Letícia Pinheiro (PINHEIRO, 1995:110) a primeira posição do Brasil antes de sua entrada formal no conflito foi de “equidistância”, ou seja, negociou vantagens enquanto pode com americanos e alemães sem tomar uma posição definitiva. Em busca de financiamento para o projeto de implementação de uma indústria de base de grande porte no Brasil, Vargas equilibrou as negociações com os dois lados conflitantes, negociou café em troca de equipamentos para a indústria nacional e armamentos com os alemães até as vésperas do rompimento diplomático entre as duas nações como demonstra a pesquisa de Fernando da Silva Rodrigues (RODRIGUES, 2012).

Posteriormente, Vargas obteve êxito nas negociações com os americanos tendo em vista a aquisição do empréstimo junto ao Eximbank para a construção da CSN em Volta Redonda a partir de 1941 (LEOPOLDI, 2003:241-250), em troca do apoio do Brasil aos Estados Unidos. A segunda fase do Brasil no conflito é vista pela autora como o período de condescendência pragmática, na qual o governo negociou vantagens ainda maiores para

a indústria nacional e o aparelhamento do exército. Rompidas as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha e o posicionamento ao lado dos americanos podemos argumentar que o ataque alemão a navios brasileiros não podem ser vistos como uma surpresa ou agressão inesperada, Vargas obteve vantagens para o Brasil com essa negociação dupla, mas correu os riscos.

Voltando mais uma vez ao discurso do dia 7 de Setembro de 1942, outra passagem importante a se destacar nesse discurso é quando Vargas se refere às manifestações populares que pediam uma posição mais firme por parte de seu governo em relação aos ataques alemães a navios mercantes brasileiros,

A vossa reação, brasileiros, esteve à altura da ofensa. Protestastes com indignação, solicitastes por todas as formas de expressar a vontade popular que o governo declarasse guerra aos agressores, e assim foi feito. (ARAÚJO, 2011:450)

O que se omite no discurso foi o extremo desgaste que tais manifestações e o posicionamento ao lado dos americanos acarretou ao governo. As manifestações que reivindicavam um posicionamento do Brasil no conflito ao lado dos Aliados foram lideradas principalmente pelos estudantes das faculdades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Foram analisadas por Edgar Carone (CARONE, 1976:97) como a volta à cena política de grupos enfraquecidos desde o golpe do Estado Novo em 1937. Por mais que o discurso desses estudantes fosse heterogêneo, composto por socialistas, comunistas, em suas fileiras o que predominavam eram os grupos ligados as oligarquias dissidentes de 1937, que posteriormente teriam papel importante para a queda do Estado Novo.

Outro fato importante analisado por Carone como consequência das manifestações foi à queda do chefe de polícia Filinto Muller, simpatizante as ideias nazistas, após discussões ásperas com Vasco de Leitão (interino de Francisco Campos no Ministério da Justiça) por causa da repressão as manifestações estudantis. Os três foram demitidos de seus cargos por Vargas. Observa-se assim a queda de dois grandes nomes da política do Estado Novo, o homem que tinha através da força policial que comandava o poder da violência, Filinto Muller, e também a queda de uns dos principais nomes da Constituição de 1937, Francisco Campos, também simpatizante as ideias fascistas.

Vemos mais uma vez o exercício de força por parte do ditador em busca de contornar situações delicadas e a tentativa de manter a opinião pública sobre seu controle,

com o afastamento de elementos simpatizantes ao nazi-fascismo do interior de seu governo. Porém como demonstra Carone, apesar da tentativa de controle sobre o movimento estudantil, esse que a princípio só pedia o combate ao fascismo externo representado pelos países do Eixo, por causa de sua heterogeneidade, se voltou também ao combate do “fascismo” interno. Assim no Baile das Américas em Novembro de 1943, com o grito de um estudante “morra Getúlio! Viva a liberdade” ocorreu uma grande confusão sendo a manifestação duramente reprimida pelas forças do Estado, com o saldo final de 2 mortos e 25 feridos.

Seguindo esse processo de aumento das oposições internas A carta aos Brasileiros de Armando Salles escrita em seu exílio de Buenos Aires em Dezembro de 1943 junto com o Manifesto dos Mineiros de Outubro de 1943, ambos publicados clandestinamente, é vista por Edgar Carone como um momento delicado para o regime do Estado Novo. Analisa também o autor como essas antigas elites políticas se manifestaram posteriormente ao movimento das camadas populares e dos movimentos estudantis, se aproveitando do caminho aberto por estes para buscarem seu retorno à cena política.

Discurso do dia 7 de Maio de 1943

No dia 7 de Maio de 1943, em Volta Redonda, Getúlio Vargas discursou sobre a importância da construção da primeira siderúrgica de grande porte no Brasil, analisou como que a construção da mesma marcaria uma mudança definitiva na trajetória da economia do país e lançava assim o Brasil no caminho do desenvolvimento.

O que representam as instalações da usina siderúrgica de Volta Redonda, aos nossos olhos deslumbrados pelas grandiosas perspectivas de um futuro próximo, é a bem o marco definitivo da emancipação econômica do país. Aqui está ele plantado, em cimento e ferro, desafiando cepticismos e desalentos. [...] E digo difícil não só tendo em vista os obstáculos materiais a vencer, como também as resistências e omissões de uma mentalidade pública que parecia incapacitar-nos para levar ao terreno das soluções práticas os grandes problemas. (ARAÚJO, 2011:458)

O projeto de industrialização empregado no Brasil no pós 1930 ainda é alvo de muito debate entre os estudos acadêmicos. Um clássico sobre o assunto é a análise de Celso Furtado (FURTADO, 2003:203), o autor observa o processo de crescimento econômico e industrial do período como consequência da política de defesa permanente do café empregada pelo governo provisório de Vargas, que tendo por objetivo a

manutenção dos lucros dos cafeicultores atingidos pela crise de 1929, intervia sobre as taxas de câmbio de acordo com o desempenho do setor. Outro pesquisador sobre o desenvolvimento econômico durante o governo Vargas é Marcelo de Paiva Abreu (ABREU, 2004:47-64) que compartilhando em parte das ideias de Furtado atribuiu o crescimento do setor industrial como resultado do uso da capacidade ociosa de produção da indústria nacional e não impulsionado por medidas específicas do governo para seu desenvolvimento. Em oposição a essas pesquisas podemos destacar a de Pedro Cezar Dutra Fonseca (FONSECA, 2003:133-148), que criticando principalmente a tese de Furtado sobre a não intencionalidade de desenvolvimento industrial por parte do governo Vargas, e que este estava atrelado aos interesses dos cafeicultores a princípio, o autor demonstra como que a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ainda no primeiro ano de governo indica um forte indicio da intenção de desenvolvimento do setor.

Ao analisarmos o discurso de Vargas realizado pelo inicio da construção da CSN podemos observar como que o advento do conflito impulsionou a tomada de certas decisões em prol do desenvolvimento do setor. Além dos industriais os militares também se mostravam preocupados com o desenvolvimento industrial do país como demonstra a pesquisa de Maria Leopoldi (LEOPOLDI, 2003). Setores do exército, principalmente as figuras dos Generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro consideravam como estratégico o desenvolvimento de determinados setores da indústria nacional, o metalúrgico e o minerador principalmente, e que estes deveriam estar preferencialmente sobre o controle do Estado ou de capitais nacional, eliminado assim a participação dos capitais estrangeiros. Talvez seja daí a necessidade de Vargas no discurso em Volta Redonda destacar qual foi o papel da participação do capital estrangeiro para a construção da CSN.

Escolheu-se a localização da usina e com o apoio financeiro americano, que não nos faltou graças a intervenção amiga do presidente americano Roosevelt, iniciamos a compra dos maquinismos e instalações industriais, invertendo nesses fornecimentos o primeiro empréstimo de 20 milhões, concedido pelo Banco de Importação e Exportação. Porque, é oportuno dizer-se, a aplicação dos fundos externos foi exclusivamente reservada para a aquisição do material estrangeiro. As demais instalações de várias ordens são custeadas pelo capital nacional subscrito pelo governo e pelo povo. É com dinheiro brasileiro que se paga o salário de 8 mil homens que aqui trabalham, desde os técnicos americanos e nacionais até o mais humilde operário. (ARAÚJO, 2011:461)

Sobre a participação dos militares no projeto de industrialização do país a pesquisa de Luiz Rogério Franco Goldoni (GOLDONI, 2003:63) nos traz uma importante contribuição ao assinalar que tanto para o General Dutra – ministro da Guerra entre 1936 a 1945 – como para o General Góes Monteiro – chefe do Estado Maior do exército entre 1937 a 1943 – o estado de guerra total colocava o Brasil em uma situação na qual todas as forças da nação deveriam ser canalizadas para o desenvolvimento do exército. Esses dois militares, representantes de uma corrente no interior do exército que na Primeira república ficou conhecida como “jovens turcos”, que visavam à modernização do exército brasileiro na década de 1920, com o apoio dado a Getúlio Vargas na revolução de 1930 buscaram levar adiante seus projetos.

Observa-se assim as dificuldades enfrentadas por Vargas na condução da política de industrialização durante o período de guerra tendo que conciliar os interesses dos militares que reclamavam participação no processo, o controle sobre os capitais estrangeiros, e a pressão dos grupos industriais nacionais divididos entre os adeptos da opção nacionalista (Simonsen) e os defensores da participação dos capitais estrangeiros (Gudín). Assim podemos compreender a necessidade de em seus discursos valorizar a participação dos militares e industriais no processo.

Pouco depois, nomeávamos grandes comissões de estudos, da qual fazia parte o capitão Edmundo Macedo Soares e Silva, considerado autoridade no assunto, por seus estudos especializados e sua incontestável capacidade. [...] O assunto passou a ser feito, em 1938, pela Comissão Técnica do Ministério da Fazenda, e nesta o depoimento do major Edmundo Macedo Soares e Silva e do Dr. Guilherme Guinle fizeram pender a balança para a solução nacionalista. (ARAÚJO, 2011:460)

Discurso do dia 10 de Novembro de 1943

Ao discursar do novo prédio do Ministério da Fazenda e ressaltar como que este representava o novo momento vivido pelo país que passou de uma nação endividada e sem créditos para outra que caminhava rumo ao progresso dentro de um projeto nacional de desenvolvimento, Vargas além de fazer um balanço sobre as conquistas do Estado Novo também faz uma análise sobre alguns problemas vividos no interior da nação devido ao contexto de guerra, como o aumento do custo de vida e a escassez de alguns gêneros alimentícios.

Mas podemos observar como o ponto central deste seu discurso o ataque que fez a grupos opositores, que poucos dias antes emitira um manifesto em repúdio a seu governo.

Nem há, nem pode haver, devo repetir nessa oportunidade, outro objetivo capaz de nos desviar a atenção. O nosso maior inimigo ainda será a divergência interna. Não preciso lembrar exemplos de outras nações. Está no consenso de todos que a pior forma de impatriotismo, quando nos achamos em plena luta, é impedir ou dificultar, por qualquer modo, o esforço comum para vencer a guerra. Não temos tempo para desperdiçar na interpretação de formulações ideológicas e no exame das conviências políticas de simples finalidade eleitoral. No fundo da nossa consciência sentiríamos remorso se contribuíssemos para lançar o povo brasileiro nos excessos de uma agitação partidária com o fim de tranquilizar os pruridos demagógicos de alguns leguleios em férias. É singular e merece reparo irônico que esses inquietos reformadores improvisados, sempre conhecidos no cenário político pelas suas tendências retardatárias, se erijam em profetas democráticos exatamente na ocasião que os povos de velha estrutura representativa preferem adiar as convocações a vontade popular e manter os chefes nos seus postos. Quando terminar a guerra, em ambiente próprio de paz e de ordem, com garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro. (ARAÚJO, 2011:467)

Esse discurso é fundamental para o objetivo de nosso artigo. Observamos a preocupação de Getúlio Vargas em rechaçar as vozes opositoras que começavam a ganhar força no interior do Estado Novo. Ao se referir com veemência aos leguleios em férias o ditador se dirigia diretamente aos elaboradores do Manifesto dos Mineiros, documento que foi escrito por um grupo de importantes personalidades da política mineira e que pode ser visto como um primeiro ato de oposição. Estes se aproveitando do contexto de guerra, das dificuldades advindas por causa do conflito e as contradições que começavam a rondar o regime do Estado Novo, como o fato de ser um governo autoritário e estar combatendo no plano externo regimes também autoritários, possibilitou que tal manifesto fosse escrito e aos poucos veiculado pelo país, mesmo que ilegalmente. Iremos reproduzir abaixo uma passagem do documento.

Fomos buscar inspiração no passado, porque nele procuram assentar a constância de sua regência política os que, entre nós, por uma errônea interpretação da História, nele somente vislumbram algumas não contestadas vantagens da centralização administrativa e do Governo monocrático, sem atentarem para os males, de muito maior extensão, que lhes são inerentes, sobretudo para a sua fatal tendência a usurpações da soberania. [...] Para que não se ponha em dúvida a sinceridade dos

sentimentos que nos animam, reconhecemos que o Brasil está em fase de progresso material e tem sabido mobilizar muitas de suas riquezas naturais, aproveitando inteligentemente as realizações do passado e as eventualidades favoráveis do presente. Limitar-nos-emos a notar que, em outros países, assim como vinha sucedendo no nosso próprio, idênticos resultados foram conseguidos sem o sacrifício dos direitos cívicos, o que demonstra não serem peculiares a formas autoritárias de governo. [...] Louvando os homens de 1930, civis e militares, pelo empenho posto na destruição das velhas máquinas eleitorais, montadas com o indevido emprego das seduções e recursos do poder público, estamos seguros de que não teremos de assistir a repetição daqueles processos, nem mesmo sob a aparência de ensaios de corporativismo, quando estes se afastam da espontaneidade histórica e se transformam numa simples alavanca de governos de índole fascista. [...] Eis por que, no momento em que devemos, unidos e coesos, sem medir sacrifícios e sem quebra ou interrupção da solidariedade já manifestada, dar tudo pela vitória do Brasil, entendemos que é também contribuir para o esforço de guerra conclamar, como conclamamos, os mineiros a que se unam acima de ressentimentos, interesses e comodidades, sob os ideais vitoriosos a 15 de novembro de 1889 e reafirmados solenemente em outubro de 1930, a fim de que, pela federação e pela democracia, possam todos os brasileiros viver em liberdade uma vida digna, respeitados e estimados pelos povos irmãos da América e de todo o mundo.¹⁷²

Podemos observar claramente os pontos conflitantes entre o manifesto e a parte do discurso de Vargas na qual combate a ação da oposição. Questões como o caráter autoritário de seu regime que vinha em oposição à conjuntura externa na qual estava combatendo essas formas de governo colocou Vargas em uma situação na qual não foi mais possível protelar a questão da reabertura democrática deixada de lado desde o golpe de 1937. O ditador assim observando as transformações da situação política assinalou que estava próximo o momento da redemocratização da nação, mas que primeiro deveria ser consolidada as estruturas que permitiriam uma transição segura e que tal processo seria conduzido pelas forças produtivas da nação – trabalhadores, patrões, militares e funcionários públicos do Estado - e não por políticos aproveitadores e representantes das velhas oligarquias que impediam o desenvolvimento nacional no passado.

Os opositores por sua vez, apesar da crítica que fizeram ao caráter autoritário do regime não esconderam os inegáveis avanços realizados pelo governo Vargas desde 1930, mas alegavam que tais avanços teriam ocorrido naturalmente em uma situação de governo democrático e que o despotismo de Vargas com seu forte caráter centralizador ameaçava o desenvolvimento futuro da nação. Colocando-se como homens participantes do

¹ MANIFESTO DOS MINEIROS. Belo Horizonte, 24 de Out. de 1943, Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/aeravargas1/anos37-45/quedadevargas/manifestodosmineiros

movimento de 1930, e assim como membros daquela geração que rompeu com as velhas oligarquias retrógradas, se apresentavam como políticos modernos conscientes da importância do desenvolvimento material da nação e que este caminhasse junto das práticas democráticas.

Considerações finais

O ditador que durante 15 anos governou a nação em um misto de autoritarismo político aliado a um projeto nacionalista de desenvolvimento econômico e social, no qual buscou aliar os diversos interesses divergentes no interior da nação entre militares, industriais e trabalhadores, não resistiu as transformações da conjuntura externa e interna ocorridas no contexto da Segunda Guerra Mundial. As oposições de grupos políticos internos como a própria pressão norte americana para a redemocratização tornou a condução do Estado Novo insustentável. Getúlio Vargas ao longo de 1944 e 1945 buscou apoio em suas bases para a condução do processo eleitoral, mas a perda gradativa de apoio dos militares – que aos poucos foram se posicionando ao lado dos grupos opositores a seu governo – conduziu o processo em uma direção que não permitiu ao ditador nenhuma opção a não ser a renúncia em Outubro de 1945. Renúncias anteriores como a do ministro das relações exteriores Oswaldo Aranha e uma oposição velada do general Goés Monteiro no interior das forças armadas foram um sinal da crise política interna do Estado Novo.

A forte censura empreendida pelo DIP não conseguia mais controlar com tanta eficácia a imprensa, e a oposição foi gradativamente superando o seu controle e eventos como o Iº Congresso Brasileiro de Escritores em Janeiro de 1945, que exigia a convocação de eleições, como o ataque ao governo via jornais dos grupos opositores foram desestruturando as bases na qual se assentavam os poderes de Getúlio Vargas. Mesmo apesar dos movimentos queremistas que reivindicavam a continuação de Vargas no poder até a promulgação de uma nova Constituição.

Definido como populista, no mal sentido do termo, manipulador e ditador, definições essas que foram formulados principalmente pela escola de Sociologia paulista ao longo das décadas de 60 e 70 (GOMES, 2001:17-57) o fato é que a figura de Getúlio Vargas ficou marcada na História da política brasileira. Sendo assim após as análises de alguns discursos acima reproduzidos, com o auxílio de algumas análises historiográficas

sobre o assunto e dentro das possibilidades do presente artigo podemos formular algumas conclusões.

O governo de Getúlio Vargas deu início a um amplo projeto de desenvolvimento econômico e social, para tal objetivo teve que articular interesses diversos e conduziu a política nacional de acordo com as conjunturas do momento. Na década de 1930 com a crise do Liberalismo e a ascensão de regimes totalitários em detrimento dos democráticos Vargas principalmente após o golpe de 1937 implantou um regime autoritário e fortemente centralizado e burocratizado. Para tal objetivo aglutinou os interesses dos sempre influentes militares e do nascente setor industrial como principal base de apoio. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e todas as transformações dela advinda ocorreu uma queda gradual do apoio ao governo de Vargas. Questões como o rumo do projeto de desenvolvimento industrial do país também foi alvo de controvérsias entre o ditador e setores de industriais mais liberais que defendiam a participação de capitais externos no processo, e reivindicavam maior liberdade para as importações de equipamentos, gerando assim o desgaste do governo com esse grupo.

Recorrendo novamente a João Ubaldo de Ribeiro que diz que a política não é um processo simples e que ninguém pode alegar compreendê-la integralmente temos a ideia da dificuldade de analisar um regime tão complexo como o Estado Novo, que articulou diversos setores da sociedade dentro de uma estrutura ditatorial. Sendo a política a prática de canalização de interesses em busca de adesões podemos concluir que Vargas buscou ao máximo a contemplação desses interesses, seja dos militares, dos industriais que pediam uma maior ação do Estado no processo de desenvolvimento do setor ou dos trabalhadores que lutavam por melhores condições de trabalho. Enquanto canalizou esses interesses o ditador conseguiu as adesões que necessitava para a manutenção de seu poder. Mas quando os interesses saíram do âmbito do econômico e passaram para o político no qual as vozes opositoras clamavam pela redemocratização a estrutura do regime entrou em colapso tendo em vista a relutância de Vargas de abrir prontamente a mão do poder e sua intenção de conduzir o processo de reabertura política da forma que melhor lhe prouvesse. Perdendo adesões a seu projeto e principalmente o apoio essencial de importantes chefes militares os rumos dos acontecimentos conduziram a renúncia do ditador.

Fontes:

MANIFESTO DOS MINEIROS. Belo Horizonte, 24 de Out. de 1943, Disponível em:
www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/aeravargas1/anos37-45/quedadevargas/manifestodosmineiros

Referências bibliográficas:

ABREU, Marcelo de Paiva. Principais mudanças e inovações na política econômica entre 1930 – 1937. In: SZMRECSANYI, Tomás; GRANZIERA, Rui G. (org.). Getúlio Vargas e a economia contemporânea. Campinas; São Paulo: Unicamp; Hucitec, 2004.

FERREIRA, Jorge Luiz. Trabalhadores do Brasil: O imaginário do povo. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. Revista de Economia Política, vol. 23, nº1 (89), Janeiro-Março de 2003.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2003.

CARONE, Edgar. O Estado Novo (1937-1945). São Paulo, ed. DIFEL, 1976.

GOLDONI, Luiz Rogério Franco. Percepções sobre defesa e industrialização durante o Estado Novo. In: Revista da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, v.27, n.54 (jan/jun), 2012.

GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2008.

_____. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: Notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

JUNIOR, Antônio Mendes de Almeida. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas. In: FAUSTO, Bóris. O Brasil Republicano. São Paulo. Ed. Difel, 1981.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (orgs.) O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v2.

PINHEIRO, Letícia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Revista da USP (26), 1995.

RIBEIRO, João Ubaldo. Política; quem manda, como manda, por que manda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, 3ªed.

RODRIGUES, Fernando da Silva. O posicionamento militar brasileiro durante a segunda guerra mundial: Aproximação com a Alemanha e alinhamento com os Estados Unidos da América (1934-1942). In: Revista da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, jan-jun 2012.

VARGAS, Getúlio. Getúlio Vargas 1883 – 1954. Organização Maria Celina D’ Araújo, Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

ST 05. O Catolicismo em Minas Gerais: Novas Perspectivas sobre a História da Igreja

O morrer na Juiz de Fora Oitocentista

Leandro Gracioso de Almeida e Silva¹⁷³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo avaliar quais foram as transformações ocorridas em Juiz de Fora que permitiram a criação do primeiro Cemitério Público da cidade em meados o século XIX, também tem como objetivo analisar o impacto que a criação deste espaço causou no vivenciar da morte. Sob forte influência do contexto higienista com ascensão do saberes médicos, Juiz de Fora também seria influenciada por estes ideais trazidos da Europa. O medo causado por epidemias que assolavam todo o Império inclusive a cidade de Juiz de Fora incentivaria debates na Câmara Municipal para que se criasse um espaço fúnebre que daria melhor destino aos mortos, alegava-se nestes debates como era anti-higiênico e como estava pautado em lendas e superstições manter-se os sepultamentos dentro da antiga Matriz da cidade.

Palavras-Chave: Cemitério – Morrer – Higienismo

Abstract: This study aims to evaluate what transformations have taken place in Juiz de Fora that allowed the creation of the first public cemetery of the city in the mid XIX century, also aims to analyze the impact that caused the creation of this space in the experience of death. Under strong influence of context hygienist with the rise of medical knowledge, Juiz de Fora would also be influenced by these ideals brought from Europe. The fear caused by epidemics that raged throughout the Empire including the city of Juiz de Fora encourage discussions at City Hall to create a funeral that space that would better target the dead, claimed on these discussions as unhygienic was and how this was guided by legends and superstitions remain burials within the ancient parish church of the city

Keywords : Cemetery - Die – Hygienism

¹⁷³ Bacharel em Turismo pela Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora (2011) e Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2013)

Seguindo as medidas higienistas implantadas na Europa entre os séculos XVIII e XIX que pregavam a separação de vivos e mortos, de acordo com (COSTA, 2007: 28) e após longas discussões na Câmara Municipal de Juiz de Fora, decidiu-se construir um espaço fúnebre para cidade. O Cemitério Municipal de Juiz de Fora, inaugurado em 2 de novembro de 1864 seria o primeiro espaço público destinado a este fim na cidade. A partir de então, a cidade passaria por uma grande transformação em relação ao destino que se dava até então aos mortos e o significado embutido na lógica fúnebre.

Durante quase todo o período colonial, não houve nas colônias portuguesas ou por parte da coroa preocupação específica com o fim que se dava aos mortos, bem como um local exclusivo dedicado ao sepultamento dos mesmos, era a Igreja a responsável pelo sepultamento do defunto. A mudança só viria após extensivas discussões que ocorreriam na Europa, especialmente na França do século XVIII e chegariam por aqui, somente no século XIX.

Segundo (ALMEIDA 2007: 122), através de uma carta-régia ainda no período colonial a coroa determinava a proibição dos enterramentos no interior das Igrejas, costume de origem portuguesa que remontava desde a Idade Média, esta carta também orientava à construção de cemitérios a fim de se zelar pelo bem-estar dos vivos. Em 1825 já no contexto do Brasil Império, tem-se uma portaria legislando sobre os sepultamentos e em 1828 o Imperador Dom Pedro I, decretava, através da Lei de 28 de outubro, o fim dos sepultamentos nos recintos religiosos, delegando às câmaras o direito e dever de fazer-se cumprir tal norma.

Devido este lento processo de secularização da morte, é possível se observar uma série de transformações nos ritos mortuários no mundo Ocidental e por assim na cidade de Juiz de Fora, o cuidado com o morto que antes morria em casa e cabia à família providenciar o seu enterro dentro dos costumes cristãos, passava então para a responsabilidade de profissionais que se dedicariam a eles.

Entretanto apesar da força da lei, os cemitérios só surgem no Brasil de modo a abranger todo o território a partir da segunda metade do século XIX, os motivos para essa defasagem entre o período estipulado pela legislação e sua construção de fato são os mais variados.

Segundo (COSTA, 2007: 37) no caso juizforano, as discussões na Câmara se iniciam em 1855, mas a construção de fato só inicia por volta de 1863, 8 anos após um

surto de cólera que atingiu a cidade, as epidemias que ocorriam com frequência nas cidades brasileiras e quase sempre apressavam a construção de cemitérios. No caso de Juiz de Fora como esta epidemia foi fraca, causando poucas mortes, seria essa a principal hipótese para explicar o porquê do atraso do início das obras.

O Cemitério Municipal de Juiz de Fora se deu como alternativa para os sepultamentos que aconteciam até então, chamados de *ad sanctos*¹⁷⁴. A constituição deste espaço em Juiz de Fora, apesar de laico não significaria uma perda da religiosidade tradicional, vivenciada por aqueles que ali sepultavam seus entes querido, pelo contrário, esta seria ressignificada através de uma nova moda incipiente, a arte tumular.

Aproveitando-se dessas transformações surgiram muitos profissionais que se dedicariam aos mortos, entre estes tem-se uma funerária e o primeiro estabelecimento dedicado a marmoraria fúnebre que se tem notícia na cidade de acordo com os anúncios do primeiro jornal de circulação regular de Juiz de Fora, *Pharol*, Os marmoristas *Pereira & Costa*, assinaram obras presentes no cemitério, eles anunciaram constantemente seu trabalho no jornal o que demonstra que havia público e/ou interesse da população em consumir seus serviços.¹⁷⁵

De acordo com (ARIÈS, 1977), a prática da sepultura individualizada não surgiu no Ocidente durante os séculos XVIII e XIX como uma novidade, esta já existia no período do Império Romano, mas desapareceu do Ocidente cristão, com a organização da Igreja que ficou responsável por garantir os enterros de seus fiéis. Durante o século XIX no período de ascensão do romantismo, dos heróis nacionais, houve uma intensa preocupação não mais com a morte de si próprio, mas como a morte do outro, há uma dramatização do luto.

Nesse período, pontua (ARIÈS, 1977), surgem os túmulos de caráter cívico, as visitas aos cemitérios se tornariam rotina e a necessidade de se demonstrar o quão digno e memorável o membro familiar que ali jazia, assim como garantir a perpetuidade do túmulo. Tais fatores são essenciais para compreender o surgimento e a ascensão das

¹⁷⁴Termo em latim, para designar o antigo hábito de se sepultar os mortos dentro das Igrejas sob seus pios, paredes ou arredores.

¹⁷⁵Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, *Pharol*, Ano 1877, Edição 33, 29/04/1877. Página consultada 2011 de Outubro de 2013. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=53&Pesq=>>

marmorarias, que agora estavam incumbidas de fazer a memória do defunto e assim criar estratégias para as famílias serem vistas, louvadas e perpetuadas.

Neste efervescer de novas possibilidades de negócios para os profissionais da morte e com o grande fluxo de imigrantes do século XIX chegando às Américas, alguns desses imigrantes trariam além de seus hábitos, seus valores e gostos estéticos para o Brasil. O incentivo a imigração acontece devido ao fim da escravidão, muitos de eles viriam para substituir a mão de obra escrava nas lavouras do Brasil.

Os imigrantes eram por si só, superiores em termos de formação cultural e profissional em relação a maioria dos brasileiros. Nas mais diversas regiões, nas quais o trabalho escravo se fazia necessário, os negros superavam os brancos em termos demográficos. Devido a falta de formação não garantida de forma ampla durante o período imperial e sob a lógica escravagista, tem-se os imigrantes em posição de destaque em termos de formação, conforme observou (GIROLETTI, 1988: 19-20):

A mão de obra imigrante, qualitativamente superior à do escravo, era dotada de certas habilidades profissionais extremamente funcionais face às mudanças que se processavam. Além de conhecimentos de agricultura, os imigrantes dominavam uma gama de técnicas artesanais e manufatureiras relativamente diversificadas que variavam desde a transformação de alimentos (banha, salame, farinha, massa de tomate, conservas, massas, doces, bebidas...) até a fundição de ferro.

Aproveitando-se dessa situação de crescimento econômico proporcionado pelo café e pelos valores burgueses com sua aversão ao que era nacional, temos em Juiz de Fora a exemplo de outras cidades brasileiras, as condições necessárias para os marmoristas. Eles encontrariam um mercado promissor no que (BORGES, 2002) chama de “morte burguesa”.

Após completadas os pré-requisitos para instalação dos marmoristas, como uma rica região, como uma região cafeeira, principal produto de exportação brasileiro no período, entende (BORGES, 2002: 130) que:

A efervescência narcisista, típica da burguesia, levou a nova classe a querer registrar suas particularidades nos cemitérios, que se tornaram o local propício para: perenizar o individualismo do homem, recém-valorizado após a morte, romper o anonimato das pessoas que passam a promover-se, a distinguir-se dos demais; adquirir propriedades perpétuas, cabendo aos homens poderosos o melhor quinhão da vida eterna.

Os imigrantes italianos que se estabeleceram em Juiz de Fora, a partir da segunda metade do século XIX, eram em sua maioria agricultores, mas também vieram àqueles enxergavam na cidade possibilidade de investimento de seus ofícios. Dentre estes, os que se dedicariam ao ofício de marmoristas conforme observada as assinaturas nos túmulos no cemitério, eram: Frateschi, Scarlatelli, Paschoal & Senatore e Riolino & Senatore.¹⁷⁶

Os cemitérios oitocentistas marcaram a transição nos costumes fúnebres, pois ao contrário do que hoje possam parecer, não eram feitos exclusivamente para os mortos, são sobretudo feitos para os vivos, espelhando, segundo (COELHO, 1991: 8), o que as cidades que os produzem.

Por isso a organização dos cemitérios (com suas avenidas, os diferentes tipos de habitações, que contém, a forma de as embelezar, as suas relações de vizinhança, a hierarquização dos seus espaços) obedece a critérios semelhantes à cidade dos vivos.

Essa mesma preocupação com a configuração visual também é encontrada nos cemitérios, que podem ser trabalhados como microespaços, a partir da conceituação de (ARGAN, 2005). Mausoléus e obras de arte criam a diferenciação entre classes e grupos. Em seu livro *Distinção*, (BORDIEU, 2007) discorre sobre a utilização da estética como fator de distinção e unificação dos iguais.

Segundo o (BORDIEU, 2007: 65):

Sabendo que a maneira é uma manifestação simbólica, cujo sentido e valor dependem tanto daqueles que a percebem quanta daquele que a produz, compreende-se que a maneira de usar bens simbólicos e, em particular, daqueles

¹⁷⁶Após busca no sistema online do Arquivo Público Mineiro, foi possível perceber que estes sobrenomes não constam na relação de entrada de imigrantes na Hospedaria Horta Barbosa, a única existente em Juiz de Fora e uma das principais de Minas Gerais que funcionou entre 1888 e a primeira década do século XX. Sendo assim é possível supor duas hipóteses, a primeira seria que estes marmoristas chegaram primeiro a outrolocalidade e depois se instalaram em Juiz de Fora após o encerramento das atividades da hospedaria, a segunda hipótese seria que já partiram da Itália com algum capital e vieram para Juiz de Fora com intenção de instalarem seus negócios, o que explicaria que não eram como a massa dos imigrantes e assim dispuseram de condições para se hospedarem nos hotéis da cidade. Partindo da segunda hipótese os marmoristas, eram trabalhadores diferenciados, da massa de imigrantes, pequenos burgueses como acredita (BORGES 2002: 57) Acervo Digital do Arquivo Público Mineiro: Registro de Entrada de Imigrantes em Minas Gerais entre 1888 a 1901. Página consultada 19 de Outubro de 2011: <[223](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/imigrantes/search.php?query=&and=AND¬acao=&dtin=&dtfim=&tipo=0&fundo_colecao=0&serie=0&subserie=0&autor=0&local=0&cor=0&ordenar=10&asc_des=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=cfa186a594e34416c9b4158bbdc1fd75_></p></div><div data-bbox=)

que são considerados como atributos de excelência, constitui um dos marcadores privilegiados da “classe”, ao mesmo tempo que o instrumento por excelência das estratégias de distinção, ou seja, na linguagem de Proust, da “arte infinitamente variada de marcar distâncias”.

A produção escultórica e simbólica que é profusamente aplicada aos cemitérios – durante o que (VOVELLE, 1997) chama de “período áureo da arte tumular”, que perdura na Europa entre os anos de 1860 a 1930, e que, no Brasil segundo (BORGES, 2002), ocorre de forma similar – poderia ser tomada como uma forma de distinção dentro do conceito de *habitus* da sociedade.

Assim, os cemitérios brasileiros, por assim o Cemitério Municipal de Juiz de Fora passam a ser um lugar de reprodução simbólica do universo social e nessa condição, tornam-se campo privilegiado para a análise do processo de implantação e consolidação dos valores burgueses na sociedade do século XIX. É também nesse contexto que os cemitérios refletem sem acanhamento a alma da sociedade a que servem.

Considerações Finais

Para se entender as transformações dos costumes fúnebres em Juiz de Fora se faz necessário compreender o impacto que a construção do Cemitério Municipal teve na cidade. O surgimento de profissionais dedicados à morte como os marmoristas entre outros foram o reflexo dessa nova forma de se vivenciar o morrer, devido a construção do cemitério. Sem esta construção de um novo espaço dedicado aos mortos, esses profissionais não teriam encontrado uma perspectiva promissora para desenvolver seu trabalho.

Os marmoristas imigrantes fizeram parte dessa transformação de modo especial, por que ademais de moldar os gostos estéticos locais, contribuíram de maneira significativa, ao ressignificar o morrer, quando adornaram os túmulos com imagens de santos de devoção do falecido e/ou inclusive quando esculpiram a imagem do próprio morto. Este costume até então desconhecido, caíria no gosto da nobreza e burguesia brasileira, ultrapassando inclusive o século XIX.

FONTES DIGITAIS

Acervo Digital do Arquivo Público Mineiro: Registro de Entrada de Imigrantes em Minas Gerais entre 1888 a 1901. Página consultada 19 de Outubro de 2013 Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/imigrantes/search.php?query=&andor=AND¬acao=&dtini=&dtfim=&tipo=0&fundo_colecao=0&serie=0&subserie=0&autor=0&local=0&cor=0&ordenar=10&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=cfa186a594e34416c9b4158bbdc1fd75>

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Pharol, Ano 1877, Edição 33, 29/04/1877. Página consultada em 20 de Outubro de 2013 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=53&Pesq=>>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelina das Graças. MORTE, CULTURA, MEMÓRIA – MÚLTIPLAS INTERSEÇÕES: *Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte*. Tese(Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2007.

ARIÈS, P. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____. *O homem diante da morte*. Vol. I, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, 2v.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Assim na Morte como na Vida: Arte e Sociedade no Cemitério São João Batista (1866-1915)*. Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.

_____. *Jardim regado com lágrimas de saudade – Morte e cultura visual na Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula (Século XIX)*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.) *Cemitérios do Rio Grande do Sul; Arte, Sociedade, Ideologia*. Porto Alegre, Ed. da PUCRS, 2000.

BORGES, Maria Elizia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930) ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 140-141.

CAROLLO, Cassiana Licia de Lacerda. *Cemitério Municipal São Francisco de Paula: monumento e documento*. Curitiba: Boletim Informativo da Casa Romário Martins, Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. *A antiguidade clássica na representação do feminino : pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930)*.

Dissertação(Mestrado em Artes Visuais) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória – Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

COSTA, F. M . M. da. *A morte e o morrer em Juiz de Fora: Transformação nos costumes fúnebres (1851- 1890)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2007

DIAS, Clarissa. *Um olhar... A arte no silêncio*. Curitiba: Clarissa Grassi, 2006.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930*. Juiz de Fora: ed. da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988.

LIMA, Tânia Andrade. *De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais)*. In: Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, v. 2, jan.-dez. 1994.

MOTTA, Antônio. *À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008.

PIRES, Anderson. *Complexo Cafeeiro e Estrutura Financeira: Uma Observação sobre a Economia da Zona da Mata de Minas Gerais(1889/1930)*. Revista Locus, Juiz de Fora. Locus: 14, n. 1p. 231-259, 2008 Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/96.pdf>>

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas Fronteiras do Além: o Processo de Secularização da Morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. 2002, 363 f, Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

VALLADARES, Clarival. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Edição MEC - Conselho Federal de Cultura, 1972.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 2004.

_____, *Imagens e Imaginário na História: fantasmas e incertezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *As almas do purgatório, ou, O trabalho de luto*. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

ST 06. Por uma História Social da Política

Perfil da diplomacia portuguesa na virada do século XVIII para o XIX

Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho¹⁷⁷

Resumo: A comunicação abordará o perfil dos Homens de Estado que compuseram o quadro de diplomatas portugueses em finais do século XVIII e inícios do XIX. No período foco desta comunicação os diplomatas, em geral, eram herdeiros de um *perfil intelectual* e de uma atuação prática que teve seu início no reinado de D. José I, durante as reformas incitadas pelo Marquês de Pombal. Estas fortemente influenciadas pelos diagnósticos da situação portuguesa foram elaboradas a partir da experiência do *estrangeiramento*. Essa experiência do *estrangeirado* orientou a formação do homem público, na medida em que assumia como função a missão de reformar o Estado. Diante disso, a intenção nesta comunicação é demonstrar que tais homens foram formados para ocupar altos cargos públicos, dentre eles os relacionados à diplomacia.

Palavras-chave: Homens de Estado; Estudo Prosopográfico e diplomatas portugueses.

Abstract: This communication aims to bord the profile of the men who composed the State Portuguese diplomats in the late eighteenth century and early nineteenth centuries. In this period focus of this communication the diplomats, in general, were heirs to an intellectual profile and a performance practice that had its beginning in the reign of King Joseph I, during the reforms urged by the Marquis of Pombal. These strongly influenced by the Portuguese situation diagnoses were drawn from the experience of *estrangeiramento*. This experience guided the formation of the public man, in that assumed the function of mission to reform the state. Therefore, the intent of this communication is to demonstrate that such men were formed to occupy senior government posts, including those related to diplomacy.

Keywords: Statesmen; prosopography and Portuguese diplomats.

Este artigo tem por finalidade fazer um estudo que abarque o perfil dos Homens de Estado que fizeram parte do quadro português de diplomatas em finais do século XVIII e inícios do XIX. Em um dicionário atual, se encontra o seguinte significado para o vocábulo *diplomacia*: “1. Parte da política relativa às relações exteriores dos Estados. 2.

¹⁷⁷ Mestre em História e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Conjunto das negociações internacionais efetivadas por meio das embaixadas. (...) 4. Habilidade empregada numa conversação ou no tratamento de assunto delicado.” (Academia Brasileira de Letras, 2008. p. 445) As três definições aqui demonstradas se complementam para pensarmos essa expressão de forma mais completa. Outra explicação sintetiza bem a diplomacia como sendo “um instrumento da política externa dos Estados”, (MATHIAS, 2006, p. 197) que compete à negociação internacional.

Já em um dicionário do século XIX, tal termo aparece de forma variada, a expressão *diplomática* possui outro significado. Diplomática, segundo Antônio de Moraes e Silva, é “a arte, ou Ciência diplomática, de entender os diplomas e documentos antigos. A Ciência dos negociadores políticos, e suas etiquetas, e cerimoniais, que é de ofício, estilos, e uso do Corpo diplomático” (SILVA, Antonio de Moraes, 1789, p. 620). Apesar da diferenciação entre os dois vocábulos em contextos distintos, podemos perceber que a lógica da diplomacia permaneceu praticamente a mesma, no entanto, o termo diplomacia só passou a ser utilizado em meados do século XIX.

Os pesquisadores portugueses Pedro Cardim, Nuno Gonçalo Monteiro e David Felismino realizaram um estudo prosopográfico que se tornou uma referência sobre corpo diplomático português. Segundo os autores, “a prosopografia apresentou-se como o instrumento que melhor permitiu a reconstituição das trajetórias pessoais dos servidores diplomáticos portugueses, dando-nos, finalmente, uma visão de conjunto.” (MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CARDIM, Pedro, FELISMINO, David, 2005) Tal estudo abarca o período de 1640 a 1834, mas para este artigo focaremos somente no período em um dos cinco períodos divididos pelos autores, período este, que como já mencionado abarca o fim do século XVIII e início do XIX.

As cinco seções divididas pelos autores são as seguintes; a primeira, trata-se do período de 28 anos após o ano de 1640. O segundo, vai de 1668 a 1706, que perpassou o reinado de D. Pedro II, o terceiro referente ao período Joanino (1707-1750), o quarto compreende os anos de 1751 a 1777 e por fim, os anos que vão de 1778 a 1834.

O último período é o foco deste estudo visto que é este grupo que participou dos vários intentos ocorridos na virada do século XVIII para o XIX. Sobre isso, o jornalista Hélio Vianna discorreu o seguinte:

No difícil período histórico que foi o final do século XVIII e primeiros decênios do seguinte, para a passagem das idéias absolutistas e autoritárias do Marquês

de Pombal às da Revolução Francesa e do posterior constitucionalismo liberal, contaram Portugal e o Brasil, com toda uma geração de bacharéis, licenciados e doutores saídos da recém-reformada Universidade de Coimbra e de outras da Europa. Foi ela que nos forneceu os estadistas, diplomatas e cientistas (...)(VIANNA, Hélio, 1957)

Antes, porém, de apresentarmos algumas características desse corpo diplomático, acreditamos ser importante apresentarmos o período o qual estamos focando neste artigo. Para Ana Cristina Araújo, a política internacional a partir do século XVIII foi de extrema importância na “evolução das sociedades europeias” (ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu, 1994: p.18). Sobre a política externa portuguesa no contexto pós Revolução Francesa, a autora diz que esta pode ser dividida em três grandes momentos: o primeiro até o ano 1792 que correspondeu a um momento referente ao temor e a recusa ao perigo girondino. O segundo, num espaço de tempo entre 1792 e 1795, avultou uma tendência extremista e jacobina, em que a península ibérica se preparou devido a uma expectativa de guerra. E por último, um início conjuntural que conduziu a primeira invasão franco-espanhola do território Português, em 1807 (Idem: p.29).

Para o desenvolvimento desse projeto levaremos em consideração o último período da divisão feita acima. Percebe-se, portanto, que o advento da Revolução na França foi marcante para os rumos tomados pela política internacional europeia em inícios do século XIX.

Outra obra que permeia essa discussão é de autoria de Jorge Pedreira e Fernando Dores da Costa (PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores, 2008). Essa tem como objeto central o estudo da vida e do reinado de D. João VI, desde 1792 até sua morte, em 1826. Sobre a política diplomática portuguesa no período determinado, eles frisam a dificuldade na manutenção da neutralidade, diante do impasse causado pela concorrência entre as duas potências beligerantes do período, por um lado, a França com quem Portugal havia assinado o real decreto de 26 de novembro de 1807, que deixara a relação entre as duas “sob o signo da ambiguidade” (ALEXANDRE, Valentim, 1992: p. 223) Por outro lado, a Inglaterra com quem o governo português mantinha alianças e recebeu a escolta para que a Família Real fosse transferida para o Brasil. A manutenção da aliança com a potência britânica serviu como uma justificativa para as invasões das tropas de Junot em território português. Costa e Pedreira destacam ainda que Napoleão “invocava oficialmente a má-fé e a duplicidade do governo de Portugal” (Idem: p.223).

Focados no processo que culminou na abertura dos portos, os autores Luís Valente de Oliveira e Rubens Ricupero organizaram uma coletânea de artigos de autores portugueses e brasileiros sobre a abertura dos portos brasileiros em 1808 às nações amigas, seus antecedentes e consequências. Oliveira (OLIVEIRA, Luís, 2007) chama a atenção para as várias designações ocorridas no estado de guerra que pairou sob a península ibérica de 1807 a 1814. Já Ricupero buscou inserir-se na história diplomática, privilegiando, dessa maneira, o estudo de aspectos exteriores examinando tratados. Situando a abertura dos portos no contexto das relações de comércio da Inglaterra com territórios americanos e focalizando a abertura dos portos como uma etapa preponderante pelo qual o Brasil passou de monopólio português a uma “nova modalidade de inserção do Brasil na economia mundial”(Idem, p. 19).

O autor defende que existe uma “síndrome da inevitabilidade” entre os historiadores, quando se trata da Abertura dos portos. Tal síndrome segue um raciocínio em que “se é inevitável que o fato suceda, devido às tendências globais seculares (...) ou acontecimentos imediatamente anteriores(...), não interessa indagar os detalhes, pois eles se daria de todo jeito” (RICUPERO, Rubens,2007: p. 20)

Nesse sentido, segundo Ricupero, deve-se ter um olhar próximo aos acontecimentos, comparando o contexto com circunstâncias ocorridas em outros países. Por outro viés, Evaldo Cabral de Mello, chama a atenção de que a História de Portugal até 1822, também faz parte da história dos brasileiros. Segundo ele, “Fernão Lopes ou o Mestre de Avis são tão nossos quanto deles” (MELLO, Evaldo Cabral de, 2002: p.329) Em sua obra *Um imenso Portugal*, reuniu artigos com diversas temáticas. Mello acredita que a “transmigração da Família Real Portuguesa” para o Brasil, consistiu primeiro, como um fato inédito e único na história do colonialismo europeu, já que todo o aparato estatal da metrópole se transferiu e se “interiorizou”. Buscando a expressão de Maria Odila da Silva Dias “Interiorização da Metrópole” com a finalidade de caracterizar o movimento que desencadeou, posteriormente, segundo ele, na Independência do Brasil e na criação de seu Estado Nacional. Sobre esse assunto, Mello diz que “O Brasil fez-se Império antes de se fazer nação”(Idem 329). Defendendo, dessa maneira, que o contexto internacional que culminou na vinda da família real para o Brasil, fez parte do processo de independência em 1822. Um segundo ponto defendido pelo autor foi o de que uma vez instalados, D. João e seus ministros logo inauguraram todas as instituições indispensáveis

para o funcionamento do Governo, sediado na Colônia, e que carregavam consigo todo um simbolismo. Segundo Mello, esses homens souberam potencializar as circunstâncias “(...) transformando hipotecas em ativos, eles souberam capitalizar a marginalização internacional a que Portugal ficara relegado, inicialmente pela ocupação francesa da metrópole, depois, (...), pelo protetorado de fato que a Inglaterra exerceu em Lisboa (Idem: 332). Tirando proveito da distância que se encontravam da Europa, para seguir com o tráfico de escravos, principalmente na Guiana e na região do Prata, política que não poderiam pôr em prática caso tivessem permanecido no continente europeu.

Para Amadeu Carvalho Homem, as invasões francesas entre 1807 e 1810 surgiram como resposta de Napoleão a fim de impor a obediência de Portugal ao “bloqueio continental”. Diz ainda que o governo do Império português abriu os portos brasileiros ao comércio externo, sob a instigação da potência Inglesa, o que segundo Homem, representou a ruptura do sistema do “pacto colonial” e o conseqüente declínio da hegemonia metropolitana (HOMEM, Amadeu Carvalho, 2001). Esse autor chama atenção, portanto, para os reflexos da política internacional portuguesa diante de suas possessões coloniais, assim como fez Evaldo Cabral de Mello.

Lilia Schwarcz, por sua vez, compara o panorama europeu em finais do século XVIII, a um jogo de xadrez em que Portugal teria se movimentado timidamente como uma peça do jogo, e que este teria assumido uma posição bastante peculiar. Diz a autora que Portugal, sustentou enquanto pôde a imagem neutra, por vezes conflitantes, que visou “agradar a todos, sem agradar de fato a ninguém” (SCHWARCZ, L. K. M, AZEVEDO, Paulo César de, e COSTA, Ângela Marques da, 2002: p. 185). Lilia faz referência a Fernando Novais para mostrar que a organização do equilíbrio das Relações Internacionais das nações europeias seria pautada a partir dos interesses da França e Inglaterra, que detinham o poder tanto econômico quanto ideológico (NOVAIS, Fernando. Apud SCHWARCZ). A autora concorda que a Revolução Francesa abalou o equilíbrio da diplomacia portuguesa, que acabou se posicionando favoravelmente a Inglaterra, deixando cair por terra, os acordos estabelecidos com a Espanha, e um possível acordo com a França para evitar tais invasões.

Em 1803, o estadista D. Rodrigo de Sousa Coutinho teria, segundo Kirten Schultz, chamado o Príncipe Regente sobre a “situação política” europeia. Na guerra instaurada pelas duas potências, Inglaterra e França, a “independência” da monarquia portuguesa

estaria ameaçada. A neutralidade, segundo a autora, estava se mostrando cada vez mais ilusória. D. Rodrigo supunha que no caso de uma invasão nas terras portuguesas o menor dos problemas seria o território lusitano. O problema maior estaria se perdessem o território brasileiro. “Portugal por si mesmo (...) não he a melhor e mais essencial da Monarquia.” (SCHULTZ, Kirsten, 2008: p. 37) Neste caso, o estadista propunha que a Corte fosse transferida com intuito de se criar um poderoso império no Brasil.

Podemos perceber através do estudo da política diplomática portuguesa em inícios do século XIX uma tomada de posição inédita da Corte e seus representantes. Se antes a política internacional lusitana pretendia permanecer na neutralidade, depois dos acontecimentos de 1807, esse episódio tornou-se de fato insustentável. Retomando assim, os acordos e as alianças com a Inglaterra.

Diante deste contexto, uma geração de homens formados à Luz da Ilustração ganharam campo após as reformas pombalinas no ensino, especificamente, na Universidade de Coimbra. Tal reforma

lançou para o seio da governação de d. Maria I, novos tipos de intelectuais ilustrados com fortes pretensões administrativas, que concorriam com a nobreza de corte, detentoras tradicionais dos principais postos diretivos do reino. (SANTOS, 2002).

Deste grupo de intelectuais ilustrados fizeram parte homens que nasceram, em parte, em meados do século XVII. E que Vivendo na fronteira entre o antigo e o moderno, defendendo ideias que mesclavam estas duas proposições paradoxais e que buscavam a manutenção do absolutismo através de pressupostos ilustrados.

As trajetórias dos homens que representaram a corte podem ser vistas, segundo a percepção de Ilmar Rohloff de Mattos, como:

Trajetórias que reafirmavam a cada instante uma conduta organizada com o objetivo de atingir finalidades específicas, mas que não deixavam de manifestar limitações e constrangimentos de diferentes tipos. Trajetórias reveladoras tanto de projetos políticos quanto da trama de interesses em que se inseriam (MATTOS, 2005).

Acredito que o elemento chave para esclarecer tais trajetórias pode ser encontrado

no que ficou conhecido como Absolutismo Ilustrado.¹⁷⁸ O monarquismo podia ser um símbolo de fidelidade à monarquia lusitana de uma geração de homens formados para administrar um Estado que buscava sua secularização e racionalidade.

A carreira diplomática, durante o Antigo Regime, foi mudando seu perfil de acordo com o passar do tempo na Europa e, mais especificamente, em Portugal. O mais importante cargo era o de embaixador, que poderia ser de caráter ordinário ou extraordinário. No primeiro caso, eram enviados para missões permanentes, enquanto para missões especiais, com uma menor duração, eram enviados os embaixadores extraordinários. Poderia acontecer, no entanto, de dois embaixadores serem enviados a uma mesma missão, um ordinário e outro extraordinário, mas o mais interessante nessa perspectiva é perceber que o que realmente importava era que a representação da Coroa Portuguesa estivesse em seu mais alto nível de negociação. Contando, dessa maneira, de forma tanto quantitativa como simbólica. (MOTEIRO e CARDIM, 2005: p. 30)

Devido a isso, em geral, o corpo diplomático português era formado por pertencentes a fidalgos do primeiro plano da nobreza. Até porque a Coroa Portuguesa deveria ser representada da melhor maneira possível. Os representantes de “segunda ordem” eram os ministros plenipotenciários, que eram enviados por Portugal em negociações internacionais.

Segundo o historiador Nuno Gonçalo Monteiro, os mais altos cargos da administração do Império Português eram atribuídos a homens da nobreza. Em Portugal, sempre existiu “uma estreita ligação entre o desempenho dos ofícios superiores da monarquia, (...), e a correspondente remuneração em concessões régias” (MONTEIRO, 1998: p. 505). A nobreza de Portugal seria ocupante dos cargos importantes do Estado, entre os quais, as comissões diplomáticas (Idem, p. 506).

Por sua vez, O envio às embaixadas demonstrava o prestígio que o diplomata, embaixador tinha em relação à corte. Muito embora seja consenso que a maioria dos diplomatas era de origem nobre de alta qualidade de nascimento, muitos não o eram e conseguiram galgar elevadas posições de acordo com os serviços que eram prestados à

¹⁷⁸ Entendo o absolutismo ilustrado como sendo a mistura entre as ideias absolutistas, comum às monarquias europeias com, com as ideias ilustradas.

corte, demonstrando, dessa maneira, como as regras tradicionais se tornavam mais frouxas neste contexto.¹⁷⁹

Outra característica inerente à carreira diplomática neste contexto está diretamente relacionada à hereditariedade. Como exemplo disso, podemos citar a família Sousa Coutinho, muitos membros desta família atuaram na diplomacia portuguesa. Exemplo desta manutenção dos poderes nas mãos da nobreza a substituição de D. Rodrigo Sousa Coutinho por D. Domingos Sousa Coutinho na corte de Turim, em 1796. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, pai de D. Rodrigo e de D. Domingos, assim como Luís Pinto de Sousa Coutinho, e D. Vicente de Sousa Coutinho também ocuparam cargos relevantes no Império e na diplomacia portuguesa. (SILVA, 2002: p. 515)

Sobre os diplomatas neste período devemos levar em consideração que diferentemente de outras épocas, eles passaram a ter uma formação para este fim. Nesse período, a Universidade de Coimbra que passava pelas reformas dirigidas pelo Marquês de Pombal, as quais fizeram cair por terra as orientações pedagógicas da escolástica, que, por sua vez, foram substituídas pela predominância de um Estado Laico, era uma referencia na formação destes homens. Foi na Universidade de Coimbra que se formou toda uma geração de Estadistas em finais dos setecentos (SILVA, 2006: p.53).

Após as reformas de 1772, os estatutos da Universidade de Coimbra ficaram reunidos em três livros, sendo que cada livro dizia respeito a um curso: o livro I era direcionado ao curso de Teologia; o livro II era direcionado ao curso jurídico, enquanto o terceiro era direcionado ao curso de Medicina. Interessa aqui destacar o Livro II, que regulava os cursos jurídicos de Leis e Cânones. Para entender um pouco mais sobre a importância deste estatuto para a Universidade de Coimbra, resgato um trecho de Guilherme Camargo Massau:

Os Estatutos constituíam-se em Lei, ou seja, não eram um mero regulamento interno da Universidade; muito das regras ditadas pela letra do texto devem ser observadas na prática, inclusive dos Tribunais. Mesmo sendo uma Lei, os Estatutos assumiram uma posição de tecer peculiaridades, minúcias (mesmo constituindo costumes) em suas regulamentações (ESTATUTOS, 1972); isso explica a falta de liberdade do professor em seu ensino, pois, além de dispor a metodologia a ser utilizada os Estatutos regulam (explicativamente) a forma e

¹⁷⁹ Podemos citar, nesse caso, o próprio Antônio de Araújo de Azevedo, Sebastião José de Carvalho e Melo, que, ainda de origem nobre, não haviam nascido em nenhuma casa pertencente à primeira nobreza da corte, mas se tornaram, após se dedicarem à diplomacia, Secretários de Estado, alcançando titulações para suas casas. Neste caso respectivamente, tornaram-se Conde da Barca e Conde de Oeiras, que, posteriormente, recebeu o título de Marquês de Pombal.

os passos que o professor deve seguir em todas as cadeiras, prescrevendo o que e como deveria ser ensinado. (MASSAU, 2010)

Embora não fosse exclusivo, os diplomatas portugueses, em sua maioria, se formavam no curso jurídico da Universidade de Coimbra. Este era dividido em Cânones e Leis.¹⁸⁰ Aqueles que o cursavam buscavam uma carreira que proporcionasse prestígio social e que abrisse as portas para o ingresso nas carreiras do Estado.

Além disso, segundo o historiador Nuno Gonçalo Monteiro, um edital lançado no dia 9 de setembro de 1758 tinha como objetivo a hierarquização dos vassallos que estariam divididos em plebeus, nobres, fidalgos da Casa Real e titulares. Alguns anos depois, em 1761, definiu-se que a “principal nobreza dos (...) reinos” (MONTEIRO, 2006: p. 187) seria composta de pessoas que possuísem Foro de Moço Fidalgo para cima e aqueles que possuísem também bens vinculados à Coroa e Ordens, que juntos deveriam exceder o montante de três contos de réis anuais (Idem).

Dessa forma, podemos concluir que tal grupo que atuou neste período conturbado para a diplomacia portuguesa tem uma formação para este fim, baseado principalmente nos novos ideais que perpassaram a transição de um mundo antigo para o moderno.

REFERENCIAS

Academia Brasileira de Letras. Dicionário escolar da língua portuguesa. 2 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa. Edições Afrontamento, 1992.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal*. vol. V, Lisboa, Estampa, 1994.

HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo. In: TENGARRINHA, José. (org). In: *História de Portugal*. Ed. EDUSC, São Paulo, 2001.

¹⁸⁰ A função dos alunos formados em direito canônico era tratar de assuntos eclesiásticos.

MASSAU, Guilherme Camargo. A reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra: as alterações no ensino jurídico. In: *Revista Prisma Jurídico*. Vol. 9, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.uninove.br/revistaprisma>. Acessado em: 02/05/2011.

MATHIAS, Leonardo. A arte da negociação. In: *Revista Negócios Estrangeiros*. Lisboa, nº 9, vol. 1, mar./2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. Almanack Braziliense, nº1, mai/2005

MELLO, Evaldo Cabral de. Interiorização da metrópole. In: *Um imenso Portugal*. São Paulo. Editora 34, 2002.

MONTEIRO, Nuno GONÇALO e CARDIM, Pedro. La *Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen*. Perfil sociológico y trayectorias. *Cuadernos de Historia Moderna*, 2005, 30, p. 7-40.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José*. 1 ed. Rio de Mouro, 2006.

_____. *O Crepúsculo dos Grandes - A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

_____, CARDIM, Pedro, FELISMINO, David. A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil Sociológico e trajetórias. In: MONTEIRO. Nuno Gonçalo; CUNHA, Mafalda Soares. (ORG) *Optima Pars Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, 2005.

OLIVEIRA, Luís. Apresentação. In: OLIVEIRA, Luís Valente de. e RICUPERO (org). *A Abertura dos portos*. Ed. SENAC. São Paulo, 2007.

PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI, um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

RICUPERO, Rubens. In: O problema da Abertura dos Portos. In: OLIVEIRA, Luís Valente de. e RICUPERO (org). *A Abertura dos portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p. 20.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical*. Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'Etat : D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian; 2002-2006.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a nação*. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo HucitecFapesp, 2006.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA, 1789, p. 620. *Corpo diplomático: Ministros estrangeiros, que residem como Embaixadores, Inviados, Plenipotenciários, etc.*
Acessado em: 10/03/2011. Disponível em:
<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>.

VIANNA, Hélio. *Um diplomata português neto de brasileira. Conde e Marquês de Funchal*. In: *Jornal do Comércio*, 1957.

Da Igreja à Constituinte: a religião e a formação da estrutura política do Brasil Imperial.

Eliene da Silva Nogueira*

Resumo: A construção desse artigo tem por objetivo analisar os aspectos religiosos presente na formação da estrutura política brasileira. Para isso, foi feita uma análise de como a influência religiosa aparece nos debates políticos da elaboração da Constituição Brasileira. Dessa forma, foi analisada a Constituição de 1824, a primeira constituição promulgada pelo Imperador D. Pedro I, e os Anais da Constituinte de 1823, que nos permite estudar o discurso e as questões políticas apresentadas pelos deputados da Assembleia Nacional Brasileira, do período citado acima.

Palavras-chave: Constituinte de 1823, Igreja e Estado, discurso político-religioso.

Abstract: The construction of this article is to analyze the religious aspects in the formation of the Brazilian political structure. For this, an analysis of how religious influence appears in political debates the preparation of the Brazilian Constitution was made. Thus, we analyzed the constitution of 1824, the first constitution promulgated by Emperor D. Pedro I, and the Annals of the Constituent Assembly of 1823, which allows us to study the discourse and policy issues raised by Members of the Brazilian National Assembly, the period mentioned above.

Keywords: 1823 Constituent, church and state, political and religious discourse.

Introdução

Em meio à atual realidade, encontram-se nos debates midiáticos questões religiosas entrelaçadas à política e ao papel do Estado, sendo frequentemente questionado o que o Estado garante à sociedade, no que diz respeito às múltiplas religiões que fazem parte da nação, e como esta própria sociedade e as instituições religiosas lidam com essas multiplicidades, em que o indivíduo têm liberdade de escolher e professar suas crenças. A

* Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

relação entre política e religião aparece enraizada culturalmente, porém não se pretende neste artigo deslocar um problema atual para o passado com objetivo de encontrar uma solução, pois assim, pode-se cometer um anacronismo. Entretanto, ao analisar os Anais da Constituinte de 1823 quando a estrutura política brasileira estava se definindo, percebem-se as questões políticas-religiosas já presente nos debates políticos da época. Dessa forma, procura-se entender como tais questões refletiram na organização legislativa da Constituição do Império.

Então, para perceber esses aspectos religiosos na formação da organização legislativa, foi usado como metodologia a análise dos Anais da Constituinte de 1823, principalmente, o discurso dos políticos que eram incumbidos da elaboração dessa Constituição, em conjunto com a historiografia, que diz respeito à religião e política do Brasil Imperial, que possa contribuir para um embasamento teórico de acordo com o tema.

O legado colonial

Até o final do século XVIII, a religião estruturava as funções, o modo de vida, na Europa e nas colônias. Todavia, com o advento da Revolução Francesa e dos seus conceitos inspirados nas ideias iluministas, passou a existir novas ideologias (principalmente o liberalismo) e estruturas seculares, que transformou a sociedade. Segundo Neves tais estruturas começam a ser repensadas no Brasil no século XIX:

“Por aqui foi, aliás, no século XIX que elas começaram a ser repensadas e redefinidas e, por isso, este texto não se podia abrir sem as mencionar. Em particular, porque a historiografia sobre a Igreja e a religião no Brasil raramente adotou esse tipo de olhar, uma vez ter sido majoritariamente produzida por eclesiásticos, por religiosos e por leigos, que ora se moviam na órbita da instituição, ora se ressentiam de tela abandonado. Para esses, em sua enorme maioria, a história da Igreja no Brasil apareceu, em consequência, como a apologia dos que ela realizara, ou como acerto de contas com a consciência social anterior que eles detinham” (NEVES, 2011: 381).

Além disso, para compreender esse enraizamento político-religioso é preciso remeter ao sistema do padroado. Pode-se entender, de forma simplista, o sistema adotado pela monarquia portuguesa, pós-período da Reconquista, como uma relação mútua entre a Igreja e o indivíduo que obtém para si a condição de padroeiro.

Em 1532, D. João III criou o tribunal que pretendia controlar os assuntos espirituais, fazendo parte do seu aparelho administrativo nas colônias. O tribunal passou a ser chamado de Mesa da Consciência e Ordem, este tinha como uma de suas tarefas zelar

pela conservação do culto. Tal situação fez com que o soberano aparecesse como padroeiro. Assim, ficava a cargo do monarca a criação de igrejas, paróquias, entre outras funções que garantisse a manutenção do Império. De acordo com Neves:

“Em troca dessas obrigações o monarca, detinha o privilégio de arrecadar e aplicar as receitas obtidas com o principal imposto direito da época, o *dízimo*, em princípio destinado a Igreja; de indicar bispos, cônegos e párocos para que as autoridades eclesiásticas os investissem em seus cargos; e de dar ao seu *beneplácito* para que as bulas e outro documento pontifícios circulassem e tivessem validade no reino e domínios”(NEVES, 2011: 383).

Diante disso, percebe-se uma relação de interesse, porém uma sobreposição e domínio do Estado sobre as atividades eclesiásticas, que será acentuado com as mediadas do Marques de Pombal, de forma que, os agentes religiosos estivessem mais coniventes com os interesses da coroa. Assim, os jesuítas foram expulsos do Brasil, em 1757, sendo acusados de não colaborarem com o governo, incentivando a nação contra o mesmo, e de ainda praticarem o comércio ilegal (VIEIRA, 2007: 23).

De acordo com Neves, para estabelecer essa relação de convivência entre religiosos e a política governamental, a monarquia contavam com o sistema do padroado, que transformou o sacerdote em funcionários da coroa. É difícil separar o que era função do Estado e da Igreja tendo em vista essa herança colonial, pois segundo Azevedo estava a cargo da Igreja: “(...) relações sociais e até dos trâmites seculares, como o registro de nascimentos, a legitimação da propriedade, a posse da terra” (AZEVEDO, 1978: 87). E o processo de colonização implicava diretamente na ideia de levar civilização e a fé católica aos povos primitivos, assim, a religião católica servia de justificativa para as ações políticas. Diante desta situação, encaixa-se perfeitamente a consideração de Eduardo Hoornaert: “a separação entre igreja e Estado não tem sentido, pois poderia enfraquecer a obra missionária” (HOORNAERT, 1994: 41).

Portanto, é nesta conjuntura que o Brasil se fez independente, entrelaçados por interesses políticos e religiosos, herdeiro do padroado e regalismo, de modo que, dificilmente será possível desvincular essas relações entre Igreja e Monarquia. É neste sentido que se justifica este trabalho, visto as variadas observações que podem ser feitas sobre essa relação na história política brasileira.

O debate da Constituinte de 1823 e o simbolismo religioso:

Como dito anteriormente, a questão religiosa aparece em vários momentos na elaboração do projeto da Constituinte de 1823. Entretanto, também é preciso salientar um simbolismo religioso presente em outras questões políticas, que não está diretamente ligada a essa discussão sobre religião.

Primeiramente, o Quadro 1 foi construído com dados retirados dos Anais da Constituinte de 1823. Aqui se tem o objetivo de levantar os membros eclesiásticos que exerceram as funções de deputados na Assembleia Nacional em 1823, porém não foram incluídos na lista abaixo aqueles que não tomaram posse. Percebe-se um número significativo de religiosos e a diversidade das províncias que eles representavam. Acrescentando a toda tradição colonial explicada anteriormente, segundo Souza, ainda como resquícios do Antigo Regime não era raro encontrar os padres distanciados dos hábitos sacerdotais, envolvido em festas, tendo família, etc. o que aproximava estes com os problemas cotidianos e da população, assim, transformaram-se em potenciais candidatos políticos (SOUZA, 2010: 46).

Quadro 1: Membros eclesiásticos representantes políticos de províncias.

Nomes:	Função eclesiástica	Província representada
D.José Caetano da Silva Coutinho	Bispo	Rio de Janeiro
Belchior Pinheiro de Oliveira	Padre	Minas Gerais
Manuel Rodrigues da Costa	Padre	Minas Gerais
José Custódio Dias	Padre	Minas Gerais
Antônio da Rocha Franco	Padre	Minas Gerais
Silvestre Alvares da Silva	Padre	Goiás
Francisco Muniz Tavares	Monsenhor	Pernambuco
Ignácio de Almeida Fortuna	Padre	Pernambuco
Venâncio Henriques de Rezende	Padre	Pernambuco
Francisco Ferreira Barretos	Padre	Pernambuco
Luiz Ignácio de Andrada Lima	Padre	Pernambuco
José Martiniano de Alencar	Padre	Ceará
Manuel Pacheco Pimentel	Padre	Ceará

José Joaquim Xavier Sobreira	Padre	Ceará
Manuel Ribeiro Bessa de Hollanda Cavalcanti	Padre	Ceará
José Ferreira Nobre	Padre	Paraíba do Norte
José Antônio Caldas	Padre	Alagoas

Esse levantamento, também facilita a compreensão dos discursos desses deputados, visto que são membros eclesiásticos. Na sessão do dia 18 de abril de 1823, o deputado Andrada Machado levantou o debate sobre o juramento, que deveria ser prestado por todos que tomassem posse na assembleia. Assim, encontra-se no discurso dos Srs. Andrada Machado, França e Dias como elemento comum de suas propostas, o juramento de manterem a religião católica romana, dessa forma, a governarem para o bem da nação.¹ Logo, na sessão do dia 30 de abril, o Sr. Carneiro Campos propôs que iniciasse o debate sobre o cerimonial que deveria ser realizado para receber o Imperador na assembleia. Depois de uma breve discussão, foi aprovado o artigo 20 que definia:

“Nas sessões ordinárias estará a cadeira do presidente defronte do trono, e diante dela estará a mesa: em cima dela os Santos-Evangelhos, um exemplar da constituição, outro desse regimento, os códigos das leis do Império, a lista impressa dos deputados e dos membros de cada comissão.”²

Ao analisar essas duas sessões, percebe-se a preocupação por parte dos deputados, de que deveriam construir a nação sobre a benção da cristandade e leis da justiça, e por isso, encontra-se o simbolismo religioso presente no juramento de posse e nos Santos-Evangelhos que estariam sobre a mesa.

Na sessão do dia 3 de maio, ficou definido que D. Pedro seria o Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, assim, este também teria que cumprir o juramento. Segundo o presidente da Assembleia, esta governaria com perfeição e sabedoria, graças aos bons costumes e os sentimentos religiosos das autoridades, que a divindade não lhes abandonariam enquanto eles cumprissem o juramento de profanar a religião do país, no caso a religião católica romana.³ É interessante perceber que o presidente da Assembleia, José Caetano da Silva Coutinho, era bispo do Rio de Janeiro, o

¹ BRASIL. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte (1823). **Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte. Tomo primeiro.** Rio de Janeiro, v.1, 1874, p.3-4.

² Ibidem, p.5.

³ Ibidem, p.16-17.

que facilita a compreensão desse discurso que apelava para forças divinas, um membro eclesiástico claramente preocupado em manter o poder da Igreja. Pois, o bom governo seria aquele que estivesse de acordo com os dogmas cristão, ou seja, a Igreja continuaria a influenciar o comportamento e vida cotidiana das pessoas.

Outro contexto político aparece na sessão do dia 5 de junho com uma discussão a respeito das sociedades secretas. Entretanto, implicava na questão religiosa de forma que, estas sociedades eram entendidas como opostas á moral e á religião cristã, assim, deveriam ser punidas, como se percebe na emenda do deputado Andrada Machado:

“Art.7º. As sociedades que tiverem princípios subversivos tão somente opostos á moral e á religião cristã são severamente proibidas: os seus membros uma vez juramentados, persistindo na adoção de tais doutrinas, se as tiverem reduzido a ato, serão degradados por 10 anos; se não tiverem praticado outro ato mais além do Juramento e a adoção dos princípios, serão degradados por cinco anos.”⁴

Depois de um longo debate entre os deputados, a respeito do referido artigo, que continuou a ser discutido na sessão do dia 7 de junho, sobre o peso da pena aplicada, levantou-se a questão de que estes homens, pertencentes a tais sociedades, estariam simplesmente expressando suas opiniões, por isso, injustamente deveriam ser considerados criminosos. Já que estes homens necessariamente não estariam propagando contra a moral e a religião do país. Entretanto, como explicação do porque estas sociedades devem ser punidas, encontram-se a interessante fala do padre Henrique de Rezende:

“(…)As sociedades secretas foram proibidas prescindindo de serem boas ou más, e pelo simples fato de serem secretas; e é por isso, que se impôs penas tão limitadas.Outra coisa, porém é o que agora se trata: trata-se de punir homens, que se ajuntam para um fim positivamente mau, como se supões no artigo; porque não são homens, que conversão, ou debatem literariamente princípios, de que estão persuadidos, e que não paixão deles: são homens, que estabelecem uma sociedade com regulamentos para propagarem, por isso que é uma sociedade, que adquire prosélitos, e se ramifica.”⁵

Portanto, pode-se analisar a frase do Sr. Henrique de Rezende da seguinte maneira, se estas sociedades discutissem apenas literariamente suas opiniões e princípios, estas seriam públicas e não secretas, ou seja, o fato delas serem secretas faz com que estas

⁴ BRASIL. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte (1823). **Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte. Tomo segundo.** Rio de Janeiro, v.2, 1874, p.12.

⁵ Ibidem, p.18.

sociedades tenham objetivo de propagarem algo e por isso elas devem ser punidas. Todavia, o objetivo aqui, não se trata da discussão das sociedades e se o alvará de 30 de Março de 1818 será revogado ou não, a intenção é mostrar que interesses religiosos estavam por trás do discurso desses deputados, como a fala anterior do padre Henrique de Rezende. Tendo em vista que ele é um religioso, pode-se supor que ele estava preocupado que as pessoas deixassem de aderir a Igreja, para estarem participando dessas sociedades.

Na sessão do dia 1º de setembro passou a leitura do projeto da Constituição, no capítulo II, o Art.7 garante os direitos individuais dos brasileiros, que está incluso o direito a liberdade religiosa, porém ao analisar os artigos 14, 15 e 16 constata-se que essa liberdade religiosa era muito restrita, dessa forma, compreende-se que outras religiões não eram aceitas publicamente no Brasil Imperial e para os indivíduos gozarem dos direitos políticos eram obrigados a serem católicos como nota-se nesses artigos.⁶

“Art.14. A liberdade religiosa no Brasil só se estende às comunhões cristãs; todos os que as professarem podem gozar de direitos políticos no império.
Art.15.As outras religiões, além da cristã são apenas toleradas, e a sua profissão inibe o exercício dos direitos políticos.
Art.16.A religião católica apostólica romana é a religião do estado por excelência e única mantida por ele.”

O tema da liberdade religiosa aparece na sessão de 7 de outubro, que gerou um longo debate durando quase um mês. Talvez não seja exagero considerar a questão mais problemática presente na Constituinte. O debate em questão era o 3º parágrafo do artigo 7º do Projeto da Constituição, que continha, a liberdade religiosa como um dos direitos individuais dos brasileiros. Assim, Andrada Machado declarou a respeito do assunto:

“Temos neste parágrafo outro direito individual, a liberdade religiosa, isto é, a liberdade de adorar cada um o Ente Supremo pela forma que melhor lhe parece, este direito é tão sagrado, que eu creio que nem deveria entrar no catálogo dos direitos garantidos, porque a relação da criatura com o criador está fora do alcance político.”⁷

A fala do Sr. Andrada Machado gerou polêmica discussão dentro da Assembleia. Logo o Sr. Silva Lisboa, convinha que a discussão desse assunto fosse mais propícia quando tratassem do Art. 14º, pois a matéria era coerente, assim, julgava que a discussão

⁶ BRASIL. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte (1823). **Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte. Tomo quinto.** Rio de Janeiro, v.5, 1874, p.7.

⁷ BRASIL. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte (1823). **Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte. Tomo sexto e ultimo.** Rio de Janeiro, v. 6, 1874, p.40.

fosse adiada. Todavia, o Sr. Maciel da Costa avaliava a matéria importante de mais para que se adiasse, pois se tratava de discutir um direito que a constituição afiança. Este não tinha dúvida que a religião dos brasileiros fosse à católica romana, mas em vista da construção de uma nação liberal não poderiam rejeitar em seu meio homens não católicos que pudessem ser útil ao império, dessa forma, os estrangeiros seriam bem vindos independentes da suas crenças, salva as restrições estabelecidas pelo Estado.⁸

A discussão prossegue no dia 8 de outubro, então, aparece o relevante discurso do deputado Rodrigues da Costa opondo-se a liberdade religiosa, este afirmava que a nação já possuía sua religião revelada, assim, questionava como poderia admitir liberdade religiosa, pois era preciso sustentar a veracidade do juramento que havia prestado, ou seja, deveriam manter a religião católica romana, da seguinte maneira:

“E por qual outro modo poderia sustentar a veracidade do meu juramento? Pela persuasão? Não; porque esta é própria dos ministros da palavra. Pelo exemplo? também não, porque não é este o lugar próprio de dar exemplos, logo devemos sustentar a veracidade do nosso juramento, por aqueles meios, que não são competentes.

O corpo legislativo é o que tem autoridade de fazer a lei; pois é pelo meio da lei que devo fazer cumprir o juramento que prestei, de defender a religião católica. Se nesta ocasião, em que se trata de confirmar a lei constitucional, eu não tivesse em vista sua defesa, se eu deixasse passar um decreto, que abala os seus fundamentos seria um perjúrio, porque a não defenderia pelos meios, que competem à autoridade que represento.”⁹

Logo em seguida o Sr. Muniz Tavares se pronuncia da seguinte forma: “(...) como Montesquieu, aqui sou político (...)”¹⁰. Portanto, percebe-se nas expressões desses deputados, que existia um conflito de interesse entre dois grupos, aqueles que queriam separar a religião da política, embora continuassem a seguir a tradição católica, e os que desejavam manter o poder da Igreja entrelaçado com a política. Posteriormente, estes grupos foram identificados como liberais e conservadores, porém é preciso lembrar que neste período, os mesmos, não se identificavam como coligações políticas, no sentido de partidos definidos.

No dia 29 de outubro iniciou o debate sobre o Art.14 do Projeto da Constituição, assim, entrou em discussão o que deveria ser entendido por liberdade religiosa. O Sr. Ornellas fez a seguinte emenda:

⁸ Ibidem, p.41.

⁹ Ibidem, p.43.

¹⁰ Ibidem, p.43.

“Proponho que em lugar de doutrina § 14 se lhe substitua a seguinte – a liberdade religiosa consiste em que nenhum cidadão ou estrangeiro possa ser inquietado e perseguido, de qualquer modo que seja, pelas suas opiniões religiosas, uma vez que se conforme com as leis do estado, e não perturbe a ordem social nele estabelecido. Quanto ao culto publico, só é permitido no Brasil aos da comunhão católica apostólica romana.”¹¹

A emenda do Sr. Ornellas foi apoiada, a assembleia achou necessário que entrasse em discussão os artigos 14, 15 e 16 tendo em vista que a matéria era coerente. O deputado Henrique de Rezende propôs um acréscimo no Art.16, que dizia, “o católico que apostatar abraçando outra seita, ficará privado do exercício dos direitos políticos.”¹²

A partir desse momento o debate na assembleia tornou-se mais polêmicos, pois a visão dos grupos citados anteriormente eram cada vez mais conflitantes, como se pode notar no discurso do Sr. França:

“Não sejamos maus políticos a custa de parecermos muito católicos. O Brasil necessita de povoação, de homens industriosos, que aproveitando as facilidades naturais que ele oferece, em breve o fação opulento: deve pois por seus próprios interesses ter um governo hospitaleiro, e não mesquinho, e fanático, que se importe com o que se crê, ou se deixe de crê em matéria de religião”¹³

Observa-se novamente a preocupação desse grupo mais liberal com os estrangeiros que poderiam contribuir para o desenvolvimento do país, e que a religião não poderia ser uma barreira impedindo que estes se instalem no Brasil. Deste modo, o deputado França rejeitou todas as emendas, por considerá-las menos liberais, sendo da opinião que os artigos deveriam manter-se regidos como estavam. Logo, suscitou a palavra do Sr. Henrique de Rezende em defesa da sua emenda, considerando que aqueles católicos que abandonassem sua religião para seguir outra seita, nunca possuíram nenhuma religião, por isso, deveriam ser apartadas da sociedade, privadas do uso político. Pois de acordo com o deputado, o Estado não precisava de pessoas sem caráter, moral, religião, assim, estas não deveriam gozar de direitos. Neste dia, varias emendas foram propostas.

No dia 5 de novembro de 1823 retornaram a discussão sobre os artigos 14, 15 e 16. O deputado (padre) Rodrigue da Costa expressava a seguinte opinião sobre a liberdade religiosa: “Nestes termos eu julgo que longe ser urgência semelhante legislação, só tem

¹¹ Ibidem, p. 169.

¹² Ibidem, p. 170.

¹³ Ibidem, p. 171.

por fim com esta liberdade afastar os indivíduos do seio da nossa religião...”¹⁴, o Sr. França interrompeu o deputado, com a argumentação de que a liberdade religiosa já tinha sido decidida em outras sessões como um dos direitos dos brasileiros, e que o artigo deveria ser sustentado. Naquele momento na discussão cabia a apenas debater as modificações necessárias, ou seja, os limites dessa liberdade.

Entretanto, no dia 12 de novembro de 1823 o Imperador dissolveu a Assembleia Constituinte, no ano seguinte, 1824, promulgou a primeira Constituição Brasileira.¹⁵ O Art.5. desta Constituição definia: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.” Ainda no (art.95, III), podiam ser eleitores e nomeados deputados exceto “os que não professarem a religião do Estado”. No (art.102, II), o imperador como chefe do poder executivo tinha como atribuição “nomear Bispos, e prover os Benefícios Eclesiásticos.” Por fim, o Título 8º, “Das Disposições Gerais, e Garantias dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros.”, o (art.179, V) constatava que, “Ninguém pode ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a Moral Pública.” Portanto, ao analisar esses artigos percebe-se que a vontade de alguns deputados da constituinte a respeito da liberdade religiosa, ou até mesmo a separação dos assuntos religiosos e políticos, deixa de existir com Constituição de 1824.

Considerações finais:

Diante de tudo que foi exposto, tendo em vista apenas alguns trechos retirados do debate da constituinte devido sua densidade, conclui-se ter alcançado objetivo proposto, mostrando a complexidade da relação religiosa e política na formação da estrutura legislativa do Império. Os membros que participaram dessa formação legislativa hora tendiam a defender os seus interesses religiosos, hora defendiam seus próprios interesses políticos. Quanto aos interesses religiosos, precisa-se entender a importância da Igreja Católica como herança colonial, influenciando diretamente na vida social. No que diz respeito aos interesses políticos, estes podem ser compreendidos com base nas medidas pombalinas que aproximou esses religiosos da vida política.

¹⁴ Ibidem, p. 194.

¹⁵ BRASIL. A Constituição Política do Império do Brazil (De 25 de março de 1824). Rio de Janeiro.

Assim, durante a análise da Constituinte percebem-se essas dualidades de interesses, principalmente na questão da liberdade religiosa. Todavia, com a promulgação da Constituição de 1824, ficou nítida a herança do padroado em que o Imperador continuou tomando para si a condição de padroeiro, assim, interferindo diretamente nos assuntos eclesiásticos. Ao mesmo tempo, é preciso dar relevância ao papel da Igreja, pois ela continuou a legitimar o poder da monarquia e exercer funções sobre o cotidiano da sociedade. Além disso, segundo Romano, a Igreja Católica sempre combaterá sua perda de influências nos espaços públicos.

“Durante toda a história posterior, a Igreja discutirá o pensamento laico, ora maçom, ora liberal, ora positivista, sobre a manutenção pública da fé como símbolo de poder. A existência de uma palavra, de um gesto, de uma imagem posta em lugar visível (como a figura do crucificado nos tribunais) representava para ela a certeza de que ainda não tinha sido reduzida à particularidade, exigida pelo discurso leigo e racionalista.” (ROMANO, 1979: 89)

Portanto, o simbolismo religioso sempre estará presente nos espaços públicos, sendo uma forma da Igreja reafirmar o seu poder no meio político, como na constituinte em que os evangelhos estavam sobre a mesa ou como afirmou o autor os crucifixos constando nos tribunais atualmente. Dessa forma, entende-se que existia e ainda existe um profundo enraizamento religioso nos assuntos políticos que dificilmente será separado por completo.

Fontes

BRASIL. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte (1823). **Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte. Tomo primeiro.** Rio de Janeiro, v.1, 1874. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8567>>

_____. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte (1823). **Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte. Tomo segundo.** Rio de Janeiro, v.2, 1874. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8567>>

_____. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte (1823). **Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte. Tomo quinto.** Rio de Janeiro, v.5, 1874. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8567>>

_____. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte (1823). Annaes do Parlamento Brasileiro: Assembléa Constituinte. Tomo sexto e ultimo.** Rio de Janeiro, v.6, 1874. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8567>>

BRASIL. **A Constituição Política do Império do Brazil (De 25 de março de 1824).** Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Tales de. **Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia.** São Paulo: Ática, 1978.

HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil – colônia (1550-1800).** 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NEVES, G. P. A religião do Brasil império e a Igreja. In: GRINBERG, k., RICARDO, S. (org.) **O Brasil Imperial: 1808-1831.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1. 2011, p.377-428.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico.** 1. ed. São Paulo, Kairós, 1979.

SOUZA, F. J. O. **Do altar à tribuna: os padres políticos na formação do Estado Nacional brasileiro (1823-1841).** Tese de doutorado (UERJ), Rio de Janeiro, 2010.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926).** Aparecida, SP: Santuário, 2007.

Phenix Dramática, o teatro da moda

Raquel Barroso Silva¹⁸¹

RESUMO: A companhia que ficou conhecida como *Phenix Dramática*, ocupou o teatro de mesmo nome por mais de uma década. Dentre as companhias teatrais cariocas do período, a mais famosa e, sem dúvida, a mais criticada pelos letrados da Corte foi a *Phenix*. Jacinto Heller foi, diversas vezes, apontado na imprensa como o grande vilão do estado degradante ao qual chegara o “teatro nacional”. Pretendo aqui trazer à luz a história desta companhia, especialmente em sua origem, buscando recuperar seu repertório e a memória que se construiu da mesma nos periódicos do período. A análise e cruzamento das informações colhidas nos jornais, sejam elas provenientes das críticas teatrais ou dos comentários presentes nas colunas pagas, nos trouxe um panorama amplo de opiniões a respeito dos usos da arte dramática na década de 1870.

PALAVRAS-CHAVE: Teatro; *Companhia Phenix Dramatica*; século XIX

ABSTRACT: The company that became known as *Phenix Dramática*, occupied the theater of the same name for more than a decade. Among the Rio theater companies of the period, the most famous and certainly the most criticized by journalists of the Court was the *Phenix*. Jacinto Heller was, several times, pointed in the press as the villain of the degrading state to which come the "national theater". Here I intend to bring to light the history of this company, especially in its origin, seeking to recover their repertoire and built in memory of journals of the period. The analysis and intersection of information in the newspapers, whether from the theatrical criticism or comments in the paid columns, brought us a broad overview of opinions regarding the uses of dramatic art in the 1870s.

KEY-WORDS: Theatre; *Phenix Dramatica Company*; nineteenth century

Entre os anos de 1868 e 1891 vigorou, no Rio de Janeiro, a empresa teatral mais duradoura do século XIX, dirigida, inicialmente, pelo artista Francisco Corrêa Vasques e,

¹⁸¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora sob orientação da Prof^a. Dr^a Silvana Mota Barbosa.

em seguida, pelo seu companheiro, Jacinto Heller. A companhia ficou conhecida como *Phenix Dramática*, por ter ocupado o teatro de mesmo nome por mais de uma década. Dentre as companhias teatrais cariocas do período, a mais famosa e, sem dúvida, a mais criticada pelos letrados da Corte foi a *Phenix*. Jacinto Heller foi, diversas vezes, apontado na imprensa como o grande vilão do estado degradante ao qual chegara o “teatro nacional”. A *Phenix* ocupou o teatro homônimo até 1881 e teve sempre grande concorrência de público graças a adoção de um repertório majoritariamente ligeiro, composto principalmente por paródias de operetas francesas. Por outro lado ela também foi uma das principais responsáveis pela revitalização da atividade dramática no Rio de Janeiro após alguns anos de relativa estagnação da mesma. Conforme observa Mencarelli: “A voga das operetas, das mágicas e das revistas imprimem uma mudança de escala no panorama teatral brasileiro: a ampliação do número de espetáculos, de afluência do público, de companhias, de casas de espetáculos, de produções teatrais.” (MENCARELLI, 2003: 4).

Pretendo aqui trazer à luz a história desta companhia, especialmente em sua origem, buscando recuperar seu repertório e a memória que se construiu da mesma nos periódicos do período. A análise e cruzamento das informações colhidas nos jornais, sejam elas provenientes das críticas teatrais ou dos comentários presentes nas colunas pagas, nos trouxe um panorama amplo de opiniões a respeito dos usos da arte dramática em um contexto político e social marcado por transformações.

1. Um novo teatro para uma nova companhia: de *Eldorado* a *Phenix*

Eldorado foi a primeira denominação do teatrinho construído nos jardins do Hotel Brisson que, mais tarde, se tornaria o *Teatro Phenix Dramática*. Era um teatro particular que ao longo do tempo recebeu diversas denominações tais quais: *Teatro Recreio do Comércio*, em 1864, nas seções vespertinas, *Teatro Jardim de Flora* e *Teatro Francês das Variedades* (nome popular), em 1866 (CENTRO, 2013), *Theatro Francês*, em 1867 (CORREIO, 1867: 4.). Até que em 1868, já ocupado pela associação dramática dirigida pelo artista Vasques, passou a se chamar *Teatro Phenix Dramática*(CENTRO, 2013).

Foi descrito por alguns jornais¹⁸² como um lugar elegante e agradável, mas nem todos possuíam uma visão tão lisonjeira do novo estabelecimento. Nas colunas pagas do *Correio Mercantil*, alguém escondido sob o nome de *L’anti escamoteur* comparou o teatro a “um ordinário *cherivary*” (L’ANTI, 1863: 2).

O café concerto duraria muitos anos, mas a pequena companhia que o estreou teve uma vida breve. Em fins de 1867 a companhia de Vasques já dava espetáculos no teatro de maneira não regular. As companhias ali estabelecidas anteriormente, todas francesas, possuíam um repertório muito parecido com o do famoso *Alcazar Lírico*, inaugurado em fevereiro de 1859, e que tinha como empresário o francês J. Arnaud (SOUZA, 2012)¹⁸³. Tais teatros, também denominados cafés cantantes ou cafés concerto, ofereciam ao público um espetáculo variado, com operas cômicas e grande espaço dedicado às operetas.

Em maio de 1868, após o leilão de todos os objetos do teatro, Hotel Brisson e seus botequins (LEILÕES, 1868) a companhia de Vasques ocupou definitivamente o teatro da Rua da Ajuda mudando seu nome para *Teatro Phenix Dramática*. Apesar de não estar localizada fora do centro da cidade, a Rua d’Ajuda ficava a alguns quarteirões da Praça da Constituição, onde se localizavam a maioria dos teatros. Contudo, isso não impediu que, em pouco tempo, o *Phenix* se tornasse um teatro de grande concorrência de público, ou como preferiu chamá-lo Souza Bastos um ‘teatro da moda’ (SOUSA BASTOS, 1899: 122 e 471)¹⁸⁴.

O *Phenix* foi um teatro de dimensões regulares, nem tão pequeno quanto o *Ginásio Dramático*, que possuía uma lotação para apenas 256 espectadores (SOUZA, 2002), nem tão grandioso quanto o *Teatro Imperial D. Pedro II*, inaugurado em 1875, que comportava 2.500 espectadores (ALMANAK, 1883)¹⁸⁵. Tido como um teatro campestre, possuía uma

¹⁸² Podemos citar como exemplo o *Jornal do Comércio*. cf: PUBLICAÇÕES, 1863: 2.

¹⁸³ O *Alcazar Lírico* recebeu diversas denominações até seu desaparecimento ao final da década de 1880. Sobre o este teatro ver SOUZA, 2012.

¹⁸⁴ Souza Bastos, em seu livro *Carteira do Artista*, referiu-se ao *Phenix*, mais de uma vez, sob esse epíteto (SOUSA BASTOS, 1899: 122 e p.471). O empresário e autor assim definiu o *Teatro Phenix* devido ao sucesso que o mesmo vinha obtendo com seu repertório de operetas, paródias, mágicas e cenas cômicas que caíram no gosto do público fluminense a partir do final da década de 1860. Vários autores contribuíram para divulgar essa imagem do *Phenix* como teatro exclusivamente dedicado ao gênero leve. Essa imagem fora reafirmada especificamente entre 1868 e 1881, enquanto o teatro abrigava a Companhia Dramática dirigida em um primeiro momento por Vasques e, em seguida (a partir 1870), por Jacintho Heller.

¹⁸⁵ Os Almanques dos anos anteriores não possuem referência à lotação dos teatros.

plateia dividida em 12 camarotes, 368 cadeiras, 40 galerias nobres e 500 lugares nas galerias gerais (ALMANAK, 1883)¹⁸⁶. Além disso, possuía jardins e bares para o descanso e interação de seus espectadores durante as apresentações. Antes de chegar a essas dimensões, porém, o estabelecimento passou por, pelo menos, três reformas em 1866, 1870 e 1874¹⁸⁷. A primeira parece ter transformado seu antigo aspecto. A renovada sala passou a apresentar “melhor disposição e [...] mais cômodos para o público” (NOTÍCIAS, 1866: 3). A segunda reforma, em março de 1870, deu-se depois de um verão em que o calor e as “febres” haviam afastado o público dos teatros (ASSUNTO, 1870: 66.). A retirada dos caramanchões dos jardins possibilitou um espaço mais arejado aos frequentadores “que gostam de respirar a brisa amena e fagueira” (EDITORIAL, 1870: 128).

Depois de mais de uma década ocupando aquele espaço, a companhia *Phenix*, já sob a direção de Jacintho Heller, o deixou para ocupar o *Teatro Sant’Anna*, na Rua Espírito Santo. A última apresentação da companhia de Jacinto Heller no *Phenix* foi no dia 23 de outubro de 1881. Apresentou-se na ocasião a 189ª representação de *Ali Babá*, peça fantástica de Eduardo Garrido com música de Henrique de Mesquita. No dia 25 já ocupavam a nova casa com uma ópera cômica do mesmo autor intitulada *A Mascote*, que estava em sua 56ª representação. A transferência de teatro justificada por meio de um pequeno anúncio publicado no jornal *A Gazeta de Notícias*:

A empresa deste teatro participa ao ilustrado público desta capital, que em virtude das grandes escavações que estão fazendo na rua da Ajuda, escavações tais que dificultam o transito do público, vê-se obrigada a tomar o *Teatro Sant’Ana*, afim de dar ali seus espetáculos durante o tempo em que durarem as referidas obras. (GAZETA, 1881: 6)

Mas a companhia nunca mais voltaria ao teatro que a celebrizou como uma das mais prestigiada. Mais tarde o *Teatro Phenix* voltou a funcionar ocupado por várias companhias diferentes ao longo dos anos. Em 1895, após nova reforma, reabriu como *Teatro Nacional*, ocupado, ironicamente, por uma companhia portuguesa sob a direção de Ludgero Vianna. (AZEVEDO, 2009). Em menos de um mês de funcionamento a companhia já havia se dissolvido e o *Theatro Nacional* mais uma vez abandonado.

¹⁸⁶ Cf. ALMANAK, 1883 até ALMANAK, 1889.

¹⁸⁷ Sobre a reforma de 1874 não foram encontradas maiores informações nos jornais. Cf. A. ,1874.

Anos depois, no governo de Rodrigues Alves e na prefeitura de Francisco Pereira Passos (1902-1906), as obras de construção da Avenida Central fizeram desaparecer o antigo teatro (MAURÍCIO, 1956). Artur Azevedo, em sua coluna *O Teatro*, publicada no diário *A Notícia* acompanhou com lamento a destruição: “o saudoso teatrinho [...] ainda lá está de pé na fralda do morro do Castello, mas transformado em depósito de materiais e esperando o primeiro golpe de alvião dos trabalhadores da Avenida” (AZEVEDO, 2009). Arthur Azevedo tentou em vão alertar as autoridades responsáveis pelas reformas urbanas da importância daquele teatrinho:

uma vez que ainda não deitaram a *Phenix* abaixo, fique o Dr. Gustavo de Frontin prevenido de que o teto desse teatrinho, um teto côncavo, elegante de forma, foi pintado com muita habilidade pelo falecido cenógrafo Huascar de Vergara, e essa pintura ainda lá está, coberta pelo papel com que forraram estupidamente o teto durante a ultima reforma por que passou o teatro. Como a pintura estivesse um pouco suja, entenderam que o mais acertado não era limpa-la, mas sim cobri-la com papel de forrar paredes! É o caso de salvar, para ser aproveitado noutra parte, esse trabalho de Huascar de Vergara, que era um artista de talento. Lembra-me que a pintura representava um assunto mitológico, e particularmente as figuras – especialidade daquele cenógrafo – eram muito bem feitas. (AZEVEDO, 2009: s/p)

2. A empresa teatral sob a administração de Francisco Corrêa Vasques (1868-1870)

Francisco Correa Vasques, ou ‘O Vasques’, ainda era jovem, mas já possuía longa carreira e grande fama quando, no início de 1868, inaugurou sua primeira companhia dramática, a *Associação Dramática Nacional*, que inicialmente dava espetáculos no *Teatro Lírico Fluminense*, à noite¹⁸⁸ e, dois meses depois de sua inauguração passou a dar espetáculos vespertinos no *Eldorado*¹⁸⁹, onde era anunciada primeiramente como *Associação Dramática do Teatro Lírico* (CORREIO, 1868c) e, em seguida, somente como *Associação Dramática dirigida pelo artista Vasques* (CORREIO, 1868d). Aos poucos, a companhia dirigida por Vasques foi deixando de apresentar-se no *Lírico Fluminense* e, como já vimos, ocupou regularmente o novo teatro.

Integravam a companhia incipiente o casal de atores Júlia e Jacintho Heller, João Severiano da Costa Galvão, Estanisláo Barroso Pimentel, André Avelino de Amorim,

¹⁸⁸ Sobre a inauguração da Associação Artística no *Teatro Lírico Fluminense* no dia 2 de março de 1868 cf: CORREIO, 1868a: 4.

¹⁸⁹ Os nomes *Phenix Dramática*, *Teatro Eldorado* e *Teatro Francês* se misturam nos anúncios de acordo com os horários das seções e as empresas ou grupos que se apresentaram a partir de 10 de maio de 1868, mas todos se referem ao mesmo endereço, Rua da Ajuda, nº57 (CORREIO, 1868b: 4).

Joaquim, Clotilde, Ana Costa e Ricardina. Ainda no mesmo ano se juntariam a estes: Maria Virgínia Carmide, Gilda Paradiço, Marcelina Câmara, Rosina A. da Silva Moniz, Josephina Cordal¹⁹⁰, Guilherme José do Rego, Francisco Xavier da Silva Lisboa (ALMANACK, 2014). Assim como o próprio Vasques, alguns desses atores (Heller, Julia Heller e Pimentel) eram remanescentes da companhia dramática do ator e diretor português Furtado Coelho, que na ocasião ainda funcionava no *Teatro Ginásio Dramático*. Heller e Vasques já trabalhavam juntos desde os tempos em que faziam parte da companhia dirigida pelo falecido João Caetano dos Santos (1808-1863), no *Teatro São Pedro de Alcântara* e ainda permaneceriam juntos durante a maior parte de suas carreiras.

A saída definitiva de Vasques do *Ginásio Dramático* fora motivada por sérios desentendimentos entre o ator e o empresário da companhia. A “desinteligência” entre os dois artistas ganhou ampla repercussão na imprensa em meados do ano de 1867 (5 a 7 de julho). O cômico Vasques, principal estrela da companhia de Furtado Coelho, publicou no *Jornal do Comércio* uma carta na qual Furtado lhe repreendia por algumas indisciplinas e explicava-lhe a redução salarial a ele imputada após a contratação do ator Martins. A carta veio à luz na imprensa juntamente com uma resposta irônica e acusatória, redigida por Vasques. Ambos trocavam acusações, remexiam em problemas do passado e acusavam-se mutuamente pela responsabilidade da saída de Vasques da companhia. A principal acusação de Furtado contra Vasques era sua falta de disciplina em relação aos ensaios e espetáculos e suas consecutivas faltas por “indisposição”, a que julgava ser resultado da vida boêmia levada pelo cômico. Vasques, em resposta, dirigiu insultos a Furtado Coelho, chamando-lhe de ator medíocre e de empresário avarento. Vasques dizia que a redução salarial inaceitável significava, na verdade, sua demissão pelo empresário. Este, por sua vez explicava que o pedido de demissão partira do próprio cômico e que a redução salarial se dera pela necessidade de contratar outro ator para substituir as consecutivas faltas de Vasques. A polêmica terminou dois dias depois, com uma carta de Vasques. Furtado decidiu não dar prosseguimento àquela discussão pela imprensa (MARZANO, 2008).

Agrupando velhos amigos e conhecidos do meio teatral, Vasques formou e dirigiu a nova companhia até abril de 1870. Quase sessenta diferentes títulos de peças foram anunciadas no *Teatro Phenix* durante os dois anos em que esteve à frente da companhia¹⁹¹.

¹⁹⁰ Vinda diretamente do Ginásio de Lisboa. cf: EDITORIAL, 1868.

¹⁹¹ Entre maio de 1868 e abril de 1870.

Como era comum naquele período, em cada noite os jornais anunciavam um extenso e variado programa que podia contar com dramas, comédias, números de ginástica, música e bailado. As cenas cômicas e demais comédias curtas geralmente abriam o espetáculo ou serviam de intermédio entre uma peça e outra. A essas pequenas peças seguiam-se composições maiores, como dramas, comédias, operetas ou óperas em dois ou mais atos.

Na tabela 1 (abaixo) foram listados e contabilizados os gêneros de espetáculos dramáticos ou líricos que tiveram lugar no *Phenix* durante o período em que Vasques esteve à frente da companhia. Os números ginásticos, danças, exposições da orquestra, hinos e poemas lidos ficaram de fora desta listagem. Tais gêneros foram registrados conforme denominados em seus próprios anúncios, na imprensa. Assim, encontraremos gêneros um tanto “originais” como “comédia-drama” ou “triálogo cômico”, e mesmo peças sem especificação de gênero.

Tabela 1- Relação dos gêneros das peças apresentadas pela Companhia Dramática dirigida pelo Artista Vasques

Número de peças	Gênero e observações
11	Cenas cômicas. Obs: Autores: Francisco Correa Vasques; Magalhães (Ator); Eugênia Câmara. (Duas não tiveram sua autoria divulgada nos anúncios).
7	Comédias em 1 ato Obs: Uma delas ornada de música.
1	Comédia Vaudeville.
6	Comédias com 2 ou mais atos.
5	Operetas. Obs: Todas com música de Offenbach. Em 1 ato: <i>A Rainha Crinoline ou o Reinado das Mulheres</i> e <i>A Ilha das Cobras nas vésperas da descoberta do Brasil</i> (imitação da opereta <i>l'Ile de Tulipatan</i>). Em 3 atos, <i>O Senhor Mello Dias Amante das Mesmas</i> e <i>O Fechamento das Portas</i> . Sem designação do número de atos, <i>Barba de Milho</i> (paródia de <i>Barbe-Bleue</i>).
1	Triálogo cômico.
13	Dramas com 2 ou mais atos. Obs: Um “aparatoso drama”, um “drama de grande espetáculo”, um “grande drama popular”.
1	Comédia-Drama em 2 atos.
1	Ópera Obs: <i>O Duende</i>
1	Ópera bufa. Obs: <i>Orpheu nos Infernos</i>

1	Foille carnavalesca. Obs: Possivelmente uma cena cômica.
1	Cena Dramática. Obs: <i>A Passagem de Humaitá</i> , de autoria de Cordeiro.
2	Paródias de Óperas. Obs: Uma de ópera bufa e uma da ópera <i>O Trovador</i> .
6	Sem gênero especificado.
57	Total

A tabela 1 mostra que o maior número das peças anunciadas podem ser classificadas como teatro ligeiro, alegre ou musicado, 30 no total (somando-se as cenas cômicas, comédias em 1 ato, comédia vaudeville, opereta, triálogo-cômico, ópera bufa, foille carnavalesca, paródia e ópera). Um número significativo de peças, 21, se aproximam do chamado “teatro sério”, ou seja, a peças esteticamente identificadas com o drama romântico ou a comédia realista (somando-se as comédias em 2 ou mais atos, dramas em 2 ou mais atos, comédia-drama em 2 atos e cena dramática).

Convém esclarecer que as peças menores, como as cenas cômicas, cenas dramáticas e as comédias em um ato, não se exibiam como atração principal da noite, mas sim como uma espécie de espetáculo auxiliar a esta. Se considerarmos apenas as atrações principais veremos que o número de espetáculos cuja principal peça foi um drama, ou uma comédia próxima aos moldes realistas é maior do que número de espetáculos em que a atração principal foi uma paródia de opereta ou uma ópera bufa (tabela 2).

Tabela 2- Número de peças ligeiras, alegres ou musicadas que serviram como atração principal da noite

20	Espectáculos auxiliares (cenas cômicas, comédias em um ato, triálogo cômico, cena dramática e foille carnavalesca).
10	Atração principal da noite (vaudevilles, operetas, ópera-bufa, paródias, ópera).
30	Total de peças ligeiras, alegres ou musicadas.

Também não foi insignificante a presença de autores nacionais ou portugueses entre os que escreveram ou traduziram peças encenadas pela companhia neste período. Além do próprio Vasques com suas diversas cenas cômicas, constam nomes como o dos atores Magalhães, Eugênia Camara (1837-1874) e José Maria Dias Guimarães (18-- - 1885) e de escritores como, José de Alencar (1829-1877), Joaquim Garcia Pires de Almeida (1844-1873), Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), Francisco Pinheiro

Guimarães (1832-1877), Severiano Cardoso (1840-1907), Augusto de Castro (1833-1896) (paródias) e J. M. Machado de Assis (1839 - 1908) (tradução) entre os brasileiros ou portugueses residentes no Brasil. Já entre os portugueses temos, Alfredo Hogan (1830-1865), Ernesto Biester (1829-1880), Aristides Abranches (1832-1892), Jorge de Faria (18-- - ?), José de Almada e Lencastre (1828- ca.1862), Alfredo Calleya (18-- - ?), e Augusto César de Lacerda (1829-1903).

A primeira peça nova estreada pela companhia, isto é, que não fazia parte do repertório que o grupo já vinha apresentando desde a sua formação no ano anterior foi *Os Anjos do Fogo*, drama original brasileiro, em cinco atos, escrito pelo carioca Joaquim Garcia Pires de Almeida. Antes disso, depois da fixação da companhia de Vasques no novo teatro, o grupo já tinha levado aos palcos *O Último dia dos Jesuítas em Portugal*, drama histórico português, mas que fora anunciado como “drama de grande espetáculo em 8 quadros” de Alfredo Hogan, *Abnegação*, drama em 4 atos do prestigiado autor português Ernesto Biester - que voltaria aos palcos várias vezes -, *O Gaiato de Lisboa*, “comédia-drama em dois atos” imitada do *Gamin de Paris*, *O Casamento Singular*, comédia em três atos de José de Almada e Lencastre, *O Suplício de uma mulher*, drama de Emile Gerardin e Alexandre Dumas Filho traduzido por Machado de Assis, *Uma mulher de juízo aos 30 anos*, comédia em três atos sem autoria especificada, *As Mulheres de Mármore*, drama em 4 atos e 1 prólogo traduzido por César de Lacerda do original dos franceses Théodore Barrière e Lambert Thiboust e duas peças menores *Tching-Tchang-Bung*, “triálogo cômico de Augusto de Castro e *Soirée de Carnaval*, anunciada como “foilie carnavalesca” de Vasques.

As escolhas de Vasques para seu repertório agradaram a muitos letrados e críticos que escreviam na imprensa os comentários das apresentações. Contudo, o número de representações alcançadas pelas peças musicadas era infinitamente maior do que aquele alcançado pelos dramas portugueses ou pelas comédias realistas como *As Asas de um Anjo* e *As Mulheres de Mármore*, também apresentadas pelo *Teatro Phenix* no período.

Apesar do sucesso da companhia, o próprio empresário manifestou algumas vezes na imprensa certo sentimento de remorso em relação em relação aos caminhos que a arte dramática ia tomando e, ao mesmo tempo uma tentativa de minimizar sua responsabilidade transferindo-a para o descaso do governo, o gosto do público ou,

utilizando seus próprios termos, às botinas esmagadoras das estrelas parisienses¹⁹². Em crônica escrita para a *Gazeta da Tarde*, em novembro de 1883, Vasques escreveu uma carta direcionada a ninguém menos do que o Imperador. Em tom ameno, de alguém que se sentia quase íntimo por já ter subido várias vezes ao palco diante da ilustríssima presença (“Vossa majestade conhece-me no teatro desde 1856. Tem acompanhado comigo todas as fazes por que ele tem passado, até o estado atual”) apelava pela proteção governamental ao teatro (“basta um sopro de vossa majestade e o templo de erguerá”). Ao mesmo tempo, mostrava uma opinião a respeito do sentido da arte dramática muito diferente daquela que parte da imprensa acreditava ser a opinião do cômico. Segundo ele o teatro era um “grande elemento de moralidade e ensino, que constitui o aperfeiçoamento dos costumes de um povo e de uma nação civilizada” e explicava-se:

A Phenix Dramática, organizada por mim em 1867, inaugurou os seus trabalhos com um original brasileiro – Os Anjos do fogo, de Pires de Almeida; seguiram-se depois Abnegação, de Ernesto Biester; A República do Pobre, A Estátua da Dor e outras composições de mérito. Cansado de uma luta de onze anos, sem esperanças, sem auxílio, vendo que nada conseguia, entreguei aos próprios recursos de artistas que precisam viver, ataquei o inimigo na sua própria fortaleza; escrevi Orpheu na roça.

A arte chorou de vergonha, é verdade, mas os meus companheiros estavam salvos, o meu cantar de galo foi acolhido com prazer! (VASQUES, 1883: 1)

Justificando seu recurso à opereta em poucos meses após a fundação de sua companhia, Vasques escreve sobre as dificuldades financeiras enfrentadas por ele e seus artistas. O motivo, portanto, era nobre a sobrevivências de seus artistas e suas famílias.

Para desgosto de grande parte dos letrados que se manifestavam pelos jornais a nova companhia vinha fazendo grande sucesso com o teatro ligeiro e em um teatro bem maior que o *Ginásio*. Como se ainda fosse possível agravar este panorama, o sucesso das operetas e paródias do *Teatro Phenix* contribuiu para uma tendência, - que já se manifestava antes mesmo do surgimento da nova companhia, - que levou, devido à concorrência, o *Ginásio Dramático* a se afastar cada vez mais de um repertório “sério”. Aquele que, segundo muitos homens de letras, representava o único baluarte da “verdadeira arte dramática” e que poderia contribuir para a construção de um “teatro

¹⁹² O mesmo movimento podemos encontrar em Augusto de Castro (cf: A. de C., 1869) e Arthur Azevedo.

nacional” se rendera definitivamente aos gêneros ligeiros. Em uma publicação paga do jornal *O Diário do Rio de Janeiro*, um anônimo assim se manifestava:

Se o Sr. Vasques entendeu, e entendeu muito bem, que a Phenix Dramática era teatrinho só próprio para oferecer algumas horas de agradável passatempo à mocidade alegre e descuidosa, outro tanto não deveria pensar o Sr. Furtado Coelho com respeito ao teatro *Ginásio*, onde não há três anos fez representar o seu drama *Ator* ruidosa apologia da arte de que então tanto e tanto se ufanava de ser um dos poucos que mais nobremente a professava (PUBLICAÇÕES, 1869: 4).

3. Memória do Teatro da Phenix

Arthur Azevedo, em sua coluna *O Teatro*, no jornal *Diário de Notícias*, expressou opiniões diversas a respeito de Heller e sua companhia. Em 1896, aproveitando uma ocasião na qual tecia comentários a respeito de uma zarzuela que se apresentava no teatro *Recreio Dramático*, afirma que Heller havia sido o responsável por acostumar o público a exigir suntuosa *mise en cene* nas montagens em detrimento da “verdadeira arte do teatro”.

As cem operetas francesas que o Heller pôs em cena deviam ter sido representadas em Paris com mais gosto, com mais fantasia, com mais harmonia de aspectos; não com mais luxo. Na Phenix desperdiçava-se dinheiro, vestiam-se comparsas de cetim e ouro, não se olhava a despesas para que qualquer estrela deslumbrasse a plateia e os camarotes com as mais suntuosas toilettes.

O guarda-roupa e os cenários da extinta empresa Heller representam centenas e centenas de contos de réis!

É preciso notar que havia muito critério na escolha das peças; o empresário não arriscava o seu rico dinheiro senão munido das melhores probabilidades de ressarcir-lo. (AZEVEDO, 2009: s/p).

As afirmações de Arthur Azevedo remetem a uma oposição que os críticos do teatro ligeiro fazem desde a primeira enchente que atingiu o *Alcazar Lyrico* no começo dos anos 1850, e da qual ele mesmo, como autor de revistas de ano, sofreu as consequências: a oposição entre arte dramática e o lucro da bilheteria, que na verdade faz parte de uma discussão ainda mais complexa que tenta definir limites entre arte e mercadoria. Oito anos mais tarde, na mesma coluna, porém em uma ocasião bem diferente, a de divulgação de um benefício do, já velho, Heller, Arthur Azevedo tentou dar destaque a outra característica da história do empresário e da companhia dirigida por ele:

O outro benefício é o do velho empresário Jacintho Heller, de quem há dias escrevi, defendendo-o contra uma agressão do ex-actor Cardoso da Motta: “Revolta ver o Sr. Motta, um artista, acoimar de aventureiro o bom Jacintho Heller, de quem diz – oh! prodígio de imaginação! – ter sido diversas vezes milionário”.

Jacyntho foi tão milionário como Simões, emulo de Talma: entretanto, não há dúvida que durante muitos anos proporcionou meios de subsistência a um numeroso pessoal, deu de comer a muita gente, socorreu enfermos e desvalidos, enterrou mortos, pagou dividas alheias, enxugou lágrimas, e... e ficou sem um vintém para a velhice! (AZEVEDO, 2009: s/p)

Nesta ocasião, Arthur Azevedo é condescendente à riqueza obtida por Heller, decorrente dos sucessos que este pôs em cena, já que o empresário demonstrara um comportamento generoso para com seus atores/colegas de companhia, bondade que lhe custara o desamparo financeiro durante a velhice. Contudo, o folhetinista não para por aí. Se antes havia acusado Heller de ter deseducado a plateia com suas montagens suntuosas e pouco artísticas ressalta neste momento que, em sua origem, a companhia possuía intenções altivas.

A sua primeira intenção de empresário obedeceu a um pensamento de arte: principiou explorando peças modernas, descobrindo autores brasileiros, apresentando ao público, sucessivamente, Pires de Almeida, Augusto de Castro, Joaquim Serra, França Junior –; mas fez como Furtado Coelho: capitulou diante do Alcazar: o Orpheu na Roça foi na Phenix o que a Baroneza de Cayapó tinha sido no S. Luiz. Dai por diante explorou o trololó, tentando, todavia, voltar ao teatro dramático, representando o Vampiro, as Recordações da Mocidade e outras peças. O público fugiu, e fez-lhe ver claramente que desejava a parodia, a opereta, a mágica, o riso, a gargalhada. Ele fez a vontade do público (AZEVEDO, 2009: s/p).

Sempre em busca de culpados por degenerarem a “verdadeira arte do teatro”, primeiramente o Alcazar, depois o empresário Heller e, por fim, o público, Arthur Azevedo refletia uma discussão que esteve presente na imprensa de maneira perene durante toda a segunda metade do século XIX e início do século XX.

Se for certo que a Phenix se tornou o “teatro da moda” investindo em peças cada vez menos literárias e mais “espetaculares”, também o é que os elementos básicos de valorização do teatro dramático não estiveram totalmente ausentes, seja em seus palcos, seja na discussão suscitada, na imprensa pelos espetáculos que ali tinham lugar. Mesmo

sabendo o receituário do sucesso, operetas e paródias com caprichada *mise-em-cene*, seus empresários optaram por mesclar comédias originais de dramaturgos brasileiros em seu repertório. Essas caracterizavam-se por ser menos apelativas ao mágico e ao farsesco, ainda que não mais como aqueles dramas de casaca que ocuparam os palcos do *Ginásio Dramático* em seus primeiros anos de funcionamento.

Bibliografia

- A. Alhos e Bogalhos. *A Vida Fluminense*, ed.363, 12 dez. 1874: 2062.
- A. de C. Barba de Milho. *A Vida Fluminense*, ed.65, 27 mar.1869: 791.
- ALMANACK Laemmert, 1871. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak> acesso em: 01 jan.2014.
- ASSUNTO de Várias Cores. *A Vida Fluminense*, ed. 113, 26 fev.1870: 66.
- AZEVEDO, A. In: NEVES, Larissa de Oliveira e LEVIN, Orna Messer. *O Theatro: crônicas de Arthur Azevedo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- CENTRO Técnico de Artes Cênicas: Teatros do Brasil: Teatros do Centro Histórico do Rio de Janeiro. Disponível em: <www.ctac.br/controlhistorico/pesquisaTeatros.asp> , acesso em 16 nov. 2013.
- CORREIO *Mercantil, e Instructivo Político Universal*. ed.61, 2 mar.1868^a.
- CORREIO *Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. ed.129, 10 mai.1868b.
- CORREIO *Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. ed.137, 18 mai.1868c.
- CORREIO *Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. ed.143, 24 mai.1868d.
- CORREIO *Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal*. ed.317, 17 nov. 1867.
- EDITORIAL. *A Vida Fluminense*, ed.121, 23 abr. 1870: 128.
- EDITORIAL. *A Vida Fluminense*, ed.38, 19 set.1868: 446 e 447.
- GAZETA *de Notícias*, ed.293, 23 de out. 1881: 6.
- L'ANTI escamoteur*. Publicações a pedido. Eldorado. *Correio Mercantil*, ed.289, 30 out. 1863: 2.
- LEILÕES. *Correio Mercantil e Instrutivo, Político, Universal*, ed.107, 18 de abr.1868.
- MARZANO, Andréia. *Cidade em Cena: o ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839 -1892)*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Faperj, 2008.
- MAURÍCIO, Augusto. *Meu Velho Rio*. Coleção cidade do Rio de Janeiro n.10 Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1956.

MENCARELLI, Fernando Antônio. *A Voz e a Partitura: Teatro Musical, Indústria e Diversidade Cultural no Rio de Janeiro (1868-1908)*. Tese de doutoramento. IFCH – UNICAMP. Campinas, 2003.

NOTÍCIAS Diversas. *Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal*, ed. 198, 19 jul. 1866: 3.

PUBLICAÇÕES a pedido. Barba de Milho. *Diário do Rio de Janeiro*, ed.77, 18 mar.1869: 2 e 3

PUBLICAÇÕES a pedido. Eldorado. *Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal*, ed.289, 30 out. 1863.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *Com um olho no entretenimento e outro na política: história, teatro e cotidiano politizado no Alcazar Lírico (Rio de Janeiro, década de 1860)*. *Baleia na Rede: Estudos em Arte e Sociedade*.vol.9, n.1,2012.

VASQUES, F. C. *Senas Cômicas*. *Gazeta da Tarde*, 29 nov. 1883.

07. Possibilidades de pesquisa em fontes manuscritas: o documento histórico como testemunha do passado

Os registros de batismo e as redes de parentesco espiritual dos livres de cor para São João del-Rei (1790-1799)

Sirleia Maria Arantes¹⁹³

Resumo: Na pesquisa historiográfica pode-se utilizar as fontes eclesiásticas, particularmente os registros de batismo, para apreender a composição das famílias, a sua dinâmica e o índice de natalidade. Para além, pode-se também analisar as redes de parentesco espiritual, estabelecidos entre os livres de cor na vila de São João del-Rei. Uma vez que o parentesco espiritual diferentemente do consanguíneo se configura a partir de escolhas feitas pelo indivíduo ou por pessoas do seu círculo de vivência, podendo ocorrer, segundo as *Constituições Primeiras do Acerbispado da Bahia*, com o sacramento do batismo. O ato de apadrinhar reforça os laços de solidariedade, as relações sociais e a troca de favores. A rede social é formada pelos laços que unem um grupo de indivíduos, com ou sem diferenças sociais (BARNES, 1954), ou seja, “um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (BARNES, 2010, p. 180). A análise de redes sociais utiliza duas unidades de análise: as *ego-networks*, em que a rede parte de um indivíduo; e as redes sociais totais, com vários *ego-networks*. (BARNES, 2010, p. 179), e para isso utiliza-se o software Pajek.

Palavras chaves: registro de batismo, livres de cor e pajek

Résumé- Dans la recherche historique peut être utilisé sources ecclésiastiques , en particulier les registres de baptême , de saisir la composition des familles , de leur dynamique et le taux de natalité . En outre , on peut également analyser les réseaux de parenté spirituelle établies entre la libre colorée dans le village de São João del -Rei . Une fois la relation spirituelle de consanguinité est configuré différemment des choix faits par l'individu ou par des gens dans votre cercle d' expérience , peuvent survenir , selon les Constitutions de la Première Acerbispado Bahia, avec le sacrement du baptême . L'acte de parrainage renforce les liens de solidarité , les relations sociales et l'échange de favours. Le

¹⁹³ Doutoranda pela UFMG.

réseau social est constitué par les liens qui unissent un groupe de personnes , avec ou sans différences sociales (Barnes, 1954) , c'est à dire «un ensemble de relations interpersonnelles concrètes qui relie les individus à d'autres personnes " (Barnes, 2010, p. 180 .) L'analyse de réseau social utilise deux unités d'analyse : l'ego - réseaux , où la partie réseau d'une personne, et les réseaux sociaux totaux, avec divers ego -réseaux . (Barnes, 2010, p. 179), et pour cela, nous utilisons le logiciel Pajek .

Mots-clés: acte de baptême, de couleur libre et Pajek

Introdução

“Aos vinte e seis dias de novembro de 1783 nesta matriz de São João del-Rei o Reverendo Coadjutor Joaquim José de Sousa batizou e pôs os santos óleos a = Felisberto filho legítimo de Felisberto da Silva e de Ana Teixeira de Barros pardos, foram os padrinhos o Ajudante João Cosme Rabelo Vieira, solteiro e Mariana Rosa de Viterbo casada, todos desta freguesia”¹⁹⁴.

O batismo é o primeiro sacramento a ser administrado no indivíduo e o seu registro além de promover a “inserção, mesmo que formal, ao corpo místico da Cristandade” (CAMPOS; FRANCO, 2004, p.40), possibilitava a aquisição do reconhecimento social e religioso, garantindo “a proteção do Rei ao súdito fiel” (SILVA, 2004, p. 105). O registro de batismo é um documento eclesiástico que na pesquisa historiográfica permite apreender a composição das famílias, a sua dinâmica e o índice de natalidade, ou seja, uma análise demográfica. Permite também uma compreensão das relações sociais estabelecidas a partir do parentesco espiritual, revelando alguns aspectos fundamentais da vida social (CARVALHO; RIBEIRO, 2008). A partir dessa percepção, este ensaio tem por objetivo explorar os registros de batismo de uma família de livres de cor e as redes de relações sociais estabelecidas pelos livres de cor, na vila de São João del Rei (1723-1799), ancorada na análise de redes como ferramenta metodológica.

O registro de batismo

¹⁹⁴ Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, Livro de Batismo n. 17, p. 251v.

O registro de batismo ficou estabelecido a partir do Concílio de Trento e para regulamentar a administração dos sacramentos e o clero na colônia brasileira, o Arcebispo da Bahia organizou as *Constituições Primeiras*. Nesta incluíam-se as orientações para o registro das atas de batismo em “um livro encadernado” sob a responsabilidade do pároco. Os dados foram padronizados e em todos os registros eram obrigatório conter

Aos tantos de tal mez, e de tal anno baptizei, ou baptizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. e de sua mulher N. e lhe puz os Santos Óleos: forão padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal Igreja, e moradores em tal parte. [...] E ao pé de cada assento se assignará o Parocho, ou Sacerdote, que fizer o Baptismo, de seu signal costumado... (VIDE, p.29)

Nas atas de batismo era e é necessário constar o nome do batizando, dos seus pais e de seus padrinhos, por ser uma forma de registrar a idade do batizando e “para que em todo tempo possa constar do parentesco espiritual, que se contrai no Sacramento do batismo” (VIDE, p.28) Sendo assim, as informações concernentes aos registros de batismo vão variar conforme o pároco redator e também a importância dos pais dos batizados na sociedade colonial. Nos registros de batismo da vila de São João del-Rei era comum ou não, ter mais informações das famílias com uma inserção social maior na freguesia. Pode-se perceber essa nuances ao comparar o registro de um filho de um notável financeiramente e o de uma família de casal de livres de cor. Mas antes da comparação é preciso a ressalva que isso não era regra, pois não é em todos os registros de batismo do casal Bento Pinto de Magalhaes e Maria do Rosário Acioli Albuquerque e do casal Antônio Correa Guerra e Sebastiana Gomes da Silva, que constam a origem dos casais e os parentes dos mesmos. As outras informações sobre o casal são oriundas do cruzamento de fontes como banhos, registros de casamento, inventários *post-mortem* e testamentos. O que se aplica também aos livres de cor como o Tenente Coronel Joaquim José Siqueira e Felisberto Silva.

As atas de batismo dos filhos Antônio Correa Guerra e Sebastiana Gomes da Silva, em apenas no registro de José de 1770 traz as informações sobre a família paterna e materna.

... na Capela de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, filial desta Matriz o Reverendo capelão Francisco Xavier da Costa Fialho, batizou e pôs os santos óleos a = José filho legítimo de Antônio Correa Guerra natural e batizado na freguesia de São Martinho de (...) termo da vila de Barcelos Arcebispado de Braga e de Sebastiana Gomes da Silva batizada na freguesia de Nossa Senhora do Pilar desta vila (...) neto paterno de João Correa e de D. Francisca naturais da mesma freguesia de São Martinho e materna do Capitão José Gomes Ferreira natural do (...) desta freguesia e de Maria da Silva de Aguiar natural da freguesia de Antônio Pereira da vila (...) foram padrinhos Jeronimo José Martins e Maria da Silva de Miranda todos desta freguesia de que mandei fazer que assine¹⁹⁵.

O mesmo exemplo de ata de batismo pode ser observado nos registros de batismo dos filhos do casal Bento Pinto de Magalhaes e Maria do Rosário Acioli Albuquerque. Um casal possuidor de um cabedal econômico significativo adquirido nas atividades agrárias com indícios de raízes na atividade comercial, por ocasião do seu inventário possuía um monte-mor de 17:633\$845 réis e com 60 escravos. (BRUGGER, 2007,p.248).

Nos registros dos livres de cor as informações são mais sucintas, sendo algumas informações não são registradas ou mencionadas como a prerrogativa de livre/liberto ou forro. Ao analisar a documentação da freguesia da vila de São José del Rei, Douglas Libby constata que “a condição forro/liberto tendia desaparecer da documentação bem antes do ‘silenciamento das cores’ (...) quase uma regra após a independência do Brasil”. Assevera que essa situação começa a consolidar na segunda metade dos setecentos, principalmente ao acompanhar a trajetória de alguns indivíduos e observar que nos registros paroquiais há vários exemplos “em que pais, mães, padrinhos, madrinhas e até mesmo senhores de escravos que em um momento eram arrolados como pardos, crioulos, cabras (...) para aparecer, em outro momento, sem cor ou origem alguma” (LIBBY, 2010, p.41-63). A partir dessas ambiguidades que podem indicar um silêncio das fontes ou a mobilidade social que poderia ser ascendente ou descendente.

A mobilidade social pode ser observada na trajetória do Tenente Coronel Joaquim José Siqueira e sua esposa Rita Pereira Tinoco, que em alguns registros de

¹⁹⁵ Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, Livro de Batismo n. 15, p. 11.

batismo dos seus seis filhos o casal é listado como pardo forro, em outros não há menção da sua origem. Entretanto, para além da proximidade com a escravidão com o termo pardo forro, é possível observar a ascensão de patente de Joaquim, galgando de alferes para capitão. O alferes era um posto na “hierarquia militar situado abaixo do tenente e acima do 1º sargento (...) correspondia ao primeiro degrau na escala do oficialato... (BOTELHO; VIANA, 2006, p.14). Ao cruzar os registros de batismo com o inventário *post-mortem* de Joaquim José Siqueira descobre-se que em 1838 já possuía a patente de Tenente Coronel e na redação do seu testamento, há um esforço em apresentar a família longe da escravidão, nomeando a esposa e as filhas como donas, sem apresentá-las como pardas ou como forras; entretanto, pertencia às irmandades da Nossa Senhora da Boa Morte e São Gonçalo Garcia, que estavam, de certa forma, ligadas a descendentes de escravos ou ex-escravos todas suas filhas são designadas de Dona¹⁹⁶. Em 1794, foi batizada Matilde¹⁹⁷ cuja ata baptismal, traz muitos indícios das relações dos seus pais, principalmente por ser batizada em casa pelo padre José Lourenço Siqueira Galindo Ao considerar que a criança nasceu em perigo, pode-se inferir duas situações o padre era próximo da família e estava na casa do casal na hora do parto ou foi chamado as pressas para administrar o sacramento. Já na ata de batismo de Antônio, em 1797, não há menção a denominação pardos forros, mas percebe-se que é o mesmo casal.

...nesta matriz de São João del-Rei o Reverendo coadjutor Manoel Antônio de Castro batizou e pôs os santos óleos a = Antônio filho legítimo do Alferes Joaquim José Siqueira e Rita Pereira Tinoco, foram os padrinhos o Capitão Gonçalo Ferreira de Freitas solteiro e Ana Teodoro de São Joaquim casada, todos desta freguesia¹⁹⁸.

Os registros de batismo dos livres de cor permite acompanhar a trajetória da família, assim como suas redes sociais estabelecidas. O casal de pardos Felisberto Silva e Ana Teixeira Barros, que batizou 10 filhos e em todas as atas são listados como pardos. O ajudante João Cosme Rebelo Vieira, todavia, batizou três filhos do casal, apadrinhou Maria em 1774, Ana em 1782 e de Felisberto em 1783. Porém, por ora, não temos a informação se esses filhos faleceram ou se João era parente espiritual dos três. A relação

¹⁹⁶ AHET-II-IPHAN, Testamento do tenente coronel Joaquim José Siqueira, 1838, cx. 133.

¹⁹⁷ Arquivo Eclesiástico da atriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, Livro de Batismo n. 16, p. 25.

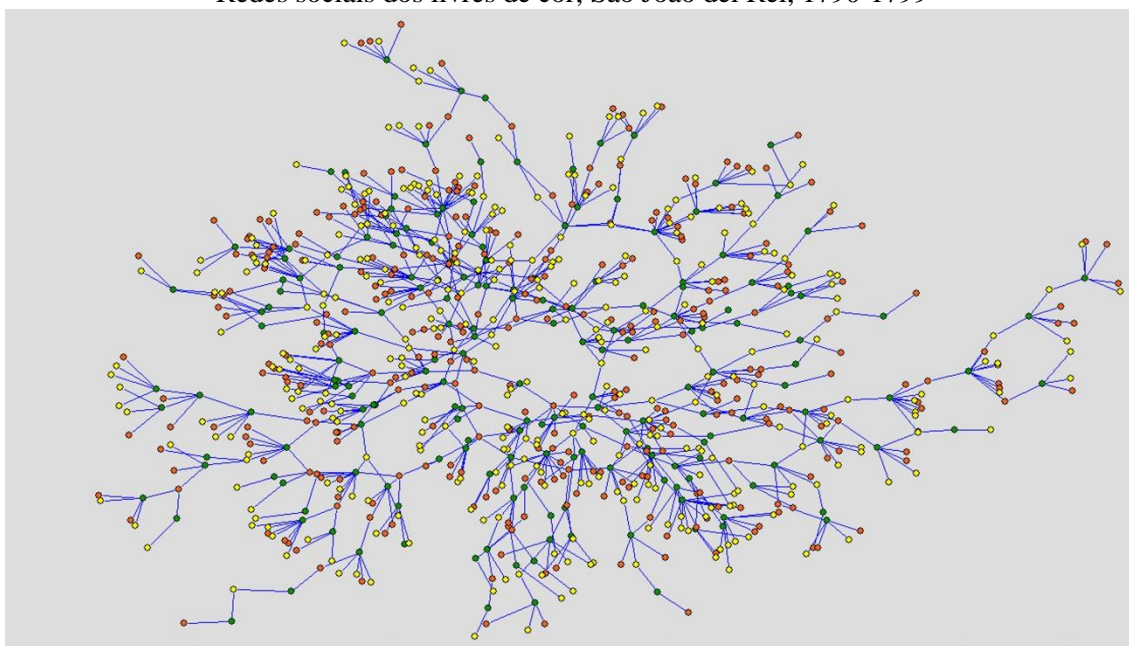
¹⁹⁸ Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, Livro de Batismo n. 23, p. 348v.

entre os com-padres era tão próximo que João nomeou Felisberto seu testamenteiro e deixou por esmola “aos filhos do sobredito Felisberto da Silva toda roupa do meu uso assim branca como de cor, todos os meus móveis e trastes da casa”¹⁹⁹.

O parentesco espiritual diferentemente do consanguíneo se configura a partir de escolhas feitas pelo indivíduo ou por pessoas do seu círculo de vivência. No rito do sacramento de batismo, há necessidade da presença dos padrinhos considerados “pais espirituais” dos batizados. Tal rito fortalece os laços parentais entre a criança, os pais e os padrinhos. Assim, o parentesco espiritual não se circunscreve apenas ao âmbito religioso, pois, para boa parte dos estudos que tratam dessa temática, o ato de apadrinhar reforça os laços de solidariedade, as relações sociais e a troca de favores.

FIGURA 1

Redes sociais dos livres de cor, São João del Rei, 1790-1799



A partir dos laços de parentesco espiritual pode-se perceber que a rede social é formada pelos laços que unem um grupo de indivíduos, com ou sem diferenças sociais (BARNES, 1954), ou seja, “um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (BARNES, 2010, p. 180). Nessa perspectiva, a análise das redes sociais se torna mais que meramente uma ferramenta, tornando possível vislumbrar a interação entre as pessoas, pois, a partir de uma abstração inicial, observa-se “a maior

¹⁹⁹ AHET-II-IPHAN, Inventário e Testamento do Ajudante João Cosme Rebelo Vieira, 1794, cx.438.

parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade” (BARNES, 2010, p. 179). A vida social dos livres de cor na freguesia de São João del Rei é intrincada e com várias conexões entre os notáveis financeiramente, os portadores de patente, os padres e entre seus pares.

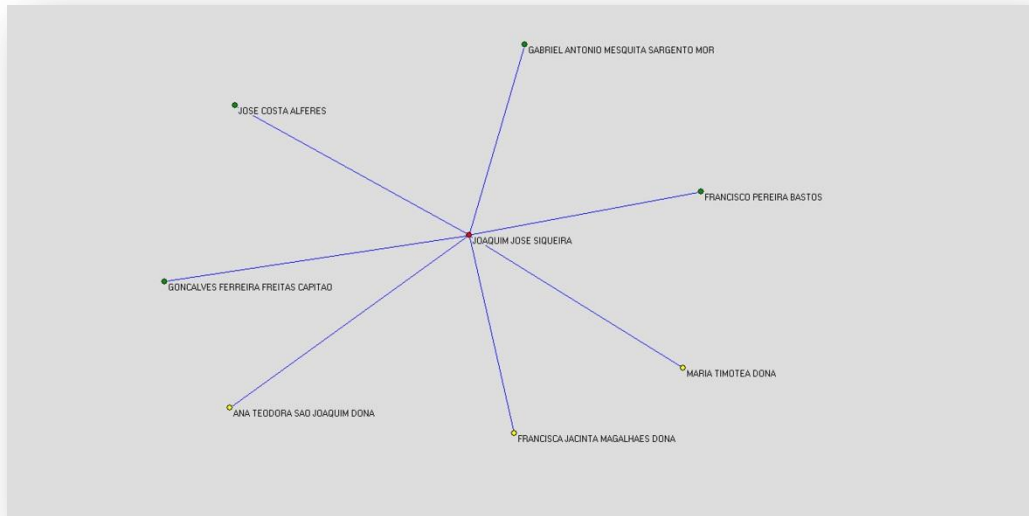
Para apreender a teia das redes sociais dos livres de cor, optou-se nesse trabalho por focar apenas a do Tenente Coronel Joaquim José Siqueira e de Felisberto Silva. Para analisar de redes sociais desses dois livres de cor optou-se por utilizar duas unidades de análise: as *ego-networks*, em que a rede parte de um indivíduo; e as redes sociais totais, com vários *ego-networks*. (BARNES, 2010, p. 179). Para compreender a rede estabelecidas pelo parentesco espiritual utilizou-se o software Pajek, que permite vislumbrar todas as teias de relação dos indivíduos.

Para apreender as redes sociais foi utilizado o banco de dados de batismo da vila de São João del Rei, organizado pela professora Silvia Brügger, com 43.945 assentos de batismo entre 1736 e 1850, presentes na matriz do Pilar de São João del Rei²⁰⁰. Além da matriz do Pilar, abarcam as capelas de Nossa Senhora da Conceição da Barra, de Nossa Senhora de Nazaré, de Santa Rita do Rio Abaixo, de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, de São Gonçalo do Brumado e de São Gonçalo do Ibituruna, curatos e ermidas.

Figura 2

A rede do Tenente Coronel Joaquim José Siqueira

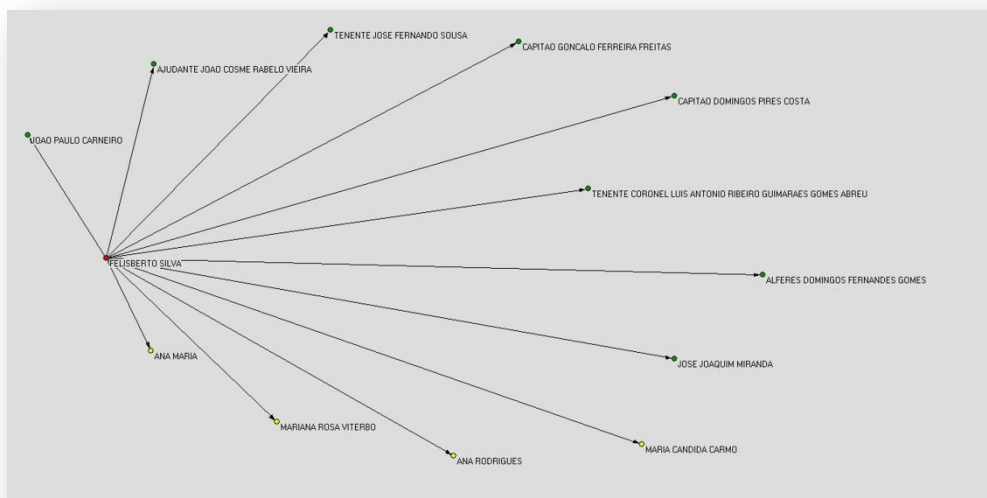
²⁰⁰ À professora Silvia Brügger, meu muito obrigada por disponibilizar o seu banco de dados e cópias de documentos manuscritos (testamentos e inventários).



Por ser um banco de dados muito extenso, utilizaram-se alguns filtros para apreender as relações de parentesco espiritual dos homens livres de cor. O primeiro filtro foi o recorte temporal, escolhendo os registros de batismo apenas na década de 1790, perfazendo um total de 6.922 registros. O segundo filtro foi a escolha apenas dos homens como pais livres de cor, assim privilegiando apenas as relações legítimas no registro de batismo e os expostos em casas desses homens.

Figura 3

A rede de compadrio de Felisberto Silva



Com esses filtros, foram elaboradas uma planilha com os dados, com o nome do pai livre de cor e os padrinhos. Para distinguir a origem desses sujeitos, elegeram-se algumas letras, sendo que para escravo a letra C e F para os coartados. A rede social gerada a partir dessa planilha aparece na Figura 1. Depois extraiu as redes do Tenente Coronel Joaquim José Siqueira (Figura 2) e de Felisberto Silva (Figura 3) com seus compadres e comadres. Nas representações no *pajek* elegeram-se: o verde, representando o pai, o vermelho, o padrinho; e o amarelo, a madrinha. A partir do homem livre de cor como pai, a seta parte para os padrinhos.

Considerações finais

Este trabalho é apenas um ensaio, pois as fontes não esgotaram, ao utilizar atas de paróquias na análise demográfica e para compreensão das redes sociais estabelecidas entre os indivíduos é preciso considerar que são documentos seriais com uma grande cobertura, tem um caráter individual e coletivo em que o indivíduo é registrado em um momento vital da sua existência e o caráter nominativo que permite identificar as famílias (MARCÍLIO, 2004, p.17). As atas paroquiais são utilizadas pela História demográfica e social, podendo ser utilizadas desde a análise de gênero discursivo, até a compreensão das redes de sociabilidades estabelecidas pelo parentesco espiritual. Para tal, é necessário considerar algumas de suas limitações no que tange a composição dos nomes e a economia no registro pelo pároco.

Referências

- BARNES, Jonh A. Class and committees in a Norwegian Island parish. *Human Relations*, v. 7, n. 1, p. 39-58, 1954.
- _____. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Unesp, 2010. p. 171-204.
- BESSANEZI, Maria Silvia C. B; BOTELHO, Tarcísio R. *Linhas e entrelinhas: As diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

- BOTELHO, Ângela V; REIS, Liana M. *Dicionário Histórico do Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BRUGGER, Silvia M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- CAMPOS, Adalgisa A.; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. *Revista Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 31, p. 20-40, 2004.
- CARVALHO, Joaquim R. de; RIBEIRO, Ana I. Using Network Analysis on parish registers: how spiritual kinship uncovers structure. In: CARVALHO, Joaquim R. de (Ed.). *Bridging the gaps: sources, methodology and approaches to religion in Europe*. Pisa: Edizioni Plus, 2008. p. 171-186.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GRAÇA FILHO, Afonso de A. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1833- 1888)*. São Paulo: Annablume. 2002.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: Trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- LIBBY, Douglas C.; GRAÇA FILHO, Afonso de A. Reconstruindo a liberdade: Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Revista Varia Historia: Belo Horizonte*, p. 124, Jul. 2003.
- _____. *A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX*. In: PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P.; MARTINS, I. C. (Org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 41-62.
- MARCÍLIO, //
- MENDES, Fábio F. Desigualdades categóricas e relacionais: *network analysis* na pesquisa histórica. Paper apresentado no 2nd Internacional Congress “Historical Perspectives on Social Mobility in Latin América”. Belo Horizonte, UFMG, 2011. Disponível <http://www.fafich.ufmg.br/his/site/index.php/coloquio/socialmobility/home-page/abstracts-papers>>. Acesso em 10 de junho de 2012.
- NOOY, Wouter de; MRVAR, Andrej; BATAGELJ, Vladimir. *Exploring social network analysis with Pajek*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SILVA, Vera Alice C. Aspectos da função políticas das elites na sociedade colonial brasileira: o ‘parentesco espiritual’ como elemento de coesão social. *Varia História*, n. 31, p.97-119, 2004.

VIDE, D. Sebastião M. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo:
Typografia de Antonio Lousada Antunes, 1853.

A História contada e escrita por quem vive a história

Claudia Carvalho Gaspar Cimino²⁰¹

Resumo: Este artigo pretende refletir sobre o “fazer” historiográfico no século XXI, principalmente no que se refere ao papel da escrita e a uma contínua definição do lugar da História e de como o historiador deve “olhar” para os acontecimentos que construíram a história. Busca relativizar a noção da “História do tempo presente” e a cientificidade do ofício do historiador, assim como a relação entre os conceitos de História e Memória.

Palavras-chave: História, escrita, memória.

Abstract: This paper reflects about the "do" in the XXI century historiography, especially as regards the role of handwriting and a solid definition of the place of history and how the historian should "look" for the events that built the story. Search relativize the notion of "history of the present time" and scientific craft of the historian as well as the relationship between the concepts of history and memory.

Keywords: History, handwriting, memory.

Ao apresentar um projeto de pesquisa ao Programa de Mestrado em História da UFJF que tem como objeto de estudo a Cia. Têxtil Ferreira Guimarães, cuja história também fez parte da minha trajetória de vida e experiência profissional, optei inicialmente por desenvolver uma reflexão sobre esta relação do fazer histórico, levando em conta o tempo presente, a memória e o olhar do historiador.

Assim, o objetivo deste trabalho é tecer algumas considerações sobre o fazer historiográfico e pensar os desafios da historiografia no século XXI, analisando a escrita da história e a relação temporal existente com o historiador. Busca desenvolver uma reflexão sobre a relatividade das relações que envolvem o ofício do historiador. Não pretende, contudo, chegar a uma conclusão sobre o assunto, apenas construir uma interação entre alguns dos textos e pensamentos de historiadores, almejando poder contribuir de alguma forma para a reflexão historiográfica atual.

Nas reflexões sobre a historiografia contemporânea, as fontes são textos de diversos autores e historiadores, entre eles, Marc Bloch, Barthes, Darlton, Halbwachs, Koselleck, Henry Rousso, Jorn Rusen, Weinhardt e Hayden White. A metodologia segue a

²⁰¹ Mestranda em História pela UFJF.

elaboração da análise bibliográfica, levantamento de dados e conceitos, relacionando-os e confrontando-os na averiguação das linhas de pensamento que se intercalam nesta construção histórica.

Os debates da historiografia e a evolução do conceito de História ao longo do tempo demonstram os diferenciados enfoques sobre a definição do ofício, assim como do termo “História”, questionamentos estes que ainda são amplamente discutidos até os dias atuais. A noção do conceito tradicional existente, a questão da interdisciplinaridade da história, que passou a abranger assuntos e métodos relacionados a outras áreas, como as ciências sociais, a antropologia, a psicologia e a literatura, aparece com frequência no debate de historiadores e pesquisadores em busca de uma nova abordagem para os caminhos da história.

“A vida é uma soma de atos reprodutivos do passado e de atos transformadores, automáticos ou involuntários ou mesmo organizados e associados a projetos de futuro. Reproduzimos o que queremos ou o que somos obrigados a reproduzir e transformamos o que queremos ou o que temos forças para transformar, individualmente ou em conjunto. Nossa capacidade de mudar a realidade é variável. Pequenas decisões podem mudar o curso de vidas individuais. Grandes transformações dependem de ações públicas, coletivas, que são o somatório de ações individuais, coordenadas ou não. O cotidiano é um bom ângulo para pensarmos a eficácia da ação humana e suas modalidades, da individual à coletiva, da organizada à aleatória, da desejada à involuntária, da consciente à intuitiva.” (GUARINELLO, 2004: 33).

A “história do cotidiano”, assim como temas considerados menos relevantes, como a “história das minorias”, “histórias da vida comum” ou biografias individuais, hoje são pesquisadas por vários historiadores, gerando interesses diversos para a sociedade e para a história cultural. Histórias das trajetórias de vida e depoimentos pessoais se tornaram contribuições importantes para a reflexão histórica.

Podemos dizer que a história é construída a partir das linhas da vida, dos traços que compõem os caminhos seguidos pelo homem, como rastros deixados ao longo do trajeto. Nestes traços, sempre existem alguns que se destacam, como pegadas que não se apagam com o tempo. Outros se constituem em passagens efêmeras, levadas pelo vento e transformadas em lembranças individuais que acabam se desvanecendo. Cabe ao historiador perceber estas linhas e suas relações ao reconstituir / construir a história.

“A narrativa começa com as hipóteses, a formulação das perguntas e o estabelecimento de um ‘corpus’, uma operação fundamental de seleção que não pode ser desvinculada do objetivo final, mesmo que o resultado possa estar muito distante das intuições do início. Isso não significa que o vestígio não encerre uma

verdade intrínseca, ou que o real seria inacessível, mas induz a não pensarmos a ‘fonte’ fora da pergunta e do olhar do historiador”. (Rousso, 1996: 88)

Ao se relacionar com o passado, ainda que seja um passado recente, o historiador, ao tentar reconstruir a história, sempre seguirá por um caminho de escolhas pautadas em suas crenças e nos fatos e fontes que terá em mãos e que irá eleger, de acordo com o seu olhar diante destes mesmos, como os mais significativos.

“A escrita, a impressão, portanto a possibilidade de um documento resistir ao tempo e acabar um dia sobre a mesa do historiador não conferem a esse vestígio particular uma verdade suplementar diante de todas as outras marcas do passado: existem mentiras gravadas no mármore e verdades perdidas para sempre.” (Rousso, 1996: 89).

O passado é sempre um desconhecido, algo que o historiador vai procurar desvendar com as suas pesquisas e seu interesse em se aproximar de uma história que existiu, usando para isto os documentos e as fontes de que dispõe no presente.

“A ciência histórica atual se encontra, portanto, sob duas exigências mutuamente excludentes: fazer afirmações verdadeiras e, apesar disso, admitir e considerar a relatividade delas.” (KOSELLECK, 2006: 161). As análises dos fatos e dos documentos, principalmente quando são fontes não tradicionais, como imagens, fotografias, gravações sonoras ou audiovisuais, entrevistas de testemunhos orais, abrem espaço para uma nova concepção da prova histórica, porém acrescentam fatores para uma maior discussão sobre a relatividade da construção de uma história que pertence ao passado. “As fontes têm poder de veto. (...) nos impedem de cometer erros, mas não nos revelam o que devemos dizer.” (KOSELLECK, 2006: 188). Se não podem nos garantir a verdade, como nos ensina *Koselleck*, pelo menos servem para nos guiar no caminho ideal, evitando desvios que nos levem para longe demais.

Nesse sentido, a história muito se aproxima da arte. O historiador é também um artista, que usando seus conhecimentos teóricos e sua intuição, irá compor a história, do ponto de vista de onde está como observador e de como ele irá construir esta narrativa. Toda narrativa histórica é uma construção e pressupõe a análise tanto da forma quanto do conteúdo.

“O discurso histórico e o ficcional são próximos, mas não se confundem. Quando um permeia o outro, perde sua identidade originária para assumir o estatuto do outro. A diferença de atuação do narrador entre um e outro permite ao narrador de ficção uma liberdade que desnuda e denuncia a própria ficcionalidade. A verossimilhança da ficção não é a mesma da história. Para esta, é verossímil o que se constrói como verdade, enquanto para aquela basta que pareça verdadeiro. O

ponto axial da questão gira então em torno da acepção de verdade.”
(WEINHARDT, 2002: 118).

Por isso, sempre se mantém o debate sobre a narrativa histórica e a literatura. Ambas fazem uso da mesma forma, a narrativa. A escrita que constitui a construção de uma história. Mas o que caracteriza o texto histórico é a argumentação, aquilo que pode garantir a veracidade da história. “Isso significa que o que distingue os enredos ‘históricos’ dos ‘ficcionais’ é, antes de tudo, o conteúdo, não a forma. O conteúdo dos enredos históricos é o evento real, o que realmente aconteceu, e não o imaginário, inventado pelo historiador.” (WHITE, 2011: 441).

Robert Darnton, em seu livro “Os dentes falsos de George Washington”, mais especificamente no capítulo oito: “Os esqueletos no armário: como os historiadores brincam de ser Deus”, nos mostra a fragilidade que existe na relação entre os fatos e a vida, principalmente quando a narrativa historiográfica diz respeito a uma biografia. Faz uma comparação entre o poder da análise do posicionamento do historiador frente aos documentos, através da reorganização dos fatos existentes e o poder de Deus em seu julgamento final. “Verdades” ou “mentiras” simplesmente não existem isoladamente, elas dependem sempre de um ponto de vista, do qual o historiador será o ponto de partida. Nunca saberemos o que realmente existiu, até porque, não temos todas as faces do ‘objeto’. Pode haver fatos desconhecidos, nunca escritos, nunca revelados e que jamais serão descobertos e a realidade será sempre uma história superficial. “O historiador certamente cria vida. Ele insufla vida no barro que escava dos arquivos”. (DARNTON, 2005: 199).

“O historiador conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, o dado não é dado, mas recriado pelo especialista em história. O que se chama de evidência é fruto das perguntas que se faz ao documento e ao fato, que ao ser problematizado pelo historiador, transforma-se, em larga medida, em sua criação. O acontecimento, o evento em história não é, pois, um dado transparente, que se oferece por inteiro, ou em sua essência, mas é uma intriga, um tecido que vai ser retramado e refeito pelo historiador.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006: 11).

Ao tomarmos como base, além disso, também a relação temporal do historiador com a história, isto é, ao falarmos da “história do tempo presente”, veremos que, muitas vezes, o historiador tem um duplo papel: o papel daquele que pesquisa e escreve a história e daquele que, de certa forma, também vivenciou parte da mesma história. E ainda assim,

a história contada e escrita por ele não será a única versão real, única possível da história vivida, mas, da mesma forma, terá a mesma visão parcial de alguém que, além de estar pesquisando fatos do passado, tem mais conhecimento das informações para fazer a sua análise. “O tempo presente traz o sujeito vivo para dentro do fazer histórico aproximando-o do historiador.” (ARAÚJO & FERNANDES, 2006: 24).

“A memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente. Essa orientação inclui uma perspectiva futura e uma direção que molde todas as atividades e sofrimentos humanos. A história é uma forma elaborada de memória, ela vai além dos limites de uma vida individual. Ela trama as peças do passado rememorado em uma unidade temporal aberta para o futuro, oferecendo às pessoas uma interpretação da mudança temporal. Elas precisam dessa interpretação para ajustar os movimentos temporais de suas próprias vidas.” (RÜSEN, 2009: 164).

A memória tem uma relação intrínseca com a história. Segundo *Halbwachs* “geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social”. (HALBWACHS, 2004: 85).

“Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.” (HALBWACHS, 2004: 55).

Nossas lembranças são reconstruções sobre o passado em conjunto com os dados do presente. Na concepção histórica, estes dados são condensados e estão continuamente se alterando.

“De modo resumido, pode-se dizer que a memória apresenta o passado como uma força móvel do espírito humano guiado pelos princípios do uso prático, enquanto a consciência histórica representa o passado em um inter-relacionamento mais explícito com o presente, guiado por conceitos de mudança temporal e por reivindicações de verdade; ele reforça a especificidade temporal do passado como uma condição para sua relevância no presente. A memória é um relacionamento imediato entre passado e presente, enquanto que a consciência histórica é mediada. A memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição. A memória está cravada no presente, a consciência histórica abre essa relação ao futuro.” (RÜSEN, 2009: 166).

Segundo *Rüsen*, o pensamento histórico é constituído por cinco princípios básicos, que compõem a “matriz do pensamento histórico”: “interesses no mundo presente; conceitos de significância e perspectivas da mudança temporal; regras e métodos; formas de representação; funções de orientação cultural e conceitos de identidade histórica.” (RÜSEN, 2009: 185).

Cabe ao historiador dar o sentido histórico ao passado. O comprometimento com o ofício deve garantir que suas percepções individuais sobre os dados do presente tenham o mínimo de influência das suas opiniões pessoais sobre o passado.

Marc Bloch em “A estranha derrota”, um testemunho e o “depoimento de um vencido”, memória redigida por um historiador, cita em várias passagens justificativas sobre o fato de ser historiador e estar escrevendo sobre uma história da qual participou, buscando uma imparcialidade que não sabemos afinal, até que ponto conseguiu manter. Com uma natureza subjetiva das reflexões, ao contar sobre os fatos acontecidos durante a guerra e o questionamento sobre estes mesmos fatos, escreveu ao comentar sobre o “comando”:

“No entanto, assim que a palavra saiu de minha pena o historiador em mim se escandalizou por tê-la escrito, pois o abecê de nosso ofício aconselha a fugir desses grandes nomes abstratos para tentar estabelecer, por trás deles, as únicas realidades concretas, que são os homens. Os erros de comando foram, fundamentalmente, os de um grupo humano” (BLOCH, 2011: 34).

Reinhart Koselleck em “Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos” escreveu sobre a temporalidade e seu caráter fundamental na obra do historiador. A temática historiográfica não se preocupa apenas com o passado, mas também com o futuro. “Não o fato, mas a possibilidade – o futuro passado”. Segundo ele, existe uma relação entre “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”. (KOSELLECK, 2006: 311). O “espaço de experiências” diz respeito às tradições e experiências que constituem o presente, o “passado atual”. O “horizonte de expectativas” seria a projeção futura, o fator de transformação que pode ser gerado.

“Pois a história é, por essência, ciência da mudança. Ela sabe e ensina que dois eventos nunca se repetem de modo absolutamente igual, pois as condições nunca coincidem exatamente. Sem dúvida, ela reconhece na evolução humana alguns elementos, se não permanentes, pelo menos duráveis, para professar ao mesmo tempo a variedade quase infinita de suas combinações. Sem dúvida, ela admite certas repetições de uma civilização a outra, se não traço a traço, pelo menos nas grandes linhas de seu desenvolvimento. Constata então que, dos dois lados, as condições essenciais eram semelhantes. Ela pode tentar perceber o futuro e não é, creio eu, incapaz de conseguir. Mas suas lições não dizem absolutamente que o passado retorna e que o que foi ontem será amanhã. Examinando como ontem foi diferente de anteontem e o porquê disso, encontra nessa aproximação os meios para prever em que sentido o amanhã, por seu lado, irá se opor a ontem. Em suas páginas de pesquisa, as linhas, cujo traçado é ditado pelos fatos do passado, jamais serão retas; ela só encontrará linhas curvas e também serão curvas as que, por extrapolação, ela tentará prolongar na incerteza do tempo.” (BLOCH, 2011: 110).

Duas histórias jamais serão iguais ou ainda, a mesma história sempre será contada de forma diferente a cada vez que um historiador se propor a escrevê-la. Porque cada um terá visões e interpretações individuais sobre os mesmos pontos. Pois, por mais que os documentos sejam reais, as fontes sejam escritas, cada um entenderá e recriará as informações de acordo com suas experiências de vida, as reconstituirá segundo suas crenças e convicções pessoais.

“Assim se desvenda o ser total da escritura: um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino, mas esse destino não pode mais ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é apenas esse alguém que mantém reunidos em um único campo todos os traços de que é constituído o escrito.” (BARTHES, 1988: 71).

E como todos nós, um historiador é também um leitor, que em última análise, reunirá em si mesmo, como escreveu *Barthes*, todo o entendimento do que está escrito. As fontes terão para ele um sentido individual, constituído pela sua construção pessoal. Ali não está apenas o historiador, mas um leitor que também se faz historiador. “Sabemos que, para devolver à escritura o seu futuro, é preciso inverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor.” (BARTHES, 1988: 71).

O historiador, após contar e escrever a história tornou-se um “autor”. Suas relações com os fatos e as fontes fizeram da história escrita por ele, uma história real. Baseada em fatos reais. Porque existe o comprometimento com a verdade. Ainda que seja a verdade sob um único ponto de vista: o do historiador. Este é o seu ofício.

“O historiador do tempo presente não tem ilusões quanto à sua objetividade e imparcialidade, não acredita na história ‘distante, objetiva, imparcial’; sabe que o historiador está imerso em seu tempo. Por outro lado, sabe também que o envolvimento e a parcialidade não são frutos apenas da proximidade temporal. São frutos de nossas simpatias, adesões, posições políticas”. (ARAÚJO & FERNANDES, 2006: 20).

Assim, apesar de ser a “origem” do texto, isto é, a “autoria”, o que na maioria das vezes vem conferir o crédito para a escrita, devido à cientificidade do texto histórico, o crédito também é dado pelo “leitor”. Por quem lê e acredita no que está lendo. Existe ali mais do que a verossimilhança. Existe ou deveria existir a verdade. A verdade de uma

história. A verdade contada e escrita por quem vive a história. A história contada e escrita por quem vive a história.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Natal, 2006. 14p. Available from Word Wide Web. <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/durval>. Acesso em 12/05/2012.

ARAÚJO, Maria Paula & FERNANDES, Tania Maria. **O Diálogo da História Oral com a Historiografia Contemporânea.** In: VISCARDI, Cláudia M. R. & DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs.) *História Oral: teoria, educação e sociedade.* Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006, p. 13-32.

ARAÚJO, Valdeci Lopes. **Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht.** *Varia Historia.* Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 314-328, Jul./Dez 2006.

BARTHES, Roland. **A morte do autor.** In: *O rumor da língua.* Tradução Mário Laranjeira. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

BLOCH, Marc. **A estranha derrota.** Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História científica, história contemporânea e história cotidiana.** *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 24, nº 48, p.13-38, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

ROUSSO, Henry. **O Arquivo ou o Indício de uma Falta.** Tradução Dora Rocha. Estudos Históricos, 1996.

RUSEN, Jorn. **Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história.** *História da Historiografia.* Ouro Preto, n. 2, p. 163-209, mar. 2009.

WEINHARDT, M. **Ficção e história: retomada de antigo diálogo.** *Revista Letras,* Curitiba, n. 58, p. 105-120. Jul./dez. 2002. Editora UFPR.

WHITE, Hayden. **A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea.** *In: NOVAIS, Fernando & SILVA, Rogério (org.).* Nova História em perspectiva. São Paulo: Cosacnaify, 2011.

Justificações: um olhar sobre o cotidiano

Edriana Aparecida Nolasco*

RESUMO: As Justificações contêm em si elementos que fornecem subsídios para pesquisas nas diversas e principais áreas da história. Embora sejam “pouco exploradas”, contêm indicativos importantes no que se referem à luta por “direitos jurídicos” dos agentes envolvidos, e, sobretudo, a preocupação em proteger e salvaguardar interesses pessoais e do grupo como a preservação de bens e proteção de herdeiros. As razões pelas quais se faziam as Justificações eram inúmeras, daí elas não se fecharem numa análise específica. Elas contribuem sobremaneira para o desenvolvimento de pesquisas nos estudos sobre a família, a infância, as mulheres etc. Desta forma, pretendemos demonstrar que as justificações são importantes instrumentos de pesquisa na medida em que auxilia o historiador a perceber mecanismos pessoais utilizados para a consecução de direitos familiares e sociais. E ainda, comprovar que tais fontes nos permitem elucidar o cotidiano vivido para além das instituições de poder manifesta na realidade.

Palavras-chave: Justificações. Cotidiano. Publicidade.

ABSTRACT: The Justifications in itself contains elements that provide subsidies for researches in various and principals areas of history. Although they are "little explored", contains important indicatives that refers the fight by "legal rights" of the agents involved, and, especially, the preoccupation to protect and safeguard personal interests and of the group as the preservation of goods and protection of heirs. The reasons for make the Justifications were innumerable, thus they don't close a specific analysis. They contribute excessively to the development of research in studies about family, children, women etc. In this way, we want to demonstrate that the justifications are important instruments of research in the measure that helps the historian to realize personal mechanisms used for the fruition the family and social rights. And yet, prove that such fonts allow us elucidate the quotidian lived for beyond the institutions of power manifested in reality.

Keywords: Justifications. Quotidian. Advertising.

Já há algum tempo, as fontes escritas têm possibilitado ao historiador descortinar realidades que ilustram o cotidiano no qual o que estava em jogo era a capacidade de estabelecer redes de sociabilidade firmada nas relações de poder, entre outras tantas razões. Assim, os documentos manuscritos têm favorecido aos pesquisadores a possibilidade de adentrar na realidade passada e visualizar práticas, estratégias, ações que personificavam os indivíduos ou grupo estudado, “revelando” situações específicas e, por vezes, distantes das leis normativas emanadas pelas esferas de poder civil ou eclesiástica. Tais descobertas lançam luz sobre a pesquisa histórica e revelam outras realidades para além dos “dados legais e normas” que regulavam a vida das pessoas.

Desta forma, os fatos históricos podem ser “construídos” pelo historiador considerando as informações presentes nas fontes documentais, desde que submetidas à análise crítica e interpretativa própria das questões remetidas e utilizadas pelo autor da pesquisa. Isto se considerarmos que o documento não pode ser concebido como portador da verdade, mas deve ser utilizado como um instrumento fundamental na construção do conhecimento eivada pelo historiador que possui suas perguntas, questões e uma perspectiva crítica em relação à fonte pesquisada. Assim, “o historiador não pode se submeter à sua fonte, julgar que o documento é a verdade, (...) mas deve assumir uma atitude de desconfiança das fontes e das intenções de quem a produziu.” (BACELLAR, 2011: 64)

O fato é que desde a impulsão à pesquisa documental iniciada pelos *Annales* munida do método crítico, foram abertas novas possibilidades para a pesquisa histórica. Assim, “o fato histórico deixou de ser entendido como dado de forma verídica e real pelo documento; ele precisaria ser construído pelo historiador a partir de uma conjunção de fatores presentes e passados.” (SILVA & SILVA, 2010: 159)

Sabemos que na pesquisa documental o historiador deve assumir um procedimento teórico metodológico necessário à consistência da sua pesquisa. Um dado fundamental na prática da pesquisa e elementar, mas que define os passos do historiador é a seleção prévia do documento. Quais documentos podem ser considerados principais e/ou secundários para a pesquisa? Esta questão é pessoal e demanda definições prévias como: o objeto a ser

estudado, a necessidade do cruzamento de fontes, a realidade a ser observada, além de outras questões relativas à documentação e pesquisa.

No entanto, alguns documentos históricos na sua composição possuem dados mais completos em detrimento de outros, por exemplo, o inventário pode ser definido como um processo que comporta a vida material de um indivíduo. Ou seja, este documento expressa a cultura material de uma pessoa (o inventariado) ou de um grupo, e se analisado em série, pode fornecer dados materiais sobre a sociedade de uma determinada época. Este documento pode ser definido como a descrição do “patrimônio de um indivíduo e, por isso, são de natureza predominantemente econômica, sendo ricos testemunhos da cultura material de uma sociedade.” (FURTADO, 2011: 105) Mesmo especificamente voltado para a cultura material, os inventários refletem situações riquíssimas da vida privada do indivíduo e das suas condições de sobrevivência. (SAMARA & TUPY, 2010: 93)

Desta forma, se o inventário possui dados especificamente materiais sobre a vida de um indivíduo, outras fontes complementares de pesquisa, como os testamentos podem auxiliar o pesquisador que pretende matizar a pessoa ou grupo estudado. Este documento possui um caráter mais íntimo se comparado ao inventário e permite que o historiador penetre na vida pessoal do indivíduo e possa defini-lo com maior “precisão”. “O testamento pode ser entendido como manifestação individual de comportamentos e atitudes coletivas, (...)” (FARIA, 1998: 267) Nesta mesma perspectiva, Eduardo Paiva afirma que os testamentos expressam o modo de viver coletivo e informam sobre o comportamento, da sociedade e ou pessoal. (PAIVA, 1993/1994: 92) Desta forma, de modo coletivo ou individual, os testamentos por conterem relatos pessoais, podem exprimir as crenças, valores e hábitos individuais. (NOLASCO, 2012: 501)

Destarte, podemos perceber que os testamentos por si mesmos também informam dados “completos e suficientes” para a realização de uma pesquisa pessoal, de um grupo e/ou de uma sociedade em dada época. Entretanto, esta fonte ao ser utilizada deve ser associada aos inventários, considerando que ambas são complementares e enriquecem a leitura da sociedade, do grupo ou indivíduo estudado. Pois, “os testamentos e inventários são documentos que se relacionam entre si. (FURTADO, 2011: 104)

Assim, definir qual será a fonte principal ou secundária da pesquisa dependerá da perspectiva de estudo do historiador. Se o pesquisador possui um foco de estudo relacionado mais diretamente à cultura material ele adotará o inventário como fonte

principal e o testamento como secundária ou complementar. Da mesma forma, o historiador que estuda aspectos mais relacionados à cultura pessoal e/ou do grupo deverá considerar o testamento como documento principal e o inventário de caráter complementar/secundário. No entanto, não pretendemos esgotar a discussão sobre a definição das fontes de pesquisa e sua preferência e ainda a escolha metodológica na construção do conhecimento, mas nos servimos deste exemplo para introduzir a discussão proposta neste artigo, que é analisar as Justificações como fontes de pesquisa sobre o cotidiano.

Entre os documentos manuscritos, as Justificações, ainda “pouco exploradas”²⁰², nos fornecem indicativos respeitáveis no que se referem à realidade do objeto estudado. Inicialmente é importante esclarecermos que as Justificações são documentos que “não possuem” uma identidade específica, se considerarmos à organização arquivística.²⁰³ Elas são, em sua maioria, anexadas aos inventários, e, por vezes, em testamentos, e não despertam interesse imediato no pesquisador, pelo fato do mesmo nem sempre considerar que elas acrescentam novas informações à sua pesquisa. De outro modo, as Justificações possuem maços documentais específicos, mas isto também não faz diferença na medida em que elas não são devidamente divulgadas nos arquivos como documentos de pesquisa que podem contribuir para a elucidação de hipóteses significativas e também são confundidas na catalogação arquivística. Este, talvez seja o principal problema encontrado pela ausência de utilização desta fonte.

Outro dado importante que devemos considerar se refere à “incompletude” da fonte supracitada. As Justificações não podem ser consideradas fontes principais de pesquisa, mas possui, na sua especificidade, um perfil complementar. No nosso caso, como veremos mais adiante, elas foram extremamente úteis para ratificar hipóteses levantadas em relação ao objeto de estudo. Assim, entendemos que as Justificações, embora não sejam fontes que podem ser consideradas principais, são essencialmente importantes para a elucidação de fatos históricos vividos e experimentados no cotidiano de uma dada época.

²⁰² Afirmo “pouco exploradas” considerando que pessoalmente ainda não encontrei referências substanciais sobre a utilização das Justificações como composição das fontes de pesquisa.

²⁰³ Esta ausência de identidade foi percebida em alguns arquivos que frequentei no momento da pesquisa de mestrado. Em alguns arquivos o maço documental que comporta a justificação possui este título, porém sua localização se ressentia de dados mais diretos.

As razões pelas quais se faziam as Justificações eram inúmeras, portanto elas não se fecham numa análise específica, tendo em vista a sua diversidade. Elas abarcam uma série de situações, tais como: dívidas (passivas e ativas), tutelas, reconhecimento, legitimação e identidade de herdeiros, entre tantas outras. Elas poderiam ser movidas por diversas pessoas: homens, mulheres, pais e filhos etc. Conforme já mencionado, elas compõem um inventário e/ou testamento como um dispositivo legal na tentativa de resolver alguma pendência pessoal ou do grupo envolvido. Assim, elas contribuem diretamente para os estudos relacionados às redes de sociabilidade, pois envolvem, em alguns casos, as dívidas explicitando as razões das mesmas e detalhes do não cumprimento ao pagamento.

No aspecto formal, o documento é reduzido e se compõe inicialmente pelas petições que indicam o motivo pelo qual ela está sendo movida e em seguida a descrição pormenorizada da situação. Em seguida há a inquirição de testemunhas e finalmente a sentença, excetuando uma ou outra situação extraordinária que podem implicar na recusa do processo de Justificação. Como exemplo, podemos citar a Justificação movida por dona Emerenciana Beralda de Jesus em 1857:

Diz Dona Emerenciana Beralda de Jesus, viúva do finado Joaquim Pinto de Sá que para poder ser tutora dos menores seus netos filhos da falecida Dona Maria Ludmila, casada que foi com Antônio Alves dos Santos, hoje também falecido, no inventário deste, quer que Vossa Senhoria a admita a Justificar os itens seguintes.

1º Que a Suplicante se conserva no estado de viúva, vivendo com todo recato e honestidade, como dirão testemunhas.

2º Que tem todo o juízo e capacidade para bem reger e administrar os bens e pessoas dos menores seus netos.

3º Que possui bens de raiz e outros móveis e semoventes que excedem muito as legítimas dos ditos seus netos, e por isso nas circunstâncias de ser admitida a ser tutora, independente de fiança, na forma da Lei.

4º Que a Suplicante é a mesma e a própria em sua identidade viúva de Joaquim Pinto de Sá e avó dos menores seus netos filhos da falecida sua filha Dona Maria Ludmila e Antônio Alves dos Santos, hoje também falecido. Portanto

Pede a Vossa Senhoria seja servido mandar que autuada esta se proceda a Inquirição de Testemunhas com audiência de um Curador e Justificada quanto baste e julgada por sentença se lhe mande passar Provisão de tutela,

E Receberá Mercê

Domiciana Beralda de Jesus²⁰⁴

²⁰⁴ Justificação de Domiciana Beralda de Jesus. 1857. AHETII/IPHAN/SJDR. Caixa 22, fls 2-2v.

Conforme o exemplo acima, percebemos que o motivo que levou Dona Emerenciana Beralda de Jesus a solicitar a tutela de seus netos certamente foi a morte de sua filha e do pai dos mesmos. Neste sentido, percebemos que questões de cunho pessoal e familiar poderiam ser consideradas elementos que levavam à formulação de uma Justificação. Neste caso específico, a preocupação com o destino de seus netos e dos bens herdados pelos mesmos. Mas, para que a mesma pudesse exercer o papel de tutora era necessário, de acordo, com a justiça, provar que era uma pessoa honesta, que possuía bens suficientes e superiores à heranças dos órfãos, bem como comprovar o parentesco com as crianças.

A partir destes motivos expostos pela autora, foram inquiridas testemunhas que depuseram em favor da mesma provando sua capacidade de administrar seus netos e bens pertencentes aos mesmos. E na conclusão do processo, Dona Domiciana conseguiu a tutela de seus netos. Com este simples exemplo fica evidenciado a legalidade do documento, que, embora sendo breve, pode se constituir como um dado enriquecedor de informações pessoais, familiares e outras considerando a tessitura das relações pessoais dos envolvidos.

Assim, tais documentos são responsáveis por ratificar e acrescentar dados da vida pessoal de testadores e inventariados, bem como de herdeiros, ou seja, de todos os agentes envolvidos, seja em alguma demanda creditícia ou familiar. Desta forma, as Justificações contêm em si elementos que fornecem subsídios para pesquisas nas diversas e principais áreas da história. De modo específico, contribuem sobremaneira para o desenvolvimento de pesquisas nos estudos sobre a família, a infância, as mulheres etc, conforme exemplificado acima.

No nosso caso, ao pesquisar a constituição familiar dos padres, no momento de conclusão da pesquisa buscamos fazer uma análise através dos nomes, isto, após explorarmos nossas fontes principais que eram os testamentos, e os inventários considerados secundários. Nossa intenção era investigar os padres analisados e encontrarmos os mesmos em outros tipos de documentos. Isto poderia contribuir para percebermos as práticas dos padres em momentos diferentes de suas vidas, pois os inventários e testamentos são documentos elaborados na premência da morte dos indivíduos. Assim, encontramos as fontes denominadas Justificações e percebermos a

diversidade de situações que elas comportavam, e, sobretudo, a riqueza de detalhes que elas poderiam nos fornecer em relação aos padres e filhos pesquisados.

Uma das hipóteses principais de nossa pesquisa era constatarmos a recorrência das relações entre padres e filhos. Embora, o reconhecimento destes filhos tenha sido feito em testamentos – fontes principais – que nortearam nossa pesquisa, acreditamos que esta revelação na iminência da morte apenas constatava oficialmente uma realidade que era pública aos olhos da sociedade. Desta forma, para além do reconhecimento de filhos observado em testamentos e o indicativo destas relações em inventários, acreditávamos que as relações entre os pais/padres e seus filhos eram assumidas e vivenciadas publicamente naquela sociedade. Foi neste sentido, que as Justificações se afiguraram como fontes essencialmente importantes para sustentarmos tais hipóteses. Assim, nos servimos daquelas que se referiam às legitimações de herdeiros e através delas foi possível admitirmos hipoteticamente a publicidade das relações entre padres, mulheres e filhos.

Deste modo, através do cruzamento de várias fontes como testamentos, inventários, registros eclesiásticos, escrituras de perfilhação e, por fim, as justificações, foi possível formularmos diversas hipóteses. Entre estas, a ideia de que os padres não utilizavam as declarações em testamentos imbuídos somente de um provável arrependimento de terem violado a regra celibatária e, por isso, revelarem as faltas cometidas durante suas vidas, assumindo filhos e por outro a recorrência destas relações, a cumplicidade social em torno das mesmas manifesta na sua publicidade assumida por estes padres. Assim, concluímos que as declarações testamentárias apenas consolidavam uma situação vivida e sustentada na sociedade ao longo do tempo.

Como exemplo podemos nos referir ao caso do padre Bernardino de Souza Caldas, falecido em 1857, que reconheceu em seu testamento dez filhos. Ao analisarmos a trajetória deste clérigo, além das evidências presentes em seu inventário e testamento da relação existente entre este e sua numerosa prole, ainda encontramos uma Justificação movida pelos filhos do mesmo no sentido de oficializar suas identidades.

Em 1861, após a morte do padre Bernardino de Souza Caldas, seu filho, e testamenteiro, procedeu a uma justificação para oficializar a identidade de herdeiros do dito padre. Na petição inicial consta:

Que os justificantes Bernardino de Souza Caldas, Modesto de Souza Caldas, Maria Micaela da Anunciação, João de Souza Caldas e José

Bernardino do Espírito Santo são filhos naturais de Dona Luzia Cândida de Jesus, mulher solteira, e os justificantes Maria Cândida de Paiva, Ana Justina de Paiva, Sabina Cândida de Paiva e Elisa Cândida de Paiva, são filhos naturais de Dona Cândida Justina das Chagas, mulher solteira como se prova do testamento do testador.

Que os justificantes são também filhos naturais do Cônego Bernardino de Souza Caldas **por este como tais sempre reconhecidos tanto pública como particularmente tratando-os e educando-os não havendo fama nem rumor em contrário** tanto que em seu solene testamento se vê o reconhecimento e que os suplicantes são os mesmos e os próprios em sua identidade como dirão testemunhas.²⁰⁵

Deste modo, além do padre tê-los reconhecido em testamento, e nomeado suas mães, estes herdeiros lançaram mão de outros recursos judiciais para provarem suas identidades. Para tanto, tiveram de arranjar pessoas que testemunhassem este fato a fim de provarem a veracidade das informações. Por testemunha entendemos ser, “a pessoa que atesta a veracidade de um ato, ou que presta esclarecimentos acerca de fatos que lhe são perguntados, afirmando-os, ou os negando”. Desta forma, pode ser “(...) aquela que certifica, atesta (...). (...) a função da testemunha está ligada ao conceito de prova. (...), sobre o que é de seu conhecimento, de sua ciência, ou de audição alheia.” (SILVA, 1997: 366-367) Assim, acreditamos que as testemunhas são fundamentais para demonstrarem a notoriedade da paternidade do padre Bernardino e a vivência da mesma sugerida pelo herdeiro do mesmo inscrita nesta frase, “(...) sempre reconhecidos tanto pública como particularmente tratando-os e educando-os (...). Embora o herdeiro tenha afirmado tal realidade, são as testemunhas pessoas responsáveis por conferir credibilidade à pretensão daquele ou daqueles que moveram um processo judicial. Neste caso, o das Justificações, as testemunhas são fundamentais para revelar-nos em que medida os padres assumiram a paternidade na vida de seus herdeiros.

Da mesma forma, ao analisar os padres no Maranhão, Gilliam Almeida afirma que um dos principais fornecedores de informações das relações entre padres e filhos são as testemunhas. Para a autora, elas nos permitem ter acesso ao cotidiano desse tipo de família e da presença dos padres na vida de seus filhos e mulheres. “São as testemunhas que fornecem detalhes do cotidiano dessa família, da frequência com que o clérigo compartilhava sua vida com a ‘esposa’ e filho (os), se os mantinha e os educava, ou não.” Assim, a escolha das testemunhas era fundamentalmente importante para a qualificação

²⁰⁵ Justificação de Bernardino de Souza Caldas. AHETII/IPHAN/SJDR. 1861. Caixa 06, fl. 2.

social dos envolvidos no processo a fim de garantir credibilidade ao depoimento, por isso eram, muitas vezes pessoas que gozassem de respeito e prestígio. (ALMEIDA, 2007: 27-28)

No caso dos herdeiros do padre Bernardino, as três testemunhas se compuseram de um alferes negociante, um escrivão e um capitão também negociante. Em resumo, seus depoimentos ratificaram a afirmação do herdeiro. Das testemunhas que depuseram no caso, a terceira delas o Capitão Modesto Antônio de Paiva, era casado, natural e morador desta cidade de São João del-Rei, na qual era negociante, tinha cinquenta e cinco anos de idade. Este era tio dos justificantes, filhos do padre Bernardino, pois era irmão do sacerdote. No seu depoimento ele afirmou categoricamente que sabia que os herdeiros justificantes eram filhos do finado cônego Bernardino de Souza Caldas e de Luiza Cândida de Jesus e Cândida Justina das Chagas, ambas solteiras, “e isto não só por ele tê-los reconhecido em testamento, como porque sempre os teve por filhos e lhes disse o serem.”²⁰⁶ Neste caso, não há dúvida da publicidade desta relação, pois o falecido padre além de ter reconhecido e tido por filhos estes herdeiros ainda contou a seu irmão que os justificantes eram seus filhos.

Outros herdeiros que também buscaram a Justificação para legitimarem a sua filiação foram Joaquim Ferreira da Silva e seus irmãos. Em 1825, este propõe uma Justificação de herdeiros para identificação de filhos do padre Francisco Ferreira da Silva.

Pretendem justificar que ele suplicante Joaquim Ferreira da Silva, Paschoa Maria Ferreira, Maria Madalena de Siqueira além de serem reconhecidos como filhos do padre Francisco Ferreira da Silva em testamento solene com que faleceu **este em sua vida sempre por tais os reconheceu e tratou pública e particularmente cuidando de sua educação, amando-os estimando-os** de maneira que os suplicantes **sempre foram tidos havidos e reputados geralmente por filhos do dito falecido**. Que além dele suplicante também o dito padre declarou e reconheceu em seu testamento como sua filha a Joaquina Maria Chavier casada com Eugênio Martins Ferreira e acontecendo com esta o mesmo que aconteceu com ele suplicante **cuidando de sua educação, amando-a e estimando-a**.²⁰⁷

Diante desta afirmativa, é pública a relação deste padre com seus filhos educando-os com amor, estima, conforme consta no fragmento acima. Neste caso, depuseram como

²⁰⁶ Justificação de Bernardino de Souza Caldas. AHETII/IPHAN/SJDR. 1861. Caixa 06, fl. 6v.

²⁰⁷ Justificação de Joaquim Ferreira da Silva. AHETII/IPHAN/SJDR. 1852. Caixa 30, fl. 2.

testemunhas um advogado, um tabelião e um negociante. Em suma, dos depoimentos podemos aferir que havia publicidade na relação do padre Francisco Ferreira com seus filhos.

De acordo com a primeira testemunha José Maria da Câmara, homem pardo, casado, natural e morador na vila de São João del-Rei, de idade de cinquenta e cinco anos e advogado, os filhos do padre foram assumidos publicamente e afirma isto por conhecê-los. Segundo seu depoimento:

Tem bom conhecimento dos justificantes Joaquim Ferreira da Silva, Páscoa Maria Ferreira casada com o Tenente Simão Antônio de Siqueira, Maria Madalena de Siqueira casada com João Nepomuceno de Siqueira e por isso sabe pelo ver que os mesmos foram reconhecidos pelo padre Francisco Ferreira da Silva no testamento com que faleceu por seus filhos naturais, o qual mesmo **em sua vida por tais os reconhecia e tratava pública e particularmente tendo-os em sua companhia, criando-os e educando-os** de maneira que **os mesmos justificantes sempre foram pelo povo em geral havidos e reputados como filhos do dito falecido padre Francisco Ferreira da Silva sem fama nem rumor em contrário.** (...).

Disse que também reconhece a Joaquina Maria Xavier casada com Eugênio Martins Ferreira que também foi declarada e reconhecida em testamento pelo dito padre Francisco Ferreira da Silva como sua filha natural e como tal **em sua vida sempre a tratou pública e particularmente amando-a e estimando-a e educando-a** da mesma forma que fez aos outros sendo ela sempre reputada como filha do mesmo padre.²⁰⁸

Os demais depoimentos versaram da mesma forma que este transcrito acima, demonstrando, portanto, uma relação entre pai e filhos vivenciada de forma pública. De acordo com este depoimento, o padre Francisco Ferreira além de reconhecer e tratar estes filhos como seus ainda viviam em sua companhia.

Da mesma forma, o próprio padre João Ferreira Leite também utilizou o recurso da justificação para legitimar seu filho e herdeiro Domiciano Leite Ribeiro em 1831. O dito padre faleceu em 1839, e tal iniciativa ocorreu nove anos antes de sua morte. Daí, podemos inferir que realmente não havia preocupação de alguns padres em ocultar a sua filiação ilegítima. Além de ter reconhecido o mesmo em escritura de perfilhação, em 1830, o sacerdote ainda recorre à Justiça para salvaguardar os direitos do filho, e para isso conta com o apoio de seus familiares.

²⁰⁸ Justificação de Joaquim Ferreira da Silva. AHETII/IPHAN/SJDR. 1852. Caixa 30, fl. 5.

Diz o padre João Ferreira Leite morador nesta vila que ele tem perfilhado a Domiciano Leite Ribeiro reconhecendo-o por seu filho e para haver para o mesmo carta de legitimação quer que Vossa Senhoria o admita a justificar os itens seguintes:

Que ele justificante é pai do sobredito Domiciano Leite Ribeiro que foi exposto em casa de Mariana Josefa e que ele é o próprio mencionado na Escritura de perfilhação.

Que os pais do justificante o Sargento Mor José Leite Ribeiro e Dona Escolástica Maria de Jesus são falecidos e que os herdeiros que lhe poderiam suceder abintestado são seus irmãos, sobrinhos, filhos de irmãos falecidos e que **todos estes espontaneamente e de bom grado convém e consentem que o justificante legitime ao referido Domiciano Leite para que este goze de todos os direitos de filho legitimado** como bem se expressam no seu termo e em suas procurações que os assinados nas duas procurações são os próprios irmãos e sobrinhos do justificante.

Que o justificante é de verdade e consciência reta e incapaz de alegar falsidade.²⁰⁹

Percebemos que o padre João Ferreira Leite, tinha consciência dos possíveis herdeiros de seus bens e se preocupou em manter seu filho como herdeiro universal dos mesmos. Da mesma forma, os parentes, herdeiros do padre também se manifestaram a favor de seu empenho.

Dizem o Coronel Custódio Ferreira Leite e outros irmãos do padre João Ferreira Leite que por seu procurador querem declarar por termo que **de muito bom grado convém e consentem que aquele irmão e tio dos suplicantes perfilhe e haja carta de legitimação para Domiciano Leite Ribeiro a fim de poder gozar de todos os direitos de filho legitimado e suceder na herança do mesmo (...)**. 2 de setembro de 1831²¹⁰

Diante disso, podemos perceber que além da publicidade da relação entre padre e filho, a solidariedade familiar também foi manifestada pelos parentes do padre João Ferreira Leite. Entre as três testemunhas que depuseram neste processo, consta o padre Joaquim José de Souza Lira, homem branco, presbítero secular do Hábito de São Pedro, de 60 anos de idade. Em seus depoimentos todos eles afirmaram a publicidade e notoriedade da paternidade do padre João Ferreira e ainda, fizeram menção à espontaneidade dos parentes do mesmo padre em consentir que seu filho Domiciano gozasse de seus direitos como herdeiro legítimo.

²⁰⁹ Justificação do padre João Ferreira Leite. AHETII/IPHAN/SJDR. 1831. Caixa 12, fl. 2.

²¹⁰ Justificação do padre João Ferreira Leite. AHETII/IPHAN/SJDR. 1831. Caixa 12, fl. 4.

Sabe por serem público e notório que o Reverendo Justificante João Ferreira Leite é pai de Domiciano Leite Ribeiro e isto mesmo lhe disse o dito Reverendo justificante assim como o sabe pelo ver que o dito Domiciano foi exposto em casa de Mariana Josefa e que é o mesmo e próprio que faz menção a escritura de perfilhação (...).²¹¹

Na mesma perspectiva, os herdeiros do padre João Pedro dos Santos recorreram à Justiça para legitimarem seu direito à herança. Especificamente, neste caso, pela ausência de um dos herdeiros do padre, os demais buscaram justificar seus direitos como herdeiros de seu pai o padre João Pedro dos Santos, bem como de seu irmão Manoel, que havia desaparecido. O fato é que estes herdeiros foram reconhecidos em testamento pelo dito padre, conforme a verba abaixo:

Declaro que por minha miséria e fragilidade tenho sete filhos a saber Joana Roberta dos Santos, Agostinho Nolasco dos Santos, Manoel Pedro dos Santos com praça no Exército Nacional, Ambrósio Pedro dos Santos, Joaquim Pedro dos Santos, Maria Justiniana dos Santos e Francisco Pedro dos Santos de menor idade, que ao presente terá onze anos pouco mais ou menos, e a estes instituo por meus universais herdeiros.²¹²

Porém um deles, o herdeiro Manoel foi recrutado pelo Império em 1835, conforme consta na Justificação:

Que Manoel Pedro dos Santos vivendo no estado de solteiro e morando no Distrito de São Gonçalo do Brumado desta Freguesia fora recrutado no ano de 1835 e remetido para a Capital do Império sem que jamais houvesse notícia do mesmo, havendo toda a presunção de ser falecido, mesmo antes do pai comum pois que este em sua vida nunca mais tivera notícia dele, **apesar de procurar saber do mesmo seu filho**.²¹³

Os filhos do padre João Pedro dos Santos, tiveram de recorrer a testemunhas para provarem sua filiação e a ausência de um dos herdeiros. Todas as testemunhas confirmaram a versão dos herdeiros quanto à notoriedade da filiação e a ausência de Manoel. Entre os depoentes, se afigurou Modesto Antônio de Paiva - citado anteriormente - negociante, natural de São Gonçalo do Brumado, branco, casado e de idade de cinquenta anos. Este declarou em seu depoimento:

Disse que em razão de ter nascido e vivido na Aplicação de São Gonçalo do Brumado e ter **relações de amizade** com o falecido padre João Pedro

²¹¹ Justificação do padre João Ferreira Leite. AHETII/IPHAN/SJDR. 1831. Caixa 12, fl. 7v.

²¹² Testamento do padre João Pedro dos Santos. AHETII/IPHAN/SJDR. 1858. Caixa 120, fl. 6v.

²¹³ Justificação de Ambrósio Pedro dos Santos. AHETII/IPHAN/SJDR. 1854. Caixa 13, fl. 3.

dos Santos sabe que aí também vivia e morava no estado de solteiro Manoel Pedro dos Santos filho natural do dito padre de quem ele testemunha **teve bom conhecimento** o qual sendo recrutado há 20 anos mais ou menos foi recolhido a cadeia desta cidade e daqui remetido para o Rio de Janeiro onde consta assentado Praça de Soldado de Tropa de Linha mas é certo que depois que ele daqui seguiu para a dita corte do Rio de Janeiro nunca mais houve notícias do mesmo (...).²¹⁴

O que nos chamou atenção neste depoimento foi o fato de que Modesto era amigo do padre João Pedro dos Santos e também conheceu seu filho Manoel, com isso pôde contribuir para a justificação dos herdeiros. Mais uma vez há evidências da publicidade destas relações na medida em que além da convivência com os familiares consanguíneos dos padres, seus amigos se relacionavam com estes filhos naturais.

Outro depoimento que merece atenção, ainda no que diz respeito às falas das testemunhas no processo de justificação é a declaração de Hermenegildo José de Souza Trindade, homem branco, casado, natural e morador nesta cidade de São João del-Rei, vive de ser Doutor em Música e do Ofício de escrivão do Juízo de Paz e tem quarenta e sete anos de idade. Parte do depoimento desta testemunha se reflete no seguinte fragmento:

Conheceu perfeitamente a Manoel Pedro dos Santos vivendo no estado de solteiro morando no Distrito de São Gonçalo do Brumado desta Freguesia, o qual sendo recrutado a 18 ou 20 anos foi remetido para a Corte do Rio de Janeiro onde consta assentara praça de primeira linha, sem que jamais até o presente houvesse notícia dele, havendo toda a presunção de ser falecido antes mesmo de seu pai o Reverendo João Pedro dos Santos, pois que **este em sua vida por mais diligências e indagações que fizesse nunca pode ter notícias do mesmo seu filho.**²¹⁵

Neste fragmento se resume a paternidade assumida pelo padre João Pedro dos Santos. Este tivera sete filhos com Maria Gonçalves da Cruz (falecida em 1830). Ao fazer seu testamento reconheceu tais herdeiros e os orientou a viveram em harmonia, e, sobretudo atentou para uma parte da herança que cabia a seu filho Manoel que tinha sido recrutado e não dera notícias. Evidentemente que o papel de pai não se manifestou apenas na iminência da morte, mas, sobretudo, conforme o depoimento acima, o padre João Pedro, durante a sua vida se ocupou em procurar pelo filho que estivera ausente. Isto torna indubitável a publicidade desta vivência familiar.

²¹⁴ Justificação de Ambrósio Pedro dos Santos. AHETII/IPHAN/SJDR. 1854. Caixa 13, fl. 14v.

²¹⁵ Justificação de Ambrósio Pedro dos Santos. AHETII/IPHAN/SJDR. 1854. Caixa 13, fl. 14.

Por sua vez, o padre José Lopes Cançado também lançou mão deste direito de legitimação de filhos para que estes pudessem lhe suceder na herança. O fato é que depois de haver legitimado seus herdeiros em escritura pública de perfilhação, em 1830, o padre José Lopes se preocupou com outra herdeira que não havia sido legitimada. E, ainda, quando da escrita de seu testamento em 1865, reconheceu mais uma filha natural. Em 1848, quando o referido padre José Lopes Cançado fez a Justificação, sua mãe ainda era viva, portanto, necessitava legitimar tais herdeiros para sua sucessão nos bens. Diante de um dos depoentes temos a seguinte declaração:

Disse que **conhece perfeitamente** a Tobias Rafael Lopes, a Aureliano Procópio Lopes, a Ambrosina Aurélia de São José e Maria Eulina dos Anjos e Vicente de Paula Lopes os quais todos **são reconhecidos publicamente** por filhos naturais do Reverendo Vigário da Freguesia de Bom Sucesso o Justificante José Lopes Cançado e **havidos de Cândida de Tal mulher viúva e que se acha solteira a qual bem como seus filhos há muitos anos vivem em companhia do mesmo Reverendo Justificante e sendo aqueles seus filhos por ele Reverendo Justificante tratados e educados como seus filhos com a educação necessária.**²¹⁶

Este depoimento foi feito por José Custódio de Oliveira, homem branco, casado, natural e morador do distrito do Bom Sucesso, vivia do ofício de carpinteiro e possuía 21 anos de idade. Tal declaração é semelhante às das demais testemunhas e acrescenta nesta análise o fato da mãe dos filhos do padre residir com ele na mesma casa. Nesta situação podemos visualizar um domicílio no qual pai, mãe e filhos conviviam todos juntos. Conforme Gilliam Almeida enfatiza, “(...) a ilegalidade não fez do concubinato sacrílego algo efêmero e instável. A estabilidade pode ser notada pela existência do lar, o sustento e a presença dos filhos, o que denota uma vida relativamente segura.” A autora considerou que os indícios para uma relação duradoura contavam com três, quatro ou cinco filhos. (ALMEIDA, 2007: 41)

No caso do padre José Lopes Cançado, sete filhos compuseram o seu domicílio, além da presença de sua concubina Cândida Vieira do Amor Divino, e isto certamente era partilhado com a sociedade na qual eles viviam. “Viver de ‘*portas adentro*’ (...) constituía testemunho não só da estabilidade do relacionamento como também de uma conjugalidade tacitamente reconhecida pela comunidade que passava a identificar a relação como ‘vivendo como marido e mulher’.” (MENDONÇA, 2007: 114)

²¹⁶ Justificação do padre José Lopes Cançado. AHETII/IPHAN/SJDR. 1848. Caixa 11, fl. 9.

Podemos afirmar que as Justificações analisadas são, em grande medida, provas contundentes de que estes elementos do clero não ocultavam suas relações familiares diante da sociedade. Embora, em outras fontes documentais houvessem indícios da notoriedade destas relações, as Justificações funcionaram como um mecanismo que conferiu à nossa hipótese mais veracidade em relação à publicidade das relações de paternidade experimentadas pelos padres no século XIX.

Teoricamente, temos referências desta especificidade pública das relações entre padres e filhos. Já foi dito que a população demonstrava consideração à família e aos filhos dos padres. “Não era contraditório aos olhos da população ser padre e pai, embora para a Igreja representasse um ato de heresia e de afronta aos sacramentos da Ordem e do Matrimônio.” (MOREIRA, 2010: 114) Contudo, as Justificações representam uma prova material destas hipóteses, tendo em vista que por meio delas percebemos o grau de envolvimento das famílias em relação aos herdeiros dos padres, das testemunhas que apontaram para a publicidade destas famílias, enfim, da própria situação dos herdeiros que não se ressentiram de procurar a justiça para exigirem seus direitos.

Através das Justificações percebemos que alguns padres não omitiram a existência de seus filhos ilegítimos e concubinas diante da sociedade. O fato é que, mesmo sendo consideradas ilegítimas, as famílias dos padres foi uma realidade na sociedade oitocentista. Daí, percebemos que as justificações contribuíram diretamente para elucidarmos um cotidiano que se dava fora do normativo civil e eclesiástico. Isto se considerarmos que as famílias clericais eram investidas da ilegitimidade. Mas na realidade coexistiram com outras formas de famílias e exibiam do seu modo, a legitimidade no universo da ilegitimidade.

Desta forma, as justificações se nos apresenta como fontes de informações riquíssimas à medida que expõe uma cumplicidade social, presente nos depoimentos das testemunhas reveladoras do cotidiano deste tipo específico de família. Desta forma, estes documentos não podem ser percebidos apenas como um apêndice nas pesquisas históricas, mas devem ser considerados como fundamentais no sentido de ratificar hipóteses no desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gilliam Mellane Juarez de. *A quebra do celibato: filhos sacrílegos no Maranhão colonial (1741-1782)*. Monografia de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Maranhão. São Luís, MA: UFMA, 2007.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos e outros. (orgs.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKI, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. *Sacrílegas famílias: conjugalidades clericais no Bispado do Maranhão no século XVIII*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2007.

MOREIRA, Wellington Coelho. *Historicidade e representações: celibato, conjugalidades e paternidades sacrílegas em Goiás, 1824-1896*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia – GO, 2010.

NOLASCO, Edriana Aparecida. Fontes históricas: rotina de leitura e experiência de pesquisa. *Cadernos de pesquisa do CDHIS*. Revista do Centro de Documentação e Pesquisa em História. Vol. 25, nº 2 – jul.-dez. 2012. UFU.

PAIVA, Eduardo França. *Discussão sobre fontes de pesquisa histórica: os testamentos coloniais*. *Revista de História*. Nº 04, 1993. UFOP.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira T. *História & documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, De Plácido. *Vocabulário Jurídico*. 12 ed. vol IV. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2010.

FONTES

Processos de Justificações do Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei, MG. (AHETII/IPHAN/SJDR).

08. Trajetórias e Instituições Políticas no Brasil Republicano (1889-1845)

Estratégias e articulações do Partido Comunista Brasileiro/PCB com o movimento operário em Minas Gerais (1955-1970)

Camila Gonçalves Silva Figueiredo - UFJF²¹⁷

RESUMO: Esta pesquisa analisa as estratégias e articulações do Partido Comunista Brasileiro/PCB com o movimento operário em Minas Gerais entre 1955 e 1970. A escolha do tema se deve ao interesse pessoal e a escassez de estudos desta natureza, em especial para uma área fora do eixo Rio-São Paulo, muito pesquisado pela historiografia. A seleção temporal objetiva a análise das variações estratégicas do partido e as orientações partidárias nacionais e internacionais, inclusive pela influência da fragmentação das esquerdas no mundo.

Palavras-chave: comunismo, movimento operário, estratégias.

ABSTRACT: This research examines the strategies and joints of the Brazilian Communist Party / PCB with the labor movement in Minas Gerais between 1955 and 1970. The choice of subject is due to the personal interest and the lack of studies of this nature, especially for an area outside the Rio-São Paulo, heavily researched by historiography. The selection objective temporal variations strategic analysis of the party and the party national and international guidelines, including the influence of the fragmentation of the left in the world.

Keywords: communism, labor movement, strategies.

Este trabalho propõe análises sobre as estratégias e articulações do Partido Comunista Brasileiro/PCB com o movimento operário. O foco desta proposta recai sobre o estado de Minas Gerais entre 1955 e 1970. Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, desde o início de 2013.

A escolha do tema se deve ao interesse pessoal e a ausência de estudos desta natureza, em especial para uma área fora do eixo Rio-São Paulo, já muito pesquisado pela historiografia. Já a seleção temporal objetiva a análise das variações estratégicas do partido conforme mudanças nas conjunturas e orientações partidárias nacionais e internacionais, inclusive pela influência da fragmentação das esquerdas no mundo. Com base na “Nova História Política”, em interface com o campo da “História do Tempo Presente”, utilizaremos conceitos como esquerda, poder e estratégia.

²¹⁷ Mestre e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Orientadora: Dr. Valéria Marques Lobo. Contato: camilag7@yahoo.com.br

A viabilidade para a execução deste trabalho para âmbito estadual concretizou mediante o exame das fontes disponíveis no Departamento de Ordem Política e Social/DOPS disponível no Arquivo Público Mineiro na cidade de Belo Horizonte. E, também através da consulta ao Inventário da Coleção Informante do Regime Militar, do Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Os escritos de ambos os arquivos, além de numerosos e diversificados referem-se à documentação apreendida nas distintas regiões do estado concernente a organização, comunicação e estruturação, estratégias e movimentação das esquerdas em Minas Gerais no período antecedente ao golpe de 1964 até o final da década de 1970. Ademais, os relatórios redigidos pelos agentes infiltrados nestes segmentos destacam a articulação entre os distintos segmentos de esquerda junto ao movimento operário nas várias regiões do estado.

As fontes identificadas para o desenvolvimento desta pesquisa²¹⁸ apontam importantes indícios de permanência das ações de divulgação das ideologias de esquerda, com ênfase para o socialismo e o comunismo pelas agremiações partidárias regionais, mesmo após a instituição do bipartidarismo durante o Regime Militar. Tal evidência, ao mesmo tempo, traz à tona o interesse em compreender as táticas de interlocução e expressão deste segmento para com a sociedade.

Importante destacar que não temos o desígnio de desenvolver um trabalho sobre origem e história do PCB em Minas Gerais, nem tão pouco, sobre a origem do movimento operário no estado. Temos o propósito de investigar os elementos constituintes dos movimentos e das articulações do movimento operário com o PCB, suas estratégias de interlocução e expressão com as distintas regiões do estado no recorte temporal delineado.

O exame das esquerdas em âmbito estadual foi desenvolvido pelo historiador Fábio André Gonçalves das Chagas, em “A luta armada gaúcha contra a Ditadura Militar nos anos de 1960 e 70”, cujo enfoque foi o estudo sobre as ações da esquerda armada contra o Regime Militar no estado do Rio Grande do Sul. Chagas destaca que a maciça produção e publicação de pesquisas circunscrita ao eixo espacial Rio de Janeiro - São Paulo é um fator que tende a limitar a compreensão da diversidade das forças progressistas nos demais estados e regiões do Brasil. De igual maneira, a não abordagem também

²¹⁸ Documentação selecionada referente ao Departamento de Ordem Política e Social/DOPS disponível no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte e Coleção Informante do Regime Militar-Portal Memórias Reveladas. A relação das pastas que contém fontes identificadas e selecionadas para o desenvolvimento desta pesquisa será relacionada no anexo deste projeto.

implica na simplória concepção de que as esquerdas tiveram como eixo central de interlocução e influência somente, ou, majoritariamente os referidos estados.

Sendo assim, a escolha de Minas Gerais como foco espacial deste trabalho é relevante para a historiografia das esquerdas, ao possibilitar o exame das forças progressistas no período em que vigorava o auge do exercício dos aparelhos de vigilância e repressão. Ademais, transpõe ao eixo espacial comumente apreciado, ou seja, os estados RJ-SP.

De acordo com Jacob Gorender, a década de 1960 foi um contexto marcado por divergências ideológicas e cisões no PCB. Resumidamente, é possível destacar como a razão central das discordâncias a discussão sobre a caracterização da revolução e tipo de regime que deveria ser implantado no país pela esquerda, encabeçados pela via pacífica *versus* os segmentos que defendiam a realização de uma luta armada. Impasses que definiram, em grande parte, as cisões do partido, como a fundação do PC do B. Não obstante, a crítica central comum a este segmento era em torno da proeminência do capital norte-americano, do setor latifundiário e da burguesia industrial nas decisões dos rumos do país.²¹⁹ Nesse sentido, conforme as diretrizes da esquerda, a solução deveria ser a implantação de um regime contrário a esta perspectiva, ou seja, concretizar um governo popular revolucionário, antiimperialista e antilatifundiário. De acordo com Heloisa Maria Murgel Starling, mesmo vivenciando um período de discordâncias e de dissidências, os primeiros anos da década de 1960 foram marcados pela intensa atuação e organização do PCB. O partido atuou em consonância a outros segmentos, como o movimento de operário através da realização de greves em todo o país, comícios em prol da aprovação das Reformas de Base e organização das ligas camponesas.²²⁰

Em contrapartida, desde 1950, as instruções repassadas aos integrantes do PCB mineiro eram de aproximação aos segmentos do movimento operário, sindicatos e associações a fim de ampliar o número de adeptos e ao mesmo tempo possibilitar o acréscimo do fluxo e articulação das forças progressistas dentro do estado. Ações que faziam parte das recomendações nacionais relativas a constituição da estrutura orgânica do partido. (ARAÚJO, 2000). Assim, torna-se relevante compreender como se processava

²¹⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed.. SP: Ática, 1998.

²²⁰ Neste período, a estruturação orgânica do Partido Comunista Brasileiro em Minas Gerais estava disposta por comitês em zonas com sedes nas cidades de maior proeminência econômica como: Uberlândia, Juiz de Fora, Montes Claros, Governador Valadares e Itajubá.

estas articulações, a sua importância no fortalecimento do PCB, quais eram elementos de comunicação e expressão para com a sociedade. Fatores que validam os seguintes questionamentos: como se dava as articulações entre o movimento operário e camponês mineiro e o PCB antes do golpe de 1964 e, durante o Regime Militar? Eram pouco expressivos em Minas Gerais por isso pouco estudada pela historiografia?

A nossa principal hipótese se assenta na concepção de que o PCB em Minas Gerais continuou com o cumprimento das orientações de introduzir membros nos distintos segmentos e movimentos da sociedade, mesmo após ter sido instituído o sistema bipartidário. Tal proposição convalida a reativação do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS do estado, em 1956, com a função de monitorar e fiscalizar a crescente atividade das esquerdas e dos movimentos a ela associados.

Ao longo de todo o período do Regime Militar o número de presos e investigados pelo envolvimento com atividades ligadas às ideologias de esquerda ou considerados subversivos em Minas Gerais também foi crescente. É possível verificar este aspecto, através da consulta ao acervo do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS do Arquivo Público Mineiro, que contém listas de investigados no estado. Em uma pasta verificamos a existência de 197 indivíduos investigados entre os anos de 1961 a 1964 no estado. Entre os anos de 1969 e 1971, esse número é latente, em torno de 680, somente nas cidades de Montes Claros e Belo Horizonte.²²¹

Vários estudos sobre as esquerdas no Brasil serão importantes referenciais teóricos para a execução desta pesquisa. Em a “Utopia Fragmentada: novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970” a historiadora Maria Paula Nascimento Araújo examinou como se deu a constituição das dissidências no interior da esquerda brasileira. Para o intento, a autora fez importantes apreciações acerca do contexto antecedente, ou seja, as mudanças relacionadas as definições teóricas e táticas dos rumos do PCB no limiar da década de 1960 e a constituição do PC do B. Sobre esse aspecto, o desenvolvimento deste trabalho também intenta responder os seguintes questionamentos: como se deu a constituição das dissidências do PCB em Minas nesse período? Qual reflexo destas cisões nas ações e articulações com os demais movimentos da esquerda?

²²¹ Pasta 0028: Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Data: abril de 1969 a novembro de 1971. Rolo 003.

Pasta 0013: Lista de Investigados (cidades mineiras) Agosto de 1961-1964. Rolo 001. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS - Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte, Minas Gerais.

Araújo faz referência aos trabalhos de Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira de Sá (REIS; SÁ, 1985) ao destacar o crescimento das organizações dissidentes de esquerda no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. A autora exemplifica o surgimento de A Ala Vermelha, agremiação com enfoque na luta armada e, o Partido Comunista Revolucionário, com forte atuação no Nordeste. Ambos foram criados em 1966 resultantes de dissidências no próprio PC do B. Além destes, é possível fazer menção à criação do Movimento Revolucionário 8 de outubro, MR8, este dissidente do PCB. Em consulta a uma das pastas do DOPS do Arquivo Público Mineiro há vasta documentação acerca da atuação da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, segmento dissidente do PCB cujas atividades estiveram circunscritas ao interior do estado e no movimento operário e sindical.²²²

Por fim, apresentamos a seguinte indagação: Os órgãos de repressão conseguiram dismantelar as ações do PCB mineiro? No inventário da Coleção Informante do Regime Militar disponível no Arquivo Nacional da cidade do Rio de Janeiro, há farta documentação do setor de Ordem Política e Social do Governo do Estado de Minas Gerais, com orientações relativas ao combate e prevenção aos indivíduos e segmentos da esquerda. Estas orientações são justificadas pela Polícia Política em virtude do crescimento da infiltração do PCB na sociedade, tanto no perímetro urbano, em associações operárias e em sindicatos, como no meio rural, estimulando a ocupação de terras.²²³

Esta documentação, tal qual a do DOPS/MG também aponta para a existência de agentes infiltrados em movimentos, assembleias, agremiações e comitês do PCB em todo o estado com a finalidade de rastrear suas ações. Dessa maneira, estes agentes descreveram não somente o crescimento das atividades do PCB e do movimento operário, mas da sua articulação com outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, mesmo após o golpe de 1964.²²⁴ No entanto, estas hipóteses, somente poderão ser confirmadas e

²²² A documentação também trata sobre a estrutura e funcionamento desta organização e suas estratégias de recrutamento de militantes. Pasta 0028: Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Abril de 1969 a Março de 1971. Rolo 003, 585 imagens. Departamento de Ordem Política e Social/DOPS - Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte, Minas Gerais.

²²³ Coleção Informante do Regime Militar. Referência: BR AN,RIO X9.0.TAI.2/3. Autor: [Governo do Estado de Minas Gerais]. Setor de Ordem Política e Social Local: [Minas Gerais] - Data: [1955-1958] - Documento: “Associações propagandistas de teses aparentemente legais – urgência de providências eficazes para dissolução das mesmas”.

²²⁴ Coleção Informante do Regime Militar. Referência: BR AN,RIO X9.0.ESI,ACL.1 Local: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo - Data: 11/2/1952-1/2/1964.

melhor examinadas mediante a realização de um exame arraigado das fontes, a fim possibilitar uma definição e compreensão coerente sobre a articulação destes setores em todo estado.

Portanto, tais análises compactuam tanto com a História Política como com a História Social. Segundo Serge Berstein o partido é senão o lócus de mediação da política, mas esta ação não é evidente, visto que para compreendê-la é necessário ao historiador examinar as suas ações, aspirações e linguagens. (BERSTEIN, 2003. p.37-56) Os mecanismos de expressão e comunicação adquirem importante função ao exprimir as aspirações em busca de apoio e alianças em prol do interesse maior que é, senão o exercício do poder. Ao examinarmos as relações de poder entre o PCB e o movimento operário esta pesquisa está comprometida com os ditames da História Política.

Tratar sobre o poder, sobretudo na perspectiva proposta, nos impele ao campo da chamada Nova História Política. Nas últimas décadas, os estudos da História Política perpassaram por importantes modificações, em relação aos seus métodos, fontes e conceitos, ampliando, pois novos caminhos ao historiador. Como salienta René Remond, a assimilação de conceitos e métodos de outras áreas, como da antropologia e da sociologia denotou ao historiador a compreensão de fenômenos políticos e sociais de maneira multidisciplinar. Esta pode ser compreendida como uma das principais contribuições da renovação dos estudos da história, sobretudo porque rompeu com o isolamento acadêmico das produções, além da perspectiva rígida e racional.

Para Remond é inevitável a influência da política na gestão de uma sociedade, mesmo na vida daqueles indivíduos que não se interessam pela política, nem tão pouco participam das suas decisões. Mas é importante salientar que a história política não tem a pretensão de postular a política como suprema e hegemônica em uma sociedade, contudo “constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social”. (REMOND, 2003. p. 447) Em consonância, ao selecionar como objetivo a exame das articulações entre o PCB mineiro e o movimento operário, através dos mecanismos de organização, bem como suas relações com a coletividade nos espaços de sociabilidade, este estudo corrobora dos ditames da História Social.

Por fim, compreensão do passado recente brasileiro nos remete à inserção deste trabalho no campo da História do Tempo Presente. Segundo René Remond o historiador é

fruto do seu tempo e, inevitavelmente suas escolhas são reflexos da imersão própria em seu contexto. Maria Paula Nascimento Araújo faz menção às reflexões de Roger Chartier no tocante a compreensão de que a História do Tempo Presente atribui ao historiador uma respeitosa vantagem: “ele é contemporâneo ao seu objeto e, portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências essenciais” (ARAÚJO, 2000. p. 14) e, em vista disso não se deslumbra na busca excessiva pela racionalidade e imparcialidade que muitas vezes ecoa nas pesquisas cujo recorte temporal é secular.

Enfim, os estudos relativos ao contexto do Governo Militar brasileiro possibilitam, dessa maneira, o surgimento de reflexões enriquecidas através do resgate da memória, mediante o uso de depoimentos e, também devido ao acesso aos arquivos dos órgãos repressivos, cerne da proposta desta pesquisa. São, portanto, significativos para o conhecimento do passado contemporâneo brasileiro.

O corpus documental selecionado para desenvolvimento dessas análises é diversificado. Utilizaremos a documentação do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS-MG disponível no Arquivo Público Mineiro localizado em Belo Horizonte. Em resposta ao crescimento das organizações de esquerda, o serviço de polícia política de Minas Gerais reativou a sua delegacia sob a denominação Departamento de Ordem Política e Social/DOPS em 1956.²²⁵ O principal objetivo do DOPS consistiu no monitoramento, investigação e repressão de crimes de natureza política e social, controle e vigilância das fronteiras do estado, bem como venda e circulação de armas e munições. Contudo, na prática, o DOPS se especializou em investigar e monitorar indivíduos e entidades consideradas subversivas, tais como membros do PCB, o movimento operário e ligas camponesas.

Deste modo o aparelhamento do DOPS-MG esteve metodicamente estruturado em função do monitoramento e vigilância das ingerências políticas e sociais, sobretudo das ações dos segmentos das esquerdas em Minas Gerais. Instruções, estratégias, relatórios, direcionamento e treinamento tático dos seus agentes estiveram compromissados com a defesa da segurança interna do país. Tais determinações estão

²²⁵ O serviço de Polícia Política em Minas Gerais foi instituído em 1927 com a criação da Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social, visando essencialmente o controle da ordem pública e investigação criminal. Em 1931 as atividades de repressão a crimes políticos foram direcionadas para a Delegacia de Ordem Pública/DOP.

atreladas aos desígnios de caráter nacional e internacional, na medida em que nesta conjuntura várias instituições atuaram em parceria com agentes norte-americanos com o intuito de frear e combater o avanço das ideologias de esquerda.²²⁶ Assim, o DOPS operou em consonância com outros órgãos de monitoramento federais, como o Conselho de Segurança Nacional/CSN e Serviço Federal de Informações e Contra Informações/SCIFI.

Na década de 1970 a documentação dos arquivos do DOPS/MG foi enviada para a Coordenação Geral de Segurança/COSEG do estado, permanecendo nesta instituição até 1998, ano em que foi transferida para o Arquivo Público Mineiro.²²⁷ Grande parte da documentação utilizada para a execução deste trabalho é resultante das apreensões realizadas pelos agentes do DOPS, nas sedes do PCB, sedes das associações de operários, movimentos na zona rural e, também material confiscado nas residências dos integrantes destes segmentos, em várias cidades e regiões do estado. Assim, a documentação possui material significativo referente à organização e estruturação das ações da esquerda em Minas Gerais. Além disso, o fato de a Polícia Política ter infiltrado agentes entre as esquerdas possibilitou o acompanhamento de maneira mais próxima das suas atividades e, em vista disso, são abundantes os relatórios com informações sobre táticas, reuniões e estratégias que as esquerdas aplicavam no estado de Minas Gerais.

Conforme mencionado, a documentação disponível no acervo do DOPS é diversificada, assim esta pesquisa concentrará na análise das fontes relativas às organizações e composição do PCB, sua articulação os órgãos sindicais e associações, relatórios de investigação, inquéritos policiais e documentos sobre movimentos na zona rural no recorte temporal delineado. Também examinaremos os mecanismos de expressão destes setores, como jornais e panfletos. Esta documentação pode ser acessada através do sistema informatizado de pesquisa do Arquivo Público Mineiro.²²⁸ A seleção da

²²⁶ Nos anos antecedentes ao golpe de 1964 e durante o Regime Militar farta parcela dos órgãos de vigilância recebeu treinamento prático e teórico de organizações militares norte-americanas. O complexo IPES-IBAD, em aliança com a Escola Superior de Guerra foram as principais instituições aglutinadoras da Doutrina de Segurança Nacional/DNS, segundo o qual era imperativa a necessidade de proteger a nação contra uma ‘iminente’ tomada de poder pela esquerda. Os ditames da DSN foram introduzidos nas escolas de formação de militares de todo o país e nortearam as atividades das organizações de vigilância em âmbito estadual e nacional.

²²⁷ Segundo a Coordenação Geral de Segurança os documentos originais foram incinerados, assim, a documentação recebida pelo Arquivo Público Mineiro foram 97 rolos de microfilme. Ficha Técnica da documentação do DOPS disponível em: <
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colectoes/brtacervo.php?cid=19 >

²²⁸ A relação de algumas destas pastas já identificadas e selecionadas para desenvolvimento desta pesquisa constará em anexo a este projeto.

documentação do DOPS já foi previamente realizada, tendo sido selecionadas até o momento 60 pastas que contém em média entre 50 a 150 laudas.

Este trabalho não ficará restrito à documentação do DOPS/MG, também utilizará como corpus documental as fontes disponíveis no Arquivo Nacional localizado no Rio de Janeiro. Através da consulta ao inventário da Coleção Informante do Regime Militar²²⁹ identifiquei várias pastas que contém importantes documentos concernentes a este trabalho, como materiais de propaganda de diversas organizações de esquerda e das ligas camponesas, informes sobre as atividades de caráter trabalhista, relatórios, e boletins de monitoramento²³⁰.

Por se tratar de uma documentação que foi doada anonimamente, não é possível indicar de maneira exata a história e trajetória deste acervo até a sua entrada no Arquivo Nacional, porém este material está disponível para consulta e pesquisa desde 2008. Pelo exame e organização das fontes, o referido arquivo salienta que se trata de um acervo constituído por documentos relativos ao treinamento de agentes pelos órgãos oficiais de vigilância, bem como das atividades desempenhadas por estes profissionais, desde 1946 até 1975, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Em vista disso, selecionamos como fontes as pastas que contém informações relativas ao trabalho destes profissionais tanto no tocante ao monitoramento e repressão, quanto de agentes infiltrados nos movimentos de esquerda nas terras mineiras.

O corpus documental deste acervo relativo ao estado de Minas Gerais, no recorte temporal proposto por este projeto, é referente ao: Setor de Ordem Política e Social, Serviço Nacional de Informações, Divisão de Polícia Política e Serviço Público do Estado de Minas Gerais. É possível ter acesso à descrição de cada pasta através do portal Memórias Reveladas²³¹. Ademais, farta parcela das fontes deste acervo selecionadas para o presente trabalho também está disponível na internet para *download* no portal Memórias

²²⁹ A documentação da Coleção Informante do Regime Militar está organizada por pastas. Cada pasta contém documentos manuscritos, datilografados ou impressos, cartas, panfletos, recortes e exemplares de jornais da esquerda, cujas referências indicam a descrição do material, indicação de autor, local, data, dimensão do acervo (folhas e/ou imagens). Até o momento, selecionei 10 pastas que contém em média 30 a 150 laudas em cada pasta.

²³⁰ Documentos referentes a várias cidades do estado de Minas Gerais.

²³¹ REVELADAS, Portal Memórias. Inventário da Coleção Informante do Regime Militar. Disponível em: <<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Informante%20do%20regime%20militar.pdf>> Acesso em 13 jun. 2012.

Reveladas. Aspecto que proporciona dinamismo no tocante a análise das fontes e, de igual maneira reduz os custos para o desenvolvimento da tese.²³²

Referências:

ALVES, Maria Helena Moreira de. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. São Paulo: Edusc, 2005. p.45.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, 200p.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In. REMOND, René. (org) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.37-56.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12ª ed, 2004. In. BONET, Luciano. *Anticomunismo*. p-34-35.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997 DÓRIA, Palmério et al. **A guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves da. **A Luta armada gaúcha contra o Regime Militar nos anos de 1960 a 70**. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª ed.. São Paulo: Ática, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Org.). **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. (Socialismo hoje).

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.447

²³²REVELADAS, Portal Memórias. Consulta ao acervo. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>

A Comissão de Verificação de Poderes no Parlamento Brasileiro (1898-1930)²³³

Vítor Fonseca Figueiredo²³⁴

RESUMO: Este estudo analisa um dos mecanismos adotados pelo sistema republicano brasileiro durante a Primeira República: a “Comissão Verificadora de Poderes da Câmara dos Deputados”. Criada com objetivos técnicos e políticos, a Comissão possuía a missão de analisar os diplomas dos deputados após as eleições. A intenção desta pesquisa de doutorado é analisar a Comissão como um instrumento político utilizado no jogo político oligárquico brasileiro até 1930. Este estudo conta com a utilização de fontes como Atas e Anais da Câmara.

Palavras-chave: Comissão Verificadora de Poderes. Parlamento. Primeira República.

ABSTRACT: This study examines one of the mechanisms adopted by the republican system in Brazil during the First Republic: the "Commission Verifier Powers of the House of Representatives." Built with technical and political objectives, the Commission had the task of examining the qualifications of the members after the elections. The intent of this doctoral research is to analyze the Commission as a political instrument used in political oligarchy Brazil until 1930. This study relies on the use of sources such as Minutes and Proceedings of the House.

Keywords: Commission Verifier Powers. Parliament. First Republic.

A instabilidade da ordem

A proclamação da República brasileira, em 1889, satisfaz os anseios de vários entusiastas do novo regime, especialmente os republicanos históricos, os militares ligados ao positivismo e a vários sujeitos que ansiavam por profundas mudanças político-institucionais. Para estes agentes, o Imperador, o Poder Moderador e a centralização administrativa constituíam símbolos do Antigo Regime e deveriam ser substituídos por elementos modernos, democráticos e afins com os anseios de progresso nacional. A República deveria irromper um novo tempo, capaz de colocar o Brasil entre as principais nações do mundo moderno.

Entretanto, instalado o novo regime, a nação passou por um início delicado. A fase da Espada, período de governo dos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (1889-1894), foi marcada por instabilidade. Dificuldades econômicas, tentativas de golpe,

²³³ Artigo também apresentado no VI Congresso Internacional de História da Universidade Estadual de Maringá.

²³⁴ Mestre e doutorando em História na Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Email: ffvitor@msn.com. Bolsista CAPES/DS. Orientadora: Cláudia Maria Ribeiro Viscardi.

revoltas e intervenções federais em unidades federativas criaram um clima de acirrada luta política e um verdadeiro sentimento de dissenso entre o sonho e a prática republicana.

O primeiro governo civil da República brasileira, dirigido pelo paulista Prudente de Moraes, também não gozou de amenidades. A base de apoio político de Prudente, formada por Francisco Glicério em 1893, e composta por republicanos históricos e militares ligados a Floriano, denominada Partido Republicano Federal/PRF, era instável e não tardou a demonstrar sinais de desgaste. Inicialmente, a coalizão de florianistas e históricos visava assegurar uma base de apoio, inclusive parlamentar, para Floriano após a tentativa de golpe de Deodoro em 3 de novembro de 1891. Naquele momento, era necessário assegurar a República dentro da ordem e da legalidade. Como detentor do cargo de Vice-presidente, Floriano revestia as condições necessárias para a manutenção da República.

Todavia, com a eleição e posse de Prudente de Moraes em 1894, militares e civis começaram a se distanciar em função de divergências em diversos pontos. De acordo com a historiadora Ana Luiza Backes havia três grandes temas de desacordo: a estratégia de condução da ordem republicana, a concepção de Estado: intervencionismo ou liberalismo e o relacionamento com as potências estrangeiras (BACKES, 2004. p.74).

As divergências apontadas por Backes, associadas à concepção de que Prudente tentava enfraquecer os elementos militares ligados a Floriano, por meio de demissões e cortes no orçamento militar, encaminhou o frágil PRF a uma cisão no parlamento. De acordo com Raymundo Faoro, na república federalista, o PRF constitui um tipo de “aglomerado” de elementos de diferentes regiões e concepções políticas. O componente de coesão do partido seria essencialmente a manutenção da ordem republicana. Contudo, mediante o fortalecimento das diferenças e da postura acintosa de Prudente com relação aos militares e florianistas, o PRF se fragmentou entre “Concentrados” e “Republicanos”. Tal cisão, representou um grande prejuízo no que diz respeito às relações entre o Presidente e o Congresso Nacional.

Ainda de acordo com análises de Backes sobre a interpretação de Faoro, a perda do apoio da maioria parlamentar trouxe um grande prejuízo não apenas para a condução do mandato de Prudente de Moraes, mas também para a República:

Os conflitos entre Prudente e o Congresso devem-se de um lado aos interesses estaduais e, de outro, à presença militar (“lembranças de Floriano”, que polarizam a política). A partir da cisão do partido, que ocorre em 1897, impõem-se a “distribuição natural de poder” e ressurgem “os Estados armados e aguerridos” [...] (BACKES, 2004. p.19)

O sistema federativo associado à República brasileira abria espaço legal suficiente para que os estados utilizassem a sua autonomia política e, conseqüentemente, enfraquecessem o poder central de modo deliberado. Ao fazer sua política, Prudente cindiu a sua base de apoio parlamentar e comprometeu a consolidação de um sistema republicano moderno e descentralizado.

A reconstrução da ordem: Campos Sales e a Política dos Estados

Com o fim do mandato de Prudente (1898), outro republicano dos tempos da propaganda assumiu a presidência, trata-se do paulista Manuel Ferraz de Campos Sales. Envoltos em uma variedade de turbulências políticas e financeiras, Campos Sales estruturou um plano de ação cujo principal objetivo era harmonizar a república e restaurar a base de apoio governamental no congresso. Somente com o apoio parlamentar Campos Sales teria meios para intervir de modo incisivo no campo administrativo. A ideia era resguardar a presidência e o congresso das agitações que emperravam a vida política republicana. Neste plano, o presidente assumiria a faceta de um administrador infenso às disputas e picuinhas intraoligárquicas.

O plano de Campos Sales, tradicionalmente conhecido como “Política dos Estados” ou “Política dos Governadores”, consistiu numa convenção em que o presidente, fortalecido por alterações no Regimento da Câmara dos Deputados, se eximia de intervir na composição das bancadas estaduais em troca de apoio político. O poder de “intervenção no Congresso” auferido por Campos Sales, adveio do revigoramento de um velho mecanismo político-eleitoral: a “Comissão Verificadora de Poderes”.

A chamada “Política dos Estados” ou “Política dos Governadores” foi rapidamente bem recebida pelas situações estaduais. Afinal, por ela ficava garantida a supremacia das oligarquias em troca do apoio dos governadores e de suas bancadas às deliberações do poder executivo federal. A reconstrução da ordem política no Brasil, portanto, adveio de

um jogo de barganhas e ameaças empreendidas por Campos Sales e que estava basicamente consubstanciada em duas modificações. A primeira modificação diz respeito à escolha do presidente da Câmara dos Deputados durante as sessões preparatórias. Até a alteração regimental, em 1899, o presidente interino era o deputado mais velho. Tal princípio, no entanto, incorria no risco da presidência cair nas mãos de um desafeto do presidente. A segunda modificação foi com relação ao diploma. Pelas novas determinações passou a ser considerado como diploma para posse do deputado a Ata de Apuração das eleições assinada pela maioria da Junta Apuradora. Deste modo, deslocavam-se as disputas do âmbito parlamentar para os estados e deixava-se a cargo da Comissão Verificadora de Poderes o trabalho de apuração das contestações.

A “Comissão Verificadora de Poderes” possuiu várias nomenclaturas: “Comissão dos Cinco”, “Comissão de Inquérito”, “Comissão Especial”, “Comissão de Poderes”, “Comissão Verificadora de Poderes” e “Comissão de Verificação de Poderes”. O nome variou ao longo dos tempos. E, em alguns momentos, ela passou a ser formada por vários grupos, cada um composto por cinco deputados e responsável por uma determinada quantidade de Estados. Sua função foi analisar os diplomas dos deputados e verificar a validade das eleições que os elegeram. Essa é a definição dada pelo Regimento Interno de 1899 e que, com algumas alterações, se manteve até 1930.

Ainda que presente nos códigos eleitorais de vários países, à Comissão Verificadora de Poderes, no Brasil, foi conferida outra função além das suas atribuições legais (MAGALHÃES, 1987, p.86). Isto é, além de julgar a procedência e a validade dos diplomas dos candidatos eleitos nas diversas instâncias do poder legislativo, a Comissão Verificadora se tornou um hábil instrumento de manipulação das composições legislativas.

Criada ainda no Império com a função de coibir os abusos eleitorais cometidos pelos potentados do interior, a Comissão Verificadora de Poderes se tornou peça chave para a articulação do sistema político brasileiro durante a Primeira República. De acordo com a historiadora Maria Carmem Côrtes Magalhães:

A votação, na especificidade do regime eleitoral brasileiro, não definia exatamente, o resultado das eleições. O resultado só se concretizava após o reconhecimento de poderes, quando os deputados eram empossados. O diploma era o veículo principal para o "assento" no Congresso Federal, nas Câmaras legislativas estaduais ou nas próprias Câmaras municipais. A consecução deste diploma significava vencer a primeira etapa da eleição.

Importava agora o seu reconhecimento no legislativo e aí o jogo político encontrava seu ponto ótimo, pois o poder verificador não se concentrava em setores neutros ao processo político, mas no próprio Poder Legislativo que, por sua vez, escolhia um grupo capaz de decidir sobre os diplomas da maioria. (MAGALHÃES, 1987. p.40)

Pelas análises de Magalhães, pode-se facilmente perceber que a Comissão detinha uma posição estratégica no jogo político nacional, sobretudo no que se refere à composição da Câmara Federal. Afinal, a Câmara dos Deputados, num sistema federativo, constitui uma das principais instâncias políticas da nação. No caso brasileiro, em que não haviam partidos nacionais estruturados e permanentes, mas sim agremiações estaduais, a Câmara se tornava o principal *locus* das disputas políticas. O historiador John Wirth, inclusive, salienta: “o Congresso tinha poder porque representava os interesses de fortes máquinas estaduais. Podia, por exemplo, recusar o programa de um presidente ou simplesmente torná-lo impraticável pela inatividade e demora.” (WIRHT, 1982. p.245)

Neste sentido, o estado que detivesse uma bancada parlamentar grande e coesa deteria maiores probabilidades de se sobressair aos demais e também de controlar as comissões mais importantes, a exemplo da Verificadora de Poderes. Foi por este instrumento que Campos Sales pôde “harmonizar” a República. Afinal, ainda que diplomados, as oposições de qualquer estado não teriam os seus diplomas reconhecidos. Seja qual fosse o resultado, sempre prevaleceria a situação.

O fato, é que o mecanismo de verificação de poderes, após o governo de Campos Sales, se tornou um instrumento potencialmente perigoso e à disposição do poder executivo federal. Por trás de todo o aparato legal que revestia a atuação da comissão, interesses políticos eram manejados com habilidade pelos chefes das principais oligarquias estaduais com o fito de fazer as suas bancadas ou enfraquecer as bancadas rivais.

O arquivo privado de Arthur Bernardes, por exemplo, é significativo de como o chefe de um grande estado possuía capacidade para interferir, por meio de sua bancada, na composição parlamentar. Enquanto presidente do Estado de Minas Gerais, Bernardes recebeu entre março de 1921 e julho de 1922, pelo menos 144 documentos, entre telegramas e cartas, enviados por políticos de diversos cantos do país visando o apoio mineiro na verificação de poderes na Câmara Federal. Esta situação é clara em

documentos como o telegrama enviado a Bernardes pelo Marechal Hermes da Fonseca, em 1921:

Peço permissão para reiterar perante vossa excelência o appello que aqui fiz ao Doutor Raul Soares no sentido de ser reconhecido pelo segundo districto da Bahia o doutor Ubaldino Assis meu amigo pessoal cujo direito se affigura claro no conceito geral inclusive ao que me consta do relator deputado Alaor Prata. Sendo esse o único caso pelo qual sou focado interessar me por motivos especiaes na presente verificação de poderes espero poder contar com a acção de vossa excelência sem embargo dos obstáculos que se procurem crear ao reconhecimento do direito do meu citado amigo. [...] Marechal Hermes²³⁵.

Pelo teor do telegrama, fica evidente que extra-oficialmente era possível interferir no resultado da composição das bancadas por intermédio de um grande estado. Em algumas situações, os pequenos estados até solicitavam apoio para reconhecer a bancada estadual de modo mais ágil e, deste modo, poder auferir um posto em alguma comissão parlamentar. Um exemplo é o telegrama enviado a Bernardes por um representante de Alagoas:

Como V. sabe, a bancada alagoana, nestas duas últimas legislaturas, nunca pôde ter um lugar distincto nas comissões permanentes da câmara, porque sempre era reconhecida muito tarde, quando as mesmas comissões já se achavam constituídas.

Ora, desta vez, vae dar-se o contrario: a bancada alagoana será reconhecida ainda nas sessões preparatórias. Assim, venho pleitear junto do amigo, (uma vez que nós, em Alagoas, estamos expressamente ligados a Minas) venho pleitear o seguinte: que, por influencia dos mineiros, nos seja dado o posto de 1º Secretario, no caso, e só neste caso, de Pernambuco o não pleitear, ou um lugar na Comissão de Finanças, a única, como sabe, de significação política na Câmara.²³⁶

O caso exposto no telegrama enviado pelos políticos de Alagoas é apenas mais um. Amazonas, Espírito Santo, Bahia e outros estados recorreram à força de Minas em várias ocasiões. Até mesmo representantes de São Paulo chegaram a enviar telegramas urdindo a não intervenção de Minas no reconhecimento dos representantes de determinado distrito.

²³⁵ FONSECA, Hermes da. *Carta para Arthur Bernardes de 20 de abril de 1921*. Arquivo Arthur Bernardes. Série 6: Presidente de Minas (03/03/1921 a 31/07/1922). NOTAÇÃO: AB - PMG CX 50 DOC 275. Documento 10. Arquivo Público Mineiro/APM.

²³⁶ COSTA REGO. *Carta para Arthur Bernardes de 18 de abril de 1921*. Arquivo Arthur Bernardes. Série 6: Presidente de Minas (03/03/1921 a 31/07/1922). NOTAÇÃO: AB-PMG CX 50 DOC 275. Documento 07. Arquivo Público Mineiro/APM.

Apesar das maquinações oligárquicas, o poder verificador poderia ser manejado com eficiência pelo Catete sempre que necessário. Um exemplo é a Revolução de 1930 quando todos os deputados da bancada paraibana e 14 representantes da bancada mineira foram impedidos de tomar assento na Câmara dos Deputados. A ideia era sempre fazer um Congresso em sintonia com os interesses da presidência.

Alguns estudos têm afirmado que o poder verificador teria sido “esvaziado” com as mudanças regimentais, pois, previam que o diploma do deputado fosse a Ata de Apuração assinada pela maioria da Junta Apuradora. Neste sentido, as eleições já viriam decididas para o Congresso (LESSA, 1988. p.106). Contudo, Cláudia Viscardi salienta que, na prática: “[...] o esvaziamento da comissão de reconhecimento não ocorreu. A despeito do envio de uma única lista pelos estados, a comissão tinha o poder de contestar o diploma. Perdera o poder de escolha, mas mantivera o seu poder de veto.” (VISCARDI, 2012. p.136)²³⁷. As análises de Viscardi possuem todo sentido, a Comissão de Verificação foi almejada por todas as bancadas ao longo da Primeira República, já que:

Se o "Mecanismo Verificador" dos Poderes dos deputados era exclusividade do Poder Legislativo, nada mais evidente e promissor para as facções locais que o controle das eleições, pois, assim, seus representantes seriam enviados ao Poder Federal. Estes poderiam compor a mesa interina da Câmara e a "Comissão dos Cinco", que selecionaria, à primeira vista dos diplomas, dos deputados que formariam as "Comissões de Inquérito". Estas ficariam investidas do poder de decidir sobre a, legalidade do processo eleitoral em todos os distritos da federação e de seus pareceres, colocados em votação no plenário, resultaria a organização da Câmara em geral. (MAGALHÃES, 1986. p.83)

Dominar, direta ou indiretamente, a Comissão Verificadora, portanto, era algo formidável no contexto republicano. Tratava-se de um hábil instrumento para fazer ou desfazer as composições de aliados ou opositoristas. Na verdade, durante toda a Primeira República a Comissão Verificadora foi acionada. Existem, inclusive, curiosas anedotas sobre ela. Segundo Victor Nunes Leal: “Conta-se que Pinheiro Machado respondera certa vez a um jovem correligionário de fidelidade duvidosa: “Menino, tu não serás reconhecido, por três razões. A terceira é que não foste eleito” (LEAL, 1986. p.229).

²³⁷ VISCARDI, Cláudia M. R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2012. p.36.

Números da verificação de Poderes: “a degola”

De acordo com dados levantados por Magalhães, a Comissão Verificadora teve papel ativo nos processos eleitorais brasileiros até 1930. Em função das disputas regionais e da grande quantidade de fraudes, era comum que chegasse à mesa da Comissão, para julgamento, até o dobro de diplomas permitidos para a bancada de cada unidade federativa. Até mesmo os grandes estados (Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul), cuja máquina partidária era tida como coesa apresentaram duplicata de diplomas em várias oportunidades (MAGALHÃES, 1986. p.79-80).

As análises de Magalhães apontam que, exceto nas legislaturas de 1927/1929 e 1930/1932, todas as demais apresentaram diplomados que não foram reconhecidos pela Comissão de Verificação de Poderes. Tradicionalmente, o não reconhecimento de poderes de um deputado diplomado ficou conhecido por “degola”. Em geral, a degola para o período de 1894 a 1932 ficou em torno de 9,84%. Visto de modo rápido, tal número pode parecer pequeno. Contudo, para as 13 legislaturas do período mencionado, temos uma média de 23,15 deputados degolados por legislatura. Para fins de comparação, a segunda maior bancada de deputados durante a Primeira República (São Paulo ou Bahia) era formada por 22 deputados. Isto é, a disputa pelo parlamento era constante, embora fosse acirrada apenas em contextos específicos.

Outro dado apontado por Magalhães é o de que os maiores índices de degola ficaram registrados nas legislaturas de 1900/1902, 1912/1914 e 1915/1917. A explicação da historiadora é de que em 1900 a cisão do PRF teria levado a uma intensa disputa pela futura Câmara. Diferentemente, os números da legislatura de 1912/1914 seriam resultado da “Política das Salvações”, empreendida pelo Presidente Hermes da Fonseca. Já os números da legislatura 1915/1917 seriam reflexos da divisão política proporcionada pelo “salvacionismo hermistas” (MAGALHÃES, 1986. p.98).

Tabela 1 Relação de reconhecimentos e degolas entre 1894 e 1932 feita por Magalhães

LEGISLATURAS DE 1894 A 1932					
Legislaturas	DIPLOMAS APRESENTADOS				
	Reconhecidos		Não Reconhecidos		TOTAL
	Número	%	Número	%	

1894/1896	212	99,9	01	0,1	213
1897/1899	212	92,6	17	7,4	229
1900/1902	212	74,1	74	25,9	286
1903/1905	212	94,6	12	5,4	224
1906/1908	212	92,6	17	7,4	229
1909/1911	212	94,3	12	5,7	224
1912/1914	212	70,0	91	30,0	303
1915/1916	212	77,1	63	22,9	275
1918/1920	212	98,6	03	1,4	215
1921/1923	212	97,7	05	2,3	217
1924/1926	212	97,3	06	2,7	218
1927/1929	212	100,0	-	-	212
1930/1929	212	100,0	-	-	212
TOTAIS	2.756		301		3.057

Fonte dos dados: Anais da Câmara dos Deputados. Tabela elaborada por Maria Carmen Côrtes Magalhães e disponível em: MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. **O mecanismo das comissões verificadoras de poderes (estabilidade e dominação política, 1894-1930)**. 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1986.

Para fins de comparação, recentemente outros pesquisadores propuseram novos números sobre a degola no parlamento brasileiro. Trata-se dos Cientistas Políticos Paolo Ricci e Jaqueline Zulini. Para eles, os números da degola dimensionam a pequena atuação do mecanismo verificador durante a Primeira República. Ricci e Zulini partem do pressuposto de que a Política dos Estados restringiu as disputas para o âmbito local, o que tornou o mecanismo de verificação pouco atuante, exceto em situações críticas, a exemplo de 1900/1902, 1912/1914 e 1915/1917. Os pesquisadores, inclusive, afirmam que foi institucionalizado um sistema de “degola local”, o que explica os baixos números totais de degola no âmbito legislativo federal. De acordo com os autores:

De imediato, salta aos olhos o volume pouco expressivo do não reconhecimento de diplomas. Entre 1894 e 1927, 262 candidatos diplomados pelas Juntas Apuradoras foram degolados. O número de diplomas aprovados pelo processo de verificação foi de 2.520. Ou seja, do total de 2.782 diplomas que chegaram à câmara, apenas 9,4% não foram reconhecidos. Em retrospectiva, levando em conta, sobretudo, o fato de que a literatura tenha continuamente enfatizado o processo de depuração dos diplomas opositivos, o valor de 9,4% não nos parece grande coisa. Basta olhar para o dado do ângulo oposto. Afinal, como interpretar os 90,6% de diplomas reconhecidos? (RICCI; ZULINI, 2012. p.13-14)

Tabela 2 Número de deputados degolados por ano eleitoral (1894-1927)
 elaborado por Paolo Ricci e Jaqueline Zulini

Ano eleitoral	Número de deputados	Diplomas recebidos	Diferença (degola)
1894	188	196	+8
1897	212	224	+12

1900	212	290	+78
1903	212	225	+13
1906	212	227	+15
1909	212	224	+12
1912	212	253	+41
1915	212	275	+63
1918	212	216	+4
1921	212	220	+8
1924	212	220	+8
1927	212	212	0
Total	2.520	2.782	262

Fonte dos dados: Anais da Câmara dos Deputados. Tabela elaborada por Paolo Ricci e Jaqueline Zulini e disponível em: RICCI, Paolo.; ZULINI, Jaqueline Porto. Eleições e representação na Primeira República: o papel da Comissão de Verificação dos Poderes. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP), 7., 2010, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: ABCP, 2010. Disponível em: <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/24_6_2010_11_6_36.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.

Os números apresentados por Ricci e Zulini não se diferenciam muito dos expostos por Magalhães. Contudo, Ricci e Zulini partem para uma perspectiva de que a verificação de poderes, mais especificamente a degola, não foi sistemática. A justificativa é que a degola local, nas Juntas Apuradoras, teriam tido um papel mais relevante e com números superiores.

Ainda que as degolas tenham se concentrado em três legislaturas (1900/1902, 1912/1914 e 1915/1917), Ricci e Zulini afirmam que, para as legislaturas menos competitivas, a degola ficou em cerca de 4,1% (RICCI; ZULINI. 2012. p.19). Portanto, o mecanismo de verificação funcionou até 1930, ainda que com intensidade variável. Além disso, o mecanismo verificador, no nosso entender, foi um instrumento potencial. Isto é, poderia ser utilizado como ameaça ou quando realmente necessário. Se o mecanismo verificador fosse executado sistematicamente em todas as eleições, o sistema republicano incorreria no risco de lutas constantes que colocariam em risco o próprio sistema republicano.

Referências

BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales**. 2004. 218f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

COSTA REGO. **Carta para Arthur Bernardes de 18 de abril de 1921.** Arquivo Arthur Bernardes. Série 6: Presidente de Minas (03/03/1921 a 31/07/1922). NOTAÇÃO: AB-PMG CX 50 DOC 275. Documento 07. Arquivo Público Mineiro/APM.

FONSECA, Hermes da. **Carta para Arthur Bernardes de 20 de abril de 1921.** Arquivo Arthur Bernardes. Série 6: Presidente de Minas (03/03/1921 a 31/07/1922). NOTAÇÃO: AB - PMG CX 50 DOC 275. Documento 10. Arquivo Público Mineiro/APM.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1988.

MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. **O mecanismo das comissões verificadoras de poderes (estabilidade e dominação política, 1894-1930).** 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1986.

RICCI, Paolo.; ZULINI, Jaqueline Porto. Eleições e representação na Primeira República: o papel da Comissão de Verificação dos Poderes. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP), 7., 2010, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: ABCP, 2010. Disponível em: <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/24_6_2010_11_6_36.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.

VISCARDI, Cláudia M. R. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”.** Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

O passado como narrativa: anos 1930, no Rio Grande do Norte, *História de uma campanha*

Helicarla Morais²³⁸

Resumo

No ano de 1930, um grupo de políticos e intelectuais ligados às forças oligárquicas, liderado por José Augusto Bezerra de Medeiros, é forçado a sair do Rio Grande do Norte, instalando-se no Rio de Janeiro, então Capital Federal. Esses homens organizaram uma resistência ao regime de interventorias no Rio Grande do Norte. Por meio da escrita, realizaram um processo de reintegração e de reapropriação em relação ao seu lugar de origem, movidos por um sentimento de injustiça materializado em artigos de jornais e livros publicados ao longo de décadas, resultando num discurso que envolveria e protegeria todo esse grupo. Pretende-se analisar aqui a versão do passado produzida por esses homens, mobilizando categorias como memória, ressentimento e cultura política, atentando para a produção da escrita e da memória como elemento fundamental na compreensão da leitura do passado e de uma identidade que esse grupo desejava fixar.

O principal objeto da análise empreendida aqui é *História de uma campanha: notas, fotografias e documentos do último pleito político norte-rio-grandense, 1934-1935*, livro de Edgar Barbosa, publicado em 1936, inaugurador de uma produção bibliográfica produzida por esse grupo, na qual eles tomam para si a condição de historiadores dos acontecimentos da década de 1930 no Rio Grande do Norte e seus desdobramentos, contando uma história impulsionada pelo ressentimento em relação ao passado, criando heróis, mitos e inimigos. A compreensão do processo de construção dessa memória que se torna “a história” do Rio grande do Norte no pós-1930 é o principal interesse da proposta apresentada aqui, pois, durante décadas, a versão produzida por esse grupo foi a última palavra em relação a esse passado. Outra questão fundamental na pesquisa é a relação entre ressentimento, memória e política, pois o ressentimento em relação ao passado foi o primeiro mobilizador da formação de uma oposição no Rio Grande do Norte às interventorias varguistas, nos anos 1930, tornando-se uma categoria de compreensão de mundo na escrita desses políticos e intelectuais, como a leitura de *Memória e ressentimento*, ajuda a perceber. Por fim, objetivamos, então, compreender os mecanismos

²³⁸ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, bolsista Capes.

de percepção e de construção da escrita mobilizados no processo de rememoração, escritura e transformação desse passado em narrativa.

1.1 Primeiro ato: para quem escrevemos...

À memória imperecível dos sacrificados na Campanha de Civismo e redenção do Rio Grande do Norte [...] às vítimas da covardia dos cangaceiros, aos seviciados pela barbárie policial, a todos os que sofreram humilhações e injúrias, aos perseguidos, aos ameaçados, aos coagidos no seu trabalho e nos seus lares, aos que morreram com fome e sede de liberdade ²³⁹.

No ano de 1936, primeiro da administração do governador Rafael Fernandes no Rio Grande do Norte, o primeiro governador constitucional depois de golpe de 1930, foi publicado “História de uma campanha: notas, fotografias e documentos do último pleito político norte-rio-grandense, 1934-1935”, livro do qual foi retirada a citação que introduz esse ponto. Trata-se de uma das três dedicatórias do autor, Edgar Barbosa, para a publicação. Cada uma delas identifica um determinado sujeito e suas possíveis ações e sua importância para o pleito narrado. O primeiro texto-dedicatória traz a figura do mártir que, essencialmente, carrega consigo o elemento trágico, apontando para o heroísmo e nobreza de quem doou a própria vida por uma causa maior. Edgar Barbosa nomina cada um dos mortos do evento do qual se ocupa no livro: Francisco Pinto, Otávio Lamartine, Miguel Borges, José de Aquino, Francisco Bianor, Manoel dos Santos, Luís Soares de Macedo e Adalberto Ribeiro de Melo. À memória dele, os mortos de um lado do conflito, é, em primeiro plano, dedicado o livro. Esses são os primeiros indícios de que pretende trazer em suas páginas a narrativa de uma grande saga, evidenciando as pretensões do autor e colaboradores para *História de uma campanha*. A leitura da primeira dedicatória permite perceber ainda alguns dos principais elementos que constituem a imagem do norte-rio-grandense que se desenha ao longo das mais de quatrocentas páginas que compõem o livro, principal herança deixada por um grupo que se imbuíu da tarefa de resgatar os norte-rio-grandenses das mãos de um inimigo que vai se materializando ao longo dos primeiros cinco anos do regime implantado por Vargas no Rio Grande do Norte, narrados por Edgar Barbosa.

²³⁹ BARBOSA, Edgar. *História de uma campanha: notas, fotografias e documentos do último pleito político norte-rio-grandense 1934-1935*. 2. ed. Natal: EDUFERN, 2008, p. 17.

O principal evento narrado no livro, como o título já enuncia, são as campanhas políticas de 1934-1935 e a atuação dos membros das forças retiradas do poder em 1930, tomado como revelador e qualificador das características do sujeito que fazia jus ou não ao nascimento nas terras potiguares, a depender se sua atuação e lado escolhido na campanha. Vários sujeitos preponderantes para os sucessos desse litígio político são apresentados aqui: aqueles que foram sacrificados em nome da pátria, heróis seviciados e humilhados no esforço de defesa da dignidade de sua terra. E aqueles que aparecem por meio da estratégia da oposição, do silêncio em relação aos qualificativos de suas ações. Se há um perseguido, humilhado e seviciado, morto em nome da luta pela liberdade, há também um algoz, papel que cabe, na citação em questão, aos cangaceiros, elementos que evocam aqui um cenário dominado por sujeitos à margem da lei, da justiça, e também à instituição policial, qualificada pela violência dos atos impostos aos que morreram pela liberdade.

Vemos, então, contraditoriamente, instituições distintas, a saber, cangaço e polícia, ocupando o mesmo espaço e sendo definidas pelo mesmo elemento, a barbárie. Os agentes da lei, evocados pela imagem da violência da força policial, representam aqui os desmandos do Estado, que marginaliza a força policial quando a associa com elementos que estão à margem da lei, todos responsáveis pelos mesmos atos de injúrias e sevícias, contra aqueles que deveriam proteger, e que acabam por representar a imagem do verdadeiro filho da pátria norte-rio-grandense. A figura que corporificava a autoridade máxima do Estado naquele momento era o interventor Mário Câmara, representante do governo federal no Rio Grande do Norte, filho de senhor de engenho que ascendeu politicamente como um tecnocrata, tendo exercido vários cargos públicos até chegar ao gabinete de Vargas e à interventoria do seu estado de origem, no ano de 1932.

As vítimas do Estado seriam, na narrativa do livro, os membros e simpatizantes do Partido Popular, que vai vencer as eleições da constituinte e as eleições indiretas para governador. Apresentam-se, então, dois lados opostos, claramente definidos nessa fala de Edgar Barbosa: os perseguidores, personificados em um Estado regido pela barbárie e determinadas vítimas dessa barbárie, para os quais se constrói um discurso de que morreram pela liberdade. Há uma classificação claramente maniqueísta em relação ao conflito narrado.

1.2 Segundo ato: Aos “vencedores”, a palavra... memória e mito

Dois lados foram definidos, separados por uma fronteira entre aqueles que lutaram pelo civismo e os que lutaram contra a pátria norte-rio-grandense. Segundo José Augusto, no esforço de qualificar aqueles que deram corpo ao conflito, a campanha de que resultou a vitória popular foi, em nosso Estado,

um verdadeiro divisor de águas: de um lado, ficaram todos os capazes de se deixar conduzir por móveis subalternos, desde os criminosos até os poltrões, acomodaticios, subservientes, almas de escravos, incapazes de qualquer reação cívica; do outro lado, tudo quanto temos de expressivamente nobre e elevado, os que trabalham, os que produzem, os que, esquecidos de si, pensam apenas no progresso, na paz, na tranquilidade da terra comum. [...] Foi uma luta encarniçada e cruel entre o Direito, que é a luz, que é o bem, e a tirania, que é a treva, que é o mal

²⁴⁰

De 1930 a 1935, foram inúmeros os acontecimentos que sacudiram a política norte-rio-grandense. Do golpe à eleição do primeiro governador constitucional, muitas idas e vindas, alianças, troca de interventores e favores movimentaram a história desse período, no estado, marcada pelo conflito, a partir do que foram desencadeados acontecimentos que fizeram se configurar heróis e inimigos dos norte-rio-grandenses, personagens que encarnavam o bem, uns os mocinhos esquecidos de si, lutando pelo bem de todos; outros, a tirania, o mal que embotava o estado de direito e tranquilidade que parecia ter habitado o Rio Grande do Norte até os anos de ruptura da década de 1930. Na fala de José Augusto, tais fatos,

muitos deles dolorosos, que se desenrolaram meses e meses a fio em nosso território, por motivo da campanha política, reveladores, de um lado, da resistência moral e cívica do seu povo, que honra a terra em que nasceu e vive, tais e tantos foram os fatos e episódios, que indesculpável seria não surgisse quem os narrasse e descrevesse com suas verdadeiras e nítidas cores, ajuntando à descrição a documentação abundante e farta existente, a qual constitui o arquivo do Partido Popular ²⁴¹.

Os eventos do pós-1930 protagonizados pelas forças decaídas, por aqueles que aderiram à situação instaurada para não perder seus cargos e pelos representantes do governo federal no estado são narrados como se a chegada dos interventores fizesse surgir a repulsa ao inimigo estrangeiro que tirava o poder aos norte-rio-grandenses que

²⁴⁰ Idem, p. 31-32.

²⁴¹ BARBOSA, Edgar. *História de uma campanha*, p. 31.

comandavam a política desde o Império, todos pertencentes às forças oligárquicas que o golpe de 1930 pretendia derrubar, para os quais,

entregue ao forasteirismo político e ao prestígio efêmero de alguns afeiçoados das interventorias, o Rio Grande do Norte foi de mão em mão, preso muitas vezes à manopla dos que fingiam patriotismo e amor à terra para angariar posições de relevo que lhes duravam, quase sempre, como as rosas do poeta francês, o ‘espaço de uma manhã...’²⁴².

José Augusto segue, na apresentação que escreve para *História de uma campanha*, descrevendo o clima de instabilidade que pairava sobre as instituições administrativas do Rio Grande do Norte, sobre as interventorias e faz uma crítica a uma espécie de promiscuidade e deslumbramento político de alguns norte-rio-grandenses que se aliaram à situação para manter-se nos cargos que ocupavam junto ao Estado. A passagem escrita por José Augusto para o livro de Edgar Barbosa traz ainda dois outros elementos fundantes para a compreensão da configuração política no Rio Grande do Norte no pós-1930 e a versão que se construiu sobre esse período e que se consolidou na historiografia, a saber, o estrangeiro como um inimigo do Rio Grande do Norte e a instabilidade administrativa e política que a mão estrangeira teria provocado nas circunstâncias harmoniosas em que teriam vivido até então os norte-rio-grandenses, até a intervenção estrangeira, imagem utilizada para designar a atuação do governo federal no estado, como fica ainda mais evidente quando ele se refere às marcas deixadas pela revolução, que, em grande medida, cinco anos depois de ter explodido em terras potiguares, parecia mais um engodo:

Velha, cega pelo fanatismo de sua decrepitude, a Revolução continuou por longos cinco anos no Rio Grande do Norte. Sucederam-se os interventores e parecia que o nosso Estado, esquecido num ângulo da carta geográfica do Brasil, servia de cobaia aos ensaios experimentais de quantos estadistas improvisados eram remetidos ao nosso destino²⁴³.

José Augusto se refere ao período de forte instabilidade política e administrativa vivenciado no Rio Grande do Norte, que compreendeu, principalmente, os dois primeiros anos de interventoria. Assim como ocorreu em grandes capitais como São Paulo, em que as interventorias viveram sempre sobre forte tensão provocada pelos conflitos entre as

²⁴² Idem, p. 37-38.

²⁴³ Idem, p. 37.

forças decaídas e os representantes federais até a explosão da Revolução Constitucionalista de 1932. No Rio Grande do Norte, a maioria dos auxiliares e colaboradores do governo deposto em 1930 seguiu para o Rio de Janeiro, acompanhando José Augusto, que, à época, ocupava o cargo de senador. E, nos primeiros tempos do regime, foram vários os interventores nomeados, cinco em apenas dois anos. Todo o cenário de instabilidade e conflitos que se desenha no livro sobre o Rio Grande do Norte no pós-1930 faz pensar no processo de elaboração e reelaboração que envolve “uma leitura do passado”, seja ele “histórico, mítico ou ambos”, como Raoul Girardet nos ajuda a compreender no estudo que desenvolve em *Mitos e mitologias políticas*.

Nas pesquisas que foram produzidas sobre o período do pós-1930, no Rio Grande do Norte, é possível perceber uma aura mítica envolvendo a política, fazendo emergir figuras que se consolidariam na história do estado como os grandes líderes do soerguimento da força norte-rio-grandense, de onde se eleva um personagem principal, José Augusto, eleito herói da resistência contra o novo sistema, que tomaria o estado das mãos estrangeiras, do inimigo desagregador, e restabeleceria a ordem. Para Câmara Cascudo, sua liderança era mais do que legítima, pois ele “nascera de uma grande família de condutores de homens, chefes de zona, senador e vice-governador eram seus avós quando a República amanhecia”²⁴⁴, o que permite afirmar que o investimento na figura mítica de José Augusto na política do Rio Grande do Norte transcendeu as páginas de *História de uma campanha* e se consolidou por meio da historiografia tradicional do estado e de uma das suas principais figuras²⁴⁵.

Para compreender o processo de construção desse discurso, faremos uso do conceito de mito político de Girardet, que o traduz como “uma espécie de revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade”²⁴⁶ que insurge sempre em períodos de crise, de insatisfação com a ordem vigente, configurando inimigos e heróis em busca de uma nova ordem, de uma nova unidade. Chamamos a atenção ainda para a função explicativa do mito, pois ele oferece elementos que permitem compreender determinada realidade; também podendo ser considerado como deformação

²⁴⁴ CASCUDO, Luiz da Câmara. *Uma História da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1972, p. 244.

²⁴⁵ É possível compreender como Luiz da Câmara Cascudo se constitui em historiador oficial do Rio Grande do Norte, principalmente da cidade de Natal, em: ARRAIS, Raimundo. *Do alto da torre da matriz, acompanhando a procissão dos mortos: Câmara Cascudo como historiador da cidade de Natal...*

²⁴⁶ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 83.

ou fabulação, já que pode fornecer determinadas interpretações do real consideradas não aceitáveis e compreende ainda um grande potencial mobilizador, um elemento profético, tendo papel importante na deflagração de grandes eventos como, no caso estudado, as circunstâncias vivenciadas no Rio Grande do Norte no pós-1930, quando o medo da subversão da ordem, o anseio por um herói que reconduzisse à ordem desejada, a um lugar onde o equilíbrio, a harmonia estivessem mantidos; e a busca pela coesão, a adesão, o envolvimento que permite que se materializem as condições para que o medo seja vencido, o salvador seja encontrado, o lugar de paz e harmonia seja o cenário último de tudo isso. Não é possível que cada um desses estágios se cumpra se um grande grupo, população, sociedade, coletividade, não sentir e acreditar e buscar andar por ele, por esse caminho constituído de medo, esperança, desconfiança, fidelidade, inimigos, heróis, realidades desfeitas, um lugar de abrigo. É esse o papel desempenhado pelo grupo que se forma a partir de 1930 em torno de José Augusto.

A emergência do mito se dá com maior intensidade em sociedades conflituosas, atravessadas por tensões de todas as ordens, vivendo um período de mudanças: mudanças nas crenças, nos valores, na técnica, no ritmo de vida, no sistema político. Torna-se, então, imprescindível apoiar-se em algo para não sentir o chão fugindo-lhe sob os pés. É preciso engendrar explicações para a decadência, para os conflitos. É preciso transformar a entidade abstrata do medo que ronda essa sociedade em inimigo palpável, contra o qual se possa combater. É preciso criar heróis que os combatam, que guiem a luta contra o inimigo. É preciso ainda que haja um desejo coletivo que guie para um mesmo fim e um mesmo lugar: o desejo de reconstituir a comunhão, a ordem, mobilizando desejos, anseios, necessidades, e medos. Nesse momento, impõe-se, mais do que nunca, a função social do mito, que desempenha, para a história, segundo Girardet, um papel de revelador dos sonhos, das debilidades, desordens e sofrimentos, de revelador de uma realidade fragmentada, onde o indivíduo está perdido, circunstância propícia para o surgimento de um modelo integrador, que une e abriga num mesmo sentido ²⁴⁷.

O mito se configura, então, quase como um expediente da normalidade: ele explica, dá nomes e rostos ao mal, aos medos de uma época, de uma sociedade, de um grupo. Assim, personificados, eles podem ser afrontados e desafiados, combatidos, ou

²⁴⁷ Para uma melhor compreensão da relação mito e política ver: GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

seja, o inimigo estrangeiro que surge em oposição à harmoniosa pátria norte-rio-grandense. A partir daí, surge também a outra face do mito, o salvador que vai retirar das trevas e levar de volta à luz. Esse é o papel que cabe a José Augusto na narrativa engendrada em *História de uma campanha* e que vigora até hoje em uma determinada historiografia produzida no estado, como podemos constatar na citação a seguir:

Agora sou solicitado a fazer o prefácio do livro da nossa conterrânea Marta Maria de Araújo, professora do departamento de educação da UFRN, que buscou com veracidade, justiça e inegável brilho, a memória de José Augusto para uma homenagem à altura do tema, a figura de um dos maiores líderes republicanos de nossa História ²⁴⁸.

A passagem escolhida trata-se de um trecho do prefácio que o ex-governador, Aluísio Alves, escreve para o livro de Marta Araújo sobre José Augusto na década de 1990, exemplar por se tratar da fala de um dos herdeiros políticos do fundador do Partido Popular sobre uma pesquisadora que se debruçou sobre a trajetória do político qualificado por ela como pertencente

à chamada geração de homens nascida com a República, portadora de sólida cultura intelectual e erudita, voltada para a construção de uma identidade nacional pátria. Era ele visto pelos seus contemporâneos como um idealista, havendo a trajetória de vida corporificado a história de suas convicções liberais [...] Ademais também foi um telúrico, por eleger o Rio Grande do Norte, acima de tudo, e, por extensão, a região Nordeste como sempre presentes na sua agenda política, e deles se tornou um estudioso incansável ²⁴⁹.

Marta Araújo reproduz quase que fielmente o discurso dos decaídos sobre José, apontando o Rio Grande do Norte, o entendimento das coisas da terra, da identidade norte-rio-grandense como sua principal preocupação política e intelectual, desconsiderando a compreensão da natureza do discurso elaborado a partir de *História de uma campanha* e dos interesses movendo as ações do sujeito estudado frente ao Rio Grande do Norte. Pesquisas como essas corroboraram o status de herói da República construído para José Augusto durante todo o século XX na historiografia norte-rio-grandense, a partir dos conflitos que constituíram as campanhas de 1934-1935,

²⁴⁸ ARAÚJO, Marta Maria. José Augusto Bezerra de Medeiros: político e militante. Natal: EDUFRN, 1998, p. 10.

²⁴⁹ Idem, p. 18.

visualizados como um esforço heroico para retirar de vez o estado das mãos do inimigo estrangeiro.

Nos estudos dos grandes intelectuais que se arvoravam o papel de historiadores do lugar, como Luiz da Câmara Cascudo, os acontecimentos relatados pelos decaídos não são mencionados, centrando suas análises sempre num Rio Grande do Norte muito vivo no Império e na Primeira República, saltando o período das inúmeras interventorias que governaram o Rio Grande do Norte no intervalo observado, apesar dos sucessos das campanhas envolvendo as velhas forças decaídas e os interventores varguistas, naquele período. Há um esquecimento proposital em relação a esse momento da história do Rio Grande do Norte, espremido entre os auspícios da Primeira República e a implicações da II Grande Guerra para o estado. Podemos compreender essa tendência dos historiadores norte-rio-grandenses até a década de 1990 a partir, mais uma vez, do conceito de mito político estabelecido por Girardet. Destaca-se aqui a característica de fluidez que é intrínseca a ele. Não é possível uma definição precisa de mito, posto que ele é fluido, se desdobra, se interpenetra, assim como os mitos políticos da sociedade contemporânea: a nostalgia em relação a um passado acaba desembocando no desejo de uma nova Idade de Ouro, o tempo da harmonia, quando podem surgir os complôs maléficos e o apelo por um salvador.

Todos esses apelos são perceptíveis na narrativa engendrada pelos decaídos do Rio Grande do Norte e corroborada pelos historiadores que se seguiram a eles e aos eventos do pós-1930. Nas décadas que se seguem aos acontecimentos de 1930, autores como Câmara Cascudo, Itamar de Souza, Marlene Mariz preferem dedicar suas pesquisas à compreensão de períodos anteriores ao golpe. Os primórdios da República, principalmente o momento de instauração do regime, começam a se configurar como a Idade de Ouro para esses autores norte-rio-grandenses. Todos os investimentos são depositados aí, numa tentativa de compreensão do período em que os grupos derrubados em 1930 estavam consolidando sua força política e econômica, referências importantes para sua legitimação no poder. O empreendimento historiográfico desse grupo é um outro momento de investimento no projeto idealizado por José Augusto, um momento de complementaridade e consolidação da versão elaborada pelos decaídos.

O próprio José Augusto escreve no prefácio de *Como exerci o meu mandato*, de Dioclécio Duarte (1934), um dos inúmeros livros publicados depois de 1930 sobre os

primeiros quarenta anos da República no Brasil, construindo um discurso sobre as injúrias lançadas contra os sujeitos responsáveis pela manutenção do regime por quatro décadas, ou seja, as oligarquias que dominavam a política nas províncias. Ao mesmo tempo em que o grupo nuclear em torno de José Augusto constrói uma narrativa carregada de mitos e simbologias em torno de suas ações na década de 1930, e que pretende dar conta da história do período, investe, sistematicamente, na construção de uma imagem de lugar de harmonia e legitimidade para os norte-rio-grandenses nos anos que antecedem a ruptura do poder oligarca, a fratura que representou, num primeiro momento, o golpe de 1930 para os grupos dominantes até então. O primeiro passo dado nessa direção seria o projeto de defesa dos sujeitos que fizeram a República, apontando como algoz do regime o presidencialismo e não os indivíduos, os sujeitos que sustentaram o regime e que deturparam o regime. José Augusto, escrevendo na primeira metade da década de 1930, afirma que

A política dos últimos tempos no Brasil consistiu invariavelmente em denegrir o Congresso Nacional e colocar sobre os ombros dos parlamentares todas as culpas e erros da chamada velha Republica. Crises economicas, crises financeiras, fraudes eleitoraes, desrepeito á justiça, todos os peccados e falhas dos homens que serviram nas funções publicas durante os quatro decennios da nossa vida republicana, fossem quaes fossem os seus autores e responsáveis, tudo isso a critica impiedosa encontrou sempre meios e modos de attribuir ás fraquezas, á subserviencia, a corrupção dos representantes da Nação. Estes, no conceito geral, não passavam de gozadores de subsidios, alheios aos vittaes problemas da nacionalidade, quando não réos deliberados e conscientes da deturpação do regimen republicano e da ruina da Patria ²⁵⁰.

Logo em seguida, ele afirma que “a causa de todos os desacertos e erros residia visceralmente no regimen presidencial, este sim gerador do despotismo dos governos e de todos os vicios que, incontestavelmente, infestaram o regimen passado, no qual, entretanto, e a despeito de tudo, tantos passos avançados poude dar o nosso paiz” ²⁵¹. Apesar, então, de todos os males e vícios da República, cujo discurso dos revolucionários de 1930 desejava moralizar, patológico, de fato, não eram os sujeitos, mas as instituições, como o presidencialismo. Mas, ainda assim, aquele foi o momento do avanço, e de vários passos na direção do progresso, como se pode ler no último período da citação. Podemos identificar no parágrafo paradoxal de José Augusto o esforço de construir uma imagem de

²⁵⁰ DUARTE, Dioclécio Dantas. *Como exerci o meu mandato*. Rio de Janeiro: Editora Duco, 1934. p. 3.

²⁵¹ Idem, p. 4.

legitimidade para as primeiras décadas do regime republicano, no Brasil, período anterior ao que o motiva a escrever, no qual os homens dos quais herdara a liderança política, como José Bernardo, seu avô, estiveram à frente das questões políticas no estado.

Percebe-se assim na escrita de *História de uma campanha* o esforço de tracejar o desenho de um canário propício ao surgimento dos heróis, inimigos e lugar de refúgio ao qual às forças do bem sempre desejam restaurar. Sendo assim, Edgar Barbosa nos dá a ver relatos de disputas violentas entre os interventores e o grupo decaído, como podemos observar a seguir:

A passagem de Dr. José Augusto, em dias de julho, por Goianinha, de regresso do Rio de Janeiro, deu azo a que a soldadesca ali destacada violasse, num repente de brutalidade, a Constituição que vigorava apenas há uma semana. Na ‘gare’ da estação, o eleitor populista Pedro Antônio, que se munira de uma ordem de *habeas corpus* preventivo em virtude de reiteradas perseguições anteriores, foi preso e arrastado ao xadrez local, onde ficou incomunicável, pelo fato de ter erguido um viva ao seu Partido no instante em que chegava o trem aguardado pelos amigos de Dr. José Augusto²⁵².

Edgar Barbosa descreve assim acontecimentos que marcaram a eleição do primeiro governador constitucional, mencionando a passagem da caravana política liderada por José Augusto nas cidades do interior do Rio Grande do Norte em campanha pelo candidato a governador do Partido Popular, Rafael Fernandes, que fazia oposição a Mário Câmara, interventor que lançara candidatura ao cargo. Há outros relatos de mortes, tiroteios e prisões, como aparece na narrativa sobre comício realizado no município de Parelhas pela comitiva de José Augusto. Vejamos:

A comitiva populista chegou a Parelhas de tarde e deu início ao comício que anunciara. Discursaram, entre outros, os srs. José Augusto, Renato Dantas, Ivo Trindade, Hilarino Pereira e pe. Vicente de Freitas. No momento em que terminava o comício, os criminosos romperam fogo contra a multidão desarmada. Passados os primeiros instantes de estupefação, o povo procurou resistir ao brutal ataque, servindo-se do armamento do tiro de guerra local²⁵³.

Segundo Edgar Barbosa, havia ameaça de que, chegando à cidade, os caravaneiros fossem impedidos de realizar o comício a mando do interventor, que teria contratado criminosos com tal propósito, como informa telegrama enviado a Mário

²⁵² Idem, p. 94.

²⁵³ Idem, p. 100.

Câmara pelo chefe populista em Parelhas, Florêncio Luciano: “Parelhas, 13 - Urgente – Acabo ser intimado criminoso Pichico e outros capangas para não ser feito comício hoje por aqui, ameaçando dissolver a bala, enquanto está distribuindo armas e munições. Mais uma vez responsabilizamos V. Exa. Tudo possa acontecer impedir comício”²⁵⁴. O clima parecia bastante nervoso e desfavorável para o grupo de José Augusto, que se dizia vítima de violências financiadas pela máquina governista: “O combate de uma gente quase inerme contra bandoleiros bem armados e municados, durou cerca de duas horas, sendo ferido o caravaneiro Renato Caldas e um atirador parelhense. Na trincheira dos bandidos foi encontrado morto o alcunhado ‘sabiá’”²⁵⁵. Mas a situação parecia se inverter a favor dos caravaneiros, pois “esses ataques à liberdade tinham, afinal, uma consequência: afervoravam ainda mais o entusiasmo da brava gente, sofredora e heróica”²⁵⁶. É importante observar que o heroísmo, a bravura, o sofrimento não são características utilizadas aqui para designar somente o povo que vivia nas cidades por onde passava a caravana. Os qualificativos eram destinados com maior vigor aos caravaneiros, àquele que os chefiava, a José Augusto Bezerra de Medeiros, que aparece como defensor de toda essa gente, conduzindo “O imenso entusiasmo, a luminosa lição democrática com que o Partido Popular caminha para a vitória”, ao passo que “por todos os ângulos do País: ninguém opunha dúvidas ao resultado final”²⁵⁷.

O parágrafo do qual foi retirada essa citação fazia ainda outras alusões que merecem ser discutidas: “as colônias de rio-grandenses do norte fixadas em diversos pontos do Brasil vinham trazer, através de telegramas, o seu apoio ao belo conjunto de vontades que seguiam para as urnas a fim de arrancar o Rio Grande do Norte de mãos indignas”. O autor colocou em cena dois personagens principais, o inimigo estrangeiro, designado pela expressão “mãos indignas”, e a influência de um outro estado na configuração política que se desenrolava aqui, o Rio de Janeiro, de onde vem os telegramas de apoio mencionados na passagem anterior, tendo como destinatário José Augusto: “Rio, 26 (julho) - confiantes na ação do eminente amigo em defesa dos superiores interesses da nossa querida terra, desejamos muitas felicidades”, assinando Vicente Fernandes, Dioclécio Duarte, Rafael Fernandes, Alberto Maranhão, Henrique

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Idem, p. 94.

²⁵⁷ Idem, p. 97.

Castriciano, Eloy de Souza, Adauto da Câmara ²⁵⁸. O Rio de Janeiro entrava em cena como o lugar de onde se articulavam as forças decaídas no Rio Grande do Norte depois de 1930, de onde se orquestravam todos os movimentos que culminariam nos acontecimentos descritos nas citações, que se encaminhavam no sentido de reintegrar José Augusto e o grupo liderado por ele aos postos decisivos da política do estado, retirando daqui a influência perniciosa do inimigo estrangeiro.

Contraditório é dizer que o inimigo estrangeiro de mãos indignas naquele momento tinha as feições de um norte-rio-grandense, Mário Câmara, nomeado interventor sob a chancela do grupo de José Augusto, mas que já não atendia aos seus interesses, tornando-se ainda mais estrangeiro do que os demais interventores nomeados antes dele, pois, na opinião dos decaídos, voltava-se contra o seu próprio povo. Referindo-se à postura, considerada por ele, irascível de Mário Câmara ao lançar sua candidatura a governador do estado em 1934, José Augusto afirma que:

Desapareceram as falas mansas, as promessas, fez regressarem ao Rio Grande do Norte os elementos que dele havia retirado por incompatíveis com a sua tranquilidade, já agora acrescido de levas e levas de criminosos e bandoleiros de toda espécie, recrutados em Estados vizinhos, e iniciou uma política de crimes inomináveis, desde o suborno até o homicídio político, na ânsia de conquistar uma situação que a nossa terra sempre reservou, e jamais deixará de reservar, aos que merecem a confiança, a estima, o respeito, nunca aos que supõem poder conquistá-la pela violência e pelo ódio ²⁵⁹.

Voltam a povoar a cena montada por José Augusto para descrever o conturbado pós-1930 no Rio Grande do Norte sujeitos que evocam um cenário de violência institucionalizada pelo estado, personificado na figura de criminosos e bandoleiros e do próprio interventor, Mário Câmara, descrito como sujeito capaz das piores atrocidades para permanecer no poder, configurando-se assim no pior inimigo do norte-rio-grandense, na personificação de todos os males que poderiam lhes ser impostos, mantendo-se assim a tônica da separação lançado pelos decaídos sobre o Rio Grande do Norte no pós-1930: o bem e o mal, aqueles que mereciam o privilégio de conduzir o estado e aqueles que o disputavam por meio do ódio e da violência.

1.3 Terceiro ato: o povo norte-rio-grandense, onde está?

²⁵⁸ Idem, p. 97.

²⁵⁹ Idem, p. 29.

História de uma campanha traz ainda mais duas dedicatórias, oferecendo as coordenadas para a percepção de outros sujeitos que protagonizaram o grande evento da história política norte-rio-grandense, na narrativa do livro, até aquele momento, a saber, o “humilde eleitor populista”, os “milhares de correligionários anônimos” que,

na hora decisiva, deixaram as suas famílias ansiosas, a enxada e o labor pacífico dos seus campos e marcharam, afrontando os piquetes, presos e ofendidos, para escrever o nome obscuro e ao mesmo tempo glorioso diante das urnas de outubro e de fevereiro – [...] soldados da vitória do Partido Popular, cuja arma era um título eleitoral protegido por uma convicção²⁶⁰.

Essa segunda dedicatória é para esse sujeito, o eleitor do partido Popular, o norte-rio-grandense comum, o trabalhador, o agricultor que troca sua enxada na hora fatal pela arma decisiva naquele embate, o voto. Para ele é dedicado o livro. É importante frisar aqui, questão que será mais detidamente explorada mais adiante, a participação desse outro sujeito, o indivíduo que integra as camadas populares, nas campanhas de 1934 e 1935 e nos seus desdobramentos. É importante demonstrar que o intento dos projetos e campanhas dos decaídos não eram restritos aos interesses e ações das elites, mas tinham uma causa maior, pois defendiam os interesses da maioria, os homens comuns, a população mais pobre que dispunha somente do seu potencial de trabalho e de voto. A leitura de *História de uma campanha* permite perceber uma clara distinção entre os sujeitos da elite política que o livro procura evidenciar e os indivíduos das classes populares, que foram mobilizados por esse grupo naquele que seria o seu principal potencial, o poder de voto. No entanto, uma primeira leitura desavisada pode levar a crer que aqueles que lideravam as campanhas contra as interventorias eram também o povo, os mais humildes, aqueles que não decidiam ou pensavam sobre a política a não ser quando de posse de seu título de eleitor. Em vários momentos do livro, esses sujeitos, representantes de grupos distintos, classe dominante alijada do poder e camadas populares, confundem-se no discurso dos decaídos, como uma estratégia de legitimação desse discurso, um esforço de identificação da maioria com a causa dos decaídos.

É necessário observar que, apesar de todo o discurso moralizante em relação às práticas eleitorais que vigoram, no Brasil, durante toda a Primeira República, ainda vivia-se sob a forte influência dos sujeitos que se construíram politicamente e economicamente

²⁶⁰ Idem, p. 19.

à sombra do Império e dos primeiros quarenta anos da República. Os redutos eleitorais que se formaram em volta das famílias Medeiros, Mariz e ainda outras envolvidas no processo político explorado aqui não se dissolvem no momento em que os revolucionários de 1930 anunciam uma nova república que se pretendia livre de localismos e clientelismos. E todas as relações estabelecidas anteriormente entre os grupos políticos e a população norte-rio-grandense, divididos, como é comum na cartografia e na história do Nordeste, entre os do Sertão e os do Litoral, da Zona da Mata, é que vão decidir, de fato, os sucessos das primeiras campanhas do pós-1930, conduzidos por aqueles que sempre o fizeram...

É possível perceber na historiografia norte-rio-grandense que, durante todo o período de interventoria, as forças representantes do governo provisório e os membros das antigas oligarquias disputaram o poder. Os interventores eram o novo regime, tinham tomado assento no poder. Mas as antigas lideranças políticas tinham o prestígio, a tradição, o poder sobre os redutos eleitorais que comandavam desde o Império. No Rio Grande do Norte, os grandes nomes da política quando as tropas tenentistas chegaram ao poder eram Juvenal Lamartine e José Augusto Bezerra de Medeiros, pertencentes à mesma família de produtores de algodão na região do Seridó, inserida no espaço geográfico, cultural e econômico denominado de Sertão. Esses homens eram donos do dinheiro, da política. Até a segunda metade do século XIX, a maior fonte de renda do estado do Rio Grande do Norte era o açúcar, produzindo barões, deputados e presidentes de província. Com a crise do açúcar, intensificada no início do século XX, os produtores de algodão da região do Seridó assumem a liderança econômica e política ²⁶¹.

A República consolida-se no Rio Grande do Norte pelas mãos de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, figura que se mantém no poder até o início dos anos 1920, quando o declínio dos engenhos e o processo malfadado de modernização da produção e implantação das usinas abrem caminho para o avanço da cultura algodoeira. No entanto, Pedro Velho, que é tratado pela historiografia tradicional como o grande republicano histórico do Rio Grande do Norte, mas que aderiu ao regime quase na última hora (sendo

²⁶¹ Para compreender o processo de declínio da produção açucareira e ascensão do algodão na economia norte-rio-grandense ver: TAKEYA, Denise Monteiro. *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza: BNB, ETENE, 1985. (Documentos do Nordeste); MACEDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005; MORAIS, Helicarla. *Três rios dentro de um homem: Nilo Pereira em Imagens do Ceará-Mirim*. Natal: EDUFRN/Sebo Vermelho, 2009, p. 27-57 (cap. 1 O vale, o açúcar e a técnica).

considerado pela historiografia atual um republicano de ocasião), precisava do apoio dos grandes grupos políticos para consolidar a República. E tratou de trazer para o seu lado os opositores, monarquistas que já não viam como vencer os ímpetus republicanos, como José Bernardo, produtor de algodão, avô de José Augusto.

Para esses homens não interessava ficar distante do poder. A República deu caras e nomes novos ao poder no Rio Grande do Norte, mas ainda atrelados às velhas figuras, assim como acontece, a partir de 1930. Juvenal Lamartine, governador eleito em 1928, substituindo José Augusto, não permaneceu no Rio Grande do Norte para receber os “revolucionários”. Rumou para o exílio na Europa. Sendo que, nesse novo momento de transição em que, de fato, e ainda uma outra vez, as raízes com os regimes anteriores não são desintegradas, há também um novo componente na política norte-rio-grandense, a introdução do elemento estrangeiro, o que vai suscitar uma série de enfrentamentos que se refletem, em grande medida, pelos jornais, como *A Republica*, jornal da situação e jornais cariocas como o *Diário de Notícias*. O jornal da situação, em Natal, *A Republica*, era usado para retrucar as críticas sofridas pelos interventores. Em 1933, os oposicionistas ganhariam uma representação também no Rio Grande do Norte, o jornal *A Razão*, que se configurava numa oposição clara àquilo que *A Republica*, associada à República dos estrangeiros, representava, descrita, muitas vezes, como uma canalha que, se aproveitando de um discurso moralista, tomara o poder e se firmava a partir das mesmas práticas que censurava no antigo regime.

O povo, então, quando volta a aparecer no livro é como uma massa coesa sem características específicas, coadjuvante de uma elite política, econômica e intelectual, formada por sujeitos que são aclamados como heróis de uma resistência norte-rio-grandense frente às interventorias varguistas. Nos enunciados que seguem podemos perceber que o povo aparece sempre como uma entidade abstrata na fala e definições dos decaídos: “Grande massa popular se aglomerou numa intensa vibração, vivendo os nomes de maior evidência no Partido Popular”, ou “sob o incontido entusiasmo da multidão”, “o povo enchia as residências adjacentes”. Numa outra citação, podemos perceber com maior clareza o conflito: “Podemos dizer que a sociedade natalense, pelos seus elementos de maior realce, compareceu à Avenida Rio Branco na noite de ontem [...] o nosso povo”²⁶².

²⁶² BARBOSA, Edgar. História de uma campanha: notas, fotografias e documentos do último pleito político norte-rio-grandense, 1934-1935. Natal: EDUFRN, 2008, p. 325-326.

O povo, a multidão que enchia as ruas, quando não comparado aos líderes da campanha, os filhos da elite do estado, aparece como elemento secundário, reverenciando os heróis do Partido Popular, e, mencionado de maneira vaga. Por outro lado, muitas vezes, confunde-se com os sujeitos que são chamados de a elite moral e política do lugar, muito distante, de fato, do que poderíamos chamar de populares, o que nos permite pensar sobre o lugar do povo na configuração política dos anos 1930, no Rio Grande do Norte, sobre o lugar desses sujeitos também nas memórias construídas pelo grupo dominante. A imagem da gente sofrida e heroica, em grande medida, o sertanejo, é instrumentalizada no projeto de retomada do poder e de estabelecimento de uma memória sobre os anos 1930, no Rio Grande do Norte.

Sendo assim, podemos afirmar que o ressentimento foi a tônica de todo o esforço realizado pelos decaídos no pós-1930. E o sertanejo, homem forte e resignado, a imagem do norte-rio-grandense que luta em defesa do seu estado, da sua pátria.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Marta Maria de. *José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militante*. Natal: EDUFRN, 1984.

ARENDT, Hanna. *O que é política*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2012.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de, CATROGA, Fernando, HERMANN, Jacqueline (Org.). *memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

BARBOSA, Edgar. *História de uma campanha: notas, fotografias e documentos do último pleito político norte-rio-grandense, 1934-1935*. Natal: EDUFRN, 2008.

BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Org). *Memória e ressentimento : indagações sobre uma questão do sensível*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete: Memória políticas e confissões humanas*. V.1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

COSTA, Homero. *A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro Ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária, 1995.

FERREIRA, Marieta. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *O Rio Grande do Norte no senado e na república*. Natal: EDUFRN, 2008.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *O Rio Grande do Norte no senado da República*. Brasília: Senado Federal, 1980.

_____. *Porque sou parlamentarista*, 1936;

_____. *Famílias seridoenses*, 1940.

_____. *Seridó*. Brasília: Senado Federal, 1980.

PATRIOTA, Nelson. *Artigos e crônicas de Edgar Barbosa (1927-1938)*. Natal: EDUFRN, 2009.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROSAVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SOUZA, Itamar de. *A república velha no Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2008.

SPINELLI, José Antônio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar, 1930-35*. Natal : EDUFRN, 2010.

A relação do empresariado com o Estado no contexto do Estado Novo brasileiro e português –1930-1945

Priscila Musquim Alcântara de Oliveira²⁶³

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar, por meio de uma perspectiva comparada, a relação do empresariado, tanto no Brasil quanto em Portugal, levando em conta o contexto do corporativismo dos regimes Vargasista e Salazarista, buscando identificar traços em comum na dinâmica desses grupos.

A pesquisa analisa, portanto, os contextos históricos do Estado Novo português e brasileiro no período delimitado. Com base em uma análise bibliográfica, busca aproximações na trajetória de setores empresariais desses dois países, no sentido do fortalecimento desse grupo enquanto ator social, as arenas de atuação junto ao governo e o modo como a questão social foi encarada pelo setor no Brasil e em Portugal. A análise é feita com base na comparação da literatura a respeito do Estado Novo e do Corporativismo em Portugal e no Brasil.

Abstract: This paper analyzes, through a comparative perspective, the relationship of the group of entrepreneurs with the government, in Brazil and Portugal, during the context of corporatism in the Getúlio Vargas and Salazar regimes and comparing traits in action these groups.

Based on a literature review, search approaches in action business sectors of the two countries, noting how strengthened as a social actor, the arenas of engagement with the government and how the social question was considered by the sector in Brazil and Portugal. The analysis is based on comparison of the literature of the *Estado Novo* and Corporatism in Portugal and Brazil.

INTRODUÇÃO

Entre diversas aproximações possíveis entre Portugal e Brasil nos âmbitos cultural, econômico e político, em função de trajetórias históricas fortemente vinculadas, uma, em especial, pode ser feita a respeito do período compreendido como Estado Novo. Embora se trate de temporalidades distintas (no Brasil, esse período é compreendido entre 1937 a

²⁶³ Doutoranda em História, Universidade Federal de Juiz de Fora.

1945 e em Portugal, de 1933 a 1974), é possível realizar diversas conexões que viabilizam contribuições para a análise desses dois momentos políticos, tanto para o Brasil quanto para as análises lusitanas. Nesse sentido, dois aspectos têm ganhado espaço nas análises que buscam conexões entre os regimes brasileiro e lusitano: **o corporativismo** e o **autoritarismo**. Para compreender a dinâmica estado novista, é necessário analisar esses dois aspectos, que irão compor a primeira parte deste trabalho e em seguida, serão apresentados aspectos sobre a relação entre governo e empresários nos dois governos.

1 - Brasil e Portugal: corporativismo e autoritarismo no Estado Novo

As primeiras análises a respeito dessa temática classificavam as experiências brasileira e lusitana como experiências corporativas periféricas, constituindo nada além do que um reflexo dos fenômenos clássicos, em particular, o italiano. Outra característica dessas análises era a interpretação de que o aparato repressivo, a arquitetura institucional e a política de propaganda sustentaram instrumentos de dominação de um sistema, sob o qual as sociedades brasileira e portuguesa eram vítimas e não atores que deram sustentação a esses regimes (PINTO: 2007, 7).

Em meados da década de 1980, no entanto, outras perspectivas a respeito da formação dos corporativismos do entreguerras trouxeram interpretações alternativas que apontavam o declínio do liberalismo como reflexo de uma situação internacional onde o Estado assumia contornos de regulador e muitas vezes, de produtor na esfera econômica, sob uma democracia praticamente inexistente, bem como partidos políticos tradicionais. Com essas novas abordagens vieram também propostas de análises específicas de cada modelo político adotado, levando em conta as características particulares dos países onde foram colocados em prática. Nesse sentido, as pesquisas sobre Portugal e sobre o Brasil se inserem, buscando entender as dinâmicas internas e as razões tanto das resistências quanto das adesões à implantação do corporativismo e do antiliberalismo (PINTO: 2007, 7).

O corporativismo é um conceito que permeia tanto as análises lusitanas quanto a brasileira. Para Ludovico Inciza, trata-se de uma doutrina que propugna a organização da coletividade partindo da associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Por meio de uma proposta de solidariedade orgânica dos interesses concretos a remoção ou neutralização dos elementos de conflito, a exemplo da

concorrência, no plano econômico, da luta de classes no plano social e das diferenças ideológicas no plano político (INCISA: 1998, 207).

Segundo Evaldo Vieira, o conceito de Estado Corporativo foi utilizado por diversas posições políticas, tornando assim muito complexa qualquer tentativa de definição. Salazar concebia as corporações como subordinadas aos fins proclamados pela nação. Marcelo Caetano acreditava que o corporativismo estava presente sempre que uma atividade fosse regulamentada e representada por aqueles que a desempenhavam. Evaldo Vieira propõe a seguinte definição (VIEIRA: 2010, 22):

Entendemos por Estado Corporativo aquele que nasce de grupos sociais organizados, as corporações, de modo a tornar-se a expressão dos interesses econômicos destes e das forças culturais que os orientam.

Com relação ao autoritarismo, o regime de Salazar, definido pela Constituição de 1933 teve um aspecto de regime “autoritário institucionalizado”, conforme define o historiador António Costa Pinto. O regime contou com o forte apoio da Igreja Católica e com o exército. Salazar, que dirigiu os destinos de Portugal como presidente do Ministério entre 1932 e 1933 e, como Presidente do Conselho de Ministros entre 1933 e 1968, impôs-se não por conta de seu carisma pessoal, mas por sua habilidade de articulação no interior do aparelho governamental. Suas ações estiveram sempre em conformidade com o programa de reerguimento nacional. Já o caso brasileiro, a ditadura estado novista foi consolidada sob liderança de Getúlio Vargas, que se impôs por meio de uma cultura que conciliava Estado forte e modernidade. A Secretaria da Presidência da República foi uma instância do Estado Novo brasileiro que atuou de maneira incisiva no sentido de legitimar, depois de 1930, o no Estado junto à classe trabalhadora e os meios populares, por meio de uma propaganda política que apresentava Vargas como o “pai dos pobres”, o defensor dos trabalhadores, etc.

2 – Empresários e políticas sociais no Brasil

Desde os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, as relações entre Estado e industriais sofreram mudanças expressivas. O presidente e seus ministros se articularam como interlocutores e também como árbitros nos conflitos de interesses entre o setor agrícola e o empresariado. (LEOPOLDI: 2003, 244) A política economia de Vargas, ao longo dos quinze anos de seu primeiro governo, realizou um esforço no sentido de promover um equilíbrio da situação do café no mercado internacional, ao passo que procurava diminuir

o predomínio do modelo agroexportador, dando apoio ao crescimento industrial (DELGADO: 2001, 110).

Quanto à organização do empresariado, a imposição de um formato corporativo não eliminou suas organizações autônomas. A expansão da máquina burocrática, a proliferação de órgãos técnicos e consultivos que permitiram ao Estado estender e aprofundar o controle sobre a participação política dos grupos privados funcionou, por outro lado, como uma via permeável ao acesso do empresariado. Nesse sentido, os conselhos econômicos, além de atuarem como instâncias de informação e decisão representaram, a partir de 1937, o caminho de acesso dos grupos privados ao centro do poder. O estudo de Eli Diniz sobre esse processo ressalta a capacidade da elite industrial brasileira em obter o apoio de órgãos situados em posição intermediária na hierarquia decisória, a exemplo do Conselho Federal do Comércio Exterior. Por meio desse conselho, os industriais obtiveram a aprovação de várias propostas na esfera da defesa do mercado interno para a indústria local, como pareceres favoráveis a expansão do crédito industrial e projeto de regulamentação de determinadas áreas (DINIZ: 1978, 287). Ignacio Delgado ressalta que embora nem sempre tenham prevalecido os interesses dos industriais nesses órgãos, a exemplo da Coordenação de Mobilização Econômica, considerada por parte dos industriais como um nicho a partir do qual a burocracia estatal excedia a intervenção do governo na economia, a presença dos Conselhos Técnicos era compreendida pelo empresariado como essencial à sua participação na definição de políticas públicas (DELGADO: 1989, 176).

No Brasil, foi basicamente na década de 1930 e em especial, no Estado Novo, que os trabalhadores foram incorporados como ator relevante ao cenário da política nacional e seu acesso à cidadania assumiu contornos bem significativos. Wanderley Guilherme dos Santos sugere que o conceito-chave que possibilita a compreensão da política economia e social do pós-1930 é o de *cidadania regulada*, que diz respeito a um tipo de cidadania cujas raízes encontram-se em um sistema de estratificação ocupacional definido por uma norma legal. Assim, cidadãos são *aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei*. Este conceito, segundo Santos, encontra-se implícito na prática política do primeiro governo Vargas (SANTOS: 1994, 68). Desta maneira, os parâmetros para definir a cidadania são três: a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público. Os

direitos do cidadão decorrem dos direitos de suas profissões. Essas profissões só existem se reconhecidas pelo Estado. Nesse modelo, a carteira profissional representa uma certidão de nascimento cívico, superando o sentido de evidência trabalhista, pois era o instrumento jurídico de comprovação do contrato entre Estado e cidadania regulada (SANTOS: 1994, 69). Angela de Castro Gomes ressalta que o processo pelo qual os trabalhadores se configuraram como ator político foi fruto de um projeto articulado e implementado pelo Estado, projeto que a historiadora define como *trabalhismo* brasileiro.

Com relação ao empresariado, Gomes apresenta um balanço do tratamento dado à questão social pelos setores comerciais e industriais entre 1917 e 1937, na obra *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil*. Nas primeiras duas décadas do século XX, a questão social inter-relacionava-se com outros problemas fundamentais a exemplo das temáticas da “vocação agrária”, riscos que a industrializa o poderia trazer para o equilíbrio econ mico e social no país, bem como o fortalecimento da a o do poder central, que deveria deter a capacidade de legislar sobre a esfera da regulamenta o do trabalho. Na década de 1920, entre o empresariado comercial e industrial predominou a ideia de que era necessário organiza o para contra-atacar a temática da questão social, pois acreditavam que o tema atingia as bases de suas condi es de desenvolvimento (GOMES: 1979, 199). O impacto da crise mundial de 1929 abalou os setores comercial e industrial do Brasil. A crise atingiu ainda a orienta o agroexportadora da economia brasileira. Nesse período, ficou exposta a fragilidade de uma economia centrada basicamente na defesa de um único produto agrícola de exporta o – o café, conforme ficou evidente com a vertiginosa queda dos preços internacionais e com o colapso de atividades que englobavam os setores industrial e comercial. Diante desse cenário de crise, a defesa do café era apontada como elemento primordial para a supera o da crise, inclusive pelo empresariado. No entanto, representantes dos setores comercial e industrial enfatizavam que o atendimento das demandas do setor cafeeiro, embora necessário, não deveria ser feito em detrimento de um real atendimento dos problemas que afetavam a indústria e o comércio (GOMES: 1979, 200).

O quadro começa a ser vencido a partir de 1933, quando o ritmo de crescimento econ mico iniciou sua gradual retomada. A atua o dos setores do empresariado na defesa de seus interesses se intensifica, em especial, com rela o   defesa da prote o tarifária, da amplia o do crédito e das denúncias dos inúmeros impostos que os sobrecarregavam.

Embora a política econômica do período ainda seguisse a orientação agrária, o compromisso político inaugurado em 1930, que incorporou novos atores ao jogo político e a necessidade de enfrentar os efeitos da depressão econômica internacional impediam a manutenção do modelo econômico da República Velha. É dentro desse novo contexto político e econômico que os interesses ligados à industrialização ganham novo estímulo, emergindo como uma área que precisava ser efetivamente considerada e incorporada às alternativas de governo com a finalidade de superar a crise e promover o desenvolvimento econômico brasileiro (GOMES: 1979, 200).

Nesse processo, a política social tornou-se uma área de interesse político do Estado, conforme atesta a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio logo após o movimento de 1930. Do ponto de vista do empresariado, a questão social também adquire novo sentido. Diante do aumento das pressões, tanto oficiais quanto dos trabalhadores, pela formulação e aplicação da legislação social, modificou-se também a natureza do problema do trabalho e o sentido da legislação voltada para ele. Segundo Angela de Castro Gomes, *“é justamente tendo em vista esta transformação que o posicionamento dos setores empresariais no pós-1930 deve ser avaliado”* (GOMES: 1979, 201).

3 – Empresários e políticas sociais em Portugal

Segundo Fátima Patriarca, nas primeiras décadas do Estado Novo português, o governo concretizou uma política social relativamente inovadora, em consonância com os princípios proclamados pelo “pensamento social católico”, pelos setores integralistas e nacional-sindicalistas, pelos que defendiam o “paternalismo social” de iniciativa patronal. (PATRIARCA: 1995)

Longe de contrariar o princípio da “natureza de classe” do Estado Novo Português, essa postura contribuiu de forma significativa para a estruturação e consolidação do mesmo. De maneira semelhante ao caso brasileiro, as políticas sociais foram encaradas com reservas pelos empresários. Se a relação com o Estado e o modelo corporativista implantando viabilizou a eliminação da concorrência, através das “pautas aduaneiras” e do “condicionamento industrial” que os patrões haviam insistentemente reivindicado e conseguido, a relação com os trabalhadores era delicada e conflituosa e a questão social era um campo minado nessa relação entre estado, trabalhadores e empresários (PATRIARCA: 1995):

Resta saber o que terá pesado mais: se a consciência de que, ao consagrar formas de negociação imperativa no Estatuto do Trabalho Nacional, corria o risco de criar anticorpos e alienar o apoio dos patrões, risco perigoso, sobretudo numa altura em que o regime não está ainda inteiramente consolidado; se a convicção de que a força, a autoridade e a pressão do Estado – e de um Estado que se mostra respeitador da propriedade individual e da iniciativa privada e sob cujo manto se alberga a organização sindical – seriam condições suficientes para converter os patrões à colaboração de classes. Qualquer que tenha sido a razão – e ambas são plausíveis – o resultado é inequívoco, o regime não viera equilibrar, antes viera desequilibrar, e de forma inexorável, as condições e os poderes entre as partes. A desigualdade e a assimetria entre capital e trabalho viam-se agravadas. Nestas circunstâncias, ao Estado não resta outra alternativa que não seja compensar esse desequilíbrio, assumindo o ônus da defesa dos “de baixo” e, com ele, o encargo de resolver as tensões mais fortes ou as desigualdades mais críticas (PATRIARCA: 1995, 651).

Publicações recentes como o livro de Pedro Jorge Castro, *Salazar e os milionários*, bem como o de Miguel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva e Salazar* permitem identificar relações de proximidade entre Salazar e empresários portugueses e analisar a influencia destes junto ao governo. Castro identifica por meio de correspondências e diários particulares que os encontros entre o ditador e o banqueiro Ricardo Espírito Santo ocorriam sempre às tardes de domingo e quando não era possível, havia uma justificativa prévia e observações de lamento de ambas as partes. A pesquisa de Faria também analisa a relação de Salazar com o empresário Alfredo da Silva e como Silva foi uma personalidade chave da economia portuguesa na fase de ascensão política de Salazar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou apresentar de maneira preliminar panoramas comparativos entre a relação do empresariado com o Estado em Portugal e no Brasil durante as ditaduras Vargasista e Salazarista. Trata-se dos primeiros passos de uma pesquisa que pretende aprofundar-se com base, principalmente, na análise da relação entre esses ditadores e os empresários.

É possível identificar, tanto no caso português quanto no brasileiro, relações próximas e arenas favoráveis para o fortalecimento desses dois grupos como atores políticos, mesmo sob um regime de intervenção e controle estatal. Traçados os panoramas políticos, esta pesquisa pretende partir para a análise comparada nas redes políticas onde

os empresários mais influentes de Portugal e do Brasil se inserem no período compreendido entre anos 1937 e 1945, em busca de aspectos em comum e de um possível diálogo;

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Pedro Jorge. **Salazar e os milionários**. Lisboa: [Quetzal](#), 2009

DELGADO, Ignacio Godinho. **Previdência Social e Mercado no Brasil**. A presença empresarial na trajetória da política social brasileira. São Paulo: LTR Editora, 2001.

_____. **Burguesia e Estado** - o caso de Minas Gerais: a estratégia de um revés. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

DINIZ, Eli. **Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FARIA, Miguel Figueira. **Alfredo da Silva e Salazar: Uma relação que clarificou o lugar da Economia e da Política na formação do Estado Novo**. Lisboa: Bertrand Editora, 2009.

GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil. 1917-1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda. 1979.

INCISA, LUDOVICO. **Corporativismo**. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. trad. Carmen C, Varriale et ai. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1, p.287

LEOPOLDI, Maria Antonieta. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PATRIARCA, Fátima. **A questão social no salazarismo (1930-1947)**, 2 volumes, Lisboa, IN/CM, 1995.

PINTO, Antonio Costa. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Duas ditaduras. In: **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

VIEIRA, Evaldo: autoritarismo e corporativismo no Brasil: Oliveira Vianna & Companhia. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

COMUNICAÇÃO LIVRE

Um mestre da arte da gravura: Adalberto Pinto de Mattos

Por João Victor Rossetti Brancato

RESUMO: O presente estudo tem por objetivos trazer à tona a produção artística e intelectual de Adalberto Pinto de Mattos (1888-1966). O artista em questão formou-se na Escola Nacional de Belas Artes, tendo ganhado o Prêmio de Viagem de 1909. Discípulo de Girardet, dedicou-se à gravura de metais e pedras preciosas, sendo mais tarde professor do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e crítico de arte, expondo suas opiniões na Revista *Ilustração Brasileira* na década de 20.

PALAVRAS-CHAVE: Adalberto Mattos; crítica de arte; gravura de metais; *Ilustração Brasileira*.

ABSTRACT: The purpose of this study is to present the artistic and intellectual production of Adalberto Pinto de Mattos (1888-1966). The artist in question graduated from the *Escola Nacional de Belas Artes*, having won the Travel Award of 1909. Disciple of Girardet, devoted himself to the engraving of metals and precious stones, and was later professor at the *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro* and art critic, expressing their opinions in the magazine *Ilustração Brasileira* in the 20s.

KEYWORDS: Adalberto Mattos; critic of art; engraving of metals; *Ilustração Brasileira*.

.....

Até o momento, poucos são os trabalhos que fazem uso da produção crítica de Adalberto Mattos presente na década de 20 na Revista *Ilustração Brasileira*. Podemos aqui citar, dentre eles, os de Ruth Sprung Tarasantchi (2002) e Miriam Nogueira Seraphim (2008), ambas tratando de artistas específicos sobre os quais Mattos escreveu em seus artigos. Se seu trabalho como crítico é pouco conhecido, o que se sabe sobre sua produção artística como gravador de metais é quase nulo. Dessa forma, esperamos contribuir para futuros trabalhos apresentando um pouco da trajetória de Adalberto Mattos e revelando

sua obra. Para isso serão analisadas as publicações em periódicos diversos que tratam das Exposições Gerais de Belas Artes nas quais o gravador se faz presente com suas obras; documentos provenientes da Escola Nacional de Belas Artes, dentre eles as atas do Conselho Superior, e os artigos publicados por ele na *Ilustração Brasileira*. Em alguns momentos específicos, esses dados serão cruzados com a legislação da academia e suas instâncias, assim como algumas obras do autor presentes no acervo do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora. De maneira alguma se pretende alcançar a totalidade da vida do artista, muito menos esgotar seu significado, mas, pelo contrário, estimular estudos na área.

Adalberto Pinto de Mattos nasceu em Vassouras, Rio de Janeiro, em 13 de março de 1888, e morreu em 1966, na capital do seu estado de origem²⁶⁴. Era o irmão mais velho de Aníbal Mattos, pintor e fundador da Sociedade Mineira de Belas Artes, e de Antonino Mattos, criador do Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados.

Há poucas referências ao artista na historiografia. Sabemos que seus irmãos estudaram no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro antes de frequentarem a Escola Nacional de Belas Artes, mas quanto ao próprio Adalberto, o que se sabe é que foi aluno desta última, tendo se especializado na arte da gravação de metais e pedras preciosas com Augusto Giorgio Girardet, professor contratado em 1891 pela instituição.

A cadeira de gravura sempre foi alvo de polêmicas desde a época da AIBA, sendo extinta e restabelecida por mais de uma vez, fosse por falta de alunos ou de professores. Após oito anos sem aulas, desde o Decreto nº3141 de 30 de outubro de 1882, um novo



Imagem 1: Adalberto Mattos. Fotografia por: O "Salão" - A quem coube a grande medalha de ouro. *O Globo*. Rio de Janeiro, 26 ago. 1926. p. 1.

²⁶⁴ SILVA, 1999.

regulamento na Escola é aprovado, e através do Decreto nº983 de 8 de novembro de 1890 a cadeira é restabelecida. Segundo Lucia Stefanelli no *Dizionario Biografico degli Italiani*, teria sido Rodolfo Bernardelli quem teria estimulado Girardet a prestar o concurso para o cargo ²⁶⁵. O professor italiano se tornaria mestre de uma geração de gravadores conhecidos, como Leopoldo Campos e Jorge Soubre, além de Adalberto Mattos ²⁶⁶.

Conseguimos datar a aparição de Mattos nas Exposições Gerais de Belas Artes a partir de 1907, quando obtém menção honrosa de 2º grau por obra que é para nós desconhecida. No ano seguinte é premiado novamente, dessa vez com menção honrosa de 1º grau. No salão em questão afirma-se que expôs duas obras: “*Cabeça (estudo) e medalha comemorativa da inauguração do novo edifício da Escola Nacional de Belas Artes*” ²⁶⁷.

Segundo o *Jornal do Commercio*, Adalberto expõe no Salão de 1909, “*uma plaquette em gesso (Homenagem ao Professor R. Bernardelli), que deixa alguma coisa a desejar, sobretudo quanto à estética do [sic] figura alegórica, e um Retrato de [...] Mattos, punção em aço, essa sim, obra fina e bem acabada*” ²⁶⁸. Além disso, é nesse ano que o artista ganha medalha de prata (medalha de 2ª classe) pelo Júri de Gravura de Medalhas, além do Prêmio de Viagem, após votação em escrutínio secreto ²⁶⁹.

O Prêmio de Viagem das Exposições Gerais de Belas Artes, regulamentado no Regulamento da Escola de 1901, podia ser concorrido por qualquer artista brasileiro com menos de 35 anos e pensionava o vencedor com a quantia necessária para permanência do mesmo na Europa pelo prazo de dois anos ²⁷⁰. Com seu prêmio de viagem, Adalberto Mattos viaja para Florença. Na Itália conheceria o florentino Carlos Oswald em uma exposição de medalhas em 1911 ²⁷¹.

No Brasil, os Salões contaram com a presença das obras de Adalberto nos anos de 1910 e 1911. O jornal *O Paiz* escreve em 1910 que a seção de gravuras e medalhas foi

²⁶⁵ STEFANELLI, 2001.

²⁶⁶ SANTOS et al., 2011, p.184.

²⁶⁷ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 2 set. 1908, p.21.

²⁶⁸ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 9 set. 1909, p. 3.

²⁶⁹ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 12 set. 1909, p. 8.

²⁷⁰ BRASIL. *Decreto N°3987 - Approva o regulamento para a Escola Nacional de Bellas Artes*. 13 abr. 1901, cap.XI, art.156.

²⁷¹ FERREIRA, 1904, p.307.

representada por Girardet e seu discípulo, enquanto o *Jornal do Commercio* afirma o mesmo, destacando a apresentação de quatro obras de Mattos, às quais não temos maiores informações ²⁷². Em 1911, os mesmos jornais, assim como o *A Noite*, comentam sobre seus trabalhos:

É nota interessante à exposição de gravura do Sr. Adalberto Mattos, pensionista do estado na Itália, ex-aluno da escola e discípulo de Augusto Girardet...²⁷³;
... foram examinados e louvados [...] as magníficas medalhas do mestre Augusto Girardet e as medalhas e plaquetes do seu discípulo Adalberto Mattos, atualmente em Florença” ²⁷⁴;
“Adalberto de Mattos expõem trabalhos feitos na Europa” ²⁷⁵.

Sabendo que foram apresentadas plaquetes em 1911, e conhecendo a peça “*Lex et Labor*”, confeccionada por Mattos no mesmo ano em Florença (e que faz parte do acervo do Museu Mariano Procópio ²⁷⁶), podemos supor que a mesma tenha passado pelo Salão deste ano. A propósito, o original em gesso se encontrava no ateliê do artista, quando na Itália, segundo fotografia da época (Imagem 2).



Imagem 2: Fotografia por: SILVA, M. Nogueira da. Adalberto Mattos em seu atelier em Florença. In: *Álbum de fotografias de artistas brasileiros e estrangeiros*, 1920. Acervo: Biblioteca Nacional. Ao lado, detalhe das obras em segundo plano.

²⁷² *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 1 set. 1910, p.6; *O Paiz*. Rio de Janeiro, 2 set. 1910, p.6.

²⁷³ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 1 set. 1911, p.6.

²⁷⁴ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 3 set. 1911, p.6.

²⁷⁵ *A Noite*. Rio de Janeiro, 5 set. 1911, p. 3.

²⁷⁶ Falaremos mais da citada peça posteriormente no trabalho.

Conforme o regulamento do prêmio de viagem, Mattos estaria já de volta no Brasil em 1912. Além da menção à sua participação, feita pelo periódico *A Notícia*, o jornal *A Noite* nos informa que o gravador se fez presente no Salão daquele ano com uma exposição de medalhas de grande sucesso²⁷⁷. Não só, o *Jornal do Commercio* mais uma vez relata a sua participação com vários trabalhos e expõe a “*necessidade de não abandonar as lições do mestre*”²⁷⁸. De maneira geral, Girardet sempre é lembrado quando Mattos apresenta bons trabalhos, revelando a influência e o respeito que o mestre tinha nos circuitos artísticos. Neste ano, a Escola adquiriu, com a verba destinada a esse fim, o plaquete de bronze redondo com retrato de Will Edmond Weimann, criado por Mattos, por trezentos mil réis²⁷⁹. Por fim, Amador Bueno, escrevendo para o *Jornal do Brasil*, nos deixa um comentário interessante, que ainda caracteriza a obra de nosso gravador:

O Sr. Adalberto Mattos apresenta também bons trabalhos, mostrando assim o aproveitamento consciente do prêmio de viagem. As composições têm cunho artístico e os estudos de cabeça embora não primem pela semelhança e muitas vezes pelo desenho, são apreciáveis²⁸⁰.

Na XX Exposição Geral de Belas Artes, em 1913, o Júri confere a Adalberto e a Carlos Oswald pequena medalha de ouro por seus trabalhos. Ao mestre Girardet cabe a grande medalha de ouro²⁸¹. O *Jornal do Commercio* traz a informação de que Mattos fizera um retrato em baixo relevo de bronze do escultor Armando Magalhães Corrêa na exposição em questão²⁸². No mesmo ano, os três artistas Mattos realizam uma exposição coletiva no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro²⁸³. Com a fundação do primeiro curso moderno de talho-doce dentro dessa instituição, por Carlos Oswald, Mattos estaria entre os seus primeiros alunos²⁸⁴.

Com pequena referência novamente ao seu trabalho em 1915, é em 1916 que é descrito pela primeira vez, através do articulista João Luso para a *Revista do Brasil*, seu

²⁷⁷ *A Notícia*. Rio de Janeiro, 3-4 set. 1912, p.3.; *A Noite*. Rio de Janeiro, 29 ago. 1912, p.1.

²⁷⁸ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 25 set. 1912, p.6.

²⁷⁹ Relação dos quadros e mais objectos de arte, adquiridos pela verba de “Acquisição de obras de arte”. In: *Arquivos Digitais do Museu D. João VI / EBA / UFRJ*. Avulsos, documento n. 5107.

²⁸⁰ AMADOR, Bueno. Belas-Artes. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 set. 1912, p.5.

²⁸¹ *A Noite*. Rio de Janeiro, 13 set. 1913, p.2.

²⁸² *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 15 set. 1913, p.4.

²⁸³ MATTOS, Aníbal Pinto de (verbete). In: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais. 18 abr. 2005.

²⁸⁴ FERREIRA, 1904, p.307.

trabalho como professor do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro ²⁸⁵. É a partir de então que também se relata a criação de obras de sua autoria com a técnica de água-forte, além da exposição de uma série de plaquetes ²⁸⁶.

Os trabalhos de Adalberto Mattos começam a estar menos presentes nas Exposições no final da década de 10. É citado como autor do retrato do Dr. Miguel Pereira em 1918 ²⁸⁷ e pela gravura chamada “*Felicidade*” em 1920 ²⁸⁸. Segundo João Ivo Duarte Guimarães, nesse ano é diretor do Liceu ²⁸⁹, o que poderia explicar sua menor participação nos Salões. A partir da década de 20, Adalberto começa a tecer comentários sobre as Exposições. Às vezes sob o pseudônimo de Ercole Cremona ²⁹⁰, escreve artigos para a Revista *Ilustração Brasileira*. Em 1924 apresenta alguma coisa sobre seu trabalho: “*Depois de uma ausência de alguns anos, contribuimos com o nosso coeficiente para a seção: enviamos modelos de medalhas e plaquetes, cujo mérito deixamos entregue a crítica de outrem*” ²⁹¹. A fotografia dos modelos comentados (Imagem 3) nos mostra suas obras, das quais somente foi exaltada pela crítica a gravura do maestro Henrique Oswald, pai de Carlos Oswald ²⁹².



Imagem 3: Medalhas e plaquetes de Adalberto Mattos. Fotografia por: MATTOS, Adalberto. O Salão de MCMXXIV: Pintura, Escultura, Arquitetura, Gravura. *Ilustração Brasileira*, ano V, n. 48, ago. 1924.

²⁸⁵ LUSO, João. O Salon de 1916. In: *Revista do Brasil*. São Paulo, ano I, set. 1916, n. 9, p.37-50.

²⁸⁶ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 12 ago. 1916, p.6; 26 ago. 1916, p.6-7.

²⁸⁷ OCTAVIO FILHO, Rodrigo. O “Salão” de 1918. In: *Revista do Brasil*. São Paulo, ano III, nov. 1918, n. 35, p.305-310.

²⁸⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 16 ago. 1920, p. 3.

²⁸⁹ GUIMARÃES, 2011, p.73.

²⁹⁰ SERAPHIM, 2010, p. 131.

²⁹¹ MATTOS, Adalberto. O Salão de MCMXXIV. In: *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, ago. 1924, ano V, nº 48.

²⁹² SILVA, Mario da. BELAS ARTES. O salão de 1924 - A gravura e a arte aplicada. In: *O Jornal*. Rio de Janeiro, 19 ago. 1924, p.3; *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 24 ago. 1924, p.8.

Talvez seja em 1926 que Adalberto Mattos alcance seu auge nas Exposições. Com o trabalho de número 371, denominado “*Plaquete da Sociedade Nacional de Agricultura*” (Imagem 4), o professor é eleito com unanimidade pelo júri a receber a grande medalha de ouro do Salão. O Jornal *O Globo* presta homenagem ao grande consagrado daquele ano:

É assim o segundo gravador, ou antes, o segundo artista-gravador, que alcança a grande medalha, visto que o primeiro que teve essa honra foi Girardet, por sinal, mestre de Adalberto Mattos. Cumpre, porém, dizer que a resolução do júri não surpreendeu a ninguém, porquanto todos sabem do mérito do medalhado [...]

Adalberto Mattos é em verdade um artista de alto merecimento e a distinção de agora nada mais faz que confirmá-lo para vaidade de todos os seus amigos e prazer de seus admiradores, que ele os conta em toda a parte ²⁹³.

É também descrito como o “*mestre genuinamente nacional*” por Paulo Boneschi para *O Globo*, que exalta também as obras expostas “*Virgo-Virginum*” e “*Medalhas do Tiro de Imprensa*”, também de Mattos ²⁹⁴.



Imagem 4: MATTOS, Adalberto. *Plaquete da Sociedade Nacional de Agricultura*, 1926. Fotografia por: O Salão de 1926. *Ilustração Brasileira*, ano VII, n. 73, set. 1926.

²⁹³ *O Globo*. Rio de Janeiro, 26 ago. 1926, p.1.

²⁹⁴ BONESCHI, Paulo. A XXXIII Exposição Geral de Belas Artes. Impressões Rápidas. In: *O Globo*. Rio de Janeiro, 16 ago. 1926, p. 8.

Na sessão de 11 de julho de 1927 do Conselho Superior de Belas Artes, consta em ata que o professor Diogo Chalréo propôs, devido às baixas presenças nas reuniões, o que muitas vezes não permitia seu funcionamento por falta de quórum, a inclusão de novos membros no Conselho. Sua justificativa ainda se dá por outros motivos:

Considerando que, havendo em nosso reduzido meio artistico figuras de destaque, que inexplicavelmente ainda não fazem parte deste Conselho; considerando que seria muito para desejar que neste Conselho as diferentes artes fossem proporcionalmente representadas; o que não se dá, pois nelle figuram apenas trez artistas escultores e apenas um artista gravador [Augusto Girardet]; propomos para reparar um esquecimento lamentavel e prehencher lacunas sensíveis, que dificultam a formação dos jurys de Escultura e Gravura, que sejam eleitos os seguintes artistas: Antonio Parreiras, pintor; Raul Penna Firme, architecto; Adalberto Mattos, gravador; Armando Magalhães Corrêa, escultor; Leopoldo Campos, gravador²⁹⁵.

A informação nos revela dados interessantes. Conforme o Regulamento da Escola Nacional de Belas Artes de 1915:

Art. 181. Haverá um Conselho Superior de Bellas Artes, com séde na escola, independente de seu ensino e constituido pelo director, pelos professores temporarios, pelos honorarios, e pelos artistas de reconhecido merito, eleitos pelo mesmo conselho.

Paragrapho unico. Continuarão a fazer parte do conselho os professores temporarios que passarem á categoria de cathedraicos, nos termos do art. 22.²⁹⁶

Considerando que não há nenhuma informação acerca de Mattos como professor da Escola, e respeitando a lógica do Regulamento, a única possibilidade em que o gravador se enquadraria para ser membro do Conselho, conforme Chalréo também parece sugerir, era o de artista de reconhecido mérito. Tal posição é de extrema importância para corroborar a ideia da distinção da obra de Mattos frente outros artistas da época. Não só, Chalréo, assim como Corrêa Lima, Lucílio de Albuquerque, Rodolpho Chambelland, Adolfo Morales de los Rios,



Imagem 5: MATTOS, Adalberto. *Placa a Coelho Netto*, bronze, 1928. Fotografia por: O MALHO, Ed. 1336, p.27.

²⁹⁵ Acta da sessão do Conselho Superior de Bellas Artes realizada em 11 de julho de 1927. In: *Arquivo Digital do Museu D. João VI / EBA/ UFRJ*. Encadernados, pasta 6161 p.134-138.

²⁹⁶ BRASIL. Decreto N°11740 – Reorganiza a Escola Nacional de Bellas Artes. *Diário Oficial da União*, 13 out. 1915, art.181.

Elyseu Visconti, Raul Pederneiras, Augusto Bracet e Archimedes Memória, que assinam a proposta elaborada conjuntamente ao primeiro, revelam a preocupação com o desequilíbrio dentro da academia nas artes, principalmente com a Escultura e a Gravura.

Em agosto do mesmo ano, *O Jornal* publica um artigo sobre os trabalhos do Conselho. Adalberto Mattos se candidata ao cargo de secretário do órgão. Com apenas um voto, assim como Amoêdo e Chambelland, Diogo Chalréo é o vencedor da eleição, com 28 votos²⁹⁷.

Sabemos da participação de Adalberto no ano seguinte, em 1928, na XXXV Exposição Geral, graças a duas fontes. A primeira, *O Jornal*, que comenta a sua participação junto de outros artistas sem, todavia, nos dar informações de maior relevância²⁹⁸. A outra se refere à Placa a Coelho Neto (Imagem 5), que apresenta o carimbo do Salão desse ano e se encontra no acervo do Museu Mariano Procópio. A obra em questão era fruto de uma votação feita pelos distintos leitores da Revista *O Malho*, que lançara o concurso para escolha do Príncipe dos Prosadores Brasileiros no dia 01 de outubro de 1927, e declarou a vitória de Coelho Netto seis meses depois²⁹⁹.

De ciência do MMP, junto da placa a Coelho Netto, encontram-se em seu acervo mais duas peças de Adalberto Mattos: placa a D. Pedro II, em gesso (Imagem 6), e a placa em bronze “*Lex et Labor*” (Imagem 7). Acreditamos que uma quarta placa, sem a referência de seu autor atualmente, também seja de autoria de Mattos: a placa em bronze comemorativa do 25º aniversário da Abolição da Escravatura – “*A Patria aos grandes vultos*” (Imagem 8). Tal hipótese nos parece ser confirmada através da foto de Mattos em seu ateliê em Florença, já exposta neste trabalho (Imagem 2), em que se é possível vê-la, em gesso, ao fundo.

²⁹⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 25 ago. 1927, p. 5.

²⁹⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 14 ago. 1928, p. 5.

²⁹⁹ Desde o lançamento do concurso, na edição de número 1307, a revista periodicamente trazia uma coluna com a apuração dos votos. Na edição de 1336, por fim, declara o vencedor e o homenageia com um longo artigo, um diploma e a placa de Mattos. Cf: O MALHO. Rio de Janeiro: Ed. 1307-1336.

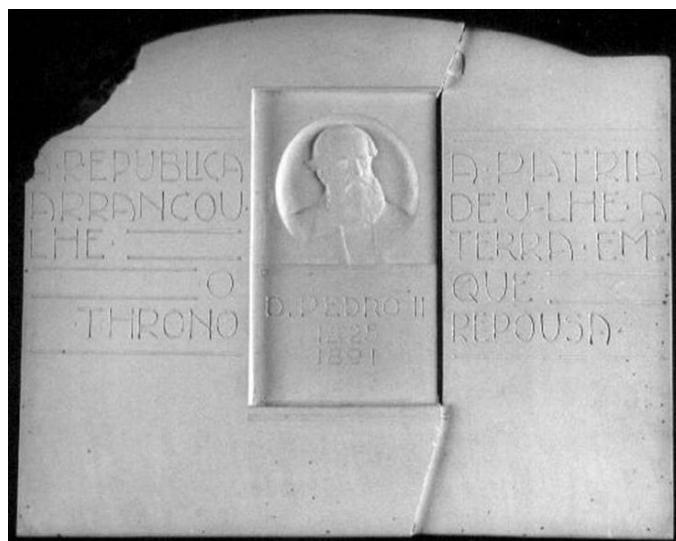


Imagem 6: MATTOS, Adalberto. *Placa a D. Pedro II*, gesso. Acervo: Museu Mariano Procópio. Fotografia por: VALLE, Vanda Arantes do.



Imagem 7: MATTOS, Adalberto. *Placa Lex et Labor*, bronze, 1911. Acervo: Museu Mariano Procópio. Fotografia por: VALLE, Vanda Arantes do.



Imagem 8: MATTOS, Adalberto. *Placa A Patria aos grandes vultos*, bronze. Acervo: Museu Mariano Procópio. Fotografia por: VALLE, Vanda Arantes do.

Em julho de 1929, pelo intermédio da Escola, Adalberto envia uma coleção de medalhas ao XI Salão do Rosário, na Argentina. Jorge Soubré, Modestino Kanto, Aníbal Mattos e Elyseu Visconti são alguns dos que também tem suas obras expostas no país

vizinho³⁰⁰. No mesmo ano, apresenta mais medalhas, além de realizar uma conferência de tema “*Baptista da Costa e o seu ambiente*” no Salão³⁰¹.

O último registro que temos de Adalberto Mattos nos Salões é de 1930. Naquele ano foi orador em nome do Conselho Superior de uma cerimônia em homenagem ao mestre Rodolpho Bernardelli no Dia do Artista³⁰² e nas gravuras expõe, segundo Brun Vandique (com suas críticas sarcásticas), “*um auto-retrato no estilo maracujá de gaveta*”³⁰³. Apenas com a foto (Imagem 10), temos acesso ao *Correio da Manhã*, que registra a placa denominada “*Os labdices*” como sendo de Mattos e também exposta no Salão.



Imagem 10: MATTOS, Adalberto. *Os labdices*, 1930. Fotografia por: SALÃO Oficial 1930. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 ago. 1930, p. 1.

Escassas são as referências posteriores às obtidas através das fontes que narram os acontecimentos e obras expostas no Salões. Conforme já afirmado, a partir da segunda década do século XX, o professor passa a ser colunista da *Ilustração Brasileira*. De fato, seus artigos correspondem à 2ª geração da revista, de volta à circulação entre setembro de 1920 e dezembro de 1930. Na ocasião, seu retorno era também uma comemoração à visita do Rei Alberto I da Bélgica ao Brasil. Nessa edição, Adalberto inaugurava a sua produção na revista com uma matéria sobre o Salão daquele ano. Uma de suas frases exporia bem sua forma de pensar a crítica: “*Usamos duramente da verdade, por ser ella a base da verdadeira sciencia critica*”. Não se impedindo de criticar os trabalhos mesmo dos

³⁰⁰ O décimo primeiro Salon de Rosario. In: *Architectura – mensário de arte*. Rio de Janeiro: 8 jun. 1929, ano I, n.1, p.35.

³⁰¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 ago. 1929, p. 3; *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 ago. 1929, p. 1.

³⁰² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 ago. 1930, p. 6; *Jornal do Commercio*. 11-12 ago. 1930, p. 6.

³⁰³ VANDIQUE, Brun. O Salão de Belas Artes. NOTAS COMPRIMIDAS IV. *O Globo*. 16 ago. 1930, p. 2.

grandes mestres, como Baptista da Costa e Rodolpho Amoêdo, o qual assegurava estar em vertical decadência, demonstra a preocupação própria da época em descobrir aquilo que é propriamente brasileiro³⁰⁴.

Sua produção nesse período não se limita aos Salões, entretanto. Mattos escreve sobre a Escola, sobre seus professores, sobre os artistas e seus ateliês, sobre as mostras de arte no Rio de Janeiro. Por quatro meses, entre as edições 5 e 8, em 1921, escreve a coluna “*Rapins de hontem, artistas de hoje*”, contendo um pouco de saudosismo do tempo em que estudara na Escola em forma de crônica. Seu anseio pela arte plenamente nacional também se vê refletido na necessidade de preservação do patrimônio artístico brasileiro, a exemplo das inúmeras matérias ao longo dos anos sobre os chafarizes coloniais do Rio de Janeiro. Conforme Mattos:

Recordando a sumptuosidade das villas romanas e as fontes caprichosas, onde gerações de esthetas saciavam a sêde, após o vozerio dos amphitheatros e das noitadas orgiacas, nos veiu a lembrança de uma peregrinação pelos nossos chafarizes, evocadores de um passado esplendido. Uns desapareceram por completo, deixando unicamente a renda caprichosa das chronicas da época; outros, mutilados impiedosamente e desgarrados daqui para ali, como inuteis trambolhos, obedientes á vontade do primeiro potentado, se desmantelam...³⁰⁵

Excetuando os comentários das Exposições, contudo, que são de inestimável riqueza para o pesquisador, dois gêneros de matérias produzidas por Mattos são, ao nosso ver, importantíssimos. A primeira, que se inicia em janeiro de 1922 e permanece na revista com regularidade até o início de 1926, é a coluna “*As nossas trichromias*”. Trata-se da crítica de alguns quadros que eram reproduzidos ao longo do periódico na técnica de tricromia, ou seja, através da decomposição em retículas da obra em três matrizes – as cores primárias – e o preto, impressas sobrepostamente no mesmo fundo branco, criavam o colorido. Tal técnica, novidade para a época, possibilitava que as obras fossem reproduzidas com bastante fidelidade à original no quesito crômico, contrastando com a maior parte da revista, que era impressa somente em preto. A regularidade da coluna de Mattos, que se constituiria como a sua principal, nos sugere que era bastante quista pelos leitores. Às vezes revelando artistas poucos conhecidos, outras vezes com reproduções de quadros clássicos, Adalberto sempre havia algo a acrescentar sobre as mesmas. Para o estudo da pintura do século XIX e início do XX suas críticas podem ser de grande

³⁰⁴ MATTOS, A. O Salão de Bellas Artes. In: *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro: ano VIII, Ed.1, set. 1920.

³⁰⁵ _____ . Chafarizes do Rio de Janeiro. In: *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro: ano IX, Ed.10, junho de 1921.

utilidade para perceber a recepção da crítica ao que havia sido e ao que estava sendo produzido.

A segunda refere-se a um considerável levantamento histórico-artístico. De setembro de 1922, no Centenário da Independência do Brasil, a novembro de 1923, Adalberto escreveu as colunas: “*A pintura no Brasil*”, em sete edições e “*Subsídios para a história da escultura no Rio de Janeiro*”, em seis edições, além de “*A gravura: a água forte no Rio de Janeiro*”, na edição de dezembro 1922. Em seu estudo, conforme ele mesmo cita, há a preocupação da análise documental, que em muitos casos o limita pela escassez das fontes, e a necessidade de manter viva a memória artística do passado.

A frequência mensal dos artigos de Mattos vai até 1926, quando já se percebe algumas interrupções. Conseguimos encontrar ainda esparsas matérias em 1927 e 1928, mas cada vez suas aparições na *Ilustração Brasileira* são menos assíduas até desaparecerem por completo.

Sua última obra, até onde os limites da pesquisa puderam se impor, é de 1955 e dedica-se a catalogar as obras do mestre Girardet. Sem acesso a toda a sua produção, julgamos pertinente, entretanto, citá-las no presente trabalho como forma de catalogar a produção do artista³⁰⁶. Sobre os seus anos finais de vida, permitimo-nos falar apenas que morreu antes de completar 80 anos, no Rio de Janeiro, deixando uma produção ainda a ser totalmente descoberta e apreciada.

.....

Referências Bibliográficas:

FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra*, São Paulo, Edusp, 1994.

GUIMARÃES, João Ivo Duarte. *A emergência do campo artístico em Belo Horizonte: décadas de 20 e 30*. Belo Horizonte, 2011.

³⁰⁶ _____. *O que é Gravura a Água forte*. In: *Leitura para todos*, 2(16):5, Rio de Janeiro, nov. 1920.

_____. *Mestre Valentim*. In: *Paratodos* nº 272, 01 mar. 1924.

_____. *Augusto Giorgio Girardet: Pai dos gravadores brasileiros*. Rio de Janeiro: F. Moutinho & Cia Ltda., 1955.

SANTOS, Dalila; MAIA, Elias da Silva; CARVALHO, Diana Maul. *A coleção de medalhas da Faculdade de Medicina da UFRJ: Arquivo, memória, história*. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: 2011, vol.43, p.181-199.

SERAPHIM, Mirian N. *Eros adolescente: No verão de Eliseu Visconti*. São Paulo: Autores Associados, 2008.

_____. *A catalogação das pinturas à óleo de Eliseu D'Angelo Visconti: o estado da questão*. Campinas: 2010, vol.1.

SILVA, Rudy Mattos da. *Galeria Vassourense*. Valença: Ed. Valença, 1999.

STEFANELLI, Lucia Pirzio Biroli. *Girardet, Augusto Giorgio*. In: Dicionário Biográfico degli Italiani, vol. 56, 2001. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/augusto-giorgio-girardet_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/augusto-giorgio-girardet_(Dizionario-Biografico)/) Acesso em: 19 jan. 2014.

TARASANTCHI, Ruth Sprung. *Pintores paisagistas: São Paulo, 1890 a 1920*. São Paulo: EDUSP, 2002.

VALLE, Vanda Arantes do. *Iconografia Nacional, artes plásticas brasileiras, 1870-1930*. Museu Mariano Procópio. Juiz de Fora: FAPEMIG, s/d. CD.

Fontes Primárias:

AMADOR, Bueno. BELAS-ARTES. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 set. 1912, p.5.

Architectura – mensário de arte. Rio de Janeiro: 8 jun. 1929, ano I, n.1, p.35

A Noite, Rio de Janeiro, 5 set. 1911, p. 3; 29 ago. 1912, p.1; 1 set. 1913, p.1; 13 set. 1913, p.2.

A Notícia. Rio de Janeiro, 3-4 set. 1912, p.3.

BONESCHI, Paulo. A XXXIII Exposição Geral de Belas Artes. Impressões Rápidas. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1926, p. 8.

BRASIL. Decreto nº3141 de 30 de outubro de 1882. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1882, Página 105 Vol. 1 pt I.

_____. Decreto nº983 de 8 de novembro de 1890. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 3533 Vol. Fasc.XI.

_____. Decreto Nº3987 - Approva o regulamento para a Escola Nacional de Bellas Artes. *Diário Oficial da União*, 13 abr. 1901.

_____. Decreto Nº11740 – Reorganiza a Escola Nacional de Bellas Artes. *Diário Oficial da União*, 13 out. 1915.

CHROME, John de. O salão de Belas Artes - Notas comprimidas e irreverentes. In: *O Globo*. Rio de Janeiro, 23 ago. 1929, p. 1.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1 set. 1908, p. 1; 14 set. 1913, p.7; 11 ago. 1929, p. 3; 10 ago. 1930, p. 1, p. 6; 21 ago. 1930, p. 5.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 1 set. 1908, p. 1.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16 ago. 1920, p.4.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 22 set. 1907, p. 3; 9 set. 1909, p. 3; 12 set. 1909, p. 8; 23 set. 1909, p. 4; 1 set. 1910, p.6; 1 set. 1911, p.5; 3 set. 1911, p.6; 25 set. 1912, p.6; 15 set. 1913, p.4; 15 ago. 1915, p.2; 12 ago. 1916, p.6; 26 ago. 1916, p.6-7; 24 ago. 1924, p.8; 26 ago. 1926, p.6; 11-12 ago. 1930, p. 6.

LUSO, João. O Salon de 1916. In: *Revista do Brasil*, São Paulo, ano I, set. 1916, n. 9, p.37-50.

MATTOS, A. O Salão de Bellas Artes. In: *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro: ano VIII, ed.1, set. 1920.

_____. Chafarizes do Rio de Janeiro. In: *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro: ano IX, Ed.10, junho de 1921.

_____. O Salão de MCMXXIV: Pintura, Escultura, Arquitetura, Gravura. In: *Ilustração Brasileira*, ano XII, ed. 48, ago. 1924.

_____. O Salão de 1926. In: *Ilustração Brasileira*, ano XIV, ed. 73, set. 1926.

OCTAVIO FILHO, Rodrigo. O “Salão” de 1918. In: *Revista do Brasil*, São Paulo, ano III, nov. 1918, n. 35, p.305-310.

O Globo. Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, p. 4; 26 ago. 1926, p. 1; 22 ago. 1929, p. 1.

O Jornal. Rio de Janeiro, 16 ago. 1920, p. 3; 26 ago. 1920, p. 3; 19 ago. 1924, p.3; 25 ago. 1927, p. 5; 14 ago. 1928, p. 5.

O Malho. Rio de Janeiro: Ed. 1307-1336.

O Paiz, Rio de Janeiro, 2 set. 1908, p.21; 2 set. 1910, p.6; 1 set. 1911, p.6; 14 set. 1913, p.2; 26 ago. 1926, p. 4.

Relação dos quadros e mais objectos de arte, adquiridos pela verba de “Acquisição de obras de arte”. In: *Arquivos Digitais do Museu D. João VI / EBA / UFRJ*. Avulsos, documento n. 5107.

VANDIQUE, Brun. O Salão de Belas Artes. In: *O Globo*, 15 ago. 1930, p. 1; 16 ago. 1930, p.2; 22 ago. 1930, p.2.

“**Más notícias: uma pintura de gênero de Rodolfo Amoêdo em meio às mudanças do final do século XIX**”

Amanda Tostes Capichoni

Resumo: Este artigo tem o objetivo de situar a obra *Más notícias* de Rodolpho Amoêdo (1895) em seu contexto histórico e artístico, buscando analisar a recepção desta obra pela sociedade. Sabendo-se que as duas últimas décadas do século XIX testemunharam a ascensão de uma categoria de pintura até então obliterada: a pintura de cenas do cotidiano.

Palavras chaves: *Más notícias*; Pintura de gênero; Rodolpho Amoêdo.

Abstract: This article has the objective of locate the painting *Más Noticias* of Rodolfo Amoêdo (1895) in your historical and artistic context, seeking analyze your reception by the society. Knowing that the last two decades of the nineteenth century witnessed the ascent of a category of painting until then obliterated: the quotidian's painting.

Key words: *Más Noticias*; Quotidian's painting, Rodolfo Amoêdo.

1. Introdução

O presente artigo tem por tema a obra *Más notícias* - pintura realizada por Rodolfo Amoêdo, em 1895, óleo sobre tela, 100 x 74 cm. Esta obra atualmente encontra-se no Museu Nacional de Belas Artes.

Rodolfo Amoêdo começou sua trajetória na arte como letrista. Em 1873, matriculou-se no Liceu de Artes e Ofício do Rio de Janeiro, onde foi aluno de Costa Miranda, Sousa Lobo e Victor Meirelles. No ano seguinte, ingressou na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA); estudou com Zeferino da Costa e Agostinho José da Mota.

Em 1878 pintou a obra *Sacrifício de Abel* e conquistou o prêmio de viagem à Europa. Amoêdo viajou para Paris em 1879, como pensionista. Primeiramente estudou na Academia Julian, no ano seguinte matriculou-se na École des Beaux-Arts onde foi orientado por Alexandre Cabanel, Paul Baudry e Puvis de Chavannes. Quando voltou ao Rio de Janeiro lecionou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e na Escola Nacional de belas Artes (ENBA).

Rodolfo Amoêdo era considerado um mestre por grandes críticos, como Gonzaga Duque, não somente por seu domínio das técnicas de pintura e pelos trabalhos de qualidade, mas também pelo conhecimento sobre o que está relacionado com sua arte como a filosofia, a literatura, as escolas, os modos, as especificidades de cada época (SILVA, 2009).

Amoêdo dominava os processos de pintura usuais do seu tempo: pastel, aquarela, têmpera, encáustica, óleo, afresco. Além da vocação para professor, segundo Alfredo Galvão, Rodolfo Amoêdo se interessava pelo conhecimento do ofício de pintor, isto é, no estudo dos pigmentos coloridos, dos óleos, dos solventes, dos vernizes, e por isso se aprofundou nestes estudos. Da mesma forma, cursou química e leu muitas obras relativas ao assunto (GALVÃO, 1981).

De acordo com o professor Alfredo Galvão, a maneira que Amoêdo pintava não mudou desde *Marabá* (1882) até *Fundação da Cidade do Rio de Janeiro no Morro do Castelo* (1925), permanecia a mesma convicção estética, o que mudava eram os temas e os processos a serem utilizados (GALVÃO, 1891: 51)

Em relação à *Más Notícias* (1895), esta obra foi produzida num contexto de mudanças, como a disputa entre modernistas e positivistas que resultou na criação da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) em 1890³⁰⁷. Rodolfo Amoêdo se localiza neste grupo de modernistas que junto com outros artistas como Eliseu Visconti, França Júnior, Henrique Bernardelli, Rodolfo Bernardelli e Zeferino da Costa, defendem a importância da renovação do modelo acadêmico de ensino. Buscava alterações no estatuto da AIBA além de garantir a regularidade do concurso para prêmio de viagem, suspenso pelo governo em 1886 e 1887, e também pleiteava para que a Academia enfatizasse as belas-artes, o que julgava que deveria ser o foco de maior atenção da escola.

Já o grupo dos positivistas era composto por Montenegro Cordeiro, Decio Villares e Aurélio de Figueiredo. Este grupo defendia que os estatutos permanecessem como estavam. Mas como ápice da crise no interior da AIBA ocorre a demissão Ernesto Gomes Moreira Maia, do posto de diretor da academia. O que resultou posteriormente na criação da Escola Nacional de Belas Artes que teve como diretor Rodolfo Bernadelli e vice diretor Rodolfo Amoêdo.³⁰⁸

Amoêdo produz *Más Notícias* em um período de adaptações, onde a ENBA encontra dificuldades em adaptar-se ao novo. Embora houvesse continuidades entre as duas escolas, como modelo de funcionamento das Exposições Gerais de Belas Artes, e os prêmios de

³⁰⁷ A criação da Escola Nacional de Belas Artes - ENBA, no Rio de Janeiro, é efetivada em 8 de novembro de 1890, quando são aprovados os estatutos da instituição e do Conselho Superior de Belas Artes, responsável pelo seu funcionamento. Esta escola foi criada no intuito de se modernizar o ensino artístico na Academia Imperial de Belas Artes.

³⁰⁸ Escola Nacional de Belas Artes (Enba). Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=4247.

viagem ao exterior; houve também mudanças substanciais como o crescente interesse pelas pinturas de gênero, vistas até então com inferioridade em relação às pinturas históricas.

Principalmente no final do século XIX as pinturas de gênero obtém grande destaque tornando-se possível que uma obra se destacasse retratando cenas do cotidiano, da vida íntima, como é o caso de *Más Notícias*. Deste modo, percebe-se uma ruptura quando a pintura de história deixa de ser o único tipo valorizado.

Logo, os artistas conquistaram maior liberdade para pintar temas que não fossem históricos, destacando-se as pinturas de gênero que se voltaram não só para o interior das casas, mas também dos indivíduos.

(parei aqui)

2. Desenvolvimento

Rodolfo Amoêdo foi responsável pela produção de várias obras de grande importância para os estudos artísticos como *Sacrifício de Abel* (1878) obra com que o artista ganhou o prêmio viagem da AIBA; pinturas indígenas como *Marabá* (1882) e *O Último Tamoio* (1883); na categoria de nu feminino - *Dorso de Mulher* (1881) e *Estudo de Mulher* (1884); além de temas bíblicos como: *Partida de Jacó* (1885), *Jesus Cristo em Cafarnaum* (1887); e *Más Notícias* (1895) representando cenas do cotidiano.

Percebe-se a variação nos temas representados por Amoêdo, embora permanecesse a mesma convicção estética e a preocupação com as técnicas e com as cores.³⁰⁹

Ao analisar as obras do artista é possível identificar a prática de representações tanto da pintura mais tradicional quanto de uma pintura mais moderna, mostrando que o artista estava abandonando o universo clássico, e voltando-se para a vida cotidiana e contemporânea, destacando cada vez mais a visão sua pessoal (PEREIRA, 2010: 93).

Na tela estudada - *Más Notícias*, há a representação de uma mulher sentada em uma poltrona de frente para o espectador, com o seu queixo apoiado sobre sua mão esquerda. A expressão desta mulher revela preocupação, inquietação e angústia. Acompanhando a fixidez de seus olhos grandes e escuros, descemos para a outra mão que está segurando uma carta amassada o que seria segundo Rafael Cardoso, a chave desta narrativa.

³⁰⁹ Amoedo, Rodolfo (1857 – 1947). Disponível em:
http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3196&cd_item=2&cd_idioma=28555

Observa-se que a personagem ilustrada está centralizada na pintura, usando um vestido com imensas mangas bufantes, evocando com precisão as texturas de rendas, transparências, cetim, pregas e fecho metálico. A mulher também utiliza duas pulseiras finas douradas. Para Rafael Cardoso, o vestido é considerado discreto, com listras azuis e brancas, com gola alta e fechada, e barra que se estende para além da borda inferior, o que desvirtua forma do corpo feminino aprisionando-o no universo da convenção social elegante (CARDOSO, 2008).

O vestido e a decoração situam claramente a figura em termos de posição e classe social. Trata-se de uma moça elegante, acostumada a viver no luxo. O biombo com detalhes chineses e a almofada evocativa dos ricos padrões do Oriente denotam um gosto apurado.

Más Notícias – Rodolfo Amoedo, 1895. Museu Nacional de Belas Artes, RJ.



A obra nos apresenta uma narrativa que nos questiona a respeito do que está escrito na carta amassada, o porquê da mulher está aparentemente preocupada (CARDOSO, 2008). Ao trazer esses questionamentos, a pintura envolve o expectador, que se identifica com a narrativa induzida inclusive pelo título - *Más notícias*, que nos leva a pensar sobre uma possível notícia ruim contida na carta.

Segundo Gonzaga Duque, a tela *Más notícias* pode ser vista como um “atestado das excepcionais qualidades do mestre”, ressaltando sua capacidade em revelar “flagrante d’alma feminina, um instantâneo maravilhoso do tormento de um coração que a carta amarrotada nas suas lindas garras de airosa dama senão de deosa contrariada, acaba de sangrar” (SILVA, 2009). Entretanto, devemos localizar as críticas em seus respectivos períodos. O elogio feito por Gonzaga Duque a Rodolfo Amoedo, em matéria sobre o artista na revista *Kosmos*, é datado do ano de 1905, ou seja, dez anos após a exposição do quadro na EGBA.

2.1 As Exposição Gerais de Belas Artes e o público visitante

Para compreendermos a circulação destas obras, sua recepção pela crítica e sociedade, e sua permanência na imprensa, analisaremos notas do *Jornal do Commercio* dos dias 1º e 9 de setembro do ano de 1895, contemporâneas à data de exposição do quadro; e a *Revista Kosmos* de nº 24, datada de janeiro de 1905.

Como nos pautaremos na recepção das obras, torna-se necessário compreender o que significavam as Exposições Gerais da Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro do século XIX. Eram verdadeiros acontecimentos sociais, aglutinado público, jornalistas e artistas. Na análise feita por Ana Cavalcanti em seu artigo sobre a relação entre público e arte nas Exposições Gerais (CAVALCANTI, 2004: 49-58), essa enorme confluência pode ser apreendida através da obra *Mocidade Morta*, de Gonzaga Duque, uma espécie de “paródia” feita pelo crítico, a respeito de uma multidão que invadia a sala onde estaria em exposição uma grande pintura histórica, obra do personagem Telésforo, que seria uma caricatura de Pedro Américo.

Ou seja, havia de fato um público freqüentador destas exposições no fim do século XIX, e era pra esse público que a preocupação dos artistas se direcionava. Mesmo quando a frequência do público foi considerada diminuta (em 1884 com 20.154 pessoas se

comparada à Exposição de 1879 com 292.296 visitantes) este número correspondia a quase 7% da população da cidade do Rio de Janeiro. Ainda de acordo com Ana Cavalcanti, uma possível razão para a grande afluência de visitantes seria o caráter teatral, de divertimento e lazer, que as Exposições Gerais ofereciam. O caráter lúdico de muitas das telas apresentadas, a sensação de pertencimento a uma paisagem ou de empatia com uma cena comum, justificaria a enorme procura do público. Tais obras estimulavam a imaginação do visitante.

Paralelamente, podemos supor que a produção do artista era afetada pelos anseios desse público. Grande parte das obras eram preparadas para serem expostas nos Salões, era o evento artístico em que professores, alunos e amadores podiam expor seus trabalhos. Estes trabalhos eram avaliados não apenas pelo júri, mas também pelo público visitante e pela crítica.

Buscar uma temática que ao mesmo tempo fosse narrativa, original e que mostrasse cuidado em sua composição, deveria nortear os artistas que produziam para as Exposições, tendo em vista a necessidade de agradar aos expectadores, cativá-los diante de inúmeras outras obras ali presentes. Nota-se a presença de uma lógica de mercado: para atrair público e crítica deviam alcançar o sucesso na exposição.

O turbilhão de imagens expostas demandava uma pintura que fosse capaz de prender o público, atrair sua atenção. Os temas deveriam despertar seu interesse e, na busca pela diferenciação, estes artistas foram adquirindo um estilo próprio. Nessa intensa interação entre artista e sociedade, devemos levar em conta como o público fruía tais obras.

Muitas vezes, este público criava histórias que talvez, não tivessem sido pensadas pelo artista, mas a criação e o contexto social compartilhados pelos indivíduos, permitia ao público complementar tais imagens do modo que “bem entendessem”.

Esta análise, feita por Baxandall em “O olhar renascente” (BAXANDALL, 1991) de que o pintor deve se apoiar na capacidade visual de seu público, o que quer dizer considerar tudo aquilo que ele vivencia enquanto ser socialmente inserido permite supor que representar temas cotidianos, como receber uma carta contendo *más notícias*, buscava não apenas denotar a maestria do pintor com a representação de figuras humanas, por exemplo, mas também causar empatia e curiosidade a respeito do tema. A representação deveria causar no expectador a sensação de pertencimento à cena.

2.2 Más notícias – Repercussão nos periódicos

Como colocado por Ana Cavalcanti, imperava no circuito artístico uma “lógica de mercado” em que o destaque nas Exposições Gerais, as premiações, eram uma forma imprescindível para que estes artistas fossem reconhecidos e bem-quistos pelo público e crítica. Deste modo, a análise dos jornais permite-nos ao menos conhecer um dos pólos acima citados: como a obra *Más Notícias* repercutiu na imprensa na época de sua exposição, e como se deu sua permanência anos depois.

O periódico aqui analisado é o *Jornal do Commercio* do mês de setembro de 1895. Podemos perceber nas notas em que Amoedo era citado, ressaltavam principalmente sua capacidade em criar obras capazes de apreender a atenção do visitante:

“O Sr. Rodolpho Amoedo, vice-director e lente da Escola, apresentou este anno meia dúzia de trabalhos que forçosamente attraem a atenção do visitante, pela maneira como são feitos[...]”³¹⁰

A tela “*Más Notícias*” é citada como o melhor trabalho de Rodolfo Amoedo exposto naquele ano. “A figura apresenta-se bem, parecendo mais um retrato do que um quadro de gênero. A almofada e o vestido são bem pintados. É pena que a cabeça seja um tanto dura.”

Sobre a questão de ser a tela uma pintura de gênero ou um retrato, temos uma análise divergente da crítica de jornal. Márcia Valéria Teixeira em artigo intitulado “A modernidade na obra de Amôedo” afirma ser a obra um retrato em que a cunhada do artista teria posado como modelo. De acordo com a autora, a figura centralizada da mulher e o braço esquerdo apoiado sobre uma almofada seriam traços característicos de várias obras de artistas retratistas do século XIX, que teriam influenciado, direta ou indiretamente, a composição criada por Amoedo.

Entretanto, segundo Márcia Teixeira, apesar de ser um retrato, afirma que o artista teria buscado extrapolar os limites deste tipo de composição, pois havia uma narrativa implícita compreensível por seu título - *Más Notícias*. A carta, segurada fixamente pela personagem, seria a portadora das notícias que tanto a contrariaram, a julgar por sua expressão consternada. A expressividade de seu olhar seria capaz de despertar a empatia

³¹⁰ Jornal do Commercio, 09/09/1895.

no expectador fazendo com que se sentisse parte da cena, com que compreendesse sua reação.

Ainda de acordo com o jornal “A sua pintura actual é do genero que se chama bonita e revela audacia da parte do artista [...] É muito trabalhada, as tintas são muitos vivas e cruas produzem impressão garrida e violenta.”

O jornal do dia 09 de setembro fala ainda da vivacidade das tintas “vivas a cruas” produzindo “impressão garrida e violenta”. Segundo Migliacio (MIGLIACIO, 2007), Amoedo traçou um percurso que, tendo começado com uma trilogia indianista, de acordo com a iconografia oficial do 2º Império, acabou introduzindo no Brasil uma moderna noção de naturalismo. Márcia Valéria fala ainda de uma busca pela veracidade que independia do belo ideal imposto até então.

Junto a *Más Notícias*, que teria sido considerada sua melhor obra na Exposição, participaram também *Passeio Matinal* (n.18) - “tem as cores muito vivas e não se harmonizando, a luz demasiado intensa. A cabeça de mulher do primeiro plano tem certa distincção e o pequeno chapéu de sol, muito bem feito, dá uma nota muito fresca”; o quadro *Refeição matinal* “tem certa dureza; mostra mais habilidade do que arte”; *Melancolia* (n.20) “é regularmente feito; agradável de mancha; não parecendo mesmo artista, discordando da ultima maneira de fazer do Sr. Amoêdo”. *Más Notícias* recebeu a seguinte apreciação: “o quadro *Más Notícias* (n.21) é o melhor trabalho, que o illustre artista expõe este anno; tem bom conjunto; a figura apresenta-se bem, parecendo mais um retrato do que um quadro de genero. A almofada e o vestido são bem pintados. É pena que a cabeça seja um tanto dura.”

Num balanço geral, as obras de Amoedo expostas junto a tela *Más Notícias* não tiveram grande acolhimento da crítica, a própria tela, tendo sido considerada a melhor, recebe críticas como a dureza da posição da cabeça, apesar de ser tida como expressiva.

Dez anos depois em janeiro de 1905, é publicado um artigo sobre Rodolfo Amoedo na *Revista Kosmos* intitulado “O mestre, deveríamos acrescentar”. Assinado por Gonzaga Duque, o crítico discorre sobre a vida do artista desde sua formação na AIBA, passando por sua estadia na Europa, posteriormente seu retorno ao Brasil, destacando as principais obras de sua carreira. Gonzaga Duque encerra o artigo com a seguinte declaração sobre a tela “*Más Notícias*”:

“E se esse precioso tempo, consumido com o rebuscar dos materiaes, fôr se accumulando de modo a sorprendel-o nos cansaços da velhice, restarnos-á esse, dos seus últimos trabalhos, que tem por título *Más Notícias*, attestado das excepcionaes qualidades do mestre, do seu vigor de pintar, da firmeza magistral do seu desenho, da limpeza de suas tintas e do poder expressivista da sua arte, porque essa bella mulher, senhora de lindas vestes e mais lindos olhos humedecidos de lagrimas, diabolicamente negros, é um flagrante d’alma feminina, um instantaneo maravilhoso do tormento de um coração que a carta, amarrotada nas suas lindas garras de airosa dama senão de deosa contrariada, acaba de sangrar. Ao menos, temos mais essa sincera, poderosa e dominadora obra que o não distanciará da nossa época e ficará affirmando o soberano valor de um artista que, entre os seus pares, é um grande mestre.”³¹¹

Entre as duas notas temos uma distância temporal de dez anos, mas se compararmos o “conteúdo” delas perceberemos que há uma maior valorização da obra *Más Notícias* na crítica posterior feita por Gonzaga Duque. Através da análise de Luciano Migliacio é possível levantar a seguinte hipótese: Amoedo como artista oriundo da antiga Academia Imperial de Belas Artes sofreu certa marginalização das políticas institucionais acadêmicas na virada do século, a exposição de *Más Notícias* ocorre em meio a este contexto. Porém, durante o governo Pereira Passos, lhe foram feitas uma série de encomendas oficiais, proporcionando uma espécie de reabilitação do artista, que posteriormente teve grande influência sobre as gerações mais jovens.

Ou seja, devemos compreender que a diferença no teor das críticas dialoga com uma “mudança de status” dos artistas que pertenceram à AIBA. Num princípio imediato à sua reformulação, transformando-a na Escola Nacional de Belas Artes (1890), estes artistas herdeiros da tradição acadêmica ligada ao passado imperial, sofreram certa marginalização. Num segundo momento artistas como Amoedo, Belmiro de Almeida, entre outros, tiveram sua importância reconhecida inclusive, como precursores de todo o processo modernizador vivenciado pela Instituição no fim do século XIX.

2.3 Más Notícias e cenas de gênero em fins do século XIX

As três últimas décadas do século XIX foram marcadas por uma mudança temática das pinturas brasileiras. A relativa decadência da AIBA teve por paralelo a emergência de

³¹¹ **Revista Kosmos**, n.24. Janeiro de 1905.

outros circuitos expositivos, espaços como o salão De Wilde (DENIS, 2008), por exemplo, fazendo com que o meio artístico experimentasse uma pluralidade antes nunca vista. A vida cultural na corte se intensificava como fruto de uma burguesia emergente ansiosa por divertimento, em que participar destes circuitos culturais indicava, acima de tudo, modernidade. Entramos então numa questão importante. O amadorismo tornou-se uma atividade permitida e incentivada às mulheres da época. Gestou-se durante as três últimas décadas do século XIX a ideia de que o universo feminino era digno de representação e até auto-representação.

A mulher emerge então como agente da história nacional, legitimando sua representação em instâncias como as artes plásticas e a literatura. Sobre a última, é válido ressaltar que eram escritas por homens que buscavam explorar não só a intimidade, mas também a psicologia das mulheres.

A predileção por obras de temática do cotidiano era segundo Gonzaga Duque, um traço característico da modernidade. Segundo Rafael Cardoso, especificamente nas décadas de 80 e 90 do XIX, surgem, talvez pela primeira vez, numerosas representações de mulheres com direito à profundidade e agência psicológica. Esse engajamento da pintura brasileira na representação dos espaços de feminilidade seria um reflexo das mudanças nas práticas sociais que cercavam a visibilidade das mulheres, principalmente na boa sociedade.

Más Notícias se insere nesta corrente em que o olhar do artista volta-se para a psicologia feminina. Não é apenas uma pintura de interior, é também uma pintura com conotações psicológicas, emocionais. Ainda de acordo com a análise de Rafael Cardoso, esse olhar diferenciado para o universo feminino seria um primeiro passo em direção a uma nova organização social que permitiria maior pluralidade, diversidade e heterogeneidade.

É importante dizer que *Más Notícias* situa-se numa produção de cunho psicológico muito maior. Podemos citar do próprio Amoedo a tela *Amuada* (figura 1) datada de 1882; a tela *Recordação* (figura 2) pertencente ao acervo do Museu Mariano Procópio; *Amuada* (figura 3) de Belmiro de Almeida datada de 1906, também pertencente ao acervo do Museu Mariano Procópio. Temos uma obra de mesmo tema, *Má Notícia* (figura 4) da artista Maria Pardos aluna de Amoedo, pertencente ao acervo do Museu Mariano Procópio; da mesma artista encontramos também a tela *Desolada* (figura 5).

Figura 01- *Amuada*, Rodolfo Amoêdo, 1882. Museu Nacional de Belas Artes. RJ.



Figura 02 – *Recordação*, Rodolfo Amoêdo. Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora,



Figura 03- *Amuada*, Belmiro de Almeida, 1906. Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, MG.



Figura 04 – *Má Notícia*, Maria Pardos. Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, MG.



Figura 05 – *Desolada*, Maria Pardos. Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, Minas Gerais.



O que todas estas telas mostram é que a representação da introspecção, do olhar para si, da dimensão psicológica das mulheres da época, estava em voga constituindo uma “interface” com as transformações sociais experimentadas pela época, tais como a conscientização de que a mulher constituía também importante elemento na formação social brasileira.

Fontes primárias:

Jornal do Commercio, 09/09/1985.

Revista Kosmos, n.24. Janeiro de 1905.

Referências bibliográficas:

Amoedo, Rodolfo (1857 – 1947). Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3196&cd_item=2&cd_idioma=28555. Acesso em 28/07/2013 às 11h37min.

BAXANDALL, Michael. O olhar renascente: pintura e experiência na Itália da Renascença. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CARDOSO, Rafael. **A arte brasileira em 25 quadros [1790 – 1930]**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CAVALCANTI, A. M. T. **A relação entre o público e a arte nas Exposições Gerais da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX**. Anais do XXIII Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. Rio de Janeiro: CBHA/UERJ/UFRJ, 2004.

DENIS, Rafael Cardoso. “Intimidade e reflexão: repensando a década de 1890”. In: CAVALCANTI, Ana M. T., DAZZI, C., VALLE, A. (Orgs.) **Oitocentos – Arte brasileira do Império à primeira república**. Rio de Janeiro: EBA- UFRJ/DezenoveVinte, 2008.

Escola Nacional de Belas Artes (Enba). Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=4247. Acesso em 28/07/2013 às 10h 23min.

GALVÃO, Alfredo. José Ferraz de Almeida Júnior e Rodolfo Amoedo. In: **Aspectos da Arte Brasileira**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.

MIGLIACIO, Luciano. Rodolfo Amoedo. **O mestre, deveríamos acrescentar**. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_ra.htm>. Acesso em 28/07/2013 às 11h14min.

PEREIRA, Sonia Gomes. **A sincronia entre valores tradicionais e modernos na Academia Imperial de Belas Artes: os envios de Rodolfo Amoedo**. Universidade Federal de Uberlândia: Revista ArtCultura, 2010.

SANTOS, Antônio Carlos. **Fotografia e pintura, a questão do realismo no século XIX**. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/121>. Acesso em 27/07/2013 às 11h33min.

SILVA, Elizeu do Nascimento. **A crítica de Gonzaga-Duque e a reprodução do real nas artes plásticas**. Disponível em: <http://www.academia.edu/3279316/A_critica_de_Gonzaga-Duque_e_a_reproducao_do_real_nas_artes_plasticas>. Acesso em 27/07/2013 às 11h25min.

Representações de poder no império: Analisando o trono de D. Pedro II

Bárbara Ferreira Fernandes³¹²
Vanessa Luiz de Oliveira³¹³

RESUMO: O artigo enfoca o trono de Dom Pedro II localizado no Museu Imperial de Petrópolis. Ao longo do texto o trono e seus elementos são descritos e explorados, bem como a relação deste com outros tronos pertencentes à monarquia brasileira e suas representações por artistas do período. Por fim, observa-se a peça como objeto de museu, local onde perde seu valor de uso, e também com o enfoque no que o trono representava para o Império: um símbolo de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Trono; Dom Pedro II; Poder.

ABSTRACT: The article focusses on the throne that belonged to Dom Pedro II and it is located at Museu Impérial of Petrópolis. In the text, the throne and its elements, its relation with others thrones of the Brazilian monarchy; their representations by artists of the period and its significance for the Brazilian Empire are described and explored. Finally, the throne is observed as a museum object, where it loses value of use.

KEY – WORDS: Throne; Dom Pedro II; Power.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de trabalhar com o Trono de Dom Pedro II localizado no Museu Imperial de Petrópolis. A escolha de tal peça é decorrente de sua magnitude, beleza e por representar o poder e toda uma simbologia para o Império Brasileiro. No artigo pretende-se analisar os símbolos imperiais que são encontrados e seus significados, bem como o motivo para estes estarem presentes no trono. É fundamental também, a análise e a compreensão da importância e do peso simbólico que consiste no objeto do trono para a figura do imperador, principalmente em uma monarquia

³¹² Graduanda em História no Instituto de Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

³¹³ Graduanda em História no Instituto de Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

como a brasileira, que era cercada e marcada por diversos ritos e símbolos. O artigo, além do que foi dito anteriormente, irá se deter ao Trono enquanto objeto de museu, peça exposta, ou seja, pretende-se discutir e analisar a disposição do objeto e sua inserção no circuito. Para tal desígnio o texto abarca a descrição do citado objeto e dos elementos que o compõem, a conexão da peça com outros tronos e também a maneira como estes eram representados por pintores do período. Por fim, ressaltamos o que foi observado durante toda a pesquisa, de que os tronos são objetos de representação de poder.

OS TRONOS DO IMPÉRIO BRASILEIRO E SUAS REPRESENTAÇÕES

A peça que será o objeto central do presente trabalho é o Trono pertencente à Dom Pedro II que hoje está localizado no Museu Imperial de Petrópolis (FIGURA 1). O artefato, que originalmente estava localizado no Paço de São Cristóvão e, provavelmente foi leiloado com o advento da República, deslocou-se para esta instituição como transferência do Museu Histórico Nacional da cidade do Rio de Janeiro. Sua altura é de 175 cm, comprimento: 104 cm, largura: 066 cm e seu valor, medido em 1940, é de cem mil cruzeiros. É importante ressaltar que não há registros do artista que tenha idealizado o trono, pois, nesse período havia diversas movelarias importantes no Rio de Janeiro e, dessa maneira, fica complicado identificar o autor. O móvel foi realizado em madeira talhada dourada com estofado verde no assento, encosto e braços. O encosto é no formato de medalhão oval, cercado de uma estreita moldura, e, em seu centro, encontra-se a sigla P II I (Pedro II Imperador), entre duas palmas atadas por um laço, tudo bordado à prata. O medalhão liga-se ao bastidor do assento por um suporte de folhas estilizadas, e às hastes laterais que formam a moldura do espaldar. Em cima do medalhão, há folhagens de acanto, que partem das mesmas hastes e que sustentam o dragão alado de Bragança que se encontra sentado, voltado três quartos para a esquerda, com dois estandartes de cada lado. Os pés dianteiros são formados por duas esfinges, cujas asas formam os braços, as esfinges repousam sobre dois pedestais unidos por um travessão.³¹⁴

O dragão alado, que seria o suporte das armas da Família de Bragança, localizado na parte superior da peça, foi adotado como símbolo do Império Brasileiro devido à Ordem Imperial do Dragão que foi criada por Dom Pedro I para uso exclusivo de seus

³¹⁴ Informações retiradas da Ficha Técnica do Trono de Dom Pedro II, cedida pelo setor de guarda do Museu Imperial de Petrópolis.

parentes. De acordo com a historiadora Ângela Brandão (BRANDÃO, 2010:10), o móvel estava sustentado por dois pedestais para atribuir à ele sentido de monumento. Este recurso foi largamente utilizado na mobília francesa em estilo Império, que assim como na Inglaterra, esses dois tipos utilizaram-se também, de forma recorrente, do dourado para assim ressaltar o sentido de honra e a exuberância necessárias para um objeto com tal utilidade. O dourado do Trono, segundo Brandão, remetia à uma antiga tradição, qual seja, os tronos egípcios e também romanos. Ainda no sentido de retomar a história, “estavam presentes os vegetais usados como decoração na arte antiga, folhas de acanto, as frisas gregas, o entablamento como de um templo em miniatura e as esfinges de evocação egípcia” (BRANDÃO, 2010:11). É importante ressaltar que o “estilo egípcio”, representado no trono em questão pela presença, principalmente, das esfinges foi utilizado na França, prioritariamente por Napoleão Bonaparte e tornou-se “moda” na Inglaterra. Nesse sentido, reforça-se a ideia de que o Imperador Dom Pedro II inspirava-se em Napoleão. A cor verde predominante no assento, braço e encosto do trono era a cor que representava a família da Casa Real Portuguesa de Bragança. Desse modo, o novo Império que surgia baseava-se na história dos grandes povos do mundo além de ser um Estado independente mas que, de certa forma, retorna e se apoia nos elementos da família portuguesa de Bragança. Um trono, muito semelhante à este, aparece representado no quadro de Delfim da Câmara, de 1877, intitulado “Dom Pedro II”. (FIGURA 2)

Não foi somente este trono em destaque no trabalho que foi utilizado por Dom Pedro II, hoje, há ainda notícias de outros três tronos utilizados pelo Imperador. Dois deles encontram-se na exposição permanente do Museu Histórico Nacional. O primeiro é semelhante ao que se encontra em Petrópolis, porém, não possui as iniciais no encosto e pertencia, originalmente, ao Supremo Tribunal Militar (FIGURA 3). O outro trono, também presente no Museu Histórico Nacional, originalmente fazia parte das Sessões do Senado do Império (FIGURA 4). Este móvel é mais ornamentado que os outros e, era utilizado pelo Imperador duas vezes por ano: na abertura e fechamento dos trabalhos da Câmara reunida em Assembleia Geral. A ocasião, era o único momento em que Dom Pedro II utilizava os trajes majestosos, a coroa e também o cetro. O trono em questão possui o Dragão Alado deslocado para a direita, com as asas abertas sobre um globo. Com a ajuda de um anjo representado de pé a esquerda, o símbolo do Império Brasileiro sustenta a coroa de louro (ou de tabaco) e um brasão com as iniciais de Dom Pedro II. O

móvel é estofado com tecido de cor clara e possui o encosto oval com o acento quadrado. O braço é formado por dois meninos que segundo Ângela Brandão (BRANDÃO, 2010:13) parecem estar dominando dois leões que caracterizam o suporte do trono. A utilização dos leões dominados seria uma alegoria da força, do domínio da razão e comando sob si mesmo. Este trono, e o momento de celebração no qual aparecia, foi representado no importante quadro de Pedro Américo “D. Pedro II na Abertura da Assembléia Geral”, de 1872, que é conhecido também como “A Fala do Trono” (FIGURA 5). No quadro, porém, como bem observa Brandão, o pintor reformula completamente o objeto, fazendo com que este seja sustentado por peixes com um putti acomodado nos braços. Este trono aparece ainda em dois outros importantes quadros, desta vez, representado fielmente. O primeiro deles, localiza-se no Museu Imperial “O Juramento da Princesa Isabel”, de Victor Meireles, 1875 (FIGURA 6). A tela representa o juramento da Princesa Isabel ao assumir, pela primeira vez a Regência, em 20 de maio de 1871, pela ocasião de uma viagem do Imperador à Europa, o acontecimento realizou-se na sala das sessões do Senado. Victor Meireles pinta o quadro por encomenda do Visconde de Abaeté. A outra representação, também com o destaque da Princesa é “O Juramento constitucional da Princesa Isabel” de Francisco Tirone, 1861-1862 (FIGURA 7). A tela representa o juramento de fidelidade da Constituição, feito pela Princesa Isabel diante do senado do Império ao completar 14 anos em 29 de julho de 1860.

Há ainda um terceiro trono que teria pertencido ao Imperador Dom Pedro II. Este localiza-se atualmente na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro e era original do Paço da Cidade (FIGURA 8). O artefato é forrado em vermelho com esferas em marfim e também dourado. Há notícias de que o trono foi utilizado pelo Papa João Paulo II, na Catedral de São Sebastião do Rio de Janeiro, em sua visita ao Brasil no ano de 1980. É importante ressaltar que as informações acerca deste trono são um tanto difusas e desconstruídas. Este móvel, foi representado, acredita-se, no famoso estudo de Manuel de Araújo Porto Alegre, “Coroação de Dom Pedro II”, 186? (FIGURA 9) que representa a cerimônia de Coroação e Sagração do Imperador na capela Imperial em 18 de julho de 1841.

A historiadora Ângela Brandão afirma que foram destinados à Dom Pedro II, os mais luxuosos tronos do Brasil, porém, os outros monarcas que aqui estiveram, também possuíram importantes tronos (BRANDÃO, 2010:10). Os que pertenciam à Dom João VI

e Dom Pedro I não foram localizados, porém, Brandão, apresenta-os segundo a visão de Debret. Na pintura do artista, na qual ele representa a cena da aclamação de Dom João VI, (FIGURA 10) o objeto aparece com motivos vegetais esculpido coroando o espaldar e com braços e pernas em forma de balaústre. O pintor também representa o momento da Coroação de Dom Pedro I como Imperador do Brasil (FIGURA 11) e, dessa maneira, pode-se perceber como era o trono usado para a ocasião. O móvel era diferente do utilizado por seu pai, desse modo, caracterizava-se pelo estilo Império Francês e se aproximava da linha dos móveis egípcios e romanos. Nesse sentido, pode-se afirmar que os tronos de Dom Pedro II seguiam a linha do móvel utilizado por seu pai. Ainda de acordo com a representação de Debret, nota-se que o trono era estofado, com a presença de esfinges aladas, com as pernas lisas em forma de pilares e também, havia no objeto, a representação de uma coroa em miniatura. (BRANDÃO, 2010:9)

O TRONO DE DOM PEDRO II E O MUSEU IMPERIAL

O Museu Imperial, criado na década de 1940, era, originalmente, a casa de veraneio do Imperador Dom Pedro II e de sua família. A Sala de Estado, local onde hoje se localiza o trono, era chamada dessa mesma maneira na época do Império. Era o recinto mais importante do palácio onde o Imperador recebia visitas ilustres. É importante ressaltar que o trono não era original do prédio, pois como este era uma casa de descanso, não possuía esse tipo de móvel. Na sala, no circuito vigente no momento, há dois jarrões de porcelana de Sèvres, de cada lado do trono, com pinturas representando as quatro estações. Jarros estes que foram presente do presidente da França, Adolphe Thiers, ao imperador do Brasil. Sobre os consoles com espelhos altos, com as Armas do Império, há vasos de porcelana de Sèvres com os retratos de d. Pedro II e d. Teresa Cristina, além disso há também mais três quadros com retratos do imperador e da imperatriz (FIGURA 12). Cabe ressaltar que o trono, conforme já foi apresentado, os espelhos e os consoles vieram da antiga “Sala do Trono”, presente no Palácio de São Cristóvão. Como bem aponta a historiadora Claudia Soares de Azevedo, os objetos das coleções do Museu Imperial de Petrópolis tais como, as louças, o mobiliário, as vestimentas, as joias, a coroa, o trono tornaram-se um conjunto de objetos que perderam seu valor de uso ao entrar no Museu. Estes itens tornam-se relíquias e representam o fim da sociedade imperial, demarcando um período de antiguidade. (AZEVEDO, 2009:417)

O Museu Imperial de Petrópolis mantém seu circuito praticamente inalterado desde a sua criação na década de 40 do século XX. Possui, de certa forma, um discurso conservador de exaltação do Império, da família imperial e dos mais importantes nomes do período. A Sala de Estado se localiza no meio do circuito da exposição, em um local de destaque no segundo pavimento. O recinto é grande e, de certo modo, vazio, o que destaca e ressalta o trono, uma das mais importantes e representativas peças do acervo do Museu. O local ao redor do artefato em questão é ornamentado de forma semelhante à sala original do Paço de São Cristóvão (FIGURAS 13 E 14). Para o visitante a presença do trono no local aproxima-o do Imperador no sentido que desta forma, um importante elemento político e representativo é exposto. Ao perder seu valor de uso, o trono é apreciado, também, pelo seu valor estético, pelos seus elementos majestosos e significativos além de exercer um poder de fascínio e admiração aos olhares dos visitantes. É interessante observar que no Museu Imperial o trono ganha destaque. É feita toda uma ornamentação ao redor da peça o que a coloca em evidência das demais, reforçando, a já citada, concepção do Museu de ressaltar o Império. Percebe-se que no Museu Histórico Nacional, por exemplo, o objetivo do circuito difere do apresentado em Petrópolis, pois, os tronos, no projeto em questão, não estão dispostos em evidência, eles se inserem em meio a outros objetos do período imperial e dessa forma não são ressaltados.

SÍMBOLO DE PODER

Como já apresentado anteriormente, os tronos da monarquia são por si só uma representação do luxo, pompa, soberania e, principalmente do poder do Imperador. Nesse sentido, estavam presentes nas principais festas e comemorações, assim como também, na vida política do Estado. Na antiguidade os egípcios, inventores da cadeira, já conferiam à ela valor de uso e valor simbólico. Para as civilizações antigas, o “estar sentado” significava poder, altivez e decoro, dessa forma, elas ganharam monumentalidade e tornaram-se objetos simbólicos e emblemáticos. Dessa maneira, os tronos, como apresentado na legenda do Museu Histórico Nacional “Representam o nível de grandeza e a imagem de um Estado para sua própria população, para com seus representantes e diante das delegações estrangeiras, em função do que são dispostos em diversos órgãos de exercício do poder estabelecido.”³¹⁵

³¹⁵ Legenda que se encontra próxima ao Trono de Dom Pedro II no Museu Histórico Nacional

CONCLUSÃO

Durante todo o trabalho pôde-se observar a importância e a simbologia dos tronos no Império Brasileiro. É possível notar esse valor, no sentido de que, esses objetos eram representados, mesmo que em segundo plano, por artistas do período em diversas situações que envolviam os monarcas. Até mesmo quando o quadro era apenas para retratar o Imperador e não uma situação especial, o trono estava envolvido. Dessa forma, é importante observar também, que os elementos decorativos presentes no móvel estavam ali como símbolos. Esses elementos muitas vezes representavam a família Imperial como também ressaltavam o poder, a sabedoria e honra do monarca, retomando, em certos casos, concepções de antigas e poderosas civilizações.

IMAGENS:

Figura 1: Trono de Dom Pedro II



Imagem retirada de: [http://mapadecultura.rj.gov.br/petropolis/museu-imperial/#prettyPhoto\[pp_gal\]/9/](http://mapadecultura.rj.gov.br/petropolis/museu-imperial/#prettyPhoto[pp_gal]/9/)

Figura 2: “Dom Pedro II” – Delfim da Câmara, 1877



Fotografia tirada pela autora do artigo, do quadro que está localizado no MHN/ 2013.

Figura 3: Trono de Dom Pedro II



Fotografia tirada pela autora do artigo, do trono que se encontra no MHN/ 2013.

Figura 4: Trono de Dom Pedro II



Fotografia tirada pela autora do artigo, do trono que se encontra no MHN/2013.

Figura 5: “D. Pedro II na Abertura da Assembleia Geral”, 1872 – Pedro Américo



Imagem retirada de:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pedro_Americo_-_D._Pedro_II_na_abertura_da_Assembl%3%A9ia_Geral.jpg

Figura 6: “O Juramento da Princesa Isabel”, 1875 – Victor Meireles



Imagem retirada de: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/84/Victor_Meirelles_-_Juramento_da_Princesa_Isabel%2C_1875.jpg

Figura 7: “O Juramento constitucional da Princesa Isabel”, 1861-1862 – Francisco Tirone



Imagem retirada de: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/30/F._Tirone_-_Juramento_Constitucional.jpg

Figura 8: Trono de Dom Pedro II



Imagem retirada de:

http://www.museusdorio.com.br/joomla/media/k2/galleries/94/05_credits_MR.png

Figura 9: “Coroação de Dom Pedro II”, 186?, estudo – Manuel de Araújo Porto Alegre



Imagem retirada de: http://brasilartesenciclopedias.com.br/nacional/porto_alegre_manuel01.htm

Figura 10: “Retrato de Dom João VI”, 1817 - Debret



Imagem retirada de:

http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_jbd_arquivos/jbd_sd_domjoaovi.jpg

Figura 11: “Coroação de Dom Pedro I”, 1828 - Debret



Imagem retirada de: http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_jbd_arquivos/jbd_coroacao.jpg

Figura 12: Sala de Estado do Museu Imperial de Petrópolis



Imagem

retirada de: <http://vejabrasil.abril.com.br/galeria/rio-de-janeiro/petropolis/index.php#img/24.jpg>



Imagem retirada de: <http://roberto->

[menezes.blogspot.com.br/2010/11/extrema-hora.html](http://roberto-menezes.blogspot.com.br/2010/11/extrema-hora.html)

Figura 13: Sala do Trono do Palácio de São Cristóvão



Imagem

retirada

de:

<http://www.flickr.com/photos/circulomonarquicorio/7337377508/lightbox/>

Figura 14: Sala de Estado do Museu Imperial



Imagem

retirada

de:

<http://imperiobrasileiro->

rs.blogspot.com.br/2010/04/museu-imperial-completa-70-anos.html

Fontes:

Trono pertencente ao Imperador Dom Pedro II localizado no Museu Imperial de Petrópolis

Ficha técnica do Trono Imperial

Ficha técnica do quadro “O Juramento da Princesa Isabel” de Victor Meireles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Cláudia Soares de. "O Museu Imperial e a celebração da monarquia brasileira". In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado e LOPES, Regis (org). "Futuro do Pretérito: história dos museus na escrita da história". Editora ARGOS Coleção História e Patrimônio, 2009, p. 405-425

BRANDÃO, A. *O trono e as cinco cadeiras episcopais do século XVIII: uma trajetória*

BRANDÃO, A. Tronos do Império, anotações para uma história do mobiliário brasileiro do século XIX. in GUZMAN, F. et alii (orgs.) *ARTE AMERICANO E INDEPENDENCIA*. Nuevas Iconografías. V Jornadas de Historia del Arte. Santiago de Chile, Universidad Adolfo Ibañez, CREA, Museo Historico Nacional, 2010.

PRAZERES, Jéssica Costa; COSTA, Mariana. A representação da simbologia do poder na obra *Dom Pedro II na Abertura da Assembleia Geral*, de Pedro Américo. 19&20, Rio de Janeiro, v. VI, n. 4, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/pa_dompedro.htm>. Acessado em: 28/06/13

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Império em Procissão Ritos e símbolos do segundo reinado*. Zahar, 2001.

A arte funerária no Museu Mariano Procópio: Uma discussão acerca da tradição arqueológica Marajoara.³¹⁶

Bruno Rezende Guedes³¹⁷

Resumo: O Museu Mariano Procópio possui um grande número de peças em seu acervo, sendo que grande parte não possui informações quanto sua origem e sua própria história. Com base nessas questões procuraremos esclarecer algumas informações turvas acerca do material funerário indígena, que consta no acervo etno-histórico e que já foi parte integrante da sala referente ao Século XVI. Sala essa, que se encarregava de expor todo material que se compreendia no período pré-colonial. Assim também, buscaremos através de metodologia interdisciplinar, analisar o contexto da peça na sala, na História do colecionismo e na própria tradição material arqueológica.

Palavras-chave: *marajoara, miracanguera, guarita, urna funerária, Museu Mariano Procópio.*

Introdução:

O conjunto funerário, composto por urna e tampa, que se encontra no Museu Mariano Procópio, atualmente está relacionado à tradição *miracanguera*. Desse modo, essa pesquisa contribui para a formação de um *corpus documental* para o item em questão. A primeira vista estes itens apresentam características antropomorfas e motivos decorativos, tais como a pintura com policromia, referentes às possíveis tradições materiais provenientes da Ilha do Marajó e do atual estado do Pará.

Devido à falta de informações conferidas às peças atualmente no Museu Mariano Procópio, esse projeto irá proporcionar mais informações sobre as peças contribuindo

³¹⁶ Artigo apresentado por meio de Comunicação livre na XXX Semana de História da UFJF.

³¹⁷ Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

para futuras pesquisas e preenchendo, talvez, algumas lacunas presentes em torno dos itens.

Esse artigo tem como objetivos compreender a funcionalidade e simbologia da urna em questão, com uma análise mais fidedigna e aproximada possível da ótica pela qual os povos nativos da região, contemporâneos da técnica de produção cerâmica, possuíam e as suas intenções na confecção desses materiais. Quais eram as reais intenções por trás dos diversos motivos decorativos é um campo que pretendemos realizar certa explanação para compreender a função da peça, e dessa forma, poder entender sua presença em um circuito museológico na atualidade.

Buscaremos ainda apontar para uma possível origem de tradição material, uma raiz comum dessa tradição com as outras, que a torne parte de um todo. Entender o todo nos permitirá também conhecer o específico, é um caso em que o macro pode nos oferecer uma visão mais acurada do micro.

Outra questão a ser abordada é entender a peça no contexto de exposição e o seu objetivo no Museu Mariano Procópio. Por quais motivos ela surge como destaque na sala *Século XVI* e é exposta da maneira a qual estava alocada na vitrine da citada sala, qual sua função para o circuito do museu?

Um trabalho que teremos, é o de buscar o período em que ela se tornou parte do acervo e quais seriam as informações da peça antes de sua chegada. Conhecer a urna no período pré-museu e o período em que ela chega, pode nos levar a entender um pouco da história do colecionismo que envolve essa peça.

Por fim, atingindo esses objetivos, pretendemos somar esses novos conhecimentos para o setor etnográfico do acervo do Museu, que atualmente carece de pesquisas que atualizem seus bancos de informações, repleto de lacunas e possíveis equívocos.

Para atingir esses objetivos, empregamos em nossa análise uma série de obras interdisciplinares, buscando contribuições na Arqueologia, Museologia e História, proporcionando uma visão mais ampla e acurada sobre a peça no próprio contexto do Museu Mariano Procópio.

Descrição das peças:



Foto 1: Conjunto funerário do acervo etnográfico do Museu Mariano Procópio.

A urna estava denominada como Item de número 309 do acervo Etnográfico, que abrange o conjunto da urna e da tampa, que após uma pequena análise observamos que não são referentes à mesma peça. Conclusão tomada diante uma comparação feita manualmente, em que tentamos encaixar a tampa na urna, que não foi possível devido a tampa ser de uma peça menor e não abranger toda a borda da urna. Porém trataremos esse Item 309 como um conjunto assim como catalogado no museu.

Observamos que nenhuma das peças apresenta um número de tomo, que nos alerta para eventuais problemas que possam ocorrer com a peça. Para que a peça possa ser devidamente protegida e preservada, deve ser solicitado um número de Tombo, que deve ser aplicado à peça em seu interior, evitando que danifique seus motivos decorativos de pintura policrômica.

Quanto à origem do item não se sabe bem sobre sua procedência, inclusive não há registro de entrada, nem de doador, não nos permitindo saber se a tampa e a urna foram doadas juntas ou separadas, pela mesma pessoa ou não, se chegaram ao mesmo tempo ou não. A única informação de origem que foi possível levantar é que a data de sua entrada foi posterior à 1944, de acordo com o livro de arrolamento do museu do mesmo ano.

A urna possui as dimensões de 49 cm de altura, 34 cm de largura e 36 cm de profundidade. Com resquícios de pintura policrômica (vermelho e branco), bem desgastada pelo tempo, se tornando impossível observar desenhos ao longo da peça. Há também a presença de uma base que possivelmente pode possuir uma função prática, de manter a urna de pé de maneira que ela ficasse exposta, conferindo à mesma, uma certa importância elevada diante outras urnas que não apresentavam a possibilidade dessa função prática.

Ao longo do corpo dessa urna observamos representações antropomorfas, com membros superiores em alto relevo colados às laterais da peça. Membros inferiores expandidos e bem elaborados, com detalhes por toda sua extensão, possivelmente afixados à urna pela técnica do applique. Técnica que consiste em se fazer parte de um vasilhame cerâmico separado, parte que é aplicada à peça principal antes da queima.



Foto 2: Urna funerária do acervo etnográfico do Museu Mariano Procópio.

Há também nessa urna, claramente representados mamilos e um pequeno falo, desproporcional ao corpo. Desproporcionalidade que pode levar a um estudo de gênero que utilize como objeto de estudo a presença do falo e o poder à ele conferido nessa sociedade.



Foto 3: Foco para a representação antropomorfa da urna funerária (falo e mamilos).

A tampa com formato de cabeça, possui 9 cm de altura e base circular de 20 cm de raio, com poucos resquícios de pintura policrômica (vermelho e branco). O que mais nos chama atenção nesse formato da peça é a deformidade da cabeça.

Observamos nessa tampa a presença de pequenos olhos puxados e com contornos em alto relevo. Acima dos olhos sutis sobrancelhas. Pequeno nariz delicado. Boca, também pequena e suave. Um destaque está para as orelhas que apresentam lóbulos furados, possível característica estética dessa sociedade. Assim como a representação de um arco sobre a cabeça.



Foto 4: Tampa de urna funerária do acervo etnográfico do Museu Mariano Procópio.

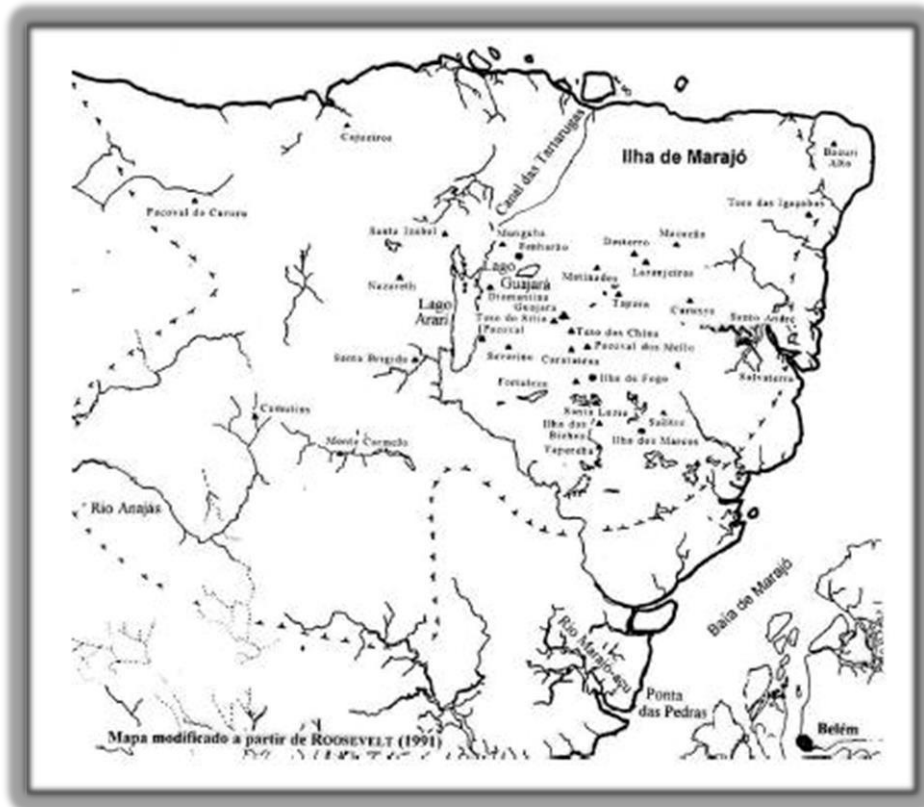
Comparações das características da tradição:

“Estudos realizados entre sociedades iletradas em diversas partes do mundo têm demonstrado que as representações naturalistas, juntamente com os grafismos, são utilizadas para veicular idéias, para narrar estórias mitológicas, ou ainda para simbolizar parentesco ou filiação a determinado grupo social. Assim sendo, representam formas de pensar, de conceber o mundo, de entender os papéis sociais - ou seja, representam visões cosmológicas dentro de um contexto cultural específico. Vista dessa maneira, a arte cumpre o papel de trazer para o mundo dos objetos, tornando visual e concreto aquilo que antes estava no plano do pensamento.” (GEERTZ, 1983)³¹⁸

A tradição *marajoara* engloba um recorte no espaço e tempo. Dentro desse recorte é encontrada a subtradição *guarita*, referente a um período caracterizado por uma tipologia de produção cerâmica, que se assemelha com a peça em questão.

Diante essa averiguação constatamos que no museu há um equívoco na denominação do período da peça, que é apresentada como de tradição *miracanguera*, tradição inexistente. No caso *miracanguera* é um termo que denomina apenas a um sítio arqueológico, que possui uma grande quantidade de enterramentos, conferidas à tradição da fase *guarita*. Essa região também é conhecida com *Necrópole de Mirakanguéra*.

³¹⁸ GEERTZ, C. *Local knowledge : further essays in interpretive anthropology*. Basic Books. New York, 1983.



Mapa 1: Ilha do Marajó com os locais onde foram encontradas as urnas da fase *Marajoara*.

Em contraste com a grande tradição *marajoara*, a subtradição *guarita* apresenta suas peculiaridades, são encontrados peças que representam mais o masculino, sempre utilizando alto relevo em detrimento da pintura como principal forma de decoração, além de possuírem bases com possíveis funções práticas e cabeça como tampa, separada do restante do corpo. Com base nessas diferenças com a subtradição *joanes*, a mais conhecida da tradição *marajoara*, e com as semelhanças com outras urnas de tradição *guarita*, podemos dizer que a urna presente no museu Mariano Procópio seja referente à esta última subtradição.

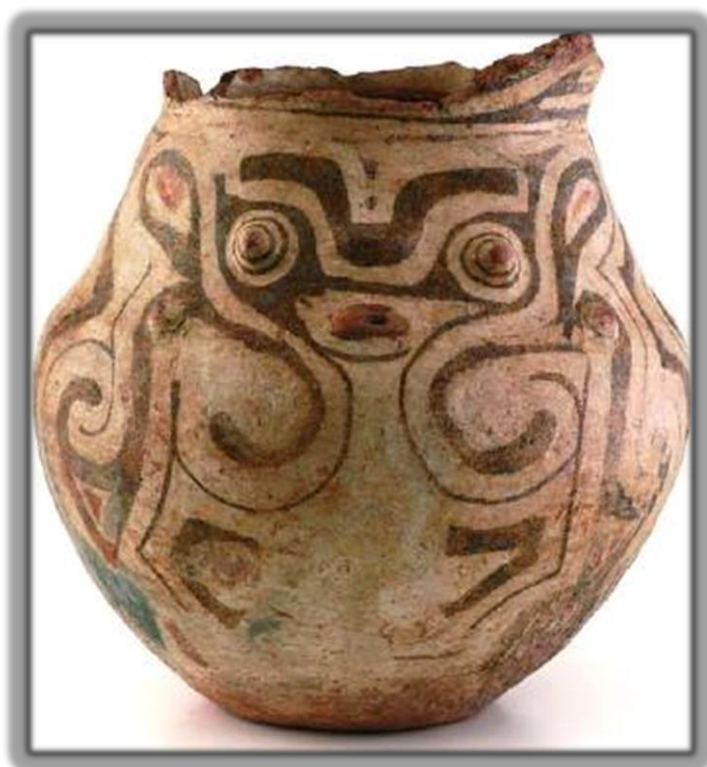


Foto 5: Urna funerária marajoara do acervo do MAE- USP



Foto 6: Urna funerária guarita do acervo do MAE- USP

Contextualização da tradição Cerâmica:

“Como se sabe que as sociedades humanas tendem a reproduzir no contexto funerário as relações sociais que mantinham em vida, concluiu-se que aquela era uma sociedade hierárquica que tratava de maneira diferenciada seus membros até depois da morte.” (FERREIRA PENNA, 1877).³¹⁹

A figura humana na arte marajoara tem um sentido de auto-reapresentação, pelo qual o grupo social concebe e expressa a imagem física e espiritual que possui de si, em função de suas diferenças com relação a outros grupos humanos e seres da natureza.

A representação de humanos e de animais nessa tradição acontece por meio de desenhos bastante estilizados ou simplificados, nos quais podemos identificar os traços básicos de olhos, bocas, sobrancelhas, narizes ou partes do corpo.

Uma classe de objetos dessa tradição que possuem características antropomórficas bem representadas são as urnas funerárias, apresentando motivos decorativos geométricos utilizados em contextos rituais. Em sua grande maioria, são encontradas representações femininas, apontando uma grande importância do papel da mulher nessas sociedades.

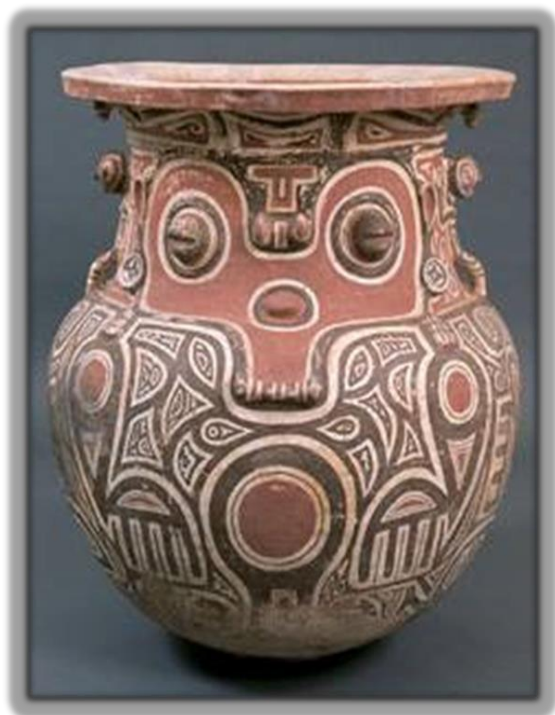


Foto 7: Urna funerária marajoara do acervo do MAE- USP.

³¹⁹ FERREIRA PENNA, D. S. Apontamentos sobre os cerâmios do Pará. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 47- 67, 1877.

Essas peças nos informam sobre a maneira pela qual aquelas populações adornavam e transformavam seus próprios corpos. Com base nessas urnas podemos observar o uso de discos redondos introduzidos nos lóbulos das orelhas como os atuais alargadores, característica também presente em outros grupos indígenas. Percebemos também o uso de adorno labial ou algum tipo de adorno ou pintura sobre o maxilar, uso de pintura facial, e adornos sobre a cabeça e os cabelos.



Foto 8: Urna funerária *guarita* do acervo do MAE- USP

Várias cabeças de cerâmica são disformes, alongadas ou achatadas. Sabe-se que a prática da deformação craniana era comum e foi constatada por espanhóis e portugueses em contato com várias populações indígenas da várzea amazônica nos séculos XVI e XVII. (PALMATARY, 1950³²⁰; ROOSEVELT, 1991³²¹).

³²⁰ Palmatary, H. C. 1950 The pottery of Marajo Island, Brazil. *Transactions of the American Philosophical Society* 39(3).

³²¹ Roosevelt, A. C. 1991. *Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajo Island*, Brazil: Academic Press, San Diego



Foto 9: Tampa de urna funerária do acervo etnográfico do Museu Mariano Procópio.

Colecionismo e Arqueologia em Museus:

As primeiras expedições arqueológicas têm início no século XVIII. Essas campanhas eram acompanhadas por estudiosos e arqueólogos amadores. Com o recolhimento de artefatos começa a surgir na Europa, um movimento de colecionismo dessas peças, com ênfase no exótico, em primeira mão o olhar era voltado para o chamado “oriente”.

O Brasil surgiu no cenário museológico internacional no século XIX, em um momento de grande impulso das Ciências Naturais, com a criação do Museu Real (hoje Museu Nacional), por D. João VI em 1818. O próprio regente doou a primeira coleção de História Natural.

Com início das primeiras expedições arqueológicas no norte do Brasil no século XIX, começam a ser desenterradas as primeiras urnas funerárias *marajoaras*, que diante de sua beleza despertam o interesse de colecionadores e museus. Nesse contexto, as cerâmicas marajoaras foram difundidas por museus brasileiros e estrangeiros. Hoje podemos destacar o Museu Emilio Goeldi no Pará, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e o Museu Nacional do Rio de Janeiro.



Foto 10: Escavação no aterro *Camutins* na Ilha de Marajó, 1915.

Apresentação da peça no museu:

A peça em questão estava exposta desde 1982, na sala denominada século XVI, que fazia alusão ao período pré-colonial e aos primeiros contatos. Essa sala obedecia dentro do circuito do museu ao critério histórico, artístico e cronológico.

O conjunto funerário era exposto como destaque da sala sobre um cubo de madeira protegido com uma caixa vidro, lhe conferindo a devida importância como carro chefe dessa seção. A iluminação que incidia sobre o objeto era da própria luz ambiente, que pode acarretar em uma série de problemas, corroendo sua pintura e adulterando uma eventual datação por técnica de termoluminescência.

Também na sala eram expostos, materiais líticos (lascado e polido) de procedência diversa, duas arcas de ferro, reproduções de mapas antigos (Brasil com suas capitanias hereditárias), medalhas comemorativas das viagens dos desbravadores do

norte da colônia. Medalha, lenço, leque e prato comemorativos do descobrimento do Brasil.

A responsável pela montagem da exposição era a museóloga Maria Ângela Camargo Cavalcanti, que buscava conferir um sentido museológico a essas peças diante o contexto a sua volta, considerando que era uma sala “pré-histórica” por uma concepção etnocêntrica, em um circuito de um museu histórico.

Conclusão:

Após a análise sobre o conjunto funerário, de urna e de tampa, dentro do contexto museológico do acervo do Museu Mariano Procópio, juntamente com pesquisas interdisciplinares cruzando o viés arqueológico e histórico, podemos compreender um pouco da tradição a qual o material estudado está inserido.

Diante essas observações tecidas acerca do material em questão, podemos observar um equívoco por parte da pesquisa realizada pelo Museu Mariano Procópio, que denominada a tradição do conjunto funerário como *miracanguera*. Assim, no decorrer da pesquisa, averiguamos que não existe tal período na grande tradição *marajoara*, e que essa denominação se refere apenas à um grande sítio arqueológico de enterramentos secundários, conhecido como *Necrópole de Miracanguera*.

Com as novas informações obtidas, podemos afirmar que o conjunto funerário pertence à subtradição de produção material denominada como *guarita*. Chegamos a essa conclusão após estudos comparativos entre morfologias cerâmicas e seus motivos decorativos, através de estudos mais elaborados de pesquisadores de diversas áreas.

Ao final dessa pesquisa, com o conhecimento construído sobre o conjunto funerário, pretendemos somar com as pesquisas do acervo etnográfico do Museu Mariano Procópio, que carece de estudos mais elaborados desses materiais produzidos por povos sem escrita, que são por este motivo, deixados à margem de estudos mais aprofundados, principalmente por parte da História, conseqüentemente ocasionando em uma atribuição secundária em seu papel dentro do contexto dos circuitos de museus históricos. É nesse tipo de pesquisa que está a gênese de mudança desse cenário.

Bibliografia:

BROCHADO, José Joaquim P. *A tradição cerâmica tupi-guarani na América do Sul*. Recife: Clio, vol.3, 1981.

BRUNO, Cristina. *Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar*. in: BRUNO, Cristina. *Museologia e comunicação*. Lisboa: ULHT, 1996.

FERREIRA PENNA, D. S. *Apontamentos sobre os cerâmios do Pará*. Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1877.

_____. *Índios de Marajó*. Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1885.

FUNARI, P. P. A.; NOELLI, F. S. *Pré-História do Brasil*. São Paulo: Contexto, v. 1. 2002.

GEERTZ, C. *Local knowledge: further essays in interpretive anthropology*. Basic Books. New York, 1983.

LARA FILHO, D. *Museu, objeto e informação*. Transformação, 2009.

NETTO, L. *Investigações sobre a arqueologia brasileira*. Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1885.

PALMATARY, H. C. *The pottery of Marajo Island, Brazil*. *Transactions of the American Philosophical Society*. 1950.

ROOSEVELT, A. C. *Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajo Island, Brazil*. Academic Press, San Diego, 1991.

SCHAAN, D. P. *A arte da cerâmica marajoara: encontros entre o passado e o presente*. Habitus, 2007.

_____. *A Linguagem Iconográfica da Cerâmica Marajoara*. Dissertação de Mestrado, PUC/RS, 1996.

SILVA, Fabíola Andréa; NEVES, E. G.; BLASIS, Paulo Antônio Dantas de. *Beleza, Rigor e Dignidade: A Cultura Material Tupi no Tempo e no Espaço*. São Paulo: Conjunto Cultural da Caixa, v.1, 2004.

TRIGGER, B. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Ed. Odysseus, 2004.

**Iconografia de Nossa Senhora do Rosário
da cidade de Rio Pomba*³²²**

Jayne de Fátima Costa Santos

Resumo: O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise iconografia da imagem de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Rio Pomba, contrapondo com a história de sua devoção, em qual período ela esta inserida, a qual estilo ela pertence, a técnica utilizada, a quem pertenceu, e trazer um breve contexto informando o que eram as irmandades.

PALAVRAS CHAVES: Iconografia, Nossa Senhora do Rosário, Devoção e Irmandades.

Abstract: This paper aims to make an iconographic analysis of the image of Nossa Senhora do Rosário of the city of Rio Pomba, contrasting with the story of his devotion, in which time it is inserted, the style which it belongs, the technique used, to whom once belonged, and bring a brief background informing what were the brotherhoods.

KEYWORDS: Iconographic, Nossa Senhora do Rosário, Devotion and Brotherhoods.

1. Introdução

Esta obra foi escolhida por estar fortemente ligada a uma parte da história de Rio Pomba e a criação do Museu da mesma cidade. A imagem pertenceu à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos forros e cativos da cidade de Rio Pomba. A irmandade do Rosário de Rio Pomba foi criada no dia 21 de Maio de 1843, pelos pretos forros e cativos, moradores da, então, freguesia do Mártir de São Manoel da Vila do Pomba, comarca do rio Paraíba e Bispado da cidade Mariana da província de Minas Gerais, sua criação foi aprovada pelo reverendo, padre e padrinho José Ignácio da Silveira, sendo eles considerados os eleitos para servirem e festejar o Rosário de Nossa Senhora, e erguerem a irmandade, e conduzirem a construção da capela, para que possam prestar culto a santa. E hoje se encontra no Museu Histórico de Rio Pomba sendo está um símbolo de sua formação e criação.

*Trabalho de aproveitamento da disciplina Patrimônio Histórico II, lecionada pela professora Maraliz Christo, durante o primeiro semestre letivo de 2013, no curso de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Faremos sua análise iconográfica, em que período ela está inserida, o que ela está representando, a qual estilo ela pertence, qual a técnica utilizada e a quem pertenceu.

Uma última observação a ser feita: As irmandades religiosas surgiram no Brasil durante o séc. XVIII, principalmente em Minas Gerais, onde a construção de igrejas e conventos não acompanharam o aumento da população. Eram compostas por membros heterogêneos, tanto homens quanto mulheres, brancos e negros livres e ou escravos. Estas associações se inspiraram nas Confrarias portuguesas surgidas na Idade Média, que tinham como características a ajuda mutua entre seus membros.

2. A imagem

A imagem representa Nossa Senhora do Rosário, é uma escultura em madeira policromada, com data presumível do final do século XVIII, segundo o relatório elaborado pelo Relicário Atelier de Restauração de Bens culturais, feito pelo conservador restaurador Valtencir Almeida dos Passos. As várias intervenções realizadas na peça dificultam informações mais seguras pelas análises formais estilísticas³²³. Não temos referências sobre seu autor, nem sobre sua origem. A imagem pertenceu a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos forros e cativos da cidade de Rio Pomba, e hoje se encontra no Museu Histórico de Rio Pomba.

³²³ PASSOS, Valtencir A. *Relatório técnico e fotográfico dos processos de conservação da imagem de Nossa Senhora do Rosário*. Juiz de Fora 2011- Relicário Atelier de Restauração de Bens culturais.



Fonte: Foto tirada por Jayne de Fátima Costa Santos em 05 de julho de 2013

A imagem encontra-se com a cabeça levemente inclinada para a direita, coberta por um véu, os cabelos estão bem ajustados, com as pontas caídas no ombro direito. Em seu colo superior encontramos um modestino (xale) fechado por um broche em forma de losango, e a túnica desce pregueada cobrindo parte dos pés. Seu manto está atravessado em diagonal cobrindo braço e mão esquerda, onde encontramos uma dobra para ajustar o menino Jesus. As costas está parcialmente coberta pelo manto. Em seu braço esquerdo segura o menino Jesus, o direito está suspenso em posição de segurar o Rosário, e um broche losangular drapeia a manga.

A Santa está de pé sobre as nuvens, onde se encontram três querubins, apoiados em uma base octogonal. Uma informação a ser acrescentada são as outras formas que a imagem pode ser encontrada, por exemplo, a santa pode ser representada sentada.

A policromia foi executada em tons predominantemente de azul, bege e verde. Os olhos são de vidro e fixados com gesso.

A altura da peça é de 80 cm, com 40 cm de largura e profundidade de 23,5 cm.

3. Origens da devoção

De acordo com o museu de arte sacra, este apelativo de Maria refere-se à aparição da mãe de Jesus Cristo a São Domingos de Gusmão, em 1208, na Igreja de Prouille. Segundo a tradição católica, Nossa Senhora teria aparecido a São Domingos e ensinado a ele o Santíssimo Rosário, que consiste em fazer uma série de orações contadas através das contas (das pedras) de um colar, o terço. Nas contas pequenas reza-se Ave Marias, as contas grandes Pai Nossos, ao fim de cada dezena reza-se o Glória, ao fim termina-se com uma Salve Rainha, e após a repetição deste ritual por três vezes têm-se um Rosário. Apesar da oração ter se espalhado por toda cristandade com facilidade, somente em 1573 que o papa Gregório XIII instituiu o culto a imagem de Nossa Senhora do Rosário, que consiste na imagem de Maria com o menino Jesus no colo, segurando um colar de contas.³²⁴

A devoção a Nossa Senhora do Rosário foi reforçada devido a um fato histórico decorrido no século XVI. No ano de 1571, os cristãos venceram a batalha de Lepanto sobre os turcos, e atribuíram sua vitória ao auxílio que receberam da Santa Mãe de Deus, invocada na recitação do Rosário.

O Papa Pio V nas comemorações do aniversário daquela vitória, instituiu a festa dedicada a Nossa Senhora Do Rosário. A festividade era comemorada anualmente no dia sete de outubro, e representa a glorificação a Santíssima Virgem Maria, graças à proteção concedida a Igreja Católica pela declamação do Rosário.

A devoção à imagem do Rosário teve início na Europa e na África, pelos padres dominicanos, já no Brasil feio através dos padres Capuchinos.

A presença da devoção dessa imagem em Minas Gerais tem sua origem no período colonial, sendo adotada como orago de confrarias, templos e irmandades, principalmente, de negros. Este último é o caso da origem da imagem tratada neste artigo.

4. Histórico

³²⁴ Museu de arte sacra. <http://nataldasantigas.wordpress.com/2012/07/17/museu-de-arte-sacra-n-sra-do-rosario-e-da-conceicao/> visitado em 09-08-2013-

A imagem pertenceu à igreja de Nossa Senhora do Rosário desde sua criação, quando ainda era uma irmandade, até 1987 já como Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Quando em um ato renegado pela comunidade, então, vigário da Paroquia, Carlos Wilson da Silva, com a desculpa de obter recursos para a aquisição de material de construção para o templo, vende a imagem para um antiquário de Belo Horizonte. Uma segunda observação a ser feita é sobre o altar-mor, este onde se encontrava a imagem também foi vendido pelo padre Luiz Faustino dos Santos, sucessor do padre Wilson na paroquia, segundo ele, atitude também foi tomada para conclusão das obras feitas na igreja.

Nas palavras de Catherine Vicent, as confrarias tinham seus cultos voltados para honra dos santos padroeiros e rezas na intenção de seus membros, eram tidas como lugares onde se pudesse encontrar auxílio em qualquer circunstância.³²⁵

Percebemos tais características ainda vivas nessa cidade, na devoção a santa. De acordo com os jornais da época, Jornal do Brasil, Cidade hoje em dia, de BH, a população não tinha conhecimento e não concordava com a venda de tais bens. Foi, então, que se iniciou o movimento liderado por Sylvio Caiaffa de Mendonça, com objetivo de instalar em Rio Pomba um museu histórico ou uma casa de cultura com intuito de preservar as tradições e memória da cidade. Caiaffa se dirigiu ao ministério público, com intuito de recuperar a imagem e o altar-mor. Com toda a mobilização da comunidade, o então prefeito, José Augusto Cruz Saraiva, resolve em concordância com o antiquário Mauricio Meireles ao qual a imagem foi vendida, que a mesma retorna-se à cidade, devolvendo ao antiquaria a quantia gasta na compra ao feita pelo antiquário. Infelizmente, o altar-mor não teve o mesmo final, este não foi recuperado e até hoje é difícil saber sua localidade.

Segundo o depoimento de Sylvio Caiaffa, dona Maria Nunes, teria dito em entrevista a um reporte que: teria sido perdido o maior bem histórico de Rio Pomba.³²⁶

Este fato ganhou também repercussões na imprensa nacional, como nos jornais: Estado de “Minas Gerais”, “Jornal do Brasil”, “Cidade hoje em dia de BH”, e “O Imparcial” - jornal local.

No jornal “Cidade hoje em dia”, de BH, encontramos a frase: “O seu padre Carlos Wilson da Silva, onde estiver: será que não dá para o senhor vender outra mãe que não seja a

³²⁵ VICENT, Catherine. Chartités Bien Ordonnés. P.45 Apud. BORGES, Célia. Escravos e libertos nas irmandades do Rosario

³²⁶ MENDONÇA, Sylvio C. depoimento 15 de junho de 2013.

venerada imagem de Nossa Senhora do Rosário? E o senhor, padre Luiz: não daria para vender um pedaço de sua casa, se o senhor a tem? Todos dois foram vigários em Rio Pomba, Zona da Mata.³²⁷”

Após ser recuperada a imagem, é feito um projeto de restauro pelo IEPHA/MG, e novamente a comunidade se mobiliza, mas, dessa vez, para arrecadar fundos para o restauro da imagem, já que o IEPHA garantiu a mão de obra.

Percebemos aqui a importância que a imagem tem para a cidade, ela se tornou símbolo de devoção e mobilização da comunidade em defesa de seu patrimônio. Podemos com toda certeza, dizer que esta é, sim, um patrimônio cultural da cidade, se tornando o primeiro bem tombado do município de Rio Pomba, em 24 de março de 2001, por seu valor histórico e artístico, pelo decreto nº 899/2001, em conformidade com a lei nº 1.108/2001.

5. As intervenções sofridas

Temos como registro anterior a restauração, o projeto de restauro da escultura policromada de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pomba, realizado pelo IEPHA/MG em 03 de junho de 1988.

Pelas análises feitas neste relatório, percebemos que a imagem havia sofrido alterações, ela apresentava repinturas quase que totais e tentativas de remoção desta, com prejuízo para a camada pictórica, douramento e base de preparação, também tentativa de junção no punho direito.

O projeto de restauração feito pelo IEPHA/MG tinha como objetivo interromper o processo de degradação encontrado na peça pela ação de insetos xilófagos, além da remoção da repintura, na tentativa de trazer a imagem o mais próximo do original.

A restauração teve início em 1988 sendo encerrada em 1991. Quando é enviada para o Museu Histórico de Rio Pomba.

É importante ressaltar que a imagem do menino Jesus, em gesso, o terço do rosário, e a cruz da coroa, não são os objetos originais da obra, estes foram perdidos.

6. Finalizando

³²⁷ Jornal Cidade, Hoje em dia, BH, quinta-feira, 5 de maio de 1988.

Concluimos, portanto que, a devoção a Nossa Senhora do Rosário teve início em Rio Pomba com a irmandade dos pretos forros e cativos, que escolheram a santa como padroeira e protetora. A devoção permanece até os dias atuais, onde ainda ocorrem as festas, para arrecadar fundos e prestar culta a Nossa Senhora.

Embora a imagem hoje se encontre no MHRP, instituição a qual ajudou a dar origem, por ter sido símbolo de não somente devoção, mas também de mobilização da comunidade para recuperação, restauração e preservação, de um patrimônio histórico, artístico e cultural.

Enfim, a imagem de Nossa Senhora do Rosário, teve muita importância para a cidade, assim como para seu patrimônio, pois através da mobilização pela recuperá-la que foi criado o MHRP, o Conselho municipal de preservação do patrimônio histórico.

Anexos

Imagem antes da restauração

Foto de frente



Fonte :Foto do relatório de conservação feito pelo IEPHA

Foto da costas



Fonte: Foto do relatório de conservação feito pelo IEPHA

Imagem depois da remoção da pintura

Foto de frente



Fonte: Foto do arquivo fotográfico do Museu Histórico de Rio Pomba

Foto das costas



Fonte: Foto do arquivo fotográfico do Museu Histórico de Rio Pomba

Imagem depois da restauração

Foto de frente



Fonte: Foto tirada por Jayne de Fátima Costa Santos em 05 de julho de 2013

Foto das costas



Fonte: Foto tirada por Jayne de Fátima Costa Santos em 05 de julho de 2013

Imagem original de 1939



Fonte: Foto cópia do arquivo fotográfico do Museu Histórico de Rio Pomba

REFERENCIAS

FONTES:

Depoimento do Senhor Sylvio Caiaffa de Mendonça. Fundador do MHRP.

Dossiê de Tombamento Imagem de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pomba. Conselho Municipal do Patrimônio Cultural Rio Pomba. 24 de março de 2001.

Laudo de estado de conservação da imagem de Nossa Senhora do Rosário. Rio Pomba. 10 de Abril de 2002. Responsável técnico: Ivan Barroso. Museu histórico de Rio Pomba.

Laudo de estado de conservação de Bens Tombados. Abril de 2003(exercício 2004). Responsável técnico: Rodrigo Torres. Museu histórico de Rio Pomba.

Livro de Ata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos negros forros e cativos de Rio Pomba- localizada no Museu Histórico de Rio Pomba.

Projeto de Restauração da Escultura Policromada Nossa Senhora do Rosário- Rio Pomba. IEPHA-MG, Belo Horizonte, 17 de novembro de 19.

Relatório técnico e fotográfico dos processos de conservação da Imagem de Nossa do Rosário. Acervo museu de Rio Pomba. Relicário Atelier de Conservação e Restauração de Bens Culturais Juiz de Fora, 2011.

JORNAIS:

CIDADE. HOJE EM DIA, BH, quinta-feira 05 de maio de 1988.

Estado d Minas Gerais, 05 de maio de 1988.

Estado de Minas Gerais, 26 de janeiro de 1991.

Estado de Minas Gerais, primeiro de agosto de 1988.

Estado de Minas Gerais, 14 de maio de 1988.

O Imparcial. Rio Pomba, Minas Gerais, 25 a 27 de dezembro de 1992. N° 3932.

Estado de Minas Gerais, 14 de maio de 1988.

Jornal do Brasil, 27 de abril de 1988.

CIDADE. HOJE EM DIA, BH, quinta-feira 05 de maio de 1988.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, Célia Maia. Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade - Minas Gerais - séculos XVIII e XIX. 1. ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005. v. 1. 252p.

CATARIN, Cristiano. As Irmandades Religiosas. Fé e sociabilidade na Minas Gerais do século XVIII. [Consult. 2013-02-27]. Disponível em <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=765>

SANTIAGO, Sinval Batista. Município de Rio Pomba. Síntese histórica. 1 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. P. 77,78, 119- 5º e 6º parágrafos, 409-412.

Irmandades Religiosas no Brasil. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-02-27]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$irmandades-religiosas-no-brasil](http://www.infopedia.pt/$irmandades-religiosas-no-brasil)>

BRAGA, Teófilo. O povo Português nos seus Costumes, Crenças, e Tradições. Lisboa: Dom Quixote, 1924.

SALLES, Fritz Teixeira. Associações Religiosas no ciclo do Ouro. ed. Perspectiva, 2007. 204pag

Site do Museu de Arte Sacra: <http://nataldasantigas.wordpress.com/2012/07/17/museu-de-arte-sacra-n-sra-do-rosario-e-da-conceicao/> visitado em 09-08-2013

Narrativa Teratológica: Implicações de “O Narrador” de Benjamin sobre o Imaginário Fantástico.³²⁸

Guilherme Jacinto Schneider³²⁹

Resumo: O artigo relaciona o texto “O Narrador” de Walter Benjamin com os relatos de encontros dos europeus com criaturas exóticas da Antiguidade à descoberta da América. Compara a figura do narrador com aqueles que descreveram encontros com monstros, sejam viajantes ou cronistas medievais. Demonstra através de exemplos o pertencimento dos relatos e descrições de tais criaturas ao gênero da Narrativa. Usa a explicação de “Narrativa” feita por Benjamin para instrumentalizar os textos sobre monstros, tornando-os mais compreensíveis e problematizados enquanto fonte histórica, transformando-a em ferramenta analítica.

Palavras-chave: Narrativa. Monstros. Imaginário.

No presente artigo, trataremos sobre a relação entre o texto *O Narrador*, de Walter Benjamin³³⁰, e os relatos de encontros com monstros e animais exóticos³³¹ durante a idade Média e a Conquista da América. Seu tratamento sobre a arte da Narrativa corrobora para a compreensão dos textos que tratam sobre criaturas fantásticas, cuja construção textual é mais propriamente “Narrativa” no sentido tratado por Benjamin do que “Romance” ou “Poesia épica”. Para isso, optamos primeiro por esclarecer o contexto histórico onde se situam os relatos de encontros com criaturas fantásticas, para posteriormente analisar o texto de Benjamin e sua relação com o tema em estudo.

Não importa a época, os monstros sempre existiram, nem que seja apenas no imaginário dos homens³³². Já na Antiguidade, os homens estiveram em contato com histórias

³²⁸ Concluído em 20 de agosto de 2013.

³²⁹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha de pesquisa “Narrativas, Imagens e Sociabilidades”. E-mail: guijaschneider@hotmail.com

³³⁰ BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221

³³¹ Cabe explicar que o conceito de Monstro refere-se ao nosso olhar hodierno, e não pode ser transferido para os homens das sociedades que trataremos, cuja diferenciação entre o “real” e o imaginário seguia uma lógica própria. Para mais detalhes sobre a cultura popular da época, ver: BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: O contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 1993.

³³² DEL PRIORE, Mary. **Esquecidos por Deus**: monstros no mundo europeu e ibero-americano: uma história sobre monstros do velho e do novo mundo (séculos XVI – XVIII). São Paulo: Companhia das letras, 2000.

que mencionavam seres fantásticos. Homero, a partir de seus poemas épicos³³³, trouxe ao conhecimento da humanidade uma série de monstros: sereias, grifos, harpias, medusas, entre outros. Alexandre Magno (356-323 a.C), em contato com a cultura persa e através da formação do Helenismo, enquanto viajava rumo ao Oriente, escrevia relatos³³⁴ de encontros com monstros variados. Ctésias de Cnido (século V a. C.), Plínio o velho (23-79 d. C.), são inúmeros os exemplos antigos que poderíamos citar, tanto na cultura grega quanto em outras culturas antigas³³⁵, o que demonstra a importância que essas sociedades deram aos monstros. Até mesmo a Bíblia, com seus Gigantes e o Behemut³³⁶, integra os “monstros” como personagens de suas histórias.

Ao longo do período Medieval, várias culturas acabaram por se mesclar na Europa, o que trouxe uma nova onda de seres fantásticos, como os monstros da mitologia Nórdica e Celta (por exemplo, o Kraken Viking e os Duendes Celtas). Para os medievais, criaturas míticas eram apenas mais um aspecto de todo um universo fabuloso ao qual pertenciam³³⁷, estando em constante contato com o mundo sobrenatural, onde anjos e demônios influenciavam tanto as ações humanas quanto as obras da natureza. Os Bestiários Medievais descrevem criaturas fabulosas, como o Unicórnio e os centauros³³⁸, localizando-as sempre no Oriente, considerado como o fim do mundo, onde se encontrariam toda espécie de maravilha, inclusive o paraíso terrestre³³⁹. Nesses bestiários, os monstros são encarados como exemplos de moralidade, positiva ou negativamente, sentido apregoado pela Igreja católica (por exemplo, os pigmeus simbolizam a humildade; os gigantes, o orgulho; os cinocéfalos³⁴⁰, a discórdia, etc).

Com o início das grandes navegações, o homem se lança ao “Mar Tenebroso”, lugar de medos coletivos de uma civilização essencialmente terrestre como era a européia; e embora

³³³ HOMERO. *Odisséia*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das letras, 2011. HOMERO. *Ilíada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Os gregos atribuíam os poemas épicos *Ilíada* e *Odisséia* a um suposto poeta chamado Homero, embora nada se saiba sobre sua vida.

³³⁴ STONEMAN, Richard. *The Greek Alexander Romance*. New York: Penguin, 1991.

³³⁵ A Esfinge, oriunda do Egito e encontrada na história de “Édipo Rei”, os dragões, presentes em várias mitologias, o pássaro Roca das mil e uma noites... *Dicionário de la Mitología Mundial*. Madri: EDAF, 1971.

³³⁶ Livro de Jó, 40:15-24.

³³⁷ Sobre esse assunto, ler o livro: BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

³³⁸ MALAXECHEVERRÍA. *Bestiario Medieval*. Madri: Siruela, 1987.

³³⁹ DEL PRIORE, Mary. *Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano: uma história sobre monstros do velho e do novo mundo (séculos XVI – XVIII)*. São Paulo: Companhia das letras, 2000, p. 18.

³⁴⁰ Cinocéfalos são “homens com cabeça de cão; vestem-se com peles de animais e ladram em vez de falar...” que não se compreendem devido ao fato de latirem. São citados por Ctésias de Cnido e Megástenes. DEL PRIORE. *Opus citatum*, p. 21.

o progresso das técnicas de navegação tenham possibilitado aos navegantes uma maior chance de sobrevivência no mar, o prolongamento das viagens acabou por trazer novos problemas para os viajantes, como o escorbuto, alimentos estragados, doenças dos climas exóticos, ciclones das zonas tropicais³⁴¹, etc. Enfrentando os perigos do mar em busca do Oriente, os europeus acabaram por encontrar a América.

Se o Oriente era considerado o fim do mundo, com a conquista³⁴² do Novo Mundo e com a abertura do caminho para as índias, tanto o paraíso quanto as legiões de seres fantásticos que o circundavam foram “transferidos” para o continente americano. Aqui o desconhecido e o inóspito se somaram aos milênios de crença em monstros, fazendo das novas terras, ora um lugar paradisíaco³⁴³, ora infernal³⁴⁴. Logo no primeiro século de contato entre o Velho e o Novo Mundo, deparamo-nos com uma série de relatos de encontros com seres fantásticos, e observamos a presença tanto de monstros das lendas antigas quanto de novas criaturas.

Dessa forma, pretendemos demonstrar que a figura do Narrador, apresentada por Walter Benjamin em sua obra homônima, está profundamente enraizada nos homens que descreveram contatos com criaturas fantásticas ao longo do período antigo, medieval e até mesmo durante o primeiro século (XVI) de conquista da América. Seu tratamento da arte da Narrativa auxilia na compreensão tanto da construção do relato quanto do sentido atribuído à existência de tais seres monstruosos.

Benjamin começa seu texto constatando o “ostracismo” que a arte da Narrativa sofreu ao longo dos últimos séculos na Sociedade Ocidental. Segundo o autor, a figura do narrador não se faz mais presente entre nós, uma vez que nos falta principalmente a capacidade de intercambiar experiências, fruto de um processo que se evidenciou, por exemplo, no final da primeira guerra mundial, quando os soldados voltavam mudos dos campos de batalha, deficientes de experiências que pudessem transmitir.

As melhores Narrativas são as que pouco se diferenciam do relato oral. É justamente a passagem de experiência entre pessoas que nutre a Narrativa de conteúdo. Para Benjamin,

³⁴¹ Como bem explicitado em: DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**; 1300-1800: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 1ª parte, cap. 1.

³⁴² O termo “conquista” veio substituir “descoberta”: TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 51.

³⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso** : os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

³⁴⁴ SOUZA, Laura de Mello. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

existem dois grupos que se constituem enquanto narradores por excelência, sendo o primeiro o camponês sedentário, que devido à permanência no mesmo local acumula experiência ao longo dos anos, e o outro o marinheiro comerciante, que por ter contato com diferentes grupos e culturas em diversos locais, consegue trocar experiências em um curto período de tempo. Estes mestres na arte da Narrativa foram mesclados na figura do artífice medieval, que possuía o privilégio de reter as experiências do passado, estando ligados ao trabalho sedentário, e ao mesmo tempo entrava em contato com o conhecimento de terras distantes, graças ao contato com migrantes.

Sabe-se que, em sua maioria, os primeiros relatos de encontros com criaturas fantásticas foram transmitidos oralmente ao longo das gerações. Os Poemas épicos de Homero, por exemplo, foram transmitidos oralmente ao longo de séculos, e só posteriormente é que foram redigidos³⁴⁵. Muitas descrições de animais exóticos seguem a forma de relatos orais, com a presença de palavras que denotam Narração verbal de fatos, como por exemplo “*Os hablaré ahora del unicornio...*”³⁴⁶, “*...por eso es Rey el león. Escuchad ahora sus propiedades.*” (Malaxecheverría, 1987, p. 148 e 23)³⁴⁷. Nas sociedades onde a escrita era monopolizada por poucos (apenas o clero e a aristocracia, mesmo na Antiguidade e sobretudo na Idade Média), a oralidade possuía uma força muito maior do que nos dias de hoje, o que a tornava inclusive muito mais crível do que atualmente.

Jacy Alves de Seixas cita a importância que a memória voluntária possui com relação à História, relação que segundo o autor começa desde a Grécia antiga, onde a memória era o meio principal de acesso ao conhecimento do passado. As ligações entre memória e conhecimento, esquecimento e história provindas da tradição platônica vão influenciar todo o período medieval, onde a memória é considerada com faculdade intelectual, memória-conhecimento (BRESCIANI & NAXARA, 2004, p. 39)³⁴⁸. Daí compreendemos a força da oralidade nessas sociedades.

Os dois grupos que são considerados os “pais da Narrativa” por Benjamin estão muito presentes no contexto da conquista da América. De certa forma todos são marinheiros, ainda

³⁴⁵ HOMERO. **Odisséia**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das letras, 2011. HOMERO. **Ilíada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

³⁴⁶ MALAXECHEVERRÍA. **Bestiario Medieval**. Madri: Siruela, 1987, p. 148

³⁴⁷ Idem, p. 23.

³⁴⁸ SEIXAS, Jacy Alves de. “Percurso de memória em terras de história: problemáticas atuais”, In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.) **Memória e (re)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. PP. 37-58.

que apenas pelo período da viagem ao novo mundo. As semanas de viagem entre a Europa e a América sem dúvidas criava condições propícias para a disseminação e amadurecimento de Narrativas, bem como a venda das especiarias na volta ao velho continente os contatava com diversos portos, possibilitando novamente que mais Narrativas se espalhem. Como o Novo Mundo precisava ser colonizado, nem só marinheiros embarcavam para as terras recém descobertas, mas também homens de armas, artífices (os mestres da Narrativa) e homens do campo. Os próprios índios, fossem nômades ou sedentários, possuíam uma cultura basicamente oral, onde a narração de estórias ao longo de gerações era a forma de se manter e perpetuar sua cultura. Foi através dos relatos orais dos índios que os europeus tiveram contatos com as lendas sobre criaturas como o Curupira, Anhangá, etc.³⁴⁹

Faz parte da natureza da Narrativa ter uma função utilitária, prática, que se traduz na forma de conselhos, ensinamentos morais, provérbios, lições de vida, o que demonstra a profunda sabedoria que permeia qualquer narrativa. Por ser formada do acúmulo de experiências de vida e sua reformulação ao longo do tempo, pela repetição e difusão da própria narração, toda Narrativa é carregada de sabedoria. Seus conselhos são oriundos não apenas de uma vida, mas de experiências de todos aqueles narradores que a carregaram e transmitiram com o passar dos anos.

Santo Agostinho³⁵⁰ explica que os “monstros” existem pois têm algo a ensinar, mostrar. Nos bestiários medievais, toda descrição de qualquer criatura é sempre relacionada com algum aspecto da visão de mundo cristã imperante naquele período. Assim, em sua maioria, todos os seres descritos nos bestiários representam ou um vício ou pecado, ou então uma virtude ou aspecto de Deus. O elefante, por exemplo, representaria a castidade: “...*ignorant lo que es la concupiscência; y, no obstante, son ton castos...*”³⁵¹; a Fênix representaria Jesus Cristo: “*Este pájaro representa a Jesus, hijo de Maria, pues tuvo el poder de morir a su albedrío, y de la muerte regresó a la vida...*” (Malaxecheverría, 1987, p. 7, 123)³⁵². Até mesmo as lendas dos povos indígenas americanos sobre criaturas fantásticas estão recheadas de ensinamento, como o de não andar sozinho pelas selvas ou não vagar nas matas à noite, ocasiões onde seres como o Curupira costumam atacar. Assim, constata-se como as

³⁴⁹ CASCUDO, Luiz da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1976.

³⁵⁰ AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus** (Contra os Pagãos). Trad. Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1989. [original latino: De civitate Dei]

³⁵¹ MALAXECHEVERRÍA. **Bestiario Medieval**. Madri: Siruela, 1987, p. 7.

³⁵² Idem, p. 123

Narrativas de encontros com monstros também são dotadas de sabedoria e conselhos, obtendo uma função até mesmo utilitária no cotidiano dos homens dessa época.

Hoje a Narrativa está em extinção, pois segundo Benjamin a própria sabedoria (experiências comunicáveis) está definindo. Esse processo, que é gerido pelo desenvolvimento das forças produtivas e conseqüente declínio do trabalho artesanal, começou com o advento do Romance moderno. Enquanto a Narrativa é formada pela transmissão (muitas vezes oral) de experiências vividas, o Romance está irremediavelmente ligado ao livro. A oralidade, cuja tradição possui raízes na Poesia Épica, não faz parte do Romance, que conta a estória de uma vida (e não de muitas, como a Narrativa) e que nasce do indivíduo isolado (ao contrário da Narrativa, que se forma pelas experiências dos narradores). Por essas características, podemos constatar que os relatos de encontros com criaturas fantásticas não se enquadram na categoria de Romance, uma vez que são baseados na oralidade, na transmissão de experiências de vidas, e também por se originarem nos vários modos de trabalho artesanal.

Apesar do Romance ter suas raízes na Poesia épica Antiga, foi necessário esperar por uma época onde a ascensão dos ideais burgueses tanto no plano econômico-social quanto no cultural possibilitassem seu surgimento, e ao mesmo tempo o declínio da arte Narrativa. Mas a consolidação desses ideais fez surgir uma nova forma de comunicação, estranha tanto ao Romance quanto à Narrativa e à Poesia Épica, e nociva a todos, que Benjamin chamou de “Informação”. Para a Informação o conhecimento distante espacial e temporalmente não possui valor, apenas aquilo que pode ser comprovado imediatamente. A Sabedoria da Narrativa perde seu valor, bem como sua dimensão fantástica e misteriosa, pois agora se busca apenas o plausível, o verificável, o imediato. O surpreendente e fantasioso não tem lugar na informação, pois ela já vem sempre acompanhada de explicações. Enquanto a Narrativa é dotada de uma força conservadora, a Informação só tem valor enquanto é nova. O tempo, que enriquece a Narrativa, desvaloriza a informação.

Percebe-se o quão diferente da Informação são os relatos de encontros com monstros. Ao contrário dessa, os relatos possuem um saber que vem de longe, tanto de terras distantes quanto de tempos passados, sendo justamente essa distancia que validava o relato, ainda que os dados que trazia não pudessem ser comprovados empiricamente. Ao invés de serem plausíveis e verificáveis, os relatos muitas vezes são miraculosos e inexplicáveis, surpreendentes, bem diferente da Informação. Ao descrever a Fênix, o *Fisiólogo* grego explica: “*Existe una ave en la India, llamada fênix, que al cabo de quinientos años se dirige a*

los árboles del Líbano, carga sus alas de aromas agradables y anuncia su regreso al Sacerdote de Heliópolis, a comienzos del mês de Nisán...” (Malaxecheverría, 1987, p. 120)³⁵³

Além do tempo, o tédio é outro fator que enriquece as Narrativas, e o desaparecimento das atividades ligadas ao mesmo principalmente na cidade mas também no campo, que propiciavam a repetição de narrativas e sua audição aguçada e reflexiva, faz com que a informação ganhe espaço, acelerada pelo ritmo turbulento do trabalho industrial. Benjamin chega a comparar a Narrativa com o trabalho artesanal, não apenas por estar ligada aos trabalhadores desse ofício, mas pelo seu fator agregador de experiências, onde cada narrador molda, quase “manualmente”, a Narrativa, começando por explicar de onde conhece a estória narrada e se esforçando para que a sabedoria inerente à mesma seja mais compreensível e se ajuste à situação na qual se encontra (por isso sua dimensão utilitária). Com a revolução industrial e a decadência do trabalho artesanal, os homens passaram a valorizar mais a Informação, o breve, o imediato, e a Narrativa foi posta de lado.

Podemos nos perguntar onde se poderia ter mais tempo e tédio para amadurecer Narrativas do que nas longas viagens marítimas. Na imensidão do oceano, marinheiros, ainda que realizando suas funções nos navios, teriam tempo e tédio suficiente para trocar experiências e expectativas com relação à viagem, isso se não caíssem no infortúnio de sofrer com as calmarias, onde o barco ficaria à deriva durante longos períodos sem vento ou corrente marítima que os tirassem do lugar (ocasião onde o tempo ocioso seria um sério problema). Sem a “Informação” e também sem o “Romance”, as estórias contadas nos conveses de navios eram sem dúvidas Narrativas.

A morte sempre rondou a aventura dos descobrimentos e conquista. Seja durante as viagens (doenças, naufrágios, tempestades marítimas) ou depois da chegada ao novo mundo, a morte se fez presente no cotidiano desses homens. Ainda mais quando o encontro com os povos que aqui viviam se transformavam em conflito, o que era muito comum, a morte ceifava vidas de nativos e europeus. Não sabendo como lidar com as selvas tropicais, aqueles que por algum motivo se perdiam ou se afastavam dos demais geralmente não sobreviviam.³⁵⁴

Além disso, durante o período medieval, a morte era encarada como algo necessário e desejável, um aspecto constituinte da natureza. Mikhail Bakhtin, ao escrever sobre a cultura

³⁵³ MALAXECHEVERRÍA. **Bestiario Medieval**. Madri: Siruela, 1987, p. 120.

³⁵⁴ Um bom exemplo de todos os tipos de morte enfrentados pelos europeus é o relato de cabeça de vaca: CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. **Naufrágios e comentários**. Porto Alegre: LP&M, 1985.

popular medieval e renascentista através da obra de Rabelais³⁵⁵, coloca em evidência o ciclo de vida, morte e renascimento, aspecto do chamado “realismo grotesco”, que é como o autor nomeia a cultura popular do período. A morte era muitas vezes festejada e se tornava um espetáculo, no carnaval por exemplo, como uma etapa necessária para o renascimento e manutenção do ciclo da vida, apenas mais um aspecto da realidade dualista que imperava no período.

A sociedade burguesa industrial esforça-se para afastar a morte do seu cotidiano. Se antes a morte era um espetáculo, um episódio importante tanto no âmbito individual como coletivo, hoje a morte é afastada e escondida. Isso faz com que esta perca seu papel sublime e exemplar, pois é na morte que a experiência da vida (que nutre a Narrativa) torna-se transmissível. É nela que todos os homens assumem a autoridade de repassar sua experiência de vida, e essa autoridade está presente na Narrativa.

Walter Benjamin traz à tona a figura do cronista como aquele que une a Poesia épica com a historiografia, ou como o sujeito que realiza a transição de uma forma de narrativa por outra. Os cronistas medievais, segundo ele precursores do historiador moderno, seriam os “narradores da história”, pois narrariam os fatos tendo como pano de fundo a Ordem da Criação cristã, que de certa forma explica os acontecimentos e dispensa explicações (bem ao gosto da Narrativa).

Essa relação é bem evidente quando trabalhamos com os Bestiários medievais, onde os fatos (encontros e descrições das criaturas) são Narrados buscando uma visão histórica e fundamentada no ideal de verdade da época, sempre embasada na visão de mundo cristã imperante, onde os desígnios divinos eram a explicação e a razão para a existência do que é narrado.

Todos os que ouvem uma Narrativa pretendem guardar o que foi narrado, para posteriormente transmiti-la a outros. Nesse ponto, a memorização torna-se fundamental para a manutenção da Narrativa. Com o tempo, daquilo que foi memorizado resta apenas um vestígio de memória, que se chama reminiscência, cuja divindade grega corresponde à da Poesia épica. A tradição de se narrar histórias ao longo do tempo é possível graças à Reminiscência, a historiografia seria a escrita dessa reminiscência, que se origina na epopéia, que por sua vez contém a semente da Narrativa e do Romance. A memória perpetuadora do

³⁵⁵ BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: O contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 1993. Introdução.

Romance, consagrada a um indivíduo, uma missão, uma vida, designa-se Rememoração, enquanto a Narrativa, por sua duração breve e seu caráter difuso, múltiplo, é regida pela Memória em si, embora ambas tenham se originado na reminiscência da Poesia Épica.

Benjamin chama a Historiografia de registro escrito da reminiscência. De certa forma, os relatos medievais e da conquista da América contém em si vestígios dos relatos épicos dos povos da antiguidade, tanto na origem da lenda quanto na forma de narrar. O encontro com o Curupira, por exemplo, é antecedido pela descrição feita por Plínio o Velho de criaturas semelhantes, séculos atrás: “*Para além do país dos citas antropófagos, num vale do monte Imavus, encontra-se uma região chamada Abarimon, onde vivem homens selvagens com os pés virados para trás na companhia de animais selvagens.*” (Plínio, p. 15).³⁵⁶

Muitos bestiários medievais são cópias de textos mais antigos, sendo que a supracitada “*Naturalis historia*” de Gaius Plinius Secundus (Plínio o Velho, 23-79 d.c.) e o “*Physiologus*” (Fisiólogo) grego (séculos III - V d.c.)³⁵⁷ são os textos mais recorrentes citados em vários dos bestiários medievais, que muitas vezes apresentam traduções literais dos originais. Portanto, ainda que de forma residual, “reminiscente”, a poesia épica ainda está presente nos relatos e descrições de monstros, assim como na Narrativa e no Romance.³⁵⁸

Enquanto o Romance busca sempre o “sentido da vida”, podemos dizer que a Narrativa se preocupa mais com a “moral da História”. Enquanto numa Narrativa que se acaba podemos nos indagar sobre as conseqüências do que foi narrado sobre a estória em si, ou seja, o que aconteceria com seus fatos ou personagens, no Romance a estória encontra seu limite no fim do mesmo, cujo desfecho encerra a estória de modo que a única pergunta possível é sobre o sentido da vida que aquele Romance quis mostrar. A Narrativa, por sua vez, é aberta, ainda que uma estória possa ter um fim, sempre haverá algo que se possa acrescentar.

Contrariamente ao Romance, tanto as descrições dos monstros nos bestiários quanto os relatos de encontros com os mesmos durante a conquista não são histórias acabadas, finalizadas, não há uma preocupação com linearidade ou enredo da história como é próprio do Romance³⁵⁹. Da forma análoga, esses relatos também se preocupam mais com uma “moral da

³⁵⁶ Plínio o Velho. **Historia natural**, p. 15

³⁵⁷ MALAXECHEVERRÍA. **Bestiario Medieval**. Madri: Siruela, 1987. Introdução, p. 12 e 13.

³⁵⁸ Cabe ressaltar que para os autores desse período, a noção de autoridade (como algo importante) é mais importante que a de autoria, ou seja, melhor do que descrever o relato de forma inovadora é fazê-lo sendo fiel à sabedoria dos antigos (que são autoridades).

³⁵⁹ Para citar um exemplo dessa diferença, entre os animais do Novo Mundo, Conrad Gesner (Zurique, 1516-49) destaca o bicho Preguiça: “Existe na América uma fera extremamente disforme que os habitantes chamam de

historia” do que com o “Sentido da vida”, pois como já demonstrado, busca-se mais aconselhar, conforme faz a Narrativa, do que apresentar modelos de vida a serem seguidos. Citaremos um exemplo que ilustra a questão da presença da moral cristã, o conselho oriundo da sabedoria da Narrativa e a preocupação com a moral da historia. Trata-se da descrição em soneto da Mantícora, do pouco conhecido italiano Gubbio (início do século XIV):

Una fiera llamada manticora, / concebida de hombre y de animal, / pero semejante a cada uno de ambos, / y que desea carne humana con avidez. / Su voz es bella y armoniosa, / y quien la oye, em ella se deleita: / es afín, por supuesto, al Enemigo, / que, fingiendo, engaña al alma. / Se parece al hombre por su engaño, / que, queriendo atraer a sí a la gente, / se convierte em un ángel de luz, / y a la bestia que vive em el deleite: / tanto hace disfrutar a quien la cree, / que lo conduce a la condenación. (Malaxecheverría, 1987, p. 177).³⁶⁰

Outro aspecto que distingue Romance e Narrativa é a solidão, pois quem escuta ou lê uma Narrativa é acompanhando pelo(s) Narrador(es), ao passo que o leitor de um Romance sempre está sozinho. Este não poderá declamar um Romance, como se faz com um poema, ou então transmiti-lo, como se faz com a Narrativa, ao menos não com exatidão. Sozinho e ávido por encontrar o significado do Romance, o leitor espera participar de seu fim, onde encontrará seu sentido, seja na morte dos personagens ou mesmo no término da História. A morte dá sentido ao Romance, e seu leitor necessita encontrá-la. Essa necessidade de encontrar um sentido da vida na morte não pertence à Narrativa, bem como não se encontra nos relatos dos viajantes que se encontraram com monstros. Ao mesmo tempo, quem lê tais relatos se vê sempre na presença dos narradores, além de querer também transmitir a informação a outras pessoas.

Se a Narrativa é sabedoria de vida transmitida, ela engloba também o Conto de Fadas. Sendo muitas vezes a primeira maneira de transmitir sabedoria às crianças, o Conto de fadas foi a primeira forma de Narrativa, e o verdadeiro narrador é o que sabe narrar contos de fadas,

haut e os franceses, guenon, tão grande quanto um enorme macaco africano. Seu ventre é caído, sua cabeça e seu rosto são como os de uma criança, [...] e quando é capturado grita como uma criança. Sua pele, de cor cinza, é aveludada como a de um urso; ela só tem três garras em cada pé, tão longas quanto quatro dedos, que lhe permitem subir nas mais altas árvores.” DEL PRIORE, Mary. **Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano: uma história sobre monstros do velho e do novo mundo (séculos XVI – XVIII)**. São Paulo: Companhia das letras, 2000, pag. 44.

³⁶⁰ Gubbio, p. 83 (soneto XXIV, *De la manticora*). O “*Bestiário Moralizado de Gubbio*” é uma coleção de 64 sonetos, dos quais cada um expõe uma ou várias propriedades de animais, extraindo destas sua correspondente lição de moral simbólica. Apud: MALAXECHEVERRÍA. **Bestiario Medieval**. Madri: Siruela, 1987. P. 177.

pois ele foi o primeiro passo para nos libertar do terror do mito, com seu bom conselho em caso de emergência, retirando da natureza seu aspecto mítico.

Ora, contos de fadas são sempre recheadas de criaturas fantásticas, ainda que seja atribuindo características humanas a animais que não as possuem (por exemplo, a fala). Da mesma forma que um conto de fadas, os relatos de encontros com monstros e suas descrições em Bestiários trazem um ensinamento (sabedoria, conselho) ao mesmo tempo em que lida com o maravilhoso e imaginário. Tais relatos, que hoje poderiam ser considerados simples “contos de fadas”, constituíam formas importantes de transmitir sabedoria para os homens da época. De certa forma, podemos dizer que os relatos de encontros com monstros são tentativas de explicar aquilo que é incomum, miraculoso, buscando sentido no que aparentemente não o tem.

Por fim, Benjamin retoma a Narrativa como um trabalho quase artesanal, cuja matéria prima, a sabedoria acumulada pela vida dos homens, é moldada pela alma no ato de memorizar e transmitir (narrar), obtendo como resultado sabedoria útil, conselhos. O verdadeiro Narrador tem suas raízes no povo, sobretudo no meio artesanal. Os provérbios de hoje seriam resquícios das Narrativas de outrora, cujo ensinamento se apegava ao acontecimento narrado na forma de uma frase. O narrador, quase inexistente nos dias de hoje, era ao mesmo tempo sábio e conselheiro, pois possuía o acervo de vidas que poderia acessar graças à memorização das Narrativas.

Dessa forma, podemos aferir o quanto os relatos de encontros com monstros e suas descrições nos bestiários são formas de Narrativa, o que torna seu estudo essencial para trabalhar com essas fontes. O tratamento que Walter Benjamin dá a esta arte, sua explicação pormenorizada, nos permite extrair elementos de análise bastante úteis para se pesquisar a perpetuação de tais relatos, bem como sua construção literária. Assim, Benjamin nos deixa uma ferramenta eficaz para perscrutar o imaginário fabuloso de uma época tão rica em Narrativas quanto o período Medieval e o de Conquista da América.

Teratological narrative:

Implications of "The Storyteller" Benjamin about Imaginary Fantastic.

Abstract: The article relates the text "The Storyteller" Walter Benjamin at reports of encounters of Europeans with exotic creatures from antiquity to the discovery of America.

Demonstrates through examples the membership of reports and descriptions of these creatures to the genre of narrative. Uses the explanation of "Narrative" made by Benjamin to equip the texts about monsters, making them more understandable and problematized as historical source, transforming it into an analytical tool.

Keywords: Narrative. Monsters. Imaginary.

Referências bibliográficas:

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. **Naufrágios e comentários**. Porto Alegre: LP&M, 1985.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1976.

DEL PRIORE, Mary. **Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano: uma história sobre monstros do velho e do novo mundo (séculos XVI – XVIII)**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

_____ (org.); TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **Monstros e monstregos do Brasil**; ensaio sobre a zoologia fantástica brasileira nos séculos XVII e XVIII. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente; 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 1ª parte, cap. 1.

DICIONARIO de la Mitologia Mundial. Madri: EDAF, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso : os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MALAXECHEVERRÍA. **Bestiario Medieval**. Madri: Siruela, 1987.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **Zoologia fantástica do Brasil**; (séculos XVI e XVII). São Paulo: EDUSP, 1999.

ECONOMIA DO DOM: dádivas, reciprocidades e trocas

Fabiano Gomes da Silva ³⁶¹

Resumo

Dar, receber e retribuir é certamente a tríade mais estudada e comentada na antropologia social. O manuseio dessa tríade também se fez presente nos estudos históricos nas últimas décadas, particularmente nas dissertações e teses sobre a América Portuguesa. Entretanto, novos estímulos para o campo histórico podem ainda ser buscados no dom e nos seus comentadores mais recentes? Para tentar responder a esse questionamento, propõem-se repertoriar alguns dos avanços na bibliografia antropológica sobre a economia do dom e do contradom. Isso permitirá trazer para o universo teórico dos historiadores noções como reciprocidade negativa, coetaneidade dos sistemas de trocas e circuitos de trocas multicêntricas, que podem futuramente ser de significativa valia na compressão das sociedades coloniais americanas criadas pelos impérios ibéricos durante o Antigo Regime.

Palavras-chave: dádiva, reciprocidade, economia do dom

Dar, receber e retribuir é certamente a tríade mais estudada e comentada na antropologia, especialmente após o texto clássico de Marcel Mauss, *Ensaio sobre a dádiva - Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* (1923/1924). Usando os registros cerimoniais das dádivas da Melanésia, da Polinésia e do noroeste dos EUA, Mauss construiu um quadro explicativo sobre o funcionamento das relações sociais nas sociedades arcaicas por meio das dádivas. Os atos de dar, receber e retribuir se assentavam em obrigações recíprocas entre o doador e o beneficiário (MAUSS, 2003, p.243). Acontece que essas trocas se revelaram paradoxais. Elas eram tanto voluntárias como impostas aos indivíduos e grupo. Eram prestações voluntárias por serem livres e gratuitas, mas coercitiva pela obrigatoriedade e pelo interesse (MAUSS, 2003, p.188).

As prestações estudadas por Mauss eram de dois tipos, as *agonísticas* (grego *agôn*: lutar, combater) e as *não-agonísticas*. Nas dádivas *não-agonísticas* recolhidas nos relatos da Polinésia, o objeto dado carregava o espírito do doador (*hau*), obrigando quem o recebeu a retribuí-lo (MAUSS, 2003, pp.197-200). O vínculo de direito que se estabelecia seria de almas, por isso, o presente dado não só pertencia ainda ao doador como devia sempre retornar para sua origem. Percebe-se certa indissociabilidade entre doador e coisa doada (MAUSS,

³⁶¹ Bolsista Capes/CNPq, doutorando no PPHIS/UFJF e docente no IFMG – campus Ouro Preto.

2003, p.200; GODELIER, 2001, pp. 86-87, SAHLINS, 1977, p. 173). Quanto às prestações totais *agonísticas*, as dádivas eram na verdade uma disputa por prestígio, poder e posições hierárquicas entre os envolvidos nas cerimônias. O *potlatch* e o *kula* foram os exemplos etnográficos dos povos do noroeste do EUA e das ilhas Trobriands na Melanésia utilizados para caracterizar esse tipo de dom. No *potlatch*, os notáveis se fiavam em competições de liberalidade no inverno com a destruição de riqueza acumuladas, sendo favorecidos em prestígio os mais generosos. O *kula* se resumia a trocas cerimoniais de braceletes de conchas por colares. Os objetos trocados deveriam circular em sentido inverso, e recolocados em circulação após algum tempo pelos beneficiados com o dom.

A tríade de Mauss foi ampliada para além do entendimento das formas arcaicas de contrato e dos sistemas de prestações obrigatórias. Uma das leituras a se destacar é a de Claude Lévi-Strauss, que associou a proposta maussiana ao escopo da teoria do parentesco. As obrigações recíprocas de Mauss foram suspensas na proposta de Lévi-Strauss. O dom desapareceu ou foi reclassificado como sobrevivências no universo das trocas totais (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 101). Tem-se um sistema de troca em que tudo se negocia: objetos, alimentos, gestos, palavras, direitos, esposas, escravos. Os dons recíprocos são convertidos em trocas de reciprocidades.

A conversão das obrigações de Mauss nas trocas e no princípio de reciprocidade de Lévi-Strauss produziu impacto na produção antropológica (SIGAUD, 2007, p. 144). Teria se formalizado uma intuição presente no *Ensaio sobre a Dádiva* em proveito de uma teoria (LANNA, 2001, p. 6). Trocas e reciprocidade se equivaleriam no plano teórico. Assim, o foco passaria a ser a estrutura formal das trocas e a capacidade das mesmas de engendrar as relações simétricas e garantir a reprodução equilibrada da sociedade.

A troca e a reciprocidade emergiram triunfantes na análise estruturalista do dom. Não sem retoques e críticas. Pierre Bourdieu considerou que para relacionar reciprocidade com equilíbrio social deve-se destacar a diferença temporal entre o dar e o retribuir e a incerteza envolvida na transação (BOURDIEU, 1996, p.8).³⁶² A retribuição de um presente pode não se realizar no tempo desejado pelo doador, até porque esse ato deve ser desinteressado. Assim, a certeza do contradom se enquadra mais como uma esperança por não se poder cobra-lo, apesar da expectativa coletiva da efetivação da operação. Essa incerteza geraria assimetria no

³⁶² As primeiras notas de Pierre Bourdieu sobre esse embate foram produzidas na década de 1970, e podem ser acessadas nas seguintes obras: *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genebra/ Paris: Librairie Droz, 1972 e *Le Sens pratique*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

ciclo de reciprocidade. Outrossim, para Bourdieu a “troca de dons é *instituída* sob a forma de uma economia dos bens simbólicos”, que não é acessível a todos. A dádiva como ação gratuita e generosa somente seria possível para “agentes sociais que adquiriram, em universos onde são esperadas, reconhecidas e recompensadas, disposições generosas adaptadas às estruturas objetivas de uma economia capaz de garantir-lhes recompensa (não apenas sob a forma de contradons) e reconhecimento (...)” (BOURDIEU, 1996, p.9).

Outro leitor crítico e privilegiado desse embate foi Marshal Sahlins. Ele produziu, na década de 1960, vários artigos que cumpriram a função de aprofundar o diálogo sobre troca e reciprocidade em três autores: M. Mauss, Lévi-Strauss e Karl Polanyi. Em passagem como pesquisador do Laboratório de Antropologia Social (1967-1969), coordenado por Lévi-Strauss, Sahlins publicou texto em que reafirmava a visão estruturalista de centralidade da noção do *hau* maori (trocas *não-agonísticas*) no *Ensaio* de Mauss, mas, também, recuperava as preocupações com o direito ao relacionar os dons recíprocos ao contrato social de filósofos políticos como Thomas Hobbes. M. Sahlins também buscou sistematizar as formas e as condições em que se produzem os vínculos de reciprocidade nas trocas econômicas nas sociedades arcaicas (SAHLINS, 1977, pp.187-202).³⁶³

As trocas nas sociedades arcaicas possuem duas linhas analíticas de entendimento no relato antropológico, segundo Sahlins. Uma seria a reciprocidade, o agente A oferta a B, que faz a contraoferta. A outra, a redistribuição. Um momento de agregação de recursos do grupo para posterior redistribuição no mesmo universo coletado. Apesar das duas formas ocorrerem em similar contexto social e a redistribuição também ser considerada um sistema de reciprocidade, Sahlins defende que sejam entendidas como organizações e relações sociais distintas. A reciprocidade significaria uma relação *entre* a ação e a reação das partes, concorrendo possivelmente à formulação de associações solidárias de assistência e benefício mútuo entre os envolvidos. A redistribuição consistiria em uma relação *dentro* do grupo. Uma ação coletiva que forjaria um *locus* social de centralidade e distribuição de bens e serviços, inclusive para fora da unidade social (SAHLINS, 1977, pp.206-207).³⁶⁴ Isso perfaz executar

³⁶³ O referido texto foi publicado em uma coletânea em homenagem a Lévi-Strauss em 1970, e republicado como parte do capítulo 4 (O espírito do dom) em SAHLINS, 1977.

³⁶⁴ Percebe-se a dívida de Sahlins com os trabalhos de Karl Polanyi, quando debate as trocas econômicas nas sociedades arcaicas com uso dos conceitos de reciprocidade, redistribuição/comunidade e centralidade. São conceitos já disponíveis na economia desde a publicação de *A Grande Transformação: as origens da nossa época* (1944), que não utilizou o *Ensaio sobre a Dádiva* de Mauss em suas notas bibliográficas. Polanyi vai se valer fartamente de Malinowski, Firth e Thurnwald, todos publicados em inglês. Talvez o idioma tenha sido um

as funções necessárias para manter a comunidade materialmente e de sustentar a estrutura corporativa social. Primeiro quando agrupa recursos comunitários para posterior distribuição. Segundo, quando “bajo la tutela de un jefe hace surgir el espíritu de unidad y centricidad, codifica la estructura, estipula la organización centralizada del orden y de la acción social” (SAHLINS, 1977, p. 208).

A reciprocidade e a redistribuição estavam desequilibradas na balança crítica de Sahlins. Os estudos sobre redistribuição teriam avançado em linhas gerais para uma teoria funcional. A reciprocidade não se encontrava no mesmo nível, pois permanecia presa ao seu popular entendimento “como equilíbrio, como intercambio incondicional de uno por uno. Considerada como una transferencia material, la reciprocidad a menudo nada tiene que ver con eso.” A reciprocidade seria corretamente interpretada como conjunto de formas de intercâmbio, que se assentaria em distanciamentos sociais e espaciais existentes entre as partes envolvidas. Numa ponta tem-se o denominado “dom puro”, a exemplo, a ajuda e a pequena dádiva cotidiana do parente, amigo ou vizinho, que se nega a exigir e estipular abertamente a retribuição. Noutra, a relação é permeada pela satisfação do interesse de um agente, que se apropria da situação por meio do uso da força e/ou de subterfúgios. Assim, a reciprocidade oscila de um extremo ao outro sem necessariamente significar equilíbrio nas relações de troca (SAHLINS, 1977, p. 209).

A formulação de uma tipologia da reciprocidade acabou sendo uma consequência do ordenamento do material etnográfico sobre o dom feito por Sahlins. Ele identificou três tipos de reciprocidade: a) *Reciprocidade generalizada* (ou as trocas generalizadas de Lévi-Strauss) agregaria as transações altruístas, sendo obrigatória a doação e, se possível, a retribuição. Obrigação de retribuir vaga. A expectativa implícita de retribuição pode existir, mas não está definida em termo de tempo, quantidade e qualidade. Reciprocidade vaga, pois o fluxo pode ocorrer só em um sentido sem nunca acontecer à retribuição. Nesse modelo, “La falta de reciprocidad no hace que el que da algo deje de hacerlo; los bienes se mueven en una sola dirección, favoreciendo al que no tiene, durante un largo período”; b) *Reciprocidade equilibrada* seria toda e qualquer troca mensurável, equilibrada e imediata. O bem ou serviço recebido é simultaneamente retribuído por dádiva de mesma categoria e quantidade. São identificadas no registro etnográfico em matrimônios, pactos de amizade e acordos de paz.

fator limitante na bibliografia de Polanyi, ou talvez realmente não tenha visto no trabalho de Mauss sobre o dom uma fonte para se debater reciprocidade.

Esse tipo de reciprocidade não comporta a indefinição temporal e material presente na generalizada, pois a falha na retribuição altera a relação entre as partes; d) *Reciprocidade negativa* refere-se às tentativas de se apropriar de bens ou serviços com vista a vantagens utilitárias sem contrapartida. É a troca mais impessoal, e visa maximizar ganhos à custa dos outros. No relato de campo, tal tipo é descrito pelos termos: barganhar, permutar, aposta, trapacear, roubo e demais variantes (SAHLINS, 1977, pp. 212-214).

Na tipologia de reciprocidades de Sahlins, pode-se inferir que o parentesco e o fluxo material funcionam como duas variáveis importantes na produção do distanciamento social. O autor reconhece explicitamente o parentesco como princípio organizador das trocas nas sociedades arcaicas. A reciprocidade tende a ser generalizada quando se envolve um parente próximo, e se move entre a equilibrada e a negativa na medida em que se distancia do núcleo parental (SAHLINS, 1977, pp. 214-215). Presentes fluem preferencialmente aos parentes e amigos, a exemplo das reciprocidades generalizadas em que “la corriente material se ve sustentada por las relaciones sociales prevalecientes”. Acontece que presentes também fazem amigos, e funcionam inicialmente como mecanismos de partida nas relações de socialização. Nesse sentido, o fluxo material inicia e apoia as relações sociais nas reciprocidades equilibradas (SAHLINS, 1977, p. 213).

Quando as trocas se tornam “insatisfatórias” tanto na perspectiva do parentesco quanto do fluxo material nas sociedades arcaicas, tem-se a dimensão negativa da reciprocidade. Em Sahlins, a dimensão negativa rompe o universo da dádiva, rompe-se com o núcleo parental. Chega-se na fronteira entre a dádiva e a mercadoria.³⁶⁵

O fenômeno das trocas de dádivas e de mercadorias foi abordado inicialmente por Cris A. Gregory em *Gifts and commodities* (1982). Para Gregory, dádiva ou mercadoria são conceitos para diferentes operações de trocas, mas complementares. A primeira se refere ao manejo de objetos inalienáveis em um ambiente de dependência recíprocas. A segunda seria para objetos alienáveis em relações temporárias de troca que não mobiliza os vínculos de reciprocidade. Nessa perspectiva, a troca de dádivas originaria relações entre pessoas, ao

³⁶⁵ O modelo de distanciamento social de Sahlins baseado no parentesco sofreu correções. Atualmente, também se deve compreender que a transição da reciprocidade positiva para uma forma negativa não resulta necessariamente de um afastamento do núcleo parental. Trocas positivas podem ocorrer fora do parentesco em processos de permutas ou escambo, bem como uma demanda no seio familiar pode resultar em uma reciprocidade negativa (GREGORY, C.A. 1994, p. 924). Parece um retorno às obrigações recíprocas de Mauss, em particular as prestações agonísticas realizadas entre chefes de comunidades sem parentesco com vista a acordos de paz.

passo que o intercâmbio de mercadoria causaria a uma relação entre objetos trocados (GREGORY, C.A. 1982, p. 24 e 41).

A dualidade serve para Gregory recuperar a dimensão contextual das motivações das trocas seja numa sociedade de orientação mercantil ou numa baseada nas trocas recíprocas. A Papua-Nova Guiné colonial, na Melanésia, fonte de pesquisas antropológicas a respeito do *kula*, foi escolhida para compreender o funcionamento dos dons e das mercadorias num mesmo espaço social. O autor descreve, por exemplo, a obtenção de uma determinada dádiva para um ritual mortuário (maços de folhas de bananeira) sendo realizada através das seguintes esferas sociais de troca: mercadoria (M), dinheiro (D) e dádiva (Da). Algo como um objeto produzido (entalhe) e comercializado para comprar tabaco, que logo em seguida seria permutado por maços de folhas de bananeira destinados ao ritual. A produção da dádiva acabou por envolver circuitos diferentes de intercâmbio. Essa existência paradoxal de sistemas de valores diferentes (mercadoria e dádiva) foi denominada de coetaneidade (GREGORY, C.A. 1997, p. 45 e pp. 57-58).

A noção de coetaneidade de sistemas de trocas diferentes na Melanésia colonial dialoga com alguns dos avanços na economia do dom desde Mauss. Primeiro, as trocas nem sempre se produzem somente por trocas, pois objetos precisam ser produzidos ou adquiridos para gerar aqueles reconhecidos como legítimos no circuito da dádiva (GODELIER, 2001, pp. 137-138). Segundo, as mulheres também participam de determinados circuitos de dádivas (Weiner, 1982; Strathern, 2006). Terceiro, a existência e o funcionamento de circuitos de trocas multicêntricas (BOHANNAN, 1955).

Vamos nos deter um pouco mais nos chamados circuitos ou esferas de trocas multicêntricas. Eles foram identificados em descrições de intercâmbio entre os gregos e os Tiv da Nigéria colonial. O economista John M. Keynes pesquisou sobre a economia e o sistema monetário na Grécia antiga na década de 1920, mas o texto somente foi publicado em 1982. Keynes identificou os principais itens de troca naquela economia, que seriam ferro, bronze, vacas e milho. Eles circulavam através de práticas que oscilavam entre a dádiva e o mercado, que seriam os seguintes padrões de trocas: a) vaca-ovelha para os atos de ostentação, recompensa, punição e ritos religiosos; b) milho para pagamentos das rendas agrícolas, salários e empréstimos; c) ferro ou bronze para trocas típicas de mercado (GREGORY, C.A. 1994, p. 919).

Outro exemplo de circuito pode ser encontrado junto aos Tiv do norte da Nigéria, que reconheciam o mercado e a dádiva como esferas hierarquizadas na circulação de bens. Foram identificadas três circuitos de trocas. As dádivas, os bens geradores de status e bens *ordinários*, sendo os dois últimos relacionados às trocas concretizadas no mercado. As dádivas perfaziam a esfera mais importante por incluir os direitos sobre mulheres e crianças, sendo decisivos nas alianças via casamentos entre grupos de parentescos. Os bens geradores de status eram os escravos, as barras de metal, o gado, os cavalos e os tecidos (*tududu*), que conferiam prestígio e representavam grandes investimentos econômicos para seus portadores. Quanto aos bens *ordinários*, pode-se resumi-los aos alimentos, as ferramentas e os utensílios domésticos necessários no cotidiano da comunidade (BOHANNAN, 1955, pp. 61-63).³⁶⁶

Nas esferas das trocas, os objetos possuem formas de circulação próprias para atender trocas específicas e hierarquizadas. Para os Tiv, por exemplo, as transações dentro de cada circuito fluem sem constrangimentos e restrições, mas o mesmo não ocorre quando se trata de acesso a níveis hierarquicamente diferentes. O dom e a mercadoria podem coexistir de forma complementar na reprodução de uma sociedade, mas as trocas de dádivas possuem seus circuitos, que são distintos daqueles da esfera mercantil (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 95).

Por fim, percebe-se que a antropologia qualificou e atualizou o debate sobre a reciprocidade ao não se restringir a tarefa de compreender e explicar somente as sociedades das dádivas. Verificou-se uma abertura a novas frentes para o entendimento das trocas e das relações sociais em ambientes que englobava também as sociedades mercantis e capitalistas. Nesse sentido, o *Ensaio sobre a dádiva* de Mauss serviu novamente como estímulo e fonte de *insights*, acréscimos e releituras críticas.

Considerações finais

As leituras de um historiador devem sempre considerar os diálogos e as preocupações da sua confraria. Apesar de não explicitado em notas e referências diretas, esse foi um norte constante na presente resenha bibliográfica sobre as dádivas, reciprocidades e trocas na Antropologia. Compreendidas nesse espírito, as nossas considerações são as seguintes: a) as trocas recíprocas podem se prestar a operacionalização de relações sociais simétricas e assimétricas; b) Os atos de dar e retribuir não se realizam de forma automática, apesar da

³⁶⁶ O acesso a terra não implicava nenhuma operação de valor monetário, pois posse e uso estavam relacionados fixação de grupos de filiação e ancestrais em determinado território.

expectativa coletiva de sua efetivação, pois, como alertou Bourdieu, têm-se as incertezas e as diferenças temporais na troca, bem como a qualificação daquele que pode adentrar na economia do dom; c) as trocas nem sempre se produzem somente por trocas, pois objetos precisam ser produzidos ou adquiridos para viabilizar o acesso a esses atos de forma reconhecidamente legítima (numa adequação colonial familiar aos estudiosos do Antigo Regime, seria algo como: para prestar serviços régios visando ser agraciado com mercês requerer grosso cabedal e fazenda dos postulantes); d) as dádivas e as mercadorias podem operar de forma coetânea em determinadas configurações sociais e históricas. Isso não significa necessariamente uma ausência de marcadores entre elas. Pode-se pensá-las dentro das esferas de trocas hierarquizadas, mas atendendo-se também para os limites e as possibilidades de intercâmbio em tais circuitos.

BIBLIOGRAFIA

- BOHANNAN, Paul. Some principles of exchange and investment among the Tiv. *American Anthropologist*, 57, 1955.
- BOURDIEU, Pierre. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. *Mana* [online]. 1996, vol.2, n.2.
- GODELIER, Maurice. *Enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GREGORY, C. A. *Gifts and commodities*. London/NY: Academic Press INC., 1982.
- GREGORY, C.A. Beyond gifts and commodities. In: *Savage Money, the Anthropology and Politicsoft Commodities Exchange*. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1997, pp. 45-58.
- GREGORY, C.A. Exchange and Reciprocity. In: INGOLD, Tim. *Comparison Encyclopaedia to Anthropology*. London, United Kingdom: Routledge, 1994.
- LANNA, Marcos. “Trocas agonísticas, bens inalienáveis e ‘casas’ no Ensaio sobre a dádiva”. XXV Encontro Anual da ANPOCS, ANPOCS, 2001. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=4632&Itemid=356. Acessado em: 01/08/2013.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva - Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas [1923/1924]. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2003.
- SAHLINS, Marshall. *Economia de la idade de Piedra*. Madrid, Akal, 1977.

SIGAUD, Lygia. *Doxa e crença entre os antropólogos. Novos estudos - CEBRAP* [online]. 2007, n.77.

STRATHERN, Marilyn, *Gênero da Dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2006.

WEINER, Annette B. Plus précieux que l'or: relations et échanges entre hommes et femmes dans les sociétés d'Océanie. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 37, n° 2, 1982, pp. 222-245.

Imposto único sobre transações: a proposta da FIEMG

Maedison de Souza

Resumo

A década de 1990 foi o período em que as ideias neoliberais se consolidaram no Brasil. Foram também anos em que a jovem Constituição brasileira sofreu grandes reformas, uma delas foi a Reforma Tributária. O Governo enviou uma Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional em 1995. Porém existiam outras propostas que estavam em discussão. O objetivo desse trabalho é mostrar qual a proposta de Reforma Tributária foi colocada em pauta e defendida pelos empresários mineiros representados pela FIEMG.

Abstract

The 1990s was the period in which neoliberal ideas were consolidated in Brazil. Were also the years when the young Brazilian Constitution has undergone major renovations, one of them was the Tax Reform. The Government sent a proposed constitutional amendment to Congress in 1995. But there were other proposals that were under discussion. The aim of this paper is to show that the proposed tax reform was put on the agenda and defended by mining entrepreneurs represented by FIEMG.

Palavras Chaves: Reforma Tributária, Imposto Único, FIEMG

Key Words: Tributary Reform, Unique Tax, FIEMG

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo o empresariado vem sendo objeto de estudos de muitos pesquisadores. Essa classe é de enorme relevância para podermos entender a formação

industrial do Brasil. Porém, a maior parte dos estudos sobre o empresariado brasileiro focalizou o empresariado de São Paulo e, entre as entidades empresariais, a FIESP ou a CNI. O Objetivo desse trabalho é mostrar como foi a participação da FIEMG nas discussões sobre a reforma tributário que entrou na agenda do Governo na década de 1990. Esse artigo não faz mérito de qual proposta seria melhor, mas sim apenas apresenta algumas alternativas e dá destaque para a proposta que mais satisfazia o interesse dos empresários mineiros.

O Brasil viveu um período de grandes reformas na sua jovem Constituição aprovada em 1988. Nesse processo além do Congresso Nacional a sociedade civil organizada teve papel importante nas discussões dessas reformas. Uma dessas organizações que se mostrou preocupada com os rumos da reforma foi a Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais – FIEMG. Nesse processo entre as inúmeras propostas para a reforma a FIEMG eleja a que seria para ela o melhor caminho para o país. Assim ela apoia a proposta do Imposto único sobre Transações criado pelo Professor Marcos Cintra e levado ao Congresso pelo deputado Flavio Rocha, que será exposta na ultima parte desse trabalho.

As instituições tem um papel importante na vida dos indivíduos e nas ultimas décadas elas tem ganhado destaque nos estudos na área da ciência política. Novas abordagens surgem na década de 1970/80 compondo assim uma corrente de análise chamada de neo-institucionalismo. Nesse ponto é importante frisar que essa corrente não constitui uma corrente unificada de pensamento, encontramos algumas formas de enxergar a importância e a participação das instituições no jogo político. Assim, Peter Hall e Rosemary Taylor, identificam três principais correntes do neo institucionalismo: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico (HALL, P. & TAYLOR, M,2003). A seguir vamos ver os pontos principais de cada corrente.

INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO

O institucionalismo histórico surgiu como reação as teorias estruturo-funcionalistas. Eles buscaram inspiração numa tradição teórica mais antiga em que atribuía importância às instituições políticas oficiais e desenvolvem uma concepção mais ampla dessas instituições que tem importância para o jogo político.

Apesar de esses teóricos quererem superar o estruturo-funcionalismo, eles foram influenciados por essas ideias. Os institucionalistas históricos criticam a ideia de que apenas

as características sociais, psicológicas ou culturais dos indivíduos sejam os responsáveis por uma boa parte do funcionamento do sistema. Para eles, a organização institucional da comunidade política ou a economia política era o principal fator a estruturar o comportamento coletivo (HALL, P. & TAYLOR, M,2003). O debate em torno do pluralismo e do neomarxismo foi importante para a formação das teorias do institucionalismo histórico durante a década de 1970. Muitos desses pesquisadores dedicaram atenção ao Estado, que deixou de ser um agente arbitral e se tornou um conjunto de instituições capaz de estruturar a natureza e os resultados dos conflitos entre grupos (HALL, P. & TAYLOR, M, 2003).

Para Peter Hall e Rosemary Taylor um dos grandes dilemas da análise institucional consiste na seguinte pergunta: como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos? Assim Hall e Taylor identificam que o neo-institucionalismo oferece duas possibilidades. Uma é a perspectiva calculadora onde os indivíduos agem buscando maximizar seus rendimentos adotando cálculos estratégicos. E a outra é a perspectiva cultural que questiona em até que ponto o comportamento é apenas estratégico. Sem negar que o comportamento humano é racional, essa perspectiva enfatiza que os indivíduos recorem a situações já conhecidas para atingir o resultado. Os teóricos do institucionalismo histórico recorrem a essas duas perspectivas nos seus trabalhos para tentar explicar a ação do indivíduo (HALL, P. & TAYLOR, M,2003). Como Bruno Théret coloca, o institucionalismo histórico se diferencia das demais correntes neo-institucionalistas justamente por esse viés “ecletico” (THÉRET, 2003).

Outra característica importante nos trabalhos do institucionalismo histórico é a importância dada ao poder, mas precisamente nas relações de poder. Eles dedicam atenção no modo que as instituições repartem o poder de maneira desigual entre os grupos sociais. Assim suas investigações tendem a dar ênfase no fato de haver grupos perdedores e grupos vencedores (HALL, P. & TAYLOR, M,2003).

O conceito de path dependent está intimamente ligado aos teóricos do institucionalismo histórico, sempre dando destaque para as trajetórias percorridas.

Embora chamem a atenção para o papel das instituições na vida política, é raro que os teóricos do institucionalismo histórico afirmem que as instituições são o único fator que influencia a vida política. De modo geral, procuram situar as instituições numa cadeia causal que deixe espaço para outros fatores, em particular os desenvolvimentos socioeconômicos e a difusão das ideias (HALL, P. & TAYLOR, M,2003).

Para Paul Pierson Path Dependent refere-se a uma dinâmica envolvendo o Feedback positivo, que gera muitas possibilidades de resultados dependendo da sequência que os eventos se desdobram e gerar um padrão de desenvolvimento histórico. O argumento da dependência da trajetória aponta para a importância do sequenciamento da ordem temporal em que os eventos ou processos sociais se desenrolam. Pequenos eventos no início pode ter um grande impacto, enquanto os grandes eventos em fases posteriores podem ser menos consequentes (Pierson, 2004). Segundo Paulo Gala o path dependent é essencial para a dinâmica institucional desenvolvida por Douglass North (GALA,2004).

ESCOLHA RACIONAL

Os estudos sobre o institucionalismo da escolha racional teve origem em trabalhos feitos sobre o Congresso dos Estados Unidos e em sua raiz estão teorias que foram tiradas da chamada “nova economia da organização”, que enfatiza entre outras variantes o custo de transação para o desenvolvimento e funcionamento das instituições (HALL, P. & TAYLOR, M,2003).

Como mostrou Hall e Taylor, os teóricos do intitucionalismo da escolha racional usam características comportamentais em seus trabalhos. Eles postulam que os atores compartilham um conjunto determinado de preferências ou de gostos e se comportam de maneira em que satisfação e suas preferências sejam atingidas. E para isso os indivíduos lançam mão de cálculos estratégicos (HALL, P. & TAYLOR, M,2003).

Para entender melhor o institucionalismo da escolha racional dois pontos são importantes:

Primeiro, que é plausível que o comportamento de um ator é determinado, não por forças históricas impessoais, mas por um cálculo estratégico, e, segundo, que esse cálculo é fortemente influenciado pelas expectativas do ator relativas ao comportamento provável dos outros atores (HALL, P. & TAYLOR, M,2003).

As instituições influenciam na ação do indivíduo quando ela oferece informações e mecanismos que reduzem as incertezas e que ajudam os indivíduos a fazerem suas estratégias e seus cálculos para maximar os ganhos, diminuir os custos de transação e atingir os resultados esperados.

Para Bruno Théret as instituições podem mudar sua natureza após ter conseguido seu objetivo, porque elas são vistas como instrumento de estratégia para otimizar os ganhos por parte dos agentes (THÉRET, 2003).

INSTITUCIONALISMO SOCIOLOGICO

Como Hall e Taylor destacaram muitos sociólogos consideram que as instituições são: “produto de um intenso esforço de elaboração de estruturas cada vez mais eficazes, destinadas a cumprir tarefas formais ligadas a essas organizações”. Para os sociólogos as instituições se mantêm praticamente a mesma devido a sua eficácia na realização das tarefas. Com um pensamento diferente o neo-intitucionalismo defende que as praticas institucionais estão ligadas a características culturais e não na eficiência da instituição (HALL, P. & TAYLOR, M,2003). Até a prática mais burocrática tem que ser explicada pelo viés da cultura. Assim os institucionalistas da escola sociológica incluem nas suas análises procedimentos ou normas formais porem dando espaço para esquemas de símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais que guiam a ação humana (HALL, P. & TAYLOR, M,2003).

Para o institucionalismo histórico, as instituições exercem influência sobre o indivíduo ao direciona-lo em como fazer, mas pode também deduzir fazer em um dado contexto.

Desse modo, os teóricos do institucionalismo sociológico sustentam que, uma vez confrontado com uma situação, o indivíduo deve encontrar um meio de identificá-la e de reagir a ela, e que os cenários ou modelos inerentes ao mundo da instituição lhe oferecem os meios de resolver uma e outra dessas tarefas, não raro de modo relativamente simultâneo. Arelação que liga o indivíduo e a instituição repousa portanto sobre uma espécie de “raciocínio prático” pelo qual, para estabelecer uma linha de ação, o indivíduo utiliza os modelos institucionais disponíveis ao mesmo tempo que os confecciona (HALL, P. & TAYLOR, M,2003).

Assim Hall e Taylor destacam que isso não sugere que os indivíduos não sejam dotados ações racionais. Se os teóricos da escola da escolha racional constrói um cenário onde os indivíduos ou de organizações desejam maximizar seus ganhos, os sociólogos, por seu lado, descrevem um cenário onde indivíduos ou de organizações em busca de definir ou de exprimir suas identidades conforme modos socialmente apropriados (HALL, P. & TAYLOR, M,2003).

Nesse momento gostaria de entrar nas propostas de reforma tributaria e dar destaque, mas especificamente a proposta do Imposto Único defendida pela FIEMG. Como já foi dito anteriormente a década de 1990 foi marcada por algumas reformas constitucionais e entre elas estava a reforma tributaria. Muitas propostas surgiram como solução para o problema brasileiro. Uma iniciativa importante nesse processo foi dado ainda no Governo de Fernando Collor onde foi criada a Comissão Executiva da Reforma Fiscal, que não foi pra frente devido a crise política e o processo de impeachment do presidente. Durante os Governos seguintes – Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso – ocorreu a criação e a prorrogação do Fundo Social de Emergência, do Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira e uma proposta de emenda constitucional para reforma tributaria mandada para o Congresso em 1995 (MELO, 2002).

A proposta da Comissão Executiva da Reforma Fiscal era a criação de um Imposto sobre o Valor Adicionado com a fusão do IPI, ICMS e ISS pagos no destino; a desoneração plena das exportações; criação de uma Contribuição sobre Transações Financeiras e a eliminação de contribuições sociais com a privatização parcial da previdência social (MELO, 2002). Essa proposta como veremos mas adiante foi duramente criticada pela FIEMG.

Em 1995 uma proposta feita pelo setor produtivo chega ao Congresso Nacional, trata-se de um projeto oriundo da FIESP e da CUT que propunha a “desconstitucionalização dos impostos, privilegia os impostos diretos com progressividade e propões apenas um imposto sobre consumo” (MELO, 2002). Para Marcus Melo o que a FIESP realmente queria era um imposto “sales tax” onde todo o ônus era transferido para o comércio.

Na Revista *Vida Industrial* no mês de maio de 1992 a FIEMG fez um diagnostico de que o sistema fiscal brasileiro na década de 1990 era caracterizado por uma grande complexidade, ineficácia e grande dose de injustiça social. Provocando assim, uma serie de resultados maléficicos para a economia nacional como o elevado nível de evasão e sonegação fiscal, a diminuição do poder de compra das pessoas - que acabam assumindo o ônus

tributário através dos preços - e as empresas cada vez mais sufocadas. Nessa mesma edição da revista a FIEMG lança uma campanha em prol do Imposto Único sobre Transações, levada ao Congresso pelo deputado Flavio Rocha que na visão dos empresários mineiros seria a melhor alternativa para reforma fiscal³⁶⁷.

Nesse mesmo documento a FIEMG afirma que muitas das propostas sobre reforma tributária que foram apresentadas no intuito de simplificar a contribuição, não eliminava o maior problema do sistema que estava em vigência, que é a existência de uma base muito restrita com alíquotas elevadas, fazendo com que apenas uma pequena parte da sociedade arque com o ônus tributário. Para a FIEMG o maior mérito do Imposto Único sobre Transações está justamente no fato de criar uma base tributária mais ampla, permitindo assim alíquotas mais baixas e suportáveis pela sociedade.

Outro ponto importante sobre o IUT que a FIEMG destaca é que com ele a fiscalização seria bem mais simples e barata, já que ela seria realizada sobre o sistema bancário, porém sem riscos de quebra de sigilo, porque se realizaria sobre os montantes arrecadados e, num segundo momento, sobre aplicação dos recursos. Ademais, o Imposto Único sobre Transações permitiria um sistema de repasse automático dos recursos, garantindo sua fluidez e maior autonomia dos governos estaduais e municipais³⁶⁸.

O documento da FIEMG chama a atenção para o fato do Imposto Único não ter sido testado devidamente em outros países. E isso para os empresários mineiros é um grande desafio por conta da sua característica revolucionária. Se ele fosse adotado, isso significaria abandonar uma série de dogmas que se enraizaram na cultura nacional, causando na leitura da FIEMG muita resistência por alguns segmentos.

Como funcionaria esse Imposto Único sobre Transações que a FIEMG defendeu como alternativa para a Reforma Tributária? A proposta tinha como ideia a: “1) extinção de todos os impostos (com exceção das tarifas aduaneiras), não havendo mais Imposto de Renda sobre pessoa física ou jurídica. Os salários não mais sofreriam qualquer tipo de retenção; 2) transferência da base do imposto para as transações monetárias ao invés das múltiplas bases de tributação que existiam. Todas as vezes em que um agente econômico efetuar um pagamento a outro, o imposto, da ordem de 2% incidiria sobre o valor da transação, dividido em partes iguais e cobrado do eminente e do beneficiado; 3) todo saque ou depósito de

³⁶⁷ Revista **Vida Industrial** – 1992/maio

³⁶⁸ Idem

numerário (moeda circulante) do sistema bancário seria taxado de acordo com uma alíquota que, em média, reproduza o número de transações que se realizam com essa mesma moeda até seu retorno ao sistema bancário (4% segundo a proposta; entretanto, há uma corrente de pensamento que descarta essa alíquota, de característica punitiva); 4) a arrecadação tributária seria efetuada automaticamente a cada lançamento do débito e crédito no sistema bancária e creditada à conta dos Tesouros Federal, Estadual e Municipal, de acordo com critérios pré-estabelecidos”³⁶⁹.

Alem da eliminação da corrupção e da sonegação que ficaria mais difícil de acontecer já que teria que ser feita em moeda o que deixaria o custo da sonegação maior que da tributação, a FIEMG defendia que com o IUT acabaria a necessidade de escrituração fiscal ou tributária das empresas, desaparecendo também as declarações de Imposto de Renda, acabando por reduzir em muito as várias estruturas de fiscalização que existia na época. A fiscalização seria bem mais simples, porque aconteceria no sistema bancário, contando com modernas estruturas informatizadas. Também ampliaria a base tributária já que a economia informal seria incorporada. Por segundo a FIEMG ocorreria um aumento da arrecadação líquida, decorrente da redução dos custos operacionais e de fiscalização (estimados em cerca de 15% da arrecadação bruta ou 3% do PIB), da ampliação da base de tributação (que juntamente com o fim da sonegação é estimada em cerca de 30 a 40% da arrecadação) e da eliminação da renúncia fiscal.

No documento da FIEMG lançado na Revista Vida Industrial também é colocado as desvantagens ou possíveis desvantagem da proposta do Imposto Único. Os críticos dizem que por ser um imposto em cascata os produtos que envolvem maior número de transação no sistema produtivo seriam mais taxados e geralmente esses produtos são essenciais para a população de renda mais baixa. Porém a defesa a essa crítica no documento da FIEMG está no fato de que as diferenças de cargas tributárias seriam insignificantes, devido o baixo valor da alíquota e, sendo assim, seriam incapazes de promover alterações significativas na distribuição da renda nacional³⁷⁰.

Outra crítica ao Imposto Único sobre Transações é que ele poderia ocasionar uma explosão de consumo, por conta da elevação da renda real dos assalariados. A FIEMG se defende afirmando que a redução de preços não implica em aumento do consumo e que o

³⁶⁹ Idem

³⁷⁰ Revista **Vida Industrial** – 1992/maio

Governo tem mecanismos que poderia controlar a demanda e impedir esse aumento indesejável do consumo. Outra solução para esse problema poderia está na implantação gradativa do IUT, com alíquotas progressivas e substituindo os impostos existentes aos poucos.

Também é colocado com problema para o Imposto Único sobre a Transação o fato da população evitar o sistema bancário para evitar as taxações. Porem, o documento lembra que ao retornar aos bancos os recursos envolvidos nas transações teriam que arcar com uma pesada tributação, como estava previsto na proposta. Outra forma de contornar o problema seria limitando um valor Maximo de saques e a retida de notas de grande valor de circulação.

E por último, o Imposto Único foi alvo de criticas quando foi feita a comparação de tributação de bens importados e nacionais. Argumentaram que os produtos importados sofreria uma dou duas taxações, em quanto o produto nacional sofreria uma taxaço em cascata, deixando os produtos importados mais baratos que os nacionais. Para esse problema o documento da FIEMG sugere uma política aduaneira em sintonia fina com a política fiscal, de fora a evitar tais distorções.

Em agosto de 1992 na Revista Vida Industrial a FIEMG lançou duras criticas a proposta de Reforma Fiscal feita pela Comissão Executiva para a Reforma Fiscal. Segundo a FIEMG a reforma tributária proposta pelo Governo, que recebeu o nome de Contribuição sobre Transação Financeira – CTF - não traz qualquer vantagem à economia nacional, ignorando todos os preceitos exigindo a um novo e mais justo sistema tributário e, desta forma, frustrando os grandes e justificáveis anseios da sociedade brasileira³⁷¹.

O artigo ainda diz que a reforma não promove o aumento da base tributária que para a FIEMG é fundamental para que uma pequena parte da economia organizada não arque com o ônus tributário. Alem de não reduzir as alíquotas fazendo com que a sonegação não seja desestimulada. O artigo ainda diz que a proposta do Governo mantém os custo de arrecadação e fiscalização muito elevada e a obscuridade em torno da real carga tributária individual.

Para a FIEMG a CTF seria mais um imposto a ser adicionado ao atual sistema tributário, cujas principais características permanecerão como se encontrava. O sistema tributário continuaria sendo de baixa produtividade, burocratizado, de incidência desigual,

³⁷¹ Revista **Vida Industrial** – 1992/agosto.

regressivo, contaminado pela corrupção e pela expansão da economia informal. Ainda segundo a FIEMG a CTF não move uma palha para reduzir a burocracia fiscal brasileira³⁷².

A CTF não incorpora totalmente a economia informal ao universo tributário brasileiro. Mais de 80% da arrecadação pública ainda continuarão incidindo desigualmente sobre os segmentos formais da economia e, dentro deles, nos setores mais incapazes de praticarem evasão fiscal, como é caso da tributação direta sobre os assalariados. Para a FIEMG o grande benefício da CTF para o governo estaria no seu caráter de grande arrecadador.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

A discussão sobre a reforma tributária se arrastou por quase toda a década de 90, vimos que algumas entidades civis tinham proposta ou levantaram a bandeira de alguma, mas mesmo quando o poder Executivo enviou ao Congresso Nacional uma proposta de reforma o problema não se resolveu. Para Marcus Andre Melo o governo demonstrou total desinteresse pela pauta da reforma tributária.

Mas o objetivo desse trabalho não é o de analisar tecnicamente qual proposta seria a melhor (até porque ainda faltam recursos para o autor), mas sim mostrar que no meio desse turbilhão de proposta – mais de 60 tramitaram no Congresso nesse período – a entidade que representa o interesse dos empresários mineiros tinha a sua “favorita” – O Imposto Único sobre a Transação. Apesar de que num estudo feito pela receita federal citado por Marcus Andre Melo a proposta do Imposto Único seria a que implicaria a maior queda de arrecadação, de 22,92% do PIB para 13,12%. A FIEMG confiava que essa proposta aumentaria o numero de contribuintes já que mesmo quem estava na informalidade acabaria sendo taxados podendo assim diminuir a alíquota. Para FIEMG era o fim da corrupção e a sonegação já que o custo para sair lei seria maior do que pagar o Imposto.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GALA, P. **A Teoria Institucional de Douglas North**. Revista de Economia Política. Vol. 23. n. 2 (90), abril-junho.2003

³⁷² Revista **Vida Industrial** – 1992/setembro.

- HALL, P. & TAYLOR, M. **As Três Versões do Neo-institucionalismo**. Lua Nova - Revista de Cultura e Política. Nº 58. São Paulo: CEDEC. Pp. 193-224. 2003
- MELO, M. A. **Reformas constitucionais no Brasil – instituições brasileiras e processo decisório**. RJ: Ed. Revan; Brasília: Ministério da Cultura. 2002.
- Pierson, P. (2004) **Politics in Time: history, institutions and social analysis**. Princeton University Press.
- THÉRET, Bruno. **As Instituições entre as Estruturas e Ações**. Lua Nova - Revista de Cultura e Política. Nº 58. São Paulo: CEDEC. 2003.

FONTES PRIMARIAS

Revista **Vida Industrial** – 1992/maio.

Revista **Vida Industrial** – 1992/agosto.

Revista **Vida Industrial** – 1992/setembro.